

4.500.00



DA LIVRARIA DE JOÃO MARIA MENDES

1.º DE JULHO DE 1901

MEMORIA
DA
VISITA REGIA
Á ILHA TERCEIRA

POR

ALFREDO LUIZ CAMPOS

JORNALISTA
E PROFESSOR DO CURSO DE PORTUGUEZ
ANEXO Á ESCOLA DE DESENHO INDUSTRIAL DO DISTRICTO
DE ANGRA DO HEROISMO



ANGRA DO HEROISMO
IMPRESA MUNICIPAL
1903

5728
X

A VISITA REGIA

Δ

ILHA TERCEIRA

1.º DE JULHO DE 1901

MEMORIA

DA

VISITA REGIA

Á ILHA TERCEIRA

POR

ALFREDO LUIZ CAMPOS

JORNALISTA

E PROFESSOR DO CURSO DE PORTUGUEZ
ANNEXO Á ESCOLA DE DESENHO INDUSTRIAL DO DISTRICTO
DE ANGRA DO HEROISMO



ANGRA DO HEROISMO
IMPRESA MUNICIPAL
1903

REAES SENHORES

T *EVE* a ilha Terceira a ventura de ser pela vez primeira visitada pelos seus Egregios Monarchas, e um acontecimento de tanta grandeza, marcando uma época notabilissima na sua historia, forçoso se tornava archivar, narrando todo o succedido em tão fausta occasião, para conhecimento das gerações vindouras.

É a historia terceirense, e com ella a historia açoreana, tão rica de sublimados feitos e de nobres virtudes civicas, praticadas pelos seus filhos, quer nos relevantes serviços prestados pela patria portugueza em prol da civilisação da humanidade, quer para destruir o ferreo jugo estrangeiro, ou para se libertar da odiosa pressão do despotismo, que, ao tomarmos a

ousadia de archivar o que diz respeito á honrosa visita de Vossas Magestades a esta nossa patria estremecida, não podemos deixar de fazer referencia a essas virtudes e feitos, para serem coroados com os Augustos Nomes de Vossas Magestades.

Para tratar, porém, de um assumpto de tanta magnitude, sabemos bem, que demandava elevada illustração, superior intelligencia e auctoridade propria, em quem d'elle se encarregasse.

Infelizmente, Reaes Senhores, estes importantes predicados, que tão necessarios se tornavam, não os possuímos.

É pobre a linguagem, não tem opulencia

a phrase, são rudes os juizos, não deleita o estylo, não seduz a forma; mas tem um merito, um unico, seja-nos permittida a immodestia, é o amôr patriotico que o inspirou de envolta com o amôr, respeito e veneração que tributamos a Vossas Magestades, como açoreano e leal portuguez.

Seja, pois, por este motivo, que outro não existe, que, saindo nós da humildade, em que vivemos, tenhamos a ousadia de mui respeitosa-mente implorar de Vossas Magestades a Graça de Lhes dedicar e offertar esta desprimorosa memoria historica, que tomamos a liberdade de depôr nas Suas Reaes Mãos, fazendo os mais ardentes votos, para que Deus

conceda a Vossas Magestades e á Familia Real todas as felicidades e venturas para o bem da Nação Portugueza.

Angra do Heroismo, 1901.

O terceirense,

Alfredo Luiz Campos.

Ao Publico

Ao encetar a descripção da honrosa visita de Suas Magestades, o Senhor D. Carlos I e sua Augusta Esposa, a Senhora D. Maria Amelia d'Orleans, á ilha Terceira, visita que assignalou aurifulgentemente mais uma pagina gloriosissima na historia do importante archipelago açoreano, visita que veio estreitar mais e mais o affecto e o amor d'estes povos para com a Familia Real portugueza, amor e affecto tantas vezes sobejamente demonstrado, sempre com inquebrantavel dedicação e lealdade nunca desmentida pela patria e pelo rei, nunca dualisando-os; porque para os açoreanos o rei symbolisa a patria; não duvidando os nossos maiores o sacrificio de vidas e fortunas, quer pela independencia quer pela liberdade; seja-nos permittido fazer

uma rapida noticia historica d'esta ilha e das que compõem o districto de que ella é a capital.

É ousado o proposito da descripção pelo elevado, grandioso e augusto dos Regios visitantes, sabemol-o bem; é temeraria a noticia pela importancia da historia a que ella diz respeito, conhecemol-o; mas a consagração affectuosa que tributamos ao Chefe da patria portugueza e a toda a Familia Real, e o amor que nutrimos pela terra que nos foi berço, fazem-nos esquecer a incapacidade propria, para só tentarmos archivar, em modesto livro, um acontecimento tão faustoso, como é o da visita dos Reis de Portugal a estas formosas perolas, que ornamentam o oceano Atlantico, joias preciosissimas da Corôa, que tão soberana e legitimamente cingem.

Era para nós extremamente agradavel, ao ver a nossa querida Terceira adornar-se com as suas melhores galas, para com a galhardia e fidalguia, que lhe são proverbias, e com a alta respeitabilidade e justa vassalagem, que o facto da visita Real impõe, o possuir linguagem primorosa, para em phrase alevantada, opulenta, enaltecer os feitos illustres, valiosissimos, subidamente patrioticos dos

Egregios Monarchas, que constituem a dynastia da Serenissima Casa de Bragança, destacando ao mesmo tempo, e a devida distancia, os heroes açoreanos, que pelas suas façanhas audaciosas, actos de heroismo e de valor intemerato, tanto nobilitaram a patria, nobilitando-se a si proprios; colloca-os a todos no elevado pantheon da gloria, a que teem jus, mas é empresa tamanha para os nossos limitados conhecimentos.

Comtudo, sem ambições de gloria, que seriam mal cabidas, faremos da fraqueza força, para algo dizermos, rogando desculpa para a ousadia, e benevolencia para as faltas commettidas.

Angra do Heroismo, 1901.

Alcamos.



I

Corria grande perigo a nacionalidade portugueza, depois da morte do desditoso rei D. Fernando, com a pretensão de D. João 1 de Castella á corôa de Portugal.

Os horisontes politicos toldavam-se com negras nuvens. Muitos fidalgos portuguezes, havendo esquecido o sentimento do amor da patria, prestavam uns menagem ao pretendente, bandeando-se, o que era trivialissimo n'aquella época, levados pela cubiça e desmedidas ambições, outros por seguirem os conselhos e recommendações da rainha regente, D. Leonor.

Portugal era assaltado pelo exercito estrangeiro, que chegou a pôr cerco a Lisboa, tanto por terra, como pelo Tejo.

Os bons e leaes portuguezes, impulsionados pelas santas e sublimes aspirações da independencia patria, tratam de defender a todo o transe a sua nacionalidade, e nomeiam para defensor do reino ao Mestre d'Aviz, que pelo povo era estremecido e considerado seu válido.

E o povo erguia-se, sublevava-se resoluto, em uma unidade de pensamento, para com a coragem, o

denodo, a valentia, que o amor da patria inspiram, caminhar, certo da victoria, na defesa dos seus lares, da familia e dos seus haveres.

E quem defende os haveres, a familia e os lares, defende a terra natal, a honra e a nacionalidade patrias, e não ha actos de abnegação que não pratique, feitos heroicos de que não seja capaz.

Santo e sublime é o amor da patria!

Ao lado do mestre d'Aviz e do povo ergue-se Nuno Alvares Pereira, esse vulto grandioso, alma de rija tempera, coração magnanimo, e, desembainhando a espada, que o alfageme de Santarem lhe havia corre-gido, torna-se o terror das hostes inimigas, e guia certo e seguro de assombrosas victorias.

A coincidencia que se deu entre o Mestre d'Aviz e Nuno Alvares, quando crianças, servindo o arnez do primeiro, para com as suas proprias mãos a rainha D. Leonor armar escudeiro o segundo, irmanou-os por tal forma, que, quando homens, irmanava-os por igual o mesmo entusiasmo e ardor, até á temeridade, pela redempção da nacionalidade portugueza.

A estes dois vultos de primeira grandeza, que nos fastos da historia occupam logar proeminente, junta-se o vulto respeitavel do doutor João das Regras, o juris-consulto profundo, o orador eloquente, o chanceller astucioso.

E, sob o commando dos dois primeiros, com os sabios conselhos do terceiro, prepara-se o exercito

portuguez para combater o inimigo, que lhe assaltava o solo querido da patria, saqueando, roubando, matando barbaramente.

O exercito castelhano era numerosissimo, o exercito portuguez muito menor, nem talvez a quarta parte.

Mas o que tinha isso? O que valia? Nada, absolutamente nada, para aquelle nucleo de bravos, que voluntariamente, ardentemente, com a abnegação dos fortes, ia sem temor, entregando-se na plenitude das suas aspirações patrioticas, para a realisação da conquista da independencia nacional.

Assim, nada lhe embargava os passos, nada o atemorizava.

É que o sentimento nobre, vivissimo da nacionalidade, foi e ha de ser sempre o mesmo para os portuguezes!

E todos, o Mestre d'Aviz, Nuno Alvares, Gonçalo Coutinho, fidalgos, cavalleiros e infantes, besteiros e peões, marcham com igual ardor, com o mesmo entusiasmo, esperançados na victoria: e ao resoar dos gritos *S. Jorge e Portugal, Castella e San Thiago*, é o formidavel exercito castelhano batido, derrotado por forma assombrosa, em Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota, fugindo n'esta ultima covarde e vergonhosamente o rei de Castella.

Em seguida á memoravel batalha dos Atoleiros foi, em 6 d'abril de 1385, nas cortes de Coimbra, acclamado o Mestre d'Aviz, D. João I, rei de Portugal.

A prodigiosa batalha d'Aljubarrota, no glorioso dia

14 d'agosto de 1385, marcou a aurora brilhante da redempção da patria.

Foi, como muito bem descreve Schoeffer — «a acção mais memoravel, que se travou entre exercitos christãos na Peninsula. A superioridade incomparavel das forças do partido vencido, a mocidade dos dois chefes victoriosos, opposta a tantos guerreiros assignalados, experimentados por anteriores campanhas, os curtos instantes que bastaram para se decidir a acção (meia hora), a grandeza do premio disputado (tratava-se de dois reinos e da independencia de Portugal), todas estas circumstancias asseguram á batalha de Aljubarrota o interesse da posteridade».

E assim devia ser. A Providencia, em nome da humanidade, em nome do progresso e da civilisação, velava pelos portuguezes, e com estes pelo seu popular rei D. João I, pois que grandes e immorredoiras façanhas, e assombrosos acontecimentos estavam reservados a este pequeno povo do extremo occidente da Europa, os quaes tinham de ser iniciados pela pleiade nobilissima dos filhos de tão illustre monarcha.

«Perde-se a vista n'um mar sem limites, que esconde as descobertas de Portugal, e lhe occulta a futura grandeza», diz ainda Schoeffer.

Continuemos, porém, na narração rapida dos acontecimentos d'esta época assombrosa da nossa historia, nos seus fastos bellicos, para breve chegarmos ao fim a que voluntariamente nos propozemos.

Derrotado o exercito inimigo, tratou D. João I e o condestavel D. Nuno Alvares Pereira de render á obediencia as villas e castellos, que sustentavam a pretensão á corôa portugueza de D. João I de Castella, por sua mulher D. Beatriz, o que foram pouco a pouco conseguindo.

O leão de Castella tremeu depois nos seus proprios dominios. O genio ardente e audacioso de D. Nuno Alvares levou-o a querer tirar um justo desforço da affronta, que D. João I de Castella havia feito aos portuguezes, invadindo o reino.

Á frente da sua gente entrou em Hespanha, e desembainhando com altivez a sua espada gloriosa, immaculada de condestavel, que refulgia brilhantemente ao sol das batalhas, foi dar um golpe mortal, derrotando completamente o exercito castelhano em Valverde, em outubro de 1385.

E assim, diz o distincto historiador Pinheiro Chagas, «nos fastos da nossa historia resplendem, como quatro luzeiros d'uma constellação gloriosa, os nomes de Atoleiros, Trancoso, Aljubarrota e Valverde».

Seguiram-se mais algumas invasões no territorio hespanhol, em que as armas portuguezas ficaram victoriosas, tendo D. João de Castella, como premio de consolação, a carta e as benções, que lhe foram enviadas pelo papa Clemente de Avignon.

As pretensões do duque de Lancastre á corôa de Castella levaram a realisar-se, entre o duque e D. João I,

uma alliança offensiva e defensiva, sendo uma das condições do tratado o casamento d'el-rei com D. Philippa de Lancastre, filha segunda do duque, casamento que se realisou na cidade do Porto, em 2 de fevereiro de 1387.

Com a vinda do duque a Portugal, e depois d'algumas batalhas em dominio castelhano, foi estabelecida a paz e realisado o casamento do infante D. Henrique, herdeiro do throno de Castella, com D. Catharina de Lancastre, filha primogenita do duque.

A guerra entre portuguezes e castelhanos ainda durou por alguns annos, mas frouxamente por parte de Castella.

Depois da morte do rei castelhano, em outubro de 1390, succedeu-lhe seu filho D. Henrique, que, durante a sua minoridade, ficou sob a tutela do arcebispo de Sant'Iago e de João Hurtado de Mendonza.

Esta regencia entendeu que se havia de pôr termo á continuada guerra entre portuguezes e castelhanos, prolongando-se as treguas de tres annos, já estabelecidas, o que se tratou de negociar. O resultado foi o renovamento de hostilidades.

Em 31 de outubro de 1411 foi assignado o tratado de paz, rectificando as condições das treguas, para o que muito concorreu a rainha D. Catharina de Lancastre, sendo este tratado definitivamente assignado pelo rei de Castella, quando chegou á maioridade, e então assente e reconhecida a independencia portu-

gueza, que tantos sacrificios havia custado, e que occasionou tantos feitos illustres e altas façanhas de valor intemerato do povo lusitano.

Estabelecida a paz, tratou D. João I de rehabilitar Portugal perante as cortes estrangeiras, sobre o qual, diz Pinheiro Chagas, as leviandades de D. Fernando tinham acarretado o desprezo universal. As suas victorias, que tinham feito soar o seu nome na França maravilhada, as influencias que essas victorias tinham feito adquirir ao seu alliado o duque de Lancastre, tudo grangeava para a nossa pequena patria, um logar eminente na politica europea.

«O casamento de D. João I com D. Philippa de Lancastre já provava o desejo, que a Inglaterra tinha de estreitar comnosco as suas relações d'amizade. O facto de vir um dos principes mais poderosos do continente, o duque de Borgonha, pedir a mão d'uma infanta portugueza, mostra quão rapidamente se dilatára a nossa fama, e quanto, graças á energia por nós desenvolvida, estavamos sendo acatados em toda a Europa».

O casamento do duque de Borgonha, Philippe o Bom, foi com a infanta D. Izabel, em honra da qual creou a ordem do Tosão d'Oiro, que hoje está annexa á coroa de Hespanha, e que só é concedida aos soberanos, ou a personagens distinctos pelo seu elevado merito ou importantissima posição social. Esta ordem está ainda perpetuando nos fastos da historia da hu-

manidade o nome de D. João I, pois foi em homenagem de uma das suas filhas que ella se instituiu.

Consequindo D. João I, por forma tão assignalada, a reabilitação de Portugal perante o estrangeiro, teve de coarctar certos privilegios e regalias que tinham os fidalgos, accrescentando assim o poder regio, segundo os conselhos do chanceller João das Regras.

Isto que era, então, uma necessidade, que foi n'aquella época uma grande evolução social, que as circumstancias impunham, causou-lhe serios desgostos, chegando a malquistar-se com o seu irmão d'armas, o grande Nuno Alvares Pereira, de quem o chanceller era emulo, cedendo por fim o condestavel ao que determinava el-rei.

Esta grande evolução social da idade media, em que a decadencia da nobreza, como elemento politico, era uma necessidade imperiosa, é ponto digno de subido estudo; mas, como n'esta rapida narrativa não é esse o fim a que nos propomos, passamos a tratar da pleiade illustre dos filhos de D. João I para, o mais rapido possivel, chegarmos ao que é nosso intento.



II

Dissemos que D. João I casou com D. Philippa de Lancastre na cidade do Porto, em 2 de fevereiro de 1387.

A côrte de el-rei D. João foi uma côrte modelo, para o que muito concorreu a rainha D. Philippa, senhora de altas virtudes, modelo de esposas e mães.

Ouçamos o que diz Pinheiro Chagas, referente a D. Philippa :

«Os historiadores são concordes em louvar a princesa, que soube reunir á dignidade de uma rainha os doces predicados de esposa, as serias qualidades de mãe de familia, cuja presença purificou o paço manchado por D. Leonor Telles; que deu a seu marido a ventura, á sua corte o exemplo da moralidade, e ao seu paiz adoptivo essa pleiade maravilhosa de principes, de que foi duas vezes mãe, mãe pela natureza, mãe pela educação, principes que honraram a patria, e que formaram nos degraus do throno um cortejo tal, como não se encontra facilmente em outra época da historia, em outro solio do universo.

«D. Duarte, o rei eloquente, D. Pedro o sabio po-

litico e o homem de vasta instrucção, D. Henrique, o iniciador dos descobrimentos maritimos, o homem de sciencia superior ao seu seculo, D. Fernando o heroe da resignação, o principe constante, o infante santo, cercam o throno de D. João 1 de um resplendor incomparavel.

«O valor, a virtude, a erudição, a eloquencia, a nobresa, resplandeciam em torno d'este solio privilegiado. Tronco fecundo, todo estrellado de flores e todo opulentado de fructos; as suas vergontees espraíram-se pela Europa e em toda a parte resplandeceram. Muito deveram ellas á natureza, ainda mais á educação e ao exemplo. N'essa atmospherá toda empregnada no doce perfume da virtude, deviam florir como em ambiente proprio as altas qualidades dos principes de que fizemos menção».

Assim, com filhos tão subidamente distinctos, e com o espirito assaz esclarecido, que D. João possuía, tratou de medidas de economia politica, de seria administração, de grandissimo numero de leis tendentes ao bem geral; abandonou a era de Augusto, para que se contasse a partir do nascimento de Christo, ao mesmo tempo que reunia em Portugal todos os elementos para o desenvolvimento intellectual.

As artes tiveram tambem n'esta época um desenvolvimento prodigioso, e, para eloquentemente o attestar, lá está o grandioso mosteiro da Batalha, monumento commemorativo da gloriosa victoria alcançada em Aljubarrota.

D. João 1, cognominado de *boa memoria*, não podia melhor memoria deixar de si, do que immortalisar o seu nome, tanto nos feitos bellicos, como na paz, e tudo para o engrandecimento da patria estremecida.

A Providencia havia destinado o mestre d'Aviz, para d'elle partirem todos os elementos, que iniciariam commettimentos tão grandiosos para o povo lusitano, que opulentariam inexcedivelmente o reino portuguez, conduzindo ás mais altas aspirações das descobertas e cõquistas, devassando arrojadamente, intrepidamente, os mares, levando a civilisação ás mais longiquas paragens.

O habito guerreiro, a que se acostumaram os portuguezes, não lhes permittia o permanecer indolentes, n'aquella época de tantos feitos bellicos.

As victorias heroicamente alcançadas em prol da independencia nacional encheram-nos de justo orgulho, e excitaram-lhes as ambições de gloria, necessitando campo para desenvolverem a sua actividade guerreira.

Muitos fidalgos dispersaram-se pela Europa, para irem voluntariamente combater, e os que ficaram em Portugal entretinham-se, repetindo amiudados torneios.

Porem isto era pouco, os torneios não passavam de exercicios cavalheirescos por mera distracção.

«Os filhos de D. João 1, continua Pinheiro Chagas, educados nas tradições de gloria da sua patria e da sua familia, costumados a tratar desde creanças com o grande Nuno Alvares Pereira, sobrinhos do principe

Negro, não ouvindo em torno de si senão historias gloriosas, sentiam-se agitados por uma nobre emulação».

N'estas circumstancias pensavam naturalmente na maneira de conseguir a realisação dos seus sonhos de gloria, e de mostrar ao mundo, cujos olhares admirados estavam attentos sobre Portugal, que eram dignos filhos d'aquelle que, pelas suas altas façanhas, tanto se havia immortalizado.

Na impossibilidade de satisfazerem os seus juvenis ardores bellicos em luctas com Castella, fixaram as suas vistas em Ceuta.

Conquistal-a era dupla gloria, porque, ao mesmo tempo que dilatavam o dominio portuguez, combatiam os infieis. Era o engrandecimento do poderio patrio a par do engrandecimento da fé.

Isto que hoje, á luz vivificante da civilisação, do direito, e da liberdade que cada qual tem de pensar e crer, seria altamente condemnavel, era n'aquella época considerado como uma necessidade, até mesmo como um dever de honra.

É certo tambem que hoje, não obstante o progresso e a civilisação terem caminhado assombrosamente, vemos praticar tantos actos de barbarismo e selvageria, indignos de povos cultos; e se fossemos a estabelecer comparação entre o grau de civilisação d'aquella época e o da actual, os actos agora praticados são duplamente mais censuraveis e condemnaveis, do que os de então. E um exemplo bem vivo está na

guerra desleal, cruel, que, na Africa do sul, a Inglaterra sustenta contra o valente e patriotico povo boer.

Se da expedição contra Ceuta, e sua conquista, se pode hoje, no seculo xx, dizer, que foi ir perseguir os moiros aos seus dominios, onde viviam em paz, tirar-lhes o que lhes pertencia, perseguil-os desapiadamente, matal-os emfim, era isto no seculo xv muito natural, tido e havido, como um relevante serviço prestado á religião e a Deus.

Era questão de educação, maneira de pensar d'aquelles tempos. Praticavam-se tantas acções heroicas como actos de selvageria.

E é isto o que succede sempre nas grandes luctas, em que se envolvem os povos e as nações, quer em prol da independencia ou da implantação da liberdade, quer em defeza d'uma idéa generosa e humanitaria, ou d'um erro proprio ou alheio.

N'estas grandes luctas veem-se sempre a par de feitos illustres, d'acções heroicas, commetter excessos brutaes, praticar barbaridades inauditas até á loucura, sem que os segundos maculem os primeiros.

É que n'estas convulsões sociaes, como nas doenças graves, existem os periodos agudos, e se n'estas a sciencia lança mão dos ultimos recursos para a salvação do enfermo, nas primeiras os excessos, os desvarios, as barbaridades, são consequencias fataes, inevitaveis, a que não é dado fugir.

Mas foi ou não a expedição de Ceuta e a sua con-

quista um acto, que, em face da razão e do direito, pode considerar-se censuravel? Foi, mas era necessario.

Tinha de ser pela força das coisas; devia realisar-se a bem da civilização, do progresso e da humanidade. Era o prodrómo de assombrosos acontecimentos, tinha de ser a aurora brilhantissima, que illuminaria o ponto de partida, que daria ao mundo velho um mundo novo, a um hemispherio o outro hemispherio.

Assim, tratou D. João I, annuindo ás propostas dos filhos dilectos, de organizar os navios necessarios para a expedição, alugando quantos encontrou na Galliza, na Biscaya, na Inglaterra e na Allemanha.

D. Henrique e D. Pedro, encarregados do commando da expedição, recrutaram os marinheiros e soldados, que entenderam por conveniente, sem dizerem qual, o fim que tinham em vista.

Organizadas duas esquadras, reuniram-se no Tejo. Era geral o contentamento em todos os portuguezes.

Porem, no meio de tanta alegria, a virtuosa rainha D. Philippa adoece, e em breves dias morre. E o heroico rei, que não succumbira nunca ante as numerosissimas forças inimigas, succumbe perante a perda da sua idolatrada companheira de vinte oito annos.

Em vista de tão infausto acontecimento todos julgaram, que a expedição não teria logar. Reunido o conselho para se deliberar sobre o assumpto, nada se decidiu por empate de opinião, assim resolveram os infantes ir ter com el-rei, para dizer de sua justiça.

«Encontraram-no immerso em abatimento profundo, sem animo para coisa alguma, diz Pinheiro Chagas, porém, quando soube do que se tratava, o sentimento dos seus deveres de soberano venceu a desculpavel fraqueza do homem, e com rara nobreza de porte e de expressão declarou, que não sabia, como podia ainda haver hesitação entre os seus, que elle julgaria que, em vez de o aconselharem a não partir, insistiriam com elle, para que partisse, se a prostração, em que o deixára a morte de sua esposa, o levasse a não querer seguir jornada».

Esta patriotica resposta d'el-rei D. João I é por si tão eloquente, que nada é necessario mais dizer, para enaltecel-a.

Immediatamente trataram os infantes dos preparativos da partida, e no dia 25 de julho de 1415, demandava o Tejo, ao som entusiastico das trombetas, anafis e timbales, a frota portugueza, composta de trinta e tres naus, vinte e sete galés de tres ordens de remos, trinta e duas galés biremes, e cento e vinte fustas e outros navios pequenos.

Estava, pois, a caminho de Ceuta a armada portugueza, e as quilhas dos navios rasgavam as entranhas do oceano, que havia de ser no decorrer de tantos annos o elemento proporcionador de commetimentos inauditos, que assombrariam o mundo.

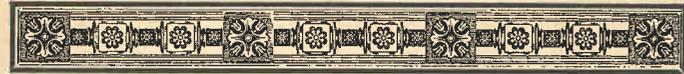
Não nos fazemos cargo de resumir o que de importante os historiadores nos narram de tão notavel

viagem, por desnecessario ao nosso fim, assim limitamos-nos a dizer, que em 20 d'agosto estava a frota portugueza em frente de Ceuta, o que fez tremer o governador Salat-ben-Salat e todos os moiros d'aquella cidade.

O dia 21 d'agosto, que assignala uma pagina brilhantissima da nossa historia, representando a conquista de Ceuta, marca tambem os prodigios de valor, as façanhas heroicas, que os filhos de D. João 1 praticaram, e o seu exercito, para uma tal conquista, defendida intrepidamente, desesperadamente, por quem, na plenitude do seu direito, não queria entregar a estranhos o dominio dos seus lares.

Assim, realisada a tomada de Ceuta, foi purificada a mesquita principal, transformando-se em templo sagrado, sendo os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique armados cavalleiros.

«Foi uma tocante cerimonia: escreve Pinheiro Chagas. N'essas plagas de novo conquistadas, n'essa mesquita moira transformada em cathedral christã o velho heroe, o representante d'uma geração que ia extinguir-se, conferiu a ordem de cavallaria a esses filhos, em que se sentia renascer, em que via com inexcedivel jubilo desabrocharem ao sol das batalhas os brilhantes predicados, que tinham feito d'elle o idolo do povo, que haviam de lhe conquistar a admiração da posteridade».



III

A importancia da conquista de Ceuta foi d'um valor tão subido para Portugal e para a humanidade, que bem a confirmam os acontecimentos que a ella se seguiram.

«Se hoje, dizem os historiadores, Ceuta é um insignificante presidio hespanhol na costa africana, era na idade media uma das cidades mais importantes e a mais povoada da Mauritania. A sua industria era assaz desenvolvida, com especialidade em sedas, coiro e ferro. Possuia muitos estabelecimentos de instrucção e era circumdada por ferteis campinas e por valiosissimos vinhedos».

Pela sua posição tornara-se um emporio de commercio de alto valor entre o Oriente musulmano e o Occidente christão, e ao mesmo tempo o terror do christianismo europeu; e a sua conservação no dominio portuguez, alem de ser de elevada importancia, e de incontestaveis vantagens era um padrão de gloria immorreioira.

Porque, diz Schoefer «era a primeira expedição maritima, a primeira façanha dos portuguezes n'um

elemento, em que se não sentiam firmes ; porque a sua frota, incapaz de se dirigir, deixára-se arrastar pelas correntes do estreito.

«Ceuta foi para os portuguezes o ponto de partida para conquistas longiquas na costa d'Africa, e a tomada d'esta cidade, que encheu de jubilo, de admiração todos os estados christãos do Mediterraneo, devia gerar depois vastos projectos, audaciosas empresas, prodigiosas façanhas. Estava aberto um novo campo, dava-se uma nova direcção á actividade da nação portugueza.

«Desde então não falaram os portuguezes mais, senão em expedições maritimas, e Ceuta foi o primeiro fuzil da longa cadeia, com que os marinheiros portuguezes cingiram a costa d'Africa e o ultimo dos quaes engastado em oiro se prendia ao paraizo da India. Assim domina um pensamento mais elevado, manifesta-se um espirito de mais subido alcance na transformação da mesquita mahometana em templo christão, que se fez logo depois da conquista, n'essa consagração pela espada que el-rei João deu a seu filho, armando n'essa igreja cavalleiro, e Henrique, o Illustre, merece e recebe a dignidade de cavalleiro na cabeça d'essa parte do mundo, que devia fundar a sua immortalidade».

Estamos, pois, chegados ao ponto de partida para os grandiosos descobrimentos maritimos, que immortalisaram o nome portuguez ; e d'esses descobrimen-

tos faz parte brilhante o Archipelago Açoriano ; e a Henrique, o Illustre, devemos a sua descoberta.

Assim, pondo de parte os importantes acontecimentos, que a historia nos narra durante os dezoito annos ainda decorridos do reinado de D. João I, tudo o que de notabilissimo se passou desde o captivo do Infante Santo até á morte do rei eloquente, D. Duarte, e que nada tem com as descobertas, aproximemos-nos da época, em que o immortal D. Henrique, no alto do promontorio de Sagres, fitando com o seu olhar d'aguia a immensidade do oceano, queria atravez do nublado horisonte, irrompendo-o, desvendar esse mundo, que alem, muito alem, se envolvia em mysterioso véo.

O Oriente, que os viajantes flamengos e italianos haviam sabido e conhecido por travessia terrestre, e de que tantas lendas se contavam, espalhadas confusamente, revelavam ao genio audaciosamente emprehendedor, á intelligencia e talento do infante D. Henrique, altamente desenvolvidos pelos seus estudos mathematicos, geographicos e astronomicos, que avidamente, por amor da sciencia, cultivava, a existencia de mundos desconhecidos, de que o mar proporcionaria caminho para a sua descoberta.

«Dotara-o Deus de engenho elevado, diz Rebello da Silva ao biographar este notavel principe, de constancia e vontade firme para, ajudado de prendas tão raras, conceber e executar os vastos planos que subli-

maram o seu nome. Cavalleiro, cortou-lhe a gloria, ao sahir da puericia e na juventude, os loiros guerreiros, para mais tarde lhe cingir na fronte a corôa rostral, querendo que todos o tivessem por modelo acabado das perfeições da época, vendo-o unir ás palmas de soldado os tropheus de navegador, á doutrina a gerarchia, ao arrojo a austeridade».

E assim succedeu.

As narrativas que corriam, e que a tradição legara de geração em geração, relativamente á existencia de terras que os antigos haviam visto, e que a phantazia popular tornara mais e mais mysteriosas; o Atlantico que para todos era considerado o mar tenebroso, temido pelos mareantes, povoado de monstros e phantasmas; a existencia d'essa ilha immensa, a Atlantida, de que os egypcios falaram, e que se julgava um sonho, mas de que historiadores, geographos e geologos modernos não julgam impossivel, e que convulsões vulcanicas destruissem, semeando pelo oceano as perolas mimosas que o ornamentam, as ilhas açoreanas, reliquias importantissimas d'essa grande ilha; as vagas noticias que a tradição referia desde a viagem de circumnavegação dos Phenicios á do general carthaginez Hanon, e outras mais, tudo sempre mysterioso, problematico, pois que a sciencia geographica nada apresentava como certo e determinado, tudo vago; as viagens terrestres que os flamengos, italianos e inglezes haviam feito em demanda do Oriente, e de que corriam narra-

ções phantasticas sobre o que tinham visto e ouvido, tudo, emfim, que então se passava, ia reflectir-se no espirito eminentemente investigador do infante D. Henrique, que almejava por conhecer a verdade das coisas, que anceava por fazer luz no meio de tantas trevas.

Depois o seu elevado amor patrio e as suas crenças na religião christã tambem o impelliam e muito, para o emprehendimento das descobertas maritimas.

O amor patrio impellia-o a pretender alargar os dominios portuguezes, a enriquecer o reino com os productos importantissimos, com o oiro, com as riquezas fabulosas, que elle vira, que os commerciantes mouriscos haviam obtido de regiões longiquas, e que nas suas côrtes constituia esse famigerado luxo oriental, que estava sendo seguido nas côrtes catholicas de Castella e Aragão. As suas crenças religiosas, a sua importantissima posição como Mestre da Ordem de Christo, levavam-no á propagação da fé, tendo ao seu dispôr os avultadissimos rendimentos da ordem.

Assim n'um trio d'amor pela sciencia, pela patria e pela religião, tendo por confidente e conselheiro a seu irmão D. Pedro, acercando-se de homens de boa vontade e valor, chamando do estrangeiro o celebre cosmographo Jayme de Mayorca, estabelecendo a sua escola na *villa do Infante*, fazendo aquisição dos mapas então existentes, e dos instrumentos nauticos então descobertos, eil-o preparando fervorosamente, com a convicção intima dos fortes, expedições annuaes, que,

sahindo da bahia de Sagres, demandavam a costa d'Africa.

Em 1418 João Gonçalves Zarco, e Tristão Vaz Teixeira, cavalleiros da casa do Infante D. Henrique, apresentaram-se-lhe, para emprehenderem uma nova expedição ás costas africanas, com o intento de passarem alem do terrivel cabo Não.

Preparada a respectiva embarcação, lá foram, sulcando as vagas, na esperança de feliz exito. Uma providencial tempestade, affastando-os do seu rumo, houve por bem conduzil-os a uma ilha, a que deram o nome de Porto-Santo.

Regressando á patria os audazes navegadores, e dando parte ao infante da sua inesperada descoberta, resultou voltarem á ilha do Porto-Santo, afim de tratarem da sua colonisação, seguindo-se a isto a descoberta da Madeira, a que em julho de 1419 aportou Gonçalves Zarco.

Deixando de parte as variadas opiniões, que diversos historiadores nos offerecem sobre a descoberta d'esta ilha, a historia d'Anna d'Arfet e de Machim, que em nada deminuem a prioridade da sua descoberta aos portuguezes, e não falando no que diz respeito á divisão das suas capitánias, ao incendio que durante sete annos devorou parte do seu secular arvoredado, e em tudo o mais que se refere á sua historia, volvamos a Portugal, e vejamos o que a historia nos narra com respeito á descoberta do Archipelago Açoreano.



IV

A prioridade dos descobrimentos maritimos é incontestavelmente nossa, e tem a confirmal-a a historia e todos os chronistas e geographos, que, com imparcialidade, d'elles trataram, sem que existam provas dignas de credito, documentos com justa e real authenticidade, que demonstrem o contrario.

A gloria das descobertas, que no seculo xv foram o assombro do mundo, é muito nossa, pertence aos portuguezes; e tão assombrosa foi, e tanto direito a ella temos, que decorridos quatro seculos, ao commemorar a patria portugueza as datas, que a ellas diziam respeito, ou a do nascimento do seu immortal iniciador, o infante D. Henrique, vimos as nações mais cultas d'um e outro hemispherio, acompanhar os nossos patrioticos festivaes, por maneira assignalada e triumphante.

Para que essa gloria deixe de pertencer aos portuguezes, é necessario, primeiro, que desapareça a historia da humanidade e a propria humanidade!

Os padrões, que por toda a parte a assignalam brilhantemente, são inapagaveis, immorredoiros! Es-

tão intimamente ligados á civilização, ao progresso e á religião, que nada existe que os separe!

Por onde o progresso e a civilização passar no seu caminhar evolutivo, sempre constante, onde se erguer a cruz redemptora, o nome d'este pequeno povo do extremo occidente da Europa, ha de sempre estar presente ás gerações vindouras, como o primeiro, que intrepidamente, com inimitavel audacia, foi, sulcando as alterosas ondas do Atlantico, devassar-lhe os seus segredos, descobrir paragens desconhecidas, desbravar o caminho para a franca e salutar passagem da civilização, para a propagação da fé, para o desenvolvimento do commercio, para a colonisação de *terras ermas e inhabitadas*.

E é d'estas ermas e inhabitadas terras, entre as quaes se destaca por forma brilhante a ilha Terceira, terra querida que nos foi berço, e que muito estremecemos, que passamos a tratar, sem que nos preoccupes, o que se tenha escripto sobre o conhecimento vago da sua existencia, antes de gente portugueza as descobrir e pisar o seu fertil e abençoado solo, ou qualquer primasia que este ou aquelle imaginasse ter.

O que é certo, positivo, e que a nossa existencia de legitimos portuguezes, n'estas terras açoreanas demonstra, sem direitos de conquista, sem expoliações d'outrem, pois que *eram ermas e inhabitadas*, e que os factos e documentos irrefutavelmente attestam, é que ás expedições organisadas pelo infante D. Henri-

que, e aos audazes navegadores portuguezes, se deve a descoberta do importante e formoso Archipelago Açoreano.

São nove as ilhas de que elle se compõe, não se podendo precisar com verdadeira exactidão a data em que cada uma foi descoberta, pois que as opiniões dos historiadores e chronistas, padre Antonio Cordeiro, dr. Gaspar Fructuoso, Azurara, Valentim Fernandes, Diogo Gomes e outros, e ultimamente o infatigavel e benemerito michaelense dr. Ernesto do Canto, na sua importante publicação *Archivo dos Açores*, divergem, e nada affirmam como certo.

O que está perfeitamente demonstrado, é que no periodo que decorre desde 1432 até 1449 havia conhecimento de sete ilhas açoreanas, com exclusão das Flores e Corvo, pois d'esta ultima só em 20 de janeiro de 1453 é que d'ella nos fala a carta de doação de D. Affonso v a seu tio D. Affonso duque de Bragança ¹.

Assim, no periodo de 1432 a 1453 estavam descobertas pelos portuguezes as nove ilhas do archipelago açoreano.

¹ As cartas, alvarás e mais documentos a que nos referimos, estão publicados na sua quasi totalidade no *Archivo dos Açores*, e os restantes nos *Annaes da Terceira e Épocas Memoraveis da Ilha Terceira*, ou n'estas publicações se referem a elles, como apresentados por outros chronistas e historiadores.

Na impossibilidade de lhes dar inteira publicidade, fazemos este anotamento, pois só publicaremos, os documentos de que não tenhamos conhecimento da sua publicação em qualquer livro.

As cartas de D. Affonso v de 2 de julho de 1439 e de 10 de março de 1449, concedendo licença a seu tio o Infante D. Henrique para povoar as sete ilhas dos Açores, são o ponto certo da partida, para que nos afastemos das trevas, que envolvem as datas da descoberta de cada uma d'ellas.

O dr. Ernesto do Canto diz: «O dr. Fructuoso, baseando-se em vagas tradições, confundiu talvez o desembarque dos primeiros colonos, com a primeira vinda de Frei Gonçalo Velho ¹. Julga ter havido entre um e outro successo, o breve espaço de alguns mezes, quando pelo contrario mediaram muitos annos.

«Colonizar sete ilhas longiquas, ainda na actualidade seria empreza difficil, quanto mais n'aquella época!

«Para a descoberta de muitas ilhas dos Açores bastaria uma primavera ou quando muito duas, para as povoar, diz a boa razão, que seriam necessarios muitos annos, constantes esforços e despezas. A tonelagem insignificante das embarcações do seculo xv, os perigos da navegação, o atrazo da nautica na infancia, só por si bastariam para retardar o transporte de pessoas, d'animaes, de sementes, de viveres, de instrumentos e de todos os outros objectos indispensaveis á vida, mesmo dos mais frugaes a intrepidos colonisadores.

«Tudo faz crer, que Frei Gonçalo Velho Cabral,

¹ 1432, em que se diz aportou á ilha de Santa Maria, primeira descoberta no archipelago.

crusando no mar dos Açores, descobriria não só Santa Maria, mas ainda S. Miguel, perfeitamente visível d'aquella ilha nos dias claros. Achadas estas duas primeiras, e tão juntas, deveria buscar outras nas paragens visinhas. Não conhecendo a direcção que havia tomar, gastaria sem duvida muito tempo em baldadas carreiras, e talvez só no seguinte anno recommençaria a empreza. Logo porém que o acaso o encaminhasse na direcção do Oeste, o apparecimento da ilha Terceira, devia animal-o a progredir alem d'ella, e por pouco que o fizesse devia ver e descobrir todas as outras, com a exclusão das Flores e do Corvo, que, por demorarem mais affastadas, escapariam a suas pesquisas.

«É esta a marcha rasoavel que se pode suppôr, houve na descoberta do Archipelago Açoreano».

Descoberta a ilha Terceira e costeando-a, como era natural para a reconhecer, estavam bem visiveis as ilhas de S. Jorge, Graciosa e parte da ilha do Pico, e navegando para esta a curta distancia achava a do Fayal, e assim descobertas as sete ilhas mandadas povoar pelo infante D. Henrique.

Cumpre-nos tambem dizer, que o author das *Emprezas Militares dos Lusitanos*, dá a entender, que as sete ilhas a oeste da de S. Miguel foram avistadas, em 1446 ou 1447, por Alvaro Fernando da Camara, que depois de decorrer a costa da Guiné passou mais de 100 leguas, alem de Cabo Verde, demandando o norte.

Em 1443 estavam povoadas as ilhas de Santa

Maria e de S. Miguel, como se vê da carta regia de cinco d'abril, em que D. Affonso v, fazendo graça e mercê a Gonçalo Velho, commendador das ilhas dos Açores, e a todos os povoadores, que n'ellas viviam, os isenta do pagamento da dizima.

A seguir a estas, pela ordem das descobertas, estava para ser povoada a ilha de Jesus Christo, assim se denominava a ilha Terceira.

Em 1449 partiu do Algarve a armada, que o infante D. Henrique destinou para reconhecer oficialmente as restantes ilhas descobertas, e n'ellas lançar gados e aves de diversas especies.

A bordo d'um dos navios vinha Jacome de Bruges, fidalgo flamengo, cavalleiro da casa do infante, e a quem em 1450 foi doada a capitania d'esta ilha, como da respectiva carta, que está publicada nos *Annaes e Épocas Memoraveis da ilha Terceira*.

Concedida por esta forma a donataria, tratou Jacome de Bruges, com o valioso auxilio do infante, de alcançar o pessoal para povoar a ilha Terceira, concedendo D. Henrique subidas vantagens aos fidalgos que o acompanhassem.

Não obtendo no continente o numero desejado, foi mandado pelo infante á ilha da Madeira, para convidar com iguaes vantagens os nobres e operarios, que quizessem tomar parte na nova colonisação.

Diogo de Têve, fidalgo portuguez, que residia na Madeira, annuiu ás propostas feitas, sendo acompa-

nhado por um elevado numero d'operarios e artífices de que dispunha.

Jacome de Bruges deu conhecimento ao infante do resultado obtido, e este fez seguir, com o pessoal do continente, uma armada, que se dirigiu á Madeira, onde tomou Diogo de Têve e o seu pessoal, fazendo-se de vela para a Terceira, onde, segundo relata o infatigavel investigador e distincto patriota terceirense, José Joaquim Pinheiro, na sua publicação *Épocas Memoraveis da ilha Terceira*, aportou na parte occidental, desembarcando os povoadores terceirenses em uma pequena abra, adiante da Ribeira Sêcca, que se chama o *Pesqueiro dos Meninos*, estabelecendo a primeira povoação no *Valle do Paul*, proximo da *Ribeira de frei João*, celebrando a primeira missa campal o franciscano frei João, no logar onde se edificou a ermida de Nossa Senhora da Graça, no arrabalde de S. Sebastião, em memoria d'este acto religioso, 1453-1454.

Os fidalgos que acompanharam Jacome de Bruges foram: Diogo de Têve, a que já nos referimos, Gonçalo Ennes da Fonseca, João Coelho de Guimarães, João Leonardo, João Bernardes e João da Ponte, exercendo mais tarde o cargo de juiz ordinario Gonçalo Ennes, e os quatro Joões de senadores da primeira camara terceirense.

Edificadas as primeiras casas de residencia, embarcaram os novos povoadores na *flotilha*, de que era

capitão Fernão Dulmo, fidalgo flamengo, e que o infante D. Henrique mandara estacionar no mar dos Açores, dirigindo-se ao continente, afim de voltarem á Terceira acompanhados de suas familias, como assim succedeu em 1456.

Escolhidos os logares, onde existiam regatos d'agua nativa, para se estabelecerem as novas povoações, destinou Jacome de Bruges para si o local, onde existe hoje a villa da Praia da Victoria, edificando a sua igreja principal sob a denominação de Santa Cruz, hoje matriz, denominação que ainda conserva, e de que foi primeiro vigario o revd.º João Vaz Cardoso.

O primeiro acto baptismal que se realisou, mezes depois do estabelecimento dos novos colonisadores, foi o do filho primogenito de Gonçalo Eanes da Fonseca e de sua mulher D. Mecia d'Andrade Machado, a quem foi dado o nome de Gaspar Machado, e teve logar na parochial de Sant'Anna de Port'alegre, primeira igreja erecta na ilha.

Gaspar Machado foi annos depois, pelos seus feitos de valor, bem como seus dois irmãos mais moços, João Gonçalves Machado e Diogo Gonçalves Machado, armados cavalleiros nas plagas africanas.

Não sendo nosso intento descrever a forma, por que se procedeu aos primitivos trabalhos agricolas, nem seguir minuciosamente todos os acontecimentos que se deram na nascente familia terceirense, por não poder isso caber n'esta *memoria*, referiremos de leve alguns

d'elles, demorando-nos um pouco, tão somente, nos que tiveram logar, como serviços prestados á mãe patria, antecedendo-os primeiro da breve noticia topographica da actual ilha Terceira, feita pelo fallecido escriptor terceirense, José Joaquim Pinheiro, para conhecimento de quem, fóra d'esta terra, ler este modesto trabalho.

A ilha Terceira dos Açores está situada no oceano Atlantico, entre Portugal e os Estados-Unidos d'America, a 39º de latitude septentrional e 18º de longitude occidental do observatorio de Lisboa.

Correndo de E. a O. n'uma extensão aproximada de 45 kilometros, ou 9 leguas, desde a ponta da *Mámerenda*, ad oriente, até á ponta da *Balêa* ou *Serreta*, ao occidente, tem na sua maior largura 20 kilometros, ou 4 leguas, contando-se desde a ponta de *Santo Antonio*, ao Meio-dia, até á ponta septentrional, na freguezia dos *Biscoitos*.

Pelas muitas sinuosidades, que se encontram nas suas costas, apenas se poderá calcular ser a sua superficie de 25 leguas, ou 625 kilometros quadrados.

Apesar de cortada e dividida por muitas serras e picos, apresenta todavia extensas planicies d'agradavel prespectiva, e muita fertilidade cerealifica.

As suas *serras mais notaveis*, são: a *Serra da Ribeirinha*, desde o campo das Achadas até á Fêteira; a *Serra do Cume da Praia*, desde a Ladeira do Cardoso até ao Pico das Cabras, e a *Serra de Sant'Iago*, desde o Facho, na villa da Praia, até á Caldeira das

Lagens, todas na direcção do norte ao sul, e as primeiras conhecidas dos primeiros povoadores da ilha; a *Serra do Morrião*, desde a Caldeira de Guilherme Moniz até á Fonte da Telha; a *Serra de Santa Barbara*, a mais alta da ilha; a *Encumeada do Matto*, acima da Pateira; e a *Serra da Aqualva*.

Os seus montes e picos mais elevados, são: o *Monte Brazil*, ao oeste do porto d'Angra; o *Pico Gordo*, entre a Ponta da Queimada e o Raminho; o *Pico Gualpanario*, ou da Bagacina, acima da Encumeada do Matto; o *Pico do Miradouro*, que é o mais alto, e da crista do qual se vê o mar que cerca toda a ilha; o *Pico de D. Joanna*, na Fêteira, junto á canada da Praia; o *Pico dos Cornos*, e o *Pico das Contendas*, na villa de S. Sebastião; o *Pico das Cabras*, na Ribeira Secca; e o *Pico do Capitão*, em Porto Martim.

As suas maiores planicies são: a das *Achadas* entre a Serra da Ribeirinha, e a do Cume da Praia, que abunda em pastagens e em terrenos agricultados, e a do *Ramo Grande*, entre o Cume da Praia e a Serra de Sant'Iago, hoje a mais fértil e rica da ilha em todo o genero de cereaes.

Os valles mais importantes, denominados *caldeiras*, no paiz, e que são cratêras de vulcões extinctos, são: a *Caldeira de Santa Barbara*; a *Caldeira de Guilherme Moniz*; e a *Caldeira das Lagens*.

Os seus portos principaes, são: *porto d'Angra*, hoje com 3 caes, e estrada que orla a bahia do mesmo

nome¹, e os communica entre si, e o *Porto da Villa da Praia da Victoria*, com um só caes. De menos importancia e pequena capacidade, e por isso mesmo, quazi que só frequentados por barcos da pesca, ha mais: o *Porto do Fenal* em Angra²; o *Porto da Calheta* em S. Matheus; a *Bahia do Negrito*; o *Porto das Cinco Ribeiras*, em Nossa Senhora do Pilar; o *Porto de Santa Cruz*, nos Biscoitos; o *Porto da Serreta de Villa Nova*; o *Porto Novo*, na Ribeira Sêcca; o *Porto da Salga* e o *Porto das Mós*, na villa de S. Sebastião, e o *Porto de Santo Antonio*, em Porto Judeo.

Accrescentando-se a tudo isto um grande numero d'abundantes fontes de cristalinas aguas, umas correndo sobre extensas alagôas, e outras alimentando não poucas ribeiras, e uma copiosa vegetação de annosos cedros e de muitos outros arvoredos proprios para construcção, formando as mais densas e impene-traveis mattas: — eis o circumscripto rochedo açoreano, que, apesar da sua pequenez, se tornou tão fértil em factos historicos da maior celebridade, reveladores do mais heroico valor de seus marciaes habitantes pela independencia da patria, e liberdade, e no qual os seus nobres povoadores, vivendo na mais doce e appetecida

¹ Estrada Bernardino Machado.

² Seria para desejar, e era da maior utilidade, a construcção d'um caes n'este porto, que em diversas occasiões de tempestades do quadrante do S. E. tem servido proveitosamente á navegação.

paz, faziam consistir unicamente na agricultura a sua gloria e delicias, e cerravam os olhos, legando a seus filhos avultadas fortunas, adquiridas por inexcusáveis trabalhos e sobrehumanos sacrificios, que, por infelicidade, seus nêtos votaram ao mais peccaminoso e prejudicial esquecimento! . . .



V

Estabelecidos os povoadores terceirenses na parte oriental da ilha, tratava cada fidalgo de empregar, com a maxima efficacia, o pessoal que lhe dizia respeito, na cultura das *datas* de terrenos, que pelo donatario lhe haviam sido conferidas.

A vinda de mais alguns fidalgos, e com a distribuição de terrenos que lhes foi feita, desenvolveu um pouco mais a agricultura, ainda assim luctando-se muito pela falta de pessoal agricola, do que foi dado inteiro conhecimento ao infante D. Henrique, resolvendo elle por este motivo dividir a ilha em duas capitancias.

Não conseguiu, porém, pôr em pratica esta sua resolução, porque a morte, na sua missão destruidora, o arrebatou á patria portugueza, sua bem amada, e que elle tanto havia engrandecido e nobilitado.

Em 13 de novembro de 1460, roubava a morte a existencia do infante D. Henrique, na sua casa, na villa de Sagres; mas roubando existencia tão preciosa não conseguiu a terrivel e fatal inimiga da humanidade apagar a memoria, de quem de si memoria tão honrosa deixava.

No alto do Promontorio de Sagres uns olhares d'aguia haviam fitado por sobre o mar os horisontes longinquos, e perceberam, como nenhuns outros até então, os segredos importantissimos, que alem d'esses horisontes existiam, e que deviam, para o bem geral, ser devassados.

E foram devassados com feliz exito, tanto quanto pôde humanamente ser, no curto periodo de parte da sua existencia!

E tão grandiosos foram elles, que lhe ganharam perpetuo nome, engrandeceram um pequeno povo, as-sombraram o mundo inteiro!

Cerraram-se esses olhares d'aguia, deixára de ter vida, quem vida dera ao mundo; mas legava áquelles, que tanto havia engrandecido, a continuação da sua obra civilisadora, na certeza de que tão nobre legado seria religiosamente cumprido!

E assim succedeu. Foi cumprido com a justa altivez das almas, que se abrigam em peitos magnanimos, em corações generosos, que encerram sentimentos altruistas, onde o valor para a realisação de planos audaciosos, de empresas arrojadissimas causa assombro; onde o santo amor da patria é superior a todos os amores!

Cerraram-se esses olhares d'aguia! Um tão elevado espirito, superiormente investigador, abandonara a materia onde residira. Desappareceu do numero dos vivos aquelle que, com uma força de vontade enexcedi-

vel, com um aturado estudo das sciencias mathematicas e da geographia, descortinára e patenteára ao mundo segredos intimos da natureza; instruíra, na escola que fundára na estremidade do cabo de S. Vicente, em Sagres, arrojados nautas, que ás mais remotas paragens foram hastear triumphantemente o pendão das quinas, a cruz redemptora, e com estes levar o conhecimento do idioma patrio!

Cerraram-se esses olhares d'aguia, mas o seu brilho havia illuminado tanto, que forçoso era continuar a missão santa, que elles haviam intelligentemente, sabiamente previsto e humanitariamente iniciado.

A morte paralyza o coração; as paixões humanas, os odios, as malquerenças, caem, fenecem junto do tumulto, e as emulações, a inveja, o odio, que tanto disvirtuaram, muitas vezes, acções generosas, feitos heroicos, actos de abnegação, desapparecem totalmente.

Á historia, essa grande mestra da vida, dos povos e das nações, cumpre na sua justa imparcialidade archivar desassombradamente os factos taes, quaes se deram, os homens taes, quaes eram; e áquelles que na vida foram malsinados, calumniados, é feita inteira justiça, tornando-se luzeiros brilhantes nas suas paginas mais honrosas; e os detractores ficam, para castigo, mergulhados nas sombras tristes do quadro, fazendo mais realçar aquelles, que elles tanto caluniaram.

Mas ao infante D. Henrique não foi preciso, para ser luzeiro brilhante nas paginas da historia da huma-

nidade, que emulos e detractores constituíssem as sombras do quadro, em que o seu nome havia de resplandecer !

Illuminára muito em vida, para que a inveja, o odio podessem offuscar o brilho do seu nome, que tinha de ser immortal !

As ondas do oceano, deixando que as quilhas das caravellas, pelo infante mandadas construir, para percorrerem a costa d'Africa, no intento de dobrarem o *Cabo das Tormentas*, ou para irem devassar os segredos, com que o mesmo oceano se adornava, as *terras ermas e inhabitadas* por elle mandadas povoar, e que mais alem não fosse gente portugueza, tudo isto era mais que sufficiente, para tornar immortal o nome d'aquelle, que sublimemente havia iniciado tão assinalados commettimentos.

São decorridos quatro seculos e meio, e essas terras, a que varão tão illustre deu vida, acabam de ser visitadas pelo chefe supremo da nação, que elle tanto amára e engrandecera.

As terras genuinamente portuguezas, tão portuguezas, como as que melhor o são, e que caprichosamente o oceano vê espalhadas surgindo do seu seio, tiveram a ventura de receber pela vez primeira a honrosa visita dos Reis de Portugal, d'aquelles que se assentam no throno, de que o iniciador das descobertas maritimas, com seus irmãos, nos degraus d'esse mesmo throno, segundo a eloquente phrase do eminente

historiador, a que já nos referimos, constituiu um cortejo tal, como se não encontra facilmente em outra época da historia, em outro solio do universo.

E ao ver os navios de guerra portuguezes cortarem rapida e elegantemente o mar, que estas terras açoreanas banha, e fundearem nas suas bahias, o espirito contemplativo, que muito se extasiava com o magestoso do acto, com as pompas e festas em começo, e com a vista de perto do primeiro cidadão portuguez, El-Rei o Senhor D. Carlos, e de Sua virtuosa Esposa, a Rainha Senhora D. Maria Amelia, via maravilhado, como em um só quadro, o grandioso do passado d'envolta com o grandioso do presente !

Saudava a memoria honrosa d'aquelles que, *por mares nunca d'antes navegados*,

Entre gente remota edificaram,
Novo reino que tanto sublimaram,

para prestar vassalagem aos legitimos representantes d'aquelles, de quem o sublime cantor das glorias patrias, em estrophes arrebatadoras, e com o mais fervoroso patriotismo, disse :

Julgareis qual é a mais excellente,
Se ser do mundo rei, se de tal gente.

Depois, fixando o mar que mansamente se estendia magestoso diante dos seus olhos, sustentando os navios, onde se achavam os monarchas portuguezes, e os das nações que lhes prestavam homenagem, e ainda

contemplando o passado d'envolta com o presente, exclamava no seu intimo, com justo jubilo :

Tu, mar, que foste o proporcionador do caminho para tantos e tão extraordinarios commettimentos de audacia e valor intemerato, que constituiram a nossa inimitavel epopêa, commettimentos que ainda passados seculos assombram a humanidade :

Tu, mar, que glorificaste espantosamente um pequeno povo, o povo portuguez, que impulsionado pelas vibrações santas do amor da patria, ancioso pelo seu engrandecimento, foi do extremo Occidente da Europa demonstrar ao mundo, que o *Não* assustador, terrivel, que se dizia impedir a passagem para o Oriente era uma chimera :

Tu, mar, que desdobraste com a ternura da amante, as tuas ondas em lenções d'alva espuma, para que as caravellas portuguezas, sulcando-as, fossem descobrir novas terras, que magnificamente ornamentassem o mappa do mundo, então conhecido, e attestassem superiormente o relevante serviço prestado á humanidade :

Tu, mar, que circundas estas perolas açorianas, com que vaidosa e coquetamente te adornas, que te sentiste orgulhoso quando as caravellas do infante D. Henrique as descobriram, ou quando os marinheiros lusitanos conduziam da India, singrando-te galhardamente gloriosos galeões, para á sombra d'estes rochedos, se libertarem da pirataria, que os perseguia :

Tu, mar, que nos teus impetos involuntarios de furia, quando a tempestade te impelle enraivecida, parecendo queres submergir estes formosos rochedos, que são o teu brilhante ornamento, e que depois arrependido vens docemente, carinhosamente, beijal-os, espraiaando-te pelos seus areaes, cingindo em amoroso amplexo as suas costas :

Tu, mar, que por um capricho da natureza, separas estas nove mimosas perolas, que constituem o Archipelago Açoriano, mas de que a separação phisica não constitue a separação dos seus habitantes, filhos da mesma patria, irmãos pela linguagem, pelas crenças, pelo sentir, pelo coração :

Tu, mar, que és ainda o mesmo que nos separas do nosso querido Portugal, é que vens unir-nos mais e mais á mãe patria, dando passagem, para que os Egregios Monarchas portuguezes visitem este archipelago e recebam a homenagem d'estes povos, que muito lhes querem, que muito os idolatram !

Abençoado, sejas tu, ó mar !

Depois, enlevado o espirito contemplativo perante tantas grandezas passadas, tantos feitos sublimes, que padrões immorredoiros attestam por esse mundo alem, aguardava ancioso o momento do desembarque das magestades, para saudal-as entusiasticamente.

Não precipitemos, porém, os acontecimentos, e sigamos a nossa narrativa historica, aproveitando a occasião, em que nos achamos referindo a morte do in-

fante D. Henrique, para archivarmos, o que a ilha Terceira, antiga capital do archipelago, á sua iniciativa descoberto e por elle mandado povoar, fez, quando a patria portugueza, em côro patriotico com as nações estrangeiras, commemorou jubilosamente o quinto centenario do nascimento de tão inclito varão.

É que, se a ilha Terceira tomou sempre parte activa e importante nos momentos angustiosos para Portugal, não deixou tambem de tomar sempre parte condigna nas suas patrioticas festas.

Assim, em 22 de janeiro de 1894, teve lugar, no salão do *Theatro Angrense*, uma reunião de escriptores e jornalistas terceirenses, a convite dos medicos dr. Alfredo da Silva Sampaio, dr. Manoel Antonio Lino Junior, Francisco de Paula Moniz Barreto e de quem esta memoria escreve, sendo presente e lido o seguinte :

Senhores : Ao tratar-se na mãe patria, por maneira alevantada, de commemorar o quinto centenario do iniciador dos descobrimentos portuguezes, o infante D. Henrique, crime seria de certo, que a heroica ilha Terceira, que sempre timbrou em acompanhá-la em todas as suas manifestações de progresso e engrandecimento, ou em todas as occasiões de dôr e magua, permanecesse silenciosa n'esta festa nacional.

E se os continentaes, senhores, entendem como um dever indeclinavel o commemorar o quinto centenario do nascimento de tão distincto varão, aviventando assim os seus feitos nobres e altivos, que tornaram

grande um povo e gloriosa uma nação, que marcaram uma época notavel, que foi o prodomo do esplendor da civilisação humana, nós os açoreanos, tanto ou mais ainda do que os continentaes, temos a obrigação rigorosa de o fazer, pois a esse character viril, a esse genio ousado, quanto erudito, se deve a descoberta e colonisação do nosso importante archipelago.

O estado geographico, então conhecido, era relativamente limitado. As lendas e as fabulas que corriam desde tempos remotos, com relação á existencia d'outras terras, tornaram-se em realidade, devido á lucidez do espirito, á intrepidez e perseverança do infante D. Henrique.

Enlevavam-no as sciencias positivas ; tinham n'elle as mathematicas um adepto convicto, e a astronomia um dedicado cultor, escreve Pinheiro Chagas.

E assim era. Voltando da conquista de Ceuta, onde se tornou grande pelos seus feitos d'armas, estabeleceu-se no Promontorio de Sagres ; e lá, contemplando esse oceano que a todos os povos maritimos aterrorisava, dedicando-se ao estudo da cosmographia e da navegação, mandando construir caravellas, dirigiu, animou e remunerou prodigamente os que tomaram parte n'essas expedições gloriosas, que, sulcando as ondas d'esse mar tenebroso, foram em demanda de novas terras, apresentando ao mundo velho um mundo novo, em substituição do tudo quanto era chimerico e lendario.

Seria longo o fazer uma narração minuciosa dos commettimentos e das descobertas gloriosas, que nobilitaram e enalteceraam o nome portuguez, e que tiveram por iniciador o infante D. Henrique, e desnecessario se torna ella para a apresentação d'um projecto festivo do seu quinto centenario, e muito menos para a vossa illustração, que é segura garantia do perfeito conhecimento, que tendes da nossa historia patria.

Que a commemoração d'este centenario é um dever para todos os portuguezes em geral, e em especial para nós os açorianos, é do que a ninguem é licito duvidar.

E não é só um dever, senhores, é uma necessidade urgente a sua realisação, para que, recordando tantos feitos illustres, grandiosos, sirva essa recordação, para reanimar a existencia da nacionalidade portugueza, conseguindo que, com o exemplo do passado, se mantenham illesas as nossas nobres tradições, e possamos em breve assistir a uma aurora redemptora que, destruindo o quadro sombrio do paiz, que a todos os bons portuguezes aterra, pela ambição louca, insaciavel que ora predomina, venha substituir tudo isto por actos de acrysolado amor patrio, de abnegação e de civismo.

Assim ousamos apresentar-vos o seguinte projecto :

1.º Que a commissão dirigente da festa commemorativa do quinto centenario do infante D. Henrique se componha do presidente, o ex.^{mo} sr. Theotónio Simão Paim d'Ornellas Bruges, não só como illustrado jornalista e escriptor terceirense, mas tambem como illustre

descendente do primeiro donatario da ilha Terceira, Jacome de Bruges; do distincto e illustrado presidente da commissão executiva da imprensa periodica terceirense, o ex.^{mo} sr. dr. José da Fonseca Abreu Castello Branco, e do ex.^{mo} beneficiado José Bettencourt Cardoso, que foi o primeiro a levantar a patriotica idéa de commemoração d'este centenario, no pulpito da cathedral, em 8 de dezembro de 1892, e de mais oito membros.

2.º Attendendo a que as descobertas gloriosas, que tanto exaltaram o nome lusitano, abriram incontestavelmente um caminho brilhante ao engrandecimento maritimo, aos feitos heroicos do exercito portuguez, á moral e á religião, ao progresso das sciencias, artes, letras, agricultura, commercio e industria, prestando assim relevantes serviços á civilisação e á humanidade, é um dever indeclinavel, que todas as classes se façam condignamente representar n'esta festa nacional, por isso propomos, que sejam convidados os cidadãos, que teem de compôr as commissões — maritima, militar, ecclesiastica, de sciencias, artes e letras, academica, d'agricultura, commercio e industria, e commissão ornamental auxiliar.

Angra do Heroismo, 22 de janeiro de 1894. — *Alfredo da Silva Sampaio* — *Manoel Antonio Lino Junior* — *Francisco de Paula Moniz Barreto* — *Alfredo Luiz Campos*.

A isto seguia-se um plano do programma festivo.

Foram nomeadas as respectivas commissões, sendo acclamado presidente honorario o jornalista e escriptor, Theotónio Simão Paim d'Ornellas Bruges, antigo deputado da nação, passando as sessões da commissão dirigente a terem logar no salão nobre do paço municipal, para tal fim offerecido pela camara d'Angra.

Como esta commissão encontrasse difficuldades, para a completa realisação do programma apresentado, declinou a honra, que lhe fôra conferida, na commissão executiva da imprensa periodica, a qual fez publicar e distribuir o seguinte manifesto :

Aos terceirenses — Em assembléa geral dos jornalistas e escriptores publicos terceirenses foi, ha dias, apresentada a idéa de solemnisar com esplendorosos festejos o dia 4 de março, 5.º centenario natalicio do infante D. Henrique.

Sendo unanimemente apoiada aquella idéa, os cavalheiros que haviam convocado a mencionada assembléa, apresentaram um programma de festejos que, depois de breve discussão, foi approvedo, e nomeou-se uma commissão executiva, para dirigir e effectuar os trabalhos correspondentes, sendo tambem nomeadas commissões d'entre as diversas classes da sociedade terceirenses, para se occuparem da execução de varias partes do programma.

De bom grado, e com a mais louvavel promptidão, acceitaram os cavalheiros nomeados o encargo, que lhes era commettido.

Pouco depois, a commissão directora, tendo examinado attentamente o programma, reconheceu em vista da estreiteza de tempo, e d'outras circumstancias, que não era possivel executal-o completamente, e, por obsequiosa attenção para com os auctores d'elle, absteve-se de o modificar, preferindo declinar o encargo que, da melhor vontade, havia acceitado.

Participada aquella deliberação á assembléa geral d'escriptores e jornalistas, resolveu esta dar um voto de confiança á commissão executiva da imprensa periodica, composta, como é sabido, de todos os directores dos jornaes terceirenses, para que, segundo entender, e pelos meios de que possa dispôr, promova e cuide d'effectuar uma demonstração tão pomposa, quanto possivel, digna do assumpto, que é grandioso, e das tradições cavalheirosas da ilha Terceira.

Não podia esta commissão eximir-se a tal encargo, attenta a posição que occupa na sociedade a imprensa periodica, e em vista dos deveres, por vezes bem arduos, que ella tem a cumprir em sua honrosa missão, de esclarecer a opinião e pugnar incessantemente a bem da prosperidade publica e da honra, brio e dignidade da patria.

Acceitando muito reconhecida aquella voto de confiança, e tomando sobre si tão honroso, embora pesadissimo encargo, a commissão executiva da imprensa periodica terceirenses principia por se dirigir a todos os cidadãos de todas as classes, pedindo-lhes a sua

cooperação cívica e cavalheirosa, sem a qual nem um passo poderia dar.

E porque todos conhecem de sobejo, quanto é respeitável a memória do Infante D. Henrique, e ninguém ignora que a sociedade portugueza lhe é devedora de muitos assignalados serviços, que poderosamente concorreram para o engrandecimento e gloria de Portugal, julga esta commissão, que é seu dever abster-se agora de memorar os altos feitos e sublimes virtudes de tão exímio patriota, profundo pensador e fervoroso christão.

Quem devidamente apreciar o bom nome e as gloriosas tradições da nossa patria, e sinceramente se interessar pelo seu futuro, por certo não deixará de attender n'esta conjunctura ao pedido da commissão da imprensa periodica, dispensando-lhe todo o auxilio para levar a cabo a manifestação que está projectada, e que ha-de ser imponente, porque assim o exige, e o faz esperar, o brio e o patriotismo dos cidadãos terceirenses.

As commissões de classes, já nomeadas, roga esta commissão, que persistam nos trabalhos já encetados, que devem ser de grande utilidade, embora o primitivo programma tenha de soffrer alguma pequena modificação, o que muito em breve será annunciado ao publico.

Angra do Heroismo, 10 de fevereiro de 1894. —
José da Fonseca Abreu Castello Branco — *Manuel Homem de Noronha* — *Luiz da Costa* — *Conego Antonio Maria Ferreira* — *Francisco de Paula Mo-*

niz Barreto — *Jacob Abohbot* — *Antonio Miguel da Silveira Moniz* — *Manuel Basilio Coelho Rocha* — *Candido Forjaz Pacheco de Mello* — *Manoel Vieira Mendes da Silva* — *Alfredo Luiz Campos*, secretario.

As festas patrioticas realisaram-se, como da seguinte descripção, que então escrevemos como collaborador do *Angrense*, o jornal mais antigo da cidade d'Angra, e o segundo que pela sua antiguidade existe actualmente em publicação na imprensa portugueza, pois o primeiro é o *Açoriano Oriental*, que se publica em Ponta Delgada, S. Miguel.

«A cidade d'Angra do Heroismo, capital da ilha Terceira, formosa perola do archipelago dos Açores, descoberta pelos annos de 1444 a 1450, *baluarte inexpugnavel das liberdades patrias*, não podia ficar indifferente á apothese do infante D. Henrique, nascido a 4 de março de 1394, filho de D. João I e de D. Filippa de Lancastre.

Os terceirenses que, em todas as épocas difficeis, por que tem passado a nação portugueza, teem sempre patenteado o seu profundo amor pela autonomia do paiz, e pugnado com ardor e enthusiasmo pela santa causa da liberdade, não podiam ficar silenciosos ao commemorar-se um facto, que não só é uma gloria da nação, mas ainda a admiração da Europa civilisada.

Pagou, condignamente, uma divida de subido reconhecimento e profunda consideração ao inclito

principe D. Henrique, o prototypo da sabedoria, do patriotismo, da prudencia, do arrojo e da fé, que *por mares nunca d'antès navegados* dilatou e fez dilatar os dominiõs de Portugal.

E ainda bem que tão garbosamente a cidade d'Angra do Heroismo se desempenhou do seu intento. Ainda bem, porque mais uma vez se evidenciou de quanto os seus habitantes são capazes para honrarem, devidamente, a memoria dos genios que na antiguidade engrandeceram e exaltaram o nome querido da sua patria.

Desde o dia 2 a 6 de março de 1894 que a cidade d'Angra do Heroismo, antiga capital do archipelago açoreano, se encontrava adornada, para solemnizar o quinto centenario do preclaro infante D. Henrique.

Sexta-feira, 2 de março — Inauguração da catequese no seminario diocesano, sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus.

Foi uma festa bastante pomposa. O templo estava decorado primorosamente, e repleto de fieis. Todas as classes da sociedade angrense ali se viam representadas, bem como os institutos d'instrucção publica e varios collegios particulares.

Às quatro horas da tarde cantou-se o *Ecce sacerdos magnus*, entrando o ex.^{mo} e rev.^{mo} prelado. Em seguida foi exposto o Santissimo Sacramento em throno profusamente illuminado, e começou o acto de culto ao Santissimo Coração de Jesus, officiado o digno vice-

reitor do seminario, ex.^{mo} thesoureiro-mór, dr. João Paulino d'Azevedo e Castro.

Subiu ao pulpito o rev.^{do} sr. Francisco Pereira, e pronunciou um discurso muito notavel pela revelação de profundos conhecimentos, excellentes dotes oratorios, e sentimentos de verdadeira piedade e louvavel patriotismo, fazendo ver que era a instituição da catequese o monumento, que mais convinha levantar á memoria do infante D. Henrique, visto que, para a doutrinação, convergiram sempre as suas attenções, e poderosamente concorreram os seus trabalhos, para que fossem chamados ao gremio da igreja catholica e ao convivio das nações cultas os infelizes, que existiam em longes terras privados da luz do Evangelho.

Depois de um solemne *Te-Deum*, s. ex.^a rev.^{ma} deu a benção aos fieis com o Santissimo Sacramento, que em seguida foi conduzido ao sacrario, e assim terminou aquelle edificantissimo acto religioso, inicio dos festejos do 5.^o centenario do Infante D. Henrique.

Sabbado, 3 de Março — Ao meio dia, *Te-Deum* na Sé cathedral em acção de graças pela coroação do Summo Pontifice Leão XIII, officiado o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo d'esta diocese. Grande concurso de fieis, e musica magistralmente executada pela capella da Sé, com acompanhamento de grande instrumental.

À noite, conferencia no *Theatro Angrense* pelo ex.^{mo} juiz da relação dos Açores, dr. Alexandre Meyrelles do Canto e Tavora.

A casa estava esplendidamente ornamentada, e era avultada a concorrência de damas e cavalheiros, em trajes de gala.

O illustre conferente discursou por espaço de cinco quartos d' hora, occupando-se principalmente de rebater algumas censuras que se possam ter feito aos actos do Infante, e pondo em relevo o merecimento dos seus trabalhos, e o seu amor patrio. Foi escutado com profunda attenção e devidamente applaudido.

Domingo, 4 de março — Toque d'alvorada pela banda regimental de caçadores 10.

Às 10 horas da manhã, começou na Sé cathedral uma pomposa festividade religiosa, celebrando de pontifical s. ex.^a rvd.^{ma} o sr. D. Francisco José. Fez uma primorosa oração gratulatoria o rvd.^o beneficiado José de Bettencourt Cardoso. Pelas 7 horas da tarde cantou-se um solemne *Te-Deum*. A musica, vocal sob a regencia do rvd.^o sr. José Pedro Soares, mestre da capella da Sé, e instrumental sob a regencia do sr. João Antonio das Neves Junior, amador de grandes credits, não deixou nada a desejar.

Cantou-se a missa do maestro Alexandre Ferreira, e o *Te-Deum* grande de Soares.

Assistiram a estes actos a ex.^{ma} camara municipal, auctoridades civis e militares, vice-consules, titulares, funcionarios publicos e jornalistas. O concurso de fieis foi extraordinario, especialmente á noite em que se achava o vasto e magestoso templo litteralmente cheio.

Pelas 2 horas da tarde, sessão extraordinaria da ex.^{ma} camara, sendo n'esta occasião expedido por ella um telegramma de saudação á camara municipal do Porto.

Segunda-feira, 5 de março — A commissão da imprensa exerceu a sublime virtude da caridade, distribuindo pelos asylos da infancia desvalida e de mendicidade e pelos enclausurados na cadeia publica abundantes jantares. Na noite d'este dia effectuou-se, no salão nobre dos paços do concelho, um sarau musico litterario que, emquanto a nós, excedeu tudo que se podia esperar.

Sarau — O programma foi o seguinte:

- 1.^o — Hymno da carta constitucional, pela orchestra.
- 2.^o — Discurso d'abertura proferido pelo ex.^{mo} sr. dr. José da Fonseca Abreu Castello Branco, presidente da commissão da imprensa.
- 3.^o — Ouverture *Um dia em Vienna* por Suppé, desempenhada pela orchestra.
- 4.^o — Discurso pronunciado por s. ex.^a rvd.^{ma} o sr. D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito.
- 5.^o — Symphonia da *Semiramis* por Rossini, executada pela ex.^{ma} sr.^a D. Maria Alves Lemos Drumond.

6.^o — *Romanza do Trovador*, desempenhada na rabeça pelo joven Luiz Carlos de Menezes Meyrelles, acompanhado ao piano pelo ex.^{mo} sr. Gabriel Paula das Neves.

7.º — Discurso pronunciado pelo ex.^{mo} sr. Theotónio Simão Paim d'Ornellas Bruges.

8.º — Polka *Bella Bocca* por Waldtenkel, desempenhada pela orchestra.

9.º — *Thème en lá mineur*, de S. Thalberg, executado pela ex.^{ma} sr.^a D. Stella Gil.

10.º — Aria de tenor da opera *Luisa Miller*, cantada pelo ex.^{mo} sr. Francisco de Paula Moniz Barreto, acompanhado a piano pelo ex.^{mo} sr. Gabriel Paula das Neves.

11.º — Freres Billema, phantasia do *Rigoletto* de Verdi, a quatro mãos, executada pelas ex.^{mas} sr.^{as} D. Maria Innocencia de Araujo Barbosa e D. Beatriz Adelaide de Araujo Barbosa.

12.º — Discurso pronunciado pelo distincto artista sr. Ayres de Paula Bastos.

13.º — *Concordantia* a huit mains pour deux pianos, por Joseph Ascher, executada pelas ex.^{mas} sr.^{as} D. Maria Alves Lemos Drumond, D. Carlota Augusta Pinto Campos, D. Guilhermina Adelaide de Sousa Pinto e D. Luna Benaruz.

14.º — Discurso pronunciado pelo ex.^{mo} sr. dr. Alexandre Meyrelles de Tavora.

15.º — Phantasia da *Somnambula* por Thalberg, executada pela ex.^{ma} sr.^a D. Beatriz Adelaide de Araujo Barbosa.

16.º — Discurso pronunciado pelo intelligente estudante sr. José Augusto Rodrigues.

17.º — Overture *Une pensée*, por Olivier Metra, desempenhada pela orchestra.

Todas as illustres damas desempenharam com uma correcção inexcedivel os diversos e difficeis trechos de musica, revelando muito gosto e elevados conhecimentos da arte de Verdi.

O joven Luiz Pamplona, creança que apenas conta oito annos d'idade, executou com muito mimo, gosto e pericia o trecho de musica, revelando uma superior vocação. Foi freneticamente applaudido.

O sr. dr. Castello Branco em phrase elevada e concisa mostrou qual o motivo d'aquella reunião, e as razões por que a imprensa periodica tomara a direcção dos festejos, fazendo ver que os jornalistas, que labutam em trabalho constante, e professam o principio de que o trabalho é uma virtude que nobilita, não podiam deixar de promover a apothose do grande trabalhador, infante D. Henrique.

O ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito apresentou um bello discurso, primor d'eloquencia, lucidamente exposto, revelando sentimentos muito patrioticos, e humanitarios, ao passo que aproveitava a occasião, para despertar a piedade nos animos dos ouvintes.

O sr. Paim de Bruges, com aquelle seu porte fidalgo e dotes oratorios, que ninguem melhor, do que s. ex.^a, possue, apresentou um discurso, em que alem de patentear os elevadissimos conhecimentos, de que é pos-

suidor, mostrou mais uma vez quanto é fecunda a sua intelligencia, e qual o quilate do seu sublimado amor patrio. S. ex.^a teve momentos, em que o seu genio parecia ter o valor do vôo da aguia, que impavida se atreve a ferir o espaço infinito.

O habil artista sr. Bastos revelou no seu discurso bem coordenado o sentir da alma do artista.

O sr. Rodrigues, distincto academico, apresentou um discurso, que foi um primoroso *bouquet* pela fina escolha de inebriantes flores.

Apenas não se cumpriu o n.º 10 do programma, porque adoeceu repentinamente, achando-se já no salão, a ex.^{ma} consorte do sr. Francisco de Paula Moniz Barreto. Foi pena, porque mais uma vez teriamos occasião de apreciar dignamente a voz assaz harmoniosa d'aquelle cavalheiro.

O salão estava primorosa e lindamente adornado, e, sendo de grande capacidade, era pequenissimo para comportar o numerosissimo auditorio; só o numero de illustres damas se elevava a cerca de quatrocentas.

A orchestra, que era composta de dezoito figuras, desempenhou lindos trêchos de musica, sob a regencia do habil amator sr. João Antonio das Neves Junior.

Concluiu-se este sarau pela 1 hora da noite, retirando-se todos satisfeitissimos.

Terça-feira, 6 de março — Foi imponentissimo o cortejo civico. Muito tarde, ou talvez nunca, se tornará a ver um espectáculo tão pomposo na nossa cidade.

Pelas 11 horas da manhã desfilou do adro da igreja de S. Francisco, junto do qual se encontra o lyceu nacional, ponto escolhido para a reunião do pessoal e emblemas, que deviam tomar parte no imponente prestito, o cortejo civico, pela ordem seguinte:

Bandeira antiga do municipio angrense á direita do glorioso pendão nacional — Alumnos das escolas d'instrucção primaria — Carro das escolas — Alumnos do lyceu e seminario — Carro dos artistas — Corporação dos artistas — Philharmonica Triumpho — Carro dos bombeiros — Real corporação dos Bombeiros Voluntarios — Corporação dos empregados publicos — Carro do commercio e industria — Corporação do commercio e da industria — Carro da agricultura — Corporação dos lavradores — Philharmonica dos Lavradores — Carro das descobertas — Corporação dos maritimos — Clero — Corpo consular — Auctoridades administrativas — Camara municipal — Commissão promotora dos festejos — Philharmonica Recreio dos Artistas.

Recolheu-se o prestito pelas 3 horas da tarde, assignando-se em seguida no salão nobre da ex.^{ma} camara municipal o auto commemorativo d'este imponente facto.

A concorrencia a este acto foi avultadissima, porque de todas as freguezias d'esta ilha vieram milhares de habitantes a presenciar esta patriotica manifestação. Calcula-se em quinze mil o numero de pessoas, que

circularam n'este dia dentro da cidade, accrescendo que em todas as ruas do transito as janellas estavam apinhadas de pessoas.

Á noute realisou-se uma illuminação na *Praça da Restauração*, tocando a philarmonica *Triumpho*. A concorrência foi extraordinaria.

Achavam-se illuminados todos os edificios publicos, egrejas parochiaes, seminario e muitas casas particulares.

Foi pela forma insufficientemente relatada, que a cidade d'Angra do Heroismo celebrou o quinto centenario do infante D. Henrique.

Ao telegramma que a camara d'Angra dirigiu, saudando a municipalidade portuense e adherindo ás manifestações promovidas por aquella corporação, em homenagem ao infante D. Henrique, foi respondido :

Municipalidade d'Angra — Agradecendo adhesão, saúdo na Camara d'Angra do Heroismo a honra da patria portugueza. — *Presidente da Camara do Porto*.

Os jornaes publicaram patrioticos artigos relativos ao inclito infante D. Henrique, e o diario a *União* publicou os discursos do rev.^{do} José Bettencourt Cardoso e dr. Alexandre Meyrelles de Tavora.

Os dias 3 e 4 de março foram duplamente festivos para a heroica ilha Terceira, pois alem da commemoração do centenario henriquino, representava o primeiro o anniversario do desembarque n'esta ilha do

immortal D. Pedro IV, 1832, e o segundo o da memoravel capitulação do Castello de S. Filippe, 1642.

*

Para archivar, transcrevemos a noticia, que deu, em dezembro de 1892, o semanario *Districto d'Angra*, de que era director e proprietario Manuel Homem de Noronha, illustre representante d'uma importante e distincta familia terceirense, de que teremos occasião de falar, noticia que demonstra que da ilha Terceira partiu a idéa da commemoração do centenario henriquino.

«Fez-se, no dia 8 do corrente, com a costumada solemnidade, na Sé Cathedral, a festa da Immaculada Conceição, sendo orador o rev.^{do} José Bettencourt Cardoso, que mais uma vez revelou a sua intelligencia e illustração.

«Como bem diz o collega da *Terceira*, no primoroso discurso do rev.^{do} Bettencourt Cardoso destacou-se e imprimiu-se fundamente no auditorio, a idéa da commemoração do quicentenario do Infante D. Henrique, o mestre dos navegadores, o esquecido solitario do promontorio de Sagres.

«Effectivamente o illustre orador referindo-se áquellas épocas, em que o nome portuguez era tão respeitado, e em que a fé era o principal agente dos mais assombrosos commettimentos, falou do Infante D. Henrique, o grande mestre que ensinou os ousados navegantes do seculo xv, e d'ahi em diante, que, por ter sido o iniciador de todas as descobertas, e das mais

assignaladas glorias patrias, que eternisaram Tristão, Perestrello, Zarco, Bartholomeu Dias, Vasco da Gama, Christovão Colombo, Alvares Cabral, Fernando Magalhães e Corte-Real, — tem incontestavel direito a uma commemoração em homenagem á sua memoria, aproveitando-se o dia 4 de março de 1894, quingentesimo anniversario do seu nascimento, devendo partir a iniciativa de tão solemne manifestação d'estas ilhas, que ao estudo e ao trabalho do eminente Principe devem a sua descoberta.

«Aprez-nos que tão nobre e patriótico pensamento sahisse de um conterraneo nosso, e ainda mais da tribuna sagrada, como prova de gratidão aos relevantes serviços prestados á igreja açoreana, e á munificencia, com que foi dotada pelo primeiro padroeiro d'esta diocese.

«E, aproveitando a elevada idéa que o orador apresentou de partir d'este archipelago tão patriótica iniciativa, e na esperança de ser bem acolhida pela imprensa açoreana, que nunca faltou aos deveres de patriotismo, cooperando para todas as celebrações nacionaes, como as de Camões, Marquez de Pombal e Colombo, desde já nos associamos a tão honrosa manifestação, esperando que a mesma imprensa, devidamente representada, se dirija á benemerita Sociedade de Geographia de Lisboa, e solicite a sua valiosa cooperação, afim de que, reconhecendo definitivamente nacional o character que deve ter a celebração d'este

centenario, e o dever de n'ella tomarem parte todas as actividades nacionaes, promova esta festa patriótica, e se entenda com o governo do Estado, que a ella tem de presidir, para que seja declarada como nacional a celebração do quingentesimo anniversario do nascimento do infante D. Henrique, no dia 4 de março de 1894.

«Ao illustre orador felicitamos por tão feliz idéa.»

*

«O Açor aqui chegado no dia 10 trouxe-nos a noticia de que, no dia 30 de novembro, a Sociedade de Geographia deliberou dirigir uma mensagem a El-Rei e ao governo, para a celebração verdadeira e condignamente nacional, em 1897, do quarto centenario da partida da expedição de Vasco da Gama para o descobrimento da India, em 1498.

«É uma festa verdadeiramente nacional, que mais vem justificar a commemoração, aqui levantada para 1894, ao iniciador de todos os nossos descobrimentos, ao patriota eximio, ao crente fervoroso, até hoje olvidado, o infante D. Henrique.»

*

Foi, enfim, paga uma parte da grande divida que, cerca de quatro seculos e meio, esteve em aberto, para com a memoria d'esse grande genio, que tanto illuminou no antigo *Promontorium Sacrum*.

E ao Porto, a cidade da Virgem, a cidade invicta, e á cidade d'Angra do Heroismo, na Ilha de Jesus

Christo, a muito nobre, leal e sempre constante cidade, coube a gloria de mais alevantadamente concorrerem; para o pagamento de uma divida sacratissima.

Coincidencia notavel! Em todas as occasiões mais angustiosas para a patria portugueza viram-se sempre as cidades do Porto e Angra do Heroismo, collocar-se na vanguarda, occupando os pontos mais arriscados e perigosos. Nas occasiões festivas, na consagração á memoria dos seus filhos mais notaveis, não abandonaram nunca o seu posto.

É que, se nas bandeiras dos seus municipios existe, como recompensa dos seus feitos, a condecoração da Grã-Cruz da antiga e muito nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito, unicos municipios que possuem tão subida honra, os filhos d'estas duas cidades heroicas, zelosos das suas tradições de gloria, sabem cumprir com os seus deveres civicos.

Foi, emfim, paga uma parte da grande divida, repetimos, áquelle que fôra *dilatando a fé e o imperio* e teve a ventura de ver coroados brilhantemente todos os seus esforços, e fadigas, todos os anceios da sua alma de fogo pelo amor da sciencia, engrandecimento da patria e propagação da fé.

Ferdinand Denis, escrevendo com referencia ao inclito infante, e relativo ao logar por elle escolhido, o promontorio de Sagres, diz:

«Era n'este sitio, que o grande infante vinha entregar-se ás suas meditações. Sem duvida era n'este pe-

queno eremiterio, construido sobre tres picos avançados, e entre os quaes rola o mar as suas vagas, que vinha resar por aquelles que enviava a sondarem o grande mysterio.

«E depois, um dia, em que talvez d'essa humilde capella passeiava o seu olhar pela immensa extensão das vagas, uma caravella mostra ao longe a sua vela branca. É a de Gil Eannes. Está dobrado o cabo mysterioso, ultrapassado o limite. O desejo do infante pode ir mais longe; entrevê a verdade. É agora, que se pode dizer com um escriptor cheio de eloquencia, que não podendo alargar o territorio da sua patria, lhe outhorrou o Oceano.

«Mais d'um escriptor nos disse tambem quantas vigalias lhe custou o attingir esse fim, quantos esforços lhe foi necessario renovar, para fazer passar assim para o dominio da realidade uma theoria confusa, que se baseava apenas em narrativas mentirosas, ou nos escriptos dos antigos geographos praticos, taes como Jacome de Malhorca, que mandou vir a Sagres desde o anno de 1438.»

Estava, pois, dobrado por Gil Eannes o cabo Bojador, em 1434, e quebrado o encanto, desvendado o mysterio, que pavorosamente amedrontava a todos, e assim aberto o caminho para as descobertas feitas ao longo da costa africana, ainda em vida do infante, até á Serra Leôa, ponto mais avançado, a que teve a gloria de chegar o arrojado ilheo madeirense, Alvaro Fernandes.

Alem a costa d'Africa, aqui no meio do Atlantico, os Açores, posto avançado, *foco de irradiação* para as descobertas maritimas do novo mundo.

Assim, fecharemos este capitulo, com as palavras do eminente cardeal Saraiva: «Não se poderá jámais negar que todas *as viagens procedidas do descobrimento de huma boa parte de Africa, e das Indias oriental e occidental, e todas as que d'ellas se derivarem até ao fim dos seculos*, bém como os progressos da geographia, das sciencias, e das artes, e em fim o estado actual da civilisação Europêa, se deve em grande parte ao genio d'este principe e á sua infatigavel diligencia e constancia ».



VI

O infante D. Henrique, por alvará de 7 de março de 1436, adoptou por filho a seu sobrinho e afilhado, o infante D. Fernando, instituindo-o por seu universal herdeiro de bens moveis e de raiz, excepto a terça da alma, o que no mesmo dia foi confirmado por alvará feito e assignado por seu irmão, el-rei D. Duarte, alvarás que D. Affonso v confirmou em 23 de novembro de 1451.

Em 1454 fez D. Affonso v doação, por carta de 7 de junho, á ordem Militar de Christo, *das terras do Ultramar adquiridas e por adquirir para todo o sempre*, o que foi confirmado pela Bulla do papa Nicolau v e pela de Calixto iii, datada esta de 3 dos *idus* de março do anno da Encarnação do Senhor de 1455, o que Xisto v confirmou por Bulla de 21 de janeiro de 1481, especificando as *ilhas dos Açores e das Flores*.

Por carta de 22 d'agosto de 1460, fez o infante D. Henrique ao dito seu filho adoptivo doação das ilhas de Jesus Christo e da Graciosa, o que foi confirmado por D. Affonso v, em carta de 2 de setembro do mesmo anno, como se vê, e bém assim os docu-

mentos, a que acima nos referimos, no *Archivo dos Açores*, no qual se acham publicados em sua integra.

Assim, fallecendo o infante D. Henrique em 13 de novembro de 1460, succedeu-lhe no mestrado da ordem de Christo o infante D. Fernando, que principiou a pretender pôr em execução, o que seu tio havia resolvido sobre a divisão da Terceira, em duas capitánias.

O escolhido foi o fidalgo Alvaro Martins Homem, que em 1461 veiu á Terceira, com a ordem para Jacome de Bruges lhe conferir *datas* de terrenos na parte occidental da ilha, aonde elle, depois de regressar a Lisboa, para angariar o pessoal necessario, voltou a estabelecer-se com sua mulher D. Ignez Martins Cardoso, acompanhado do seu particular amigo, o afamado cavalleiro, Affonso Gonçalves Antona Baldaya.

Alvaro Martins Homem prestou incontestavelmente relevantes serviços, dando grande impulso á agricultura, tratando activamente do delineamento das ruas, da construcção das casas, da edificação da igreja de Nossa Senhora da Conceição e da de S. Salvador, hoje sé cathedral; mas, pelo seu genio ambicioso, foi ao mesmo tempo apoderando-se de terrenos, que o donatario não lhe havia conferido.

D'aqui principiam as desinteligencias entre os dois, complicando-se mais e mais a situação; porque outros fidalgos lhe seguiam o exemplo na posse de terrenos, intrigando tudo o logar tenente de Jacome de Bruges, o ouvidor Diogo de Têve, que abusando da

confiança e amisade do donatario, não duvidou promover o seu assassinato por maneira traiçoeira, ignorando-se o seu fim, auxiliado por outros fidalgos ambiciosos.

Morto o primeiro donatario, principiam serias discordias entre os fidalgos terceirenses, capitaneados uns por Diogo de Têve, que, como logar-tenente, assumiu a donataria, e outros por Alvaro Martins Homem, não podendo Duarte Paim, que um anno depois casou em Lisboa com a filha mais velha de Jacome de Bruges, D. Antonia Dias d'Arce, a quem pertencia a doação da ilha na falta de seu pae, tomar conta do dominio da capitania, quando chegou á Terceira.

Seguiram-se varias contendas e pleitos, a que o infante D. Fernando não tratou de pôr termo, deixando que, durante dez annos, se estabelecesse completa anarchia, n'esta nascente população, victima da ambição dos nobres.

Em 18 de setembro de 1470, fallecendo o infante D. Fernando, passou a regencia do grão mestrado para a infanta D. Beatriz ¹, como tutora de seu filho o infante

¹ Francisco Ferreira Drumond, nos *Annaes da Ilha Terceira*, e José Joaquim Pinheiro, nas *Épocas Memoraveis da Ilha Terceira*, seguindo este o engano do primeiro, dá á infanta o nome de Brites em logar de Beatriz. O infante D. João, que morreu em 1442, filho de D. João I, deixou tres filhas, D. Izabel, D. Beatriz e D. Philippa, que ficaram a cargo de seu tio o infante D. Pedro. D. Izabel casou com o rei de Castella D. João II, que a desposou em segundas nupcias, e D. Beatriz casou em 1447 com o infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, de quem nasceu o infante

D. Diogo, e como continuassem as discussões na Terceira, e os pleitos entre Diogo de Têve e Alvaro Martins Homem, sobre o direito á donataria, pelo desaparecimento de Jacome de Bruges, mandou D. Beatriz a esta ilha João Vaz Corte-Real, fidalgo de sua casa e de sua inteira confiança, afim de lhe dar perfeito conhecimento do estado da ilha, e se ella se podia dividir em duas capitánias.

Das informações dadas resultou a divisão em 17 de fevereiro de 1474, dando D. Beatriz a capitania da Praia a Alvaro Martins Homem, contra o que levantou embargos Duarte Paim, o qual caindo no desagrado da infanta não lhe foi feita a merecida justiça. Esta doação foi confirmada em 1483.

Em 2 d'abril do mesmo anno foi doada a capitania d'Angra a João Vaz Corte Real, com a condição de indemnisar Alvaro Martins Homem das despesas que com ella havia feito, o que cumpriu, estabelecendo-se n'este mesmo anno o novo donatario, acompanhado de sua mulher D. Maria Abarca e de numerosa comitiva. Esta doação foi confirmada em 1483 e em 1488.

N'esta occasião, segundo refere José Joaquim Pinheiro, nas *Épocas Memoraveis*, e Francisco Ferreira

D. Diogo, sendo D. Beatriz sua tutora durante a minoridade. As cartas publicadas no *Archivo dos Açores*, extrahidas da Torre do Tombo, têm todas o nome de D. Beatriz. A que publicou Drumond foi extrahida do archivo da camara d'Angra, e ou estava errada ou foi mal entendida.

Drumond, nos *Annaes da Terceira*, foram immediatamente creadas duas camaras municipaes, uma em Angra, outra na Praia, compondo-se cada senado de tres vereadores, um procurador do concelho, um thesoureiro e um escrivão; havendo mais em cada municipio dois juizes ordinarios, presidindo nm d'elles ao senado, os quaes por seu turno sentenciavam em primeira instancia todas as causas civis e criminaes, de que se appellava para o tribunal do donatario, recorrendo-se d'elle ao grão mestrado, nos casos, em que a appellação era permittida.

«Foi d'esta occasião em diante, continua José Joaquim Pinheiro, que Diogo de Têve começou a receber o castigo das suas prepotencias n'um crescido periodo d'annos, cerca de nove annos, no qual, alem da perpetração d'um cruel assassinato, bastante atormentou a familia terceirense com a sua despotica administração, usurpando direitos de propriedade, e commettendo as maiores e mais condemnavéis arbitrariedades.

«Sentenciados os pleitos contra elle, viu-se na necessidade de recorrer ao grão mestrado, acompanhando os processos para Lisboa; mas com tal infelicidade, que el-rei D. Affonso v logo o mandou prender, para responder depois pelas suas preversidades. E como D. Sanches Rodrigues d'Arce fosse informada d'esta prisão, correu banhada em lagrimas, a lançar-se aos pés do imperante portuguez, queixando-se amargamente do assassinato do seu marido, commettido por aquelle homem.

«Ouvida por el-rei tão sentida e justa queixa, mandou-o intimar á prisão, para *dentro de dez dias* dar conta de Jacome de Bruges, sob pena de mandar proceder contra elle, quando assim o não fizesse. Em vista d'esta terminante intimação, tanto se amedrontou Diogo de Têve, e tamanhos foram os remorsos dos seus crimes, que ao *sexto dia* foi encontrado morto na prisão. *Talis vita, finis ita!*»

Não obstante haver-se estabelecido junto de cada senado dois juizes ordinarios, com o fim de administrar justiça, as injustiças e expoliações continuaram, pois os grandiosos privilegios e poderes concedidos aos donatarios nas suas cartas, os tornaram despoticamente soberanos, praticando todas as prepotencias que as suas desmedidas ambições lhes suggeriam.

A João Vaz Córte-Real havia sido tambem concedida a donataria da ilha de S. Jorge, por carta do infante D. Diogo, duque de Vizeu, de 4 de março de 1483; assim, e pela fama da sua riqueza e fertilidade do solo terceirense, veiu muita gente residir em Angra, o que muito concorreu para o desenvolvimento agrario, construcção de edificios, delineamento de ruas, augmento de população, estabelecimento de diversas povoações, sendo em 1478 elevada a villa a povoação de S. Salvador d'Angra.

Com relação á fundação das primeiras egrejas nos Açores lê-se no testamento do infante D. Henrique, com data de 13 d'outubro de 1460, de que extrahimos

o referente ás ilhas, que compõem o districto d'Angra, o seguinte:

«Ordenei e estabeleci a *igreja de São Jorge na ilha de S. Jorge* — ordenei e estabeleci a *igreja de Jesu christo na ilha de Jesu christo*: e outra *igreja na ilha graciosa*.

«Ordenei e estabeleci per outorgamento do sancto padre Callixto terceiro toda a spiritualidade de Guinea ser outorgada aa ordem de christos. Pelo qual eu emcomêdo e mando a qualquer que fór Vigairio ou prior ou capellão soldadado per a dita ordem em cada um igrejairo d'aquellas terras, que lhe praza cada somana ao sabado por sempre em minha vida e depois de minha morte dizer hũa missa de santa Maria, e a cōmemoraçom seja de santo spirito, com seu responso e a oraçom seja fidelium Deus.»

Em vista d'este documento pode-se precisar melhor a data da fundação das primeiras egrejas, e saber-se a razão, por que em muitas parochias dos Açores, com excepção da de S. Miguel, desde 17 de maio de 1832, em que por decreto se procedeu a nova organização das parochias com ordenado fixo, existe a obrigação dos parochos dizerem aos sabbados a missa com applicação ao infantado, como se encontra nos respectivos provimentos ecclesiasticos.

Por cedencia da sua casa e grande sitio, feita por Affonso Gonçalves Antona Baldaya, em 1474, aos religiosos franciscanos, trataram estes de edificar o seu

convento em Angra, e bem assim por cedencia de terreno, feita pelo mesmo, fundou em 1480 Fr. Simão de Novaes o convento de S. Francisco, na povoação da Praia, que em 1482 foi elevada á cathogoria de villa.

N'este mesmo anno falleceu na sua capitania Alvaro Martins Homem, succedendo-lhe seu filho, Antão Martins Homem, (3.º donatario, confirmada a capitania em 26 de março de 1483) e que n'este anno casou na Madeira, com Izabel d'Ornellas, e depois fundou o mosteiro das religiosas de Nossa Senhora da Luz, na villa da Praia, o primeiro edificado nos Açores, para o qual vieram duas religiosas da ilha da Madeira, chamadas D. Joanna da Cruz e D. Catharina de Jesus, filhas de D. João de Noronha, e que mais tarde foram para a ilha de S. Miguel fundar o mosteiro de Jesus, regressando quatro annos depois ao mosteiro da Praia.

E como falámos d'um monumento religioso, archivamos que o primeiro vigario da parochial de S. Salvador d'Angra foi nomeado pelo duque D. Diogo em 1486, estipulando-lhe o mantimento de 5\$000 réis da vigararia e 3\$000 réis para a missa ás terças-feiras pelo infantado, assim como dois moios de trigo, duas pipas de vinho e um marco de prata.

Em 1500 era o preço de cada moio de trigo reputado a 240 réis, segundo uma tabella que temos presente referente ao valor do trigo na ilha de S. Miguel, publicada no *Archivo dos Açores*.

As ilhas dos Açores, pertencendo á ordem de

Christo, foram governadas no espirital pelo D. Prior de Thomar, e assim em 1487-1488 veiu em visita episcopal á ilha Terceira, de ordem do mesmo prior, o bispo D. João d'Aranea, o primeiro bispo d'anel, que pisou o solo terceirense.

Por petição de D. Manuel, o papa Leão x, em 12 de junho de 1514, sentou Sé na cidade do Funchal, na ilha da Madeira, ficando as ilhas dos Açores sujeitas áquelle bispado, até que, a instancias de D. João III, o papa Paulo III «sentava Sé Episcopal na ilha de S. Miguel em hum logar chamado Angra, em que estava uma igreja do Salvador» (bulla de 5 de novembro de 1534 e carta regia de 11 de outubro de 1535).

Apezar do engano do nome da ilha, o que era naturalissimo n'aquella época, pois ainda hoje com os muitos conhecimentos geographicos se commetem erros nas proprias repartições do estado, com relação aos Açores, está bem manifesta a escolha de *hum logar chamado Angra, em que estava uma Igreja do Salvador*, e assim a ilha Terceira a escolhida.

O primeiro bispo da diocese d'Angra foi D. Agostinho Ribeiro, natural de Braga, religioso de Santo Eloy, e que durante alguns annos exerceu o logar de cura d'almas na ilha do Corvo. Por carta de 11 d'outubro foi-lhe estabelecida a congrua de 200\$000 réis.

Até ao presente foram trinta os bispos eleitos para a diocese angrense, muitos dos quaes se tornaram

notáveis pelo seu saber e virtudes e pelos relevantes serviços prestados á egreja e á patria.

Na sala capitular existem os seus retratos a óleo com exclusão de dois que falleceram, antes de tomarem posse da diocese. Os seus nomes, data da eleição, posse e fallecimento veem publicados na *Topographia da ilha Terceira*, pelo padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, annotada em 2.^a edição de 1891, pelo padre José Alves da Silva, hoje conego da Sé d'Angra.

São quarenta e uma as parochias, em que actualmente está dividido o districto central açoreano, sendo vinte e seis, com sete curatos suffraganeos, na ilha Terceira, quatro, com tres curatos, na ilha Graciosa e onze, com oito curatos, na ilha de S. Jorge.

Na impossibilidade de nos referirmos a todas, e aproveitando a occasião, em que tratamos de monumentos religiosos, digamos algo das duas mais importantes dos dois concelhos terceirenses, reservando algumas outras, para quando tratarmos dos estabelecimentos que lhes estão annexos, ou de que ellas são dependentes.

A Sé Cathedral, vasto e elegante templo, que está edificado na parte central da cidade, existe no lugar da antiga, pequena e primitiva egreja do Santissimo Salvador, edificada entre 1474 e 1478, datas, em que foi dividida a ilha em duas capitancias e elevada á categoria de villa a povoação de S. Salvador d'Angra. Foi seu primeiro vigario o padre Luiz Annes, capellão da infanta D. Beatriz.

Por alvará de 10 de janeiro de 1568 do cardeal D. Henrique, foi mandada edificar magestosa, como é actualmente, e como se tornava necessario a uma cathedral. É o primeiro templo dos Açores, e não existem muitos continentaes que o excedam. O genero da sua architectura é romano.

Tida e havida sempre a ilha Terceira em muita consideração pelos monarchas portuguezes, a rainha D. Maria I, a pedido do bispo D. Fr. João Marcellino, offertou á cathedral o grande e elegante orgão, que está collocado em um bello coreto do lado da epistola.

Em frente a este coreto existe outro igual, onde se vê um orgão mais pequeno, de que foi auctor o padre Joaquim Silvestre Serrão, natural de Setubal, eminente compositor de musica sacra, que durante muitos annos residiu em S. Miguel, onde falleceu em 20 de fevereiro de 1877.

Nas suas admiraveis composições, que lhe gran-gearam a justa consideração de ser um dos primeiros compositores portuguezes, destacam-se, entre outras, as matinas de S. Sebastião, as de quarta, quinta e sexta-feira santa, e as do Espirito Santo, o *Sub-Tuum Praesidium*, os motetos ao Santissimo Sacramento, a S. Francisco Xavier, a S.^{ta} Cecilia, succedendo, quando escreveu este ultimo, para uma festa realisada na egreja de S. José, em Ponta Delgada, ser composto um outro para a mesma festa por madame Cazella, ambos por igual dignos de todo o elogio feito pelos entendedo-

res da sublime arte de Verdi. Tambem se attribue ao padre Serrão a composição da missa chamada do *Quinteto*.

O órgão, de que foi auctor um tão eminente vulto, serviu pela primeira vez no *Te-Deum*, cantado em 16 de setembro de 1854, por occasião do anniversario natalicio d'el-rei D. Pedro v, e tambem tomou parte no instrumental, que acompanhou o *Te-Deum* na entrada solemne, na cathedral d'Angra, de Suas Magestades, o Senhor D. Carlos e a Rainha a Senhora D. Maria Amelia, em 1 de julho de 1901.

O rei soldado, D. Pedro iv, quando desembarcou na ilha Terceira, no dia 3 de março de 1832, dirigiu-se á cathedral, onde se cantou solemne *Te-Deum*. Tambem ali assistiu ás endoenças realizadas n'aquelle anno, descendo ao côro para a adoração da Cruz; e bem assim, no dia 4 d'abril, assistiu ao *Te-Deum*, acompanhado dos grandes do reino, dignitarios, ministros, camara d'Angra e funcionarios, em acção de graças pelo anniversario natalicio de sua filha, D. Maria II, prégando n'esta occasião o seu capellão, o padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto.

Em 31 d'outubro de 1858, quando o sr. D. Luiz, ainda infante, visitou a ilha Terceira, deu entrada solemne na cathedral, onde se celebrou o *Te-Deum*, em acção de graças.

Alem de varias obras de prata de muito merecimento e valor, como o frontal, castiçaleiras, bancadas

e lampadas, da capella do Sacramento, e d'outros importantes objectos, existem dois pontificaes brancos, ricos, muito antigos, um bordado em relevo a ouro e outro, chamado *das rosas*, bordado a ouro e matiz. Parte do primeiro foi a uma exposição, realisada em Lisboa, e, segundo consta, houve grande empenho, para que fosse cedido á patriarchal.

Em 1599, o bispo D. Fr. Jorge de S. Thiago, da ordem dos prégadores, mestre em theologia, que foi ao concilio de Trento, e depois celebrou concilio diocesano em Angra, organisou e estabeleceu as constituições do bispado.

A sagração da cathedral teve logar em 16 d'outubro de 1808, sendo bispo D. José Pegado de Azevedo.

N'esta igreja foi baptisado João Baptista Machado, filho de Christovam Nunes Vieira e Maria Cotta da Malha, nascido em 1582.

Levado pelo seu entranhado amor á religião, e sentindo-se com verdadeira vocação para o sacerdocio, desistiu de todos os seus bens, por testamento feito a sua mãe em 1597, e seguiu para Portugal, afim de principiar a sua carreira evangelica, sendo admittido no collegio dos jesuitas, em Coimbra, aos 10 d'abril do mesmo anno. Foi em 1601 missionar para a India; em Góa fez doação a sua mãe, em 1605, dos bens havidos e que podesse haver, seguindo em 1609 para o Japão, depois de completa a sua instituição canonica em Macau.

Perseguido no meio da sua missão apostolica, e por não haver obedecido ás ordens de desterro, dadas a todos os missionarios em 1614, foi descoberto e preso em abril de 1617, sendo decapitado em Omura a 27 de maio do mesmo anno.

Pio IX o beatificou, juntamente com 204 outros martyres, em 7 de julho de 1867; e em 30 d'abril de 1876 foi collocada, na real capella do Collegio d'Angra, uma imagem em vulto do beato terceirense João Baptista Machado, onde annualmente é festejado.

Sobre a vida e martyrio d'este varão terceirense, o illustrado intendente de pecuaria d'este districto, José Maria Leite Pacheco, escreveu um excellente drama-sacro, ornado de musica, intitulado o *Martyr do Japão*, que foi representado com geraes applausos no *Theatro Angrense*, em 1882, sendo o protagonista desempenhado pelo distincto amator dramatico, o fallecido José de Bettencourt Moniz.

O testamento e doação, a que nos referimos, estão publicados no *Archivo dos Açores*, tomo I.

*

No concelho da Praia da Victoria a igreja mais importante é a matriz, templo magestoso, com a invocação de *Santa Cruz*. Foi elevada a parochia em 1456, sagrada em 24 de maio de 1517 por D. Duarte, bispo titular Duminense, mandado de visita aos Açores pelo D. Prior de Thomar. O auto da sagração está publicado nas notas á *Topographia da Ilha Terceira*, a

que já nos referimos, e é curioso de lêr-se, para se conhecer dos nomes das pessoas importantes, que então residiam na villa da Praia.

Os arcos e umbraes da porta central e das lateraes são de marmore branco, e com especialidade o central está primorosamente lavrado. Foram offerecidos por el-rei D. Manuel, diz-se, sendo certo que vieram em 1577, no reinado de D. Sebastião. Por cima da porta central lê-se: *Fundada em 1456 — Sagrada em 1517 — Reparada em 1810 — Reparada em 1843*.

Estas reparações, que foram importantissimas, occasionaram-as os atteradores terremotos, que assolaram aquella villa, e a que nos referiremos em logar proprio.

A capella do Sacramento é toda dourada, e apresenta trabalho em relevo de elevado merecimento. É incontestavelmente a primeira dos Açores.

Tem duas custodias de valor, uma grande, antiga, que esteve em uma das exposições de Paris, e outra pequena, trabalho digno de apreço, feita na mesma villa por Francisco Jeronymo de Lemos. Esta igreja matriz tem bonitas imagens, e desde 1886 está a junta de parochia de posse da pequena e preciosa imagem do Menino Deus, que pertenceu ao mosteiro das religiosas de Jesus.

Esta imagem é historica.

Em tempos remotos uma religiosa d'aquelle mos-

teiro, Soror do Espirito Santo, instituiu uma confraria denominada dos *Escravos do Menino Deus*, em que se filiaram as pessoas mais importantes da ilha.

Correndo fama da muita devoção para com o Menino Deus, cuja imagem existia n'aquelle convento, el-rei D. Pedro II, por occasião da doença de sua filha, fez o voto de concorrer annualmente, com duas arrobas de cera, para a festa, que n'aquelle mosteiro se realisava em 6 de janeiro, dia dos Reis Magos.

Quando em 1829, depois da memoravel batalha de 11 d'agosto, travada entre a esquadra e forças do usurpador e os defensores da liberdade, na bahia e villa da Praia, as freiras do mosteiro de Jesus, reque- reram ao conde de Villa Flôr para as deixar sair para a cidade, afim de viverem em suas casas, ou para ou- tros mosteiros de sua escolha, foi dirigida ao presidente do cabido a seguinte portaria:

«Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—S. ex.^a o sr. general me ordena communique a v. ex.^a que acaba de mandar expedir todas as providencias, que julgou acertadas, para se effectuar a remoção do Menino Jesus da real protecção da villa da Praia para esta cidade; bem como todas as alfaias ao mesmo pertencentes, estando egualmente providenciada por ordem a decente escolta, que deve acompanhar a referida imagem. Egualmente ordena o mesmo ex.^{mo} sr. que v. ex.^a se entenda com o dr. cor- regedor da comarca relativamente á effectiva mudança das religiosas do convento de Jesus, para o de Nossa

Senhora da Luz, o qual se acha auctorisado, para o coadjuvar nesta commissão com todo e qualquer au- xilio do braço secular, que para isso fôr necessario: e sendo tambem preciso recorrer á força armada, se esta fôr absolutamente indispensavel ao inteiro desempenho d'esta diligencia. — Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria militar em Angra, 4 de janeiro de 1830.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. dr. João José da Cunha Ferraz. — *Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque*».

A imagem do Menino Deus foi conduzida, com as respectivas alfaias, em uma cadeirinha, com a guarda de honra da escolta acima referida, e entregue á abba- dessa do mosteiro de S. Gonçalo em Angra.

N'este mosteiro esteve até á morte da ultima freira, fazendo-se annualmente pomposa festa, com a assis- tencia do prelado e auctoridades, concorrendo o go- verno com 30\$740 réis fôrtes, quantia em que foram estipuladas as duas arrobas de cera, voto de D. Pe- dro II.

Em 1886 foi, como já dissemos, entregue por or- dem do governo á junta de parochia da Praia, que re- cebeu até 1890 os mencionados 30\$740 réis.

A folha especial processada em dezembro de cada anno, para o pagamento d'esta verba, tinha a seguinte declaração: Esta é a quantia destinada em cada anno, por um voto real, para a celebração da festividade do Menino Deus em dia de Reis.

Que razões *d'alta economia* levaram o Governo a

não satisfazer aquella quantia, que representava um voto antigo da casa real? ! Altos mysterios financeiros !

*

Na carta regia de 11 de outubro de 1535, em que D. João III confirmou a criação do bispado d'Angra, concedeu aos bispos o direito de *padroado e de apresentar*, e que a apresentação das dignidades, conesias e outros quaesquer beneficios, com cura, ou sem cura, fossem do governador e grão-mestre da Ordem de Christo; passando el-rei os 16\$000 réis, que pertenciam ao vigario da igreja, ora feita cathedral, a cada uma das dignidades, e assignando para 14 conesias 11\$000 réis a cada uma. Para esta despeza entrava a renda dos beneficios que eram do grão-mestrado ¹.

A 18 de novembro de 1570 foi lançada a primeira pedra da nova igreja da Sé, ficando concluida em 1618, despendendo-se 46:448\$763 réis.

¹ José Joaquim Pinheiro. — *Épocas Memoraveis da ilha Terceira*, 1.º vol.



VII

A Providencia, que tudo determina por forma justa e acertada, e que nos seus altos designios encaminha as coisas e os homens segundo a sua soberana vontade, e para fins proximos ou remotos, que têm de se realizar, fadou e escolheu este precioso rochedo açoreano, chamado *ilha de Jesus Christo*, ilha Terceira, para theatro de importantes e graves acontecimentos.

E como tal escolhido e fadado, foi, logo no começo da sua povoação, confiado a quem no presente por si, e pelos seus descendentes no futuro, teria de enaltecel-o e honral-o sublimemente.

Ilha de Jesus Christo, sacrosanto nome do Libertador dos povos !

Ilha Terceira, refugio abençoado e guaridã santa das liberdades patrias !

E a terra, a que o nome do Redemptor da humanidade fora dado, fatalmente devia ter para os seus filhos uma senda de peregrinação dolorosa, entremeada de feitos miraculosos !

É que tú, formosa ilha Terceira, ilha de Jesus Christo, não o serias, se, na ara santa dos teus templos,

sacrificando os ministros da religião do Libertador dos povos ao Deus vivo, na ara do teu abençoado solo não houvesse o sacrificio de tantos martyres!

Por isso sendo a ara dos teus templos santa, a ara do teu solo é gloriosa!

Para que a primeira tivesse existencia e santidade, foi necessario o sacrificio d'um justo, d'um martyr, e que do alto do Calvario, do cimo d'uma cruz, corresse o sangue do Deus humanado; para que a segunda fosse gloriosa, teve de ser regada pelo sangue generoso dos martyres da liberdade, e que, a par d'estes, houvesse tambem martyres do trabalho, martyres da sciencia, martyres da religião, martyres da patria.

És tão pequena na tua área, quanto grandiosa nos teus feitos, ó heroica Terceira! Como Aquelle, de quem te foi dado o nome, teve deicidas, tú tambem tiveste liberticidas!

O despotismo quiz submeter-te á sua tyranica vontade e bem assim aos apóstolos da religião da liberdade, que em ti se refugiaram; mas foram ephemeros os seus triumphos.

Tú, que eras já pedestal de gloria luctando pela autonomia patria, n'um heroico arrojio venceste os cegos defensores de caducas e despoticas instituições!

Foi uma lucta cruenta, em que, servindo-nos da phrase d'um dos nossos chronistas, «aquelles que uma terra deu creamento desejavam de se matar de von-

tade e espargir o sangue dos devidos e parentes», mas venceste!

Venceste, porque a idéa generosa, santa, da liberdade parecia que fluctuava no ar, para que todos, respirando esse mesmo ar, a plenos pulmões, tivessem a vitalidade, a força precisa, para quebrar as algemas, com que a tyrania pretendia manietal-os.

A tua pequena cidade, filha dilecta do reino lusitano, teve a honra de ser a capital do mesmo reino, e do teu seio, onde estava implantada a arvore santa da liberdade, foram decretadas as primeiras leis liberaes portuguezas!

É que do teu solo, banhado pelo sangue dos martyres, tinha de sair uma legião de bravos, que levaria o baptismo da civilisação moderna, a idéa nova, á mãe patria, que o espirito obsecado de muitos dos seus filhos não comprehendia nem queria, despedaçando ella ao mesmo tempo as portas das torres e dos carceres, onde tantas victimas, perseguidas pelo despotismo, innocentemente jaziam.

E quem, sendo teu filho, deixará de te amar, ó heroica Terceira? Quem! . . . Ponhamos, porém, considerações á parte e sigamos a historia.

O desditoso Jacome de Bruges foi, como já se viu, o primeiro donatario terceirense, e que se estabeleceu na villa da Praia.

Da familia d'este illustre varão proveiu a não menos illustre dama terceirense, D. Rita Pulcheria

d'Ornellas Bruges Avila Paim da Camara, para os descendentes da qual aguardava o futuro relevantes serviços. Lá chegaremos.

O primeiro donatario d'Angra foi, como já dissemos, João Vaz da Costa Corte-Real. Saibamos, pois, quem era, e um pouco do muito que os seus fizeram, colhendo para isso os dados precisos no importante trabalho, que sobre os Corte-Reaes elaborou o benemerito dr. Ernesto do Canto, martyr das investigações, para a importante historia açoreana.

Os genealogistas, encontrando difficuldades para fundamentarem a linhagem dos Corte-Reaes, tomam para tronco do ramo a Vascoeannes da Costa, cavalleiro muito honrado, morador em Tavira, no Algarve ¹, embora o dr. Fructuoso pretenda ser, em Portugal, Reymao da Costa, um dos crusados francezes, que em 1147 ajudaram D. Affonso Henriques na conquista de Lisboa.

O nosso primeiro chronista, Fernão Lopes, na *Chronica de D. João I*, apresenta Vascoeannes, pae de Vascoeannes Corte-Real, como um dos que auxiliaram o Mestre d'Aviz na defesa do reino contra as aggressões castelhanas.

O filho primogenito de Vasco Annes da Costa, a que Fernão Lopes se refere, foi o primeiro que usou o cognome de Corte-Real, apurando-se que este appel-

¹ D. Antonio de Lima e Xisto Tavares, *Nobiliario M. S.* — e *Archivo dos Açores.*

lido honorifico lhe havia sido concedido por el-rei D. Duarte, não só pelos seus feitos de valor e valentia, na tomada de Ceuta, e por fazer parte da lista dos Doze d'Inglaterra, mas tambem, segundo alguns genealogistas, pela galhardia e luxo, com que vivia Vasco Annes, Fronteiro Mór do Algarve e Alcaide Mór de Tavira e Silves.

Fernão Lopes, o auctor do *Naufragio de Sepulveda*, no canto XIII, na parte em que brilhantemente narra os feitos de Vasco Eannes da Costa, escreve :

«Corte, em que tal varão costuma achar-se,
Que em preço, e alta fama assi a enriquece,
Sempre Corte-Real deve chamar-se,
Pois com tão justas causas o merece :
E pois que só por vós pode afirmar-se,
Que meu estado, e Corte se ennobrece,
Fique Corte-Real vosso appellido
Pera que tal valor seja sabido.»

Os filhos de Vasco Annes Corte-Real foram tres, Fernão Vaz, que prestou relevantissimos serviços em Africa, João Vaz Corte-Real e Isabel da Costa.

Segundo os documentos, a que o dr. Ernesto do Canto se refere, os filhos de Gil Vaz da Costa, irmão de Vasco Annes Corte-Real, sem razão justificada tambem usaram do appellido de Corte-Real, pelo que João Agostinho Pereira d'Agrella, na *genealogia da ilha da Madeira*, diz: «Este appellido pertencia exclusivamente a Vasco Annes e a seus descendentes, mas os collateraes tambem o tomaram por bisarria.»

O filho segundo de Vasco Annes Corte-Real foi

João Vaz Corte-Real, e é aquelle, a quem foi dada, pela infanta D. Beatriz, como tutora de seu filho, o infante D. Diogo, a capitania d'Angra, por carta de 2 d'abril de 1474.

Os feitos illustres practicados por este varão estão narrados no livro *Saudades da Terra*, do dr. G. Fructuoso, em que demonstra, que foi *tão esforçado Cavalleiro e temido Capitão, que nunca deu batalha no mar nem na terra, que não vencesse, e tão bem afortunado, que sempre tomou aos castelhanos as maiores prezas que n'este reino de Portugal se tomaram a elles.*

E diz mais: *que vindo João Vaz Corte-Real do descobrimento da Terra Nova dos Bacalhaus, que por mandado de el-rei foi fazer, lhe foi dada a Capitania d'Angra da ilha Terceira, e da ilha de S. Jorge.*

Fez dois testamentos, o primeiro na ilha da Madeira aos 17 de setembro de 1494, approved a 16 de dezembro seguinte, e o segundo em Angra, aos 3 de fevereiro de 1496, dos quaes consta haver de sua mulher Maria Abarca os seguintes filhos: Vasco Annes Corte-Real, Miguel Corte-Real, Gaspar Corte-Real, D. Joanna Corte-Real, D. Iria Corte-Real, e D. Isabel Corte-Real, que casou com Jobs de Hutra, (2.º do nome) e segundo capitão donatario das ilhas do Fayal e Pico.

D. Joanna Corte-Real casou com Guilherme Mo-

niz, filho de Henrique Moniz, Alcaide Mór de Silves, e de D. Izabel ou Ignez de Menezes.

Guilherme Moniz era irmão de D. Grimaneza Pereira, avó de Antonio Moniz Barreto, Viso-Rei da India e primo co-irmão de D. Joanna Pereira, mulher de D. Francisco d'Almeida, 1.º Viso-Rei da India.

Viveram na ilha Terceira, onde nasceram, os seguintes filhos: Sebastião Moniz Barreto o Velho, D. Francisca, freira Bernarda, e D. Joanna Corte-Real; existindo n'esta ilha, e em outras, familias descendentes de D. Joanna.

A João Vaz Corte-Real foi concedida, em 1493, a alcaidaria-mór do castello de S. Luiz, o primeiro castello, construido para a defesa militar d'Angra. Era no local, onde hoje existe o monumento de D. Pedro IV.

A instancias de João Vaz se deve a obtenção do alvará regio de 15 de março de 1492, creando o *hospital de Santo Espirito*, de que fallaremos, quando tratarmos das instituições de caridade. Tambem a elle se deve o excellente arruamento d'Angra e a boa regularidade das suas habitações, o mandar traçar pelo engenheiro Pedro Nunes Rebello o arruamento de S. Sebastião, e a proposta feita ao gran-mestrado para a cobrança dos tributos da ilha, de que resultou a carta regio de 16 de fevereiro de 1474, determinando a maneira de se proceder á respectiva cobrança.

Falleceu n'esta ilha Terceira, em Angra, aos 2 de

julho de 1496, sendo sepultado na capella-mór do convento de S. Francisco, de que era padroeiro, e onde annos depois foi tambem sepultada sua mulher D. Maria Abarca.

Um anno depois do seu fallecimento foram por el-rei D. Manuel incorporadas á corôa as ilhas dos Açores, 1495.

Sucedeu-lhe na capitania seu filho primogenito, Vasco Annes Corte-Real, o que lhe foi confirmado por carta de 2 de julho de 1497, sendo já Vedor da fazenda real, e em 4 de setembro de 1522 foi-lhe feita nova confirmação.

Os valiosissimos serviços, prestados em Africa por este illustre varão, derribando e captivando em 1495 Ali Barraxo, chefe mouro, levaram-no a ter alta consideração na corte portugueza, a exercer o cargo de cavalleiro do conselho d'el-rei D. Manuel, a receber muitas e grandes mercês, entre estas a do monopolio da venda do sal na ilha Terceira, por carta de D. Manuel de 30 de maio de 1500, confirmada por outra de D. João III, de 11 d'outubro de 1522, e a ser-lhe doada a propriedade dos officios de almoxarife e seu escrivão, de juiz dos orphãos e de escrivão da Camara da ilha da Garça» *que elle ora manda descobrir*, por carta de 23 d'agosto de 1521 e 9 de setembro de 1522.

Um dos sonhos d'ambição de Vasco Corte-Real e de seus irmãos Gaspar Corte-Real e Miguel Corte-Real eram as descobertas maritimas.

Assim o dr. Ernesto do Canto, referindo-se ás viagens feitas por estes dois benemeritos portuguezes, escreve :

«Foi tão forte o impulso communicado á nação portugueza pelas circumstancias favoraveis da sua posição, pela indole nacional e pelos estudos nauticos, iniciados pelo infante D. Henrique; foram tão repetidas as manifestações da sua actividade nas empresas maritimas, que em pouco mais d'um seculo, as náos portuguezas sulcavam todos os mares do occidente ao oriente, de um hemispherio a outro.

«A começar da descoberta do Porto Santo, Madeira e Açores, os portuguezes percorreram toda a costa d' Africa, até que, dobrado o cabo Tormentoso, descobriram o caminho da India, da China, o Brazil e parte da America do Norte.

«Postos em communicação os tres antigos continentes, conhecidos os meios de cruzar os mares em todas as direcções, appareceu Colombo, que, instruido na escola portugueza, descobriu um novo mundo e pouco depois, na mente de Fernão de Magalhães se formou o grandioso plano, de pela primeira vez circumnavegar o globo!

«Nunca com tão escassos meios se conseguiram mais maravilhosos resultados!

«Portugal, pequeno em extensão, mas grande pela coragem e denodo de seus filhos, teve a immorredora gloria de iniciar tão brilhante carreira, fazendo a civi-

lisação dar os mais gigantescos passos, de que resam os fastos humanos!

«Arrostando tantos perigos, vencendo tantas dificuldades, os portuguezes operaram uma mudança completa na face do mundo!

«A par dos nomes famosos de Bartholomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral, figura com não menos brilho o dos Corte-Reaes. Familiarizados, porem os portuguezes com as frequentes descobertas, aquilatando a importancia d'estas, não pelos obstaculos vencidos, mas pela abundancia de materias preciosas, pouco valor deram ás frias regiões achadas pelos Corte-Reaes. D'aqui provem, sem duvida, a escassez de noticias nos nossos escriptores, com relação ás viagens d'estes infelizes irmãos.

«Nem o alcance grandioso da empreza, nem o seu tragico fim, despertou, nos escriptores contemporaneos, o desejo de salvar, do futuro esquecimento, todas as circumstancias do admiravel, mas triste episodio da nossa historia maritima.

«De tão illustres protogonistas, mal conhece o nome a maior parte dos portuguezes.

«Até o nome da Terra dos Corte-Reaes desapareceu dos mappas geographicos!»

A isto segue-se a transcripção do que a respeito de Gaspar Corte-Real e Miguel Corte-Real contaram os historiadores mais proximos dos factos: Damião de Goes, *Chronica de D. Manoel*, cap. 66, tom. 1.º,

pag. 50; Antonio Galvão, *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos*, pag. 36, e o bispo de Silves D. Jeronymo Osorio, *Vida e Feitos de D. Manuel*, pag. 190.

Estes tres historiadores narram a partida de Gaspar Corte-Real, «*para ir descobrir terras perá banda do Norte, que á sua custa armou huma nau com a qual bem esquipada de gente, e de tudo o mais necessario, partio do porto de Lisboa¹ no começo do verão de 1500. Nesta viagem descobrio, peraquella banda do Norte, hũa terra que por ser muita fresca e de grandes arvores, como são todas as que jasem peraquella banda lhe poz nome terra verde*».

Depois relatam a indole, qualidade, usos e costumes dos seus habitantes e accrescentam:

«*E tornando a Gaspar Corte Real, depois que descobrio esta terra e costeou huma boa parte d'ella se tornou ao regno e logo no anno M. D. I. (1501) desejoso de descobrir mais d'esta provincia, e conhecer milhor o modo e trato d'ella, partio de Lisboa aos XV dias do mes de Maio, mas o que nesta viagem se passou se não sabe, porque nunca mais appareceu, nem se soube delle nova, a tardança do qual, e má suspeita que se commeçava a ter de sua viagem causarão o mesmo infurtunio a Miguel Corte Real, por-teiro mór del-Rei, que pelo grande amor que tinha a seu irmão determinou de o ir buscar, e partio de*

¹ Antonio Galvão affirma, que Gaspar Corte-Real sahiu da Terceira em dois navios armados á sua custa.

Lisboa aos dez de Maio de M. D. II. (1502) com duas naos, sem nunca d'elle se mais aver nova . . . »

Vasco Annes Corte-Real, não se podendo persuadir de que seus irmãos eram mortos, quiz equipar á sua custa umas naus para ir buscal-os, ao que D. Manuel se oppoz ; pois que já haviam sido infructiferas as pesquisas feitas por outras duas naus, que el-rei havia de sua *custa buscal-os*.

Em seguida, o incansavel investigador Ernesto do Canto publica a importante carta de Pietro Pasqualigo, embaixador veneziano em Portugal, escripta onze dias depois da chegada a Lisboa d'um dos navios da segunda expedição de Gaspar Corte-Real em 1501 ; carta que pela primeira vez appareceu traduzida do italiano em portuguez, e em que claramente se relata aquella viagem, e que mesmo aqui archivamos :

.....
 «No dia 8 do presente (*mez d'outubro*) chegou aqui uma das duas caravellas, que este serenissimo rei (*de Portugal*) mandou o anno passado para descobrir terras septentrionaes, sob o commando do Capitão Gaspar Corte-Real : e conta haver achado terra a duas mil milhas de distancia, entre noroeste e ponente, a qual antes por ninguem era conhecida; por cuja costa correram 600 a 700 milhas, sem lhe acharem o fim; pelo que julgaram que era terra firme em continuação de uma outra terra que o anno passado foi descoberta no Norte, as quaes caravellas não poderam lá chegar por estar o mar gelado e infinita copia de neve; isto mesmo lhe fez crer, a multidão de grandes rios que ali acharam, que de certo em uma ilha não podiam ser tantos e tão grandes. Dizem que este paiz é muito povoado, e as casas dos habitantes são feitas de longuissimos páos, cobertos por fóra com pelles de peixes. Trouxeram para aqui vii pessoas, entre homens, mulheres e creanças; e com a outra caravella, que se espera a toda a hora, vem outras cincoenta.

«As quaes são de igual côr, figura, estatura e aspecto mui simi-

lhante a ciganos; vestindo pelles de diversos animaes, principalmente de lontra; de verão com o pello para fóra, d'inverno para dentro; e estas pelles não são cosidas umas ás outras de modo algum, ou adaptadas ao corpo, mas no mesmo estado, em que as tiram dos animaes, cobrem com ellas as espaduas e braços; ligam as partes pudibundas com algumas fortissimas cordas feitas de nervos de peixe. De modo que parecem homens selvagens; são muito vergonhosos e mansos, mas tão bem feitos de braços, pernas, e espaduas, que não se podem descrever. Tem pinturas na cara como os indios, alguns tem seis signaes, outros oito, outros menos ou mais. Fallam mas não são entendidos por ninguem, e creio que lhe tem fallado em todas as linguas possiveis. Na sua terra não ha ferro, mas fazem facas de algumas pedras, e similhantemente fazem as pontas das frechas. Elles trouxeram mais: uma peça de uma espada quebrada, dourada, a qual de certo parece feita na Italia. Uma creança d'elles, tinha nas orelhas duas peças de prata, que sem duvida parecem feitas em Veneza¹. Isto me faz crer que seja terra firme, porque não é logar, a que jamais tivesse ido navio, pois d'elles teria havido noticia. Elles, tem grandissima copia de salmões, harenques, stochafis (*bacalhau*) e peixes similhantes. Tem igualmente grande copia de madeiras, e sobretudo pinheiros para fazer mastros e vergas de navios, pelo que este serenissimo Rei, intenta tirar grandissima utilidade da dita terra, tanto pelas madeiras de navios de que tinha necessidade, como pelos homens que serão excellentes para as fadigas, e os melhores escravos que se tem até agora visto . . . »

Segue-se a esta carta uma outra, escripta em Lisboa, em 17 d'outubro de 1501, por Alberto Cantini, a Hercules d'Este, duque de Ferrara, em que transmite a narrativa que, em presença d'el-rei D. Manuel, ouvira ao capitão d'um dos navios da Expedição de Gaspar Corte-Real, o segundo navio chegado em 11 d'outubro, accrescentando que se esperava com impaciencia o terceiro navio.

Este importante documento foi extrahido do original, que se encontra nos archivos do Estado de Modena.

¹ Segundo Bidle estes objectos seriam restos dos que o Veneziano Cabot levára para trocar com os indigenas.

No fim do mesmo volume, pag. 587, depois de numerosos e importantes documentos, relativos aos Corte-Reaes, está publicada uma outra carta, no mesmo sentido, dirigida ao senado de Veneza, em 18 d'outubro de 1501, pelo mencionado Pietro Pasqualigo.

Os rumos da segunda viagem, segundo as narrações feitas, mostram que Gaspar Corte-Real pretendeu principalmente explorar as regiões do N. W. e não dirigir-se em direitura para os pontos descobertos no anno anterior.

E sempre incansavel nas suas investigações, e com o patriótico fim de dar aos portuguezes o que de direito lhes pertence, o dr. Ernesto do Canto diz mais: — «Nas legendas de alguns mappas antigos encontram-se algumas noticias succintas dos Corte-Reaes, a começar pelas do mappa-mundi, enviado ao duque de Ferrara, em 1502, pelo mesmo Cantini, a respeito do qual M. HARRISSE diz que — é seguramente o monumento da geographia, mais notavel, e o mais importante, para a historia das primeiras navegações transatlanticas, que conhece.

«N'um mappa Portuguez, anonymo, anterior a 1520 na Bibliotheca Real de Munich, a Terra do Lavrador tem a legenda seguinte: «*Terram istam portugalenses viderunt et tamen non intraverunt*» e sobre o paiz do bacalháo, paralelo á ilha da Terra Nova, lê-se: «*Terram istam gaspar corte Regalis portugalensis primo invenit et secum tulit homines sil-*

vestres et ursos albos, in ea est maxima multitudo animalium et avium nec non et piscium, qui anno sequenti naufragium perpessus nunquam redit, sic et fratri ejus Micaeli anno sequenti contigit.

«Na Bibliotheca Ducal de Wolfenbuttel existe um mappa em pergaminho do anno de 1534, em que se encontra, alem d'outras, a seguinte inscripção sobre a *Tiera nueva de los bacallaos*. «*Esta tiera fue descubierta por los portogesós, no ay en ello cosa de provecho mas, que los bacallaos que es pescado e muy boeno. Aqui se perdierõ los corte Reales*».

«No portulano de Vesconte de Maggiolo com data de 1511, comprado por M. R. de Heredia de Madrid, no leilão da Bibliotheca du duque de Altamira, em 7 de maio de 1870, na sexta folha, está desenhada a *Terra de los Ingres*, e dez grãos ao sul a «*Terra de Lavorador de rey de portugall*» e outros dez grãos ao sul a denominada: «*Terra de corte reale de rey de portugal*» seguida da indicação: «*terra de pescaria*».

«Este mappa torna-se interessante pela posição, em que colloca as descobertas de Cabot muito ao norte das portuguezas, em opposição com as posições relativas, desenhadas por Sebastião Cabot no seu mappa, feito em 1544.»

A estas referencias de subido valor documentativo seguem-se outras, para se poder julgar com fundamento, ácerca do descobrimento e estabelecimento dos portuguezes nas costas da America Septentrional, para os

quaes recommendamos a quem nos ler o iv volume do *Archivo dos Açores*, na impossibilidade de, n'esta pequena memoria, nos referirmos a todos os documentos, que ali existem, e que são de bastante importancia.

É para lamentar que o governo portuguez, adoptando para o ensino de geographia mappas estrangeiros, que pela differença da lingua difficultam o estudo, e ao mesmo tempo faltam á verdade historica, relativamente ás nossas descobertas, não mande organizar, por quem competencia bastante tivesse, mappas portuguezes, dando ás terras descobertas pelos portuguezes os nomes que lhes são devidos, e que os estrangeiros fizeram desaparecer nos seus mappas, isto acompanhado dos respectivos compendios, escriptos cuidadosamente sobretudo o que nos dissesse respeito. Infelizmente é isto que se não faz.

Nas cartas de mercês, concedidas por D. Manuel a Vasco Annes Corte-Real, faz-lhe doação *de tudo o que seus irmãos Gaspar e Miguel Corte-Real tinham descoberto*, e para que elle tinha concorrido com dispendio de sua fazenda, e lê-se mais: *para perpetuar em Vasco Annes o louvor e merecimento dos serviços, em que seus irmãos acabaram* (carta de 17 de setembro de 1506).

Na carta, em que D. Manuel concedeu privilegios a João Martins, escudeiro e juiz dos orphãos em Angra, e que foi companheiro de Gaspar Corte-Real na sua primeira viagem de descobertas ao norte da America, em 1500, lê-se: *«esguardando nós ao muito serviço*

que de Gaspar Corte-Real, fidalgo da nossa casa, temos recebido no descobrimento da terra annunciada e ao deante esperamos receber, pelo qual he merecedor de por ello lhe fazermos toda a mercê e acrecentamento e assy áquelles que no dito descobrimento ho ajudaram».

«Esta carta de mercê de privilegios a João Martins, escudeiro, juiz dos orphãos em Angra, como recompensa dos serviços, prestados a Gaspar Corte-Real, ajudando na descoberta de 1500, parece dar razão a Antonio Galvão, quando diz que Gaspar Corte-Real, partiu da ilha Terceira com dois navios ¹».

Segundo se julga, Vasco Annes Corte-Real falleceu com cerca de 90 annos; e de sua mulher D. Joanna da Silva nasceram: Christovam Corte-Real, que morreu creança, Manuel Corte-Real, Miguel Corte-Real, padre Bernardo Corte-Real, D. Filippa e D. Maria da Silva.

Manuel Corte-Real succedeu a seu pae nas capitancias d'Angra e de S. Jorge, sendo o 3.º donatario, o que lhe foi confirmado por carta de 3 d'agosto de 1538. Em 20 d'abril de 1518 foram-lhe concedidas as saboarias da ilha Terceira, o que lhe foi confirmado por carta de 15 de setembro de 1522.

Foi do conselho d'el-rei D. João III, e escudeiro fidalgo, e os seus irmãos figuram no livro das moradias de D. Manuel, como moços fidalgos.

Casou com D. Brites, dama da rainha D. Catharina.

¹ Dr. Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, vol. iv, pag. 450.

Em 25 de outubro de 1576 foi-lhe dada a alcaidaria mór do castello de S. Sebastião, em Angra, de que falaremos.

D. João III, por sua carta de 10 de março de 1544, concedeu-lhe o brazão d'armas, que usara seu pae, e alem das honras de *senhor da Terra Nova*, que este rei lhe confirmára, por carta de 6 d'agosto de 1538, e D. Sebastião por carta de 12 de julho de 1574, quiz ter a posse effectiva, apromtando com esse fim, em 1567, tres navios com mantimentos e gente, para da ilha Terceira ir povoar a Terra Nova.

Da leitura do documento que lhe concede esta auctorisação, segundo a opinião do dr. Ernesto do Canto, vê-se um periodo que dá a entender, que, alem dos esforços empregados por seu pae e por seus tios Garpar e Miguel, elle proprio tinha mandado anteriormente algum outro navio explorar aquellas regiões; pois que na carta se lê: *Manuel Corte-Real Capitão . . . me enviou dizer que elle e seu pae e tios mandarão descobrir a Terra Nova.*

A pescaria nos mares da Terra Nova tinha attingido grande desenvolvimento em 1578; 50 navios portuguezes traziam de lá em cada anno tres mil toneladas de peixe, alem de cem navios hespanhoes, cento e cincoenta francezes e trinta inglezes¹.

Manuel Corte Real falleceu em 1577-1578, suc-

¹ *Indice Chronologico das navegações dos Portuguezes*, Lisboa, 1841, pag. 188. Obra anonyma do Cardeal Saraiva.

cedendo-lhe nas capitánias seu filho primogenito, Vasco Annes Corte-Real, 4.º donatario, o que lhe foi confirmado por carta de 28 de novembro de 1578, e bem assim confirmado o senhorio da Terra Nova por carta regia de 26 de maio de 1579.

E a este respeito diz o dr. Ernesto do Canto: «É sem duvida a este Vasco Annes Corte-Real, que se refere um trecho de Hakbey¹, aonde conta ter ouvido a um portuguez instruido, de grande auctoridade e experiencia, que um *Anus Corte-Real Capitão da ilha Terceira* por 1574, pouco mais ou menos, mandára um navio para descobrir a passagem pelo noroeste da America, o qual chegando á altura de 50 graos de latitude do norte, achara, na costa da America, uma grande entrada, muito profunda, sem gelo algum que impedisse o entrar por ali dentro perto de vinte legoas, achando-a sempre correndo para o lado do sul; o que não poderam verificar por falta de viveres».

Do facto apontado não se encontra mais noticia alguma no mesmo auctor, comtudo talvez houvesse alguma relação entre elle e a colonia, enviada á Terra Nova por Manuel Corte-Real em 1567.

Falleceu em novembro de 1581 e foi casado com D. Catharina da Silva ou Coutinho, filha do capitão dos Ginetes, D. João de Mascarenhas.

Como o seu filho primogenito, e unico varão, Ma-

¹ *Provas da Historia Genealogica*, tom. II, pag. 843.

nuel Corte-Real, morresse com D. Sebastião em Alca-
cer Quivir em 1578, ficou herdeira da casa paterna
sua filha D. Margarida Corte-Real, 5.^a donataria d'An-
gra e S. Jorge em 1582, e foi infelizmente a escolhida
por Philippe II para mulher de D. Christovam de Moura,
principal instrumento das suas intrigas, na pretensão
á corôa de Portugal.

A Christovam de Moura concedeu Philippe III o titulo
de conde de Castello Rodrigo em 1594 e o de marquez
em 1598; foi commendador-mór d'Alcantara e vice-rei
de Portugal, sendo-lhe dadas, por cartas de 27 de ju-
nho de 1582, as donatarias d'Angra e S. Jorge e a da
villa da Praia, vaga pela morte de Antão Martins Ho-
mem, em 10 de julho de 1577.

Tantas honras recebidas em paga da deslealdade
e traição! E á herdeira de varões tanto illustres, que
só trataram de engrandecer a patria, e que em todos
os seus actos deram incontestaveis provas de amor pa-
trio, coube em sorte casar com um traidor!

Morrendo D. Margarida em Madrid, aos 25 de
junho de 1610, e seu marido aos 26 de dezembro de
1613, succedeu-lhe nas donatarias d'Angra, S. Jorge
e na do Fayal e Pico, vaga pela morte de Jeronymo
d'Altra Corte-Real, seu filho D. Manuel de Moura
Corte-Real, 1.^o conde de Lumiares, 2.^o marquez de
Castello Rodrigo, mordomo-mór de Philippe IV, de
Castella, e III de Portugal, embaixador a Roma e
governador dos Paizes Baixos.

Depois da gloriosa revolução de 1640, perdeu
D. Manoel de Moura as capitánias, que o rei usurpador
lhe havia concedido, sendo-lhe confiscados todos os
seus bens.

Sua irmã, D. Maria de Mendonça, e seu cunhado,
D. Affonso de Portugal, conde de Vimioso e 1.^o marquez
d'Aguiar, e que, como bons patriotas, seguiram a causa
da independencia de Portugal, el-rei D. João IV fez-
lhes doação de todos os bens do marquez de Castello
Rodrigo em 1642.

A seu filho D. Luiz de Portugal, que lhes succe-
deu, foram confirmadas as capitánias dos Açores, por
carta de lei de 8 d'agosto de 1651.

Como morresse sem descendencia, reverteram á
corôa as capitánias em 1655, d'onde nunca saíram,
salvo a da Praia, por pouco tempo.

Eis o que n'esta pequena memoria podemos re-
sumir de tantos e tão importantes documentos e con-
siderações, que o dr. Ernesto do Canto nos apre-
senta, como já dissemos, no IV volume do *Archivo dos
Açores*.

Se mão de mestre, cogitando e desenvolvendo o
importantissimo trabalho documentativo d'aquelle be-
nemerito investigador açoreano, que é uma gloria mi-
chaelense assim o aproveitasse, prestava incontestavel-
mente um relevante serviço á historia nacional.

Na obra de M. Henry HARRISSE sobre os Corte-Re-
aes, publicada em setembro de 1882, existe uma parte

do Planispherio, mandado fazer em Lisboa, antes do de novembro de 1502 por Alberto Cantini, para ser enviado ao duque de Ferrara, Hercules d'Este.

Assim, encerremos este capitulo com o que, sobre este valioso documento, diz o dr. Ernesto do Canto:

«A parte publicada abrange: a Europa, a costa occidental d'Africa, e as regiões e ilhas da America do norte e do sul, até então descobertas.

«D'este primoroso Mappa extrahimos as legendas relativas a Gaspar Corte Real.

«A primeira está junta a uma terra, como Ilha, coberta de arvoredo, que M. HARRISSE, depois de detido estudo, julga ser parte da moderna ilha da Terra Nova.

«A segunda, posta ao lado de uma ponta de terra, a que se chama — *a ponta d'azia* — parece referir-se á extremidade sul da Groenlandia.

«Os seguintes textos vão copiados fielmente, e com o mesmo numero de linhas que o Mappa contém:

I

«Esta terra he descoberta per mandado do muy alto excellentissimo Sr. principe Rey dom manuel, Rey de portugall, a qual descobrio gaspar de corte Real cavalleiro na cassa do dito Rey, o quall quando a descobrio mandou hum navio com certos o-mes e molheres que achou na dita terra e elle ficou com outro navio e nunca mais veo e crese que he perdido: aqui ha muitos mastos.»

II

«Esta terra he descober (sic) por mandado do mui excellentissimo princepe dom manael Rey de portugall a qual se cre ser esta a ponta d'asia, e os que a descobriram nam chegaram a terra mae viroula, e nam viram senam serras muito espessas, polla quall segum a opiniom dos cosmofircos se cree ser a ponta d'asia.»



VIII

Conseguiu Gil Eannes dobrar o terrível Cabo Bojador, como já dissemos.

«Chegado ao Cabo, mandára um batel á praia, mas não se encontrara rasto de povoação; querendo trazer comtudo ao infante um signal da nova terra a que abordára, colheu algumas ervas, em Portugal chamadas rosas de Santa Maria ¹. Como os heroes dos romances de cavallaria, fôra atravez de perigos ignotos colher em novas regiões a flôr maravilhosa. Como o ramo de oiro colhido por Eneas abriu ao heroe do Virgilio a entrada dos Elisyos, as rosas de Santa Maria eram o talisman, que abria aos portuguezes o paraíso da India ².»

Assim, em 1434 regressou a Portugal a dar a boa nova ao infante ³.

¹ Ferdinand Denis suppõe que, esta rosa de Santa Maria, era a *anastatica hierochuntica* de Linneu, vulgo, rosa de Jerichó.

² Pinheiro Chagas, historia de Portugal, vol. III, pag 130.

³ Com relação ao anno em que Gil Ennes dobrou o Cabo Bojador, Azurara e P. Chagas marcam 1434, e o cardeal Saraiva examinando as bullas dos papas Martinho V e Nicolau V julga ser em 1430, e dá a data de 1434 como a da segunda viagem, accrescentando que alguns historiadores antigos marcam as datas de 1432-1433, mas

No anno seguinte voltou Gil Eannes a dobrar novamente o Bojador, acompanhando-o, como capitão d'um outro navio, Affonso Gonçalves Baldaya, natural do Porto, copeiro do infante, e que em 1461, veio estabelecer-se na Terceira, onde prestou relevantes serviços, como já referimos.

Seguiram-se depois essas importantes descobertas, e conquistas na costa africana até á serra Leôa, ainda em vida do infante, onde os portuguezes praticaram actos de heroicidade e valor, nas luctas que tiveram de sustentar, a par de outros actos que praticaram dignos de alta censura, selvagens mesmo, especialmente os realisados nas expedições de Lançarote.

Não ha quadro sem sombras, é certo, mas o quadro brilhante das descobertas e conquistas africanas tem sombras tristissimas, lugubres, como as do trafico dos escravos, em que se commetteram inauditas barbaridades.

É certo que o coração bondoso do infante D. Henrique, que tinha tomado por divisa, *talent de bien faire*, havia condoer-se muito com tanto mal-fazer.

As idéas d'aquelles tempos eram, porém, outras; elle não foi que estabeleceu a escravatura, estava estabelecida na Europa, diz o distincto escriptor inglez

que estas divergencias chronologicas são resultado d'uns se referirem á época da partida das expedições, outros ao da sua chegada ao porto descoberto, e outros á do anno em que regressavam ao reino.

Richard Major, desde a mais remota antiguidade; o Christianismo não conseguira ainda alterar por completo essa ordem de coisas, pois que na idade media até as egrejas e os mosteiros tinham escravos, e a exportação de escravos africanos era feita antes do infante D. Henrique, tanto na antiguidade, como no tempo das cruzadas.

Até ao fim do reinado de D. Affonso v foi ainda importante a continuação das descobertas e conquistas, que os padrões, collocados nas costas africanas, bem alto attestavam, intitulado-se este monarcha, depois da gloriosa conquista *d'Arzilla e Tangere* na Mauritania, cuja expedição foi composta de mais de 300 navios de todas as lotações e de cerca de 30:000 homens ¹, *Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, 1471.*

Quando, dez annos depois, falleceu este monarcha, e devido á guerra que teve com Castella, é opinião unanime de todos os historiadores, que não se tinha passado alem do cabo de Santa Catharina.

Estava chegado o periodo aureo das descobertas, no curto, mas feliz, reinado de D. João II, o *Principe Perfeito*, que tão bem soube comprehender o audacioso projecto de D. Henrique, e avaliar em elevado grau as suas humanitarias vantagens.

Temos, pois, n'este reinado, Diogo d'Azambuja edificando em 1482 o castello de *S. Jorge da Mina*,

¹ Numeros apresentados por D. Francisco de S. Luiz.

na Guiné, e o fóro de cidade, concedido por carta de 15 de março de 1486, á importante povoação que se estabeleceu em redor do Castello. Este navegador chegou ao *Cabo Negro*.

A seguir, temos Diogo Cam descobrindo o grande *rio Zaire*, o reino do *Congo*, onde foram collocados os respectivos padrões. Foi grandioso o desenvolvimento operado n'estas regiões, e numerosas as conversões ao christianismo, intitulado-se D. João II *Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem, e d'alem mar em Africa, Senhor de Guiné*.

Temos depois *Benin, Santiago, Angra das Voltas, Angra dos Vaqueiros, Rio do Infante*, e, para corôa das suas descobertas, teve Bartholomeu Dias a gloria de alcançar o grande Cabo, o terrivel *Cabo das Tormentas*, a que D. João II, quasi presagiando o futuro, escreve o Cardeal Saraiva, «quiz que se chamasse *Cabo da Boa Esperança*, nome que conserva até ao dia de hoje, e que será em todas as idades, para o Monarcha Portuguez, e para toda a nação, um titulo incontestavel de gloria, superior ao despeito, ao baixo ciume, e á inveja dos estrangeiros».

Para o superior desenvolvimento do commercio, mandou el-rei varias pessoas, que julgou competentes, para seguirem pelo interior africano, onde viram *gentes e reinos até então desconhecidos*, ao mesmo tempo que entretinha correspondencia com alguns principes africanos.

De tudo isto resultou a vinda d'uma embaixada a Portugal, 1487, com um rico presente de *Bemehi*, rei negro de Gelofo. N'esta occasião o papa Innocencio VIII enviou a D. João II um sacerdote Ethiope, para lhe dar informações do que dizia respeito ao imperador da Ethiopia sobre o Egypto, a quem se dava o nome de *Prestes João*.

João Peres da Covilhã, que fôra um dos descobridores mandados para o interior, conseguiu chegar á côrte da Abyssinia em 1490, e quando regressou a Portugal, tratou D. João II de preparar uma armada para a descoberta do caminho maritimo para a India, designando para o commando-mór o grande Vasco da Gama. A morte, arrebatando-o no meio de tão patrioticos esforços, não lhe permittiu ver realisado um tão grandioso empreendimento.

Ao venturoso rei D. Manuel coube a dita de ordenar a partida, 8 de julho de 1497, da armada preparada pelo seu antecessor, e que era composta das náus S. Gabriel, capitania, sob o commando de Vasco da Gama; da S. Rafael, capitão, Paulo da Gama; do Berrio, capitão, Nicolau Coelho. Ia tambem uma barca com mantimentos, capitão, Gonçalves Nunes.

Não nos sendo possivel acompanhar dia a dia a marcha da armada, que conduzia cerca de 170 homens, entre marinheiros e o pessoal de armas, marquemnos somente a data memoravel da sua chegada a *Calecut*, 20 de maio de 1498, o que levou D. Manuel

a accrescentar o dictado dos monarchas portuguezes, «*Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India, etc.*» Titulo tão honroso, diz Damião de Goes, *quanto o he a mesma conquista!* Com elle se acham lavrados documentos posteriores a agosto de 1499. E n'esse mesmo anno mandou el-rei lavar os portuguezes de ouro com a legenda:

«*Emanuel Rex Portugaliae, Algarbiorum citra et ultra in Africa, et Dominus Guinae.*»

E ao redor das armas:

«*Conquista, Navegam, Commercio, Aethiopiae, Arabiae, Persiae, Indiae*¹.»

Feita esta mais que resumida narração das descobertas portuguezas, para nos referirmos aos serviços que, em resultado d'ellas, os Açores em geral, e em especial a ilha Terceira, prestaram a Portugal, continuemos.

Em fins de junho de 1499, pouco mais ou menos, teve a ilha Terceira a honra de receber a inesperada visita do immortal Vasco da Gama, no seu regresso da descoberta do caminho maritimo para a India, acompanhando-o seu estremecido irmão, Paulo da Gama, que estava gravemente doente, tendo para esta viagem fretado uma caravella particular, na ilha de Santiago.

¹ Cardeal Saraiva — vol. v, pag. 93.

Contra todas as esperanças de encontrar, no clima açoreano, prompta cura aos seus padecimentos, veiu a morte roubar á patria portugueza o valente capitão.

Apoz uma gloria tão subida, que o grande Vasco da Gama acabára de conquistar, por entre tantos riscos e tormentas, gloria que immortalizou o seu nome, um golpe violento, dorido, luctuoso, veiu ferir o seu nobre coração, com a perda do seu immediato na conquista d'essa gloria, o irmão estremecido, Paulo da Gama.

É assim a vida. Um continuado d'alegrias e tristezas, de sorrisos e lagrimas, de esperanças e desillusões, e por fim o termo fatal, a morte!

E feliz d'aquelle que, antes de chegar ao termo fatal, soube e pôde conquistar um nome honrado, que depois nobilitando a sua memoria, honrou e nobilitou a terra que o viu nascer, como succedeu aos Gamas.

Á terra que tanto considerada e estimada havia sido pelo iniciador das descobertas portuguezas, que era a capital do archipelago açoreano, quiz a Providencia, que fosse a depositaria dos preciosos restos mortaes de Paulo da Gama, o audaz capitão.

Na igreja dos religiosos Franciscanos foram elles sepultados em cova rasa, segundo sua vontade; sendo elle, o valente navegador, de que o auctor da *Historia Seraphica*, diz: — *merecendo os seus ossos mausoleos eminentes, sobre que voasse a fama das suas acções illustres!*

Não teem os seus preciosos ossos mausoleus emi-

centes, é certo, mas repoisam no seio d'uma terra genuinamente portugueza, tão patriótica, que nenhuma outra ha que a exceda, e o caminheiro ao passar pela ilha Terceira, e entrando na igreja do extinto convento de S. Francisco, pode ler em modesta lapide de marmore, collocada junto da porta da sachristia do lado do Evangelho, o seguinte :

Á MEMORIA
DO
IRMAM DE VASCO DA GAMA
O ILLUSTRE CAPITÃO
PAULO DA GAMA
SEPULTADO
N'ESTE CONVENTO
ANNO - 1499
ERIGIO-LHE ESTA LAPIDE
O GOVERNADOR CIVIL
A. J. V. SANTA RITA
EM
JANEIRO-28-1849.

Em vista d'um deposito tão sagrado, o que fez a ilha Terceira, quando Portugal commemorou festivamente o quarto centenario da descoberta do caminho maritimo da India, pelo immortal Vasco da Gama?

É o que vamos ver, e passar a archivar, n'esta modesta memoria descriptiva.



IX

Depois dos esforços empregados, desde junho a dezembro de 1897, por uma commissão encarregada de estudar e encaminhar os trabalhos para o conseguinte d'uma exposição artistico-industrial-agricola açoreana, nada se pode conseguir n'este sentido; porque o governo se negou a conceder um subsidio para um certamen tão patriótico e civilizador.

Toda a imprensa açoreana tratou d'este importante assumpto, e os documentos comprovativos do trabalho da mencionada commissão, e que, como seu secretario, temos em nosso poder, hão de ficar archivados na bibliotheca da camara municipal, para serem consultados por quem quizer tratar desenvolvidamente d'este assumpto, tendo um bom auxiliar na serie de artigos publicados no jornal a *União*.

Malgrado este certamen, e como a ilha Terceira não podia deixar de jubilosamente tomar parte n'esta grande manifestação civica, porque depois de ser possuidora d'um deposito sacratissimo, como o dos preciosos restos mortaes de Paulo da Gama, seria o seu silencio uma falta imperdoavel, que macularia os fóros

de povo civilisado e patriotico, que os seus filhos têm alcançado, o governador do bispado, dr. José dos Reys Fisher e a commissão da imprensa periodica trataram de promover, o que passamos a mencionar.

Dia 17 de maio de 1898 — Alvorada por varias phylarmonicas. Girandolas.

Na magestosa egreja do extincto convento de São Francisco, que os alumnos do seminario haviam adornado festival e elegantemente, foi celebrada uma missa cantada a grande instrumental, pronunciando um patriotico e eloquente discurso, o revd.º João Pereira Damaso, natural da ilha de S. Miguel, professor do seminario, e actualmente conego da Sé d'Angra do Heroismo. O seu discurso foi publicado em folheto.

A esta festividade assistiram as auctoridades ecclesiasticas, civis, militares e judiciaes, a camara municipal angrense, e grande numero de pessoas de todas as classes sociaes.

No atrio da egreja estava postada uma guarda de honra.

Dia 18 — Alvorada e girandolas; á noite illuminações e musica.

Dia 19 — Pelas 11 horas da manhã, saiu do palacio do governo civil um imponente cortejo civico, em que iam tres elegantes e vistosos carros allegoricos:

Districtal, conduzindo tres creanças vestidas a character representando a ilha Terceira, a ilha Graciosa, e a ilha de S. Jorge.

Historico — tendo no centro um castello, encimado pela bandeira nacional, na frente o busto de Camões, e nos cantos quatro creanças; uma conduzia um livro, a Historia; outra os Luziadas e as duas restantes as Espheras. D'este carro sahiam fitas artisticamente dispostas, onde se liam versos de Camões.

Maritimo — uma elegante caravella. N'este carro liam-se em fitas os nomes dos principaes navegadores portuguezes e os das naus, que constituiram a armada da descoberta da India.

No cortejo encorporaram-se os alumnos das escolas primarias, seminario e lyceu, bombeiros voluntarios, artistas, maritimos, officiaes inferiores de caçadores n.º 10, funcionarios publicos, titulares, corpo consular, camara municipal, auctoridades civis, militares, maritimas e judiciaes, officialidade de artilheria e caçadores, fechando o prestito a commissão da imprensa seguida da banda regimental. A concorrência foi extraordinaria, não só da cidade e seus arredores, mas das freguezias do campo.

Depois do cortejo civico ter percorrido as principaes ruas da cidade, que estavam embandeiradas, e as janellas das casas adornadas com ricas e bonitas colgaduras, recolheu-se ao paço municipal, onde foi lido e assignado o seguinte auto:

No anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e oito, aos dezenove dias do mez de maio, no salão do Paço Municipal da muito nobre, leal e sempre constante cidade d'Angra do Heroismo, ilha Terceira, se reuniu a commissão

de jornalistas com as auctoridades, corporações administrativas devidamente representadas, corpo consular, officiaes militares, funcionarios publicos, alumnos de instrucção secundaria e primaria e mais cidadãos, que composeram o cortejo civico de homenagem aos navegadores portuguezes, que tanto exaltaram e engrandeceram a Patria, para que d'este solemne acto patriotico ficasse uma prova authentica de que esta cidade e ilha Terceira muito jubilavam em tomar parte na grande festa nacional, commemorativa do quarto centenario da gloriosa descoberta do caminho maritimo da India, pelo immortal Vasco da Gama, do que se lavrou o presente auto que depois de lido vae ser por todos assignado. Eu Alfredo Luiz Campos, secretario da commissão, o fiz escrever, subscrevo e assigno.

De tarde houve tourada na praça *Espirito Santo*, achando-se a praça adornada com bandeiras e flores, e os camarotes com colchas.

Dia 20 — Alvorada e girandolas. *Te-Deum* solemne na Cathedral, com acompanhamento de instrumental, proferindo um eloquentissimo, patriotico e primoroso discurso o talentoso capitular e jornalista revd.º Antonio Maria Ferreira. A concorrência a este acto foi grande, alem de todo o elemento official que esteve presente. A guarda de honra, que esteve postada na rua da Sé, em frente da Cathedral, deu as tres descargas, que são d'uso nas festividades de grande gala.

Á noite as illuminações foram brilhantes, produzindo bello effeito as particulares das ruas da Sé, Direita, e D. Maria Amelia. Na *Praça da Restauração*, que tambem estava illuminada, tocou a phylarmonica *Recreio dos Artistas*. Durante o dia e noite subiram ao ar innumerous foguetes. Todos os edificios publicos e consulados arvoraram as respectivas bandeiras e illuminaram a fachada dos seus edificios. Ás casas de ca-

ridade e Cosinha Economica foram distribuidos donativos, para melhoria dos jantares n'estes dias de festa nacional.

O general Frederico Augusto d'Almeida Pinheiro, governador do Castello de S. João Baptista, muito concorreu, prestando em tudo valioso auxilio á commissão da imprensa periodica terceirense. Honra lhe seja.



X

Para demonstração de que os Açores foram um ponto avançado para a descoberta da America, e um foco de irradiação para as explorações maritimas, o dr. Ernesto do Canto escreve :

«Os Açores, pela sua posição intermediaria entre o velho e o novo mundo, concorreram efficazmente para a descoberta d'este. Existem bastantes factos, em grande parte abonados por documentos authenticos, para o demonstrar, justificando as opiniões de Voltaire ¹ e de Humboldt. ²

«Habitados os insulanos com as frequentes tempestades maritimas, nunca se amedrontaram com os perigos da navegação. Ainda hoje os navios americanos occupados na pesca da baleia, teem numerosos tripulantes dos Açores, entre os quaes se encontram habi-

¹ Cest à ces découvertes des Portugais dans l'ancien monde que nous devons le nouveau. — Voltaire — *Essai sur les moeurs*, tome III, chap. 145.

² L'Islande, les Açores et les Canaries sont les ponts d'arrêt qu'ont joué le rôle le plus important dans l'histoire des découvertes et de la civilisation, c'est-à-dire dans la série des moyens qu'ont employés les peuples de l'Occident pour étendre la sphère de leur activité et pour entrer en rapport avec les parties du monde que leur étaient restées inconnues. Ces îlots, jétés entre les deux continents, ont perdu leur importance depuis qu'ils n'ont plus été les avant-postes de la civilisation européenne, des points d'attente et d'espérance. — Humboldt — *Examen Critique*, tome II, pag. 56 et 57.

lissimos arpoadores que, percorrendo as solidões dos mares em frageis esquifes a reboque do cetaceo gigante, correm em cada instante os azares de uma morte imminente!

«Da ilha Terceira, principalmente, partiram durante um longo periodo exploradores, com prôa d'oeste, a contar da viagem de Diogo de Têve por 1452 até á colonia preparada por Manoel Corte Real em 1567. Conservada ali a tradição d'estas navegações, estimulados os espiritos pelo apparecimento frequente de vestigios trazidos pelas correntes oceanicas, ou pelas imagens phantasticas de terras, a que a optica dá o nome de miragens, levados por ventura pela ambição de gloria e de riquezas, é certo que muitas e mallogradas tentativas, ali foram planeadas.»

Em seguida, este notavel investigador reproduz o que Antonio de Herrera, chronista mór do rei de Hespanha, conta sobre a influencia, que no espirito de Christovam Colombo tiveram alguns factos observados nos Açores, para o animar a proseguir na empreza de descobrir terras occidentaes.

Os factos apresentados por Herrera, resultado do estudo feito nos manuscriptos de Las Casas, contemporaneo de Colombo, e bem assim em muitos papeis e documentos d'este resumem-se:

— No apparecimento d'um pedaço de madeira gravada, que, segundo Martim Vicente contou a Colombo, foi encontrada a 450 legoas a oeste do Cabo de S. Vicente:

— Contarem os açoreanos, que depois de ventar fortemente do ponente e noroeste, trouxera o mar alguns pinheiros ás costas da Graciosa e do Fayal:

— Que na ilha das Flores arrojára o mar dois cadaveres com feições differentes das dos christãos:

— Terem encalhado nos Açores duas canoas, ou jangadas, insubmersiveis:

— Que nos Açores e outras ilhas se viam todos os annos algumas ilhas para o lado do ponente:

— Que em procura das ilhas da Antilha ou das sete cidades tinham alguns gasto as fortunas:

— Na descoberta da ilha das Flores por Diogo de Têve e Pedro Velasco, na volta de uma viagem de exploração ao ponente, e outra ao noroeste:

— Finalmente nas tres explorações de Vicente Dias auxiliado por Lucas de Cacena, morador na ilha Terceira.¹

«Se estes factos, reveladores da existencia de terras occidentaes, determinaram Christovam Colombo a metter mãos á sua grande empreza, e lhe deram a fé indispensavel, para, com pertinacia, vencer todos os obstaculos que se lhe oppozeram, são elles consequencia necessaria do facto inicial das viagens de Gonçalo Velho, em 1431, descoberta das Formigas e de Santa Maria em 1432.

«Até então não consta que algum outro navegante

¹ Pela data do Brazão de 1530 parece que estas explorações são posteriores ás de Colombo e dos Corte-Reaes.

voluntariamente se aventurasse tão longe no alto mar. Foi portanto a descoberta dos Açores e a sua colonisação, que, incitando a observações, elevaram a nautica da simples rotina da navegação costeira ás alturas d'uma sciencia exacta.

«Foi certamente com a practica da navegação para os Açores, que os pilotos portuguezes se aperfeiçoaram nos processos de observar os astros, para d'essas observações deduzirem a sua posição nas solidões do oceano, ou das terras que demandavam. Sem esta escola todo o progresso seria lento. A existencia e o achado do Archipelago Açoreano foi, pois, a causa determinante das posteriores e importantes descobertas do seculo xv.»¹

Demonstrado, por penna de mestre, o que acima fica exposto, relativo á importancia que os Açores tiveram nas descobertas, continuemos no exame dos preciosos documentos, que temos presente, e que mais e mais nos enchem de justo orgulho, como portuguez, e portuguez açoreano.

E seja-nos permittido o accentuar bem — *portuguez açoreano*, visto que ha muito portuguez continental, ou a grande maioria d'elles, que não sabe o que são os Açores.

O dizer-se a muitos dos continentaes, sou açoreano, michaelense, fayalense, terceirense, ou de qualquer das restantes seis ilhas, não sabem o que isto é, a não ser

¹ Dr. Ernesto do Canto — *Archivo dos Açores*, vol. iv.

é da ilha, porque para elles são todos *da ilha*; que é a Madeira!

A existencia do Archipelago dos Açores, a sua posição geographica, o numero de ilhas de que elle se compõe, o seu valor, riqueza e a sua historia, que é importante, tão intimamente ligada á da mãe patria, tudo isto é, para a grande maioria dos continentaes, completamente desconhecido. *É da ilha*, e está dito tudo.

E isto não admira, porque, quando nas repartições do Estado, e nos livros de geographia, que se tem adoptado para o ensino, se commettem erros por desconhecimento dos Açores, não é muito que o geral dos continentaes pouco saibam de nós.

Das repartições do Estadoahi fica um exemplo bem frisante.

Pelo ministerio da guerra foi, ha tempos, expedida ordem para que seguisse da ilha de S. Miguel um destacamento para a do Fayal, e como essa ordem não pudesse ser promptamente cumprida, por falta de embarcação para o transporte do destacamento, deu-se d'isto participação á repartição respectiva. A resposta não se fez esperar e foi: se o destacamento não pode ir pelo mar, *vá por terra!*

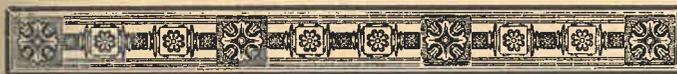
Da ilha de S. Miguel para a do Fayal *um destacamento por terra*, nem o mais palonço soldado açoreano de tal se lembraria!

Dos erros, que existem nos compendios de geogra-

phia, ahí fica tambem um digno dos tempos da palmaria. — Na ilha do Pico *ha um volcão em lava constante!*

E os bons dos picoenses teem escapado de ficar assados. Já é estar com sorte! Ao auctor de tal descoberta é que, com certeza, lhe ficou a cabeça a arder.

Assim, a visita de Suas Magestades aos Açores foi um relevante serviço, prestado ao archipelago pelos Monarchas Portuguezes, pela importante vantagem de nos tornar mais conhecidos, devido ao muito que a imprensa portugueza escreveu sobre tão faustoso acontecimento, na collaboração do que tomaram parte activa; com conhecimento certo, muitos açoreanos.



XI

A pirataria que audaz e desenfreadamente percorria o mar dos Açores, já em perseguição das naus da India, já em perseguição dos navios d'alto bordo, que o dr. Fructuoso diz possuirem os negociantes açoreanos, que commerciam com Portugal e Indias, levaram os terceirenses a preparar a sua defeza contra os piratas, construindo caravelas no *Porto de Pipas* e no *Porto Novo* d'Angra, onde tambem haviam sido construidos alguns dos navios, a que se refere o dr. Fructuoso.

As exportações de trigo, pastel, carnes, aguardente e pannos de linho, que se faziam da Terceira, excediam em valor ás importações, sendo em 4 de julho de 1499 instituido o foral das alfandegas dos Açores ¹, com um provedor, que tinha jurisdicção sobre a fazenda real de todas as alfandegas do archipelago.

N'este mesmo anno, em data de 20 d'outubro, encontramos uma carta de doação, concedida por

¹ Publicado na *Phenix Angrense* do P.^o Luiz Maldonado, e no *Archivo dos Açores* vol. iv, e no x vol. estão publicados uns accrescentamentos encontrados na alfandega de Ponta Delgada.

D. Manuel a João Fernandes, morador na ilha Terceira, da capitania das ilhas que descobrir.

Com relação a João Fernandes, examinando-se os documentos apresentados pelo dr. Ernesto do Canto, vê-se que, em 1501, Henrique VII de Inglaterra passou uma carta patente a alguns negociantes de Bristol, associados com João Fernandes, Francisco Fernandes e João Gonçalves, escudeiros, («*Armigeres in Insulis de Surrys, sub obediencia Regis Portugalis oriundis*») dos Açores, para descobrirem terras e governal-as em seu nome.

A isto notifica o investigador açoreano:

— «Sendo certo que Gaspar Corte-Real fez uma ou mais viagens de exploração, sem resultado, entre os annos de 1497 e 1500, e obtendo João Fernandes doação em 1499, das ilhas, que descobrisse, não será improvavel suppôr, que o mesmo individuo, animado por quaesquer noticias recebidas dos companheiros de Gaspar Corte-Real, alcançasse a carta de 1499, mas não tendo meios sufficientes para costear as despezas, partisse para Bristol, e ali se associasse com os individuos constantes da carta patente de Henrique VII?»¹

Assim, nos documentos que temos presente², vemos que a *Terra do Labrador* foi descoberta pelos

¹ Esta carta vem publicada em texto original e com a respectiva traducção no *Archivo dos Açores*, vol. IV. pag. 450 a 463. É um documento importante.

² *Archivo dos Açores*, vol. XII.

portuguezes, o que está demonstrado pelo estudo feito aos mappas antigos, espalhados pelas principaes bibliothecas do mundo.

Um d'elles, mappa B da bibliotheca Ducal de Wolfenbuttel, tem a seguinte legenda:

*Tierra del Labrador. La qual fue descubierta por los inglezes de la vila de Bristol e por que el que dio el aviso era lavrador de las islas de los Acares (Açores) le quido este nombre*¹.

Portulano de Visconte Maggiolo², 1511, *Terra de Lavorador* de rey de Portugal, 10 graus ao sul de uma *Terra de los Ingrés*.

Em uma carta portugueza anonyma de 1520 lê-se: — *Do Lavrador. Terram islam portugalenses viderunt a tamen non intraverunt*.

Os historiadores que se referem a esta descoberta apresentam opiniões perfeitamente oppostas sobre a causa, que lhe deu o nome — *Terra do Lavrador*.

Uns dizem que foi *pelo aspecto verdejante das suas costas*, outros porque os homens que lá encontraram eram *aptos para o trabalho (ad labor)*, quando é certo que o seu solo é pedregoso, não se prestando á cultura, e os que n'ella viviam sustentavam-se da caça e da pesca.

Assim é perfeitamente acceitavel, que o nome de *Lavrador* foi devido a ser lavrador o que a descobriu,

¹ H. HARRISSE — *Jean e Sebastian Cabot*, pag. 187.

² H. HARRISSE — *Idem*, pag. 167.

o que n'aquelles tempos se dava, pois muitos guerreiros e audazes navegadores se applicavam á cultura das terras.

Mas, ou seja pela viagem de Gaspar Corte-Real, organisada na Terceira, em que João Fernandes o acompanhasse, e tivesse conhecimento d'aquella terra, e que depois associando-se com os inglezes de Bristol a ella se dirigisse, ou por viagem propria, para a qual D. Manoel lhe fez promessa da capitania da ilha ou ilhas que descobrisse, o que se demonstra, é que se deve a sua descoberta a gente portugueza, e que o nome de *Labrador*, conclue o dr. Ernesto do Canto, de todas as explicações dadas a mais provavel e racional é ter sido derivada de *João Fernandes, Lavrador da ilha Terceira*.

Accresce mais a justificar esta explicação um documento importante do traslado d'uma demanda, em 1506¹, em que se encontra a seguinte allegação de Pedro de Barcellos :

Que tendo já roteado terreno, que podia levar 14 a 15 moios de sementeira: — *houve um mandado d'El-Rei para ir a descobrir eu e um João Fernandes Lavrador, no qual descobrimento andamos bons tres annos e quando tornei á dita ilha achei a minha gente fora das ditas terras e em poder d'ellas uns filhos de João Valladam.*

¹ Publicado no vol. XII do *Archivo dos Açores*.

Pedro de Barcellos, como se vê das cartas de sesmaria a seu favor, de 18 d'outubro de 1490 e 14 d'abril de 1495¹, residia na freguezia das Lages, e julga-se ser o mesmo, a que o padre Manuel Luiz Maldonado se refere no seu volume genealogico na *Phenix Angrense*, filho de Pedro Pinheiro, natural de Barcellos e um dos primeiros colonos da ilha Terceira.

Em 21 de março de 1498 concedeu D. Manoel a mercê de escudeiro a Manoel Fernandes, morador na ilha Terceira. Suppõe-se ser irmão de João Fernandes e de Francisco Fernandes, que na carta patente de Henrique VII, são cognominados escudeiros.

O padre Antonio Cordeiro, na *Historia Insulana*, liv. VI, cap. XVI, refere-se a um João Fernandes, que foi o primeiro a sahir do mar Pacifico pelo Estreito de Magalhães; mas nada ha que comprove ser o mesmo João Fernandes, da ilha Terceira.

Pinheiro Chagas², quando relata o reconhecimento da costa da Senegambia, por Diniz Dias, 1445, refere-se a um João Fernandes, que sete mezes antes tinha ido em exploração africana, dizendo que em sua procura foram tres navios, sendo encontrado em uma praia ao sul das ilhas d'Arguim.

Das declarações que fez a Antonio Gonçalves, commandante da expedição, resultou a compra de oiro

¹ Publicadas no *Archivo dos Açores*, vol. XII.

² Vol. II. — Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal* — pag. 262 e 263.

e escravos, feita ao chefe Ahude Maymon. Este sitio ficou denominado *Cabo do Resgate*.

No oceano Pacifico existe uma ilha, denominada *ilha de João Fernandes*, fronteira ás costas do Chili.

O nome de João Fernandes, que de certo não é, nem pode ser o mesmo individuo, apparece muito nas descobertas maritimas portuguezas.



XII

Pelo que havemos narrado, relativo ás descobertas maritimas, de que os Açores foram posto avançado, têm logar de honra, na lista dos navegadores portuguezes, os Corte-Reaes tão intimamente ligados á ilha Terceira, devendo addicionar-se á mesma lista, embora em plano menos elevado, Diogo de Têve, Pedro Velasco, João Fernandes, Francisco Fernandes e Pedro de Barcellos, todos d'esta ilha.

Como em todas as cousas, as glorias são sempre para os que dirigem, para os que commandam, contudo nos dois navios que, segundo alguns historiadores, saíram da Terceira, em viagem de exploração sob o commando de Gaspar Corte-Real, deviam ir muitos açoreanos, que, de certo, prestariam bons serviços; mas d'estes ignoram-se os nomes.

A esta lista temos de acrescentar mais os nomes de dois terceirenses Gomes Pacheco de Lima e Manuel Pacheco, filhos de João Pacheco.

O primeiro foi mandado por el-rei D. João e o infante D. Luiz, por capitão mór d'uma grossa armada,

a fazer o despejo das ilhas de Buam na costa da Guiné, onde o mataram.¹

O segundo foi mandado por *capitam e scripvam do navio do descobrimento do regno d'Amgola tee o cabo de Boa Esperança, que esta he a maneyra em que avemos por bem nos syrvaees na dita viagem*². Foi tambem embaixador d'el-rei D. João III ao rei do Congo³.

Temos mais os nomes de dois graciosenses, Gaspar Dias, dispenseiro da nau *Santiago, e João da Silva*, marinheiro da nau *Conceição*, naus que, em 20 de setembro de 1519, saíram de S. Lucas de Barrameda, fazendo parte da esquadilha, que, sob o commando do valente, quanto desditoso Fernão de Magalhães, tinha de realizar a gloriosa viagem, dando a primeira volta ao mundo.

O escriptor hespanhol Diogo de Barros Arana, que escreveu e publicou o livro, *Vida e viagens de Fernão de Magalhães*, que Fernando de Magalhães Villa Lobas traduziu, e que acabamos de ler, diz:

«Ainda quando a viagem, emprehendida por Magalhães, não tivesse produzido senão o reconhecimento da extremidade meridional do continente americano,

¹ Dr. G. Fructuoso — *Saudades da Terra* — Liv. IV, cap. 10.

² *Livro das leis e Regimentos* de D. Manuel. O regimento que diz respeito a Manuel Pacheco está publicado no vol. III do *Archivo dos Açores*.

³ Dr. Fructuoso — *Saudades da Terra*, e visconde de Paiva Manso — *Historia do Congo*.

o descobrimento do Estreito, a que a posteridade deu o nome do celebre viajante, e a navegação de mares desconhecidos, só por si devera ella ser considerada, como uma das mais notaveis empresas levadas a cabo n'aquelle seculo de atrevidas explorações.

«Esta viagem, porém, assignala, alem d'isso, um dos mais solidos progressos, que nunca a geographia houvera feito.

«A redondeza da terra, que alguns sabios haviam advinhado, ficou sendo desde então um facto provado pela experiencia.

«A geographia rompeu os laços que a traziam ligada ás preocupações do vulgo, e pôde desenvolver-se livremente para chegar ao estado, em que hoje a vemos».

E esta gloria pertence a um portuguez, Fernão de Magalhães, natural da aldeia de Saborosa, provincia de Traz-os-Montes.

E assim era justo que fosse. Aos portuguezes devia-se o inicio das grandes descobertas maritimas, o alcançar o posto avançado, os Açores, para dar ao mundo velho um mundo novo; a um portuguez devia tambem pertencer o completar a obra, dando o conhecimento perfeito da forma do mesmo mundo, a sua redondeza.

O que é realmente para lamentar, é que a emulação e a inveja, que lavravam entre os cortezaos de D. Manuel, levassem a intrigar e a malquistar Fernão

de Magalhães com el-rei, resultando, para que podesse pôr em execução o seu audacioso plano, ter de ir offerecer os seus serviços a Carlos v de Hespanha.

«Antes de deixar a patria, Magalhães quiz desnaturalizar-se d'ella, como cumpria a um fidalgo do seculo xvi. E assim o fez, por actos publicos, com toda a solemnidade, para poder livremente offerecer os seus serviços a quem melhor quizesse ¹.

«Não ha vida mais terrivel, que a de Magalhães. Tudo é combate, navegações longinquas, fugas e processos, naufragio e assassinio frustrado, em fim a morte entre os barbaros. Peleja na Africa. Peleja na India. Vive entre os malayos tão bravos e tão ferozes. Elle mesmo parece havel-o sido ².

E se, como portuguezes, nos podemos orgulhar por ter sido um portuguez, que circum-navegou a America, como Vasco da Gama havia circum-navegado a Africa, a gloria da realização de tão avantajado commettimento coube á Hespanha.

Não serviu de exemplo, para emenda, a D. Manuel e á sua corte, o erro commettido por D. João II, quando, levado pela falsa opinião d'alguns doutores, regeitou a proposta de Colombo, julgando-o um visionario; propôsta, que annos depois, ainda assim

¹ Faria e Sousa — *Commentarios aos Luziadas*. — Barbosa — *Bibliotheca Lusitana*.

² Michelet — *La mer*.

com grande custo, os reis Fernando e Izabel acceitaram, e de que resultou a descoberta da America.

Mas, como não é nosso proposito o alongarmo-nos no muito, que diz respeito a Fernão de Magalhães, e a que mesmo não nos referiríamos tanto, se dos valentes marinheiros, que o acompanharam, não fizessem parte dois açoreanos, que com elle morreram nas Filippinas, encerremos o que lhe diz respeito com os seguintes paragraphos, escriptos por Michelet.

«Magalhães buscou,olveu, desenredou-se de cem ilhas, entrou n'um mar sem limites, *Pacifico* n'aquelle dia, e que tem conservado até hoje este nome.

«Magalhães pereceu nas Filippinas. Quatro navios desapareceram. O unico que ficou, a *Victoria*, não contava a final senão treze homens; tinha porém o seu grande piloto, Sebastião o Vasco, que voltou só, tendo sido o primeiro mortal que deu a volta ao mundo.

«Não ha nada mais grandioso, que esta viagem. Desde então o globo ficou certo da sua redondeza. Essa maravilha physica da agua uniformemente estendida sobre uma bola, a que adhire sem despegar-se, este milagre estava demonstrado. Estava, finalmente, reconhecido o *Pacifico*, esse grande e mysterioso laboratorio, onde, longe da nossa vista, a natureza trabalha profundamente a vida, nos elabora mundos, continentes novos.

«Era uma revelação de immenso alcance, não só material, mas também moral, que centuplicava a audacia do homem, e o lançava noutra viagem sobre o livre oceano das sciencias, no esforço temerario e fecundo de dar a volta ao infinito».



XIII

Não é só na lista dos navegadores, que temos açoreanos para d'ella fazerem parte; tambem existe um bom contingente para a lista dos mais esforçados guerreiros, que nas plagas africanas muito batalharam e muito fizeram para o engrandecimento da patria.

Felizmente, n'estas abençoadas paragens, teve a patria filhos dedicadissimos em tudo e para tudo.

Terceirenses — João Dias Ximenes, que, na tomada d'Azamor, foi armado cavalleiro por Nuno Fernandes d'Athayde, o que lhe foi confirmado por D. Manuel em carta de 25 de janeiro de 1514.

Affonso Annes da Costa, armado cavalleiro, no Cabo Gué, por D. Francisco de Castro, em 1519.

Fernão Lourenço Ramos, que prestou valiosos serviços em Ceuta, como consta da carta de confirmação de D. João III de 20 de fevereiro de 1527.

Sebastião Thomé que, pelos seus serviços em Alcaccer, foi armado cavalleiro por Bernardim de Carvalho, confirmado por carta de D. João, 1549.

Manuel Fernandes Cabral que, pelos seus servi-

ços em Azamor, recebeu carta de cavalleiro em 1542 ¹.

Fr. Antonio Pires do Canto, a quem pelos seus serviços, feitos na guerra contra os infieis, foi concedida, por carta de 8 d'agosto de 1551, a commenda de S. Cosme de d'Azere.

Gaspar Machado, filho de Gonçalo Ennes da Fonseca, a que já nós referimos, o primeiro ente que recebeu as aguas baptismaes na ilha Terceira, que, conjunctamente com os seus dois irmãos mais moços, João Gonçalves Machado e Diogo Machado, fora armado cavalleiro em Africa, pelo seu valor e bons serviços.

O filho primogenito de Gaspar Machado foi Gaspar Gonçalves da Ribeira Secca, que, como seu pae e seu avô, exerceu o cargo de juiz dos orphãos na villa da Praia, 1510.

Antonio d'Utra de Figueiredo, filho de Gaspar Gonçalves, deixou de si nome honroso, pelos seus assignalados feitos, como almirante das esquadras d'alto bordo da India.

Com relação a estas esquadras, e a todos os navios que faziam a carreira da India e do Brazil, foram assignalados os serviços prestados pelos açoreanos em geral, e em especial pelos terceirenses, defendendo-os

¹ Todas estas cartas estão publicadas no *Archivo dos Açores* — vol. III, IV, e bem assim as que dizem respeito aos açoreanos a seguir.

da pirataria, que audazmente percorria o mar dos Açores.

Em 20 d'agosto de 1520 foi publicado o regimento para as naus da India nos Açores, e são realmente de subido valor, o elevado numero de cartas dirigidas a el-rei pelos corregedores, provedores e capitães môres, relatando todo o acontecido em defesa das naus portuguezas ¹.

A direcção dos serviços para a construcção da esquadra, organizada nos Açores, foi dada a Pedro Eanes do Canto, natural de Guimarães, portuguez denodado, que em 1509, quando a praça d'Arzilla esteve cercada pelo rei de Fez, para lá se dirigiu com um navio, com gente portugueza, paga á sua custa, tomando aos mouros, depois de oito dias de porfiada e perigosa lucta, o forte de *Tonbelalon*.

«Por tão relevantes serviços, el-rei D. João III, por alvará de 20 de junho de 1539, accrescentou ao antigo escudo de suas armas um baluarte» ².

O commando d'esta esquadra açoreana foi conferido a seu filho Antonio Pires do Canto, fidalgo da casa real, attendendo á propecta idade de Pedro Eanes do Canto.

Esta armada conseguiu valorosamente limpar o mar dos Açores dos corsarios, que o infestavam. Na

¹ Estas cartas estão publicadas no *Archivo dos Açores*.

² José Joaquim Pinheiro — *Épocas Memoraveis da ilha Terceira*.

altura do Corvo esperava as naus da India, acompanhando-as até Lisboa.

«Entre outros, refere Drummond e José Joaquim Pinheiro, não se devem esquecer os nomes de Sebastião Gago e Jorge Camello, que commandavam navios d'alto bordo, e que falleceram na India, e os dos heroicos Pedro Camello Pereira e André de Novaes, todos da ilha de S. Miguel, assim como de Jorge de Lemos, Francisco Dias de Carvalhal, Gaspar d'Ornellas de Gusmão, Manuel Corte-Real, Diogo Lopes Machado e Diogo Gonçalves Machado, da ilha Terceira, que, por seu valor marcial, a historia tem obrigação de memorar».

É documento importante, dos serviços prestados pela armada terceirense, a seguinte carta, que a camara d'Angra dirigiu a el-rei:

«...que os terceirenses não só continuavam com a maior lealdade no provimento das armadas e naus da India, mas ainda na defensão d'ellas, e dos navios de Cabo Verde, S. Thomé, Brazil e Guiné, sahindo com suas caravelas e embarcações a pelejar com os corsarios, quando ao porto da cidade, ou á vista d'ella os vinham accommetter; — que andando os annos passados, o capitão-mór Pedro Corrêa de Lacerda, ás bombardas com certos francezes, muitos terceirenses sahiram em seu favor, abalroando e tomando um navio á força de braço; que tres annos antes, por se achar com pouca gente o capitão-mór Francisco Nobre, para seguir um corsario poderoso, que com algumas velas andava preando junto da ilha de S. Miguel, igualmente muitos terceirenses se embarcaram com elle, e com os mais capitães da sua conserva, e armaram ainda uma nau, com a qual se acharam no desbarato d'aquelle pirata, sendo os que melhor pelejaram, e com mais esforço, por onde o galeão capitania não foi entrado dos inimigos; — que no anno antecedente, se elles não socorressem de terra com muita diligencia a nau, em que vinha da India D. Luiz d'Almeida, podéra ser tomada, — de modo que elles estavam sempre com as armas ás cos-

tas, offerecidos a socorrer, não só as armadas, naus e navios particulares portuguezes, mas ainda os outros estrangeiros, castelhanos e flamengos, vassallos d'el-rei Philippe, que assim pacificamente navegavam n'esta paragem seguros, estando os terceirenses continuamente como em frontaria, por ser a ilha Terceira a escala universal da navegação, pelejando em serviço d'el-rei com grande perigo das suas vidas, e dispendio de suas fazendas.

Pedro Eanes do Canto casou com D. Joanna Abarca, de quem houve dois filhos, Antonio Pires do Canto, a que já nos referimos, e João da Silva do Canto. Teve mais um filho natural, Francisco do Canto, de quem descendem os *Cantos* bastardos da Terceira.

Francisco do Canto, pelos seus valorosos feitos em Africa, foi armado cavalleiro, e concedido lhe foi o fôro grande de fidalgo, que elle cedeu em seu pae, no anno de 1527. Alcançou mais a commenda da ordem de Christo, carta regia de 7 de setembro de 1546, e a de S. Thomé de Travassos, no arcebispado de Braga, quando em 1555 conduziu dos Açores a Lisboa tres naus, que vinham do Oriente.

N'este anno foi para o Brazil, acompanhando o governador geral Thomé de Sousa, que, em 4 d'agosto de 1549, escrevia a Pedro Eanes do Canto, nos seguintes termos:

«Eu não sei como comece a falar n'elle a V. M. senão que saibaes certo, que tendes o mais honrado filho, e mais para tudo, do que tem homem n'este reino; e se lá ouvirdes dizer que eu cá fiz uma cidade, elle a fez ¹.

¹ Pinheiro — *Épocas Memoráveis*.

Pedro Eanes falleceu em 1556, instituindo tres vinculos, que legou aos tres filhos.

João da Silva do Canto, a quem, pelos seus serviços em Ceuta, foi dada a commenda de Christo, por carta de 25 de fevereiro de 1551, succedeu a seu irmão na provedoria das armadas; foi tambem provedor da fazenda, capitão mór d'Angra, 1571, e do conselho d'el-rei. Falleceu em 1577, succedendo-lhe no morgado sua filha unica, D. Violante da Silva do Canto.

Á sua custa constituiu o caes do *Porto de Pipas*, e varadouro, e por carta de 21 de julho de 1572, que el-rei lhe mandou, tratou de estabelecer duas estancias militares, uma no *Porto de Pipas*, e outra no *Fanal*, e reparou o castello de S. Luiz.

No anno seguinte, como apparecesse uma armada estrangeira de 50 navios de guerra, que andava ao corso, e que fundeou proximo da Villa de S. Sebastião, tratou-se da construcção da fortaleza ou castello de S. Sebastião, vulgarmente conhecido pelo *Castellino* e da fortaleza de Santo Antonio no Porto Judeu.

Para a edificacão da primeira cedeu Pedro de Castro do Canto, filho d'Antonio Pires do Canto, o terreno necessario.

«Pero d'Ornellas, filho de João d'Ornellas, o primeiro que veio para a ilha Terceira, deixou distincta memoria de seus feitos.

Acompanhou para a India D. Francisco d'Almei-

da, parente de sua cunhada D. Isabel de Sousa, mulher de seu irmão primogenito, Gaspar d'Ornellas; achou-se nos mais notaveis feitos d'armas no tempo d'aquelle vice-rei ¹; esteve na batalha, em que perdeu a vida o heroico D. Lourenço d'Almeida; e, quando o pae foi vingar a morte do filho, confiou a guarda da costa a Pero d'Ornellas, dando-lhe para tal serviço o commando d'uma armada de quatro velas. Desempenhada a commissão de modo que lhe merecesse os agradecimentos e recompensas de D. Francisco, continuou Pero d'Ornellas a servir na India ás ordens do grande Affonso d'Albuquerque, e, commandando uma nau da esquadra que deu sobre Goa, foi morto no dia do assalto, a 25 de novembro de 1510 ².

Alvaro d'Ornellas, da Villa da Praia, a quem foi concedida mercê dos privilegios de fidalgo por carta de 12 de março de 1534, e o habito de Christo em 1535, de que pagou de tença 15\$000 réis.

Manoel Gonçalves, confirmado cavalleiro por carta de 8 de junho de 1545, pelos seus serviços, feitos e... Arzila no anno de 1537.

Tristão de Sousa de Gusmão, terceirense, filho de Gaspar d'Ornellas de Gusmão e de D. Isabel de Sousa, pelos serviços que prestou na India por espaço de 12 annos, premiado com o posto de capitão em duas

¹ 1505 a 1510.

² Gaspar Corrêa. *Lendas da India*—(Obras de D. Ayres d'Ornellas, Arcebispo de Goa, Porto 1801, pag. 18).

viagens a Ceilão. Achou-se em todas as acções de nome, desde o começo do governo de Martins Affonso de Sousa, seu parente, a quem acompanhou ¹.

Gabriel da Rocha, armado cavalleiro por serviços prestados em Mazagão, confirmado por carta de 22 de setembro de 1548.

Lopo Dias Cabaço, armado cavalleiro em Çafim por D. Nuno de Mascarenhas, confirmado por alvará de 6 de maio de 1520 ².

Antonio Moniz Barreto, heroe tão abalisado por seus feitos, no tempo de D. João de Castro, acompanhando-o em 1541 para a India, praticando acções valorosas, que se acham relatadas por Jacinto Freire d'Andrade ³.

Posto isto, continuemos na pesquisa dos açoreanos, que n'esta época tanto se honraram, honrando a patria, passando para isso alem da Terceira, ás restantes ilhas, tanto quanto nos seja possivel n'esta limitada *memoria*.

Graciosense — Pero d'Evora, que, pelos seus serviços em Çafim e Mazagão, foi armado cavalleiro por Gonçalo Mendes Çacoto, o que lhe foi confirmado por carta regia em 1526:

Michaelenses — Alvaro Lopes de Santo Antonio, armado cavalleiro por D. Duarte de Menezes, pelos

¹ Drummond — *Annaes da Terceira* — vol. I, pag. 97.

² Idem, idem.

³ Diogo de Couto, Dec. VII, cap. IV.

seus serviços em Tanger. Carta de confirmação de D. Manoel em 1511.

Gonçalo Dias, armado cavalleiro por Ruy Barreto, na tomada d'Azamor. Carta de confirmação de D. Manuel de 20 de junho de 1514.

Pero Annes, tambem armado cavalleiro por Ruy Barreto, na tomada de d'Azamor, o que na mesma data lhe foi confirmado por D. Manuel.

Tristão Pires, pela mesma razão, armado cavalleiro, e confirmado por carta de 5 de setembro do mesmo anno.

Pero Manuel (Pavão) e André Manuel (Pavão) armados cavalleiros em Tanger por Ruy Barreto, sendo isto confirmado por carta de 26 de maio de 1515.

Alvaro Pires, armado cavalleiro por Nuno Fernandes d'Alhaide, capitão de Çafim, confirmado por carta de 26 de maio de 1515.

Gaspar Manuel (Pavão), armado cavalleiro por D. Vasco Coutinho, capitão d'Arzilla, confirmado por carta de 26 de maio de 1515.

Diogo Nunes, armado cavalleiro por Ruy Barreto, em Tanger, confirmado por carta de 18 d'abril de 1516.

Thomé Rodrigues, armado cavalleiro por Luiz Loureiro em Çafim, confirmado por carta de 13 de março de 1539.

Nuno Fernandes, armado cavalleiro por Antonio Leite em Mazagão, confirmado por carta de 18 d'abril de 1539.

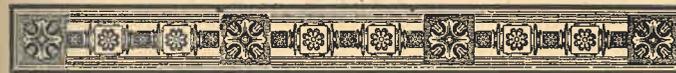
Manuel da Camara, filho do capitão donatario da ilha de S. Miguel, segundo a carta de D. Guterre de Monroy, de 2 d'abril de 1541, em que participa a perda da Villa de Santa Cruz, do Cabo de Gué, ou Aguer. Prestou valiosos e valorosos serviços, ficando captivo dos mouros, e perdendo toda a sua fazenda.

Bartholomeu Affonso, armado cavalleiro, em 1550, pelos seus importantes serviços em Diu.

Mariense—Thomé da Camara, da ilha de Santa Maria, armado cavalleiro por D. Francisco Coutinho, pelos seus serviços em Tanger, confirmado por carta de D. João em 1548.

*

Na *Historia Insulana*, do padre Antonio Cordeiro, lê-se, que foram destros pilotos os terceirenses, Ayres Fernandes que vinte vezes foi á India, sem nunca arribar; seu filho Luiz Ayres, e Manuel Fernandes, tão insigne piloto, que foi o primeiro a descobrir a derrota de Portugal para Malaca, sem tocar na India, e foi o piloto mór do Galeão S. Martinho, em que D. Sebastião passou pela ultima vez á Africa, em 1578.



XIV

No periodo aureo das descobertas portuguezas, um intrepido marinheiro genovez appareceu em Portugal, em 1470, onde fixou residencia, casando com D. Philippa, filha de Bartholomeu Moniz Perestrello, donatario da ilha do Porto Santo.

Esse marinheiro intrepido foi Christovam Colombo, nascido em 1436.

Tendo cursado, na universidade de Pavia, nautica, geometria, astronomia e latim, com o seu genio profundamente tenaz e emprehendedor, ousado até á temeridade, com os conhecimentos adquiridos nas explicações, cartas e apontamentos de seu sogro e do cunhado de sua esposa, o conhecido navegador Pedro Corrêa, refez os seus estudos e elaborou o plano, que o havia de immortalizar, embora, e, por isso mesmo, o resultado obtido d'esse plano fosse diverso d'aquelle, a que se propunha.

Estava realizada a passagem do *Cabo das Tor-*

mentas. Os commerciantes desejosos das riquezas do Oriente, e encantados com as maravilhosas narrativas de Marco Polo, excitaram os sabios e os navegantes á descoberta do caminho mais curto, que podesse estabelecer facilmente ás communicações com as Indias, China e Japão. As opiniões variavam. Christovam Colombo julgava ser mais facil a communicação entre a Europa e a Asia pelo Occidente. Foi um erro. Mas abençoado erro que veio dar ao velho mundo um mundo novo.

Convicto da veracidade dos seus calculos, apresentou o seu projecto a D. João II, submettendo-o a um conselho dos homens eminentes, que o consideraram como extravagante e o seu auctor um visionario.

Não esperando Colombo um tal resultado, sahiu de Portugal, tendo já enviuvado em 1484, indo apresentar-se á republica de Genova, que regeitou o seu projecto de navegação trans-oceanica.

Não desanimou, porém, com estas decepções. Dirigiu-se á Hespanha, indo, depois de muito trabalho, privações, e quasi morto de fome, levando ao collo seu filho Diogo, bater ás portas do convento de Santa Maria d'Arribada. Ali, depois das suas narrações, tomando conta da educação do filho, recommendaram-no ao confessor dos reis Fernando e Izabel, o arcebispo de Tolledo, Pedro Gonzalez de Mendoza, que lhe obteve uma audiencia.

Apresentado o projecto a Fernando e Izabel, que

o acolheram favoravelmente, foi submettido a exame de sabios, prelados e religiosos, que julgaram Colombo como heretico, visto elle affirmar a esphericidade da terra!

Depois d'esta deliberação, mandou seu irmão a Henrique VII de Inglaterra, offerecendo-lhe os seus serviços, que tambem foram regeitados.

Mais tarde, depois de expulsos os mouros da Hespanha, e devido á sua tenaz insistencia, para a realisação do seu projecto, conseguiu Colombo do rei e da rainha, principalmente d'esta, que se resolvesse tentar a empresa. Levou dezoito annos, para alcançar o fim desejado — *procurar o Oriente pelo Occidente*.

Aprestou-se uma esquadilha de tres navios, a *Santa Maria*, a *Pinta* e a *Nina*, tripuladas por cento e vinte homens.

A 3 d'agosto de 1492 sahiu Christovam Colombo do porto de Palos ¹.

Quatrocentos annos depois, em 1892, para se commemorar esta data notabilissima, de que resultou a descoberta da America, promoveu a Hespanha sumptuosos festejos, realisando em Madrid uma exposiçáo constando das secções maritimas, bibliographicas e documentaria, ethenographica americana, arte ornamental e bibliographica artistica.

Ora, como os Açores haviam sido o *posto avan-*

¹ Parte do artigo commemorativo do centenario Colombiano, que escrevemos e publicámos no *Angrense*, em 3 d'agosto de 1892.

cardo e o foco de irradiação para esta assignalada descoberta, como já ficou demonstrado, e alem d'isto no seu regresso á Hespanha tinham aportado á ilha de Santa Maria, em 18 de fevereiro de 1493, as caravelas commandadas por Colombo, d'onde sahiram no dia 23 depois de cumpridos os votos religiosos dos tripulantes, o Archipelago Açoreano tomou tambem parte condigna n'esta commemoração, como do seguinte programma da *Commissão Colombiana* nos Açores.

Dia 3 d'agosto de 1892, programma geral :

Pelas 12 horas do dia, na sala nobre da camara municipal de Ponta Delgada, sessão publica, solemne, commemorativa da saida de Christovam Colombo do porto de Palos, para o descobrimento do Novo Mundo, lavrando-se uma acta que será assignada por todos os cavalheiros presentes.

— Á noite illuminação nos edificios de instrucção publica e escriptorios de redações n'esta cidade.

— Á mesma hora, será em tudo observado este programma nas outras capitães dos districtos açoreanos, Angra do Heroismo e Horta, e em todas as ilhas do archipelago a saber : S. Miguel, Santa Maria, Terceira, Graciosa, S. Jorge, Fayal, Pico, Flores e Corvo.

Alem d'estas manifestações collectivas, convirá que na ilha de Santa Maria não passe desapercibido o dia 18 de fevereiro de 1893, em que faz 400 annos que aquella ilha aportou Colombo em regresso já do Novo Mundo.

Esta homenagem prestada ao immortal navegador, e que prova a solidariedade dos povos açoreanos nas manifestações civilisadoras, affirmar-se-ha com a publicação de um numero commemorativo de cada jornal, que se publicar nos Açores, no dia 3 de agosto.

As actas originaes da celebração do centenario de Colombo em todas as ilhas do archipelago, serão enviadas em elegante encadernação para a Exposição Colombiana, devendo, quando esta se encerrar, ser recolhido na «Academia Real das Sciencias» de Lisboa.

Todos os jornaes açoreanos d'aquelle dia, commemorativos da festa, formarão tambem valiosos albuns, os quaes depois de figurarem na Exposição serão :—um destinado a ficar conservado junto de qualquer archivo em que se recolherem os trabalhos apresenta-

dos ao certamen, outro ficará pertencendo ao presidente da Commissão Colombiana das festas realisadas em Madrid, outro á «Academia Real das Sciencias», outro á Bibliotheca Publica de Lisboa e outro ao archivo da camara municipal de Ponta Delgada.

Todos estes volumes são assignados na dedicatória pelos membros da Commissão Colombiana nos Açores.

A Commissão central e as sub-commissões delegadas, procederão á conferição de um programma especial para cada cidade ou concelho açoreano, no caso de julgarem necessario.

Ilha de S. Miguel—Ponta Delgada—Sala das sessões da Commissão Central Colombiana nos Açores, aos 18 de junho de 1892.—O vice-presidente, *Francisco Maria Supico*—Os vogaes, *Caetano de Andrade Albuquerque*—*Francisco Affonso da Costa Chaves e Mello*—*Gil Mont'Alverne de Sequeira*—*Guilherme Fisher Berquó Poças Falcão*—*Manuel Pereira de Lacerda*—O secretario, *Gabriel d'Almeida*.

As actas documentativas d'esta commemoração, no archipelago, constituem um bom folheto, denominado os *Açores a Colombo*, publicado em Ponta Delgada, sob a direcção de Joaquim d'Araujo, da Academia Real das Sciencias de Lisboa e representante da Commissão Central Colombiana dos Açores, e de Gabriel d'Almeida, da Sociedade Geographica de Madrid e iniciador da commissão açoreana.

Na acta, de 6 d'agosto, da camara municipal d'Angra, lê-se: «Sessão extraordinaria, por não se ter realisado a ordinaria no dia tres, por causa da sessão solemne commemorativa da partida do afamado navegador Christovam Colombo em demanda de um novo caminho para o Oriente, da qual resultou a descoberta do novo mundo; glorioso successo que tornou immortal a memoria do ousado genovez, enriqueceu o velho continente e as sciencias, dilatou o christianismo, a civilisação e o progresso.»

Na sessão solemne realisada na sala nobre do municipio angrense, fallaram brilhantemente o bispo D. Francisco José, deão José da Fonseca Abreu Castello Branco e o coronel Celestino de Sousa. A *concorrença foi valiosa*.

A acta da sessão solemne, acompanhada dos *numeros commemorativos, que os jornaes publicaram n'este dia, foi representar a ilha Terceira na Exposição Colombiana em Madrid*.

Publicaram *numeros especiaes commemorativos os jornaes terceirenses: Angrense, Terceira, Peregrino de Lourdes, Evolução, Imparcial, Cartão de Visita, Popular, Voz do Povo, Commercio e Districto d'Angra*.

À noite *illuminação nos edificios publicos e escolas*.



XV

Os phenomenos vulcanicos que se tem dado nos Açores, de que, muitos dos mais importantes, tiveram logar antes da sua descoberta, deixaram em todas as ilhas os seus notaveis vestigios.

Prestando-se as ilhas açoreanas a observações geologicas de primeira ordem, até hoje, ao que nos conste, não se ha feito um estudo scientifico completo do archipelago, nem da sua ligação com os archipelagos da Madeira e das Canarias.

«O exame d'esta ligação offerece, á primeira vista, analogias admiraveis, sobretudo para resolver a celebre questão :

«Se existiu em época muito anterior áquella que a historia conhece, algum Continente ou ilha entre a Europa e a America, ou se os terrenos, que se encontram actualmente n'este espaço, provêm de ter-se alteado o fundo do mar ¹.»

Como leigos na materia, nada dizemos sobre o assumpto, deixando um tão importante estudo a quem competencia tiver, limitando-nos, tão sómente, á

¹ Dr. Ernesto do Canto—*Archivo dos Açores*, vol. x, pag. 239.

resumida narrativa dos phenomenos vulcanicos, que se deram nos Açores, depois da sua descoberta, até 1638, ficando os restantes até 1867, para um outro capitulo, quando nos aproximarmos mais da época, em que elles tiveram logar.

Seja-nos, porém, permitido o transcrever a parte do resumo das observações geologicas, que dizem respeito ás ilhas, que compõem o districto d'Angra, feitas pelo conde Vargas de Bedemar, em uma viagem ás ilhas da Madeira, Porto Santo e dos Açores, nos annos de 1835 e 1836.

O conde Vargas de Bedemar, era camarista d'El-Rei da Dinamarca, director do Museu Real da Historia Natural e sociò da Academia das Sciencias em Copenhagen ¹.

Ilha Terceira. — «Continuação das formações trachyticas ao occidente de S. Miguel. — Todas as produções vulcanicas modernas, que lhe são sobrepostas, contem mais ou menos feldspatho vitreo em massa commumente basaltica, cuja origem não pode decidir-se nem pela supraposição, nem pela presença de uma corrente distincta, porque muitas vezes ha difficuldade em determinar se a rocha pertence á base trachytica da Ilha, ou á lava que d'ella resultou. Apesar de que este factò não prova grande profundidade nas caldeiras dos vulcões modernos d'esta Ilha, muitos, como o das Furnas, da Bagacina, do Pico Gordo e Vermelho, do qual rebentou uma erupção em 1764 ², desenvolveram grande actividade; e uma grande parte da costa septentrional ainda se acha coberta de montões e escorias de lava, que sahiram d'estes dois ultimos; e por cima d'ellas se formaram alguns cercados, que produzem os melhores vinhos da Ilha. A Terra Chãa, tão cultivada e tão fertil, é composta d'estas

¹ O resumo completo das observações feitas nos dois archipelagos está publicado no volume x do *Archivo dos Açores*, de paginas 289 a 296.

² Foi em 1761, como referiremos.

lavas soltas. A costa occidental, pelo contrario, é esteril por falta d'agua, a qual não pode ajuntar-se para formar fontes, no meio de um terreno movediço, como aquelle que se encontra n'esta parte, coberta de outeirinhos compostos de fragmentos de obsidiana de pedra pomes, e de cinzas. A parte da Ilha ao Norte e a Leste, principalmente nas immediações da Praia, gosa de grande fertilidade d'agua. O conglomerado vulcanico que alli existe, e que tem por base lavas trachyticas, acha-se coberto d'uma grande quantidade de tufo endurecido, o qual serve como pedra para edificios em toda a Ilha.

«A lava da rocha do Fanal, perto d'Angra, contem algumas olivinas lindas, achei um pedaço sporadico de manguez sobre o outeiro do vento, perto d'Angra: encontrei tambem ferro oxidado no monte de Santa Barbara, que é o mais elevado da Ilha, e arêa ferruginea titanifera na Bahia da Praia.»

S. Jorge. «A sua base é trachytica como a da Terceira, com a differença de ser aqui mais evidente a analogia ou antes a identidade, entre esta rocha e o basalto.

«Já nas ilhas descriptas anteriormente a base da rocha, que contem mais ou menos feldopatho vitreo, era basaltica, e o mesmo basalto não apparecia totalmente livre de feldopatho, mas aqui sobre a praia occidental, particularmente na Urzelina, e depois na Ponta de Morro, perto da Villa das Vellas, acha-se a trachytes dividida em columnas com cinco e seis faces, tão regularmente como se fosse o basalto mais conhecido, e tambem se encontra n'ellas muitas vezes o olivino, cuja existencia se considera como indispensavel caracteristico d'aquelle. Como a erupção do Pico do Fogo perto da Urzelina no anno de 1808 é tão recente, que podem ainda indicar-se as correntes das lavas da maneira a mais precisa e exacta, causa admiração o achar na lava trachytica, totalmente moderna, os caracteres de trachytes, sobre a qual se estendeu, de maneira que não deixam distinguir uma da outra.

«Outra erupção de lavas semelhantes, ainda que muito mais limitada, rebentou perto da Villa das Vellas em 1580; mas o mais consideravel de todos os vulcões extinctos, que deixaram vestigios de suas crateras, parece ter sido o do Pico da Esperança, perto do Norte Grande, sobre a costa oriental da montanha mais alta da Ilha. Este Pico se apresenta como o fragmento d'uma das paredes da sua cratera, cuja caldeira se acha occupada por um lago.»

Graciosa. «É uma das mais pequenas e das mais notaveis do Archipelago dos Açores. Quasi no centro d'esta é que se acha o *schisto argiloso primitivo* em camadas horisontaes estendidas; a estas camadas se acham sobrepostas rochas basalticas e trachyticas. Na ponta meridional acha-se uma vasta cratera, no fundo da qual

sahem por uma fenda, quasi inacessivel, muitas efflorescencias de enxofre. Uma veia basaltica muito notavel desce por uma das paredes interiores da cratera de lava trachytica. O espaço em forma de amphiteatro semicircular, onde se acham collocadas tres Capellas nos tres pontos principaes, junto a Santa Cruz, não é mais, do que um seguimento da cratera.»

No principio d'este resumo, quando se trata da Madeira e Porto Santo, diz o seu auctor: «Estas ilhas, unidas anteriormente, foram separadas pela submersão d'um vasto terreno, actualmente coberto pelas aguas do Oceano, como se mostra pelos restos das florestas, que se acham nas costas fronteiras de ambas as ilhas, pela continuidade das rochas da mesma formação, pela identidade da base calcaria, e das conchas, pela symetria das modificações basalticas acamadas, por um modo constante e regular, e cortadas verticalmente (sobre tudo em Porto Santo) por filões ou veios differentes, mas sempre de natureza basaltica.»

Com relação á ilha de Santa Maria, a primeira descoberta dos Açores, «parece-lhe um fragmento da ilha da Madeira, porque apresenta a mesma estratificação de rochedos basalticos, a mesma especie de conglomerados e de tufo, cortados por veias, algumas vezes piroxenicas: e por fim o mesmo elemento calcario em depositos superficiaes».

Assim, e pelas observações feitas ás restantes ilhas, «parece pela existencia do schisto argiloso primitivo, em camadas horisontaes, que nem todas as massas de rochas, de que se formam as ilhas, foram levantadas do fundo do mar pela acção de fogos vulcanicos, visto

que sobre as bordas occidentaes d'este grupo existem ainda fragmentos da antiga base d'uma grande Ilha, ou do Continente, de que fizeram parte, as quaes escaparam a uma grande catastrophe, que mais parece ter sido uma submersão, do que um alteamento por explosão»¹.

«Os Açores, juntamente com a Madeira, Canarias e Cabo Verde, são terras oceanicas de formação mixta, onde se encontram, alem de macissos vulcanicos, o granito, rochas sedimentares, etc.

«Similhantes na sua composição geologica, na sua fauna e flora, são como uma linha de transição entre os productos da zona temperada e os do zona torrida, caracteristico que se accentua do norte para o sul, á medida que o viajante se aproxima do continente africano. Os Açores ficam no extremo norte da região»².

Vejamos agora os phenomenos vulcanicos, que se deram desde a descoberta dos Açores, e as suas consequencias.

*

A primeira erupção vulcanica conhecida teve logar na ilha de S. Miguel, durante o periodo que mediou desde que Gonçallo Velho d'ella partiu, para ir dar ao infante D. Henrique a boa nova d'aquella descoberta, até que voltaram os portuguezes para deitar na ilha gado, aves e sementes.

¹ Dr. Ernesto do Canto, *Archivo dos Açores*, vol. x, pag. 296.

² Julio Maximo Pereira, *Recordações dos Açores*, cap. II, pag. 6.

Esta erupção deu-se no logar denominado *Sete Cidades*, fazendo desaparecer um pico muito alto que fr. Gonçallo Velho havia marcado como balisa, para no seu regresso reconhecer a ilha descoberta.

*

A segunda erupção, assustadora, terrível, horrorosa, foi em 22 d'outubro de 1522, subvertendo a já importante povoação de Villa Franca do Campo, a primeira das cinco villas de S. Miguel.

«Em uma só triste noite foram acabadas muitas vidas, e ficou tudo tão coberto, que nem nobres cazas, nem altos edificios, nem sumptuosos templos, nem nobres e vulgares pessoas pela manhã appareceram, ficando tudo raso e chão, sem signal nem mostra, onde villa estivesse; e porque com o tremor cahiram os mais dos edificios primeiro, e a casaria que acolhia a mais da gente de baixo; depois subindo, a terra correndo, arrasou tudo: como raio ligeiro, que desbarata quanto acha mais forte e duro¹.»

Suppõe-se ser em numero superior a cinco mil as pessoas soterradas.

*

No *Archivo dos Açores* encontramos uma carta inedita, dirigida a el-rei pelo contador da ilha de S. Miguel, em 27 de maio de 1547, noticiando um terremoto na ilha Terceira, que *algũas casas cairão e outras abrirão por muitos logares.*

¹ Dr. Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra.*

Com respeito a este phenomeno geologico, na ilha Terceira, nada encontramos nos historiadores açoreanos, que temos consultado para esta memoria; o mesmo succedeu ao dr. Ernesto do Canto, que, nas suas importantissimas e valiosas investigações, só encontrou a carta inedita, a que deu publicidade.

*

A 22 de setembro de 1662 houve uma atterradora erupção vulcanica na ilha do Pico, rebentando o fogo por cinco grandes bocas, que abriu no pico denominado do *Cavalleiro*, sahindo da maior d'estas bocas uma ribeira de polme, que correu, por espaço de legua e meia, para o lado do norte, até cair no mar.

Este horroroso acontecimento, antecedido por violentissimos e continuados abalos, causou enormes prejuizos. A claridade da erupção, pela grande intensidade do foco luminoso, chegou a ser vista das ilhas, que mais proximas estão da ilha do Pico, e diz o dr. Gaspar Fructuoso, que até da ilha de S. Miguel.

Os picoenses fugiram aterrorisados para o Fayal, Terceira e S. Jorge.

N'esta ultima ilha sentiram-se tambem violentos abalos, na villa das Vellas, e «*cahiu uma chuva de pedra, assim como polvora, e durou por espaço de meia hora muita quantidade da dita pedra.*»

*

Em 1563, desde o dia 25 de junho a 6 de julho, foi novamente, a ilha de S. Miguel, theatro de me-

donha erupção vulcanica. Horrorisa lèr a descripção do que se passou n'aquella hoje tão importante e formosa ilha.

Alem dos frequentes e destruidores abalos que então se sentiram, os michaelenses viram, no dia 25, sahir da serra, hoje denominada *Agua de Pau*, uma nuvem de fumo, a que se seguiu intenso fogo, estrondos aterradores, penedos enormes que se despenhavam espontaneamente; um inferno, lançando o susto, o terror, a destruição por toda a parte, levando a enormes distancias grande quantidade de pedra pomes, e cobrindo todos os campos de cinza.

«A pedra pomes foi em tanta quantidade, que igualava a serra, sendo muito fragosa e de grandes quebradas. Muita cahiu no mar, e alguns homens vindo de Portugal, a quarenta leguas d'esta ilha, acharam restingas d'ella tão grandes, que lhe não podiam ver cabo; em muitas horas, e tão grossa e alta, que vinha oito palmos em montes como arêas gordas; onde se tiveram por perdidos»¹.

Na ilha Terceira, na Villa da Praia da Victoria e na de S. Sebastião foram arrojadas grande quantidade de cinzas, e com os abalos de terra arrasaram-se muitos

¹ Dr. Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*.

O dr. Ernesto do Canto, em uma nota no *Archivo*, diz: Foi entre os productos d'esta erupção, que o dr. Reios achou os *crystaes* de — Azorite — mui raros e difficeis d'encontrar nos fragmentos de rocha crystalina, que lhe serve de ganga, aonde existe tambem e com mais abundancia, a — Phyrite — outro mineral privativo dos Açores.

edificios. Diz-se que a cinza subiu tão alta, que alguma foi cahir no continente. O foco de luz foi visto até da ilha do Fayal.

Em fevereiro de 1564 tornou a repetir-se, no mesmo local, uma nova erupção vulcanica, que felizmente não teve consequencias lamentaveis.

*

O *Archivo dos Açores* publica uma carta assignada por Sebastião Alvares, em nome do reitor dos jesuitas d'Angra, aos mais da provincia, datada de 2 d'agosto de 1571, referindo-se a tremores de terra na Terceira e S. Miguel; mas nenhum historiador a elles se refere.

Em 1591 é que tiveram logar tremores de terra em S. Miguel, que occasionaram importantes estragos em Villa Franca, e estes tremores é que se repercutiram na ilha Terceira.

*

Na ilha de S. Jorge, a 28 d'abril de 1580, e em dias seguintes, depois de fortissimos abalos, houve uma terrivel explosão vulcanica, rebentando o fogo por differentes boccas, seguindo varias direcções, até ao mar. Por estas boccas eram arrojadas muitas pedras, areias e cinzas, que occasionaram grandiosos prejuizos, deram a morte a dez pessoas e a cerca de quatro mil cabeças de gado.

«A actividade d'este vulcanismo durou por quatro mezes», segundo uma descripção publicada no *Jor-gense*, em 1872.

Nas ilhas mais proximas sentiram-se n'esta occasião alguns abalos.

*

Os primeiros terramotos, que pela sua grandiosa importancia vieram altamente prejudicar, e desapiadadamente perseguir os terceirenses, tiveram logar em 9 d'abril e 24 de maio de 1614.

Foram cinco as povoações, que elles destruíram, na jurisdicção da Villa da Praia.

Com o violentissimo abalo de 9 d'abril, das nove para as dez horas da noite, sendo a sua maior impetuosidade na freguezia das Fontinhas, resultou serem lançadas por terra a igreja parochial, uma ermida e as casas d'esta freguezia, com excepção de duas, que, mesmo assim, ficaram em estado de não se poder habitar.

Não consta que percesse pessoa alguma, não obstante este violento abalo, e grandiosa fatalidade, haver sido de noite, o que leva a suppor terem-se sentido antes alguns abalos menores, que puzeram de sobre-aviso os povos.

Na manhã do dia 24 de maio sentiram-se novos tremores de terra, e ás tres horas da tarde tornaram-se tão impetuosos, que n'um momento lançaram por toda a parte a destruição, o medo, a morte, o luto, a dôr!

Com estes dois horrorosos terramotos cahiram nas cinco freguezias, Fontinhas, Villa da Praia, Lages, Villa Nova e Agualva, mil e seiscentos fogos, vinte e

quatro egrejas, sendo cinco parochiaes, tres conventos, o de Jesus, da Luz e o de S. Francisco, o recolhimento das Chagas e dezesete ermidas filiaes.

Pereceram sob as ruinas do terramoto do dia 24 de maio duzentas pessoas.

Nas freguezias do Cabo da Praia e Fonte do Bastardo, ao sul da Villa da Praia, ficaram arruinadas muitas casas. Na Villa de S. Sebastião, alem de quarenta casas que ficaram destruidas, muitas foram as arruinadas, como tambem arruinadas foram as fortificações da costa.

Nas freguezias das Lages e de Villa Nova encontraram-se fendas enormes, profundas, que causavam assombro. Na serra de S. Thiago via-se uma fenda com a extensão d'um quarto de legua.

Os muros e as paredes divisorias dos terrenos agricolas foram derrubados. Os gados juntaram-se em manadas, mugindo, rinchando, e balando assustadoramente.

As familias andavam dispersas, desvairadas, espavoridas, loucas, transidas de medo, perante tão horrorosa catastrophe; sem eira nem beira, nem pelo menos lhes restava a casa pertencente a todos, a igreja, onde podessem ir, em fervorosa prece, ante o altar do Deus Vivo, rogar protecção, amparo, clemencia, e misericordia, n'aquelle momento angustioso, afflictivo!

Tudo confusão, tudo ruinas e sob ellas a morte!
Era um outro spectaculo doloroso, o que ainda

aguardava a todos estes infelizes, o saber dos mortos, o cuidar d'elles!

Depois sem lar, sem abrigo, sem roupas, sem comida no presente e no futuro, tudo devastado, o que lhes restava? A caridade dos felizes, a quem só o susto e o medo havia perseguido; o abrigo do tecto alheio, o calor do lar estranho.

E felizmente tudo tiveram. A sublime virtude da caridade foi, e ha de ser sempre, exercida em elevado grau pelos terceirenses, para com os seus e para com os estranhos. É felizmente tambem uma das suas glorias. Silencio, porém, n'este ponto nada de ostentação com actos que, sem ostentação, são sempre praticados.

Os sobreviventes d'esta horrivel catastrophe esparlharam-se pelas restantes povoações da ilha, onde lhes foram ministrados os primeiros soccorros.

As camaras, cabido da Sé, o corregedor João Corrêa de Mesquita e o provedor da fazenda deram as providencias, que as circumstancias mais exigiam, e deliberaram nomear, quem fosse junto d'el-rei levar a narração fiel do acontecido, pedindo-lhe auxilio, e bem assim ao donatario, o marquez de Castello Rodrigo. O nomeado por voto unanime foi João Vaz de Vasconcellos.

Só em 18 de maio de 1615 é que el-rei escreveu de Madrid ao corregedor, accusando a recepção das participações recebidas, louvando o seu zelo, e dando

providencias, para se tratar da reedificação das casas e de tudo o que fosse mais urgente ¹.

Para se levar ao fim um tão grandioso e dispendioso trabalho, muito concorreu o corregedor João Corrêa de Mesquita e o capitão mór da villa da Praia, Francisco da Camara Paim.

*

Na noite de 2 de setembro de 1630, das 9 para as 10 horas, foram novamente os michaelenses victimas de mais uma terrivel erupção vulcanica.

Teve ella logar nas Furnas, hoje valle pittoresco, encantador, soberbo de vegetação e bellezas, que constituem a admiração de todos os que teem a ventura de o visitar por mero acto recreativo, ou dos que vão procurar lenitivo á doença, de que soffrem, nos seus salutaes banhos thermaes.

Depois do annuncio previo, por assustadores tremores de terra, rebentou no logar, denominado *Alagôa Secca*, por entre estrondos aterradores, um violentissimo e impetuoso fogo, que incendiou valiosas mattas, abrasou cento e noventa e uma pessoas e grande numero de gado, e destruiu egrejas e muitas casas em duas povoações, na da Ponta Garça e na da Povoação.

Durante tres dias e noites cahiu copiosa cinza, que chegou, em alguns logares, a attingir vinte a trinta palmos d'altura, ficando muitas casas soterradas, segundo

¹ Nos *Annaes da Ilha Terceira*, vol. 1, pag. 432 a 438, vem tudo minuciosamente descripto.

a narração que temos presente. A cinza foi levada a grande distancia, cahindo muita em Santa Maria e na ilha Terceira, e diz-se que tambem chegou á ilha do Corvo.

Era a cinzã em tão grande quantidade, que durante tres horas, o tempo, em pleno dia, escureceu completamente.

Um horror !

*

A 26 de junho de 1638 principiou-se a sentir tremores de terra na ilha de S. Miguel, que continuaram por forma assustadora até ao dia 3 de julho, em que uma medonha erupção vulcanica maritima surgiu á distancia de duas leguas d'aquella ilha, formando um ilheu com a extensão de legua e meia.

Francisco Ferreira Drumond e José Joaquim Pigneiro, quando se referem ao phenomeno vulcanico, que teve logar n'este anno, confundem-no com a erupção nas Furnas em 1630.

O dr. Ernesto do Canto, porém, publica duas relações d'aquella erupção, escriptas a 10 e 15 de julho d'aquelle anno, uma que foi para Lisboa e outra para a Terceira, narrando minuciosamente o succedido. Alem d'esta relação, publica tambem a carta que d'Angra escreveu a el-rei, em 17 de julho, Agostinho Borges de Sousa, noticiando aquelle acontecimento.

Com estes documentos e indicações dos escriptores nacionaes e estrangeiros, que trataram d'esta me-

donha erupção, e que o mesmo dr. Canto indica, fica bem assente a época em que ella teve logar.

Assim, encerremos este capitulo, extrahindo d'uma das relações o seguinte, escripto pelos padres jesuitas :

«N'esta dita parajen ¹, em hum sabado 3 de julho do mesmo anno, arrebetou, duas leguas afastado da terra, o fogo com tanta furia que todo o occiano não foi bastante a lhe resistir, sendo assim que do centro do mar, onde arrebetou, té a flor da augoa se pescaria com linhas de cento e cincoenta braças de comprimento.

«Este fogo não sahia de mais do circuito do mar que dois alqueires de semente e sahia com tanta furia que trazia a area, que achava em baixo com cinza, e augoa salgada, e tudo isto sahia com tal força, que se levantava até ás nuvens, a modo de vello de algodam, e tornando a cair no mar fazia como polme.

«De quando em quando trazia este fogo penedos maiores que montes, e levantando-os obra de tres lanças no ar, tornavam a cair, e encontrando com outros que hiam subindo se despedaçavam no ar, e as lascas que d'elles cahiam tomadas nas mãos se desfaziam em terra negra. Com os ditos montes e penedos que o fogo lançava debaixo da augoa, se formou hum ilheu sobre a mesma augoa de circuito de 4 alqueires

¹ *Ferraria*, logar abundante de peixe, e onde os barcos de toda a ilha iam á pesca.

de terra de sementeira no principio, mas aos 10 do dito julho, em que se fez esta relação, teria legua e meia de comprido.

«Matou este fogo na parajen onde se levantou, tanta contidade de peixe, que se poderam carregar d'elles oito naos da India, e para o que sahiu em terra, se fizeram covas mui grandes nas praias em que se enterravão, por não inficionar o ar, e a seis legoas da dita ilha se achavam peixes mortos pelo mar, e a oito se sentia o fedor do enxófre ¹.»

¹ *Archivo dos Açores*, vol. III, pag. 280.



XVI

São tantos e tão valiosos os documentos, que temos entre mãos, comprovativos dos serviços prestados e sacrificios feitos pelos terceirenses, em prol da patria, que realmente sentimos ter de os abandonar na sua maior parte, sem d'elles fazermos a menor referencia.

Comtudo, antes de entrarmos em uma epoca historica, importantissima para os Açores em geral, e muito em especial para a ilha Terceira; epoca que só por si constitue uma epopêa, que bem alto proclama os feitos valorosos d'um povo, que tem por brazão de honra, lealdade nunca desmentida, e «*amor da patria não movido do premio vil*»; amor que mais e mais ardente se tornava, quanto maior era o infortunio, arduas e em maior numero as provações, archivemos alguns factos demonstrativos da importancia, que ia alcançando a ilha Terceira, e as de S. Jorge e Graciosa, que compõem o districto d'Angra.

As povoações elevadas á cathegoria de villas n'estas tres ilhas foram:

Terceira — Angra em 1478, Praia em 1842, S. Sebastião em 1503.

S. Jorge — Velas em 1500, Tôpo em 1510, Calheta em 1534.

Graciosa — Santa Cruz em 1500, Praia em 1546.

A carta de D. João III, elevando, em 1534, a villa d'Angra á cathogoria de cidade, é do teôr seguinte :

«D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

A quantos esta minha carta virem : Faço saber, que vendo eu em a nossa ilha Terceira de Nosso Senhor Jesus Christo, a villa d'Angra era agora tão acrescentada em povoação, e assim enobrecida, nosso Senhor seja louvado, por onde bem merece ser cidade : e havendo a isso respeito, e assim aos muitos serviços que dos moradores da dita villa tenho recebido, assim nos socorros e providimentos que dão ás minhas armadas e náus da India, quando ao porto da dita villa vão ter, como em outros serviços em que me sempre servem, quando d'elles é necessario como bons e leaes vassallos que são : e tendo por muito certo que sendo feita cidade, e tendo os privilegios e liberdades que tem as outras cidades de meus reinos, ainda muito mais nobre será, por onde eu receberei dos moradores d'ella muitos mais ; e querendo-a accrescentar, assim pelos ditos serviços que d'elles tenho recebido, como pelos que ao diante espero receber, e por lhe fazer graça e mercê, eu de meu proprio moto, certa sciencia, poder real e absoluto, sem elles mo requererem, nem outrem por elles, me praz de a fazer, e por esta faço a dita villa d'Angra cidade ; e quero e me praz que d'aqui em diante seja cidade ; e se chame a CIDADE D'ANGRA ; e lhe dou e concedo todos os privilegios e liberdades, preeminencias que tem e são dadas e outhorgadas a outras similhantes cidades dos meus reinos ; e os cidadãos d'ella gosarão d'elles, assim e tão inteiramente como tem e gosam os outros cidadãos das ditas cidades similhantes. Porém mando aos meus corregedores, que ora são e ao diante forem das minhas ilhas dos Açores, e a quaesquer outras justiças, officiaes e pessoas a quem esta minha carta fôr mostrada, e o conhecimento d'ella pertencer, que hajam a dita villa d'aqui em diante por cidade, e assim a nomeiem e lhe guardem, e façam inteiramente guardar todos os privilegios, liberdades, e preeminencias que são dadas e outhorgadas ás outras similhantes cidades, por quanto por esta minha carta a faço cidade, como dito é : a qual para mais firmeza lhe mandei dar, assignada por mim, e sellada de meu sello de assumbre, para a terem por sua guarda. Fernão da Costa a fez

em a cidade d'Evora, aos 21 dias do mez d'agosto, anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo.

Carta por que V. A. R. faz cidade a villa d'Angra da ilha Terceira.

Em 1503 o pirata francez *Mondragon* roubou no mar dos Açores uma das naus da India, commandada por Job Queimado, e quando em 1507 voltou, com quatro navios para continuar na pirataria, foi derrotado, preso e conduzido a Lisboa.

Em 1508 concedeu el-rei D. Manuel á Misericordia d'Angra o privilegio da irmandade dos treze irmãos ; e quando, em 1516, foi concedido a todas as misericordias do reino o privilegio de se dirigirem pelos estatutos d'aquella irmandade, ficaram-se tambem dirigindo as Misericordias da villa da Praia, da villa de S. Sebastião e da villa Nova ¹. Para os casos omissos regulavam-se pelos estatutos da Misericordia de Lisboa.

Na villa das Vellas fundou-se a irmandade da Misericordia em 15 d'abril de 1543.

Em 15 d'abril de 1528, na igreja matriz de São Sebastião, celebrou-se auto de boa amizade entre as tres camaras municipaes da Terceira, compromettendo-se as mesmas camaras, todas ali juntas, a deliberar sobre negocios de interesse geral dos municipios. ²

Gonçalo Vaz Homem fundou em 1520 na villa

¹ A freguezia denominada villa Nova, no concelho da Praia da Victoria, e antigamente conhecida por villa *Nova da Serreta*, apesar de ter creado uma misericordia e feito uma praça, não lhe foi conferida a cathogoria de villa.

² Este auto está publicado nos *Annaes da Terceira*, pag. 531, vol. I.

da Praia, o hospital dos Lazaros, onde foi sepultado por soffrer d'esta perniciosa doença, sendo mais tarde estabelecido um outro em Angra, junto á ermida de S. Lazaro, no extremo da rua de D. Carlos I, antiga rua da Guarita.

Em 1565 o cardeal regente mandou que, para se evitarem *occasiões*, os homens fossem conservados no hospital dos Lazaros, na Praia, e as mulheres no d'Angra, e que sempre que os rendimentos d'algun dos dois hospitaes da Terceira não bastasse para prover os enfermos, que um fosse supprido das sobras do outro.

O trigo attingiu em 1519 o preço de 1\$000 réis o moio e a cevada o de 260 réis.

Em 12 d'abril de 1520, foi dado regimento a Johan Procell, para comprar na ilha Terceira até mil e trezentos moios de trigo, entendendo-se com Johan Alvares, ouvidor e almoxarife da villa da Praia, com ordem de não dar por alqueire mais de *vynte rriaes e dy para baixo o mais que vos poderdes*. D'este trigo eram 250 moios para Azamor, 250 para Safim, 150 para Santa Cruz.

Por alvará regio de 1532 foi estipulado, que a esmola da missa não excedesse a 30 réis.

A cultura do milho principiou a ter logar na ilha Terceira em 1533, sendo de quarenta moios a primeira colheita, e o alqueire vendido a 35 réis, custando o alqueire de trigo 30 réis.

Em 1534 foram separadas da correição d'Angra as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria.

Segundo o synodo celebrado em Lisboa, em 25 d'agosto de 1536, principiou a ter logar o assento da vida civil, que se estabeleceu em todo o reino e ilhas.

A primeira cadeia publica estabelecida na ilha Terceira foi na capitania da villa da Praia. O corregedor, Antonio Martins Homem, é que a mandou construir á sua custa.

Em 1541 fez-se um recrutamento nos Açores, para infantaria e cavallaria, destinado para uma expedição em Africa.

Depois de Paulo III haver concedido a bulla para a fundação do mosteiro de S. Gonçalo em Angra, foi este fundado por Braz Pires do Canto, sendo suas reformadoras soror Isabel de Jesus e sua irmã Beatriz da Conceição, religiosas do mosteiro de Jesus da Praia.

Isabel de Jesus, religiosa do convento de S. João Evangelista, na ilha do Fayal, tendo vindo á ilha Terceira tratar-se de perigosa doença, fundou em Angra, em cumprimento d'um voto, o mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, 1567.

El-rei D. Sebastião, por alvará de 19 de fevereiro de 1570 mandou fazer á sua custa, em Angra, o collegio da companhia de Jesus, encarregando os jesuitas do ensino da lingua latina.

Desembarcaram solemnemente os primeiros padres da companhia, em 1 de junho, sendo o seu reitor o

padre Luiz de Vasconcellos, neto do conde de Pennella ¹.

Foram primeiramente hospedados nas casas da Misericórdia, indo dias depois residir para as casas, que João da Silva do Canto lhe doara, no extremo oriental da rua de Jesus, ficando por isto considerado pelos padres como seu fundador.

Em 1575 veio o jesuita Francisco Dias, mestre d'obras, para dirigir as do Collegio.

Em data de 1559 encontramos, publicada no volume 10.º, pag. 500 do *Archivo dos Açores*, uma acta da camara das Vellas, cedendo a casa de Nossa Senhora da Conceição para o mosteiro dos frades de Santo Agostinho.

Devido aos valiosos serviços, prestados pela esquadra açoreana, foi concedido, em 1551, por el-rei, aos senadores angrenses, os privilegios de *cidadãos do Porto*, ou das infantões, privilegios que se tornaram extensivos ao procurador e thesoureiro do mesmo senado.

Por alvará regio de 1553 foi creada na villa da Praia uma cadeira de grammatica latina, com o ordenado de dois moios de trigo e de oito mil réis em dinheiro, a favor de doze mancebos pobres, que aspirassem ao sacerdocio, ficando este ensino a cargo dos religiosos franciscanos.

Como os jesuitas, com a faina de tudo empolgar,

¹ O padre Cordeiro descreve minuciosamente a maneira apparatusa d'este desembarque.

quizessem para si aquelle encargo, que era remunerado, e o privilegio exclusivo do ensino, os franciscanos obtiveram, em 1620, uma sentença da Relação, auctorisando-os a continuarem a ensinar de portas abertas, ficando os jesuitas condemnados.

Por determinação do bispo D. fr. Jeronymo fez-se, em 1557, em todas as egrejas, um livro de tombo para serem inscriptas as capellas e bens, que lhes fossem annexos.

No primeiro de janeiro, de 1561, o deão Balthasar Gonçalves, nomeou e rubricou o primeiro livro de baptismos da Sé Cathedral, sendo, segundo as constituições do bispado, transmittida identica ordem a todas as parochias do mesmo bispado.

Eram vinte e quatro as parochias, que em 1568 existiam no districto d'Angra, sendo dezeseite na ilha Terceira, cinco em S. Jorge e duas na Graciosa.

Em 1567 mandou o cardeal regente levantar a planta da cidade d'Angra, com os seus principaes portos e caes, afim de por ella se proceder ao alargamento do *Porto de Pipas*, e á construcção da muralha do caes da *Prainha*.

Para as obras de fortificação que, em 1567, foram mandadas fazer ao capitão mór João da Silva do Canto, foram os terceirenses fintados com quinze mil cruzados, recebendo em remuneração varios fornecimentos de instrumentos bellicos.

O engenheiro d'esta fortificação foi Thomaz Bene-

dicto, e o mestre d'obras, Luiz Gonçalves, sendo a este estipulado o ordenado de 80\$000 réis annuaes.

Alem da finta referida foram lançados 2 %, com igual applicação, sobre todos os generos importados e exportados, revertendo ao mesmo fim os direitos d'ancoragem, que eram 400 réis por navio d'alto bordo, e 200 réis por cada um dos menores. D'estes direitos eram isentas as frotas da India e as armadas reaes.

Para as obras de fortificação, em S. Jorge, foi estabelecido um imposto sobre o vinho e o azeite, e para o mesmo fim applicado o producto do monopolio do sal.



XVII

Conquistar a gloria seguindo o caminho do dever, e obedecendo sempre aos impulsos generosos do coração, inspirando-se no amor da patria, no amor da sciencia, no amor do trabalho, no amor da humanidade, tendo sempre em vista os santos principios da independencia e da liberdade, é honra tão subida, que nenhuma outra ha que a iguale.

Nos momentos de ventura, nas horas de alegria e de regosijo, é facil, é agradavel, tomar parte activa em todas as manifestações de saudação e de jubilo; porque não se corre risco, não se arreceiam provações, não ha perigos, não se exigem sacrificios; mas, quando os sacrificios, os perigos, as provações e os riscos apparecem, é que então se conhece, e se avalia, a coragem, a abnegação de que cada qual é capaz, o grau de patriotismo que alberga no coração.

Na bonança, quando tudo é calmo, o mar um lago, todos são marinheiros; mas quando a tempestade ruge medonhamente, quando os perigos surgem, é que o valente, corajoso e habil marinheiro se conhece, e se torna necessario.

Similhanamente é o que succede na vida dos povos e das nações. Nos festivaes todos são patriotas, mas nas provações, nas horas d'angustia, é que o bom e verdadeiro patriota é conhecido, mormente quando, com lealdade nunca desmentida, se arrisca, sacrificando pessoa, familia e bens em prol da pátria, sem mira no premio, por mais grado ou subido que elle possa ser, sem se fascinar por promessas tentadoras, quando ellas occasionem uma traição.

É bello, é admiravel, o ver um povo obedecendo aos impulsos generosos, entusiastas do coração, e isto sempre, e em todas as epochas.

É digno dos mais rasgados louvores um povo, habitante d'uma pequena ilha, conservar sem macula, de geração em geração, n'uma solidariedade bem cimentada, as suas tradições honrosas, nobilissimas, de lealdade, constancia e amor patrio; defender a terra natal contra a usurpação estranha, luctando contra forças superiores ás suas, e isto durante mezes; e só sendo vencido, depois de esgotados os ultimos esforços; succumbir exaústo, mas sem macula, sem quebra de dignidade.

Foi isto o que succedeu ao povo que habita este pequeno rochedó oceanico, denominado ilha Terceira.

Não é por orgulho mal entendido, ou por ceusuravel vaidade, que o dizemos, attendendo a que somos terceirenses. Não é.

São os factos, que bem alto o demonstram, são os

varões illustres, que, pelos seus feitos heroicos e valor intemerato, teem direito, a que assim o digamos. É a historia na sua justa imparcialidade, que bem alto o proclama.

Até aqui, tanto quanto podémos, e soubemos, archivámos em rapida narrativa os esforçados feitos e os nomes dos terceirenses, que pelo seu valor, benemerecias, e altos serviços, nos mares ou na terra, na guerra ou na paz, nobilitaram e engrandeceram a patria, e por ella se sacrificaram até ao ultimo extremo, indo até ás mais remotas e inhospitas paragens.

E não só a terceirenses nos referimos, mas tambem a muitos e bem notaveis açoreanos, filhos dilectos das ilhas d'este archipelago, irmãs bem amadas da ilha Terceira.

No decorrer d'esta narrativa, estamos proximos d'uma época notabilissima da historia terceirense; época de feitos de valor e heroicidade, em prol da independencia patria; época de luctas, de combates, de morte; época de victorias, que assombraram os fortes e os poderosos, e que, se mais tarde foram seguidas por odioso captiveiro, ficou mais uma vez demonstrado, que muitas vezes os que procedem dignamente, nobremente, soffrem pelos erros e traições dos que não duvidam vender a consciencia e a patria, para satisfação dos seus interesses e ambições.

Resta para honra e gloria d'esta heroica terra, que a traição não coube em peitos verdadeiramente tercei-

renses, que o captivo foi por menos praso de tempo, do que onde a traição teve logar: que, para despedaçar as algemas oppressoras, se luctou, houve martyres da patria, que derramaram o seu sangue generoso, e por fim se venceu, sem que o prometido auxilio do governo portuguez chegasse a apparecer!

Dito isto, encaminhemos os factos, para chegarmos á narração dos acontecimentos, que tiveram então logar.

*

«A edade media em Portugal fôra um periodo de espantoso desenvolvimento politico e intellectual, e a que se lhe seguia tinha de colher os fructos, mas, como o selvagem de Montesquieu, decepava a arvore, que os produzia, e que era a das liberdades populares.

«Apesar da grandeza dos commetimentos, effectuados nos reinados de D. João II e de D. Manuel, apesar da gloria immensa que então adquirimos, ao abandonarmos esta época de gestação, não podemos deixar de a contemplar com tristeza e saudade; porque nos lembramos do tempo de heroismo puro, de enthusiasmo sem mistura de sordido interesse, que caracterizam as façanhas d'Aljubarrota e os primeiros descobrimentos do infante D. Henrique ¹.»

Os actos altamente despoticos do feudalismo não se fizeram sentir, felizmente, entre a nascente familia terceirense.

¹ Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*.

O fidalgo não escravizava o povo, e este não o odiava.

Se um ou outro desmando houve, não foi cousa que se possa comparar ás arbitrariedades e prepotencias, que a historia nos aponta, succedidas em Portugal, onde a fidalguia era um poder terrivel no Estado, poder que D. João II, com braço de ferro, com superior energia, anniquilou, fundando-se nas continuadas queixas do povo, com o apoio unanime das classes medias, centralizando assim todo o poder na realeza, poder que depois se tornou absoluto.

O que se passou desde as côrtes d'Evora em 1481, em intrigas, perseguições, malquerenças, odios, delações, até á decapitação do duque de Bragança, á punhalada vibrada por D. João II, em pleno paço, no joven duque de Viseu, ás prisões e morte mysteriosa d'outros fidalgos, do bispo D. Garcia de Menezes, á decapitação de D. Fernando de Menezes, dil-o a historia, e não é nossa intenção, nem tão pouco possivel, referir n'esta memoria.

Foram tempos procellosos, sanguinarios:

Em nome do povo, eterna creança, de que se usa e abusa sempre, para todas as innovações, que no fundo só miram á satisfação das ambições dos grandes, dos poderosos, e hoje geralmente dos *habilidosos especuladores*, destruiu D. João II o poder feudal, para o centralisar na realeza absoluta.

A vantagem foi grande pela diminuição do numero

dos tyrannos ; alem d'isso era uma phase, por que a politica tinha de passar, para poderem as idéas, por transformação successiva, seguir a sua marcha progressiva.

D. João II, escreve Pinheiro Chagas, «tinha a seu favor a fatalidade das leis providenciaes da historia».

D'esta centralisação, porém, resultou o fidalgo, até então altivo, orgulhoso e soberano, tornar-se, pelo medo, cortezão, bajulador da realeza, servil, intriguista, mexeriqueiro e invejoso, indo a pouco e pouco perdendo o brio, a dignidade, o valor marcial e amor patrio, que muitas vezes o haviam levado a actos heroicos, a façanhas illustres.

Alem d'isso a depravação de costumes foi contaminando todas as classes, e o clero não obstante estar igualmente contaminado, foi habilmente, no reinado seguinte, tudo aproveitando para vir a exercer a alta preponderancia, que teve no reinado de D. João III, preponderancia de funestissimas consequencias para Portugal, e que a louvavel tolerancia de D. João II não lhe havia consentido.

O acto deshumano da expulsão dos Judeus, e a cruel perseguição que no reinado de D. Manuel lhes foi feita, mostra evidentemente o grau de depravação de costumes, e como o espirito estava eivado pelo fanatismo.

Depois este acto desapiedado e cruel, que se estendeu tambem aos Moiros, foi impolitico, porque é opinião unanime dos historiadores desapaixonados, que

os Judeus e os Moiros eram a vida e a alma da industria, do commercio e da agricultura.

Mas esta expulsão foi a clausula imposta pela fanatica princesa D. Isabel, filha dos reis catholicos, e viuva do desditoso principe D. Affonso, para annuir ao casamento com D. Manuel.

Assim, declara Pinheiro Chagas, «tinha a futura rainha, no character, a mesma nodoa de fanatismo, que empanava as brilhantes qualidades de sua mãe; era hereditaria na familia aquella sombria tendencia. Parecia que Torquemada os educara a todos.

«Infelizmente el-rei D. Manuel ou tinha já o espirito eivado tambem pelo fanatismo, ou tinha o coração bastante fraco, ou bastante devorado pelo amor, para assim sacrificar milhares de familias ao sorriso d'uma mulher. É talvez este, diz Prescott, «o unico exemplo de ser o amor um dos milhares de motivos pelos quaes se perseguia esta desgraçada raça».

Assim a cruel e odienta perseguição, feita aos judeus, e em que mais se salientaram os frades dominicanos, seguindo os seus confrades de Hespanha, o que lhes foi altamente condemnado por virtuosos prelados, foi causa, a que, em 1548, os infelizes filhos da raça de Judá fossem tambem perseguidos na ilha Terceira.

Em 1501 um caravela, que conduzia para Africa, apoz um terrivel temporal, grande numero de Judeus, arribou a esta ilha.

D. Manuel, tendo d'isto conhecimento, teve a hu-

manitaria generosidade de os offerecer, como escravos, a Vasco Aanes Corte Real!

Foi n'esta occasião, que aqui se estabeleceu a colonia hebreia.

Quando a rainha regente D. Catharina, em 1548, na minoridade de D. Sebastião, escreveu uma carta á camara d'Angra, manifestando-lhe a necessidade em que estava a fazenda publica, e o muito dinheiro que era preciso para o provimento da armada da India e outras que convinha se fizessem; declarando quaes as medidas que tinha adoptado, e as pessoas que já haviam concorrido, fintou os Açores para o emprestimo de 150 mil cruzados, pelo tempo de seis annos.

«Para verificar este emprestimo urgente, procedeu o corregedor e provedor Affonso Figueira, com tanto rigor, que, já por fanatismo, já pelo furor jesuitico, que lhe persuadia esta empresa, se armou contra todas as pessoas da nação hebraica, e com todos os que lhe diziam respeito, ainda pela menor alliança de sangue, de modo que, fazendo um livro para inscrever os fincados, e devassando sobre o facto, urdiu e continuou tal desordem, que foi a maior d'aquelles tempos.

«Era um abysmo d'odios, de vinganças e de intrigas: muitos que representavam de primeiros se viram obrigados a pagar a finta como hebreus, de que se não admittia recurso algum ¹.

«Ainda d'este livro se permittia extrahir relação

¹ Drummond, *Annaes da Terceira*, tom. 1. pag. 125 e 126.

das pessoas inscriptas, para os seus inimigos as poderem diffamar de *christãos novos*, pertencentes á raça infecta; de sorte que, dizem Maldonado e fr. Diogo das Chagas, a pessoa que por aquelles annos encontrar na sua ascendencia um parente clerigo, ou senador municipal, pode d'aqui tirar um grande documento de nobreza.

«Bom será, que se fique sabendo que, na data a que nos referimos, o municipio angrense só possuia a renda chamada *do ver*, que se poderia comportar em 20\$000 réis annuaes: e a avaliarem-se por este os mais municipios, facilmente se deduz, que este pessadissimo tributo, com o nome de emprestimo, que nunca se satisfez aos seus credores, recahiu sobre os açoreanos, sendo mais violento n'aquelles, què tiveram a infelicidade de ser considerados *christãos novos*! ¹

Ainda assim, vê-se bem claramente qual a boa indole dos terceirenses, e quanto eram tolerantes; pois que não tiveram aqui logar as perseguições, a guerra de extremínio, e nem uma só d'essas horrorosas scenas de canibae, de que Lisboa foi theatro, matando-se e queimando-se milhares de *christãos novos*, não se respeitando sexo, nem estado, nem idade; scenas altamente condemnaveis, a que um mal entendido fanatismo tem por diversas vezes levado os povos de varias nações, fanatismo que a politica, as ambições e os interesses alheios, aproveitam á sombra das crenças religiosas.

¹ José Joaquim Pinheiro, *Épocas Memoraveis*, vol. 1

É que a ilha Terceira predestinada para ser a *terra classica da fidelidade e o baluarte inexpugnável da liberdade portugueza*, como a classificou o immortal rei soldado, D. Pedro IV, devia sempre mostrar-se tolerante; por que a sombra benéfica da frondosissima arvore da liberdade, são todos acolhidos, são todos bem vindos.



XVIII

Foi no reinado de D. Manuel, como já referimos, que teve logar a gloriosa descoberta do caminho marítimo para a India, feito tão audacioso e assignalado, que, decorridos seculos, resplandece brilhantemente.

Depois, ha um livro d'ouro, a cantal-o sublimemente por todo o mundo, que não mais se apagará da memoria da humanidade.

Esse livro, sacrario precioso, onde em estrophes harmoniosas, patrioticas, arrebatadoras, se encerra a maior das glorias d'um povo, que foi a admiração do mundo, chama-se *Lusiadas*; Camões, o immortal vate, o seu auctor.

Pois bem, antes de irmos mais alem, e como estamos na epoca, em que viveu o auctor de tão brilhante monumento, perpetuador da nossa gloria, archivemos, que a occasião é propria, o que se fez na *ilha dos amores*, na patriotica ilha Terceira, por occasião de se commemorar em Portugal o tricentenario do immortal poeta.

Organisava-se em Lisboa a grande commissão, para celebrar o tricentenario de Luiz de Camões, o artista

eminente da poesia portugueza, prestando o povo lusitano preito e homenagem ao talento, ao genio transcendente, ao patriotismo do immortal cantor das glorias patrias, affirmando ao mesmo tempo, por maneira eloquente, a sua nacionalidade.

Apenas, n'esta cidade d'Angra do Heroismo, houve conhecimento de tão patriotica resolução, foi logo opinião unanime, os terceirenses tomarem parte condigna na grande festa nacional, aguardando primeiro a recepção de noticias minuciosas sobre tão momentoso assumpto.

E não podia deixar de tomar parte a ilha Terceira n'esta commemoração patriotica, pois que esta ilha entrava no numero das descobertas assignaladas, maravilhosas, que o grande vate, em estrophes sublimes, proclamára no seu immortal poema os *Lusiadas*; archivo santo, monumento ingente, precioso, eterno, das nossas passadas façanhas, das nossas assombrosas descobertas e conquistas.

Depois, existia um outro motivo de subido valor, o julgar-se certa, e com razões justificaveis, a passagem de Camões por esta ilha, como em primoroso trabalho mostrou o dr. Antonio Moniz Barreto Corte Real, segundo reitor do lyceu d'Angra.

Estavam todos n'esta disposição, quando a redacção do jornal angrense *Os Açores*, recebe, em 3 de maio de 1880, uma carta particular do presidente da grande commissão da imprensa de Lisboa, sr. João Carlos

Rodrigues da Costa ¹, hoje coronel d'artilheria, e que durante muitos annos residiu em Angra do Heroismo, onde era geralmente estimado e considerado, communicando-lhe a resolução tomada, para aquella patriotica commemoração.

Ao mesmo tempo, auctorisava aquella redacção, de que era collaborador, a fazer o uso, que entendesse, da mencionada carta ².

Assim, os jornalistas, Antonio Gil e José Sampayo, redactores dos *Açores*, convocaram os escriptores e jornalistas, residentes n'esta ilha, a reunirem-se, no dia 13, nas casas da sociedade *Instrucção e Recreio*, para se tratar da commemoração do glorioso centenario do insigne poeta.

N'esta reunião foram apresentados e discutidos varios alvitres, um programma festivo, nomeada uma commissão executiva, proposto o dr. Fernando Rocha, distincto terceirense, para representar o districto d'Angra do Heroismo, junto da commissão executiva de Lisboa, e escolhido o jornal os *Açores* para orgão official da commissão.

A commissão executiva ficou composta dos cidadãos: Manuel Bazilio Coelho Rocha, presidente, representante do jornal mais antigo o *Angrense*, padre

¹ Este illustrado official do exercito portuguez, casou em Angra com a distincta dama, D. Maria Augusta de Sande, filha do cirurgião-mór, Luiz Augusto Pedro de Sande.

² Publicada nos *Açores*, n.º 38 de 13 de maio de 1880.

Antonio Augusto Teixeira, Antonio Gil, dr. Felix José da Costa Sotto Mayor, Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt, João Hermeto Coelho d'Amarante, dr. José d'Azevedo Castello Branco, cirurgião militar, José Sampaio, Manuel Pinheiro, Matheus Augusto e Alfredo Luiz Campos, secretario, representante do jornal mais moderno o *Heroismo*.

Como a esta commissão fossem dados plenos poderes, para organizar o programma definitivo das festas, e empregar os meios para a sua execução, encetou no dia seguinte os seus trabalhos, fazendo distribuir, no dia 31 de maio, o programma, que passamos a archivar :

1.º—No dia 10 de junho, ao toque da alvorada, subirão ao ar girandolas de foguetes nos largos 22 de Junho—11 d'Agosto de 1829—Praça da Restauração—e do monumento de D. Pedro 4.º

A banda militar e as harmonicas d'esta cidade romperão nos lugares acima designados percorrendo em seguida as ruas da cidade.

2.º—As 12 horas do dia será exposto ao publico, com as solemnidades proprias de tal acto, o busto de Camões, que se achará collocado na janella central dos paços do concelho.

3.º—Em seguida celebrar-se-ha, no salão nobre dos paços do municipio angrense, uma sessão solemne, na qual se procederá á leitura e assignatura do auto de homenagem á immorredora memoria do grande cantor das glorias portuguezas. Este auto conservar-se-ha patente n'aquella sala durante este dia, para ser assignado por todos aquelles que, por esta forma, quizerem associar-se a tão justa commemoração.

4.º—Pelas duas horas da tarde será distribuido jantar aos asylos de Infancia Desvalida e de Mendicidade e aos presos da cadeia publica.

5.º—Á noite será illuminada á *veneziana* a Praça da Restauração. Os habitantes d'esta cidade serão convidados a illuminar brilhante e exteriormente as suas habitações.

6.º—Pelas 9 horas da noite terá logar na sala nobre dos paços do concelho um sarau litterario, para o qual serão convidados os re-

presentantes da imprensa periodica do districto, as auctoridades, corporações e em geral todos os cidadãos d'esta cidade.

Angra do Heroismo, 31 de maio de 1880.

A commissão executiva da imprensa d'este districto, encarregada de promover os festejos para a commemoração do tricentenario de Camões n'esta cidade, tem a honra de convidar as redacções de todos os periodicos d'este districto a publicarem, no dia 10 de junho proximo, um numero extraordinario exclusivamente consagrado á commemoração d'este tricentenario.

A mesma commissão convida por esta forma as senhoras e cavalheiros d'esta cidade a comparecerem pela hora do meio dia á sessão solemne, que terá logar nos paços d'este concelho, bem como para assistirem ao sarau litterario, que no mesmo logar se deve effectuar na noite de 10 de junho.

São tambem convidados por este meio todos os cavalheiros, que pretendam tomar parte no sarau, a inscrever os seus nomes, na livraria do sr. Antonio Gil, até ao dia 8 do referido mez de junho.

A commissão pede a todos os moradores d'esta cidade o obsequio de illuminarem exteriormente as suas habitações na noite do mencionado dia 10 de junho.

Angra do Heroismo, 31 de maio de 1880. = O presidente da commissão, *Manuel Basilio Coelho Rocha*.

A maneira brilhante como este programma foi executado, está descripta nos jornaes angrenses, e o auto commemorativo d'esta festa patriotica foi o seguinte :

Aos dez dias do mez de junho do anno de mil oitocentos e oitenta, trezentos annos decorridos depois do fallecimento de Luiz de Camões, no salão nobre dos paços municipaes d'esta cidade d'Angra do Heroismo, reunidos os representantes da imprensa periodica e os escriptores publicos d'este districto, varias auctoridades civis, militares e religiosas, e grande concorrencia de cidadãos, accordaram todos em que se lavrasse este auto, que sirva de eloquente protesto de homenagem ao glorioso cantor dos assignalados feitos dos portuguezes.

Considerando Luiz de Camões como a primeira gloria de Portugal, pelo estro e saber que ostenta no seu grandioso e inimitavel poema, os abaixo assignados lhe votam entusiasticamente um preito de admiração e louvor.

Considerando os serviços que elle prestou como bravo soldado —portuguez—nos areas d'África e nos palmares da Azia, para fazer

respeitar o nome de Portugal, votam-lhe os abaixo assignados o seu respeito e gratidão.

Considerando, finalmente, o amor da patria *nunca visto*, com que Luiz de Camões assellou immorredoiramente as suas acções de soldado e as suas lucubrações de poeta, os abaixo assignados lhe consagram a mais incendrada veneração, proclamando-o ás gerações presentes e porvindouras como exemplo e estímulo d'amor patrio e dedicação civica.

A ilha Terceira, pois, refugio da independencia nacional em 1580 e berço das liberdades patrias em 1828, tendo ainda a gloria de possuir no seu seio as cinzas de Paulo da Gama, irmão do famigerado heroe cantado pelo grandioso vate, junta aos brados unisonos de preito e homenagem com que Portugal inteiro sauda hoje o cantor celeberrimo das suas glorias, um brado entusiastico de veneração pelo poeta, de dedicação pela patria e de amor pela liberdade.

Este auto, depois de assignado por todas as pessoas presentes, será entregue ao Municipio Angrense, para ser archivado na sua bibliotheca, e d'elle se tirarão duas copias authenticadas por toda a commissão da imprensa do districto, para serem remetidas, uma á grande commissão da imprensa de Lisboa, e outra á bibliotheca nacional da mesma cidade para ser guardada na respectiva secção camoneana.

Eu, Alfredo Luiz Campos, secretario da commissão executiva da imprensa, o subscrevi e assigno. — (*Seguem-se as assignaturas.*)

Na sessão solemne, que teve lugar, pelas 8 horas da noite, nos paços municipaes, discursaram os cidadãos João Hermeto Coelho d'Amarante, dr. José d'Azevedo Castello Branco, dr. Felix José da Costa Sotto Maior e o artista José Maria de Sousa, e recitaram poesias, Antonio Gil e José da Silva Sampaio. Os jantares aos asylados foram servidos pelos membros da commissão. As illuminações produziram bello effeito.

*

Da commissão camoneana academica de Coimbra, seja-nos permitido, com justo orgulho, archivar os nomes dos açoreanos, que d'ella fizeram parte, e que hoje

occupam logar distincto na sociedade portugueza, da maioria dos quaes tivemos, como condiscipulos e amigos nos bancos escolares e do lyceu, a ventura de lhe admirar o talento e as bellas qualidades, que tanto a distinguia e distingue.

Alvaro Pereira de Bettencourt Athayde, michaelense, alumno do quarto anno de direito. Foi delegado do procurador regio e hoje é juiz de direito em Albufeira.

Eduardo Abreu, terceirense, alumno do 4.º anno de medicina. Foi a alma das festas camoneanas na Universidade. Ainda estudante recebeu o honroso diploma de socio da Academia Real das Sciencias. Foi a Madrid estudar o problema da vaccinação choleric, do medico Ferran, e a Paris a Raiva no instituto Pasteur, sobre o que publicou dois importantes livros. Tomou capello em 27 de novembro de 1887. Foi eleito deputado pelo districto d'Angra do Heroismo, em uma legislatura, por Figueiró dos Vinhos em duas, e por Lisboa em tres; os seus discursos são importantissimos. Foi o secretario, a alma, da grande commissão da subscrição nacional. Quando ainda estudante, fez parte da commissão delegada pela Academia de Coimbra, para a representar no tricentenario do afamado poeta Calderon de la Barca, e pronunciou brilhantes discursos na sala academica da Universidade Central, e na sessão solemne da Academia Juridica; pediu e obteve de Affonso XII o indulto de um portuguez, condemnado á morte na Corunha.

A festa solemne, que elle promoveu, conjunctamente com os seus collegas da Faculdade de Medicina, em 1883, consagração ao benemerito da sciencia, o professor Costa Simões, está superiormente archivada, no valioso *Liber Memorialis*, que Eduardo Abreu publicou. Foi medico do hospital d'Angra do Heroismo, e guarda-mór de saude d'este districto, e em julho de 1885 foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José. Alem dos livros a que nos referimos, ha outros do subido valor, que o dr. Eduardo Abreu escreveu e publicou.

Jacinto Candido da Silva, terceirense, alumno do quarto anno de direito, secretario da commissão. Foi professor do lyceu d'Angra do Heroismo, advogado em Angra e actualmente em Lisboa. Conselheiro de districto em Angra, foi n'essa qualidade governador civil. Deputado em varias legislaturas pelo circulo d'Angra e Velas, alcançou os justos foros de parlamentar distincto e orador eloquente. Foi chefe de repartição no ministerio da marinha: foi ajudante do procurador geral da corôa, e é vogal do Tribunal de Contas. Foi ministro da Marinha e Ultramar, no que se houve por maneira superior, merecendo dos amigos e adversarios os mais rasgados elogios, prestando todos justiça ao seu elevado talento e culta intelligencia. É par do reino.

João Torquato Coelho Rocha, terceirense, alumno do quarto anno de direito. Foi administrador do concelho da Praia da Victoria, amanuense e segundo official

do governo civil d'Angra do Heroismo, secretario geral do districto da Horta e actualmente em Angra. Foi professor provisorio de legislação e grego no lyceu d'Angra e hoje é professor contratado de allemão no mesmo lyceu e advogado em Angra.

João de Mendonça Pacheco e Mello, graciosense, alumno do terceiro anno de mathematica. Engenheiro civil. Foi director das obras publicas do districto d'Angra do Heroismo; é actualmente agente do *Banco de Portugal* no mesmo districto. Foi presidente da commissão administrativa da junta geral do districto d'Angra, e como tal inaugurou a officina de serralharia e aula de labores da escola de Desenho Industrial; é actualmente o presidente da mencionada junta geral.

Gabriel Samora Moniz Junior, fayalense, alumno do terceiro anno de direito. Foi administrador do concelho da Horta, delegado do procurador regio nas Flores e Pico, juiz do tribunal administrativo d'Angra do Heroismo, juiz das execuções fiscaes no Funchal e em Ponta Delgada, e auditor em Angra. Foi juiz de direito na villa da Praia da Victoria, e actualmente em Villa Franca de Campo, S. Miguel.

*

O *Archivo dos Açores* apresenta valiosos subsidios para a *Bibliographia Camoneana dos Açores*.

Os jornaes do districto d'Angra, que foram os dos Açores, que então lemos, publicaram bem elaborados e patrieticos artigos, que sentimos não poder archivar.



XIX

O eminente historiador Alexandre Herculano referindo-se á Villa Nova de Gibraltar, *a communa dos judeus*, ás conversões violentas e ás perseguições cruéis de que os *christãos novos* foram victimas, escreve, no *Panorama*, volume VII, entre muitas e judiciosas considerações o seguinte :

«Um phenomeno por certo singular nos apresenta a historia antiga de Portugal. Na larga serie de leis, d'artigos de côrtes, de factos publicos até os fins do seculo XV, a crença viva de nossos avós se limita sempre dentro dos termos d'aquella intolerancia legitima, que a verdade não pode deixar de ter para com o erro. O Christianismo proclama-se ahi franca e energeticamente a unica religião verdadeira; o christão julga-se um homem de condição superior ao judeu. O povo vigia, até ao ciume, que o israelita conserve sempre no trajo um distinctivo da sua raça reprobada, das suas doutrinas erradas. Mas a intolerancia acaba n'esse ponto: não se imagina ainda que o desterro, os tratos do potro e o cheiro da carne humana queimada, subindo da fogueira expiatoria, sejam sacrificios agrada-

veis a Deus. Na gente judaica, havia mais, por assim dizer, um character de triste fatalidade pesando sobre uma raça condemnada pelo seu peccado original do Deicidio, que a d'uma raça maldita por crimes proprios. «Os judeus como testemunhas da morte de Jesus Christo, devem ser defendidos, só porque são homens». Estas palavras de D. Affonso II resumem o pensamento da idade media ácerca d'elles.

«O seculo XVI, que era erudito, que traduzia Cícero e Ovidio e imitava Horacio; o seculo da civilização, das conquistas, de todas as grandezas, cuspiu nas faces da idade media, que jazia morta a seus pés, o epitheto de barbara! E D. Manuel, o culto e venturoso monarcha do Oceano, esquecia-se do que não esquecera o seu rude e obscuro avô D. Affonso II; esquecia-se de que os israelitas estavam condemnados pelo Rei da Eternidade, a vaguearem perpetuamente na terra *como testemunhas da morte de Jesus Christo!*»

D. Manuel, porém, nos ultimos annos do seu reinado, e conhecendo o grande erro commettido, na perseguição feita aos Judeus e aos Moiros, tornou-se tolerante, e os *christãos novos* viviam mais desafogadamente.

Fallecendo D. Manuel, em dezembro de 1521, succedeu-lhe seu filho D. João, a quem estava reservado o dar principio á obra destruidora da grandeza de Portugal, que no reinado de seu pae havia attingido o mais elevado grau.

Segundo a opinião dos chronistas e historiadores, não possuindo D. João III o talento nem os predicados necessarios, para seguir o glorioso caminho dos reis seus antecessores, entregou-se, pelo fanatismo, que o dominava, nas mãos fradescas.

«Fosse resultado do curto engenho e da ignorancia, fosse vicio da educação, D. João III era um fanatico. A intolerancia do seu reinado, embora favorecida por diversos incentivos, deve-se, em nossa opinião, ao character e inclinação do chefe do Estado»¹.

O estabelecimento da Inquisição, em Portugal, por elle sollicitado, muito em segredo, ao papa Clemente VII, isto emquanto traiçoeira e covardemente se syndicava do viver intimo dos *christãos novos*, que eram perseguidos desapiadadamente, «contra o que se revoltaram D. Fernando Coutinho, bispo de Silves, e D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal, mostrando-se indignados com esta intolerancia contraria ao espirito do christianismo, e com esta infame quebra das mais sollemnes promessas»², foi mais do que sufficiente, para que a historia o anathematisasse.

Não querendo envolver-nos em referencias ás luctas religiosas, que n'esta epoca estavam terrivelmente agitadas na Europa, ponhamos de parte o concilio de Trento, a Reforma, Luthero e Calvino, Leão X e Carlos V, que tão notaveis n'ellas se tornaram; deixe-

¹ Alexandræ Herculano.

² Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. V., pag. 153.

mos entregues á historia os abusos e a corrupção do clero, que foram um dos maiores contingentes, para que essas luctas tivessem logar; nada de falarmos nos actos sanguinarios, praticados por Carlos v, até á Hollanda, com o tribunal de sangue, nem tão pouco na Saint-Barthélemy em França, e em tudo o mais que se passou na guerra dos trinta annos; mas archivemos, para seguimento da nossa narrativa, que o fanatico D. João III, casando com D. Catharina, irmã de Carlos v, e irmã da rainha D. Leonor, viuva de D. Manuel, e assim madrasta de D. João III, por quem este estivera altamente apaixonado, reatou os relações internacionaes, e seguiu a politica intolerante da Hespanha.

O estabelecimento da Inquisição em Portugal, por bulla de 23 de maio de 1536, não foi mais do que, o querer D. João III, seguir as pisadas da politica em Hespanha, onde a Inquisição, cincoenta e cinco annos antes estava estabelecida, e D. João II e D. Manuel, que o antecederam, nunca trataram de montar em Portugal uma tão cruel e perseguidora instituição.

Mas, «os dois paizes visinhos estavam ligados pela tradição religiosa, como os seus reis estavam ligados pelos laços da familia. Um arrastava o outro»¹.

Infelizmente n'este arrastar, a victima foi Portugal.

Como o *Piedoso* D. João III, no seu zelo fanatico, não pôde ser inquisidor-mór, no que teria grande

¹ Alberto Pimentel—*Historia de Portugal*, vol. III, pag. 305.

gosto em o ser, se o cargo fosse de principe secular, segundo escrevia ao seu embaixador em Roma, foi, em 1539, nomeado inquisidor-mór, seu irmão o cardeal D. Henrique, ficando assim tão *humanitario* cargo na familia; «e em 1540 começaram os autos de fé, com a assistencia da familia real, em que a peninsula hispanica estava representada, na rainha D. Catharina d'Austria»¹.

«No seculo XVI não primava pela delicadeza o gosto da côrte em Portugal. Certas grosserias, chufas e obscenidades não eram mal acceitas pelas damas d'esta epoca. Bobos e truões, momices, escarneos e arremedilhos, não eram então menos apreciados do que musicas, cantos e danças; levando, porém, a palma a todos os divertimentos as funcções religiosas na sua pompa externa, despertando os autos de fé o maior entusiasmo em todas as classes; o primeiro verificou-se em Lisboa, no sitio da Ribeira, defronte do Terreiro do Trigo, sendo penitenciadas vinte e tres pessoas; assistiu a familia Real.

«Um luxo desenfreado tinha invadido todas as classes, acompanhado do terrivel vicio do jogo; nas massas populares as praticas mais supersticiosas eram tidas por actos religiosos, e a mais obscura credulidade entretinha a especulação da grande e da pequena bruxaria. Por vezes os governos tentaram, mas em vão, reprimir os excessos do luxo e as praticas da

¹ Alberto Pimentel, *Historia de Portugal*, vol. III.

feiticeria; o joven rei D. Sebastião, pela lei de 28 d'abril de 1570, ¹ tentando pôr freio ao excessivo luxo, teve a ingenuidade de até querer limitar o numero de pratos nos jantares das familias!

«Apesar das absurdas disposições das leis oppressivas, o luxo continuou do mesmo modo. A indolencia começou tambem a arreigar-se nos habitos populares; muitos trabalhos eram abandonados aos estrangeiros e aos escravos; Portugal havia largamente aproveitado a auctorisacão dada pelo papa Nicolau v, em 1455, para fazer escravos os pagãos, brancos e negros, assim, em 1535, havia em Lisboa quasi tantos escravos como homens livres ².

Os dominios da corôa portugueza, que n'esta epocha tinham alcançado uma vastidão immensa, podiam competir na vastidão de territorio com a corôa de Castella.

«Rivalisava a monarchia de Portugal com a de Castella em extensão de territorio. Carlos v, que então vivia, era não só imperador da Austria, rei de Castella, Navarra e Aragão, mas estendia tambem o seu poder a uma parte da Italia, a outra da França, aos Paizes Baixos, e, como se isto ainda fosse pouco, o sceptro castelhano avassalava tambem uma porção da Africa, da America e da Oceania» ³.

¹ Francisco Corrêa, *Leis de D. Sebastião*, vol. I, pag. 99 a 107.

² Vicente Ferrer, *Elogio historico de Alexandre Herculano*, publicado no *Jornal do Commercio* de 29 de maio de 1878.

³ Alberto Pimentel, *Historia de Portugal*, vol. III, pag. 362.

A depravação de costumes continental havia-se estendido aos vastissimos dominios d'alem mar. As riquezas fabulosas, vindas do Oriente, desapareciam na voragem dos desperdicios e em presentes ao papa.

Assim, no meio de tanta depravação, e pôr entre os clarões sinistros dos autos de fé, destruidores das victimas que a Inquisição haviam condemnado, abusando do nome da religião santa de Jesus Christo, caminhava a nacionalidade portugueza para a cova, que o inquisidor cardeal lhe havia de abrir.

D. João III fallecia em 11 de junho de 1557, «desapparecia da scena do mundo em que representou triste papel, e foi dormir o grande somno para o colossal mosteiro dos Jeronymos, acompanhado simplesmente pelas pompas officiaes, que não pela dôr nacional, deixando apenas ao seu povo como que uma dôce sensaçã d'allivio, ao seu successor um paiz arruinado, desmoralizado e decadente, á historia um nome odiado e repugnante ¹.

Dos seus dez filhos nenhum lhe sobreviveu. O ultimo que falleceu, tres annos antes de seu pae, foi o principe D. João, «deixando no ventre da sua viuva, aquelle que a fatalidade destinára, para matar comsigo a independencia de Portugal, nos campos d'Alcacer Kivir ².

¹ Delphim d'Almeida e Gervasio Lobato, *Historia de Portugal* vol. IV.

² Idem, idem.

Foi D. Sebastião, que a princesa D. Joanna deu á luz em 20 de janeiro de 1554.

O que se passou de intrigas jesuiticas, as luetas que se deram entre a irmã de Carlos v, D. Catharina d'Austria, politica habil e intelligente, e o cardeal D. Henrique, para a regencia do reino, não cabe referir nos limites d'esta memoria.

Dil-o a historia com inteira verdade, narrando minuciosamente os actos vergonhosos, as perseguições odientas praticadas pela Companhia de Jesus, n'esta época tristissima para a patria portugueza.

Nada, porém, de nos envolvermos em tanta miséria, e vejamos, com magua, cercado, pelos phantasmas sinistros da seita jesuitica, o throno onde se havia assentado o querido do povo, o grande mestre d'Aviz, tendo ao seu lado a virtuosa esposa, a rainha D. Philippa, mãe de principes que tanto honraram a patria; e a caminhar para esse throno, illuminado lugubremmente pelas fogueiras da Inquisição, um padre decrepito, com rubras vestes, conduzindo pela mão uma pobre creança, educada e dominada pela odiada seita.

A creança é a infeliz victima, que tem de ser sacrificada ás ambições da Companhia de Jesus, e terá por sepultura ignorada uma parte da terra, onde os seus antecessores tanto engrandeceram a patria; depois o velho cardeal completará a sua obra destruidora.

Não terá o cardeal-rei a honra de desempenhar um acto da sua missão de padre, entoando um *depro-*

fundis; abrirá uma cova, será o coveiro d'uma nacionalidade, e os sinistros jesuitas verão satisfeitas as suas ambições de insaciavel predominio. O castigo, porém, chegará em dia proprio, é questão de tempo.

Com a habil e intelligente regencia de D. Catharina, os triumphos portuguezes no Oriente e Brazil, foram ainda brilhantes, mas eram os ultimos lampejos do grandioso facho, segundo a opinião de todos os historiadores, que D. João I accendera, em 14 d'agosto de 1385, em Aljubarrota, e que durante quasi dois seculos havia fulgurantemente illuminado o mundo, apresentando sempre a nação portugueza na vanguarda da civilisação, pelos seus feitos heroicos, pelas suas assombrosas descobertas e conquistas.

Os importantes e curiosissimos apontamentos, com muitas propostas e pedidos apresentados pelo povo ás côrtes em 1562, que a historia refere, «pintam eloquentemente o estado social e economico do reino, e as aspirações, desgostos e soffrimentos do povo no meio d'essa devassidão fidalga e fanatismo imbecil, que o havia de levar á sua ruina».

Que os nossos leitores os leiam e estudem attentamente, que n'elles verão quão nefastos já eram n'aquella época os mosteiros e a Companhia de Jesus.



XX

A regencia, de seis annos, do cardeal D. Henrique, foi o que determinaram os jesuitas.

A nota que o cardeal deu a D. Sebastião, quando aos quatorze annos de idade lhe foi reconhecida a maioridade, demonstra altamente em tudo, que só se tratou do engrandecimento da Companhia, e da submissão incondicional, da acceitação completa do concilio de Trento.

Este concilio, «estabeleceu uma proponderancia enorme da Igreja sobre o poder temporal; e essas decisões que nem o proprio Carlos ix se atreveu a acceitar, Portugal recebeu-as de braços abertos sem as mais ligeiras restricções.

«A regencia do cardeal-infante é uma vergonha, que só tem na historia de Portugal outra vergonha, que a exceda — o seu reinado ¹.

Reconhecida a maioridade de D. Sebastião, ficou entregue, de direito, nas mãos d'uma creança, a direcção d'um reino importantissimo, e de facto nas mãos do seu mestre e confessor, o astuto jesuita Luiz Gon-

¹ *Historia de Portugal* já referida, vol. iv., pag. 46.

calves da Camara, e de seu irmão o padre Martim Gonçalves da Camara, que por influencia do cardeal-inquisidor havia sido collocado na presidencia do paço.

A educação jesuitica fanatisou o espirito elevadamente impressionavel de D. Sebastião, fazendo, como escreve um historiador, «d'um rapaz robusto, sadio, intelligente, um fanatico imbecil e um misantropo perigoso, enchendo-lhe a cabeça de ridicula *pruderie* e de ideaes falsos, grutescos e fataes».

De tudo isto resultou a primeira expedição a Africa em 1574, e a segunda em 1578, sendo, em 4 d'agosto, derrotado pelos mouros, em Alcacer Kivir, o exercito portuguez, e com elle morto, depois de praticar actos de louca valentia, o joven rei, que a fatalidade fizera cahir nas mãos dos jesuitas.

Consummada esta lugubre tragedia, temos, o cardeal D. Henrique, rei de Portugal, abrindo a cova para ser enterrada a nacionalidade portugueza.

Para recordarmos o que de triste, vergonhoso, então se passou, escudando-nos em historiadores auctorisados, teriamos de ir longe, e isso é o que não podemos fazer.

Se nos temos afastado do que diz respeito aos factos da historia açoreana, indo envolver-nos em referencias a factos da historia nacional, é pela ligação que entre elles existe; e n'esta parte é para mais uma vez ficar consignado, como e porque forma se encaminharam as cousas, para a perda da independencia portugueza, e

assim chegarmos á demonstração de que na ilha Terceira, e nas suas irmãs, no Archipelago Açoreano, existiu sempre o amor patriotico no seu mais elevado grau.

É este um dos fins principaes, que preside a este nosso humilde trabalho; é salientar bem a lealdade açoreana, o elevado amor patrio dos seus habitantes, para que os egregios Monarchas portuguezes, se dignem bem avaliar, que as aclamações entusiasticas, calorosas, que receberam, durante a sua visita a estas perolas oceanicas, foram sinceras, leaes, francas, do coração, como o devem ser d'aquelles a quem nunca a traição maculou, e que são incapazes, por mera adulação, de manifestar o que não sentem.

Aqui, n'estes rochedos, existe a sinceridade, batem corações generosos em peitos de leaes e legitimos portuguezes, e a geração que passa é digna herdeira das tradições gloriosas, que lhe legaram os seus maiores, timbrando sempre em as conservar sem macula.

*

Christovam de Moura, que infelizmente casára com D. Margarida Corte-Real, filha do 4.º donatario d'Angra e de S. Jorge, Vasco Annes Corte-Real, semeava ás mãos cheias o ouro de Filippe II de Hespanha, comprando os fidalgos portuguezes, para assim engrossar o numero dos partidarios d'este pretendente á corôa de Portugal, que assentava na cabeça do decrepito e vaidoso cardeal D. Henrique.

E o oiro, e a promessa de elevadas honras e mercês, ia abrindo caminho, para facilitar a passagem para o rei hespanhol subir ao throno portuguez.

A depravação de costumes era grande, igualava o fanatismo.

O predomínio clerical atrophiava os espiritos, a intolerancia religiosa era a paixão dominante, e o pulpito e o confessorio, em lugar de combaterem a immoralidade, a devassidão, o vicio, só serviam para mais e mais axaltar os animos, colhendo de tudo proveito os interesses partidarios do clero.

É isto o que, nos demonstram os historiadores e chronistas, com factos irrefutaveis, que lamentamos não poder aqui relembrar.

Entre os varios pretendentes á corôa portugueza, existiam dois, que allegavam melhores direitos, para justificarem a sua pretensão. Era a duqueza D. Catharina, neta d'el-rei D. Manuel, casada com o duque de Bragança, e D. Antonio, prior do Crato, tambem neto de D. Manuel, filho do infante D. Luiz e de D. Violante Gomes, denominada a *Pelicana*.

O cardeal D. Henrique, que tinha certa predilecção por sua sobrinha D. Catharina, enclinára-se, durante algum tempo, a seu favor, guerreando em tudo a D. Antonio a quem odiava.

Note-se, que não obstante a predilecção por sua sobrinha, o casto e senil cardeal tentou, por duas vezes, obter do papa a auctorisação para se casar, com o

fim de deixar successor ao throno portuguez, a qual não lhe foi concedida, para o que muito concorreu a influencia de Filippe II junto do vaticano.

De indicisão em indicisão, resolveu-se o cardeal chamar ao paço os tres braços da nação, para que os representantes do povo, do clero e da nobresa, se obrigassem, por juramento solemne, a não reconhecer por soberano de Portugal, senão o principe, que por justiça se deferisse a corôa, jurando ainda as côrtes obedecerem aos governadores, que elle cardeal nomeasse.

Lida a formula do juramento, foi ella repetida, perante testemunhas, pelos tres representantes.

Assim, escreve o sr. Rebello da Silva, «a nação abdicava submissa nas suas mãos os foros, que no principio tentára defender, consentindo que mesmo dentro do tumulto, um monarcha incapaz de opiniões elevadas e resolutas, continuasse a triste ditadura, que assumira no meio dos infortunios publicos.

«Depois da morte, a sombra de D. Henrique ainda ficava no throno, reinando pela voz de governadores e juizes da sua escolha.»

Esta resolução do cardeal, ou melhor este acto violento, causou pessima impressão no publico, pois logo se espalhou a noticia, de que em Madrid sabiam já quem seriam os governadores.

D. Henrique, rodeado por conselheiros comprados pelo ouro de Castella, e depois de muita intriga, e para satisfação do seu odio pessoal, intimou por

editos, a que D. Antonio se apresentasse na côrte, e como este, receiando a traição que o aguardava, não comparecesse, publicou uma sentença, privando-o de todos os cargos e privilegios, desnaturalizando-o de portuguez, banindo-o do reino e confiscando-lhe os bens.

O que o povo devia ter feito a D. Henrique, o traidor, era este que o fazia ao prior do Crato!

Nas côrtes, em Almeirim, a 11 de janeiro de 1580, o denodado patriota, Phebus Moniz, procurador por Lisboa, combateu, em brilhante discurso, a idéa do dominio estrangeiro, «sempre cruel e pesado para um paiz affeito ás liberdades conquistadas pela espada».

Este procedimento de Phebus Moniz, que ia tornando os planos dos partidarios de Castella, dando força aos partidarios de D. Antonio, irritou o cardeal, que mandou recommendar ás côrtes, pelo bispo de Leiria, que restringissem os debates ás cousas importantes, afim de terminarem com brevidade os seus trabalhos, e fazendo-lhes ao mesmo tempo saber, que elle entendia convir ao bem do reino, que Philippe II fosse o herdeiro do throno.

«Estava-se no fim de janeiro, escreve o sr. Pinheiro Chagas, e a ultima hora, de D. Henrique, aproximava-se cortada de amarguras. Sabia que a unica pessoa a quem votára affecto, e que lhe correspondia, desilludida e amargurada, lhe enviava d'um recinto

proximo as mais acerbas maldições; sabia que D. Antonio, despresando as suas ordens, que ninguem respeitava, não só não sahira de Portugal, mas até ousava vir a Almeirim, assistir, incognito, á entrada de D. Catharina; sabia que o povo agglomerado, em torno do paço, não reprimia a sua colera, e lhe perturbava a agonia com os seus insultos, entoando a cantiga com que se vingava do modo como elle traira a patria:

Viva el-rei D. Henrique
No inferno muitos annos,
Pois deixou em testamento,
Portugal aos castelhanos.

Morreu na noite de 31 de janeiro de 1580.

«O governo convocou côrtes em Almeirim. Em 19 de junho foi acclamado rei D. Antonio, Prior do Crato, filho do Infante D. Luiz, e que pretendia ser filho legitimo. Fez-se a acclamação tumultuariamente em Santarem, e os governadores, que estavam em Almeirim, julgaram prudente transportar-se a Setubal.

«O Senhor D. Antonio passou a Lisboa, e ahi foi tambem acclamado por alguns grandes, ecclesiasticos e plebe.

«D'ahi passou a Setubal, e os governadores fugiram para S. Lucas. Por alvará de 17 de julho de 1580 declararam rebelde o Senhor D. Antonio, e seus sequazes, e declararam por legitimo rei de Portugal a

D. Philippe II de nome em Castella. Este alvará publicou-se, e imprimiu-se com as assignaturas dos tres governadores, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa, e tem a data de *Castro Marim*, e o impresso vem sellado com as armas de Portugal, e referendado por Nuno Alvares Pereira, secretario d'el-rei em Badajoz, a 7 d'agosto do mesmo anno, attestando a sua conformidade com o original.

«O Senhor D. Antonio ainda fez alguma resistencia em Lisboa ao exercito do Duque de Alba; mas sendo destroçado, andou vagando occulto pelo reino, e por ultimo, depois de varios casos, falleceu em Paris a 25 d'agosto de 1595, (a 25 de agosto diz o cavalheiro Oliveira), aonde na sepultura se lhe deu o titulo de Rei»¹.

É pois com respeito aos *varios casos*, que se deram antes da sua morte, e de que foram principal theatro a ilha Terceira, que vamos tratar.

¹ Cardeal Saraiva—*Obra completa*, tom. iv, pag. 100 e 101.



XXI

Em 15 de maio de 1578 foi provido, triennialmente, no cargo de corregedor da comarca de todas as ilhas, Cyprião de Figueiredo de Lemos e Vasconcellos, a quem se deu, segundo refere Drummond, o regimento d'alçada, que tiveram os seus antecessores, Gaspar Ferreira e Diogo Alvares Cardoso.

Este regimento, que está archivado no livro de registo da camara d'Angra a fl. 254, consta de 18 capitulos, e n'um d'elles lê-se a seguinte barbaridade:

«E em peões de soldadas que andarem á soldada, e outras pessoas que ganharem dinheiro por sua braçagem, tereis poder e alçada para os mandar *açoutar e cortar as orelhas*, e degradar até sete annos para os logares d'alem; e sendo os taes casos de furtos, os podereis degradar para as galés pela metade do dito tempo».

N'este mesmo anno veio para a Terceira o bispo D. Pedro de Castillo, que entendeu invadir e devassar a jurisdicção do corregedor Cyprião de Figueiredo, levantando-se serias desintelligencias entre os dois, de que resultou serem proferidas, em 1579, sentenças

contra o bispo, sobre a sua jurisdição, as quaes se acham archivadas no livro do tombo da camara da Praia.

Feita a acclamação de D. Antonio, em varios logares de Portugal, veiu de seu mandado, á ilha Terceira, o fidalgo Antonio da Costa, portador da noticia da morte do cardeal D. Henrique, e de cartas para as camaras o jurarem e acclamarem como rei.

Ao mesmo tempo era aqui recebida uma carta da camara de Lisboa, para a da Praia, tambem referente á acclamação de D. Antonio.

Archivemos as mencionadas cartas.

Carta de D. Antonio:

«Juizes, e vereadores da villa da Praia da ilha Terceira: Eu El-Rei vos envio muito saudar. Já tereis sabido como foi Deus servido de me alevantarem e haverem por Rei d'estes reinos a cidade de Lisboa, e outras villas, e logares d'elles; e como isto foi mais por vontade e permissão sua, do que por outros meios procurados por mim; e elle sabe como meus intentos foram sempre, e são hoje, e estar em seus merecimentos mais a conservação da corôa de Portugal, do que no meu particular; e ainda que as razões que para isso tenha sejam tão justas, e devidas, e tão notorias, confio da lealdade antiga das portuguezes que os que o foram bons e verdadeiros, não desistirão em seguir o que elles bem souberem, e lhe parecer conveniente á paz d'estes reinos, que com deliberado accordo tem mostrado, e entendido lhes convem para poderem viver em liberdade, e justiça: e os reis anteriores d'estes reinos sempre os contaram fóra das duvidas que houveram de ter; nem o contrario d'isto eu podia entender, e tenho por certo de vós, e do leal povo d'essa villa, que vós ouvireis e fareis me reconheçam e obedeçam ahi por seu rei e senhor, crendo de mim que me queiram para seu defensor e senhor para lhe sustentar a integridade, conservação e defensão d'estes reinos, por me pertencer, como declarei nos protestos que fiz como de rei alevantado e assentado. Faço-vos-lo assim saber para que da vossa resposta entenda o que n'isto fizerdes, e o que devo de mandar fazer em outras, quando ahi essa villa isso

faça, que espero será o que vos nesta digo. Com muita tenção e vontade terei sempre em lembrança devida vossas obras, e vos farei por isso particular, e geralmente mercês, honras, e accrescentamentos; e de contrario me darei por desservido, e determino que ... com esta minha carta ... posta no serviço de nosso Senhor, e no bem universal dos vassallos, e povos destes reinos. E mando a Antonio da Costa, cavalleiro fidalgo da minha casa com esta carta para vo-la appresentar, e me trazer vossa resposta, e accordo que nisso fizerdes. Escripta em Lisboa a 9 de julho de 580 annos. Para o juiz, e vereadores da villa da Praia da ilha Terceira, por El-Rei.

Carta da camara de Lisboa:

«Á nobre villa de Santarem vieram novas cartas de que El-Rei de Castella, não querendo esperar por determinações de quem pertencia, sob a successão d'estes reinos, depois de ter sobornado por muitas vias com promessas, e ameaças as pessoas principaes, e outras de livre vontade para que o recebessem por rei, e procurassem que fosse recebido das cidades, e villas d'estes reinos, com mão armada entrou n'elles, e tinha tomado a cidade d'Elvas, e villa de Campo Maior, e procurava de tomar a villa d'Olivença; as quaes foram de tanto espanto que vendo, que pelos Governadores serem em contrario, com aquella presteza que era necessario tendo diante o sr. D. Antonio, de cujas virtudes a dita villa por muita conveniencia e direito estava tão satisfeita, que d'elle só esperava ser perdoados estes reinos, inspirados da Graça divina o elegeram e alevantaram por Rei. E vendo nós como o dito Senhor, por ser filho do Infante D. Luiz, e neto d'El-Rei D. Manoel, de gloriosa memoria, e suas muitas virtudes tinha amor e obrigação a conservação e defensão destes reinos approvamos a dita deliberação, e o elegemos de novo por rei delles, de consentimento universal, e de todos os fidalgos, cidadãos nobres e cavalleiros, e mais povo desta cidade com grande esperança em Deus Nosso Senhor, que por elle nos ha de conservar a honra que até agora temos ganhado com tanto socego movel dos leaes portugueres nossos antepassados; o que fizemos por não haver outro nenhum remedio, e instar a necessidade e aperto em que estamos, por se dilaterem as côrtes que se esperavam para remedio, e se prover nellas de maneira que convem e que se espera á segurança e defensão d'estes reinos, confiamos que vossas mercês, e as mais cidades, e villas destes reinos approvarão o que nós approvamos; pois parece que Deus Nosso Senhor guardou este principe, e livrou de tantos perigos para nosso remedio: porque fazemos saber a vossas mercês, e lhes pedimos que para todos, e bem manifestos se alegrem commosco, e approvem uma eleição tão acertada, e bem merecida, em que Deus nosso Senhor quer mostrar

muitos merecimentos do Infante D. Luiz, e usar comnosco de misericórdia, de elegermos um tal príncipe para remedio das grandes necessidades em que estamos postos, em cuja ajuda e favor esperamos conservar a nobreza de Portugal. Nosso Senhor guarde as muito illustres pessoas de vossas mercês por muitos annos. De Lisboa 25 de julho de 1580. = *Jeronymo Corte-Real* = *Antonio Mobil* = *Luiz Francisco* = *Gaspar Rodrigues* = *Francisco Rodrigues*. Aos muito illustres Senhores juizes, vereadores da villa da Praia da ilha Terceira».

Em sessão solemne das camaras d'Angra, de S. Sebastião e da Praia, sendo a d'esta ultima em 5 d'agosto de 1580¹, e em presença do commissario regio, Antonio da Costa, e do doutor corregedor Cyprião de Figueiredo e de muitos fidalgos, foi aclamado o mui alto e poderoso príncipe, senhor D. Antonio, rei de Portugal; aclamação que foi entusiasticamente correspondida pelo povo terceirense.

Alguns dos fidalgos que assistiram a esta aclamação, constituiram mais tarde o pequeno numero dos traidores e timoratos, que se bandeiram para o partido de Filippe II.

Antonio da Costa, que, na sua passagem por S. Miguel, havia alli deixado aclamado o novo rei, passou, em seguida á aclamação na Terceira, á ilha do Fayal, onde falleceu seis dias depois da sua chegada, o que não occasionou o deixar D. Antonio de ser aclamado nas ilhas occidentaes, como era a esperar da lealdade e brios dos seus habitantes.

O bispo D. Pedro de Castillo não foi presente a

¹ O respectivo auto está publicado no vol. I dos *Annaes da Terceira*.

nenhum d'estes actos, pois, sob o pretexto de visita, havia seguido viagem para a ilha de Santa Maria, antes de ser processado. Nada se perdeu por isso, porque se o houvesse feito, por dever do seu cargo, seria mais um dos que se bandeariam para os partidarios de Castella.

A noticia da derrota do pequeno exercito de D. Antonio foi recebida com profundo pesar pelos terceirenses, e deu aso a que os padres jesuitas principiassem a fazer propaganda a favor de Filippe II, juntando-se com o limitado grupo dos fidalgos traidores, o que deu inicio ás malquerenças e luctas, que se seguiram, pois os fidalgos dignos e o povo estavam dispostos a cumprir o juramento prestado no acto da aclamação.

Cyprião de Figueiredo tratou, segundo refere Drummond, de proceder á reforma d'alguns ministros territoriaes, e deferiu juramento de fidelidade a D. Antonio, á officialidade d'Angra e Praia, e aos capitães d'ordenanças de varias freguezias, isto em seguida a ter apparecido, em frente da villa da Praia, em agosto, uma armada castelhana, composta de doze galeões.

O senado angrense mandou uma deputação a cumprimentar D. Antonio e a prestar-lhe vassalagem.

A deputação era composta do provedor das armadas, Pedro de Castro do Canto, Estevam Ferreira de Mello e seu filho Luiz de Mello, que á sua custa fretaram uma caravela, em que embarcaram, com seus

creados, escravos e cavallos, com o fim de tambem auxiliarem no continente a causa de D. Antonio.

Á sua chegada a Lisboa, já dominava o governo de Castella, sendo a caravela tomada e os bons e leaes terceirenses presos.

Não havendo noticia d'esta deputação, o corregedor Cyprião de Figueiredo, que tinha sido nomeado pelo senado governador general do Archipelago Açoreano, e presidente do tribunal regio, que se constituiu com os deputados João Gonçalves Corrêa, Balthasar Alvares Ramires, Domingos Pinheiro e Domingos Onzel, mandou em nome do governo, e d'accordo com a camara angrense, nova deputação a D. Antonio, composta de Estevam de Cerveira, Jorge Lopes, procurador dos misteres e fr. Melchior, religioso franciscano e prégador considerado e bemquisto, os quaes embarcaram na caravela do piloto Gaspar Alvares Chicorro, a quem, a 9 de julho de 1580, havia D. Antonio concedido carta de honras e regalias de cidadão d'Angra.

Esta deputação conferenciou com el-rei, em principio d'agosto de 1580, na villa d'Aveiro, fazendo-lhe exacta descripção de tudo o que se havia passado, e declarando estarem os açoreanos dispostos a defender os direitos do seu legitimo rei, contra o poder de Castella.

D'esta conferencia resultou, o declarar el-rei que, não obstante a sua derrota em Alcantara, ia reunir em Coimbra as forças fieis, seguindo depois para França,

onde esperava encontrar auxilio bastante para combater Filippe II. Aos emissarios concedeu honras e mercês, e deu-lhes cartas para a cidade d'Angra e villas da Terceira.

O regresso da deputação a esta ilha foi recebido com geral alvoroço pelos terceirenses, e o padre fr. Melchior, apenas desembarcou, dirigiu-se á igreja da Misericordia, e subindo ao pulpito expoz, em patriotico discurso, o resultado da sua missão, sendo depois acompanhado pelo povo ao seu mosteiro, onde anciosa o esperava a communiidade.

A noticia da derrota em Alcantara veiu animar os partidarios de Castella, e os jesuitas nos pulpitos e nos confessionarios, faziam uma terrivel propaganda, e juntos com os fidalgos traidores, a quem instigavam, planejaram a occultas aproveitar o primeiro ensejo, para acclamarem Filippe II, fundando-se na esperançosa noticia, de que se estava preparando uma frota, para vir reduzir a ilha Terceira, e demais ilhas, á obediencia de Hespanha.

Na anciedade de verem completa e preponderante a sua traição, e apparecendo no mez de setembro, em frente ao porto d'Angra, uma nau da India, que julgaram ser uma nau com recado do rei de Castella, o fidalgo João de Bettencór, madeirense, sorteado para esta triste empreza, percorreu a cidade, montado a cavallo, brandindo uma lança, e dizendo em alta voz: *Viva El-rei D. Filippe, e quem o contrario disser morra.*

Esta louca temeridade revoltou o povo, ao ponto de o querer matar, despedaçando a golpes de machado as portas da casa, na rua Direita, onde João de Bettencór se refugiou, sendo salvo das iras populares pelo alcaide mór, Diogo de Mello de Faria, que lhe deu voz de prisão, e depois acompanhado por uma força armada até á cadeia. Igualmente foram tambem presos mais cinco fidalgos, que não tendo a coragem de se haver apresentado a acompanhar o louco João de Bettencór, andavam a censurar o procedimento do povo.

Nos cinco fidalgos presos, havia um, chamado Pedro Eanes do Canto, segundo do nome, perfeito contraste do primeiro, que tantos e tão esforçados serviços prestou á patria, como já referimos; similhantemente nos fidalgos comprados, em Portugal, por Christovam de Moura, havia um de nome, Nuno Alvares Pereira. Dois nomes arrastados na lama! servindo-nos da eloquente phrase d'um conceituado historiador.

Desde a mallograda tentativa d'acclamação do rei de Castella, os animos populares conservaram-se em constante exaltação, e assim foi recebida, com grande entusiasmo, uma nau franceza, que, em janeiro de 1581, chegou ao porto d'Angra, commandada pelo capitão Antonio Scalin, e que deu a noticia de que el-rei D. Antonio estava em França, organisando uma expedição contra Filippe II ¹.

¹ D. Antonio ainda não havia chegado á França, mas sim seu

Uma testemunha ocular das imponentes festas, que, n'esta occasião se realisaram em Angra, e a que varios historiadores se referem, sem citarem o nome, escreve:

«Homens e mulheres, velhos e crianças, pareciam doudos. A nau via-se cercada de barcos cheios de immensa gente, sendo com estas festas acompanhado a terra Antonio Scalin, a quem deram boas e commodas casas, para sua residencia e da sua gente, providendo-as abundantemente de boas iguarias. Isto tudo foi n'uma sexta-feira, e assim no dito dia e no sabbado e domingo, tudo foram festas. No domingo foi a cidade enramada pelas ruas de pomos e verduras, e paineis com disticos allegoricos. Com muitas chacotas, appareceram muitas danças, vendo-se nas ruas correr alguns chafarizes de vinho. Os da governança da terra, com muita gente nobre, foram pela cidade com o dito Antonio Scalin e sua gente da nau em solemne digressão, e os levaram pelas ruas, fazendo-lhes estas festas e muitas mais era do que eu digo.»

«D'aqui se colhe o firme proposito dos terceirenses, em sustentarem o juramento de constante fidelidade a el-rei D. Antonio, por ser principe portuguez, filho da casa d'Aviz; e a sua natural repugnancia ao dominio d'um rei hespanhol, usurpador da corôa portugueza.

primo D. Francisco, conde de Vimioso, que Antonio Scalin julgou ser o rei, tanto que depois da chegada d'esta nau é que se soube ter sido D. Antonio derrotado no Porto, e haver desaparecido.

Pela sua integridade, antes preferiam morrer pela patria, do que entregar-se ao jugo estrangeiro» ¹.

Na ilha de S. Miguel é que a corrente a favor de Castella, se havia alastrado bastante, devido ao bispo D. Pedro de Castillo, que para ali fôra residir, e que empregava todos os meios de seducção, para que fosse aclamado Philippe II, no que muito o veiu auxiliar Thomé Rodrigues Tibau, que chegou áquella ilha no galeão S. Christovam, dando a noticia do rei de Castella haver sido aclamado em todo o paiz.

Este bispo, em recompensa dos seus serviços a Philippe II, foi bispo de Leiria, em 1582, provido na casa dos desembargadores do paço em 1587, e mais tarde vice-rei em Portugal.

O galeão S. Christovam seguiu de S. Miguel para a Terceira, trazendo a seu bordo Antonio d'Aguiar Coutinho, nomeado, por Philippe II, governador das ilhas dos Açores, e bem assim outra auctoridade igualmente nomeada.

Não tendo a certeza de ser o novo governador bem recebido pelos terceirenses, conservou-se ao largo, e mandou a terra emissarios, trazendo o perdão aos bons e leaes patriotas, partidarios de D. Antonio, que elle denominava auctores da rebellião, e ao mesmo tempo dizendo, que eram portadores de cartas do rei de Castella e Portugal, que tratavam d'este importante assumpto.

¹ José J. Pinheiro. *Épocas Memoraveis*, vol. II, pag. 40.

Os emissarios foram recebidos pelo governador general Cyprião de Figueiredo, indo depois aos paços municipaes, onde em presença do senado foi repetida a communicacão recebida.

O povo, que pressurosamente havia corrido á casa da camara, foi quem deu a resposta, dizendo entusiasticamente: Viva el-rei D. Antonio: morram os castelhanos.

A isto o governador general respondeu aos emissarios: — podeis dizer a quem vos enviou, que na ilha Terceira e nas mais ilhas occidentaes de sua obediencia, não se conhece outro rei, senão o mui alto e poderoso senhor D. Antonio; que eu sou em seu real nome governador general das ilhas dos Açores; e que defenderei á custa do meu sangue, que é portuguez, os direitos ao throno de Portugal d'este serenissimo senhor.

N'estas breves, mas eloquentes phrases, estava bem manifesto o sentir do povo terceirense, a quem nem a venalidade, nem o desalento, que a triste noticia da derrota de D. Antonio podia occasionar, fizeram brecha.

É que no povo terceirense não estava amortecido o elevado sentimento da independencia e da nacionalidade; os seus brios e o seu patriotismo não haviam sido maculados pela viciosa e desmoralisadora educacão, que imperava no reino.

O heroismo puro era a sua bussula guiadora, para saber bem cumprir os seus deveres, e o seu espirito não se amedrontava com a prespectiva das terriveis

luctas, que a não acceitação do perdão do poderoso rei castelhano, tinha de occasionar.

Se um reino desmoralizado, fanatisado, em que os bons patriotas, segundo a eloquente phrase d'um dos historiadores, que temos lido, «estavam desilludidos com as torpezas que presenciavam nos que deviam ser espelho de fidelidade e honra», se havia entregue ao humilhante dominio estrangeiro; uma pequena ilha, solitaria no meio do oceano, altiva e opulenta de patriotismo, tinha de mostrar aos filhos degenerados, que haviam ignobilmente vendido a patria, de quanto é capaz um pequeno povo, que não consente, nem consentiu nunca, que fossem maculados os seus justos foros de valor intemerato, de lealdade nunca desmentida.

Pode baquear, pode ser submettido ao jugo estranho, mas ha-de sel-o depois de lutar heroicamente, depois de empregar o ultimo esforço, depois de ser vencido. Cae, sim, mas honradamente, gloriosamente.

Depois da nobre e altiva resposta, dada pelo governador general, Cyprião de Figueiredo, os emissarios, segundo relata a mesma testemunha ocular, «sahiram de terra, e tal viram as gentes, e tão zelosas no serviço do senhor D. Antonio, que mais desejaram não ter desembarcado: que, se a justiça deixava o povo, sem falta os apedrejavam; e quando lhe deram licença para se tornar ao galeão, louvaram a Deus, e taes novas deram a Ambrosio d'Aguiar, e aos mais que o

acompanhavam, que o galeão não quiz ancorar, e sahiram na volta da ilha de S. Miguel, onde foram recebidos com muita festa»¹.

Não descansava em S. Miguel o *patriotico* bispo D. Pedro de Castillo, em empenhar os seus esforços, em beneficio das suas ambiciosas pretensões, a fim de tentar conseguir corromper os terceirenses.

Não conseguiu cousa alguma o *patriotico* pastor, nem Ambrosio d'Aguiar, com a vinda do arcediago, o padre Manuel Gonçalves, como emissario, e portador de novas cartas para Cyprião de Figueiredo e para outras pessoas importantes.

O resultado foi o grande susto, que o arcediago teve, quando á embarcação lhe foram tirados os remos e as velas, ficando retida e incommunicavel junto da fortaleza de S. Sebastião. Dias depois, por dó, foram-lhe restituídos os remos e as velas, mandando-a immediatamente seguir para S. Miguel.

Estava, pois, lançada a luva ao poderoso rei castelhano. Do Prior do Crato nada sabiam os terceirenses, mas o seu juramento de fidelidade estava de pé, e a independencia e a nacionalidade patrias eram para elles superiores a todas as conveniencias e bem estar.

¹ Pinheiro—*Épocas Memoraveis*.



XXII

Em um aviso dado de Lisboa aos 3 de junho de 1581, sobre o desaparecimento de D. Antonio, e que, traduzido do francez, está publicado no importante *Archivo dos Açores*, como tambem estão publicados muitos documentos ineditos, sobre o dominio hespanhol nos Açores e D. Antonio Prior do Crato, lê-se, no seu final: «Aparelha-se uma armada de 40 velas para ir contra as ilhas Terceiras, que se conservam fieis a D. Antonio, o que causa muito receio por causa dos navios da India».

Com a vinda de Antonio Scalin resultou haver importante correspondencia d'esta ilha com Henrique III de França, e com sua mãe, a rainha Catharina de Medicis.

Archivemos, principiando pela carta da camara d'Angra ao rei de França, e simples referencias ás restantes cartas :

«Christianissimo muyto alto poderoso e excellentissimo Snnor. O eterno e poderoso Deus Snnor Universal dos ceus e de terra permitiu pello aver assim por bem de castigar com asoute da perseguição o Reyno de Portugal, do qual ao presente hera possuidor el-Rey dom Antonio nosso snor que temos sabido que ao presente está posto em salvo no Reyno de Vossa christianissima magestade e com benino e real favor seu nos afirmão poderá muyto

cedo o ditto nosso Rey ser restetuido em seus Reynos e Real estado, do qual com desordem de treyções, forças e tirannias foi injustamente isbulhado de todo seu Reyno : nã ficou em sua lei, obediencia e lealdade mais que esta ilha Terceyra e outras cinco ilhas pequenas da sua comarca que estão neste mar oceano, todo o mais Reyno e Ilhas nos afirmão que são occupadas dos espanhoes, e isto por ellas se lhes dare sem resistencia e porque temos sabido de serto que o dito nosso Rey e Snnor dom Antonio está posto em com o real favor e ajuda de Vossa christianissima magestade poder ser restituído em seu Reyno para dahi como Irmão em armas de vossa christianissima magestade o poder sempre servir como o obrigua a tal amizade e nos seus vasalos e postos na lealdade de sua obediencia e que sempre tivemos fee e esperanza desse Rey socoro de vossa christianissima Magestade nos qsira dar emparo de seu Reyno até o tempo em que o dito nosso Rey o possamos ser emparados de todos os adversairos que nos por esa rezão quizerem ofender, pelo que sempre com umilde coração pediremos misericordiosamente a nosso Snor que neste mudo com muytas prosperidades e nos ceos com gloria eterna dê a Vossa christianissima magestade o paguo de tantos Bês e Mercês grandes que a nosso Rey e a nos per sua contemplação Vossa christianissima magestade tem feito e faz e que esperamos nos faça : escrita em Camara na cidade de Angra da ilha Terceyra de Jesu Christo a 6 de junho de 81 (1581). = *Fran.º (ou Lourenço) Alvares = Braz Dias Rodovalho = Antonio Vaz Torrado = Fran.º Diaz do Carvalhal = (outras duas assignaturas que se não entendem.)*

Sobscripto: Ao christianissimo e poderoso Rey de França.
Da camara da cidade de Angra da ilha Terceyra.»

Em 9 de junho d'este anno a camara da Villa de S. Sebastião dirigiu tambem uma carta ao Rei de França, e n'ella se refere a uma outra carta que havia escripto, dizendo : «A Phillipe Stroctio coronel geral de Infantaria franceza, screvemos mais largo, cremos que pois elle he feitura de tão Christianissimo Rey e sör dara informação a Vossa Magestade do que na sua lhe rellatamos, nō mais».

Fr. Braz Camello, guardião do convento de S. Francisco d'Angra, dirigiu uma carta a Catharina de Me-

dicis, em 5 de junho de 1581 ; Antonio Scalín, uma em 13 de junho, Antonio de Brito Pimentel, em 6 de julho, Pedro da Madre de Deus, padre Amaro Lopes da Costa, vigario geral d'Angra, Francisca de Christo, abbadessa do convento da Esperança e fr. Simão de Barros, em 15, 17 e 27 de setembro.

Fr. Manuel Marques, franciscano, e o vigario geral, padre Amaro Lopes, dirigiram tambem cartas a Henrique III, a 18 e 27 de setembro.

Todas estas importantes cartas de reconhecimento, para com suas magestades christianissimas, referem-se à patriótica disposição dos terceirenses e das ilhas occidentaes a favor d'el-rei D. Antonio, e narram os altos serviços prestados por Antonio Scalín.

Estes documentos foram extrahidos da *Bibliothèque Nacional de Paris*, e estão publicados (ineditos) no *Archivo dos Açores*.

Em 15 de julho de 1581 recebia a camara d'Angra, uma carta do rei de França, respondendo á que lhe havia sido enviada, prestando-se a socorrer os terceirenses. A rainha Catharina de Medicis escreveu a Cyprião de Figueiredo no mesmo sentido.

A correspondencia trocada entre o governador Cyprião de Figueiredo e a camara de Ponta Delgada, que se havia submettido, bem como as demais camaras de S. Miguel, ao rei castelhano, e em que o governador lamenta este procedimento d'uma cidade tão nobre, de tão nobre gente e fidalguia, é um documento valioso,

e que está publicado no referido *Archivo*, e bem assim as cartas que as camaras d'aquella ilha dirigiram ao duque d'Alba e a Philippe II.

Uma d'estas cartas, ao rei de Castella, narra o estado e disposição dos terceirenses, o que se passou com Gaspar Homem, enviado do governador castelhano, Ambrosio d'Aguiar Coutinho, em 7 de março de 1582, e que ficou prisioneiro na villa da Praia, e pede que el-rei mande com brevidade uma *armada para desenganar os terceirenses do seu notavel engano*. Não fala, porém, no bispo, que foi quem instigou os michaelenses a entregarem-se, a Philippe II, sem a menor resistencia.

A resposta dada, pelo governador Cyprião de Figueiredo de Vasconcellos, á carta que recebeu de Philippe II, é de tão subido valor e mostra o que é um legitimo portuguez, que não podemos deixar de archivar n'esta memoria, conjunctamente com a carta do rei castelhano :

«Doutor Cypriam de Figueiredo, eu El Rey vos envio saudar, não podendo deixar de crer de vos que cumprireis com a obrigação que tendes a meo serviço e ao bem dessa Ilha e a que particularmente vos toca, me parece encomendarvos isto mesmo, que de vos confio que fazendo vos assim como é de crer; não sómente vos perdão as culpas passadas: mas que folgarey de vos fazer mercê pelo serviço que de vos nisto espero; para que se escuzem os grandes danos dessa Ilha, e dos moradores della e seu povo: indo sobre ella o apercebimento que tenho mandado fazer de gente, navios monições; como tudo largamente vos dirá quem vos esta minha carta dará. Escripta em Lisboa a 14 de outubro de 1581».

Resposta do Governador :

«Vi a carta que V. Magestade me mandou por Gaspar Homem

na qual me dizeis, que não podeis deixar de crer de mim, que cumpriréy com a obrigação, que tenho a vosso serviço, bem desta Ilha com que particularmente me toca; prouvera a Deos que tivera V. Magestade lembrança da em que estais aos Reys de Portugal, e principalmente ao Serenissimo Infante D. Luiz, que com seus vassallos e Pessoa sempre em guerras ajudou ao Imperador vosso Pay, porque nem as fizereis contra o reino com El-Rey D. Antonio, seu filho, offendendo tanto a Deos Nosso Senhor nos estragos de honras, vidas, fazendas que cauzastes no meu, e os Portuguezes verdadeiros seos vassallos deixaremos de vos servir como a Rey christão e a quem sempre amou a nação Portugueza; mas como V. Magestade se esqueceo de tão devida razão, e da do sangue pelo muito parentesco que tendes com os Reys de Portugal, nem a V. Magestade lhe cabe querer que eu o sirva como vassallo, nem a mim convem obedecer como subdito. Esta Ilha e moradores della são de El-Rey D. Antonio, a quem juraram por seo Rey, e natural Senhor; assim pela successão do Reyno lhe pertencer, e o povo della o ter eleito: como por a cidade e camara de Lisboa isso escrever: as razões e justiça que para isso havia, não posso eu crer que V. Magestade não as tenha muitas vezes passadas pela memoria. E ainda que outras não houvera mais que a eleição do povo, que nesse Reyno por muitos actos tem direyto de nomear Rey (faltando descendentes adquiridos) bastára entrar V. Magestade nelle com mão armada, estando em letigio, para ainda que tivereis muita justiça perderes todo vosso direito: mas em Deos confio, que tudo ha de tornar ao estado, que nem V. Magestade por occupar o alheo perca sua alma, nem o que está por ora usurpado deixe de vir ao poder de seo dono: não me tenha V. Magestade por atrevido; mas julgue-me por desenteressado: e prouvera a Deos que os Reys tiverão honras livres e pouco ambiciosos em seos conselhos: porque nem El-Rey D. Antonio chegara aos termos que o pozerão tamanhas traições: nem V. Magestade a perigo de perder o seo, e pôr em risco toda a Christandade. Coitado daquelle que ha de dar conta no final juizo das honras, mortes, fazendas de tantos, da liberdade e gosto da vida; porque para quem se perdeo não haverá arrependimento que baste em satisfação, por se lhe acabar o tempo. Se V. Magestade bem cuidar na hora da morte que nos espera, e quantos males nella se nos hão de representar, e as penas, que pelos que tendes em Portugal feito eternamente haveis de ter, e justamente haveis de padecer lembrando-vos quam perto estais de se vos acabar tudo. Ah! como dareis uma volta tão grande ao passado porque tudo se vos ha de então ser presente. Quanto melhor vos fora estar em vossos Reynos pacifico, vossos vassallos quietos, amado de todos os Reys Christãos. e servido de todos os seos: que com o que tendes feito em Portugal: não somente os christãos, mas todas as nações

infeis vos terão intrinseco odio : Cuydai quantos innocentes matastes com o vosso exercito : cuydai nas honras das viúvas, e donzellas roubadas, e nos gemidos que ante a Divina justiça estão pedindo de vos : lembre-vos quantas casadas por adulterio forçosas são apostatadas ; os templos de Deos que profanarão ; as Religiosas que deshonrarão ; a servidão em que pozestes os moradores de Portugal ; e finalmente tudo o que nelle cauzastes, que Deos tem tomado á sua conta o tomar-vol-a com rigorosa justiça ; como por um Reyno que mais que todos do mundo nobilitou, dando-lhe as suas sagradas chagas, com que nos redemio, por armas que foy signal e penhor de nunca o desamparar : as couzas que padecem os moradores desse affligido Reyno, bastavão para vos desenganar que os que estão fora desse pezado jugo, quererão antes morrer livres, que em paz sujeitos : nem eu darei aos moradores desta Ilha outro conselho : porque não perca minha alma, nem minha honra, que trocarei quantas vidas tivera, e podera possuir por morrer leal a meu Rey que jurei : porque um morrer bem é viver perpetuamente ; daqui me vem ter mais conta com perseverar até o fim da vida nesta lealdade que temer os vossos apercebimentos de gente, navios e munições com que V. Magestade na sua me ameaça : porque confiando em Deos que pelleja por nós para os navios está o mar, e portos desta Ilha aparelhados, para as munições as fortalezas, e muitos poços para metter n'elles toda a gente que nos vier buscar ; a que se não perdoará : pelos malles que resultão de perdões. Não me ponha V. Magestade culpa, porque jurei a D. Antonio por meu Rey e senhor, e de defender esta coroa, que tambem fizera o mesmo por vós se vos tivera jurado (posto que não com tanto gosto) porque basta ser Rey Portuguez : e se a desventura me chegasse a estado que ficasse com vida sujeito, e por fazer o que devo me mandassem matar ; perdendo a vida pelo Senhor Rey D. Antonio, então a ganhava, e tambem não perderia a memoria da minha lealdade, nem se perderia a fama de Vossa crueza e sem justiça. Eu não sirvo a ElRey D. Antonio por interesse, (posto que delle se podião esperar maiores mercês que de nenhum outro Rey) ; mas sirvo-o com a pureza de minha obrigação, de que resulta não me moverem mercês promettidas ; que foi o laço em que cahio Portugal ; porque fóra do que devo nenhuma couza me poderá mover a troco de vender a honra, e lealdade, que não tem preço, nem ha nenhum que eu tanto estime : lição que a muitos Fidalgos esqueceo. Nosso Senhor leve a V. Magestade para o seo Reyno, e restitua o de Portugal ao seo amado Rey o Senhor D. Antonio ; como os seos verdadeiros e leaes Portuguezes dezejamos.

Desta muito nobre e sempre leal cidade de Angra, Ilha 3.^a de Jesu Christo em 13 de março de 1582.

O sobre escripto foy o seguinte :
De Cypriam de Figueiredo de Vasconcellos, Governador das
Ilhas dos Açores.

CXIV
(Bibliotheca Publica de Evora ————— d. pag. 240 a 242).
1—14

A carta de Filippe II e a resposta de Cyprião de Figueiredo foram impressas nas Noites de Insomnia por Camillo Castello Branco, no n.º 11. (Novembro de 1874) pag. 56 e seguintes.



XXIII

A patriotica resolução dos terceirenses, não accetando o perdão do intruso rei castelhano, e não querendo por governador a Antonio d'Aguiar, fez com que se dessem instrucções particulares, para tratar conseguir, em boa paz, a rendição da ilha Terceira, a D. Pedro de Valdez, a quem foi entregue o commando d'uma armada para a defeza, nos Açores, das naus da India, Guiné, etc.

Segundo as narrações feitas pelo michaelense, dr. Gaspar Fructuoso, narrações que peccam muito, pelo seu devotado partidarismo a Filippe II, a armada, do commando de Valdez, chegou a S. Miguel no verão de 1581, e tinha de aguardar ali a chegada de uma outra, sob o commando de D. Lopo de Figueirôa, «que já estava declarado para vir aquelle anno com muita gente sobre a Terceira; porque os enganou a fraqueza da ilha, cuidando que a gente bisonha e pouco pratica bastaria pouca e boa para os render, de maneira que o dito D. Pedro de Valdez, com a que trazia muito lustrosa e valiosa de soldados velhos, e mui esforçados, como mostraram n'esta ilha de S. Miguel, onde sahiram

em terra mui luzidos, se partiu d'aqui para a Terceira, praticando primeiro, (como trazia por regimento) com o governador Antonio d'Aguiar, para que sujeitando-se sempre a seu parecer, por aquella via se reduzisse a ilha Terceira ao serviço de S. Magestade: e concluíram ambos que se mandasse uma pessoa religiosa de autoridade, que lhe mostrasse a verdade; a qual pessoa o dito D. Pedro Valdez levaria em sua companhia: e quando fosse tempo opportuno a deitaria em terra, e assim mais levaria seu sobrinho Martin Affonso de Mello, a quem delegaria seus poderes»¹.

O religioso escolhido foi fr. Pedro, guardião franciscano, e no dia 15 de julho estava, em frente do porto d'Angra, a armada, composta de sete naus, com mil soldados para desembarque, alem da força da garnição, e de muitos fidalgos, entre os quaes D. Luiz de Basam, sobrinho do marquez de Santa Cruz, um sobrinho do duque d'Alba e um primo do commandante Valdez.

Todo este aparato bellico não amedrontou os terceirenses, já por elles era esperado.

«Melhores patriotas, do que juristas, os terceirenses, confiando na justiça da sua causa, em sustentar os direitos d'um principe portuguez, esperavam triumphar de um principe hespanhol, que os não atemorizava com as suas forças, nem os seduzia com suas pro-

¹ Dr. Gaspar Fructuoso—*Saudades da Terra*.

messas. Mostravam melhor ser dignos netos dos heroes d'Aljubarrota, resistindo aos leões de Castella, do que o tinham sido seus irmãos continentaes, que, já havia transcorrido um anno, viviam por elles subjugados¹.

D. Pedro de Valdez, apesar de ter recebido instrucções, para ver se conseguia, em boa paz, a rendição da ilha Terceira, entendeu, antes de tratar qualquer genero de negociações, executar uma hespanholada, que julgou ser assustadissa para os terceirenses, a qual foi mandar disparar tiros d'artilheria sobre a cidade, na sua passagem em frente do porto d'Angra.

Claro está, que este seu proceder foi mais um motivo, para que os terceirenses não quizessem negociações de qualquer ordem, com quem tinha para com elles cumprimentos, que não representavam senão disposições bellicas, em logar das pacificas, que, se dizia, lhe haviam sido recommendadas.

E tanto assim era que, devendo o caminho a seguir ser, mandar emissarios ao governador terceirense, não o fez; limitou-se a lançar ao mar, durante a noite, alguns escaleres, para aprehenderem alguns barcos de pesca, para se informar do estado de defeza, o que conseguiu na terceira noite, sendo, os tripulantes do barco, os portadores do recado, em que Filippe II tinha a *magnanimidade de perdoar o crime de rebellião* dos terceirenses, e que lhes faria muitas mercês de

¹ Pinheiro, *Épocas Memoraveis*, vol. II, pag. 48.

grande interesse para a ilha, logo que se entregassem á sua obediencia; e que, continuando os terceirenses na sua teimosia, mandava desembarcar as forças, que tinha na armada, e que a ilha seria tomada pelas armas, *sem a ninguém dar quartel*.

Para quem vinha em disposições de boa paz, ameaçar, *não dar quartel*, é realmente provocar uma justa defeza, e suscitar a vontade de aguardar os acontecimentos, para o pagamento de tão *humanitarias* intenções.

Foi o que os terceirenses fizeram: riram-se da *magnanimidade* do perdão e desprezaram aquella ameaça.

«Vinha na companhia do dito D. Pedro Valdez, um João ou Diogo Valdez, seu primo, mui esforçado cavalleiro, por mestre de campo de gente de guerra; o qual por ser amigo de emprehender cousas arduas e repugnantes, para estender mais o seu nome, ou por sua cobiça tambem, que dizem ser demasiada, disse a D. Pedro: que pois tinham entre mãos a honra e o proveito, e tanto apparelho, porque esperavam dar isto a outrem, pois viriam os soldados do reino e ganhariam tudo, ficando elles sem nada»¹.

Ao orgulho do commandante hespanhol, que julgou, *chegar, ver e vencer*, agradou este conselho do primo, e tratou logo de pôr as cousas em ordem, para

¹ Dr. Gaspar Fructuoso — *Saudades da Terra*, liv. IV, cap. 99.

realisar o desembarque, e, claro está, pôr em pratica a ameaça — *sem dar quartel a ninguém*.

Em terra vigiavam os terceirenses todos os movimentos da esquadra, e o incansavel governador Cyprião de Figueiredo tratava de se preparar para a defeza, tanto quanto era possivel.

Auxiliado Valdez pelo piloto d'um batel da ilha do Fayal, de que a historia não sabe o nome, mas que se prestou a indicar o ponto, onde mais facilmente se podia desembarcar, tratou, na madrugada de 25 de julho de 1581, de proceder ao desembarque.

O logar indicado foi o da larga e profunda bahia da Salga, desde o pico do Garcia até á linha central da mesma bahia, onde principia a estrada de S. Sebastião.

Era pequena a força de defeza no posto da freguezia do Porto Judeu e costa da Salga, e estava parte confiada ao commando do licenciado Domingos Onzel, que depois se julgou ser occulto partidario dos castelhanos, e que, por isso, um dos seus primeiros actos, quando no dia 24 chegou áquelle ponto de fortificação, foi embriagar a força e fazer retirar para a cidade, sob pretexto de não serem necessarios, os *piqueiros* que para lá tinham ido.

Apenas Cyprião de Figueiredo teve conhecimento, do regresso dos *piqueiros*, fez marchar d'Angra um reforço de gente de pé e de cavallo, do qual faziam parte pessoas de confiança e de valor.

Ainda assim este reforço, que era pequeno, foi como prevenção, pois o governador esperava que Valdez tentasse o desembarque pela bahia d'Angra, e n'esta persuasão havia concentrado na cidade a parte mais importante do seu pequeno exercito. Esta persuasão foi um erro, que podia ter funestas consequencias, pois o ponto escolhido para o desembarque, estava á distancia de legua e meia d'Angra, e a igual distancia da villa da Praia, ponto que estava tambem regularmente guarnecido de tropa.

A primeira columna da força, que Valdez mandou desembarcar, foi de duzentos homens, bem armados, trazendo algumas peças d'artilheria de campanha; e fel-o tão cautelosamente, que ao raiar da manhã, quando a *vigia*, que estava na *Ponta dos Coelhos*, pôde dar o signal, já as forças hespanholas estavam a saltar em terra, e dos navios era lançada grossa metralha, e em pouco, em rapido assalto, foram as trincheiras terceirenses tomadas, e a artilheria que as guarnecia era aproveitada pelos inimigos contra a pequena força, que tentava embargar-lhe os passos, tendo esta de se refugiar nas collinas.

Assim ficou o campo livre para Valdez poder desembarcar á vontade mais 300 homens, o que constituiu um nucleo de tropa offensiva muito superior á defensiva.

Porém esta superioridade numerica não fez esmorecer os bons patriotas terceirenses, nem tão pouco

quando viram desembarcar o resto do exercito, que deu a totalidade de mil homens.

O primeiro ponto conquistado foi o da quinta e casa do abastado lavrador Bartholomeu Lourenço, casado com a formosa Brianda Pereira, cuja belleza excitou os desejos impudicos dos chefes hespanhoes.

Em pouco, Bartholomeu Lourenço, que valorosamente defendia os seus lares, viu-se ferido e feito prisioneiro conjuntamente com um dos seus filhos. Viu mais as suas messes serem pasto das chammas, pelo fogo propositadamente lançado, a casa saqueada, por toda a parte a destruição, e superior a tudo a honra de sua mulher em grande risco.

Mas no peito da gentil Brianda Pereira pulsava um coração varonil, existia bem firme o amor puro da esposa e santo das mães, e ao ver o marido e o filho prisioneiros dos inimigos da sua patria, incendiarios do seu pão, roubadores do seu lar, d'aquelles, que, com avidéz lubrica, se preparavam para profanar a sua honra, que ella tanto presava, exorta as demais mulheres á defeza; é a primeira que dá o exemplo armando-se com dardos, e com este nobilissimo proceder infundindo coragem a todos, foi com excepcional valor arrebatado, do meio dos soldados hespanhoes, o marido que estremecia, o filho que idolatrava!

O nome de Brianda Pereira, que a historia terceirenses regista com justo orgulho, pode bem ser collocado ao lado de Anna Fernandes e de Isabel da Veiga,

a formosa madeirense, que nos cercos de Diu immortalisaram os seus nomes.

As mulheres de Diu desempenharam importante papel na defeza da fortaleza; as mulheres terceirenses foi necessario mandal-as retirar e recolher á ermida de S. João, proxima do logar onde se travava a notavel batalha da Salga, para que não sacrificassem as vidas n'aquella lucta, que só a homens pertencia.

A noticia, de que os hespanhoes haviam desembarcado na Salga, soube-se rapidamente em Angra e Praia, e logo a toda a pressa partiram destacamentos em soccorro da pequena força terceirense, que tratava de embargar o passo ás tropas castelhanas.

Commandavam a força d'Angra os capitães Sebastião do Canto, Pedro Cotta da Malha, Bernardo de Tavora, Gaspar Cavio de Barros e Francisco Dias Sant'ago, e as da Praia os capitães Gaspar Camello do Rego e Simão d'Andrade Machado, constituindo a reserva a tropa franceza da nau d'Antonio Scalin, e os bons patriotas que, das ilhas occidentaes, tinham vindo alistar-se voluntariamente no pequeno exercito terceirense.

Tomou o commando geral d'esta força o governador Cyprião de Figueiredo, collocando-a como julgou mais conveniente, segundo as posições occupadas pela força inimiga, para frente a frente a combater.

Começou de parte a parte um aturado e valente tiroteio. D'um lado soldados bem disciplinados, bem

armados, e habituados ao combate, do outro cidadãos desconhecedores da arte de guerra, e que só tinham a seu favor o grande amor patriotico, que os animava, defendendo a terra querida da patria da invasão estrangeira.

Valdez, que de bordo observou o movimento dos seus soldados, e os que em terra os commandavam, consideravam certa a victoria, pois que já haviam de assalto tomado as trincheiras, alem de que contavam, como estava combinado, que os terceirenses seus partidarios, que andavam refugiados nas montanhas, descessem em seu auxilio. Porém os tristes não se atreveram a arriscar a vida, depois o seu numero era diminuto, porque a sua miseravel propaganda, a favor de Castella, não encontrara echo entre o bom povo patriota terceirense.

Espreitavam de longe o que se passava, e em logar seguro aguardavam os acontecimentos, para só apparecerem na hora, em que podessem unir as suas vozes ás dos hespanhoes, para entoarem o hymno da victoria, e terem o quinhão nas recompensas. Eram traidores á patria e como taes covardes.

Foi rija a peleja. Os terceirenses estavam dispostos a defenderem-se até ao ultimo extremo. Os velhos, como Gonçalo Eanes Machado e Antonio Gonçalves, eram os primeiros a dar nobres exemplos de valor heroico.

O primeiro, com mais de 60 annos d'idade, «ven-do cahir junto de si seu filho, investiu a cavallo, en-

ristando uma lança contra um pelotão de mais de cinquenta castelhanos, fazendo uma espantosa carnificina, até cair de costas immensamente ferido entre os inimigos, sendo ainda visto n'esta posição, brandindo a lança em sua defeza nos poucos momentos de vida, que lhe restavam.

O segundo, «que por ser mui bom atirador, e empregar muitas balas no inimigo, aconteceu apparecer nas trincheiras a procural-o um soldado castelhano com palavras deshonestas, ameaças insultuosas para a sua honra e dos que o rodeavam, disse aos seus compatriotas: «tende-me tento n'aquelle castelhano, emquanto eu carrego, e que ninguem dispare sobre elle», e apenas elle descobriu a cabeça, levando o arcabuz á cara, o nosso honrado velho desfechou com tanto acerto, que lançando-o de costas mortalmente ferido, e descobrindo-se, disse em alta voz para o campo inimigo: «Eia, castelhano, Antonio Gonçalves, depois de velho e cavalleiro, e sua mulher nobre e velha como elle, não querem ser por vós enxovalhados! tu, que o disseste, não cumprirás o teu damnado intento»¹.

Fr. Pedro, religioso graciano, que, levado pelo seu devotado patriotismo, havia acompanhado, bem armado e montado, a força que partira d'Angra, e que nem um só momento descansára atacando valorosamente o inimigo, e receiando que a victoria fosse adversa aos

¹ Pinheiro — *Épocas Memoráveis*. vol. II.

terceirenses, teve a feliz inspiração de aconselhar ao governador Cyprião de Figueiredo, a que mandasse juntar o gado bravo, que pastava em logar proximo, e que fosse encaminhando, espicaçando-o, sobre as tropas castelhanas, afim de estabelecer entre ellas a confusão, aproveitando-se este momento, para se lhes dar uma valente carga, que as obrigaría a completa debandada.

Foi dito e feito. E a feliz idéa do bom fr. Pedro occasionou tudo o que elle havia previsto. O exercito castelhano, com a inesperada visita de *los toros*, é posto em desordem, e os terceirenses, aproveitando-a bem, perseguem-no valentemente, e os soldados hespanhoes que poderam escapar á furia do gado, ou á carga da tropa terceirense, tiveram por sepultura o mar, que durante as horas em que elles tinham permanecido em terra, havia alterado um pouco as suas ondas para os receber.

Poucos foram os que escaparam com vida, porque infelizmente os que em terra ficaram prisioneiros, e entre estes D. João Valdez, D. João de Basan, e o sobrinho do duque d'Alba, foram victimas das iras populares, sem que, de nada lhes pudesse valer o pregação, que Cyprião de Figueiredo mandou soltar, para que se respeitassem os prisioneiros, e que todos se retirassem deixando os despojos inimigos.

Esta nota tristissima, que de ordinario acompanha a grande maioria das acções bellicas, foi uma

mancha, que, em parte, offuscou a gloria dos vencedores.

É certo que, se a victoria fosse favoravel aos hespanhoes, os actos de crueldade, desrespeito, affronta, roubo e assassinato, seriam em muito maior numero, e indicado estava isso na ameaça — *sem a ninguem dar quartel*, nas ameaças e affrontas que os soldados castelhanos dirigiram ao velho Antonio Gonçalves e aos que o rodeavam, e no que pretendiam realisar os chefes com respeito á formosa e varonil Brianda Pereira. Isto, porém, não justifica os actos deshumanos que alguns terceirenses praticaram, mas quem pode affirmar, que elles não foram um cego e louco desforço, consequencia das ameaças antecedentemente feitas e das affrontas dirigidas?

D. Pedro de Valdez, devido ao vento principiar a soprar fortemente, e com receio de ver a esquadra despedaçar-se na costa, deu o signal de retirada, completamente transtornado pela derrota soffrida, e receioso pelo castigo que o aguardava, por haver transgredido as ordens recebidas. Foi sentenciado a ser decapitado, mas devido a altos empenhos a sentença não se cumpriu, sendo-lhe concedido o retirar-se para Oviedo, terra da sua naturalidade.

Em Angra tiveram lugar, no dia 26, entusiasticas demonstrações de regosijo pela victoria alcançada, e o senado mandou celebrar, na cathedral, uma missa, em acção de graças. Cyprião de Figueiredo foi alvo de ta-

lorosas e merecidas ovações pela maneira valorosa e acertada como se houve n'esta gloriosa lucta.

Em seguida á celebração da missa voltou o governador, acompanhado de religiosos franciscanos e graciosos, ao campo do combate, para se proceder ao suffragio e enterramento dos cadaveres.

Como os jesuitas não quizessem tomar parte, nos actos religiosos celebrados em acção de graças pela victoria da Salga, e attendendo a que elles tinham sido os principaes instigadores, para a existencia na Terceira d'um partido a favor de Philippe II, o povo requereu verbalmente ao senado e ao governador, para que lhe fossem confiscados os bens e rendas, tapando-se-lhes as portas e as janellas do collegio, ficando assim incommunicaveis, por serem traidores á patria e ao rei.

Insistindo o povo n'esta sua petição, e querendo o senado e Cyprião de Figueiredo ver se conseguiam dissuadir o povo, a que mudasse de intento, levaram os padres jesuitas a prestar juramento de fidelidade, o que elles fizeram, mas o povo não dando credito ao juramento prestado, novamente insistiu, e os jesuitas foram encerrados no collegio, sendo-lhes todas as portas e janellas tomadas a pedra e cal, com excepção de uma janella, em que se collocaram por fóra portadas de ferro, que se abriam bi-semanalmente para lhes darem os generos alimenticios, e isto sob a vigilancia dos officiaes francezes.

O entaipamento dos padres jesuitas durou um an-

no, pois só em julho de 1582, foram, por ordem de D. Antonio para a Inglaterra, sendo substituidos por outros, que o rei trouxe em sua companhia.

Estava, pois, alcançada a primeira victoria contra as forças castelhanas, que não lhes succedeu terem, como no continente, facil entrada.

Lá, diz um notavel historiador, «o exercito do duque d'Alba não teve que ferir batalhas, algumas escaramuças lhe bastaram para conquistar Portugal»; porém aqui, na ilha Terceira, o dominio hespanhol encontrou patriotica e valente resistencia, durante o periodo de tres annos, pois só em 11 d'agosto de 1583, é que Philippe II foi aclamado na ilha Terceira, rei de Portugal e seus dominios.

E para que tal succedesse foi necessario um exercito quasi tão numeroso, como o que commandava o duque d'Alba, e ainda assim que a traição tivesse logar como veremos na continuação d'esta recordação historica.



XXIV

Aguardando os acontecimentos, e sempre previdente, tratou Cyprião de Figueiredo da organização de novas forças e da reparação e augmento das fortificações da ilha ¹.

Foi n'esta occasião que se constituiu o forte denominado de *Santo Antonio*, no Monte Brazil, em attenção ao nome de D. Antonio ².

Preparados assim os terceirenses para a defesa, souberam, pela correspondencia apprehendida a uma caravella, que trazia instrucções para Valdez, e que por engano aportou a Angra, que a ilha seria em breve acommettida por uma importante esquadra sob o commando de D. Lopo de Figueirôa, á qual se havia de juntar a esquadra de Valdez.

Logo que as esquadras appareceram, foram recebidas com um continuado e vivo fogo, o que as obrigou a conservarem-se na devida distancia, fazendo

¹ Os *Annaes da Terceira* e as *Épocas Memoraveis* tratam miudamente d'estas importantes fortificações.

² É n'este forte que está montado o pharolim, unico que possui a ilha Terceira, não obstante os repetidos estudos que se têm feito para a illuminação urgente das costas dos Açores.

D. Lopo novas propostas em nome de Philippe II, que foram patrioticamente regeitadas. As esquadras seguiram para Lisboa.

Livre, temporariamente, este heroico povo dos seus inimigos, principiou a discordia a perturbar-lhe o socego, promovendo-se contra Cyprião de Figueiredo uma surda guerra.

Aos applausos de hontem tinha de se seguir fatalmente a cruel ingratição. Foi assim em todos os tempos. Os heroes de hontem são as victimas d'amanhã. O brilho da gloria offusca e cega, e os detractores apparecem sempre malsinando as melhores intenções, calumniando, se tanto preciso fôr.

Tendo o tribunal da relação, criado em Angra, condemnado á morte o desditoso madeirense João de Bettencór, e os seus companheiros, uns a degredo, outros á pena de dinheiro, o coração generoso de Cyprião de Figueiredo levou-o a suster a sentença, solicitando de D. Antonio o perdão para os condemnados.

Não temendo o general os jesuitas que estavam entaipados no collegio, entendeu praticar o acto humanitario de requerer á camara o seu desentaipamento.

Pois estes dois actos humanitarios foram o bastante, para que Cyprião de Figueiredo, o heroe victoriado na vespera, fosse considerado suspeito, espalhando os padres franciscanos e graciosos, rivaes dos jesuitas, que elle se passára para o partido de Castella!

Magoado profundamente, pelo que tão injustamente

se lhe attribuiu, o digno e valente governador escreveu a D. Antonio, rogando-lhe que apressasse a sua vinda para a Terceira, ou que mandasse quem podesse conter o estado anarchico, que de dia para dia augmentava, pois que se via cercado de inimigos.

Ao mesmo tempo eram dirigidas a D. Antonio calumniosas queixas contra o honrado governador.

De tudo isto resultou mandar D. Antonio, para governar os Açores, o seu valido e confidente Manuel da Silva, conde de Torres Vedras, que desembarcou em Angra, em fevereiro de 1582.

Assim cessou o governo de Cyprião de Figueiredo, que tantas e tão sobejas provas havia dado do seu valor, lealdade e dedicação ¹.

O conde Manuel da Silva foi recebido em Angra com pompa realenga, estabelecendo residencia nos antigos paços dos donatarios, e tendo sempre uma guarda de honra, composta por tropa franceza.

Os seus primeiros actos administrativos demonstraram logo o seu character despotico, ambicioso, vingativo e cruel. Quiz-se impôr pelo terror, e ter auctoridade pelo medo que inspirasse, e assim estabeleceu um tribunal com todo o apparatus judicial da corte de Lis-

¹ Cyprião de Figueiredo acompanhou D. Antonio, quando este se retirou da ilha Terceira para a França. Existem cartas do rei Henrique, de Maria de Medicis ao grão duque de Toscana e de D. Antonio ao papa Gregorio XIII, que são a prova da alta consideração em que era tido este illustre portuguez. Estas cartas estão publicadas no *Archivo dos Açores*, bem como muitos e importantes documentos relativos ao Prior do Crato.

boa. Os suspeitos de partidarismo castelhano foram barbara e inquisitorialmente castigados.

Estabeleceu a casa da moeda, para acudir ás despesas com a tropa, fortificação da costa da ilha e construção e reparação de navios, mandando fabricar moedas d'ouro, prata e cobre ¹.

Para a cunhagem da moeda fez um bando precatorio, obtendo elevado numero de cadeias d'ouro, aneis, peças de prata e muitas e valiosas joias, ambar, trigo e gado ².

Tudo isto fez levantar geral inimidade contra Manuel da Silva, e a discordia alastrava-se entre a familia terceirense. A popularidade do conde tinha por este o populacho ignorante, e os padres animavam a discordia, com as suas predicas nos pulpitos, segundo o partido a que pertenciam.

Tornou-se notavel a favor de Castella fr. Antonio Varejão, natural de Freixo de Espada á Cinta ³.

Como o bispo, que era partidario de Castella, não voltasse á séde da diocese, foram-lhe formadas culpas,

¹ Carta regia de 1 d'abril de 1582.

² Dizem os historiadores que este bando constituiu um thesouro, de que o conde se apossou.

³ Os padres Cordeiro e Fructuoso escrevem que fr. Antonio Varejão era muito considerado pelo seu talento e virtudes. Fez doação de parte dos seus bens á Misericordia d'Angra e a outra parte ao seu provincial para a fundação do convento dos graciosos, a qual teve logar em 1584, sendo seu primeiro prior fr. Pedro, natural de S. Miguel. Antes de fazer esta doação principiou a construir a casa para o hospital, que mais tarde serviu para mosteiro das freiras da Conceição. É a casa onde hoje está estabelecido o hospital de Santo Espirito.

e o cabido considerou a sé vaccante. Foi nomeado provisor e vigario geral o licenciado Amaro Lopes da Cunha ¹.

Em junho de 1582 fundearam em Angra tres naus francezas, sob o commando do capitão Landoy, que deu a noticia de que, em breve, chegaria D. Antonio aos Açores com duas importantes armadas, uma franceza e outra ingleza.

Quando Filippe n teve conhecimento de que D. Antonio partira de França, com uma frota de setenta navios, guarnecida por oito mil homens, tratou immediatamente da partida, para os Açores, da armada castelhana.

A armada de D. Antonio chegou á ilha de S. Miguel a 14 e 15 de julho. Era composta de 60 velas, «tendo oito mil homens de guerra, quasi todos francezes, fóra a soldadesca e gente de marinha». Vinha por general do mar e condestavel o conde de Vimioso, e general de guerra e marechal o conde e marechal francez Filippe Estrosse ².

Estabelecido o bloqueio, em S. Miguel, desembarcou D. Antonio as suas forças entre a Alagoa e Rasto de Cão.

Faltava submeter nesta ilha o castello de S. Braz,

¹ Este acto patriotico do cabido, occasionou aos capitulares altas perseguições no tempo do dominio castelhano.

² Padre Jeronymo E. d'Andrade—*Topographia da ilha Terceira*, 2.^a parte.

onde se haviam refugiado as forças castelhanas, e o novo governador Martim Affonso de Mello, enteado do governador Ambrosio d'Aguiar, que fallecera havia poucos dias. D. Antonio recebeu, então, a noticia de que se aproximava d'aquella ilha uma poderosa armada castelhana.

Em vista d'esta noticia embarcou el-rei com os seus, na noite de 21 para 22, deixando em terra uma pequena força. Na armada foi resolvido, que D. Antonio não assistisse áquelle combate, e que se retirasse para a ilha Terceira.

A armada castelhana tinha por general o marquez de Santa Cruz, D. Alvaro de Basan, e era composta por «sessenta vasos de guerra, fóra os patachos d'avisso, tendo seis mil homens de peleja, alem de muita fidalguia e innumeravel marinhagem, e que, apesar de ser tão formidavel não fóra recebida em Villa Franca ¹.

Não nos sendo possivel acompanhar os historiadores, descrevendo este combate notavel, limitamo-nos a dizer que, não permitindo o tempo, que durante os primeiros dias se passasse da troca de tiros, no dia 26 de julho de 1582, se atacaram furiosamente as armadas, ficando victoriosos os castelhanos, sendo grande a mortandade de parte a parte.

D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso e o general Estrosse, morreram n'esta patriotica lucta, o que levou o desanimo ás forças de D. Antonio.

¹ Dr. Gaspar Fructuoso.

Alguns historiadores relatam, que a victoria alcançada foi devida a não terem tomado parte no combate todos os navios da armada de D. Antonio, e citam que o conde de Brissac, logar tenente de Philippe Estrosse, não entrou na batalha com as suas oito naus ¹.

*

Na incertesa do resultado da batalha naval, travada em frente da ilha de S. Miguel, desembarcava D. Antonio no pequeno porto de S. Sebastião, na ilha Terceira, aos 26 de julho de 1582.

Dando D. Antonio entrada, pela primeira vez, em uma pequena ilha, que tantas provas lhe havia dado da sua fidelidade, e que fóra theatro de tantos heroismos, e que n'aquella hora d'angustia lhe era guarida e refugio, o desditoso monarcha, a não ser que ainda o animasse uma enganadora esperanza, devia ver logo que recebeu a noticia da derrota da sua esquadra, que as suas ligilimas pretensões á corôa portugueza tinham chegado ao seu termo fatal; que só lhe restava a consolação, no presente, de estar entre um povo generoso e leal, a quem só devia gratidão, restando-lhe, no futuro, ir procurar, em logar estranho, seguro asylo.

Derrotada a sua armada, obedecendo ao rei de Castella todos os pontos, onde chegara o dominio portuguez, não podia, em boa rasão, suppor D. Antonio,

¹ O *Archivo dos Açores* publica a relação das pessoas francezas importantes, que estavam na armada portugueza, e que ficaram prisioneiras. Publica tambem extractos de discripções d'esta importante batalha naval, e narra as crueldades que se lhe seguiram.

que um pequeno rochedo oceanico podesse continuar a sustentar ingente lucta, para defender até á ultima a sua causa, conseguindo que elle visse coroados de feliz exito os seus desejos, que eram os dos bons e leaes portuguezes.

Sacrificio de vidas e fortunas, em prol da independencia patria, haviam já feito os terceirenses, auxiliados em boa parte pelos seus irmãos das ilhas occidentaes. Para ir mais álem necessitava-se de todos os elementos, que tão criticas circumstancias exigiam, e estes é que D. Antonio não tinha, para combater o *demonio do meio dia*.

Álem d'isto era grande a discordia entre a familia terceirense, para a qual havia concorrido muito o homem, que o infeliz monarcha tinha collocado, de sua confiança, como governador dos Açores, o conde Manuel da Silva. A maioria dos historiadores consideraram-no, pela sua imbecilidade governativa, pelo seu character despotico e sordida ambição de riquezas, altamente prejudicial á causa de D. Antonio.

O padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, tratando do conde Manuel da Silva, defende-o e julga ser indissolvel a energia e valor, que elle desenvolveu para sustentar a ilha Terceira e rechaçar quaesquer forças, que contra ella enviasse Philippe II; outros, porém, accusam-no e criminam-no pela sua crueldade e ambição desmedida, chegando até a julgal-o como traidor na ultima batalha travada entre as forças terceirenses e as

castelhanas, e apoiam estes sua accusação em elle pretender fugir, antes da decisão do combate, a fim de se escapar com as riquezas, que havia rapacemente accumulado, o que não pode conseguir, devido á vigilancia dos terceirenses. Não precipitemos, porém, os acontecimentos.

Acompanhado por uma força de mil homens de pé e de cavallo, que com elle desembarcou, deu D. Antonio entrada na cidade d'Angra.

Completava um anno, na vespera da sua chegada á Terceira, que a esquadra commandada por Valdez levantára ferro, ficando derrotadas e mortas, no campo e mar da Salga, as forças castelhanas, entrando, no dia 26 de julho de 1584, em Angra, as forças terceirenses, por entre entusiasticas aclamações de jubilo. Decorrido um anno, entra na mesma cidade o rei, por quem os terceirenses se haviam sacrificado, sem que podessem ter logar as saudações entusiasticas, que todos desejavam prestar-lhe.

Á entrada da cidade, antes de chegar ao portão de S. Bento, onde aguardavam as auctoridades, nobreza e grande concurso de povo, teve D. Antonio de se apear, e naquelle local deu beija-mão.

Este acto, a que devia presidir toda a cordura e tolerancia, tornou-se censuravel, pois inquerindo D. Antonio de todos os que se lhe apresentavam, mostrou-se affavel para com os que se diziam seus partidarios, repudiando os que lhe diziam ser suspeitos. O

infeliz monarcha tinha tambem contra si não possuir o segredo de saber conquistar corações. Este seu proceder leviano fez-lhe augmentar o numero dos que não lhe eram affectos.

Depois de receber o senado e passar revista ás forças militares, estacionadas em S. Bento, montou a cavallo, e sob o pallio deu entrada solemne em Angra, recolhendo-se ao convento de S. Francisco, indo residir no dia seguinte para os paços dos capitães donatarios, onde recebeu a noticia da derrota da sua armada e da morte do marechal e do conde de Vimioso. Tomou lucto durante oito dias.

Findo o lucto, percorreu a cidade, visitou os estabelecimentos publicos, conventos e as villas de S. Sebastião e Praia e as fortalezas, repudiando sempre todos os que lhe diziam ser suspeitos, até as proprias freiras.

Os jesuitas, que estavam entaipados no collegio, foram mandados para Inglaterra, e substituidos por outros que trouxe em sua companhia. No Collegio foi estabelecida a enfermaria militar dos francezes, e o armazem de munições.

Nos fins d'agosto appareceu a esquadra hespanhola em frente da ilha, tentando o Marquez de Santa Cruz, por cartas e embaixadas, a sua rendição; mas nada conseguindo, e vendo que não podia favoravelmente realisar um desembarque, retirou-se para Lisboa.

Apenas restaurados os restos da esquadra de

D. Antonio, que, com os navios que estavam fundeados na bahia d'Angra, se conseguiu obter um numero de setenta velas, e feito o recrutamento de mil homens, saiu el-rei para França, no dia 15 d'outubro de 1582, levando oitenta fidalgos que lhe tinham sido delatados, como inconfidentes.

Chegando a esquadra ao mar largo, sobreveiu um temporal, arribando muitos dos navios a Lisboa, França e Inglaterra, voltando D. Antonio á Terceira apenas com vinte navios, que com mais nove que conseguira equipar, constituiram a esquadra, com que partiu para França em fins de novembro.

*

Enquanto se preparava em Lisboa a esquadra hespanhola, destinada a render a ilha Terceira, preparativos, que levaram quasi um anno, apromptavam-se bellicamente os terceirenses, para a receber.

O conde Manuel da Silva, para sustentar o seu poder absoluto de visorei, apoiava-se nas forças francezas e inglezas. A sua situação era realmente critica pelas continuadas perseguições aos que tinha por suspeitos. Alem dos inimigos politicos, tinha os pessoaes.

Com o fim de estabelecer o curso, organisou uma armada de dez velas, sob o commando do madeirense Manuel Serradas. Foi grande o numero de navios hespanhoes aprisionados, sendo expoliada uma das ilhas de Cabo Verde, e retirada toda a artilheria e munições

de guerra do Castello d'Arguim. Os despojos foram importantissimos.

Como Filippe II julgasse, que D. Antonio ainda estava na Terceira, no principio do anno de 1583, mandou-lhe um emissario, com novas propostas, para se pôr termo á lucta. O emmissario, de nome Amador Vieira, foi logrado por Manuel da Silva, que d'elle obteve toda a correspondencia, praticando o abuso de a ler, não dando conhecimento a D. Antonio do seu contheudo.

Em 17 de maio, sahiu do Havre de Grace, sob o commando do commendador de Xatres, governador de Dieppe, um novo contingente, que a rainha de França concedeu a D. Antonio, o qual chegou ao porto d'Angra a 11 de junho. Este contingente veio em oito navios e compunha-se de mil e quinhentos homens, munições e artilheria, alem de oitenta fidalgos considerados bons guerreiros.

Fez-se a distribuição das forças pelos diversos pontos de fortificação, sendo destacados para a ilha do Fayal quatrocentos homens de tropa franceza, sob o commando do Mr. Charles.

Desde a primeira conferencia que Mr. de Xatres teve com Manuel da Silva, sobre o plano de defesa da ilha e distribuição de forças, estabeleceu-se entre os dois completa divergencia.

A 26 de junho de 1583 saiu do porto de Lisboa a armada hespanhola, sob o commando de D. Alvaro

de Basan, constando de doze galeras, dois galeões e trinta naus com barcos e baixeis de menor grandeza. O effectivo destinado para desembarque era superior a treze mil homens, aos quaes se tinham de juntar as forças, que se obtivessem em S. Miguel.

A 19 de julho fundeou a armada n'aquella ilha, e a 24 estava em frente da Terceira.

Estabelecido o bloqueio, tentou o marquez, no dia 25, conseguir pacificamente a rendição da ilha, mandando a terra emissarios com cartas officiaes. Como das demais vezes, nada foi accete.

No dia 26 de julho, data tristissima para os terceirenses, quanto gloriosa lhe havia sido igual data dois annos antes, conseguia o marquez de Santa Cruz desembarcar quatrocentos homens pela enseada, a que chamam a *Casa* ou *Bahia das Mós*, que dista duas leguas da cidade e uma da Villa da Praia, rendendo á escalada os fortes que lá havia, desembarcando em seguida o resto da tropa, que montava a dezeseis mil homens.

Os sinos dispostos nas montanhas deram o signal de que os castelhanos haviam desembarcado, e então, o conde Manuel da Silva marchou acceleradamente ao seu encontro com oito mil homens; travou-se valente lucta, pelejando a vanguarda dos dois exercitos até ao anoitecer, com iguaes perdas e sem resultado para qualquer dos combatentes.

Dizem os historiadores, que descrevem minuciosa-

mente todo o occorrido n'esta batalha, que á má direcção dada por Manuel da Silva, ignorante em coisas de guerra, se deveu o não haver sido repellido o exercito castelhano.

O que é certo, é que o marquez de Santa Cruz, não obstante ter já em terra o seu numeroso e aguerrido exercito, estava receioso do resultado, tanto, que mandou na noite de 26 para 27 propôr os partidos já offerecidos.

Combinando Manuel da Silva com Mr. de Xatres um plano de defesa para o dia 27, não o cumpriu, deixando de mandar guarnecer, com a artilheria necessaria, os postos para tal fim destinados, tratando de se evadir, levando o seu thesouro, pelo logar da Feteira, com o falso pretexto de ir reconhecer oitenta velas, que se dizia apparecer ao norte da ilha. Não pôde conseguir este seu intento, porque desconfiando-se da fuga não deixaram as fortalezas d'Angra sahir a caravela, que para isso elle havia destinado.

Quando ao amanhecer do dia 27 as tropas portuguezas viram abandonados os pontos, que deviam estar defendidos por artilheria, logo a cavallaria principiou a procurar o campo gritando: *traição! traição!* e o desanimo se apoderou de todas as fileiras. Os francezes enganados pelo conde, haviam abandonado o posto, que defendiam.

D'esta traição, segundo classificam alguns historiadores, ou falta de conhecimento das coisas da guerra,

pois que Manuel da Silva, apesar de ser mau, cruel, vingativo, ambicioso, resistiu sempre a todas as vantajosas e seductoras propostas do rei castelhano, resultou o terem as tropas portuguezas de se retirar, e o exercito hespanhol dar entrada em Angra na tarde de 27.

Descrever as atrocidades praticadas pelos hespanhoes, e as perseguições crueis de que foram victimas os terceirenses teriamos de ir longe. Roubos, desacatos de toda a ordem, mortes, tudo, emfim, que existe de mais infamante, tudo foi praticado.

O conde Manuel da Silva andou refugiado nos matos, escondido em cavernas, e, ao tentar fugir pelo porto da freguezia dos Biscoitos, as mulheres lançaram fogo a todos os barcos.

A capitulação foi assignada por Mr. de Xatres, depois dos tres dias de rigoroso saque, e no dia 31 as tropas francezas e inglezas entraram na cidade, depois de terem entregado todas as armas, com excepção das espadas, embarcando no dia 3 d'agosto para França.

A esquadra hespanhola procedeu depois á rendição das ilhas occidentaes, havendo renhido combate na ilha do Fayal, capitulando ali com vantagem as forças defensoras, sahindo com armas e bagagens.

Sendo Manuel da Silva descoberto por uma mulata captiva, na occasião em que disfarçado com um uniforme hespanhol, fazia serviço com as escoltas, que andavam em sua propria busca, foi preso, e n'esta occasião declarou ao capitão da escolta:

—«Uma coisa devo dizer-lhe : o marquez desejou prender-me, eu o mereço : elle não ganhou a Terceira, eu lh'a entreguei.

—«E v. s. porque a não entregou sem guerra e pacificamente ?

—«Porque me não atrevia com o povo, que receei de se alvoraçar contra mim, como fizera ao fidalgo João de Bettencór : e ainda assim mesmo corre entre elle, como certo, tel-a eu entregado, achando-se por isso contra mim, que não achei ninguem que me guardasse segredo, antes todos buscavam descobrir-me.»

Dois dias depois, subiu ao cadafalso, levantado na praça d'Angra, e pedindo perdão a todo o povo e moradores da ilha, foi-lhe decepada a cabeça por um algoz tudesco. A esta execução seguiram-se muitas outras. Horrorisam as descripções, das quaes uma das mais minuciosas é a do *Archives des Voyages* por H. Ternaux Compans, tomo 1, pag. 423.

A cabeça de Manuel da Silva foi exposta na praça publica, no mesmo logar onde elle havia mandado expôr a cabeça de Melchior Affonso, partidario do rei de Castella.

As moedas de D. Antonio foram publicamente destruidas pelo fogo. No saque até o relógio da cidade foi levado.

O marquez arrecadou todas as riquezas, que pode obter, sendo entre ellas as do conde Manuel da Silva, de que se achava de posse um capitão hespanhol, que

as houvera, na occasião do saque, do italiano Marco Antonio, secretario e intimo amigo do conde.

Para as camaras e cargos publicos foram nomeadas pessoas da parcialidade de Castella, fazendo-se a aclamação de Filippe II no dia 11 de agosto de 1853, na villa da Praia.

Dias depois partiu parte da armada para Lisboa, levando muitos prisioneiros, entre estes pessoas importantes. Sobrevindo um temporal, a nau capitania e uma outra foram prisioneiras d'um corsario, que se apoderou d'uma boa parte das riquezas, que os hespanhoes haviam saqueado na Terceira e Fayal.

Foram presos dois padres terceirenses, o licenciado fr. Manuel Marques e o dr. fr. Agostinho, sendo vendidos aos Mouros, como captivos. O primeiro morreu no captiveiro e o segundo foi resgatado para França, fallecendo annos depois em Bordeus.

Por carta patente de 1 de agosto de 1583 foi, por D. Alvaro de Basan, nomeado Christovam Soares de Albergaria, corregedor da ilha Terceira e das mais ilhas circumvisinhas. Para governador e mestre de campo de infantaria, nos Açores, foi nomeado D. João de Horbina, com quem o corregedor *communicaria*, para conhecer de quaesquer causas civis e crimes, e para as terminar sem appellação nem agravo.

Deixava o orgulhoso marquez de Santa Cruz a machina montada para o captiveiro dos terceirenses.

Estava captivo este povo heroico, mas o seu pa-

triotismo existia impolluto, e a sua lealdade não havia sido maculada.

Estava sujeito á oppressão estranha, mas para isso levára o altivo leão de Castella tres annos, e para o dominar fôra necessario um exercito, com menos quatro mil homens, do que constava o exercito com que o duque d'Alva conquistára Portugal, e ainda assim houve os erros do governador Manuel da Silva.

No solo querido da patria terceirense havia sido derramado muito sangue generoso, que marcára immorredoiro padrão, para attestar ás gerações vindouras, que a ilha Terceira pode ser captiva, mas que os seus filhos, ao sujeitarem-se a esse captiveiro, souberam bem honral-a, honrando o seu nome.

*

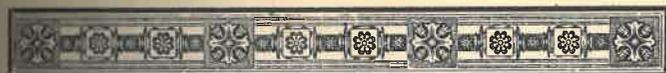
Antes de encerrarmos este capitulo, archivemos que, nesta patriótica lucta, houve uma dama illustre, D. Violante da Silva do Canto, filha do benemerito João da Silva do Canto, que se tornou uma gloria da historia terceirense, pois offereceu a D. Antonio toda a sua fortuna, e sustentou á sua custa as tropas francezas e inglezas, que estiveram na Terceira.

Este nobre proceder patriótico da distincta fidalga foi sabido por Philippe II, que lá de longe, admirando-o, quiz conceder honras e mercês a tão benemerita dama. Para isso deu ordens particulares ao marquez de Santa Cruz, para prestar todas as honras a D. Violante da Silva do Canto, e conduzil-a respeitosa-mente á Hespanha.

O padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, na segunda parte da *Topographia da Ilha Terceira*, descreve minuciosamente todas as honras, que foram prestadas á nobre dama, não só na Terceira, como a bordo, em que foi recebida como pessoa da familia real, e bem assim em todos os logares, por onde passou em Hespanha, onde, findos dois mezes, lhe mandou Philippe II offerecer noivo pelo bispo D. Francisco Sarmento de Mendonça, e que ella por obediencia acceitou. O noivo designado pelo rei catholico foi Simão de Sousa e Tavora, filho de Alvaro de Sousa e Tavora e de D. Francisca de Moura, irmã de D. Christovam de Moura, mais tarde marquez de Castello Rodrigo, e capitão donatario das ilhas Terceira e S. Jorge.

D'este casamento não houve descendencia. O seu morgado uniu-se a outro igual instituido por seu avô Pedro Annes do Canto.

O ultimo administrador d'estes bens e ultimo representante dos Cantos por varonia, foi o par do reino Miguel do Canto e Castro, fallecido na cidade do Porto aos 14 d'outubro de 1888.



XXV

Lamentando o termos de resumir muitissimo tudo o que se passou durante a ingente lucta, que a ilha Terceira sustentou contra o poderoso Philippe II de Hespanha, diligenciámos, comtudo, referir-nos aos factos mais importantes.

Os numerosos e valiosos documentos, que temos lido, respeitantes á causa do Prior do Crato, nos Açores, e tudo o que se passou na heroica ilha Terceira, davam um bom volume, mas isso não é para uma simples e modesta memoria. Assim passemos rapidamente pela época do captiveiro, para chegarmos breve á época gloriosa da libertação.

Em agosto de 1583 saiu para Lisboa o soberbo e orgulhoso D. Alvaro de Basan, fallecendo em 9 de fevereiro de 1588, completamente odiado pelos portuguezes, e de todos abandonado. «Foi levado de noite aos Mariannos junto d'Alcantara, sendo acompanhado á sepultura só por quatro pessoas».

O governo de João de Horbina e do seu adjunto Christovam Soares d'Albergaria foi despotico e cruel. Constituiram, com mais cinco seus escolhidos, um tri-

bunal de justiça, que julgava soberanamente. A força era o seu idolo, as execuções o seu maior prazer. Muitas foram as victimas.

Por provisão de 14 de setembro, foram fintados os moradores de cada concelho em duzentos cruzados, para a construcção do novo aquartelamento das praças, que restavam do alojamento, feito nas casas, onde exigiam aos seus moradores os necessarios mantimentos. Alem d'isto muitos outros vexames e abusos praticava a soldadesca indisciplinada, tanto, que Philippe II teve que lhes pôr termo, por carta regia de 10 de março de 1584, determinando que fosse restituído todo o gado a seus donos; por provisão de igual data prohibindo os abusos da guarnição hespanhola, e por provisão de 14 do mesmo mez regulando o alojamento das tropas, sem vexame dos moradores da cidade.

As cartas que a camara d'Angra dirigiu a el-rei e ao archiduque Alberto, demonstram as necessidades e privações, por que passaram os terceirenses, para se poderem sustentar as onze companhias de tropa hespanhola, guarnição da ilha.

Em 31 de julho de 1583, segundo um traslado que se encontrou, concertado em 4 de setembro de 1585, vê-se que o marquez de Santa Cruz concedeu perdão aos habitantes da Terceira; porém em 12 d'este mez e anno o corregedor Soares d'Albergaria escrevia uma carta ao archiduque Alberto solicitando o

cumprimento d'aquelle perdão, reforçando os pedidos das camaras em nome dos povos.

Para identico fim foi uma deputação a Madrid, e o bispo D. Manuel de Gouveia, a quem foram concedidas regiamente attribuições civis, e que, no meio d'este estado calamitoso, se tornou uma providencia para os terceirenses, tambem instou muito para o perdão, o qual só foi concedido, na carta de perdão geral, data-da de 14 de julho de 1586. Levou tres annos!

Em 1582 haviam sido concedidas a Christovam de Moura, marquez de Castello Rodrigo, as capitánias da Praia e Angra; em 1583 foi concedida a capitania de S. Jorge, ficando as tres encorporadas em uma só, e em 1586 foi-lhe feita doação dos officios dos tabelliães na Terceira e S. Jorge. Christovam de Moura nunca veio a estas ilhas, mas o seu representante, Fernão Faleiro, exerceu muitos vexames.

Por contractos feitos em 1584 e 1590 entre os vedores da fazenda e Pero Borges de Sousa, tomou este de arrendamento os rendimentos publicos nos Açores. No primeiro contracto foi pela quantia annual de réis 30:000\$000, e no segundo por 30:338\$400 réis, pagando, por conta d'estas quantias, ao clero, seminario, padres da Companhia, esmolos, fabricas das egrejas, juros, tenças, ordenados, etc., obrigando-se mais o rendeiro a pagar a ridizima dos capitães donatarios.

Em 1586 houve uma terrivel crise cerealifera. O anno de 1593 foi denominado o *anno da fome*, che-

gando a morrer á fome varias pessoas, e o anno de 1613 foi chamado da *esterilidade*, pelas muitas geadas e ventanias que prejudicaram as pastagens, morrendo muita gente.

As inundações, devidas a chuvas torrencias, produziram enormes estragos. A primeira foi em 1588, a segunda em 1608, morrendo dezenove pessoas.

Em constante sobresalto viveram os terceirenses, durante o ignominioso captiveiro hispanico, pelas amiudadas noticias da vinda de frotas de corsarios argelinos, para saquearem as ilhas dos Açores, procedendo-se sempre a reparações dos fortes e fortalezas, despendendo-se em tudo muito dinheiro. No anno de 1613 foi tomada e saqueada pelos moiros a ilha de Santa Maria, durante oito dias; e em 1616 os ultimos corsarios, que infestaram o mar dos Açores, limitaram-se a abordar algumas embarcações, roubando-lhes as cargas e captivando as guarnições.

A rainha de Inglaterra, com o fim de prejudicar o commercio hespanhol, mandou, em 1597, uma armada de cento e quarenta velas, sob o commando do conde d'Essex, para dar caça ás naus da India. A ilha do Fayal foi tomada e saqueada pelos inglezes. A frota da India, conseguindo illudir os navios inglezes, refugiou-se na bahia d'Angra, sendo só tomada uma fragata. Os terceirenses tiveram de a defender.

Alem d'isto, quando no regresso á Inglaterra da frota ingleza, que, com trinta mil homens, tentára re-

conquistar Portugal para D. Antonio, desembarcando em Peniche e chegando até ás immediações de Lisboa, um dos seus commandantes, Francisco Drack, quiz tentar um desembarque na ilha Terceira, o que não realisou, por não concordar o general Narvaes.

O tyranico governo de João d'Horbina findou em 1591, sendo nomeado para o substituir o capitão Diogo Soares y Salasar, e no governo administrativo do archipelago foi provido D. Antonio de la Puebla.

Se, devido a estes dois magistrados, melhorou um pouco a situação dos terceirenses, se a estes se pode juntar os nomes de D. Diogo Mexia, D. Pedro de Sarmiento, e D. Gonçalo Mexia, considerado este o amigo dos portuguezes, outros houve, como Antonio Senteno, D. Inigo Hurtado de Corcuera, e mais alguns, que foram uns despotas.

Se houve um bispo bondoso, como D. Manuel de Gouveia, houve o bispo D. Hieronimo Teixeira Cabral, que se tornou notavel por arrogar a si attribuições, que lhe não competiam e pelas suas prepotencias.

As lidas augmentavam de dia para dia, e faziam-se empréstimos, entre os terceirenses, sem se saber quem os teria de pagar.

Os soldados hespanhoes, indisciplinados e ebrios, praticavam toda a sorte de abusos, e quando em 1598 e 1599 se revoltaram contra os seus chefes, foram as companhias terceirenses, que conseguiram dominar a sublevação tanto em Angra, como na Praia e S. Sebas-

tião, prestando relevantes serviços na villa da Praia o capitão Francisco da Camara Paim, que depois acompanhou preso a Madrid, como chefe da sublevação, o sargento-mór da Praia, Antonio Cardoso Machado. Francisco da Camara Paim, por alvará de 28 de novembro de 1620, foi nomeado capitão-mór da villa da Praia.

Morrendo Filippe II de Hespanha a 19 de setembro de 1598, fez-se, na ilha Terceira, com toda a solemnidade, a aclamação de Filippe III, aos 31 de janeiro de 1599, e depois da morte d'este, e por comunicação feita em 29 de julho de 1621, foi aclamado Filippe IV.

Em 29 de maio de 1601 poderam os terceirenses respirar um pouco mais livremente com a partida para a Hespanha de mil e quinhentos soldados, ficando só quinhentos de guarnição ao castello. As fintas continuaram de igual forma, não obstante haver diminuido o numero da força, e por ordem de 20 de março de 1602, dada pelo marquez de Castello Rodrigo, quando vice-rei de Portugal, continuaram os aquartelamentos, em casas particulares, dos soldados, que eram casados.

As *Ordenações Filippinas*, e a bulla da Santa cruzada, concedida por Paulo V, foram publicadas nos Açores em 1610.

Além das calamidades, vexames e perseguições, a que rapidamente nos temos referido, soffreram os ter-

ceirenses, a principiar em 22 d'abril de 1599, o terrivel flagello da peste, que denominaram *peste oriental*, e que, durando até ao mez de novembro, atacou cerca de trinta mil pessoas, victimando em toda a ilha mais de sete mil. O unico logar, que a peste exceptuou, foi o que, por este motivo, ficou denominado *Posto Santo*.

O senado angrense tomou, neste momento afflictivo, por padroeiro da cidade a S. Sebastião, pelo que, ainda hoje, a 20 de janeiro, e a expensas suas, lhe promove uma solemne festividade, na parochial da Conceição.

Foi tambem, neste periodo de captiveiro, que tiveram logar, como já referimos, os horriveis e destruidores terremotos de 1614.

Por parte do santo officio veio á ilha Terceira o inquizidor e vizitador Francisco Cardoso.

Houve de tudo, além da peste, fome e guerra neste heroico rochedo, bem digno de melhor sorte.

O mosteiro de Nossa Senhora da Conceição foi fundado em 1606 por Pedro Cardoso Machado, terceiro neto de Gonçalo Eanes. A bulla da sua fundação foi concedida por Paulo V.

É importante a lista dos agraciados por Filippe II, como premio da sua traição. Chamados pelos governadores, como pessoas de confiança, para os cargos publicos, levantaram mais tarde desintelligencias entre si, que os levaram a sérias luctas nas eleições municipaes e da misericordia, formando-se fortes partidos.

Exposto o que acima fica dito, muito em resumo, fechemos este capítulo, com o que devera ir no principio, se tivéssemos nelle seguido a rigor a ordem chronologica, o que nos levaria longe; fechemol-o com a referencia a esse padrão, que, da sua passagem, nos deixou, o dominio hespanhol—o castello, então denominado de S. Filippe e hoje de S. João Baptista, uma das maiores fortalezas de Portugal.

Como já dissemos, foram construidos nos extremos do *Monte Brazil* dois fortes, o de *Santo Antonio*, no porto d'Angra, e o do *Zimbreiro*, hoje de *S. Diogo*, no porto do Fanal.

O marquez de Santa Cruz planeou ligar estes dois fortes pelo lado da terra, defendendo assim por completo as duas bahias, ao mesmo tempo que ficava dominada a cidade d'Angra pelas extensas e altas muralhas, que para esta ligação teriam de ser construidas.

Apresentado o plano a Filippe II de Hespanha, mereceu-lhe plena approvação, e assim mandou proceder á compra do *Monte Brazil*, propriedade de Manuel do Rego da Silveira. Custou 90\$000 réis.

O nome de *Monte Brazil* é devido ao seu primeiro possuidor Pedro Luiz de Sousa, chamado o *Brazil*, por ter vindo d'aquelle paiz.

Foi no governo de D. Antonio de la Puebla, que esta compra se effectuou, e para o levantamento da planta, e traçamento da nova fortaleza, comprehendendo mais de seis mil metros, medidos da raiz da muralha,

mandou Filippe II o engenheiro-mór, João de Villena.

A sua construcção foi mandada principiar em 29 de maio de 1590, mas a pedra fundamental só foi lançada em 1593 no alicerce da bateria, denominada de *Santa Catharina*. Este acto fez-se com toda a solemnidade, sendo então dado o nome de *Castello de S. Filippe do Monte do Brazil*.

Para as despezas d'esta obra colossal foi expedida de Madrid, em 12 de outubro de 1607, uma provisão, consignando annualmente a quantia de dezeseis contos de réis, deduzida dos rendimentos das alfandegas. Do continente veiu grande somma de materiaes, ferro, ferramentas e pedra de cal.

No praso de cinco annos foi construida toda a extensa e alta muralha de defeza da cortina, devido á muita actividade e numero de pessoal empregados, para assim satisfazer os desejos de Filippe II, de ser em sua vida contruido o castello, o que conseguiu.

O resto das obras internas levaram muitos annos, e, segundo as notas que temos presentes, gastou-se na edificacção do castello a importantissima somma de setecentos e quatro contos de réis.

Este castello, que é incontestavelmente um importante monumento historico, vemo-lo dia a dia ir-se desmoronando a pouco e pouco, e a diminuir consideravelmente o numero das suas casas, que servem de habitacção á officialidade e sargentos da guarnição e ás

suas familias, isto alem das casernas que se teem abaido.

Quando muitas das casas, que teem sido arrazadas, principiavam a desmoronar-se, procedia-se ao respectivo orçamento para a sua reparação, o qual era remettido ao ministerio da guerra; este mandava em seguida proceder ao orçamento para o seu arrazamento e remoção de materiaes, e logo que, segundo o orçamento, era este inferior em despeza ao primeiro, arrazava-se, ordenando-se a venda do terreno onde estavam edificadas as casas!

Mandar vender o terreno dentro d'uma praça de guerra da ordem do castello de S. João Baptista, só prova a ignorancia e o perfeito desconhecimento do que é aquella importante fortaleza.

Ora, tudo isto se evitava, se os renditos annuaes dos terrenos agricolas e das pastagens do *Monte Brazil*, renditos que nada são para as necessidades do thesouro, fossem applicados exclusivamente ás reparações mais urgentes do castello; mas, como, infelizmente, o mal, que persegue o nosso desditoso paiz, ha de a tudo chegar, cumpra-se a má sorte, de que somos victima.

Quem sabe o que o futuro nos aguarda, e de quanto poderá servir ainda a ilha Terceira?

O fallecido conselheiro João Chrysostomo d'Abreu e Sousa, conversando com Theotónio S. Paim d'Ornellas Bruges, quando este illustre terceirense era deputado em 1880, referiu-se á ilha Terceira, ao quanto

ella tinha de grandioso nos seus feitos, ao logar distincto que occupava na historia, pelos seus altissimos serviços em prol da independencia e das liberdades patrias, e concluiu dizendo: «A ilha Terceira foi e ha-de ser o *piet à terre* da nacionalidade portugueza, e como tal deve ser olhada com a devida attenção por todos os governos». Infelizmente não tem succedido assim!!

Se, porventura, tivéssemos a desdita de chegar a casos extremos, havia-se de tratar de trancar as portas, depois de roubados, que é usança velha de portuguezes.

Na impossibilidade de fazermos uma descripção minuciosa do castello de S. João Baptista, recommendamos a quem nos ler, a descripção historica, feita por Felix José da Costa, no seu livro *Angra do Heroismo, ilha Terceira, Açores, os seus titulos, edificios e estabelecimentos publicos, 1867*, de que transcrevemos o seguinte:

«Foi este castello escolhido para aposentadoria de El-Rey D. Affonso vi, que aqui residiu desde 19 de junho de 1669 até 24 d'agosto de 1674.

«Teve logar na praça d'este castello, a primeira revolução constitucional da ilha Terceira, de que foi chefe o general Araujo, em 2 d'abril de 1821, assim como a heroica e sempre memoravel revolução do batalhão de caçadores n.º 5, em adherir, na madrugada de 22 de junho de 1828, á restauração liberal dos di-

reitos d'El-Rey o senhor D. Pedro IV, e da carta constitucional.

«Aqui se reunia, e fazia algumas vezes sessão, o governo provisório, que então se installou; e ainda depois se estabeleceu a junta da real fazenda, com os cofres publicos, quando em 1828 se projectou encerrar neste castello tudo, que podesse ser prestadio e util á causa da liberdade, se porventura a esquadra inimiga atacasse esta ilha, tornando-se esta praça o unico e esperançoso capitolio da restauração das liberdades patrias.

«Tambem nesta fortaleza se estabeleceu a *casa da moeda*, instituida pela junta provisoria em nome da Rainha, em 18 de março de 1829, e que depois a REGENCIA DO REINO confirmou por seu decreto de 5 d'abril de 1830.

«Foi este o primeiro castello, e a primeira parte de todos os dominios da nação portugueza, onde, pela primeira vez (no dia 19 d'outubro de 1830, dia do nome do Senhor D. Pedro IV) se hasteou a bandeira nacional, bipartida verticalmente em branco e azul, com as armas reaes no centro, como foi creada pela Regencia do reino, no decreto de 18 d'outubro de 1830, para servir desde então de bandeira portugueza.

«Coube a este castello a gloria de receber muitas vezes a sua magestade imperial, o senhor D. Pedro IV, DUQUE DE BRAGANÇA, que no dia 5 de março de 1832 ali deu entrada solemne, sendo recebido, com todo o

ceremonial e etiqueta; e vindo, fora de portas, entregar-lhe as chaves do castello o governador, que era o coronel de cavallaria n.º 8, José Antonio da Silva Torres, depois barão do Pico do Celleiro e visconde da Serra do Pillar.

«O decreto de 21 de dezembro de 1863 elevou esta fortaleza á cathegoria de *praça de primeira classe*, declarando o ministerio da guerra no seu relatorio, —que considerava assim o *castello de S. João Baptista da ilha Terceira*, porque, «*tantá é a sua importancia militar em relação á defesa da mesma ilha, e tantas são as recordações de gloria, que em si encerra*».

Em vista do que singelamente fica exposto, era um acto de justiça, que o governo não deixasse, a pouco e pouco, reduzir a ruinas um monumento tão importante e de tão subido valor historico.

O liberal, patriótico, illustrado e magnanimo Rei, Senhor D. Carlos I e sua Excelsa Esposa, a Rainha, Senhora D. Maria Amelia, avaliaram pessoalmente, no dia 2 de junho, por occasião da sua honrosa visita á ilha Terceira, a importancia do castello S. João Baptista. Que Suas Magestades houvessem por bem ordenar, que não se entregasse ao abandono aquella fortaleza, como tanto é mister, seria mais um acto do seu subido amor patrio, que os terceirenses applaudiriam.

Depois de extincta a 10.ª divisão militar, o palacio da residencia dos antigos governadores do castello é

a residencia do commandante militar dos Açores, logar exercido actualmente pelo illustre general, sr. Joaquim Pereira Pimenta de Castro.

A guarnição do castello é composta d'uma companhia d'artilheria n.º 1, sob o commando do distincto fayalense o capitão, sr. Manuel Goularte de Medeiros, e do regimento de infantaria n.º 25, commandado pelo illustre terceirense o coronel, sr. Elias José Ribeiro Junior.

Estes dois dignos officiaes do exercito portuguez são justamente considerados pela sua illustração e respeitabilidade.

Posto isto, vejamos quão grandiosa, temeraria e arriscada foi a lucta, para os terceirenses se libertarem do jugo hispanico, e conquistarem gloriosamente aos hespanhoes o castello de S. Philippe.



XXVI

«Quadram de molde estas phrases ao saudar-se o advento da dynastia bragantina.

«O povo ferido na sua honra, no seu lusimento e nos seus interesses, levantou-se um dia como um cor-sel brioso, e cuspiu de si o engalanado cavalleiro. Tu-do se havia feito em menoscabo de Portugal durante esses sessenta annos de galé insoffrivel; o commercio decahira, as extorsões multiplicaram-se, os alvitristas castelhanos desabrochavam a fantasia em invenções de subsidios, as nossas glorias de alem mar empanavam-se e extinguiam-se; a nobreza era posta de banda, o clero privado dos seus beneficios, a gente commum envolvida pela mesma onda de injustiças e aggravos.

«D'aqui vieram as commoções parciaes, os abalos intermitentes, as effusões dos animos incendidos; até que as pequenas faúlas, bruxeleantes em varios pontos, e já sinistras em Evora, rebentaram em Lisboa, como incendio medonho, ao alvorecer o dia de sabbado, primeiro de dezembro de 1640.

«Estava consummado o grande facto da restauração; o paiz volvia á sua liberdade» ¹.

¹ Eduardo Vidal, *Historia de Portugal*, vol v, pag. 5.

O duque de Bragança era aclamado D. João IV, rei de Portugal e seus dominios: os oppressores fugiam espavoridos para terras de Hespanha; o continente ficava liberto da oppressão de estranhos; mas no meio do oceano, entregue á sua sorte, continuava captivo o importante Archipelago Açoreano, e n'elle destacava-se a heroica ilha Terceira, que durante tres annos luctára valentemente, gloriosamente, contra o leão de Castella; e a libertação do Archipelago estava-lhe confiada, d'ella dependia, mas para isso tinha de vencer o unico poder castelhano que, então, existia em terras portuguezas.

Como o consequio, é que passamos a lembrar, tão resumidamente, quanto possivel.

*

Entre os vultos mais importantes, que tomaram parte activa na restauração açoreana, destaca-se o de Francisco d'Ornellas da Camara, filho do capitão mór da villa da Praia, Francisco Paim da Camara e de D. Isabel de Sousa Netto.

Eleito pelo camara d'aquella villa, em 4 de julho de 1627, capitão d'uma das quatro companhias, lá existentes, deu provas da sua aptidão.

Em 1629 embarcou como aventureiro na armada real, e sustentou á sua custa, durante seis mezes, dez soldados nas guerras do Brazil, sendo nomeado capitão d'um terço de infantaria das armadas.

Regressando a Portugal em 1636, foi nomeado,

por carta regia de 15 de setembro, capitão mór e provedor das fortificações na villa da Praia, em substituição do seu octogenario pae. Foi tambem agraciado cavalleiro da ordem de Christo. Residiu durante algum tempo na sua capitania, e voltando ao reino em 1639 professou na villa de Thomar, a 6 d'outubro de 1640.

Foi assim, que este illustre caudilho da restauração açoreana, se encontrava em Lisboa na occasião em que foi aclamado, rei de Portugal, o duque de Bragança.

Um outro vulto, que tambem se destaca entre os mais importantes, é o do illustre terceirense, o capitão João d'Avila, que, como presidente da camara d'Angra, e como capitão d'uma das companhias de ordenança, prestou relevantissimos e inolvidaveis serviços para a independencia açoreana, alem de muitos outros que havia prestado á patria, aos quaes mais se seguiram, no decorrer da sua vida publica.

Os importantes serviços d'estes dois illustres terceirenses estão muito bem relatados nas suas biographias, escriptas por Felix José da Costa, publicadas em 1842 e 1844 ¹.

¹ Francisco d'Ornellas da Camara Paim, 5.º neto de Jacome de Bruges, casou, em 16 de agosto de 1637, com D. Filippa de Bettencór, filha do capitão mór d'Angra, Vital de Bettencór Vasconcellos, de quem nasceu, em 1649, Manuel Paim de Sousa.

O capitão João d'Avila, nasceu a 20 de julho de 1637. Casou em 25 de agosto de 1653 com D. Isabel Pereira Pamplona, de quem nasceu em 3 de julho de 1655, D. Maria Paula Borges d'Avila.

Em 18 de dezembro de 1640, deu el-rei a Francisco d'Ornellas instrucções particulares e confidenciaes, para vir á ilha Terceira acabar com o dominio castelhano, deixando ao seu arbitrio o acto da acclamação.

Saindo Ornellas de Lisboa a 21 d'aquelle mez, embarcou na ilha Terceira aos 5 de janeiro de 1641.

Conferenciando sobre tão importante assumpto com seu velho pae e com o religioso franciscano, fr. Diogo das Chagas, na villa da Praia, soube haver fallecido o corregedor Diogo Botelho, com quem muito contava; e no dia 8 dirigiu-se á cidade d'Angra, para conferenciar com seu cunhado, o capitão-mór João de Bettencór Vasconcellos, e com alguns seus amigos e parentes.

No entretanto corria publicamente a noticia de que Francisco d'Ornellas, na occasião em que passára por Madrid, em setembro de 1640, o encarregára Filip-

Manuel Paim de Sousa, casou com D. Maria Paula Borges d'Avila, em 1669, sendo testemunhas d'este casamento o Marquez de Minas e os condes do Prado e Mesquitella, quando estiveram na ilha Terceira, com el-rei D. Affonso vi.

Seu filho Francisco Paim da Camara Borges d'Avila, nascido em 1671, casou na ilha do Fayal com D. Jeronima Maria de Montojos Pereira da Silveira e Frias, de quem nasceu, em 1706, Thomaz Paim de Bettencourt e Ornellas, que casou com D. Francisca Effigenia de Montojos, de quem houve um filho, em 1760, Theotonio d'Ornellas Borges Avila. Casando este na ilha do Fayal com D. Josepha Jeronyma Paim, teve por descendente a illustre dama D. Rita Pulcheria d'Ornellas Paim, que casou com o dr. André Eloy da Costa Noronha Ponce de Leão, e foram os paes do benemerito e inolvidavel Theotonio d'Ornellas Bruges Avila Paim da Camara Ponce de Leão, 1.º visconde de Bruges e 1.º conde da Praia da Victoria.

pe iv, de ser o portador de cartas para as camaras e para governador do castello de S. Philippe, D. Alvaro de Viveros, avisando da intenção dos francezes e holandezes em tomarem a ilha Terceira, cartas que realmente lhe haviam sido entregues, e que Ornellas pretendia, lhe servissem de estratagema, para conseguir na sua capitania uma conferencia com o governador, com o fim de se tratar e estudar os meios de defesa da ilha.

Tendo João de Bettencór annuido a tudo, julgou-se por conveniente mandar chamar ao castello D. Pedro Ortis de Mello, aparentado com familia terceirense, e intimo amigo do governador, a fim de lhe pedir, que apresentasse a D. Alvaro de Viveros as propostas, que D. João iv lhe fazia, do titulo de conde e dez mil crusados, para a entrega, em boa paz, da fortaleza. D. Pedro prestou-se a apresentar as propostas, na certeza de que o governador as não acceitaria, e recommendou a Ornellas, que se acautelasse contra as iras do governador.

Este conselho, que foi d'amigo, fez com que Ornellas se retirasse n'aquella noite para a sua capitania, pois se assim não succede, seria preso pela escolta, que cercou a casa do capitão João Espinola, onde estivera hospedado.

D'este momento em diante foi uma lueta dissimulada entre o governador Ornellas, capitão João d'Avila e os bons terceirenses, que Viveros tentava por todos

os meios ver se conseguia ter com elles conferencias dentro do castello, afim de os prender.

D. Alvaro de Viveros principiou desde logo a abastecer o castello de viveres, e a mudar para lá as munições de guerra, que estavam na fortaleza de S. Sebastião, a qual pretendeu arrazar, ao que se oppoz o capitão João d'Avila, como presidente da camara.

Mandando o governador uma caravella, á villa da Praia, para lhe trazer todo o trigo do *dizimo*, foi esta apprehendida e mandada a Lisboa, em 16 de fevereiro, com communicações a el-rei sobre todo o acontecido, solicitando Ornellas soccorros urgentes. A caravella não chegou ao seu destino, por ser presa pelos corsarios.

Reuniu Ornellas todos os capitães da villa da Praia, a quem expoz a missão, que lhe havia confiado el-rei, e o que se passára com o governador, sendo todos unanimes em que se procedesse sem demora á acclamação; e convocando a camara foi resolvido prover de tropa todos os postos e estancias da capitania.

Deu isto em resultado a censura do governador castelhano, a que Ornellas deu uma brilhante resposta.

Dentro em pouco era de todos sabido, que se asentava no throno portuguez um rei legitimo, e que o dominio castelhano havia acabado. Assim, aneeava o povo tereirense, para que se procedesse á acclamação d'el-rei D. João IV.

Só em Angra, a maioria da camara, que o capitão

João d'Avila ainda assim continha, e a maioria da nobreza é que não acompanhavam este santo enthusiasmo patriótico. Comtudo conseguiu o capitão João d'Avila, d'accordo com o capitão-mór João de Bettencór, e mais auctoridades, em se organizar uma companhia d'ordenança para a defeza da cidade.

Foi tentado o ultimo esforço, no dia 22 de março, para a entrega pacifica do castello, sendo encarregado das negociações o prior do convento da Graça, fr. João da Purificação, confessor de D. Alvaro de Viveros.

Mostrando o governador acceder, voltou o prior no dia 23, com as cartas e papeis para a capitulação. Em quanto D. Alvaro mostrava prestar toda a attenção á sua leitura, mandou convidar um dos signatarios, o fidalgo Estevam da Silveira Borges, a subir ao castello, o que este ingenuamente fez, sendo acompanhado por Pedro de Carvalhal. Immediatamente foram os tres encerrados na prisão, onde falleceram durante o cerco do castello.

Em consequencia d'este traiçoeiro procedimento do governador, seguiu Francisco d'Ornellas para a sua capitania, realisando-se com toda a solemnidade, pelas 10 horas do dia 24 de março de 1641, domingo de Ramos, a acclamação do serenissimo D. João IV, rei de Portugal.

Este acto foi communicado á camara d'Angra. O capitão João d'Avila fez reunir a camara, para se proceder á acclamação, ao que a maioria tenazmente se

opoz. O povo recebeu indignado uma tão servil e covarde deliberação, e assim o odio contra os castelhanos augmentava surdamente.

Quatro rapazes, irmãos, tanoeiros, por alcunha *os minhas terras*, chamado o mais velho Pedro Fernandes, em cujos peitos batiam corações generosos, que anciavam pela libertação da sua patria, censuravam, na sua officina, o proceder da maioria da camara. Succedia isto no dia 26 de março. N'esta occasião entra na officina o valoroso e estimado Antonio do Canto, que tambem indignado fez côro, nas justas censuras dos valentes artistas.

E, enquanto fallavam, foram lançando, instinctivamente, mão das armas, que encontraram na officina, e n'um prompto, animados do mesmo pensamento, sem cuidarem do perigo, a que se expunham, assaltam a guarda castelhana, que lhes fica proxima ¹. A guarda assim surprehendida, é em parte desarmada. Acodem varios populares, trava-se heroica lucta, e os castelhanos são vencidos!

Estava lançado o fogo.

Ao ter o governador conhecimento d'este audacioso acto, mandou chamar Antonio do Canto ao castello. Foi portador do chamamento uma escolta, sob o commando d'um sargento, tendo a escolta ordem de pren-

¹ A officina d'estes patrioticos artistas era na antiga rua das *Frigideiras*, hoje rua da *Alfandega*, e a casa da guarda na casa da *Veronica*, esquina d'esta rua e da rua *Direita*.

der os tanoeiros, prisão que não realisou, porque estes patriotas moços tinham-se retirado para a capitania da Praia.

Seguiu a escolta rua *Direita* acima, e Antonio do Canto, que passeiava na praça, prevendo qual o fim que ella levava, entra para a casa do corpo da guarda da ordenança angrense. Intimado o capitão da guarda, Jeronymo da Fonseca, a fazer entrega de Antonio do Canto, nobremente se recusa. Então o sargento intenta realisar a prisão á força, mandando disparar a escolta sobre a guarda; os populares acodem em defeza da força terceirense, e a guarda do porto em defeza da tropa hespanhola; trava-se valente peleja e os hespanhoes, sempre perseguidos, são forçados a retirarem-se á explanada do castello.

E o povo, não podendo mais conter os justos desejos de proclamar a sua independencia, exclama em altas vozes: *Liberdade! Viva D. João IV! Abaixo os castelhanos*. Foi uma acclamação genuinamente popular.

A faúlta transformara-se em incendio.

E á luz brilhante d'esse incendio vamos ver um povo, completamente abandonado da mãe patria, luctar e vencer o ultimo reducto, que a oppressão castelhana sustentava em terras portuguezas ¹.

¹ Segundo os documentos presentes foram requisitados auxilios a el-rei, por diversas vezes. Boas promessas e cartas de agradecimento, pelos serviços prestados, não faltavam. O primeiro soccorro do novo imperante, em 25 d'abril, diz José Joaquim Pinheiro, foi

Não tinham os terceirenses os auxilios merecidos, necessarios, e requisitados a D. João IV, que importava isso?

Quem havia luctado gloriosamente, durante tres annos contra o collossal poder de Castella, devia ter a honra de ser o conquistador das ultimas forças dominadoras.

O povo terceirense era abandonado pela mãe patria, e só podia contar com o auxilio dos seus bons irmãos açoreanos; faltava-lhe a polvora, o mórão e a bala, mas sobejava-lhe o valor e o amor patriótico; possuia a coragem precisa para proclamar a sua independencia, sem pensar nos perigos, a que se expunha.

Não tinha os auxilios da patria, e os hespanhoes esperavam a cada momento valiosos soccorros de Castella; ¹ os inimigos a combater estariam na terra e no mar, mas que importava isso?

Não tinham os terceirenses esquadra? Arranjal-ahiam. Valentes e denodados capitães possuíam-nos e felizmente sempre os possuiram. Que o digam as frotas da India e os corsarios que infestavam o mar dos Açores; que o proclamem os feitos dos audazes navegadores

um frade para superintender na guerra, sete capitães, cem soldados, alguma polvora e bala, com pouco armamento, que não podia disparar sem mórão, e que não veio por o não haver, e cartas em abundancia não esquecendo até o cabido da Sé.

¹ Foram importantes, mas que os terceirenses tomaram. Philippe IV nas cartas dirigidas ao governador castelhano, ordenava-lhe que sustentasse o Archipelago dos Açores ao seu dominio e que para isso mandaria os soccorros precisos, e que se estava preparando para ir castigar a rebeldia portugueza.

açoreanos; que o comprovem os numerosos documentos, que regiamente foram concedidos a esses heroes, e as valiosas cartas dirigidas ás camaras, tudo, enfim, que a historia regista nas suas mais brilhantes paginas.

A ilha Terceira estava só, e auxilio só o tinha a esperar das demais ilhas açoreanas; mas não era a primeira vez, que se encontrava só, nem seria a ultima.

A mãe patria sempre a abandonou, e este abandono tornou-se chronico; mas aquella que se encontrava sempre só, estava-lhe ainda reservada a mais nobre missão, que a Providencia lhe podia conceder, o ser o paladio das liberdades patrias, e ir libertar a mãe que sempre a abandonára.

Ó heroica ilha Terceira, quem não se ufanará, com justo orgulho, de ser teu filho?!

Não mais divagações, e continuemos.

*

Tinha o povo angrense feito a aclamação do soberano portuguez.

Levada de vencida a força castelhana, até á explanada do castello de S. Filippe, reuniram-se as companhias da ordenança, e o capitão mór João de Bettencór mandou postar forças á entrada das ruas, que davam para o castello, cabendo o ponto mais arriscado ao capitão João d'Avila.

Foram expedidos emissarios pelo capitão mór e pelo povo á capitania da Praia, para que Ornellas

viesses para a cidade com as forças disponiveis. O mesmo se fez para outras freguezias.

Ainda era noite, quando Ornellas entrou em Angra, indo immediatamente reforçar as estancias militares.

Na tarde de 27, quando na villa de S. Sebastião se soube do acontecido em Angra, o juiz presidente Manuel Martins Fenaes, sahiu ao balcão dos paços do concelho, e, hasteando a bandeira municipal, fez a acclamação do monarcha portuguez.

As companhias vindas da Praia juntaram-se duas de S. Sebastião, a de S. Bento, a da Ribeirinha, a de S. Bartholomeu, a do Porto Judeu e duas de Santa Barbara ¹.

¹ Os capitães das companhias da cidade eram: João d'Avila, Diogo do Canto e Castro, Constantino Machado, Galaor Borges da Costa, Henrique Moniz da Silva Merens, João Pacheco de Vasconcellos, Vital de Bettencór, Jeronymo Fernandes da Fonseca, Francisco do Canto de Vasconcellos, Balthasar da Costa Pereira, Diogo do Canto e Castro, Francisco d'Andrade Machado, Christovam Borges da Costa. Os das freguezias ruraes eram: Ribeirinha, Manuel Jacques d'Oliveira; Porto Judeu, Gaspar Gonçalves Vieira; Santa Barbara, Pedro Lourenço Machado Simão, Fernandes Rodvalho e Francisco João; S. Bartholomeu, Bartholomeu Gonçalves Rodvalho; S. Bento, o sargento Alvaro Martins Maya.

Os da villa de S. Sebastião eram: Henrique Fernandes Pacheco e João Pacheco Machado.

Os da villa da Praia e sua jurisdição eram: Melchior Machado de Lemos, denominado o *veriato terceirense* nas guerras do Brazil, Balthasar Mendes de Vasconcellos, Manuel do Canto Teixeira, Manuel d'Ornellas da Camara, Manuel do Canto Vieira e o sargento mór Sebastião Cardoso Machado, Miguel do Canto Teixeira, Pedro da Costa de Mendonça, Lages; Manuel Lourenço Rebello, Villa Nova; Gonçalo Vaz Diniz, Agualva; Gaspar Cardoso Machado, Altares; Melchior Vaz, Biscoitos.

Organisaram companhias á sua custa João da Fonseca Chacon, Francisco Pires, Affonso Gomes Peres, Bartholomeu d'Oeiras, Je-

Foi constituido um conselho de guerra, sendo unanimemente deliberado o desalojamento das forças inimigas da raiz da explanada do castello, onde estavam reunidas, o que conseguiram depois de violento fogo, ficando, das forças terceirenses, seis mortos e quinze feridos ¹. O governador mandou suspender a ponte levadiça e fechou-se com a sua gente no castello, aguardando os soccorros de Filippe IV.

No conselho extraordinario, que se realisou na camara, no dia 29, sexta-feira santa, para se tratar da direcção da guerra, foi Francisco d'Ornellas nomeado governador junto do capitão mór João de Bettencór. Esta nomeação foi regiamente confirmada. Deliberou-se mais proceder-se ao serviço da trincheira de circumvalação desde o alto do *Portinho Novo* até á rua do *Fanal*; tratou-se do estabelecimento do quartel general na praça e do alojamento de todas as forças.

Estavam fechados os armazens das munições de guerra, e Christovam de Lemos, que tinha em seu poder as chaves, havia sido um dos poucos terceirenses, que se recolheram ao castello. A golpes de machado foi despedaçada a porta, mas a seguir a esta encontra-se

ronymo da Fonseca, João Mendes de Vasconcellos e Diogo Leite, e distinguiram-se pelo seu patriotismo o capitão Thomaz da Costa Franco, Roque de Figueiredo, Pedro de Bettencór, João Ibré, e muitos outros.

¹ Este conselho foi composto pelos dois capitães móres, e por Antonio do Canto e Castro sargento mór d'Angra, Manuel de Barcellos Machado antigo sargento mór da Praia, Francisco de Carvalho, almirante da esquadra, João do Canto, ouvidor da cidade e Thomé Correia, logar tenente do donatario.

outra toda chapeada de ferro. Foi uma feliz coincidência, a chave da ermida de Nossa Senhora da Saude servir, para se abrir aquella porta. Este facto foi considerado pelo povo como um milagre da Virgem Mãe de Deus e dos homens, e signal esperançoso de se alcançar a desejada victoria.

A companhia da Ribeirinha tomou d'assalto, no dia 28, o castello de S. Sebastião, que estava guarnecido pelos castelhanos.

No domingo da Paschoa da Resurreição, 31 de março, depois dos actos religiosos na cathedral, saiu da egreja um imponente cortejo, e sem temor das balas que a artilheria do castello lançava sobre a cidade, dirigiu-se á praça, fazendo-se a publica aclamação do invicto rei D. João iv, de que se lavrou o respectivo auto. Em seguida regressou o cortejo á cathedral, e foi cantado um solemne *Te-Deum*, dando a guarda de honra, que acompanhou o prestito, as usuaes descargas.

Depois d'esta aclamação publica, resolveu o conselho de guerra fazer a devida communicacão ás camaras das demais ilhas, mandando emissarios, e d'ellas solicitar todo o auxilio. Nas ilhas occidentaes realisou-se com grande enthusiasmo a aclamação, e cada qual prestou o auxilio, de que pôde dispôr; nas orientaes foram os emissarios mal recebidos. A aclamação só mais tarde teve logar em S. Miguel, depois do donatario, o conde de Villa Franca, receber carta d'el-rei D. João iv, em 6 d'abril, para tal fim.

Foi, então, que o illustre michaelense, Diogo Botelho de Vasconcellos, organisou á sua custa uma companhia, e embarcando em uma caravella chegou a Angra em 21 d'abril, prestando valioso auxilio. De S. Miguel vieram algumas peças de bronze, polvora e bala.

O primeiro auxilio, que Philippe iv mandou a D. Alvaro de Viveros, saiu de Sevilha em um navio d'alto bordo, o qual arribando á Madeira, foi feito presoneiro. O segundo veio em duas fragatas, tendo os açoreanos a felicidade de ser entregue o seu commando ao illustre terceirense Manuel do Canto e Castro, que de bom grado acceitou a missão, com o patriotico intento de bem servir a patria portugueza. Quando chegou á Terceira, em 9 d'abril, e que teve conhecimento de já estar aclamado o rei portuguez, houve-se por forma, que o contingente hespanhol foi feito prisoneiro e os navios tripulados por gente terceirense. O terceiro foi uma nau hespanhola, em 20 de junho, sob o commando de Luiz de Viveros, irmão do governador. A nau foi feita presoneira, servindo muitissimo o importante material de guerra, de que era portadora. As tropas hespanholas foram em parte distribuidas pelas ilhas e outras mandadas para Lisboa.

Com este numero de navios, tomados aos inimigos, e com mais dois contratados aos hollandezes, e uma nau franceza, pagos todos pelo cofre terceirense, ficou constituída a armada açoreana. Em um dos navios ho-

landezes, é que vieram, em 25 d'abril, o padre Francisco Cabral, e os sete capitães, de que já em nota fizemos referencia.

O almirantado d'esta armada foi conferido ao intrepido e audaz Francisco Carvalhal, e o cargo de capitão-mór da armada ao illustre graciosense Manuel Corrêa de Mello.

Para mais se aproximarem do castello as forças açoreanas, e assim mais apertado ficar o cêrco, construíram-se novas trincheiras, sempre em constante perigo, sob o fogo da artilheria e mosqueteria do castello. Foi então que a lucta se tornou mais violenta, pelas investidas, que os hespanhoes deram para assaltar as trincheiras.

Em 31 de maio, tentou-se novamente ver, se D. Alvaro de Viveros acceitava as propostas, que nesta ocasião foram recebidas d'el-rei, trazidas por dois navios francezes que, no dia 29, haviam aportado á villa da Praia. Nada se conseguiu do governador, não obstante haver troca de correspondencia até 2 de junho.

Assim continuaram as hostilidades, sendo repellidos todos os assaltos. Foram organisadas mais quatro companhias ¹, e quando se tratou de dar um assalto ao castello por terra e mar, no dia 27 de dezembro, existia um effectivo de quatro mil homens. O assalto

¹ Estas companhias foram commandadas pelos capitães Christovam Borges da Costa, Diogo do Canto e Castro, Francisco d'Andrade Machado e Sebastião Cardoso Machado.

não teve logar, devido ao grande temporal que se desencadeou.

Em 22 de janeiro soube-se, por um navio vindo de Lisboa que, tendo sahido uma armada de treze navios, com mil e quinhentos infantes, para soccorrer a Terceira, havia sido obrigada por violenta tempestade a arribar a diversos portos.

Felizmente taes soccorros tornaram-se desnecessarios nesta ocasião, e melhor foi o não chegarem, para que a gloria da conquista do castello pertencesse só áquelles que, até então, tanto se haviam arriscado e sacrificado, sem o auxilio continental.

O estado dos sitiados era realmente critico. Os amiudados assaltos ás trincheiras haviam-lhe feito perder parte das suas forças; a fome e a doença enfraquecido uma e morto outra, e a restante o desanimo inutilisava-a de dia para dia.

O governador D. Alvaro de Viveros, que do alto do castello havia presenceado tudo o que tinha succedido aos navios hespanhoes, que lhe traziam os soccorros, que lhe mandára o seu rei; que se via cercado por forças muito superiores ás suas, e que de quatro pontos estava montada a artilheria contra o castello; que sabia que o amôr patriotico dos sitiantes não consentiria, que abandonassem a sua nobre resolução, e que a armada que possuíam evitaria a entrada de qualquer outro reforço que Philippe IV porventura lhe mandasse, viu-se forçado a desfraldar, no dia 24 de feve-

reiro, a bandeira branca, o que levou as forças sitiantes a exclamar, apenas a viram — *Boa nova!*¹

Estabelecidas as conferencias entre os representantes dos sitiantes e sitiados, foi assignada, na ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, a capitulação do castello de S. Filippe, no memoravel dia 4 de março de 1642.

Á constancia, valor e heroicidade das forças terceirenses, auxiliadas por muitos açoreanos, se deveu a rendição d'aquella inexpugnável fortaleza, ultimo reducto das forças hespanholas, que durante cincoenta e sete annos dominaram a ilha Terceira. Durou o cerco onze mezes, morrendo cento e quarenta portuguezes, e ficando feridos cento e vinte. Despendeu-se quantia superior a cem mil cruzados, sem que Portugal concorresse para uma tão grande despeza.

No dia 6 de março sahiram do castello, para o alojamento que lhe foi preparado, o resto das forças hespanholas e suas familias. Foi uma scena tristissima a passagem dos prisioneiros, pelo estado de fraqueza, em que se encontravam, devido ás privações, e á fome, por que haviam passado.

Ao odio da vespera seguiu-se a generosidade dos vencedores para com os vencidos. De cerca de quinhentos

¹ A ermida de *Nossa Senhora do Terço*, sita na explanada do castello, ficou-se denominando d'aquella hora em diante de *Nossa Senhora da Boa Nova*. Junto d'esta ermida está estabelecido o hospital militar. Desde 1832 até 1835, como estivesse profanada, foi nella estabelecida a imprensa do governo, a primeira que existiu nos Açores.

tos soldados, que estavam no castello, só cento e cincoenta se podiam contar aptos a servirem, depois da capitulação, e o numero das pessoas fallecidas durante o cerco, entre homens, mulheres e creanças, excedeu a trezentas.

Aquelles infelizes eram os vencidos, mas dignos de toda a consideração e respeito; pois houveram-se valorosamente e deram subidas provas da sua lealdade. Muitos foram os que ficaram na ilha, onde já tinham constituido familia, sendo por todos estimados.

No dia 15 de maio de 1642 embarcou, em uma nau ingleza, com destino á Hespanha, o mestre de Campo D. Alvaro de Viveros, acompanhado por seu irmão D. Luiz Perez de Viveros, e pelos seus soldados e familias.



XXVII

Havia a ilha Terceira conquistado a sua autonomia e com ella as restantes ilhas dos Açores. A João de Bettencór Vasconcellos tinham sido entregues as chaves do castello, e fôra nomeado seu tenente governador o capitão Sebastião Cardoso Machado; a Francisco d'Ornellas da Camará Paim encarregada a missão de ir a Lisboa dar a boa nova de tão gloriosa conquista ao monarcha portuguez, embarcando a 21 de março. A intriga e a inveja dos nobres, que nada haviam feito, e a emulação entre os que muito trabalharam, iam estabelecendo séria discordia, quando aportava a esta ilha uma armada de sete caravellas, com trezentos soldados, artilheria e munições, trazendo por general de mar e guerra e governador das justiças no archipelago a Antonio de Saldanha, capitão-mór na Torre de Belem, com o fim d'auxiliar na conquista do castello. *Depois da guerra o auxilio!*

A Manuel de Sousa Pacheco, fidalgo da casa real, que havia sido despachado governador do castello e capitão mór dos Açores, foram entregues as chaves do mesmo castello.

Os serviços prestados por Antonio Saldanha, para estabelecer a harmonia entre os grandes, e as reparações, a que procedeu em todas as fortificações, guarnecendo-as com artilheria, foram importantissimos. Fez tambem um bom recrutamento para infantaria e cavallaria, que o acompanhou para Lisboa, no mez de setembro, e organisou um terço de milicia tanto de pé, como de cavallo, para guarnição da ilha, do qual formou duas companhias, sendo commandante de uma Antonio do Canto e Castro, e da outra um fidalgo da casa do general, de quem não existe archivado o nome.

Para as côrtes, que se celebraram em Lisboa, em 1642, foi eleito o fidalgo Francisco de Bettencór Corrêa e Avila, a quem, por ordem regia, foi destinado assento no 1.º banco, como representante da terra, que tanto se havia distinguido, luctando gloriosamente pela autonomia patria.

Dos pedidos, feitos nas côrtes por este proeurador, resultou ser concedido, em seis alvarás, o seguinte:

À cidade d'Angra, na ilha Terceira, o titulo de SEMPRE LEAL CIDADE; ser isenta a camara d'Angra de comparecer perante o capitão-mór; não ter assento nas egrejas, junto dos vereadores e corregedor, o governador do castello, o qual teria a sua cadeira apartada, no logar que parecesse conveniente; a construcção, no castello do Monte Brazil, da ermida de S. João Baptista, e ao castello dar-se o nome d'este santo; aos

militares a obrigação de residirem no castello, e que os generos nelle consummidos pagassem imposição.

Chegando Franciseo d'Ornellas a Lisboa, foi recebido por el-rei e pela côrte com subidas provas de affecto e de elevada consideração, sendo-lhe por carta de 12 d'abril concedida a mercê de commendador da ordem de Christo de S. Salvador de Penamacor ¹.

Os seus inimigos, invejosos das honras que el-rei lhe conferira, intentaram macular o seu nome honrado, como desleal, perante o monarcha, que não duvidou acceitar a falsa accusação, sendo Ornellas detido, como preso d'estado!

A justificação, porém, não se fez esperar, sendo absolvido por sentença do tribunal da casa da supplicação da côrte, e considerado como bom e leal vassallo.

Por alvará de 13 de fevereiro de 1644, foi este benemerito terceirense nomeado capitão-mór e provedor na villa da Praia, e por carta patente de 4 de fevereiro de 1660 foi-lhe confiado o governo do castello, de que tomou posse em 19 de agosto, exercendo este cargo até á sua morte, aos 23 de abril de 1664.

Os seus valiosissimos serviços acham-se comprovados em preciosos documentos e altas mercês, que regiamente lhe foram concedidas.

A capitania da villa da Praia foi doada a seu filho

¹ Esta commenda, segundo se vê na lista dos serviços d'este illustre varão, publicada no v. vol. do *Archivo dos Açores*, pag. 193-194, foi doada a seu filho por carta regia de 20 de julho de 1660.

primogenito, Braz d'Ornellas, em 23 de setembro de 1665.

E ao finalizarmos este resumo de tão importante acontecimento d'esta epocha notabilissima da historia terceirense, archivemos, em vista dos documentos que temos pesquisado e consultado os nomes dos açoreanos, que receberam recompensas pelos seus serviços.

Capitão João d'Avila, terceirense cavalleiro da ordem de Christo, foi nomeado feitor da alfandega d'Angra, logar que desempenhou brilhantemente, como o comprovam varios documentos, entre os quaes existe uma carta da rainha regente. Foi exonerado d'este cargo, a seu pedido, em 21 de janeiro de 1666.

Foi-lhe concedida a mercê do foro de fidalgo, por alvará de 15 de junho de 1665. N'este alvará estão minuciosamente relatados os memoraveis serviços d'este benemerito terceirense, que muito honrou a patria, com risco de vida e valioso sacrificio da sua fazenda.

A carta de brazão das suas armas é datada de 10 de junho de 1647.

Em 1665 instituiu a ermida de S. João de Deus e de Santo Izidro e foi o padroeiro do convento de Santo Antonio dos Capuchos d'esta cidade. A primeira pedra da igreja d'este convento foi lançada em 9 de março de 1643.

Falleceu aos 18 de junho de 1684, com 88 annos, e jaz sepultado no seu jazigo, sob a capella mór do referido convento.

Capitão João de Bettencourt Vasconcellos, terceirense, que em 20 de maio de 1624 lhe havia sido concedido o foro de fidalgo, teve, por alvará de 12 de abril de 1642, a commenda de Santa Maria de Tondella, e em 27 de abril de 1646 a mercê de capitão-mór d'Angra.

Sebastião Cardoso Machado, terceirense, foi nomeado tenente do castello d'Angra, com o habito de S. Thiago ou Aviz, 14 de agosto de 1642, e concedidas a mercê do foro de fidalgo em 27 de maio de 1643, e a pensão de 30\$000 réis com o habito de S. Thiago aos 16 de março de 1644.

Vital de Bettencourt Vasconcellos, terceirense, foi-lhe concedida a mercê do habito de Christo, 27 de março de 1643, e uma commenda de lote até 80\$000 réis, 3 de agosto de 1647.

Sebastião Corrêa de Lorvella, terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis com o habito de Christo, em 20 de setembro de 1642.

Foi provido no posto de mestre de campo em 1658; tomando parte na memoravel batalha do Ameixal.

Teve mais a pensão de 150\$000 réis, 15 de janeiro de 1661; a mercê de fidalgo cavalleiro, alvará de um de março de 1662; a doação das casas do marquez de Castello Rodrigo em Angra, alvará de 20 de agosto de 1667; a mercê para servir no conselho d'el-rei, carta regia de 7 de março de 1668, e por alvará de 11 de março de 1671 a doação da pensão de 150\$000 réis a sua filha D. Catharina Caixa.

Foi governador do castello de Angra, onde falleceu em 20 de novembro de 1672.

Amaro Rodrigues, terceirense, foi-lhe concedida a mercê de 30\$000 réis annuaes, em 14 de agosto de 1641.

Francisco Duarte, terceirense, cavalleiro professo da ordem de Christo, foi nomeado, por carta regia de 6 de dezembro de 1641, almirante da armada, que veio á ilha Terceira.

Foram concedidas pensões á sua familia em 30 de julho de 1642.

Luiz Gago Leonardes, terceirense, a promessa d'um officio de justiça e fazenda, alvará de 16 d'agosto de 1642.

Manuel do Canto Teixeira, terceirense, teve a mercê de capitão d'uma companhia e 40\$000 réis d'uma capella, em 16 d'agosto de 1642, e a nomeação de sargento-mór da villa da Praia, alvará de 13 de fevereiro de 1654.

João do Canto e Castro, terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 40\$000 réis com o habito de Christo, alvará de 9 de setembro de 1642; a mercê de provedor das armadas e naus da India, na ilha Terceira, carta regia de 15 d'outubro de 1642, e a mercê de conselheiro d'el-rei em 13 de março de 1665.

Christovam Borges do Canto, terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 40\$000 réis com o habito de Christo, 16 d'agosto de 1642.

João Mendes de Vasconcellos, terceirense, foi concedida a mercê do foro de fidalgo cavalleiro, alvará de 27 de março de 1643.

José Freire d'Andrade, michaelense foi-lhe concedida a mercê d'uma companhia d'entertenedos, em S. Miguel, 21 de junho de 1647, sendo-lhe estabelecido ordenado de 80\$000 réis an-

nuacs, em 26 de fevereiro de 1654; a mercê do habito de Christo com a pensão de 50\$000 réis, em 24 de novembro de 1659, e a mercê do cargo de sargento-mór, em S. Miguel, com o ordenado de 70\$000 réis, em 22 de outubro de 1665.

Balthazar Mendes de Vasconcellos, capitão e ouvidor na villa da Praia, foi-lhe concedida a pensão de 30\$000 réis, com o habito de Christo, 25 de fevereiro de 1643.

Pedro da Costa, graciosense, foi concedida a mercê de cabo de artilheiros, carta regia de 26 de outubro de 1663.

Gonçalo Pereira de Lacerda, fayalense, foi-lhe concedida a pensão de 30\$000 réis em uma commenda do habito de Christo.

Balthazar da Costa Pereira, michaelense, foi-lhe concedida a pensão de 40\$000 réis com o habito de Christo, 29 de julho de 1641, e a mercê do officio de provedor do castello d'Angra em 9 de setembro de 1642.

Francisco de Bettencourt Corrêa, procurador em côrtes da cidade d'Angra, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis em uma commenda de S. Thiago ou Aviz, 14 de janeiro de 1643.

Manuel Gonçalves Carvão, terceirense, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis com o habito de S. Thiago, 9 de setembro de 1642. Exerceu o cargo de thesoureiro geral do donativo das decimas nos Açores. Seu irmão fr. Antonio de S. Thiago, religioso franciscano, tambem prestou bons serviços no acto da acclamação.

Manuel Paim de Souza, terceirense, filho de Francisco Ornellas Paim, foi-lhe concedida a pensão de 20\$000 réis com o habito de Christo, 20 de junho de 1660.

Manuel Fernandes de Mello, foi confirmado no officio de recebedor de imposição dos dois por cento, alvarás de 9 e 23 de setembro de 1642, e a um seu filho, attendendo aos serviços do pae, foi concedida a mercê d'uma conezia na Sé de Angra.

João Coelho Rodovalho, foi-lhe concedida a mercê do officio de apontador das obras e fiel de ferramentas no castello de S. João Baptista, carta regia de 25 de fevereiro de 1658.

Pedro Rodrigues de Souza, michaelense, foi-lhe, por carta patente registada na camara d'Angra, concedido o cargo de sargento-mór das ordenanças militares da cidade e da

villa de S. Sebastião, pelos seus bons serviços até ao anno de 1635, tendo embarcado 15 annos continuos em oito armadas, contando-se nellas a da restauração de Pernambuco, alem d'outras campanhas a que se refere a mesma carta.

Manuel de Barcellos da Camara Vasconcellos, por carta patente de 7 de outubro de 1649, foi nomeado alcaide-mór do castello de S. Sebastião d'Angra, pela sua grande experiencia na guerra durante dezeseite annos, e pelo seu valor na tomada da praça d'Olivença.

Thomé da Fonseca, foi-lhe concedida a patente de sargento-mór d'Angra, logar que exerceu até á sua morte.

Francisco de Carvalho Borges, é importante o attestado de bons serviços, que Francisco d'Ornellas lhe passou, e bem assim a certidão de serviços referente a **Bartholomeu Gomes d'Oeiras**, alcaide d'Angra.

Manuel Corrêa de Mello, jorgense, foi-lhe concedida a mercê d'uma capitania das naus da India, 9 de setembro de 1642; a do habito de Christo em 16 de março de 1643; a pensão de 60\$000 réis em uma commenda, alvará de 18 de maio de 1643, e a mercê no officio de pagador e almoxarife do castello d'Angra, alvará de 19 de janeiro de 1666.

Era capitão-mór nas Vellas, em S. Jorge, quando ali foi acclamado D. João IV.

Era filho de Pedro Corrêa de Mello, graciosense, e neto do capitão donatario da ilha Graciosa, Pedro Corrêa da Cunha.

Na procissão solemne, que, em 8 de março de 1642, entrou no castello de S. Filippe, diz o dr. João Teixeira Soares de Sousa, conduzia este illustre açoreano, atraz do paleo, o retrato de D. João IV.

A sua sobrinha D. Beatriz de Mello se deve a fundação do hospital de Santa Beatriz, nas Velas.

Alguns historiadores dizem que Manuel Corrêa de Mello era graciosense, outros que era jorgense.

Pedro Corrêa de Mello, irmão de Manuel Corrêa de Mello, escreve o dr. João Teixeira, «militava em Flandres, no posto de capitão de cavallaria, quando soube da acclamação de D. João IV.

«Foi tão valoroso, que destacou d'ali com sua companhia composta de 200 homens, para a França, e veiu apresentar-se a el-rei a quem serviu com boa satisfação e brio, havendo-se com valor em toda a occasião de choques e batalhas.»

Amaro Soares, jorgense, militou em Flandres com dis-

tinção. «Começou a vida militar em 1595, (carta regia de 15 de novembro de 1635).

«Regressou á ilha por 1613. Em 1618 foi nomeado sargento-mór de toda esta ilha de S. Jorge e superintendente das fortificações d'ella.

«Por alvará de 10 de julho de 1626 foi-lhe consignado o soldo d'aquelle cargo. É já nelle tratado por cavalleiro fidalgo.

«Teve mais a propriedade de varios officios de justiça e fazenda por mercê regia e de capitão donatario da ilha.

«Por occasião da aclamação d'el-rei D. João IV e cerco do Monte Brazil, foi a Angra para dirigir os trabalhos de entrenchamento e ali se deteve nelles tres mezes. Renunciou o cargo de sargento-mór da ilha, que em 1648 foi nomeado em seu filho Sebastião de Sousa.

«El-rei pelos serviços na aclamação lhe confirmou a data da propriedade dos officios que antes tinha. (Alvarás de 4 de novembro de 1643 e 12 de outubro de 1644.) Morreu em 1652.»

«**Capitão Roque de Figueiredo**, foi natural d'esta ilha (S. Jorge) e filho de Bartholomeu Fernandes e d'uma senhora de appellido Figueiredo, que Drummond diz ser oriunda da ilha da Madeira.

«Passou a Angra, onde exerceu o officio de tabelião.

«El-rei premiou-o com 30\$000 réis de pensão em uma comenda de S. Thiago ou Aviz, com o respectivo habito, qual elle escolhesse, em 9 de março de 1643 e confirmou-lhe o officio de tabelião em 17 de janeiro de 1645.

«Tomou Roque de Figueiredo uma parte muito importante na creação do convento de Santo Antonio dos Capuchos, d'aquella cidade, dando assento, etc.

«Foi seu neto o heroe terceirense Antonio Figueiredo Dutra, que na India serviu com relevante distincção.

«Diremos ainda de Roque Figueiredo, que seu nome figura na lista dos mais distinctos bemfeitores da Santa Casa da Misericórdia das Velas.

«**Constantino Paes Sarmento**, foi natural da ilha Graciosa e um dos principaes d'ella.

«Depois de passar uma mocidade desventurosa em Portugal, Galliza e algumas das nossas provincias ultramarinas, estabeleceu-se nas Velas nos principios do seculo XVII.

«Era parente mui chegado do capitão-mór da mesma villa Antonio Garcia Sarmento.

«Casou com uma senhora da familia Teixeira, Izabel Teixeira Fagundes, de quem houve o celebre dr. Antonio Garcia Sarmento, que viveu em Angra.

«Deixemos fallar a respeito de ambos o principe dos historia-dores açoreanos o padre Luiz Maldonado :

«Era Antonio Garcia Sarmento, natural da ilha de S. Jorge, filho do Constantino Paes Sarmento, oriundo da ilha Graciosa, um dos homens principaes d'aquella, e tanto assim que sendo enviado d'esta da Terceira o capitão Vital de Bettencourt, para acclamar o nome de serenissimo rei D. João IV, nas ilhas do Fayal, Pico e S. Jorge, substabeleceu seus poderes na pessoa do dito Constantino Paes, em ordem a ir á Graciosa fazer aquella diligencia, que com effeito fez com satisfação de todos, porque seus modos e talentos eram capazes de outros maiores negocios, etc.

«Em 6 de maio de 1658 fez Constantino Paes Sarmento seu testamento nas Velas. Contava então 80 annos de idade.»

O que diz respeito aos jorgenses acima referidos, e que foi escripto pelo dr. João Teixeira Soares de Sousa, extrahimol-o d'um bello livro, intitulado — *Ilha de S. Jorge (Açores) Apontamentos para a sua historia*, importante e valioso trabalho de investigações historicas pelo sr. José Candido da Silveira Avellar, antigo escriptor da administração do concelho das Velas e antigo ajudante do conservador da Horta. Este apreciabilissimo e importante trabalho, que veio enriquecer as publicações historicas açoreanas, foi publicado em 1902.



XXVIII

Do periodo que decorre desde a época memoravel da independencia, até á época notabilissima das luctas em prol da liberdade, muito soffreram os terceirenses com as renhidas luctas, que se travaram entre os nobres, por causa das eleições e nomeações para os cargos da administração publica.

Alem d'isto foram tambem muito serias as divergencias entre os nobres e as auctoridades, nomeadas pelo governo da metropole, e os actos da maioria das auctoridades despoticos e arbitrarios.

As tres camaras, nas reuniões que se realisaram, para tractar de assumptos de interesse geral, viram-se obrigadas a dirigir queixas a el-rei das arbitrariedades e despotismos d'aquellas auctoridades.

A tudo isto se adicionava os amiudados e importantes recrutamentos para as guerras da fronteira e presidios d'Africa.

O ultimo terço do importante contingente, feito em 1658, que d'aqui sahiu em fins de outubro, sob o commando de Sebastião Corrêa de Lorvella, foi tomado por duas fragatas de Dunkerque, sendo conduzido á

Corunha, soffrendo os prisioneiros muitas privações nos carceres, onde foram encerrados.

Lorvella foi solto, devido aos altos empenhos do padre Pedro Chaves e do marquez de Castello Rodrigo. A restante officialidade e soldados, quando mais tarde deram entrada em Portugal, iam na maior parte descalços, rotos e famintos.

Sebastião Corrêa de Lorvella, Francisco d'Ornelas, e muitos outros açoreanos, tomaram parte, em 14 de janeiro de 1659, na celebre batalha do Ameixal, em que muito se distinguiram, distincção que honra os titulos de nobreza e patentes honorificas, que lhes concederam, e que tanto enriquecem a historia açoreana.

A noticia d'esta assignalada victoria foi recebida, na ilha Terceira, com entusiasticas demonstrações de regosijo publico, como tambem o foi, em 1663, a noticia da derrota do exercito castelhano em Evora.

A ilha Terceira houve-se sempre brilhantemente, em todas as festas de regosijo publico, por occasião das aclamações dos monarchas, casamentos ou nascimentos de pessoas da familia real, tornando-se notaveis as encamisadas e cavalhadas, em que se despendiam quantias fabulosas, bem como nas touradas. Eram festas sumptuosas.

Nos dias de lucto nacional tambem se praticavam, na Terceira, todos os actos de pranto e dó, com o devido cerimoniaal.

Pará as contribuições de guerra, nunca foram es-

quecidos os açoreanos, e só os terceirenses, attendendo ás enormes despezas, que haviam feito com a guerra da independencia, foram d'ellas isentos durante tres annos, contribuindo depois sempre para tudo o mais que foi necessario, como para o dote da infanta D. Catharina, que casou com o rei de Inglaterra.

Alem de muitos fidalgos, que galhardamente concorreram para este dote, offereceu Francisco d'Ornelas da Camara cem moios de trigo.

*

Ignorando os terceirenses a alta intriga da côrte portugueza, e os escandalosos amores da filha do duque de Nemours, rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya, com seu cunhado o infante D. Pedro, amores que levaram ao vergonhosissimo processo da nullidade do seu casamento com D. Affonso vi, para que se effectuasse o casamento da rainha com o infante, ficando o rei sem throno e sem esposa, viram os angrenses bordejar em frente da sua cidade, a 17 de junho de 1669, tres fragatas e uma caravella portuguezas, as quaes fundearam, no dia 18, no porto d'Angra.

Em uma d'estas fragatas era conduzido prisioneiro, e desterrado para o castello de S. João Baptista, o desditoso rei D. Affonso vi, ficando o infante D. Pedro com a regencia do reino.

No dia 21 desembarcou o monarcha com a sua comitiva, sendo-lhe prestadas todas as honras reaes.

O irmão tirara-lhe o throno, mas, como premio de consolação, mandava-lhe prestar as honras reaes, ao entrar na terra do desterro!

Era, então, governador do castello, o benemerito terceirense, Sebastião Corrêa de Lorvella.

Durante o governo prudente d'este digno governador, tudo correu bem para os terceirenses, não succedendo o mesmo, depois da sua morte, com o intrigante mestre de campo Manuel Nunes Leitão, provedor da casa d'el-rei, que fazia parte da comitiva real, e a quem foi dada a posse do importante cargo de governador.

As intrigas do governador Leitão, com o fim de se tornar agradavel ao principe regente, as dissensões entre os fidalgos, que rodeavam el-rei, a que o caracter sem energia de D. Affonso vi não conseguia pôr termo, sujeitando-se a todas as desconsiderações, deram em resultado uma completa anarchia que, sendo altamente censurada pelos terceirenses, levou o governador a estabelecer em toda a ilha, e em proveito proprio, uma viva espionagem.

Com o empenho de se passar para Lisboa, escreveu o governador Leitão ao principe regente, dizendo-lhe que uma grande parte dos terceirenses conspiravam, para restituir a corôa a D. Affonso, e que, para o evitar, procedia a preparativos de defeza no castello. Na Terceira fazia o astuto governador correr o boato, de que em Lisboa se preparavam revoltas contra o o governo do principe regente.

Para mais avolumar as falsas noticias, que dava ao principe, mandou seu filho Manuel Nunes a Lisboa, a solicitar prompto auxilio.

De toda esta intriga resultou apparecer, de 10 a 12 de agosto, em frente da cidade d'Angra, uma armada portugueza.

O governador, depois de ter informações dadas pelo filho, que estava a bordo, e para justificar a falsa noticia, que havia mandado para Lisboa, quiz mostrar, que os terceirenses se preparavam para repellir os navios portuguezes, e para isso deu ordem, para que se tocasse a rebate, do que prudentemente se escusou o benemerito capitão João d'Avila.

O general da armada, Pedro Jacques de Magalhães, que occultamente tinha feito desembarcar, na cidade, um official de sua confiança, o qual durante tres dias cautelosamente a percorreu, tudo examinando, teve por elle perfeito conhecimento do estado pacifico da terra, e soube da grande intriga armada pelo governador Leitão.

No dia 14 fundearam os navios, desembarcando no dia 15 tres companhias da guarnição, e subindo o general ao castello prestou respeitosa homenagem a D. Affonso vi, o que levou o desditoso rei a exclamar: «É a primeira vez que aqui sou tratado como rei de Portugal.»

Esta phrase, por si só, é o bastante, para demonstrar todas as desconsiderações, que D. Affonso rece-

beu da ambiciosa e intrigante camarilha, que o rodeava.

Depois da respectiva devassa, a que procedeu o desembargador João d'Andrade, fizeram-se algumas prisões, sendo os presos recolhidos ao castello.

No dia 24 de agosto de 1674, embarcou, pelo *Porto Novo*, o infeliz D. Affonso, ficando governador do castello o tenente general Antonio Coelho de Castro.

Seguiu el-rei para Lisboa a 30 de agosto, comboyando a armada duas naus da India. Chegou a Lisboa no dia 20 de setembro, dirigindo-se para Cintra, onde foi detido prisioneiro. Falleceu em 1683.

O governador Manuel Nunes Leitão foi mandado decapitar pelo principe regente, e os terceirenses, que haviam sido presos, foram absolvidos.



XXIX

Na impossibilidade de nos referirmos a todos os acontecimentos, que dizem respeito á historia terceirense, vamos, antes de tratarmos da época liberal, historiar o acontecido em dois importantes estabelecimentos da cidade d'Angra, os extinctos conventos dos jesuitas e dos franciscanos.

Por esta forma, alem de ficarem recordados alguns dos factos mais importantes, já referidos por varios historiadores, archivaremos outros assaz valiosos, de que existem simples noticias em jornaes, ou documentados nas secretarias publicas, ou em notas e documentos particulares; e ao mesmo tempo enalteceremos por maneira justa os nomes dos illustres terceirenses, jorgenses e graciosenses, que honram o districto de Angra.

O Collegio dos jesuitas teve principio em 1637, sendo D. Sebastião considerado seu fundador.

Concluidas as obras do seu magestoso templo, a 27 de julho de 1652, nelle se estabeleceram definitivamente os jesuitas.

O terreno para a edificação do Collegio foi conce-

dido pelos paes do beato terceirense João Baptista Machado, a que já nos referimos.

A mudança do Sacramento fez-se com imponente procissão, que sahiu da pequena igreja da invocação de Nossa Senhora das Neves, que existiu na rua da *Rocha* para o lado do *Portinho Novo*. Nesta procissão viam-se representadas as nove ilhas do Archipelago Açoreano ¹.

Foi neste Collegio que residiu durante a sua estada na ilha Terceira o notavel orador portuguez padre Antonio Vieira.

Como a instrucção estava a cargo dos jesuitas funcionavam no Collegio as aulas de rhetorica, latim e latinidade, moral e philosophia.

Expulsos os jesuitas de Portugal, em 1760, no reinado de D. José I, sendo ministro o grande marquez Pombal, foram a igreja e o Collegio dos jesuitas d'Angra, como o foram todos os bens da Companhia, incorporados nos bens da fazenda nacional.

A igreja do Collegio passou a ter o titulo de *Capella Real do Collegio* ². O convento passou, por carta regia de 26 de setembro de 1766, a ser a residencia dos governadores e capitães generaes dos Açores, ca-

¹ O padre Manuel Luiz Maldano, na *Phenix Renascida* descreve minuciosamente este acto religioso.

² Até 1834 o estado manteve nesta igreja capellão-mór e sacristão. Desde 17 de março de 1804 que ali está estabelecida a Ordem Terceira do Carmo, que é hoje a mantenedora das despesas do culto. Tambem, em capella propria, está a devota imagem do Senhor Jesus dos Passos, que foi do antigo convento dos graciosos.

pitania creada por carta regia de 2 de agosto do mesmo anno.

Foram dez os governadores e capitães generaes :

1.º **D. Antonio d'Almada**, foi o fundador do governo geral nos Açores, estabelecido por D. José I em 2 de agosto de 1766. Era do conselho d'el-rei, senhor de Pombalinho e dos Lagares reaes, e mestre sala da casa real. Desembarcou em Angra a 2 de outubro de 1766, tomando posse a 7 d'este mez. Governou até 1771.

2.º **Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça**, foi nomeado em 18 de outubro de 1771, e desembarcou em Angra a 15 de abril de 1776, tomando posse a 21. Era do conselho d'el-rei. Falleceu nesta cidade aos 3 de dezembro de 1793. Está sepultado na igreja de S. Francisco. A sua familia residiu em Angra até ao reinado de D. Maria II, embarcando para o continente por ordem da rainha e á custa do estado.

3.º **D. Lourenço José Maria d'Almada Cyrne Peixoto**, foi conde d'Almada, senhor de Pombalinho e dos Lagares d'el-rei, mestre sala da casa real, alcaide-mór de Provença a Velha, era filho do primeiro capitão general dos Açores. Foi nomeado em 15 de julho de 1795 e desembarcou em Angra aos 29 de outubro de 1799, tomando posse a 30. Veiu acompanhado de sua esposa, que falleceu de parto a 22 de novembro de 1801, nascendo seu filho D. Antão, que foi o 2.º conde d'Almada. Em outubro de 1804 partiu para Lisboa, onde morreu a 11 de maio de 1814.

4.º **José Antonio de Mello da Silva Cesar de Menezes**, 2.º conde de Sabugosa, 8.º conde de S. Lourenço, alcaide-mór d'Elvas, alferes-mór, gentil homem, grã cruz da ordem de Christo, commendador da Torre e Espada, tenente general, foi despachado em 29 de agosto de 1804. Desembarcou em Angra aos 12 de setembro d'este anno, tomando posse a 17 de outubro seguinte.

5.º **D. Miguel Antonio de Mello**, conde de Murça, commendador da ordem de Christo, foi despachado em 24 de março de 1806. Desembarcou em Angra aos 4 de maio d'este anno, tomando posse a 10. Foi ministro dos negocios da fazenda em 1825 e par do reino em 1826. Falleceu a 7 de agosto de 1836.

6.º **Ayres Pinto de Sousa Coutinho**, do conselho de sua magestade, marechal de campo, da casa de Balsemão, senhorio de Ferreiros e Tendaes, foi despachado aos 15 de de-

zembro de 1809, desembarcando em Angra a 7 de setembro de 1810 e tomando posse a 9. Governou até 14 de maio de 1817.

7.º Francisco Antonio d'Araujo e Azevedo, do conselho de Sua Magestade, commendador de S. Bento d'Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, brigadeiro, nasceu a 21 de dezembro de 1772. Foi despachado em 20 de agosto de 1816; desembarcou em Angra a 11 de maio de 1817, tomando posse a 14.

Tendo levantado o primeiro brado constitucional na ilha Terceira, foi o primeiro martyr da liberdade nesta terra heroica, sendo morto em virtude d'uma contra-revolução na noite de 2 para 3 de abril de 1821.

Foi sepultado nos carneiros da igreja do castello de S. João Baptista, sendo depois trasladados os seus restos mortaes para jazigo proprio no cemiterio do Livramento.

Era irmão do conde de Braua, e das casas de Sá e Lage, termo de Ponte de Lima.

8.º Francisco de Borja Garção Stockler, 1.º barão da villa da Praia, do conselho d'El-Rei D. João VI, commendador da Ordem de Christo, tenente general, secretario da Academia Real das Sciencias, nasceu aos 25 de setembro de 1759. Despachado a 12 de novembro de 1819, desembarcou a 21 de outubro de 1820, tomando posse a 22.

Devido aos acontecimentos constitucionaes de 1821 teve de entregar o governo e retirar-se para Lisboa, voltando pela segunda vez a 19 de novembro de 1823. Governou até 14 de julho de 1824. Morreu em Lisboa a 6 de março de 1829.

9.º Manuel Vieira d'Albuquerque Tovar, do conselho de Sua Magestade, commendador da Ordem d'Aviz, coronel de cavallaria, nasceu a 28 de abril de 1776. Despachado em 21 de maio de 1824, entrou em Angra a 11 de julho d'este anno, e tomou posse a 14.

Pela memoravel revolução liberal de 22 de junho de 1828, teve de abandonar o governo. Foi preso e obrigado a sair da ilha.

Morreu em Lisboa a 14 de julho de 1833. Era irmão do 1.º visconde de Molellos, e da casa de Molellos e Botulho.

10.º Antonio José de Sousa Manuel e Menezes Severino de Noronha, duque da Terceira, 7.º conde de Villa Flôr, marechal do exercito, etc.

Despachado por carta regia de 5 de abril de 1829, assignada pela Rainha a Senhora D. Maria II, com assistencia do ministro portuguez, marquez de Palmella, quando Sua Magestade residia em Londres no palacio de *Lahers*, desembarcou na villa da Praia, e entrou em Angra aos 22 de junho de 1829.

Exerceu este importante cargo até 15 de março, que findou com a installação da regencia do reino, com séde nesta cidade. Morreu a 26 de abril de 1860 ¹.

O edificio do extincto convento dos jesuitas, devido aos importantes melhoramentos nelle realizados desde os governadores e capitães generaes, que ali residiram, com excepção do general Diniz Gregorio de Mello e Castro, que entendeu dever residir no castello de S. João Baptista, é incontestavelmente o melhor e o mais importante edificio publico dos Açores.

Foi neste edificio, que tiveram logar as sessões da regencia do reino presidida pelo duque de Palmella.

Desde 3 de março de 1832, em que nelle veio habitar o Senhor D. Pedro IV, foram-lhe concedidas as regalias d'um paço real, sendo creado o respectivo almoxarifado, por portaria de 9 de abril, e considerado como tal em todos os diplomas de assignatura regia.

As secretarias d'Estado estiveram ali estabelecidas durante o tempo que a cidade d'Angra foi a capital do reino.

Posteriormente tem servido de residencia aos governadores civis, e, até á extincção de divisão militar dos Açores, habitaram na ala oeste do paço os generaes commandantes, tendo na parte inferior a respectiva secretaria.

Em 4 de abril de 1832, solemnizando o anniversa-

¹ Para este resumo foi-nos importante subsidio, entre outros, a noticia dos governadores e capitães generaes dos Açores, feita por Felix José da Costa, e publicada no *Angrense* em novembro de 1869.

rio natalicio da rainha a Senhora D. Maria II, o Senhor D. Pedro IV deu neste paço um sumptuoso baile.

Em 31 d'outubro de 1858, ali recebeu o Senhor D. Luiz, quando infante, o cortejo que o foi comprimentar por ocasião da sua visita a esta ilha.

Era em uma das salas d'este edificio, que, no tempo da perfeitura, tinham logar os exames publicos das disciplinas, leccionadas pelo insigne padre Jeronymo Emiliano d'Andrade.

Em 27 de novembro de 1862, ao festejar a cidade d'Angra o auspicioso casamento do Senhor D. Luiz I com a Excelsa Princeza a Senhora D. Maria Pia, o governador civil, o segundo conde da Praia da Victoria, deu um sumptuoso baile neste paço, a que concorreram seiscentas pessoas.

Sendo abolido, por decreto de 4 de junho de 1832, o cargo do capitão general das ilhas dos Açores, tendo sido chefes do districto administrativo de Angra do Heroismo, desde aquella data até hoje, os cidadãos cujos nomes passamos a archivar.

1.º **Francisco Saraiva da Costa Refoios**, Perfeito da Provincia dos Açores, desde 20 de junho de 1832 a julho de 1833.

2.º **Luiz Pinto de Mendonça Arraes**, visconde de Vallongo, Perfeito da Provincia Occidental dos Açores, desde agosto de 1833 a outubro de 1835, e como governador civil, desde 16 de novembro de 1835 a julho de 1836.

3.º **Barão de Cacella**, governador civil desde julho de 1836 a 29 de setembro do mesmo anno.

4.º **Antonio da Fonseca Carvão Paim da**

Camara, terceirense, conselheiro de districto, servindo de governador civil, desde 30 de setembro a 21 de dezembro de 1836.

5.º **Visconde de Bruges**, (1.º) terceirense, administrador geral, desde 22 de dezembro de 1836 a 12 de janeiro de 1838; e desde 7 de abril de 1838 a 25 de novembro de 1839.

6.º **Francisco de Lemos Alvares**, terceirense, secretario, servindo de administrador geral, desde 12 de janeiro a 6 de abril de 1838.

7.º **José Silvestre Ribeiro**, administrador geral, desde novembro de 1839 a novembro de 1844.

8.º **Nicolau Anastacio de Bettencourt**, secretario geral, servindo de governador civil, desde 2 de dezembro de 1844 a 31 de janeiro de 1845, e como governador civil desde o 1.º de janeiro de 1845 a 21 de junho de 1846; desde novembro de 1846 a abril de 1847; desde agosto de 1847 a 8 de março de 1848; desde 21 de novembro de 1849 a 26 de julho de 1851; desde setembro de 1852 a março de 1857.

9.º **Francisco de Menezes Lemos e Carvalho**, terceirense, governador civil, desde o 1.º de julho a 31 de outubro de 1846.

10.º **Barão de Noronha**, terceirense, governador civil, nomeado pela junta governativa d'este districto, em abril de 1847 até 30 de julho do mesmo anno.

11.º **José Ignacio d'Almeida Monjardino**, secretario geral, servindo de governador civil, desde março de 1848 a 18 de julho do mesmo anno; idem, desde 17 de outubro de 1849 a 20 de novembro do mesmo anno; idem, desde 21 de janeiro de 1861 a junho do mesmo anno; governador civil interino, desde 27 de junho de 1891 a 26 de setembro de 1893.

12.º **Antonio José Vieira Santa Rita**, governador civil, desde 19 de julho de 1848 a outubro de 1849.

13.º **Florencio José da Silva Junior**, secretario geral, servindo de governador civil, desde 27 de julho de 1851 a 11 de outubro do mesmo anno; idem, desde março de 1857 a 1 de julho de 1858.

14.º **Antonio Marcellino da Victoria**, governador civil, desde outubro de 1851 a 25 de agosto de 1852.

15.º **Cassiano Sepulveda Teixeira**, governador civil, desde julho de 1858 a 21 de maio de 1859.

16.º **José Maria da Silva Leal**, governador civil, desde 22 de maio de 1859 a 20 de janeiro de 1861.

17.º **Jacome de Bruges**, 2.º visconde de Bruges e 2.º conde da Praia da Victoria, terceirense, secretario geral, servindo de governador civil, desde 24 de outubro de 1865 a 9 de fevereiro de 1866; governador civil desde janeiro de 1868 a março de 1869; desde 23 de outubro de 1877 a 8 de fevereiro de 1878; desde 10 de junho de 1879 a 23 de fevereiro de 1880; desde 10 de julho de 1880 a 21 de dezembro do mesmo anno; desde 28 de agosto de 1886 a 29 de agosto de 1887.

18.º **Joaquim Taibner de Moraes**, secretario geral, servindo de governador civil, desde 24 de outubro de 1865 a 9 de fevereiro de 1866, e desde agosto de 1866 a abril de 1867.

19.º **José Guilherme Pacheco**, governador civil, desde fevereiro de 1866 a agosto do mesmo anno.

20.º **Antonio de Gouveia Osorio**, governador civil, desde abril de 1867 a janeiro de 1868.

21.º **D. Miguel Vaz Guedes Malafaia**, governador civil, desde março de 1869 a setembro do mesmo anno.

22.º **Rodrigo Lobo d'Avila**, secretario geral, servindo de governador civil, desde 22 de setembro a outubro de 1862.

23.º **Felix Borges de Medeiros**, governador civil desde 25 de outubro de 1869 a julho de 1870; desde 20 de outubro de 1870 a maio de 1872.

24.º **Manuel Augusto Coelho Borges**, terceirense, vogal do conselho de districto, servindo de governador civil, desde 23 de julho a 20 de agosto de 1870.

25.º **Jacinto Bello da Fonseca**, secretario geral, servindo de governador civil, desde 20 de agosto a outubro de 1870.

26.º **Estulano Ignacio Parreira**, terceirense, vogal do conselho de districto, servindo de governador civil, desde junho a 21 de agosto de 1872.

27.º **Gualdino Lobo de Gouveia Valladares**, secretario geral, servindo de governador civil, desde 21 de agosto de 1872 a março de 1873; desde 27 de novembro de 1874 a 21 de abril de 1876.

28.º **Francisco d'Albuquerque Mesquita**

e **Castro**, governador civil, desde 22 de março de 1873 a 27 de novembro de 1874.

29.º **José Borges Leal Corte Real**, terceirense, vogal do conselho de districto, servindo de governador civil, desde 21 de abril a 22 de maio de 1876.

30.º **Barão do Ramalho**, terceirense, governador civil, desde 22 de maio de 1876 a 20 de outubro de 1877; desde 8 de fevereiro de 1878 a 10 de junho de 1879; desde 29 de janeiro de 1890 a 22 de outubro do mesmo anno.

31.º **Visconde de Bettencourt**, terceirense, governador civil substituto, desde 24 de fevereiro a 10 de junho de 1880.

32.º **Visconde de Nossa Senhora das Mercês**, terceirense, governador civil substituto, desde 22 de dezembro de 1880 a 10 de abril de 1881; desde 13 de março de 1886 a 27 de agosto do mesmo anno; desde 30 de agosto de 1887 a 30 de janeiro de 1889; governador civil effectivo, desde 31 de janeiro a 29 de junho de 1889; desde 27 de julho de 1889 a 28 de janeiro de 1890; desde 13 de fevereiro de 1897 a 17 de março de 1898; desde 28 de maio de 1898 a 9 de outubro de 1899; desde 10 de novembro de 1899 a 26 de junho de 1900.

33.º **Visconde de Sieuve de Menezes**, 1.º conde de Sieuve de Menezes, terceirense, vogal do conselho de districto, servindo de governador civil, desde 10 de abril a 10 de maio de 1881; desde 23 de maio de 1883 a 10 de dezembro de 1884; desde 27 de junho a 3 de agosto de 1885; desde 7 de agosto de 1885 a 12 de março de 1886.

34.º **Afonso de Castro**, governador civil, desde 10 de maio de 1881 a 23 de maio de 1883.

35.º **Augusto Maria da Fonseca Coutinho**, governador civil, desde 10 de dezembro de 1884 a 28 de maio de 1885.

36.º **Jacinto Candido da Silva**, terceirense, vogal do conselho de districto, servindo de governador civil, desde 29 de maio a 27 de junho de 1885; desde 4 a 6 de agosto de 1885.

37.º **Pedro de Menezes Parreira**, terceirense, governador civil substituto, desde 30 de junho a 26 de julho de 1889; desde 13 de março a 27 de maio de 1898.

38.º **João Carlos da Silva**, terceirense, governa-

dor civil substituto, desde 23 de outubro de 1890 a 2 de março de 1891; desde 19 de agosto de 1891 a 24 de setembro de 1892.

39.º **Henrique de Sá Nogueira Vasconcellos**, governador civil, desde 2 de março a 17 de maio de 1891.

40.º **Henrique de Castro**, terçoense, governador civil substituto, desde 18 a 31 de maio de 1891.

41.º **Frederico Ferreira Campos**, vogal do conselho de districto, servindo de governador civil desde 1 a 26 de junho de 1891.

42.º **Antonio Marianno da Silva Sarmiento**, terçoense, governador civil substituto, desde 24 de setembro de 1892 a 27 de setembro de 1893; desde 13 de agosto de 1893 a 27 de janeiro de 1897.

43.º **José Pimentel Homem de Noronha**, jorgense, governador civil, desde 27 de setembro de 1893 a 11 de março de 1895.

44.º **Manuel Homem de Noronha**, terçoense, governador civil, desde 12 de março de 1895 a 12 de agosto de 1896.

45.º **Emygdio Lino da Silva Junior**, terçoense, governador civil, desde 28 de janeiro a 11 de fevereiro de 1897; desde 29 de agosto a 30 de dezembro de 1900; desde 16 de junho a 5 de dezembro de 1901.

46.º **João Torquato Coelho Rocha**, terçoense, secretario geral, servindo de governador civil, desde 9 de outubro a 9 de novembro de 1899; desde 27 a 28 de junho de 1900.

47.º **Antonio da Fonseca Carvão Palma da Camara**, terçoense, governador civil interino, desde 28 de junho a 29 de agosto de 1900; desde 31 de junho de 1900 a 15 de junho de 1901.

48.º **Visconde d'Agualva**, terçoense, governador civil substituto, desde 5 de dezembro de 1901 a 19 de fevereiro de 1902.

49.º **Conde de Sieuve de Menezes**, (2.º) terçoense, governador civil, tomou posse a 20 de fevereiro de 1902.

Entre muitos actos de interesse local, como bazares a beneficio de instituições de caridade e de ins-

tracção, saraus litterarios e concertos realizados no Paço de Angra, temos a registar, como de alta importancia, a exposição agricola-industrial insular, Bulhão Pato, a inauguração do museu terçoense, o centenario Pom-balino, a installação do corpo de *Bombeiros Voluntarios*, e a conferencia de José Julio Rodrigues.

A Exposição.—Foi solemnemente inaugurada no dia 29 de outubro de 1863, anniversario natalicio do saudoso rei o Senhor D. Fernando, o protector das artes e das classes laboriosas, justamente cognominado o *Rei Artista*.

Coube á ilha Terceira o ser a primeira a promover uma exposição insular, que deveria ter servido de estimulo a outras a seguir-se, que concorressem para o progressivo desenvolvimento de todas as industrias.

Infelizmente não succedeu assim, porque o pernicioso indifferentismo e indolencia, que tudo atorphia, não o consentiu.

Esta exposição deveu-se á iniciativa e amor patriotico do benemerito segundo conde da Praia da Victoria, então governador civil, secundado pela boa vontade e louvaveis esforços da direcção da sociedade agricola, a que presidia.

Foi incontestavelmente uma bella festa de civilisação, pois, não obstante os seus promotores a considerarem como ensaio, o numero de expositores foi elevado, e variados e importantes os productos expostos.

O governo, apenas teve conhecimento official do

projecto da exposição, e antes que lhe fosse sollicitado qualquer subsidio, concorreu com a quantia de 500\$000 réis, que a commissão applicou a premios pecuniarios, medalhas e diplomas de honra.

O bem elaborado discurso inaugural, relatorios, etc., estão publicados no *Angrense* d'aquella época.

A distribuição dos premios teve logar a 10 de julho de 1864. Os premios tinham trez classificações: *Premios de honra* — *Premios pecuniarios* — *Mencões honrosas*. Dos primeiros foram distribuidos seis, dos segundos trinta e nove, e dos terceiros cincoenta e dois.

A concorrência foi extraordinaria, calculando-se, nos primeiros trez dias, em cêrca de dez mil pessoas que visitaram a exposição.

Bulhão Pato. — Em junho de 1868 visitou a ilha Terceira o laureado poeta Raimundo Antonio de Bulhão Pato.

Na sua visita á ilha de S. Miguel foi Bulhão Pato anathematizado, na tribuna sagrada, por uns missionarios jesuitas, que residiam na cidade de Ponta Delgada.

Ao pisar o sólo da liberal ilha Terceira, elle que era um apostolo fervoroso da liberdade, elle que era o vate heroico, que em sublimes versos cantára os dons da natureza, com o sentimento puro do verdadeiro philosopho, prestando sincero culto á divindade creadora, elle que enaltecera a patria, elle que se sentia electrizado, por esse sentimento innato, que seduz o homem, e o leva a estremecer, a adorar, a amar até ao ultimo

extremo a liberdade, a igualdade e a fraternidade humana, elle que era uma gloria nacional, o popular poeta Bulhão Pato, foi recebido com sincera alegria e respeitosa saudação por todos os terceirenses.

O cantor da liberdade, o *excommungado* pelos reaccionarios, devia ser recebido de braços abertos pelos filhos da liberal Terceira. E assim succedeu.

Toda a imprensa prestou culto ao seu elevado talento, ao seu merito, ás suas virtudes civicas.

Em uma das salas do Paço d'Angra, honrou o insigne poeta os terceirenses, recitando-lhes algumas das suas mimosas poesias e pronunciando um eloquente discurso.

Dentro da selecta e numerosa assembléa, que attenta e respeitosa ouvia Bulhão Pato, ergue-se a voz eloquente do terceirense, o padre Francisco Rogerio da Costa, que foi uma gloria da tribuna sagrada açoreana, e prestou justa homenagem ao illustre e talentoso visitante.

O seu discurso, filho da occasião, foi de tal ordem, que ao finalizar viam todos, como por encanto, Bulhão Pato e o padre Rogerio da Costa, enlaçados em mutuo abraço e em indizível commoção. E os bravos e as palmas prolongavam-se com sincero enthusiasmo, coroadando aquelles dois talentos, que tão bem se comprehenderam, e que o acaso havia ali unido em fraternal amplexo de amor.

Centenario Pombalino. — A glorificação nacional ao

grande ministro de D. José 1, Sebastião José de Carvalho e Mello, pagamento de uma divida sagrada, tributo de gratidão e justissima homenagem á memoria do consummado estadista e notavel reformador, foi briosamente acompanhada pela ilha Terceira.

Eram decorridos cem annos, e forçoso se tornava que a nação desse o seu *veredictum*, glorificando a memoria do marquez de Pombal, revogando assim o voto dos juizes que o condemnaram ao desterro, e calcasse sob o pó o decreto de 16 de agosto de 1781, com que pretenderam deshonorá-lo.

O nome do marquez de Pombal, era indeclinavel dever, que fosse collocado bem alto no altar da patria, porque o seu nome deu nome ao seu seculo, levantou Portugal do grande abatimento em que jazia pelo horroroso cataclismo do 1.º de novembro de 1755 e pela dissolução dos costumes; soube repellir com inquebrantavel energia as exigencias da França e a invasão da Hespanha, e conseguiu obter condignas e completas sãtisfações da Inglaterra.

Teve duas enormes catastrophes a combater — o terramoto de Lisboa e os tenebrosos tramas da aristocracia e do jesuitismo, e de ambos, com pulso de ferro, soube, felizmente, sahir victorioso.

As suas reformas na fazenda publica, na instrucção, na agricultura, na industria, no commercio, são-lhe inapagavel gloria, e, no meio do systema absoluto em que vivia, a abolição de distincções entre christãos

novos e velhos, o acabamento da escravidão do reino, equiparando os canarins aos portuguezes; a liberdade concedida aos indios do Brazil; a egualdade de todas as classes perante o throno, demonstram de sobejo, que elle, naquella época, era um tenaz trabalhador lançando a semente para a libertação futura do paiz, e que se hoje pudesse resurgir, seria um devotado democrata. Os seus actos despoticos, tyrannicos, occasionaram-os circumstancias especiaes, foram amputações crueis, mas parciaes, de momento, para o bem-estar geral futuro.

E na apotheose feita, no dia 8 de maio de 1882, á memoria do grande marquez de Pombal, a junta geral do districto d'Angra do Heroismo, mandou celebrar na real capella do Collegio uma missa, a que assistiram as auctoridades civis, militares e judiciaes, funcionarios publicos, corpo commercial, representantes da imprensa, corpo consular, alumnos do lyceu e escolas e seus professores, o regimento de caçadores 10, companhia de reformados e elevado numero de cidadãos; mandou distribuir jantares aos asylos de *Mendicidade*, *Infancia Desvalida* e aos presos da cadeia, e tomou a seu cargo a educação futura d'um exposto, que foi baptisado com o nome de Sebastião José de Carvalho e Mello, e d'uma exposta com o nome de Marianna Victoria, nome igual ao da rainha esposa de D. José 1.

O governador civil Affonso de Castro promoveu um

sarau litterario na sala principal do Paço d'Angra, onde entre os retratos de D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I, D. Pedro III, D. João VI, D. Duarte, e os dos principes D. Theodozio, filho de D. João IV, D. José, filho de D. Maria I, que o adornam, existe tambem o retrato do grande Marquez de Pombal.

Alem d'estes retratos pintados a oleo, em corpo inteiro, existem mais o de D. Sebastião, fundador do convento dos jesuitas e o de D. Antão d'Almada 1.º governador geral dos Açòres.

Em outra sala estão os retratos de D. Pedro IV e D. Maria II.

Actualmente tem tambem os retratos de Suas Magestades, o Senhor D. Carlos, e a Senhora D. Maria Amelia.

O sarau foi aberto pelo governador civil, seguindo-se brilhantes discursos pelos terceirenses, dr. Fernando Rocha, Theotonio Simão Paim d'Ornellas Bruges, dr. Jacinto Candido da Silva, e pelo cirurgião ajudante do regimento de caçadores n.º 10, dr. José d'Azevedo Castello Branco, continental.

Todos os illustres oradores foram entuziasticamente applaudidos pela numerosa e selecta assembléa. Era elevado o numero de damas, que assistiu a este sarau.

José Julio Rodrigues.— No dia 23 de março de 1891 realizou brilhante conferencia na sala principal do Paço

angrense, a convite da imprensa periodica terceirenses, o illustre homem de sciencia, o fallecido professor dr. José Julio Rodrigues.

A conferencia versou sobre o passado geologico da Terceira. Relatou uma observação sua feita no *Monte Brazil*, onde havia encontrado um specimen que constituia por si só uma certidão de idade authentica d'aquelle Monte. Referiu-se á lenta evolução da crusta vulcanica, desde a pedra dura, esteril, coberta de cryptogamicas até á formação da terra pulvorolenta e friavel, revestida de opulenta vegetação.

A natureza gasta seculos em operar essa lenta transformação; o trabalho do homem pode todavia abreviar esse periodo, e operar transformações em curtos espaços de tempo, que a natureza entregue a si alonga excessivamente.

D'aqui naturalmente derivou a questão dos adubos, pelos quaes o homem soccorre a terra, fornecendo-lhe os elementos que pelas culturas, pela porosidade dos nossos terrenos, lhe foram roubados.

Occupou-se então larga e proficientemente da cultura da batata dóce, pastagens artificiaes, arribanas, etc., dando assim estimulos aos que trabalham, e rasgando largos horisontes de prosperidade.

O dr. Fernando Rocha agradeceu ao illustrado conferente, em nome dos angrenses, a amabilidade de acceder ao pedido que lhe fôra feito.

Posto meteorologico.— Officialmente creado em ou-

tubro de 1862, principiou a ter regular serviço no 1.º de outubro de 1864, sob a direcção do distincto terceirense, e illustre homem de sciencia, o fallecido dr. José Augusto Nogueira Sampaio.

Foi estabelecido em uma torre quadrada, de proposito construida, no edificio do lyceu, então no extincto convento de S. Francisco, e desde 1881 está montado no alto da torre da igreja do Collegio, tendo a entrada pelo lado das repartições publicas. As observações feitas neste posto tem sido de tal ordem, que mereceram os elogios do observatorio de Lisboa, do observatorio Imperial de Paris, e observatorios americanos.

Museu Terceirense. — Foi inaugurado em 28 de novembro de 1879, sendo governador civil o 2.º conde da Praia da Victoria. A iniciativa do terceirense Antonio José da Silva Sarmiento, residente no Rio de Janeiro, ha annos fallecido, se deve a sua existencia.

A inauguração fez-se com toda a solemnidade, tendo logar nesta occasião uma exposição de todas as machinas agricolas, de que o conselho de agricultura havia nesta época feito aquisição. Tocou a banda de caçadores n.º 10. Foi nomeado preparador do museu o terceirense Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro, actualmente residente em Lisboa.

Annos depois passou o museu para o lyceu nacional d'esta cidade, onde hoje ainda existe, não se tratando mais de o melhorar e enriquecer, e unicamente

diligenciando-se conservar o que lhe deu principio. É indesculpavel uma indifferença de tal ordem.

Corpo de Bombeiros Voluntarios. — Foi iniciado pelo 2.º conde da Praia da Victoria é inaugurado em 22 de março de 1882 pelo governador civil Affonso de Castro.

Foi, então, composto por trinta bombeiros, sob o commando do chefe do corpo o dr. José d'Azevedo Castello Branco, e dividido em duas secções de que foram chefes o capitão Filippe Augusto da Luz Lobo, e o intendente de pecuaria José Maria Leite Pacheco.

Deixando o commando o dr. Castello Branco foi substituido pelo capitão Filippe Lobo, e mais tarde foi este substituido pelo vereador do pelouro de incendios Manuel Alves de Bettencourt, que foi nomeado inspector de incendios. Tempos depois assumiu o commando o socio n.º 1 de matricula Adriano Augusto dos Santos, que sendo nomeado inspector de incendios foi substituido por Francisco Cardoso Gaspar.

Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos, era presidente perpetuo d'esta associação, que passou a ser denominada—*Real Corpo de Bombeiros Voluntarios.*

Este corpo foi louvado por differentes vezes, concedendo o governo ao seu commandante Adriano Augusto dos Santos a medalha de prata de D. Maria II, concedida ao Merito, Philantropia e Generosidade, pelos serviços prestados no incendio manifestado no Hospicio Angrense, e pelo *Instituto de Socorros a Nau-*

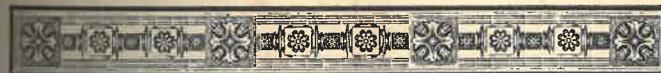
fragos, de que é presidente Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria Amelia, pelos serviços prestados no salvamento da tripulação do lugre *Principe da Beira*, que naufragou na bahia d'Angra.

Extincto em abril de 1902, foi reorganizado em julho pela camara municipal, ficando denominado *Corpo de Bombeiros Voluntarios Municipaes*.

Cofre de Caridade. — É uma bella instituição de beneficencia creada pelo governador civil, o conselheiro José Ignacio d'Almeida Monjardino, em seguida á horrorosa inundaçào, que houve nesta ilha, na noite de 22 para 23 de julho de 1891, devido a uma tromba d'agua, que, vindo do occidente, se rompeu ou desfez a meio da ilha, na Serra da Caldeira, entre a Achada e o Pico da Cruz, estabelecendo duas grandes correntes, uma pelas Fajans para a Agualva, d'onde se bi-partiu para Villa Nova e Lages pelo ramal de S. Braz, e outra, talvez a maior, para a banda da cidade, havendo d'ella uma menor derivaçào, que entrou pela Ribeirinha na ribeira de Santo Amaro.

Em Valle-de-Linhares, onde produziu maiores estragos, arrazando casas, fez trez victimas.

Repartições. — No paço d'Angra estão estabelecidas as repartições do governo civil, da fazenda, das obras publicas do estado e districtaes, dos serviços agronomicos e pecuarios, da circumscripção industrial, da auditoria, agencia do *Banco de Portugal* e *Corpo de Bombeiros Voluntarios*.



XXX

No dia 6 de março de 1666 teve lugar o lançamento solemne da pedra fundamental da nova e magestosa igreja dos franciscanos.

Fr. Fernando da Conceição Naranjo, terceirense, muito concorreu para a edificaçào d'este importante templo angrense e ampliaçào do primitivo convento.

O novo templo concluiu-se em 1672, despendendo-se na sua construcção e na ampliaçào do convento 13:044\$000 réis.

No 1.º de outubro d'este anno teve lugar a benção solemne, feita pelo bispo D. fr. Lourenço de Castro, primeiro bispo nomeado para os Açores depois da aclamação de D. João iv.

Extinctas as ordens religiosas, pelo decreto de 30 de maio de 1834, foi o convento destinado, por portaria de 24 de janeiro de 1835, para nelle se estabelecerem todas as aulas publicas, as quaes só em março de 1845, principiaram ali a funcionar.

O Lyceu. — Creado por decreto de 20 de setembro de 1844 houve necessidade de se proceder a varias obras, e por isso em 1851, é que ficou defini-

tivamente estabelecido em parte d'este importante edificio.

A 16 de outubro de 1851 foi solemnemente inaugurado este estabelecimento de instrucção, e no 1.º de outubro de 1860 inaugurada a bibliotheca, como dos autos existentes na respectiva secretaria.

Cinco teem sido até hoje os reitores do lyceu nacional de Angra :

1.º Padre Jeronymo Emiliano d'Andrade. Foi incontestavelmente um dos filhos mais dilectos da ilha Terceira, e cuja memoria os terceirenses muito estremecem.

Sacerdote illustrado e virtuoso, liberal convicto, o padre Jeronymo prestou inolvidaveis serviços á patria, á religião, á liberdade e á instrucção popular.

Nascendo no anno da revolução franceza, a Providencia destinára-o para ser, no baluarte da liberdade portugueza, um fervoroso apostolo da idéa nova, o que lhe valeu o titulo de *pregador dos constitucionaes*.

Por isso foi perseguido, tendo de emigrar para as ilhas do Fayal e Graciosa, regressando á ilha Terceira, quando estabelecido definitivamente o regimen liberal, continuando então a exercer a sua missão de professor.

Escreveu e publicou varios compendios sobre diversas materias para o ensino publico, e tambem escreveu e publicou a *Topographia da Ilha Terceira*.

Em 14 de setembro de 1888, os representantes da imprensa terceirense, reuniram-se em sessão extraordinaria, para deliberar sobre a commemoração do centenario do nascimento do eminente escriptor, insigne mestre e benemerito terceirense, padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, para o que se nomeou uma commissão de jornalistas.

A commissão ficou composta pelo dr. José da Fonseca Abreu Castello Branco, presidente, dr. Jacinto

Candido da Silva, João Hermeto Coelho d'Amarante, padre Antonio Marianno de Sousa, Frederico Augusto Lopes da Silva, José Joaquim Pinheiro, Luiz da Costa, Francisco Pacheco Vieira, e Alfredo Luiz Campos, secretario.

A idéa da commemoração d'este centenario foi apresentada pelo distincto terceirense, laureado escriptor e jornalista, Augusto Ribeiro, illustrado official da repartição do ministerio da marinha.

O auto d'esta commemoração solemne foi :

No anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e nove, quadragésimo segundo anno do fallecimento do benemerito terceirense e eminente escriptor padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, se reuniram em sessão publica e solemne, na sala dos actos do Lyceu Nacional d'Angra do Heroismo, os representantes da imprensa periodica d'esta cidade, com as auctoridades, tribunal e corporações administrativas, devidamente representadas, Junta Governativa, auctoridade judicial, corpo consular, sub-inspector de instrucção secundaria, o corpo docente do Lyceu Nacional e o do seminario diocesano, dignidades, conegos da Sé Cathedral e outros reverendos ecclesiasticos, officiaes militares, funcionarios publicos, alumnos d' instrucção secundaria e primaria e mais cidadãos, que compozeram o cortejo civico, que hoje sahio do Paço Municipal, pelas onze horas da manhã, para prestar a tão illustre varão as devidas homenagens de respeito, fazendo collocar na casa numero dezeseis da rua de Jesus, onde viveu e falleceu aquelle eminente vulto, uma lapide cuja inscripção diz : — *Nesta casa viveu e falleceu o benemerito terceirense padre Jeronymo Emiliano d'Andrade. Nasceu a 30 de setembro de 1789. — Honrou a patria e as letras. — Falleceu a 11 de dezembro de 1847* — e seguindo depois para o cemiterio de Nossa Senhora do Livramento, onde repousam os seus preciosos restos, se depositou uma corôa de saudosa recordação, pela sua veneranda memoria, no mausoleu, que lhe foi erigido, em dezoito de dezembro de mil oitocentos e cinquenta, pelo conselheiro Nicolau Anastacio de Bettencourt. Aberta a sessão discursaram alguns alumnos do lyceu, enumerando, em eloquentes e entusiasticas phrases, os merecimentos d'aquelle que, humilde pelo nascimento, se tornou um benemerito da patria pelos dotes da sua

altissima intelligencia, da sua alma aberta a todos os sentimentos grandiosos e humanitarios, do seu acrisolado civismo e amor pela liberdade e instrucção popular. E para que aos vindouros chegue a memoria d'este acto festivo, testemunho glorioso da gratidão d'um povo, se lavrou o presente auto, que depois de lido vae ser por todos assignado. Eu, Alfredo Luiz Campos, secretario da commissão da imprensa, o fiz escrever, subscrevo e assigno.

Á noite houve um brilhante sarau musico-litterario no salão nobre da camara municipal.

O jornal o *Industrial*, que então publicavamos, archivou tudo o que se passou, e o que escreveu a imprensa periodica. A collecção d'este jornal existe na bibliotheca da camara d'Angra.

A biographia do padre Jeronymo existe escripta pelo seu amigo intimo, terceirense, o padre Marianno Constantino Homem e por José Augusto Cabral de Mello. O primeiro foi professor de latim, latinidade e portuguez no lyceu, e o segundo foi escrivão da camara municipal d'Angra.

2.º Antonio Moniz Barreto Côte Real, terceirense, bacharel em Canones pela universidade de Coimbra, filho de João Moniz Côte Real e de D. Marianna Isabel de Sá, nasceu a 8 de dezembro de 1804.

Era justamente considerado pelo seu superior talento e cabe daes conhecimentos. Honrou a patria e as letras.

Tomou o grau de bacharel em 1831. Foi professor proprietario da cadeira d'arithmeticas e geometria, geographia e chronologia da cidade d'Evora até 1834. Voltando neste anno para a ilha Terceira, foi nomeado professor da terceira e quarta cadeiras do lyceu d'Angra do Heroismo, 1847, e no anno seguinte commissario dos estados e reitor do mesmo lyceu.

Exerceu com superior distincção, por diversas vezes, os cargos de vereador da camara municipal, vogal da junta geral e do conselho de districto, e o de juiz substituto do de direito. Para subsidio da instrucção primaria escreveu ou compilou varios livros. É de elevado apreço o seu livro *Bellezas de Coimbra*. Collaborou em va-

arios jornaes angrenses e foi o fundador do jornal litterario o *Lyceu*, que se principiou a publicar em 1857.

Quando em 3 de março de 1845 se lançou a pedra fundamental do monumento de D. Pedro IV, era o dr. Antonio Moniz Barreto Côte Real vice-presidente da camara municipal. O brilhante discurso, que pronunciou neste acto solemne, é a prova inconcussa dos seus sentimentos patrioticos e liberaes.

Falleceu em 23 de setembro de 1888.

3.º Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, terceirense, filho do cirurgião de brigada reformado Manuel Gomes de Sampaio e de D. Guilhermina Candida Nogueira Sampaio, nasceu a 11 de dezembro de 1827.

Discipulo laureado do eximio professor padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, e do illustrado terceirense o deão Antonio Narciso da Fonseca, foi aos 15 annos de idade matricular-se na universidade de Coimbra, afim de seguir o curso de medecina, fazendo acto nas faculdades de historia e philosophia em outubro de 1846, em consequencia de serem interrompidas as aulas da universidade, devido aos acontecimentos politicos do Minho.

Recebiendo a continuacção do movimento revolucionario foi para a Belgica em 1847, para seguir a carreira de medicina, matriculando-se na universidade de Louvain. Foi discipulo dos sabios Van Beneden, Th. Schwann, Hubert, e Van Kempen.

Em 1850 completava o curso de *Doutorado*, sendo graduado com o titulo de maior distincção, defendendo theses publicas, em cujo acto foi approvado *por aclamação (Stante pede)*, de que se lhe mandou passar um diploma especial, alem da sua carta de formatura, a qual foi referendada pelo embaixador portuguez em Bruxellas. Prestou valiosos serviços no hospital civil de Louvain.

Em 1850 voltou para Portugal, e requereu exame de habilitação para exercer clinica no paiz, e devendo este exame durar oito dias, foi plenamente approvado no fim de quatro.

Em dezembro d'este anno regressou á ilha Terceira, sua patria, o laureado medico, que tinha de ser uma gloria açoreana. Contava 24 annos de idade.

Foi medico do hospital civil, delegado de saude, guarda-mór de saude, e pelos seus serviços foi nomeado *cirurgião ajudante* dos corpos do exercito, e mais tarde *cirurgião honorario*.

Em 1857 foi nomeado professor proprietario do lyceu nacional d'Angra do Heroismo, logar que exerceu até 1896.

Exerceu com elevada competencia os cargos de vereador da camara d'Angra e de procurador á junta geral do districto. Foi o director do Posto Meteorologico d'Angra, sendo os seus trabalhos muito apreciados pelos observatorios de Utrech e americanos.

Era socio da sociedade das sciencias medicas de Lisboa, da sociedade de Geographia, da sociedade Pharmaceutica Lusitana, da sociedade d'Architectos e Archeologos Portuguezes e da *Societè Indo-Chinoise* de Paris, cavalleiro da Ordem da Conceição e commendador de Christo.

Falleceu a 26 de julho de 1900.

4.º João Alvaro de Brito Albuquerque, graciosense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, 1873, nasceu a 13 de março de 1850.

É um cavalleiro respeitavel pela sua illustração, e pelas excellentes qualidades que superiormente o distinguem.

Amando em extremo o formosa ilha Graciosa, sua terra natal, tem sido incansavel em advogar os seus interesses e concorrer para o seu desenvolvimento e prosperidades.

A causa açoreana muito lhe deve, pois, o dr. João Alvaro, foi na imprensa, onde é jornalista distincto, um devotado apostolo para o conseguimento da autonomia administrativa dos Açores.

A mocidade academica encontrou sempre nelle um protector desvelado, um solícito amigo, e a instrucção um amante dedicado.

5.º Frederico Augusto Lopes da Silva, terceirense, pharmaceutico pela Universidade de Coimbra, reitor interino.

É um dos membros mais distinctos do jornalismo terceirense. Desde bem novo que se dedicou do coração á defeza da causa popular, e com ella aos d'esta sua terra, que muito ama e presa, dando-lhes devotadamente toda a sua actividade, toda a sua energia, todo o seu robusto talento.

Em uma época de patriotica lucta, que se levantou na ilha Terceira, em 1891, contra a unificação da moeda dos Açores com a continental, lucta em que todas as ilhas açoreanas entregaram, a defeza dos interesses do Archipelago, aos terceirenses, em quem muito confiavam, foi Frederico Lopes incansavel, como secretario da commissão de *vigilancia e resistencia*. A lucta com o governo foi grande, mas a ilha Terceira ficou victoriosa.

Como reitor interino do lyceu deixa o illustrado jornalista um importante melhoramento, que torna notavel a sua passagem por esta casa de instrucção : é o estabelecimento do *Gymnasio*, inaugurado solemnemente, no dia 16 de junho de 1902, dia duplamente festivo para o mesmo lyceu, pela collocação solemne do retrato do fallecido reitor dr. José Augusto Nogueira Sampaio.

O professor do mesmo lyceu, sr. dr. Manuel Antonio Ferreira Deusdado, foi, a convite do respectivo conselho, encarregado do discurso nesta festa solemne, discurso que o distincto e illustrado

professor publicou em folheto, e que gentilmente offereceu a todas as pessoas, que se achavam presentes.

À noite, na inauguração do gymnasio, pronunciaram discursos e recitaram poesias varios academicos.

Frederico Lopes é hoje secretario da repartição da junta geral do districto de Angra do Heroismo.

Era o presidente da mesma junta na occasião da visita de Suas Magestades.

Em 1896 e 1897 foi presidente da camara municipal da muito notavel villa da Praia da Victoria.

Nasceu no 1.º de dezembro de 1863, e completou o curso de pharmaceutico a 23 de junho de 1887.

Nesta caza de instrucção teem os academicos realisado, em diversas épocas, palestras litterarias, havendo-se sempre por forma honrosa.

O lyceu está hoje estabelecido no solar do fallecido visconde de Bettencourt, que o governo comprou para residencia do prelado, emquanto se não restaurasse o antigo paço episcopal.

O numero de alumnos matriculados no lyceu no anno lectivo 1902-1903 é de noventa e oito.

Assim, todo o edificio do extincto convento dos franciscanos, foi entregue, em 1901, ao seminario angréense, que é hoje um dos primeiros estabelecimentos, no seu genero, do paiz.

Os professores que actualmente regem as cadeiras do lyceu são :

Germano Cesar de Moraes Pereira Sarmiento, nasceu em Lisboa em maio de 1836. Foi alumno distincto da Academia das Bellas Artes de Lisboa, de que tem um diploma em que lhe foi adjudicado, em concurso, a honra do *accessit*, 1853.

Nomeado desenhador das obras publicas de Coimbra em 1859, foi transferido, para igual cargo, para Angra do Heroismo em 1860.

Nomeado professor provisório de desenho do lyceu nacional d'esta cidade, foi collocado definitivamente em 5 de março de 1880.

Por decreto de 23 de fevereiro de 1875 foi classificado e collocado no extincto corpo dos architectos auxiliares do corpo de engenharia civil.

Por varias vezes exerceu o cargo de reitor, na vaga ou impedimento do proprio.

É socio correspondente da associação dos *Architectos Civis Portuguezes*.

Padre Eugenio Augusto d'Oliveira, michaelense, nasceu aos 21 de novembro de 1852.

Frequentou varias aulas do lyceu nacional de Ponta Delgada desde 1867 a 1870, e d'este anno até 1874 foi empregado do commercio, e applicou-se ao estudo das linguas franceza e inglesa.

Em 1874 abandonou a carreira commercial, foi novamente para o lyceu a fim de concluir os preparatorios necessarios, para tirar o curso theologico no seminario angrense, e seguir a vida sacerdotal.

Em 1877 dava entrada no seminario, como alumno interno, sendo distincto e premiado nos tres annos do curso. Faltando-lhe como preparatorio o exame do 2.º anno de geographia, chronologia e historia, fel-o como alumno do lyceu nacional d'Angra.

Foi ordenado presbytero em 18 de setembro de 1880. Foi prefeito do seminario desde 1880 a 1887, e nesta caza de instrucção regiu temporariamente a aula de francês, sendo nomeado professor de instrucção secundaria do mesmo seminario em 17 de outubro de 1881, logar que exerceu até 1888. Tambem ali exerceu os cargos de secretario, de professor de liturgia e de civilidade, e de fiscal da administração d'aquelle estabelecimento.

Em 1888 foi nomeado vice-prior da igreja parochial de Nossa Senhora da Apresentação na ilha de S. Miguel.

Por decreto de 8 de novembro de 1888 foi nomeado, precedendo concurso, professor das disciplinas do 4.º grupo d'este lyceu nacional, tomando posse em 31 de dezembro. Tem exercido por varias vezes as funções de reitor no impedimento ou vacancia do proprio. É jornalista.

Manuel Antonio Ferreira Densdado, doutor em Philosophia e Lettras, *honoris causa*, pela universidade catholica de Louvain, é natural do Riofrio, e nasceu a 7 de abril de 1860.

Foi professor do lyceu de Lisboa, e tambem lente auxiliar do curso Superior de Lettras.

É actualmente professor de historia e geographia do lyceu nacional de Angra do Heroismo.

Como delegado do governo portuguez assistiu em 1890 ao quarto congresso penitenciario internacional de S. Petesburgo, sendo eleito vice-presidente de honra, e em 1892 assistiu ao terceiro con-

gresso de anthropologia criminal de Bruxellas, sendo eleito presidente de honra.

É socio benemerito da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Real Academia de Historia de Madrid, e commendador da Ordem Imperial de S. Estanslau da Russia.

Tem escripto e publicado varias obras, que alcançaram as mais honrosas referencias tanto no pais como no estrangeiro.

Na ilha Terceira tem collaborado em varios jornaes apresentando artigos historicos e *Lendas Açorianas*.

José Augusto dos Santos, terceirense, nasceu em 26 de março de 1875.

Foi alumno distincto d'este lyceu. Frequentou a Escola Polytechnica de Lisboa. É professor do 6.º grupo. Foi nomeado em 22 d'abril de 1898 para o lyceu nacional de Lamego e transferido para o de Angra do Heroismo em 1902.

Padre Antonio Marianno de Sousa, florentino, nasceu a 18 de maio de 1842. Foi alumno distincto do lyceu e seminario de Angra do Heroismo.

Ordenado presbytero em 1867, foi apresentado parochia na igreja matriz da Villa do Porto, ilha de Santa Maria, 1872, e em 1877 na igreja parochial de Santa Luzia d'esta cidade.

Foi-lhe concedida a distincção de Desembargador Honorario da Relação Patriarchal em 16 de julho de 1881, e agraciado por Leão XIII com o titulo de Monsenhor e Capellão de Sua Santidade em 1893.

É examinador pró-synodal; é professor provisorio da cadeira de portuguez e latim d'este lyceu desde 1880. É um dos mais considerados e esclarecidos oradores sagrados açoreanos. Tem collaborado em varios jornaes do Archipelago.

José da Silva Maya, terceirense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, nasceu aos 9 de maio de 1857.

É professor provisorio do lyceu desde 1883, e secretario do mesmo lyceu desde o fallecimento de seu pae, José Francisco Maya, 1887, professor que foi das linguas franceza e inglesa.

Tem exercido os cargos de juiz, 1.º substituto do de direito, nesta comarca, vogal effectivo do conselho de districto, vogal da junta geral e vereador da camara municipal angrense.

Padre José Pedro Soares, michaelense, nasceu aos 29 de março de 1842.

Foi alumno distincto do lyceu nacional de Ponta Delgada e do seminario angrense. Ordenou-se presbytero em 1868. Foi nomeado capellão da sé cathedral em 1865 e exerceu o logar de mestre da capella desde 1879 a 1902.

É capellão, confessor e syndico do recolhimento das Monicas desde 1869. Tem sido incansavel em promover os importantes melhoramentos materiaes realisados naquelle recolhimento e egreja propria.

Foi nomeado professor provisorio d'este lyceu em 1880, logar que exerce até hoje, tendo leccionado as cadeiras de philosophia, latim, latinidade e historia. É professor do seminario angréense desde 1891 e examinador pro-synodal desde 1889.

Estacio Garcia Ultra, terceirense, tenente coronel do regimento de infantaria n.º 25, official d'Aviz e condecorado com a medalha de comportamento exemplar, nasceu aos 7 de fevereiro de 1851.

Completo o curso da Escola do Exercito em 1873 e regressou a Angra a 29 de janeiro de 1874. É professor provisorio da cadeira de mathematica d'este lyceu desde 1897.

Antonio d'Amorim Pires Toste, terceirense, engenheiro civil, nasceu a 19 de março de 1866.

É director das obras publicas da junta geral d'este districto, professor provisorio auxiliar do 5.º e 6.º grupo d'este lyceu, vogal correspondente do conselho superior dos monumentos nacionaes e membro da commissão districtal de estatistica.

Como jornalista tem collaborado em varios jornaes angréenses.

Diogo Paim de Bruges, terceirense, nasceu a 26 de julho de 1866.

Tem o curso do Real Collegio Militar, e diversas cadeiras da Escola Polytechnica de Lisboa e Universidade de Coimbra.

Foi administrador do concelho e commissario de policia de Angra do Heroismo desde 1897 a 1900.

É professor provisorio da cadeira da lingua inglesa, e tem regido a cadeira de mathematica.

É jornalista, e tem collaborado em varios jornaes de Lisboa e Angra.

O Seminario Angréense.—Foi solemnemente inaugurado, em 9 de novembro de 1862, em parte d'este extincto convento ¹.

¹ Era bispo D. Fr. Estevam de Jesus Maria. A oração de *sapientia* foi recitada pelo conego José Maria Pacheco d'Aguiar, terceirense. Em seguida houve solemne festividade a Nossa Senhora da Guia, orago da egreja. Foi orador o conego dr. Joaquim Alves Matheus.

Por decreto de 31 de maio de 1864, e segundo o decreto de 26 de agosto de 1859, que creava quatro canonicatos com onus de ensino nos seminarios, foram nomeados os conegos José Maria Pacheco d'Aguiar, dr. José da Fonseca Abreu Castello Branco, dr. Joaquim Alves Matheus, dr. João Albertino da Silva Pereira.

Em 1878 foi estabelecido o curso interno de preparatorios, com os programmas e livros adoptados pelo governo. Neste curso e no de theologia tem a leccional-os dez professores, constituindo os dois cursos dezenove cadeiras.

A bibliotheca, embora modesta, vae progredindo. O museu de historia natural inaugurado em outubro de 1900 foi doação do dr. José Augusto Nogueira Sampaio, na parte que diz respeito á colleccão de exemplares de aves e mineralogia.

A importante colleccão de concheologia foi offerecida pelos seus distinctos filhos José Augusto da Silva Sampaio e dr. Alfredo da Silva Sampaio. O illustrado naturalista e distincto major Affonso Chaves tem tambem offertado ao modesto museu alguns exemplares mineralogicos.

Este estabelecimento de instrucção é incontestavelmente um dos primeiros do paiz, e ao seu illustrado ex-vice-reitor, o actual bispo de Macau, o sr. D. João Paulino d'Azevedo e Castro, açoreano picoense, se devem muitos dos importantissimos melhoramentos nelle realizados.

No anno lectivo de 1902-1903, matricularam-se 168 alumnos internos e 10 externos.

É seu vice-reitor interino o illustre terceirense :

Padre José dos Reys Ficher, bacharel em theologia e direito pela Universidade de Coimbra, 1885, foi alumno distincto do lyceu e seminario de Angra e ordenado presbytero em 1879.

Nasceu aos 23 de julho de 1856.

É deão da Sé Cathedral de Angra do Heroismo, vigario geral do bispado e professor do seminario.

Foi governador e vigario capitular do bispado. É vogal da junta geral d'este districto, e foi vogal do conselho de districto.

Padre João Pereira Damaso, nasceu na Ribeira Grande em 14 de maio de 1867.

Tem o curso secundario e theologico do seminario de Angra. Foi ordenado de presbytero em dezembro de 1889, na villa da Chamusca. É professor do seminario desde 1890. Foi familiar do prelado D. Francisco Maria de Sousa do Prado de Lacerda e seu secretario na visita pastoral de 1890-1891 ás ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge e S. Miguel.

É conego com onus de ensino, decreto de 30 de novembro de 1899. Como jornalista tem collaborado em varios jornaes.

Padre José Emilio Augusto, nasceu a 5 de maio de 1871, na Urzelina, concelho das Velas, ilha de S. Jorge. Foi ordenado de presbytero no 1.º de outubro de 1899. É secretario e professor do seminario, regendo actualmente as cadeiras de mathematica e sciencias naturaes.

Como não podémos obter as notas biographicas dos restantes professores d'este importante estabelecimento, não obstante as havermos sollicitado, limitamo-nos, para não nos affastarmos do caminho encetado, a archivar simplesmente os seus nomes :

Conego Antonio Maria Ferreira, conego José de Medeiros do Amaral, conego Christiano de Jesus Borges, P.º José Pedro Soares, d'este respeitavel sacerdote já está feita referencia como professor do lyceu, P.º Antonio Botelho de Lima, dr. Albano Maciel, dr. Antonio Manuel d'Amaral Vasconcellos, e conego José Bernardo d'Almada. Este ultimo está completando a sua formatura na Universidade de Coimbra.

Escola de desenho industrial — *Antonio Augusto d'Aguiar* — em Angra do Heroismo, foi creada pela junta geral do districto em 26 de maio de 1885, principiando a funcionar neste mesmo anno sob a direcção do professor Cyriaco Tavares Silva, tendo o governo concedido toda a mobilia e utensilios, a instancias da mesma junta e do governador civil o fallecido dr. Augusto Maria da Fonseca Coutinho.

Depois de repetidas instancias dos governadores civis, que estiveram á frente do districto desde esta época até 1890, passou a escola para cargo do governo em 31 de outubro d'este anno, mandando-a incluir no quadro das escolas officiaes da *circumscripção do sul*, nomeando professor Cyriaco Tavares Silva, e guarda José Gonçalves Lestinho.

A frequencia e aproveitamento dos alumnos d'esta escola eram importantes, como das informações existentes na inspecção competente, e a documental-os tinham os trabalhos de ornato a claro e escuro, e os trabalhos de talha em madeira enviados para exposição industrial d'estes trabalhos.

Não obstante tudo isto, foi a escola supprimida pela reorganisação do ensino industrial de 8 de outubro de 1891.

Desde esta época até 1896 continuou o professor a sustentar á sua custa a escola, e o guarda a prestar gratuitamente os seus serviços, não se podendo conseguir do governo o continuar a sustentar a mencionada

escola, devido a um accinte politico. A camara municipal angrense, que havia offerecido a caza para a escola continuou a fazel-o, com reconhecimento geral da classe artistica.

Não se podendo proceder, durante este periodo, a exames officiaes, deram os alumnos provas publicas perante o governador civil, conselheiro José Ignacio d'Almeida Monjardino, o presidente da camara, Manuel Alves de Bettencourt, e o director das obras publicas, o engenheiro João de Mendonça Pacheco e Mello, sendo satisfatorios os resultados d'estas provas.

Estabelecida a autonomia administrativa do districto, decreto de 6 de outubro de 1898, foi a escola restaurada pela junta geral em 1899, sendo estabelecida no edificio do governo civil, passando mais tarde para uma caza arrendada pela camara municipal, e actualmente para uma caza doada pela sr.^a baroneza de Teixeira, que igualmente offereceu todo o material para as officinas de serralharia e labores, que foram inauguradas em 15 de janeiro de 1902.

Os professores são :

Cyriaco Tavares da Silva, michaelense, nasceu aos 16 de março de 1862. É director e professor da Escola de Desenho Industrial, commendador da ordem civil de merito industrial, e cavalleiro da real ordem militar de Christo. Rege interinamente a cadeira de desenho no lyceu, no impedimento do professor proprietario. Foi alumno distincto do lyceu d'Angra.

Foi nomeado professor da escola aos 28 de julho de 1899.

Alvaro de Castro Menezes, terceirense, nasceu aos 9 de fevereiro de 1876.

Em 1899 concluiu com distincção o curso de desenho historico

na Academia das Bellas Artes do Porto, continuando nos cursos de pintura e escultura, que interrompeu para vir occupar o logar de professor d'esta escola, onde tem a seu cargo as cadeiras de ornamentação e modelação.

Foi nomeado aos 29 de julho de 1899.

Alfredo Luiz Campos, terceirense, nasceu aos 19 de março de 1856.

É professor do curso de portuguez anexo a esta escola e mantido pela junta geral e camara municipal.

Pessoal menor—José Gonçalves Lestinho, nasceu aos 22 de julho de 1854; Alfredo Maria Corrêa, nasceu aos 29 de maio de 1877.

Officinas—Anna Ormonde Fialho, encarregada do ensino de labores; Luiz de Sousa Marques, serralheiro militar reformado, mestre da officina de serralheria.

Escola Districtal — Creada a instancias da camara municipal de Angra do Heroismo, decreto de 9 de fevereiro de 1899, foi inaugurada a 23 de outubro de 1899.

São 39 os alumnos matriculados no anno lectivo de 1902-1903, e da escola annexa 47.

Foi seu primeiro director e professor de pedagogia, o illustre terceirense Theotónio Simão Paim d'Ornellas Bruges.

São actualmente seus professores :

Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, 1888, nasceu aos 21 de fevereiro de 1864. É professor de pedagogia e director da escola, por decreto de 21 de fevereiro de 1901.

Foi juiz substituto do de direito na comarca da villa da Praia da Victoria, com exercicio desde 1888 a 1890; conservador privativo do registo predial na mesma comarca, desde 1890 a 1901; delegado interino na mesma comarca desde 1890 a 1891 e sub-delegado desde 1891 a 1897.

Foi governador civil interino do districto, e administrador d'este concelho desde o 1.º de setembro de 1900 a 14 de dezembro de 1901, com excepção do tempo em que exerceu o cargo de governador civil.

É conservador privativo do registo predial da comarca d'Angra, por decreto de 2 de setembro de 1901. É advogado.

É jornalista e escriptor. Escreveu e publicou: *Apontamentos para Lições de Pedagogia Theorica e Practica, applicada aos diversos ramos de ensino professados nas escolas primarias, parte 1.ª e 2.ª*, dois volumes, 1902-1903.

Aniceto Antonio dos Santos, terceirense, nasceu a 5 de abril de 1843. Foi alumno d'este lyceu completando o curso em 1867 e do seminario angrense, completando o 1.º e 2.º anno do curso de theologia 1870-1871. Em 1865 foi despachado capellão da Sé Cathedral. Resolvendo não seguir a vida sacerdotal sahio da Terceira em 1871 com destino ao Rio de Janeiro, sendo detido em Lisboa pelo 2.º conde da Praia da Victoria de quem era amigo devotado.

Neste anno foi despachado professor de ensino elementar primario 1.º e 2.º grau para a escola da freguezia das Lages, concelho da Praia da Victoria, sendo, a bem do serviço publico, transferido em 1874 para a escola da freguezia da Sé, onde leccionou até 1899, sendo nos ultimos annos como professor complementar.

Estabeleceu em 1892 o collegio denominado *Instituto Angrense*, que foi leccionado por pessoal habilitado com cursos superiores.

Durante o periodo que exerceu o magisterio primario apresentou a exame 305 alumnos, muitos dos quaes tem hoje fermaturas em varias faculdades, cursos superiores de diversas escolas e occupam distinctos logares sociaes.

Por despacho de 17 de outubro de 1899 foi nomeado professor da escola districtal, da qual é tambem secretario.

Como jornalista estabeleceu, com o professor José de Menezes Mendonça, o jornal a *Voz do Professorado*, que se publicou nesta cidade.

O seu nome está ligado á fundação de varias associações, e tem feito parte de muitas commissões de festivaes patrioticos e de actos de beneficencia.

Quando professor primario da escola da Sé realisou com os seus alumnos brilhantes saraus litterarios, e recitas infantis no theatro angrense.

José Vieira d'Areia, terceirense, professor complementar de 3.ª classe, nasceu aos 23 de dezembro de 1866.

Foi professor official da freguezia de Santa Luzia desde 1890 a 1899, e despachado professor da escola districtal em 14 de outubro d'este ultimo anno.

Como jornalista tem collaborado em varios jornaes angrenses e é hoje o director do diario *O Primeiro de Maio*, que nesta cidade se principiou a publicar em 1902.

É secretario da assembléa geral da grande commissão representante do partido liberal d'este districto, e como tal tomou parte activa nas imponentes festas liberaes realisadas em 22 de junho de 1902.

D. Maria Theotonia d'Ornellas, terceirense, professora complementar de 2.ª classe, nasceu aos 29 de fevereiro de 1864.

Em 1881 foi nomeada professora interina da escola da freguezia de Belem, logar que exerceu até 1884, em que foi collocada como professora interina na escola da freguezia da Conceição, bairro do Corpo Santo, onde esteve até 26 de setembro de 1888.

Nesta data foi nomeada interinamente para reger a escola elementar e complementar da mesma freguezia, sendo em 1889 nomeada provisoriamente, e em 1894 nomeada vitalicia.

Foi despachada professora da escola districtal em 17 de outubro de 1899.

José Maria Henrique Flóres, florentino, professor complementar de 2.ª classe, nasceu aos 29 de março de 1868.

Regeu a escola de ensino primario 1.º e 2.º grau da freguezia de Santa Luzia, de Angra do Heroismo, em 1890, sendo, por alvará da camara municipal de Santa Cruz das Flores, nomeado professor temporario em 28 de julho de 1890, da escola elementar e complementar da freguezia de Nossa Senhora da Conceição d'aquella villa, e nomeado effectivo aos 27 de junho de 1894, tendo sido louvado pelos seus excellentes serviços em Portaria de 11 de abril de 1900.

Foi despachado professor da escola districtal em 17 de outubro de 1899.

Candido Luiz de Mello, terceirense, nasceu aos 13 de fevereiro de 1866.

Foi professor de instrucção primaria elementar na freguezia de Santa Cruz da villa da Praia da Victoria, 1893, e nomeado professor interino da escola districtal a 17 de julho de 1901.

D. Maria Augusta Pacheco, terceirense, nasceu aos 11 de março de 1871.

Regeu a escola de ensino primario do 1.º e 2.º grau da villa de Santa Cruz, da ilha Graciosa, desde 19 de fevereiro a 31 de agosto de 1890, vindo para a escola districtal por despacho de 8 de agosto do mesmo anno, sendo nomeada professora official da mesma escola a 17 de janeiro de 1901.



XXXI

Ficando archivada, no capitulo antecedente, uma resumida referencia aos principaes estabelecimentos de instrucção da ilha Terceira, e nota biographica dos seus professores, é um dever que honremos este nosso trabalho archivando, em capitulo especial, os nomes dos que neste districto, no seculo findo, na sua maioria alumnos que foram do lyceu d'esta cidade, seguiram com brilhante resultado cursos superiores, e que occuparam e occupam logares distinctos em diversos pontos do paiz.

É certo que esta nota, não pode deixar de ser incompleta, o que sentimos, e de que pedimos antecipada desculpa, na certeza de que empregámos todos os nossos bons desejos e esforços para que ella fosse o mais completa possivel.

Do que podémos colher informações é o que passamos a archivar, addicionando em seguida os nomes dos distinctos escriptores e jornalistas de que temos conhecimento, e isto por ordem a cada ilha do districto.

Em medicina :

Manuel Nicolau Bettencourt Pitta, terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, 1853. É clínico do hospital de S. José, e professor da Escola-Médico-Cirúrgica de Lisboa.

José Augusto Nogueira Sampaio, terceirense. Já está feita a referencia quando tratámos dos reitores do lyceu.

Accurcio Garcia Ramos, terceirense, medico cirurgião pela escola de Lisboa, 1861, membro correspondente da Academia Real das Sciencias, membro de varias corporações scientificas de Portugal, cavalleiro da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição, condecorado com varias distincções honorificas nacionaes, nasceu em 1834.

Foi um dos mais distinctos medicos militares do paiz. Falleceu, cirurgião de brigada, aos 14 de setembro de 1892.

Como jornalista e politico collaborou em varios jornaes, tomando parte activa e acalorada na politica do antigo partido historico. O seu espirito era o de um terceirense de lei, rasgadamente liberal.

Como escriptor tem a perpetuar o seu nome duas importantes publicações: *Noticia do Archipelago dos Açores e do que ha mais importante na sua historia natural*, 1 vol. 1869. — *Ilha da Madeira*, 2 vol. 1879-1880.

Nesta publicação relata tudo o que se passou, quando lhe foi promovida tenaz e injusta perseguição, chegando a estar preso, conjunctamente com outros *conspiradores*, no castello de S. Jorge. Entre os *conspiradores* estava outro illustre terceirense o valente coronel *Theotónio Maria Coelho Borges*, um dos heroes da Africa, victima das pavorosas do fallecido Fontes Pereira de Mello, e que saiu sempre livre de todos os conselhos de guerra, que a perseguição lhe promoveu.

Escreveu mais e publicou: *Biographia de D. Sabina Augusta d'Oliveira Brazil*, 1 folheto.—*Saudade, ou o dia 11 de dezembro de 1848, anniversario do passamento do padre Jeronymo Emiliano d'Andrade*.

Manuel Sieuve Zagallo Nogueira, terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra. Foi medico municipal em Caminha, e exerceu clinica em Angra do Heroismo. É cirurgião militar e está actualmente em Lisboa. Nasceu aos 13 de julho de 1843.

Eduardo Abreu, terceirense, doutor em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra. Nasceu a 4 de abril de 1855.

Quando tratámos do centenario camoneano, fizemos referencia a este illustre terceirense.

Alfredo da Silva Sampaio, terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, 1888. É guarda-mór da estação de saude de Angra do Heroismo, medico municipal e do hospital de Santo Espirito. Foi professor provisorio do lyceu nacional d'esta cidade. Nasceu aos 19 de setembro de 1862.

Manuel Antonio Lino, terceirense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, 1892. Nasceu a 5 de janeiro de 1865.

É delegado de saude d'este districto.

Foi em 1889 comissionado pela junta geral para ir ao estrangeiro estudar a montagem e funcionamento dos postos de desinfeção. Nesta occasião foi ao Porto estudar a peste bubonica.

João Carlos da Silva Pitta, terceirense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa. Foi delegado de saude e medico do hospital de Santo Espirito d'esta cidade. Exerce actualmente clinica em *New Bedford*. Nasceu aos 26 de maio de 1860.

Alexandre Martins Pamplona Ramos, terceirense, medico cirurgião pela escola de Lisboa. Foi medico em Bombarral, e actualmente é medico municipal e do hospital da villa da Praia da Victoria. Nasceu a 6 de junho de 1864.

Annibal de Bettencourt, terceirense, medico cirurgião pela escola de Lisboa, 1892. Nasceu aos 21 de junho de 1868. Foi sub-director, e hoje é director do Real Instituto Bacteriologico Camara Pestana.

Nicolau Anastacio de Bettencourt, terceirense, medico cirurgião pela escola de Lisboa, 1898. Foi medico municipal na villa da Ribeira Grande, S. Miguel. É clínico do hospital de S. José e medico municipal em villa d'Emma, Queluz. Nasceu no 1.º de outubro de 1872.

Francisco de Paula Borba, terceirense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1898. É medico da Misericórdia e do Monte-Pio em Setubal. Nasceu aos 24 de março de 1873.

Augusto Monjardino, terceirense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1899. É clínico do hospital de S. José e inspector geral de hygiene do hospital de Lisboa. Nasceu a 3 de março de 1871.

Arthur Fernando Rocha, terceirense, medico cirurgião pela escola de Lisboa, 1900. É clínico do hospital de S. José e medico do Monte-Pio em Setubal. Nasceu no 1.º de maio de 1873.

D. Maria Theodora Pimentel, terçoirensê, medica-cirurgica pela escola de Lisboa, 1896. É sub-delegada de saude em Angra do Heroismo. É a primeira, e por emquanto a unica, dama açoreana, que tem o curso de medicina. Nasceu aos 11 de setembro de 1865.

Antonio Joaquim de Sousa, terçoirensê, medico-cirurgião pela escola do Porto. É director do laboratorio bacteriologico do Porto. Nasceu aos 16 de dezembro de 1872.

Alvaro Forjaz do Monte e Freitas, terçoirensê, medico-cirurgião pela escola de Lisboa. É tenente medico do Ultramar. Nasceu no 1.º de fevereiro de 1875.

João Alberto Pereira d'Azevedo Neves, terçoirensê, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1901. Nasceu aos 12 de maio de 1877.

Em diversas faculdades :

Francisco de Lemos Bettencourt, terçoirensê, bacharel em Leis, 1802.

Ignacio Martins Pamplona Corte Real, terçoirensê, bacharel em Leis, 1803.

João Machado de Mello e Castro, terçoirensê, bacharel em Leis, 1822.

Antonio Moniz Barreto Corte Real, terçoirensê, bacharel em Canones, 1831. Está feita a referencia como reitor que foi do lyceu nacional de Angra.

Francisco Jeronymo da Silva, terçoirensê, bacharel em Canones, 1831. Exerceu a advocacia com superior distincção no Porto e Lisboa. Era afamado orador forense. Foi professor proprietario da cadeira de historia Universal em Braga, e pelo governo miguelista foi despachado juiz de fóra em Ponte de Lima. Deu á luz da publicidade varias producções litterarias e forenses. Nasceu em 30 de dezembro de 1807 e falleceu em Lisboa.

Legou a sua importante e valiosa bibliotheca á camara municipal d'Angra do Heroismo.

José de Menezes Parreira, terçoirensê, bacharel em Direito, 1846. Foi deputado da nação.

Manuel Joaquim Maciel, terçoirensê, bacharel em Direito, 1846.

Manuel Lourenço de Sousa Rocha, terçoirensê, bacharel em Direito, 1850. Foi deputado por Angra.

José Maria Sieuve de Menezes, 1.º visconde e 1.º conde de Sieuve de Menezes, terçoirensê, bacharel em Direito, 1852. Dos seus importantes serviços faremos especial referencia, quando d'elle tratarmos como homem politico.

Raymundo Cesar Borges Teixeira, terçoirensê, bacharel em Direito, 1852.

Joaquim Maria da Silva, terçoirensê, bacharel em Direito, 1854. É professor do lyceu nacional de Santarem e tem exercido o logar de reitor do mesmo lyceu. Deu á luz da publicidade algumas producções e traducções.

Alexandre Meyrelles do Canto e Castro, doutor em Direito. Seguiu a magistratura judicial no continente e no Ultramar, fallecendo juiz da segunda instancia na Relação de Lisboa. Collaborou na *Revista Academica*, no *Instituto* de Coimbra e em varios jornaes do continente e Açores.

Luiz Antonio Nogueira, terçoirensê, bacharel em Direito, 1855. Foi advogado, secretario geral do governo civil de Angra e do Porto, ajudante do Procurador Geral da Fazenda, secretario geral e director geral da administração politica e civil do ministerio do reino. Era conselheiro. Foi deputado da nação. Falleceu em Lisboa.

Manuel José da Fonseca, terçoirensê, bacharel em Direito, 1855. Seguiu a magistratura, é juiz de 2.ª instancia na Relação de Lisboa.

José Antonio de Montauray Guerreiro, terçoirensê, bacharel em Direito, 1856.

Luiz Francisco Rocha, terçoirensê, padre, bacharel em theologia, 1858. Foi arceidiago da Sé de Angra do Heroismo, professor do lyceu e seminario d'esta cidade. Era dotado de superior talento e assás illustrado. Falleceu nesta cidade.

José de Menezes Toste, terçoirensê, bacharel em Direito, 1858. Foi administrador do concelho d'Almada e morreu guarda-mór e secretario da Relação de Lisboa. Foi deputado em diversas legislaturas.

José Augusto Mendes, terçoirensê, bacharel em Direito, 1859. Foi administrador do concelho de Angra, 1861-1868, delegado em Cabo Verde, juiz de direito em Benguella e depois em

Loanda, onde fez serviço na Relação. Nasceu a 12 de março de 1830 e falleceu a 12 de maio de 1878.

Joaquim d'Oliveira Brazil, terceirense, bacharel em theologia, 1862. Foi director da extincta escola normal de Angra do Heroismo. Estabeleceu nesta cidade um collegio de instrucção primaria e secundaria denominado *Instituto Angrense*, de que foi director e professor. Falleceu em Lisboa.

Alberto Telles d'Utra Machado, bacharel em Direito, 1863. Foi primeiro official do ministerio da justiça.

Nicolau Moniz Bettencourt, terceirense, bacharel em Direito, 1863. Foi escrivão e tabellião na comarca de Angra do Heroismo. Nasceu a 4 de abril de 1836 e falleceu aos 19 de outubro de 1898.

Fernando Rocha, bacharel em Direito e Philosophia, 1866. Foi advogado em Angra, delegado do procurador regio em Lisboa, Villa Franca de Xira, onde não chegou a tomar posse, e na Villa da Praia da Victoria. Foi juiz do tribunal administrativo em Angra e presidente do mesmo Tribunal, e exerceu tambem o logar de vereador da camara municipal angrense. Falleceu juiz de Direito na ilha do Pico. Dotado de superior talento, de vigorosa e culta intelligencia, era um orador forense distinctissimo, e um tribuno eloquente. Um dos seus, entre muitos, mais brilhantes discursos, foi o que pronunciou no dia 22 de junho de 1877, por occasião das imponentes festas liberaes, que se realisaram nesta cidade. Apostolo fervoroso da liberdade, grande patriota, alma formada para todos os sentimentos nobres, generosos e humanitarios, arrebatou, até ao delirio, a multidão que extasiada o ouvia, e que depois, entre calorosas e entusiasticas vivas, o acompanhou até á caza da sua residencia na rua de Jesus.

Neste patriotico festival fallaram tambem os liberaes terceirenses Jorge d'Almeida Monjardino, já fallecido, Augusto Ribeiro, residente em Lisboa, e Matheus Augusto, continental, tambem já fallecido.

João Fagundo da Silva, terceirense, bacharel em Philosophia, 1862. É professor e secretario do lyceu nacional de Santarem.

João Candido de Moraes, terceirense, bacharel em Mathematica, 1863. Falleceu em Lisboa coronel de engenharia.

Diogo de Barcellos Machado de Bettencourt, terceirense, bacharel em Direito, 1868. Foi agente do Ministerio Publico nos tribunaes administrativos de Angra e Braga, e junto dos juizes das execuções fiscaes no Funchal, delegado

do Procurador Regio na Villa da Praia da Victoria e governador civil na Horta. É juiz de Direito na ilha do Pico. Nasceu a 8 de agosto de 1847.

Padre Carlos Brum da Silveira, terceirense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1871.

Henrique Herz, terceirense, bacharel em Direito, 1871. Falleceu juiz de Direito nas Vellas.

Felix José da Costa Sotto Mayor, terceirense, bacharel em Direito, 1879. Foi advogado em Angra e conservador privativo do registo predial na Villa da Praia. É actualmente conservador na comarca de Ponta Delgada, advogado e reitor do lyceu nacional central da mesma cidade. Nasceu aos 17 de fevereiro de 1853.

João Torquato Coelho Rocha, terceirense, bacharel em Direito, 1881, nasceu aos 19 de abril de 1856. Já está feita a referencia quando tratámos do centenario camoneano.

Jacinto Candido da Silva, terceirense, bacharel em Direito, 1881, nasceu aos 30 de novembro de 1857. Tambem está feita a referencia quando tratámos do mencionado centenario.

Diogo Gomes de Menezes, terceirense, bacharel em Direito, 1882, nasceu em 21 de novembro de 1855. Foi delegado do Procurador da Corôa e Fazenda no Ultramar. É juiz de 1.^a instancia do Ultramar, e actualmente no quadro.

Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, terceirense, 1883. Está feita a referencia como director da Escola Districtal.

Candido de Menezes Pacheco de Mello Forjaz de Lacerda, terceirense, bacharel em Direito, 1891, nasceu em 5 de maio de 1863. Foi sub-delegado de Procurador Regio, e juiz substituto de Direito nesta comarca. Exerceu o cargo de vereador da camara municipal de Angra.

Padre José dos Reys Fisher, terceirense, bacharel em Theologia e Direito, 1885. Está feita a referencia como vice-reitor do seminario.

Jacinto dos Reys Fisher, terceirense, bacharel em Mathematica, 1889, nasceu aos 8 de janeiro de 1867. É tenente de artilharia.

Francisco dos Reys Fisher, terceirense, ba-

charel em Direito, 1891, nasceu aos 18 de abril 1863. Foi delegado do Procurador da Corôa e Fazenda no Ultramar. Falleceu no Congo a 9 de dezembro de 1895.

Pedro Alvares da Camara Paim de Bruges, terceirense, bacharel em Direito, 1895, nasceu no 1.º de agosto de 1872. É advogado e notario nesta comarca. Foi vice-presidente da camara de Angra.

João de Bettencourt Barcellos Machado, bacharel em Direito, 1896, nasceu aos 14 de outubro de 1872. É notario nesta comarca.

Ruy Telles Palhinha, terceirense, bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra, 1893. Foi professor do lyceu de Santarem, e actualmente é professor no lyceu de Lisboa.

João Nogueira de Freitas, terceirense, nasceu aos 5 de dezembro de 1866. Completou o curso de agronomia em 1889. Foi agronomo em Beja, e actualmente é agronomo em Angra do Heroismo. É agente consular de França, da *Companhia Insulana de Navegação* e da companhia de seguros *Fidelidade*.

Pharmaceuticos :

Frederico Augusto Lopes da Silva, terceirense, já está feita a referencia como reitor interino do lyceu.

Pedro de Lemos, terceirense, pharmaceutico pela escola do Porto, 1885, nasceu aos 12 de maio de 1858. Está estabelecido em Angra do Heroismo.

Theotonio Alberto Mendes, terceirense, pharmaceutico pela escola do Porto, 1892, nasceu aos 24 de setembro de 1866. É pharmaceutico do hospital de Santo Espirito.

João da Rocha Lemos, terceirense, pharmaceutico pela escola do Porto, 1893, nasceu aos 10 de julho de 1871. Está estabelecido em Angra do Heroismo.

Alfredo Machado da Silva, terceirense, pharmaceutico pela escola de Lisboa. Está estabelecido em S. Miguel.

Manuel Ferreira Giraldes, terceirense, pharmaceutico pela escola do Porto, 1891, nasceu aos 15 de dezembro de 1868. Está estabelecido em Aldeia-Galega.

João Baptista Mendes, terceirense, pharmaceutico pela escola de Lisboa, 1898, nasceu aos 12 de fevereiro de 1877. É pharmaceutico da Santa Caza da Mizericordia da Villa da Praia da Victoria.

Francisco Lucio Fagundes Junior, terceirense, pharmaceutico pela escola de Lisboa, 1899, nasceu aos 15 de fevereiro de 1876. Está estabelecido na Villa da Praia da Victoria.

Aurelio Leonardo do Rego, terceirense, pharmaceutico pela escola do Porto, nasceu aos 2 de dezembro de 1871. Está estabelecido em Lisboa.

Ilydio Mourato, terceirense, pharmaceutico pela escola de Lisboa, 1901, nasceu aos 26 de junho de 1880.

Luiz Gomes da Silva, terceirense, pharmaceutico pela escola de Lisboa, 1901, nasceu aos 31 de dezembro de 1865. Está estabelecido em Angra do Heroismo.

José Bettencourt Coelho da Rocha, terceirense, pharmaceutico pela escola de Lisboa, 1898, nasceu aos 20 de setembro de 1871. Está estabelecido em Ponta Delgada, S. Miguel.

Em medicina e cirurgia :

Francisco José da Silveira, jorgense, em cirurgia, obteve carta regia de 2 de setembro de 1802.

José Severino d'Avellar e Lemos, jorgense, medico cirurgião por uma escola do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se na cidade de Nictheroy.

Francisco Severino d'Avellar, jorgense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1858. Exerceu clinica nos Açores. Foi guarda-mór de saude em Ponta Delgada, S. Miguel, e em Belem, Lisboa. É delegado de saude aposentado. Foi deputado pela Horta. Reside em Lisboa.

Emilio Severino d'Avellar, jorgense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1862. Exerceu clinica nos Açores e em Lisboa. Falleceu em S. Thomé a 5 de março de 1894.

José de Lacerda, jorgense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1893. Exerce clinica em Lisboa, é medico do hospital de S. José, deputado da nação pelo circulo d'Angra do Heroismo, escriptor e jornalista.

Manuel Victorino de Bettencourt, jorgense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1893. É medico municipal e do hospital de Santo Espirito, e director do posto de desinfeção em Angra do Heroismo. Foi procurador á junta geral d'este districto, e medico municipal e do hospital da Villa da Praia da Victoria. Nasceu a 28 de outubro de 1866.

José Ernesto d'Amorim, jorgense, bacharel em medicina e cirurgia pela Universidade de Coimbra, 1894. É professor do 6.º grupo do lyceu de Vizeu.

Traiano Baptista Pereira, jorgense, medico-cirurgião pela escola de Lisboa, 1896. Foi medico da camara municipal e do hospital da Villa da Praia da Victoria. É medico municipal nas Vellas.

João Pereira de Lacerda Forjaz, medico-cirurgião pela escola do Porto, 1898. É medico na ilha das Flores.

Em diversas faculdades :

Padre João de Sousa Pacheco, jorgense, tomou grau de bacharel na Universidade de Coimbra. Foi vice-vigario do Norte Grande em 1700 e vigario da Matriz e ouvidor ecclesiastico de 1703 a 1714 em que falleceu.

Padre Lazaro de Sousa Pereira, jorgense, tomou grau de bacharel na Universidade de Coimbra. Foi arceediago da Sé de Angra.

Antonio Garcia Sarmento, jorgense, tomou grau de bacharel na Universidade de Coimbra.

D. Fr. Bartholomeu do Pilar, jorgense, 1.º bispo do Gran Pará. Tomou grau em Theologia na Universidade de Coimbra em 1702. Eleito bispo em 1717, foi confirmado e sagrado em 1720. Sahiu de Lisboa em 5 de junho de 1724, chegou ao Maranhão em 20 de julho e a 29 á cidade de Belem, capital do bispado. Falleceu a 9 de abril de 1733.

Antonio José Pereira da Silveira e Sousa, jorgense, bacharel em Leis pela universidade de Coimbra, 1821. Foi juiz substituto do de direito nas Velas, e como tal prestou juramento em 28 de dezembro de 1822, quando ali foi jurada a constituição de 1820. Foi presidente da camara e juiz ordinario eleito, sub-director da alfandega das Velas e aposentado em official. Escreveu diversos artigos que publicou no jornal angrense o *Escedo*. Nasceu em 9 de outubro de 1793, e falleceu a 7 de dezembro de 1881.

Joaquim José Pereira da Silveira e Sousa, jorgense, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, 1822. Foi provedor do concelho das Velas e administrador do mesmo concelho. Foi deputado por Angra em 1848-1850 e governador civil da Horta em parte d'este periodo. Foi presidente da cama-

ra das Velas em varias épocas, e como tal recebeu D. Pedro IV, quando desembarcou na ilha de S. Jorge aos 11 de abril de 1832. Era chefe do partido regenerador da localidade. Falleceu no 1.º de maio de 1870.

Manuel Teixeira Soares, jorgense, bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, 1826. Foi residir em Ponta Delgada onde casou e falleceu.

João Bernardes da Camara Madureira Cysue, jorgense, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, 1821. Foi juiz substituto eleito, juiz de fóra na ilha Graciosa, corregedor em S. Jorge, delegado do procurador regio no Pico e Villa Franca. Tomou parte activa no movimento liberal.

João Silveira da Luz, jorgense, bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, 1823.

José Soares Teixeira de Sousa, jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1849. Foi administrador do concelho das Velas e pagador das obras publicas em S. Jorge. Nasceu aos 26 de março de 1826 e falleceu aos 20 de agosto de 1885.

José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, jorgense, bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra, antigo deputado da nação, é actualmente administrador do concelho das Velas. É conselheiro.

João Teixeira Soares de Sousa, jorgense, bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra. Foi deputado em 1865. Prestou relevantes serviços ás lettras e á historia açoreana, da qual foi incansavel investigador, offerecendo-lhe valiosos subsidios. Conhecia diferentes linguas e era versado nas chronicas dos antigos escriptores portuguezes. O *Archivo dos Açores* faz as mais honrosas e justas referencias á sua erudição. Nasceu a 12 de setembro de 1827 e falleceu em Ponta Delgada no 1.º de julho de 1882.

Antonio Pereira da Cunha e Silveira, jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1854. Foi administrador do concelho da Calheta e presidente da camara. Nasceu em 1828 e falleceu em janeiro de 1900.

João Pereira da Cunha Pacheco, jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1854. Foi administrador do concelho das Velas e presidente da camara.

D. Manuel Bernardo de Sousa Ennes, jorgense, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, 1857. Foi lente substituto de theologia na Universidade em 1861 e cathedratico em 1872. Regeu varias cadeiras no seminario d'aquella cidade. Foi apresentado bispo de Macau em 1873, confirmado e sagrado em 1874. Em 1883 foi transferido para a diocese de Bragança, e em 1885 para a de Portalegre. Esteve nesta ilha Terceira em 1837, como praticante no escriptorio do advogado dr. Antonio Moniz Barreto. Antes da sua ordenação e formatura esteve na Bahia leccionando latim e grego no collegio da Conceição, 1841. Nasceu em 5 de novembro de 1814 e falleceu em 8 de setembro de 1887.

José Bettencourt da Silveira e Avila, jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1864. Foi administrador do concelho da Praia da Victoria, juiz ordinario na Calheta, delegado do procurador regio na Horta e Praia da Victoria, juiz de direito em Santa Maria, Praia da Victoria, Ribeira Grande, Angra do Heroismo, Ponta Delgada e novamente em Angra, d'onde sahiu, em 1903, para exercer o cargo de juiz da Relação dos Açores. Nasceu em 9 de maio de 1838.

Padre Manuel Ignacio da Silveira Borges, jorgense, monsenhor, bacharel em Theologia pela Universidade de Coimbra, 1870. Foi professor d'ensino livre em Coimbra, capellão-mór da real capella da Universidade, conego da Sé do Porto e vice-reitor do seminario d'aquella cidade. Falleceu no Porto.

José Joaquim Borges d'Azevedo Ennes, jorgense, bacharel em Theologia e Direito, pela Universidade de Coimbra, 1873-1874. Foi juiz no Ultramar e presidente da Relação de Goa.

José Pimentel Homem de Noronha, jorgense, bacharel em Theologia e Direito pela Universidade de Coimbra, 1873-1874. Foi administrador do concelho e commissario de policia em Angra do Heroismo, e governador civil d'este districto. Era presidente da camara municipal d'esta cidade por occasião da visita regia. Foi deputado por este circulo. É advogado. Nasceu aos 12 de abril de 1849.

Manuel Velloso Armelino Junior, jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1887. É advogado em Lisboa. Escreveu e publicou o livro—*Dois benemeritos, José Maria d'Assis e Constantino Cumano*. É director do jornal de jurisprudencia *O Correio Juridico*, de Lisboa.

José Pereira da Cunha da Silveira e Sousa, jorgense, nasceu aos 8 de janeiro de 1864. Completou

o curso de agronomia em 1886, foi director da escola agricola de Santarem e membro da commissão de inquerito agricola da commissão scientifica presidida pelo conselheiro Marianno de Carvalho. Foi deputado da nação em 1895-1896 e em 1901. É conselheiro. Reside em Angra.

Manuel Bernardo Borges d'Azevedo Ennes, jorgense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1887. É advogado e jornalista em Lisboa.

Miguel Teixeira Soares de Sousa, jorgense, doutor em letras por uma Universidade da Belgica. Foi presidente da camara das Velas, e exerceu o cargo de juiz substituto do de direito. Nasceu aos 12 de agosto de 1824 e falleceu nesta cidade de Angra aos 10 de agosto de 1894.

Em medicina e cirurgia :

Ildefonso Borges, graciozense, medico veterinario e agronomo pelo Instituto de Lisboa, 1889-1890. Foi chefe de serviço e repetidor do Instituto. É intendente de pecuaria do districto de Angra do Heroismo, e membro da commissão districtal d'estatistica. Nasceu aos 14 de outubro de 1864.

Manuel Telles Pinto de Leão, graciozense, medico cirurgião pela escola do Porto, 1901. Exerce clinica na ilha das Flores.

Em diversas faculdades :

Francisco Jeronymo Coelho e Sousa, graciozense, bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, 1825. Falleceu juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

Antonio de Sousa Machado, graciozense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1844. Foi presidente da camara do extincto concelho da Villa da Praia da Graciosa. Falleceu em Angra.

Alvaro Pereira de Bettencourt Lopes, graciozense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1845. Foi muitos annos administrador do concelho da Lagoa, ilha de S. Miguel, onde falleceu.

João Alvaro de Bettencourt Silveira, graciozense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1844. Falleceu em Coimbra logo após a formatura, antes de volver à patria e ao seio da familia.

Luiz Antonio Gil da Silveira, graciosoense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1872. Foi advogado para a comarca do Fundão, Beira Baixa, onde cazou e reside

João Alvaro de Brito de Albuquerque, graciosoense, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, 1873. Nasceu aos 13 de março 1850. Tem exercido o lugar de 1.º juiz substituto do de direito da comarca da Graciosa, e posteriormente o de reitor do lyceu nacional de Angra do Heroismo, como da referencia já feita. Dirige a folha periodica *Ilha Graciosa*.

João de Mendonça Pacheco e Mello, graciosoense, bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, 1881. Nasceu aos 27 de janeiro de 1857. Já está feita referencia quando tratámos do centenario camoneano.

Francisco Silveira Machado, graciosoense, bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra, 1858. Falleceu em Ponta Delgada onde havia cazado.

João Ignacio de Simas e Cunha, graciosoense, moço fidalgo da casa real, barão de Guadalupe, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi muitos annos advogado e presidente da camara municipal da ilha Graciosa, tendo antes occupado na comarca de Angra o lugar de primeiro juiz substituto do de direito.

João de Bettencourt, graciosoense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. Foi advogado na comarca da Graciosa onde falleceu.

Alem das pessoas que, nas antecedentes e resumidas notas briographicas, temos apresentado, ha a adicionar-lhes aquellas, que não tendo cursos superiores, ou mesmo tendo-os algumas, alcançaram, pela sua applicação ao estudo, pelo seu talento e superior intelligencia, nome distincto, prestando bons serviços á historia e lettras patrias.

Assim digamos algo dos historiadores, escriptores e jornalistas d'este districto :

Padre Manuel Luiz Maldonado, terceirense,

nasceu em 1645, foi capellão do castello de S. João Baptista, escreveu : *Primum vivens da Fenix Renascida*. Falleceu em 1711.

Padre Antonio Cordeiro, terceirense, nasceu em 1641 e falleceu a 2 de fevereiro de 1722 em Lisboa, escreveu : *Historia Insulana das ilhas de Portugal sugeitas no oceano Occidental*, 1717 ; *Loreto Lusitano*, *Virgem Senhora da Lapa*, *residencia milagrosa do Real Collegio de Coimbra*, 1719 ; *Resolução Theo-juristica*, 1718.

Manuel Ignacio Martins Pamplona Cor-te Real, terceirense «1.º conde de Sub-Serra, Gentil-Homem da camara d'el-rei D. João vi, Conselheiro d'Estado, Gran Cruz da Ordem da Torre e Espada, Commendador da de Christo, condecorado com a Granada de ouro pelas campanhas da Catalunha e Rossillon, Gran Cruz da Ordem de S. Alexandre Newshy e cavalleiro da de S. Waldimir na Russia, Gran Cruz da de Carlos iii em Hespanha ; em França Gran Cruz da Ordem de Legião de Honra, Cavalleiro de S. Luiz, Barão de Pamplona, e tenente general, bacharel formado em Mathematica, seguiu a carreira militar ; foi Cadete e Official no Regimento de Cavallaria de Santarem, passou como Voluntario á Russia, aonde servio com distincção na guerra de 1788 contra a Porta, achando-se no assalto de Ismael ; esteve no Exercito Alliado commandado pelo duque de York, e assistio ao sitio de Valenciennes ; foi Ajudante General da Divisão Auxiliar Portugueza na guerra de Rossillon, e depois Tenente Coronel e segundo commandante da Legião de Tropas Ligeiras em 1797, Coronel do Regimento de Cavallaria n.º 9 em 1801, Brigadeiro em 1806, Marechal de Campo e Chefe do Estado Maior General das Tropas que sahirão para Hespanha e França em 1808, Commandante de Cavallaria da Legião Portugueza em França, e da primeira Brigada da primeira Divisão do segundo Corpo do Exercito Francez na Russia, composta de Portuguezes e Francezes (havendo antes feito huma Campanha na Peninsula), acompanhou Luiz xviii a Gaud, foi Governador Militar do Departamento do Loire e Cher, e de La Cotte d'Or em 1815 : voltou ao Reino em 1821, e foi nesse mesmo anno Ministro da Guerra e Deputado ás Cortes, outra vez Ministro da Guerra e Presidente do Conselho, e Assistente ao Despacho em 1823, Embaixador a Hespanha em 1825 ; recolheu-se finalmente a Lisboa em Abril de 1827, e em Junho de 1828 foi prezo por ordem expressa do sr. D. Miguel, e guardado incommunicavel nas Fortalezas de S. Vicente de Belem, S. Julião da Barra, e S. Lourenço do Bogio, e ultimamente nas cazas matas do Forte da Graça em Elvas, acompanhado sempre de sua heroica esposa, até que falleceu na prisão a 16 de Outubro de 1832. Nasceu em Angra a 3 de Junho de 1760, succedeu na caza a seu pai, e cazou a 19 de março de 1806

com D. Isabel de Roxas e Lemos Carvalho de Menezes, Dama da Ordem de Maria Luiza em Hespanha, e viuva de Manuel de Roxas e Lemos, seu primo, do qual teve uma filha, que foi a adoptiva do 1.º Conde, D. Maria Mancia de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Pequeno Chaves Teixeira Vahia, 2.ª Condessa de Sub-Serra e Bemposta».

Este illustre terceirense escreveu: *Memoria justificativa de Manuel Ignacio Martins Pamplona e de sua mulher D. Isabel de Roxas e Lemos*, 1821; *Aperçu nouveau sur les Campagnes Françaises en Portugal en 1807, 1808, 1809, 1810 et 1811, contenant des observations sur les écrits de MM. Thiebaut, Naylies, Gingret, etc.*, 1818; *La guerre de la peninsule sous son véritable point de vue*, 1819; *O contemporaneo politico e litterario*, 1820.

O que acima fica exposto é extraído da *Resenha das famílias titulares do Reino de Portugal* e do dicionario de Innocencio.

Diogo de Teive Vasconcellos Cabral, terceirense, nasceu em 1785. Foi tenente coronel do corpo de engenheiros, governador das ilhas de Cabo Verde, lente da Academia Real de fortificação, correspondente da Academia Real das Sciencias, falleceu em Lisboa, 1836. No dicionario de Innocencio está anotado o que escreveu este terceirense.

Padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, terceirense, escreveu: *Oração capitular, recitada no capitulo provincial, que celebraram os menores observantes da provincia de S. João Evangelista dos Açores*, 1818; *Elogio historico da vida do ensigne sacerdote José d'Andrade*, 1821; *Primeiros elementos de historia philosophica*, 1834, de *Logica*, de *Metaphisica*, de *Geographia*, 1835, de *Ethica*, 1840, de *Litteratura e Oratoria*, e *Poetica* 1847; *Opusculo historico*, 1857; *Noções primarias das figuras de geometria e medição de superficies e volumes solidos*, 1841; *Elementos de geographia astronomica, physica e politica*, 1844; *Topographia, ou descripção physica, politica, civil, ecclesiastica e historica da ilha Terceira dos Açores*, parte I, 1843, parte II, 1845; *Apontamentos posthumos para serem de continuação á Topographia*; *Resumo da historia portugueza*, 1846; *Compendio d'arithmeticas*, 1846; *Principios geraes de moral e civilidade christã*, 1847; *Primeiros rudimentos de doutrina christã*, 1856; *Rudimentos da grammatica latina*; *Prolegomenos da grammatica latina*; *Elogios de alguns portuguezes celebres*, 1852; *Exame de ordinando até á segunda ordem do presbyterado*, 1847; *Primeiros elementos das quatro partes da grammatica portugueza*, 1849. Algumas d'estas obras tem varias edições, e algumas foram publicadas depois da morte do seu auctor.

Dr. Antonio Moniz Barreto Corte Real.

terceirense. Alem das *Bellezas de Coimbra*, 1.ª parte, 1 vol., 1831, discursos, relatorios e importantes artigos publicados em varios jornaes, publicou: *O Desejo, e o quadro do Diluvio de Salomão de Gesenez*; *A Violeta*, 1844; *Bibliothecinha da Infancia*, 1846; *Selecta-sinha da Infancia*; *Synopse da grammatica portugueza*; *O Lyceu*, jornal litterario, 1857. Foi tambem fundador do *Annunciador da Terceira*.

Felix José da Costa, terceirense, official aposentado da secretaria do governo civil, cavalleiro das ordens de Christo, Conceição e S. Thiago de merito litterario, nasceu aos 27 de fevereiro de 1819, e falleceu em 17 de janeiro de 1877. Foi um devotado investigador da historia açoreana, como se vê em varios artigos e notas historicas, que publicou em varios jornaes terceirenses. Escreveu: *Noticia Biographica de Francisco d'Ornellas da Camara Paim*, 1842; *Memoria Biographica do terceirense João d'Avila*, 1844; *Memoria historica do terremoto que destruiu a Villa da Praia da ilha Terceira em 15 de junho de 1841*; *Memoria Estatistica e historica da ilha Graciosa*, 1845; *Noticiario da honrosa visita de Sua Alteza Serenissima o Senhor Infante D. Luiz á ilha Terceira*, 1858; *Memoria sobre a antiga Academia Militar da ilha Terceira*, 1847; *Viagem d'el-rei de Portugal o Senhor D. Pedro v ás principaes côrtes da Europa nos annos de 1854 e 1856*; *Collecção dos escriptos administrativos e litterarios do conselheiro José Silvestre Ribeiro, quando governador civil d'Angra*.

Foi deportado para a Graciosa como setembrista, 1847.

Francisco Ferreira Drumonde, terceirense, nasceu em 21 de janeiro de 1796 e falleceu a 11 de setembro de 1858. Escreveu e publicou *Annaes da ilha Terceira*, 4 vcl., 1850-1864. Escreveu mais *Apontamentos topographicos, politicos e ecclesiasticos para a historia das nove ilhas dos Açores, servindo de supplemento aos Annaes da ilha Terceira*, manuscriptos em poder de seu neto João Ferreira Drumonde Machado.

José Joaquim Pinheiro, terceirense, homœopata, empregado da repartição das obras publicas d'este districto, nasceu aos 12 de dezembro de 1833 e falleceu em 27 de novembro de 1894. Collaborou em varios jornaes terceirenses e escreveu e publicou: *Memoria descritiva da horrorosa catastrophe na ilha Terceira dos Açores, na noite de 22 para 23 de julho de 1891*; *Memoria historica da Villa da Praia da Victoria*, a qual ficou incompleta devido á doença, que o victimou; *Épocas Memoraveis da Ilha Terceira*, 6 volumes. O 6.º volume e parte do 5.º foram escriptos por seu filho o terceirense Manuel Pinheiro.

Padre José Maria Pacheco d'Aguiar,

terceirense, conego da Sé d'Angra, nasceu a 8 de dezembro de 1803, e falleceu a 31 de julho de 1876. Foi professor de theologia dogmatica e moral em Braga e Porto, prior na igreja de Santa Eulalia, na villa d'Agueda, diocese de Aveiro, e professor do seminario de Angra. Era um sacerdote exemplar e illustrado. Escreveu e publicou: *Elementos de Metaphisica*, segundo Genuense; *Periódos de historia portugueza antiga e moderna*; *Cartilha da doutrina christã*. Os seus eneditos, segundo se refere, são na maior parte sermões e discursos, destacando-se: *Os estudos sobre varios assumptos scientificos*; *A pequena bibliotheca açorica, ou catalogo dos escriptores dos Açores, divididos por districtos, oriental, central e occidental*.

José Lourenço da Rocha, subdiacono, terceirense, nasceu aos 12 de agosto de 1766, e falleceu a 24 de outubro de 1844. Atacado de uma paralyisia, aos 20 annos de idade, não quiz passar de sub-diacono. É opinião unanime de todos os que o conheceram, e dos que ácerca d'elle escreveram, que foi uma notabilidade nas lettras e nas virtudes, e um professor sabio e distincto. «Foi, diz Drumonde, perfeitoissimo latino, rhetorico, philosopho e theologo. Soube a fundo o grego, francez, italiano, hespanhol, e sobretudo manejava tão perfeitamente a lingua portugueza, que se podia reputar um mestre d'ella». Sepultado no cemiterio da parochia de S. Jerzo das Doze Ribeiras, onde nasceu, foram os seus restos mortaes trasladados para a igreja d'aquella freguezia aos 5 de outubro de 1846, como se vê do respectivo auto, que está publicado na *Topographia da ilha Terceira*, annotada pelo conego José Alves da Silva, pag. 369-372.

Francisco Jeronymo da Silva, terceirense, a que já nos referimos, nasceu aos 30 de dezembro de 1807 e escreveu: *Descripção da entrada d'el-rei nosso senhor Miguel na cidade de Braga*, 1832; *O dia oito de março ou a defesa da archi-confraria da Santissima e Immaculada Conceição de Maria, varias cartas*, 1846; *Episedio ou trecho funebre* ao fallecimento da esposa do seu amigo João Pereira Forjaz de Lacerda, 1847; *Sonetos*, ao ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello, arcebispo de Braga; *A Terceira ou o ausente visitando a terra natal, poesia*; *Allegação oral em defesa do periodico «A Nação»*, 1852.

Padre Francisco Rogerio da Costa, terceirense, conego-honorario, prégador regio e vigario da parochial de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Angra, nasceu em 1822, e falleceu aos 28 de agosto de 1886. Foi professor particular em materias theologicas. Dotado de superior talento e de vasta intelligencia, possuidor de todos os requisitos exigidos ao bom orador, foi, incontestavelmente, o primeiro orador sagrado açoreano,

fazendo ouvir a sua palavra autorisada, arrebatadora, eloquente em todas as igrejas da ilha Terceira, e em muitas de algumas ilhas dos Açores. A sua perda deixou um vacuo na tribuna sagrada açoreana, que até hoje não foi por igual preenchido. O esplendor do culto, a pompa das festividades religiosas nos Açores muito devem ao padre Rogerio. Foi elle o primeiro, que estabeleceu no Archipelago a devoção do Mez de Maria. Collaborou em varios jornaes politicos e religiosos.

D. Fr. Christovam da Silveira, terceirense, nasceu em 13 de março de 1614 e falleceu a 9 de abril de 1673. Foi arcebispo de Goa, e compoz em latim algumas obras philosophicas e religiosas.

Padre Pedro Cordeiro Espinola, terceirense, doutor em Canones, lente substituto na Universidade de Coimbra, jurisculto, etc., foi deão da cathedral metropolitana da Bahia, Brazil, onde esteve alguns annos. Escreveu *Commentarios ás ordenações do Reino*. Era irmão do padre Antonio Cordeiro.

Caetano Francisco do Couto, terceirense, foi, segundo refere Drumonde, bom poeta e improvisador. Falleceu em 1763.

Padre Manuel de Sousa Menezes, terceirense, era, em 1755, vigario da matriz da Villa de S. Sebastião, e escreveu um livro de *Genealogia*, manuscripto que Drumonde diz ser importante.

Padre Narciso Antonio da Fonseca, terceirense, capelão fidalgo da casa real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, prégador de todas as reaes capellas, deão da Sé de Angra, nasceu em 1802 e falleceu a 28 de julho de 1869. Foi jornalista distincto, politico habil de comprovada influencia, vulto importante do partido regenerador terceirense. Foi o orador nas exequias da rainha a Senhora D. Maria II.

José Augusto Cabral de Mello, terceirense, cavalleiro e professor da ordem de Christo, secretario da camara Municipal de Angra, advogado de provisão, membro correspondente da Academia Philomatica do Rio de Janeiro, nasceu aos 12 de janeiro de 1793 e falleceu aos 16 de outubro de 1871. Foi poeta, escriptor e jornalista. A longa lista das suas producções, e suas traducções está publicada na *Terceira* de 1888: *Subsidios para bibliographia Açoreana*, Coelho Mendes.

José Ignacio Barcellos da Silveira, ter-

ceirense, escreveu: *Memoria sobre a contra-revolução na ilha Terceira em 1828*, Lisboa, 1834. Referidos subsidios.

Antonio Diniz Ormonde, terceirense, foi um dos redactores do antigo jornal praiense *Onze de Agosto*. Falleceu.

Padre Marianno Constantino Homem, terceirense, foi vigario na freguezia das Fontinhas, e quando se estabeleceu o lyceu de Angra foi nomeado professor effectivo, e reger as cadeiras de latim, latinidade e portuguez. Escreveu e publicou: *Pequena biographia historica da vida do insigne padre Jeronymo Emiliano d'Andrade, primeiro commissario dos estudos neste districto, etc., offerecido ao publico pelo seu antigo discipulo e amigo e padre, etc.*, 1848. *Oração recitada na nova igreja de S. Theotônio*, 1843. Falleceu em 1881.

Tiburcio Antonio Craveiro, terceirense, nasceu a 4 de maio de 1800 e falleceu em julho de 1844, a bordo d'um navio, quando regressava aos Açores. Produziu e escreveu: *Merope*, tragedia de Voltaire, 1826; *Mithriates*, tragedia de João Racine, 1828; *Ermenouville ou o tumulto de Jean Jacques Rousseau*, 1833; *Compendio de historia portugueza*, seis livros, 1833; *Apendice ou compendio da historia portugueza*, 1834; *Lara*, romance de lord Byron, 1837; *Discursos ácerca da rhetorica*, 1842, e *Ensaio ácerca da tragedia*.

Roberto Luiz de Mesquita, terceirense, bacharel formado em Mathematica, foi deputado ás côrtes constituintes de 1821. Escreveu: *A imparcialidade julgando os jesuitas*, 1830. Morreu em idade avançada.

Thomaz José da Silva, terceirense, nasceu a 7 de dezembro de 1779. Foi nomeado por D. João VI, em 1819, inspector de agricultura nos Açores, logar que exerceu até 1891. Devido ás luctas civis emigrou para o Brazil, estabelecendo-se como commerciante e industrial em Pernambuco, onde falleceu. Escreveu: *Reflexões sobre a agricultura, industria e commercio da ilha Terceira*, 1822.

João Miguel Coelho Borges, terceirense, nasceu aos 20 de setembro de 1778 e falleceu aos 20 de agosto de 1846. Escreveu: *Biographia de Luiz Diogo Pereira Forjaz*, seguida da *oração funebre de P. C. Vanzeller na morte do mesmo*; *Elegia á morte de Manuel Moniz Barbosa du Bocage*, 1806; *Elegia a Sua Magestade el-rei D. João VI, impresso na relação da maneira porque foi celebrado na cidade de Angra o dia 13 de maio de 1824, anniversario de Sua Magestade Fidelissima o senhor D. João VI*, 1824.

Manuel Homem da Costa Noronha, terceirense, nasceu em janeiro de 1828. Foi deputado por Torres Vedras, vice-presidente da camara municipal de Angra, vogal da junta geral e presidente da commissão executiva da mesma junta, e ultimamente nomeado inspector do sello. Foi redactor principal da *Terceira*, collaborou em varios jornaes, e fundou o semanario *O Districto de Angra*. Falleceu em 5 de novembro de 1897.

Antonio Joaquim da Fonseca, terceirense, nasceu em 1839 e falleceu em 10 de janeiro de 1870. Foi distincto jornalista, e collaborou nos jornaes *Pobres da Terceira*, *Clarim*, *Terceira* e outros.

Manuel Joaquim dos Reis, terceirense. Foi empregado da secretaria do governo civil, sendo aposentado como 1.º official. Foi professor effectivo da cadeira da lingua inglesa no lyceu nacional de Angra, onde exerceu o cargo de reitor no impedimento do proprio. Nasceu em 1831 e falleceu a 20 de março de 1898.

Manuel Bazilio Coelho Rocha, terceirense, nasceu aos 14 de junho de 1846 e falleceu a 15 de julho de 1874. Foi vereador da camara de Angra, vogal da junta geral, thesoureiro da camara, agente consular de Sua Santidade, advogado de provisão, e administrador do concelho e commissario de policia interino. Collaborou em varios jornaes, e publicou *O Boletim Judicial*.

Padre Antonio Joaquim Borges, terceirense, conego honorario, prégador regio, vigario da freguezia do Cabo da Praia, examinador pro-synodal, foi sacerdote illustrado, um orador distincto, e prestou relevantes serviços á igreja. Collaborou no jornal *O Angrense*, e foi o redactor principal do jornal praiense *O Onze de Agosto*.

Padre José Augusto Coelho de Brito, terceirense. Foi cura em varias parochias da ilha Terceira, ouvidor em Villa Franca, e prior das Capellas em S. Miguel onde falleceu. Foi jornalista distincto e redactor do *Onze de Agosto*.

Padre José Pacheco Dutra, terceirense, conego honorario, prégador regio, era paroco da freguezia de Santa Luzia d'esta cidade quando falleceu em 1870. Foi distincto orador sagrado.

Jorge d'Almeida Monjardino, terceirense, nasceu aos 11 de junho de 1846 e falleceu em abril de 1886. Foi thesoureiro pagador do districto de Angra. A sua illustração e superior talento concederam-lhe justos foros de jornalista distincto.

Collaborou no *Revolução de Setembro*, de Lisboa, e em varios jornaes açoreanos.

João Marcellino de Mesquita, terceirense, nasceu em 3 de agosto de 1830 e falleceu a 28 de dezembro de 1902. Escreveu *Noções Elementares de desenho*, 1857; *Manuscriptos* para as escolas. Existem algumas das suas produções poeticas publicadas em jornaes. Era um bom caligrapho.

Padre João d'Aguiar Valladão, terceirense, vigario da parochia de Belem, prégador regio, nasceu em 30 de novembro de 1831 e falleceu a 31 de outubro de 1855. Foi devotado membro do partido historico, de que nesta ilha foi chefe o 1.º conde da Praia da Victoria, e, depois do pacto da Granja, acompanhou sempre o partido progressista. Como jornalista e orador distincto defendeu com ardor a politica do seu partido, na imprensa e nos comicios. Era vehemente na polemica, e houve-se sempre com inexcedivel valor nas luctas partidarias por que passou a ilha Terceira. Alquebrado de forças pela doença, que o victimou, a sua energia e força de vontade dominavam as dôres physicas logo que se tornava necessario para a lucta, depois caia extenuado, mas nunca faltou em comparecer ao menor grito d'alarme do seu partido.

Joaquim Coelho d'Andrade e Santos, terceirense. Foi professor particular de instrucção primaria e de latim. Estabeleceu o collegio denominado: *Novo Collegio da Guia*. Escreveu e publicou: *Apontamentos sobre as quatro conjugações dos verbos latinos accommodados á grammatica elementar da lingua latina do sr. Joaquim Alves de Sousa*, 1873. Nasceu a 2 de julho de 1844 e falleceu a 13 de dezembro de 1883.

João José d'Aguiar, terceirense, nasceu aos 30 de setembro de 1844 e falleceu em 21 de outubro de 1888. Foi amanuense da secretaria da camara municipal de Angra, escrivão da administração d'este concelho, e era condecorado com o habito de Christo. Foi procurador á junta geral do districto, e vogal da commissão executiva da mesma junta. Era conceituado jornalista e collaborou com comprovada competencia em varios jornaes terceirenses. Escreveu e publicou: *Memoria descriptiva da inauguração do retrato do fallecido par do reino conde da Praia da Victoria, no salão nobre do palacio da camara municipal de Angra do Heroismo*; *O Bispo de Nilopolis e a ilha Terceira*, 1887.

José Teixeira Soares, terceirense, nasceu em 1852 e falleceu a 27 de outubro de 1874. Foi professor de instrucção primaria e collaborou em varios jornaes.

Gonçalo Rodrigues da Camara Lima, terceirense. Foi advogado de provisão na comarca de Angra, e exerceu varios cargos electivos. Collaborou em varios jornaes e almanachs, tendo produções em prosa e verso. Falleceu em setembro de 1879.

Antonio Joaquim Teixeira, terceirense, nasceu aos 28 de março de 1853. Como jornalista collaborou em varios jornaes angrenses, e escreveu: *A mulher vendida* ou *historia de um casamento*; *O Parocho na aldeia*, comedia em 3 actos; fundou o *Chicote*, pequeno jornal. Cultivou a arte musical, deixando algumas produções avulsas. Foi empregado de fazenda, esteve em Africa e falleceu em Lisboa.

João de Sousa Pereira, terceirense, nasceu em 1823. Quando rapás exerceu a profissão de typographo. Applicando-se ao estudo principiou a escrever para o jornal *O Angrense*, publicando algumas produções em prosa e verso com o pseudonymo *Mathias Alberto*, mais tarde foi empregado na conservatoria de Angra do Heroismo, chegando a ser ajudante da mesma conservatoria. Era um bom e honesto empregado. Falleceu nesta cidade.

Joaquim José Coelho Mendes, terceirense, nasceu a 12 de junho de 1861. Collaborou em varios jornaes e almanachs; escreveu varias biographias, e poesias, o que tudo consta dos *subsídios para a historia litteraria dos Açores*, que principiou a colligir e a publicar em folhetins no jornal *A Terceira* de 1886-1888. Era intelligente, estudioso e trabalhador. Falleceu aos 7 de dezembro de 1890.

Theotónio Simão Paim d'Ornellas Bruges, terceirense, bacharel em philosophia pela Universidade Livre de Bruxellas, 1862, advogado nas comarcas de Angra e Praia da Victoria, antigo deputado da nação, por Angra do Heroismo e Pico, 1868 e 1879, nasceu aos 22 de setembro de 1841. Escreveu: *Aqui Não*, resposta ao folheto intitulado *D. Miguel II*; *Philosophia da Historia*, conferencias realisadas na extincta sociedade *Gremio Litterario*, 1871; *Duas palavras sobre a solidariedade humana*, discurso pronunciado no salão do paço municipal de Angra, no sarau promovido em beneficio das victimas dos terremotos da Andalusia, 1885; *Memoria da solemne entrada na sua diocese do ex.º e rev.º D. João Maria, bispo de Angra do Heroismo*, 1872; traduziu a comedia franceza *Honra e Dinheiro*, de Ponsard, e tem varios e importantes trabalhos juridicos, e brilhantes discursos forenses, historicos e litterarios, que pena é não verem a luz da publicidade. Foi chefe fiscal do districto das alfandegas dos Açores, escrivão da

camara municipal, sub-inspector de instrucção secundaria nos Açores e Madeira desde 1881 a 1892, em que a sub-inspecção foi extinta, e foi tambem o primeiro director da actual Escola Districtal. É jornalista e tem sido o director politico do *Angrense*. Foi administrador d'este concelho, vogal da junta geral do districto, e membro da commissão executiva da mesma junta.

Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, terceirense, barão do Ramalho, commendador da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, fidalgo cavalleiro da casa real, dr. em Sciencias Naturaes pela Universidade de Bruxellas, 1858, nasceu aos 17 de setembro de 1835. Foi governador civil d'este districto, deputado da nação, vogal do conselho de districto e da junta geral, e presidente da camara municipal d'esta cidade. Como jornalista primoroso foi director politico da *Terceira*. É inspector superior das alfandegas, e está collocado na alfandega de Angra.

Antonio Borges do Canto Moniz, terceirense, nasceu a 27 de fevereiro de 1846. Foi professor regio de instrucção primaria, e é hoje inspector de 1.^a classe do corpo da fiscalisação de impostos. Escreveu: *A Ilha Graciosa, descripção historica e topographica*, 1884; *Biographia de D. Catharina de Senna, abbadesa do convento de S. Gonçalo de Angra*, 1874, e varias producções em prosa e verso, artigos politicos, folhetins, etc., publicados em diversos jornaes do continente e Açores.

Alberto Telles de Utra Machado, terceirense, já está feita a referencia como bacharel. Escreveu: *Cantos Açoreanos*; *D. Affonso VI*, fragmento, 1857; *Rimas*, 1863; importantes producções publicadas em varios numeros da *Illustração Portuguesa*, e ultimamente tem traduzido os bellos volumes, que constituem a preciosa bibliotheca do benemerito Julio d'Andrade.

Augusto Ribeiro, terceirense, antigo deputado, 1887-1890, commendador de numero da nobilissima ordem de Carlos III de Isabel a Catholica de Hespanha; cavalleiro da Legião d'Honra e Official d'Instrucção Publica em França, de Leopoldo da Belgica de Gustavo de Wasa da Suecia, membro honorario da *Societ des Sciences* de Bruxellas; socio correspondente da *Societ é Indo-Chinoise*, de Paris, e seu delegado geral pelos Açores, membro honorario do *Conseil heraldique de France*, e do *Instituto heraldico de Roma*; socio effectivo da *Real Associação dos Archeologos de Portugal*; membro effectivo do *Conselho Superior dos monumentos nacionaes*; secretario do *Conselho das Pantas Ultramarinas*; vogal da *Junta Geral das Missões Portuguesas*; vogal da *Commissão de Contas do*

ministerio da fazenda, e socio effectivo, vice-presidente da secção de estatistica, e membro das commissões de emigração e insulana da *Sociedade de Geographia de Lisboa*, nasceu aos 16 de maio de 1853.

Foi alumno distincto do lyceu de Angra. Encetou a sua brilhante carreira jornalistica collaborando no jornal angrense *A Independencia*, do fallecido dr. José da Fonseca Abreu Castello Branco. Mais tarde publicou o jornal liberal *A Idéa Nova*, 1879, semanario de combate anti-jesuitico. Collaborou em varios outros jornaes angrenses, e entre as suas producções, a que deu publicidade nesta sua patria, a ilha Terceira, que muito ama e estremece, tornam-se mais importantes: *Progreddior*, discurso de propaganda liberal, 1874; *O Ultramontanhismo e a Liberdade, duas palavras aos jesuitas*, 1874; *Lazaristas nos Açores*, 1876; *Eu e Elle, carta ao sr. D. João Maria, Bispo de Angra*, 1876.

Como illustrado funcionario publico começou a sua carreira por amanuense da administração do concelho de Angra, sendo em 1878 nomeado, por concurso, amanuense para o ministerio da marinha, e foi promovido a segundo official em 1885 e a primeiro em 1896.

Em Lisboa fundou o jornal *Commercio de Portugal*, e tem collaborado e collabora nos jornaes mais importantes de Lisboa e Porto. Foi correspondente e collaborador da *Revue Politique et Parlementaire*, de Paris, e sendo convidado pelo comité central da exposição de Paris, escreveu tres monographias: *Etudes et observations meteorologiques aux colonies du Portugal*; *Missions et exploration portugaises du XV^e au XIX^e siècles*; *Du regime fiduciaire et du crédit foncier aux colonies portugaise*.

Da historia açoreana, com especialidade da historia terceirense tem sido um incançavel investigador, aproveitando sempre todas as occasiões para a enaltecer e exaltar os feitos sublimados dos seus heroes. O seu elevado amor patriotico levou-o a dar á sua estremeida e illustre filha o nome de *Maria Angra*. Consta que tem já concluido um importante estudo, que verá a luz da publicidade com o titulo: *Os Açores e os descobrimentos modernos, os Côte Reaes*. Por occasião da visita regia ao Archipelago Açoreano publicou: *Pro Memoria, visita de Suas Magestades El-Rei o Senhor D. Carlos I e Rainha a Senhora D. Amélia á ilha Terceira*.

Quando deputado apresentou a proposta para ser dada uma pensão ao insigne poeta João de Deus: O discurso para a apresentação da proposta é um dos monumentos do *Diario das Camaras*.

Foi secretario particular dos ministros da marinha conde de Macedo, Barros Gomes e Ressano Garcia.

A biographia d'este illustre terceirense foi publicada pelo conde de Sieuve de Menezes (2.^o) na revista litteraria e illustrada an-

grense, *A Semana*, n.º 27, do 1.º de julho de 1900, e é precedida do seu retrato.

Francisco de Menezes Meyrelles do Canto e Castro, visconde de Meyrelles, terceirense, antigo director das alfandegas de Macau e Moçambique, Consul geral de Portugal em Bombaim (India Inglesa), Consul geral de Portugal em Stettin (Allemanha), secretario geral da Companhia de Moçambique, e por diversas vezes governador dos territorios da mesma Companhia em Africa, é actualmente Consul de 1.ª classe e Agente commercial portuguez junto da embaixada em Berlim.

Collaborou com Teixeira de Vasconcellos no *Jornal da Noite*, Lisboa, e ultimamente, quando regressou da Africa, fez reaparecer o *Jornal das Colonias*, que havia sido propriedade de seu pae Alexandre Meyrelles do Canto e Castro.

Francisco d'Azevedo Cabral, terceirense, nasceu aos 21 de julho de 1828. Foi vereador da camara municipal de Angra, administrador do concelho da Praia da Victoria, e primeiro official chefe da repartição da antiga junta geral d'este districto. É empregado da secretaria da actual junta, é jornalista, tendo collaborado em varios jornaes angrenses, nos quaes se acham tambem publicadas algumas das suas mimosas produções poeticas.

Padre Manuel Maria da Costa, terceirense, nasceu em novembro de 1843. Foi cura nas parochias das Doze Ribeiras e Belem, ilha Terceira. Foi secretario do fallecido D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel. É illustrado paroco da freguezia de S. Matheus, d'esta ilha. Como jornalista collaborou no jornal *O Catholico*, que se publicou nesta cidade.

Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt, (*Mendo Bem*) terceirense, nasceu aos 8 de dezembro de 1848. Como funcionario publico da repartição de fazenda, tem exercido com superior competencia as funcções do seu cargo em Angra do Heroismo, Ponta Delgada, Lisboa, Porto e Guarda, onde é delegado do thesouro.

Como jornalista e poeta distincto e primoroso tem as suas muitas produções publicadas em diversos jornaes dos Açores e continente, que sobejamente confirmam os seus elevados dotes intellectuaes, e tem mais as seguintes publicações: *Esmola aos naufragos*, versos, 1878; *Valle das Furnas*, versos, 1895; *Florilegio Mariense*, versos, 1896; *Cosinha Economica*, versos, 1898; *Mariense*, versos, 1899; *O Coronel Sousa e Silva*, 1899; *Notas de Viagem*, 1899. A publicar: *Respigando*, contos; *Amorosas*, versos d'outr'ora; *Pela Beira*, viagens; *Rimas Insulares*, 1.º livro de versos; *Noites Açorea-*

nas, 2.º livro de versos; *Atlanticas*, 3.º livro de versos; *Trovas de Mendo Bem*, 4.º livro de versos; *Cartas Açoreanas*.

Este illustre terceirense acaba de enriquecer a bibliotheca da camara municipal de Angra, com a valiosissima offerta de 3:000 volumes. A municipalidade angrense, na sua sessão extraordinaria de 25 de setembro de 1902, sob proposta do seu presidente o sr. Visconde d'Agualva, consignou na acta um voto de louvor e profundo agradecimento por tão preciosa dadia; deliberou collocar na sala da bibliotheca, que ia ser ampliada, o retrato do illustre offerente, e pediu ao governador civil do districto para levar ao conhecimento de Sua Magestade este meritorio facto, para que possa da Regia munificencia receber o devido galardão.

Padre Antonio Augusto Teixeira, terceirense, é capellão militar, actualmente em Vianna do Castello. Foi professor da extincta Escola Normal de Angra do Heroismo, e professor provisório do lyceu d'esta cidade. Como jornalista foi director politico do jornal *A Terceira*. É orador illustrado.

Elias José Ribeiro Junior, terceirense, illustrado coronel do regimento de infantaria 25, no castello de S. João Baptista, commendador de S. Bento d'Aviz, cavalleiro da ordem militar de Christo, condecorado com a medalha de prata da classe de comportamento exemplar, nasceu aos 9 de janeiro de 1846. Como jornalista distincto tem collaborado em varios jornaes.

Raymundo Sieuve de Menezes, 2.º conde de Sieuve de Menezes, terceirense, presidente da actual camara municipal, governador civil d'este districto, director da *Caixa Economica de Angra do Heroismo*, recebedor aposentado d'este concelho, nasceu nos 13 de junho de 1854. Foi director politico do semanario *A Terceira*, e tem collaborado distinctamente em varios jornaes.

Alfredo Pamplona Machado Corte Real, terceirense, nasceu aos 20 de janeiro de 1855. Foi professor do *Novo Collegio da Guia*. É distincto e intelligente 1.º empregado da *Caixa Economica de Angra do Heroismo*. Fez parte da redacção dos jornaes *O Heroismo*, *A Epoca* e *O Angrense*, sendo os seus artigos bem redigidos. Ha annos que abandonou as lides jornalisticas.

José Augusto da Silva Sampaio, terceirense, nasceu aos 28 de fevereiro de 1852. É 3.º verificador das alfandegas, aposentado em 1900, e desde 1870, em que foi nomeado aspirante, serviu nas alfandegas de Angra, Funchal, Horta e Porto. Foi professor particular de Mathematica, professor provisório do lyceu de Angra, amanuense da extincta repartição central do governo civil do districto e socio benemerito do Gremio Litterario de An-

gra do Heroismo. Escreveu e publicou : *Cantos da Mocidade*, versos, 1870; *Algumas reflexões sobre o ensino publico na ilha Terceira*, 1871; *Synopse alphabetica das resoluções da commissão das pautas e do conselho geral das alfandegas*, 1853 a 1875; *Indices alphabeticos da Gazeta das Alfandegas*, desde 1873 a 1892; *Diccionario de tecnologia aduaneira*, 1.º vol. 1899, 2.º vol. 1900 até á letra C E V. Esta obra, que se imprimia por conta do Governo na Imprensa Nacional, foi interrompida por haver sido retirado o subsidio para esta publicação. Como jornalista distincto tem collaborado em varios jornaes.

Francisco Sieuvé de Menezes e Lemos, terceirense, nasceu aos 21 de novembro de 1855. Entrando muito novo para a fiscalisação externa das alfandegas, onde intelligentemente exerceu cargos de superior categoria, é hoje inspector de 1.ª classe da fiscalisação dos impostos. É jornalista e tem collaborado em varios jornaes. É o fundador e director da interessante e bem conceituada revista litteraria angrense *A Semana*, que se principia a publicar no 1.º de janeiro de 1900. É a primeira revista, no seu genero, do archipelago. Tem apresentado gravuras de homens notaveis de Portugal e estrangeiro, de artistas, monumentos, costumes, etc.

José Sebastião de Castro do Canto, terceirense, nasceu a 20 de janeiro de 1850. Foi professor do *Novo Collegio da Guia*. É illustrado secretario da camara municipal de Angra do Heroismo. É photographo amator e tem apresentado primorosos trabalhos. Tem collaborado em varios jornaes.

Alfredo Mesquita, terceirense, nasceu a 16 de julho de 1871. Encetou a sua distincta carreira de jornalista e escriptor fundando, conjuntamente com Joaquim Borges de Menezes, *Os Binoculos*, publicação de critica mensal, 1887; escreveu a cançoneta *De Paris*, que foi desempenhada, no theatro angrense, pelo actor Santos da companhia dramatica Affonso Taveira, sendo muito victoriada esta primeira producção do novel escriptor; collaborou no *Almanach Açoreano* e na *Revista Angrense*. Resolvendo ir estabelecer-se em Lisboa, tem collaborado, por forma superior, em varios jornaes da capital, e escreveu e publicou : *Julio Cesar Machado*, *Portugal Moribundo*, *Vida Airada*, *De Cara Alegre*, *Cartas d'Hollanda*.

Antonio Ramos Moniz Côte Real, terceirense, nasceu em 1835 e falleceu aos 20 de maio de 1878. Foi o fundador e redactor do semanario *O Correio da Terceira*.

Manuel Pinheiro, terceirense, nasceu em 1853. Foi administrador dos concelhos da Villa da Praia da Victoria, e da Villa de Santa Cruz da Graciosa. É 1.º verificador das alfandegas, e foi director da alfandega de Angra, e das alfandegas da circuns-

cripção dos Açores. Encetou a sua carreira jornalistica collaborando no jornal *A Independencia*, foi redactor do *Angrense*, e collaborou em outros jornaes. Escreveu parte do 5.º volume e o 6.º das *Épocas Memoraveis da ilha Terceira*, que estavam incompletas pelo fallecimento de seu pae José Joaquim Pinheiro.

Padre José Alves da Silva, terceirense, monsenhor, conego da Sé de Angra, examinador pro-synodal, nasceu aos 8 de junho de 1850. Foi corista e capellão cantor da Sé, cura na Matriz de Santa Catharina, da Calheta, na igreja da Conceição de Angra, e vigario da igreja de S. Roque dos Altares. Foi redactor do *Catholico*, *Cartão de Visita*, *Peregrino*, collaborou em varios jornaes e publicou annotada a *Topographia ou descripção phisica, politica, etc., da ilha Terceira*, do padre Jeronymo Emiliano de Andrade, 1891.

Faustino Fonseca, terceirense, nasceu em 1871. Como jornalista tem collaborado em varios jornaes terceirenses e continentaes, e como escriptor tem, entre outras publicações, *Tres Mezas no Limoeiro*, *Alma Portuguesa*, *Descoberta do Brazil* e *Ignez de Castro*. Reside em Lisboa.

Francisco de Paula Moniz Barreto, terceirense, official da secretaria do governo civil, nasceu aos 16 de abril de 1857. Fez parte da redacção dos jornaes *O Artista*, *Voz do Artista* e *Imparcial*, e tem collaborado em outros jornaes. É distincto amator dramatico e musical.

Eduardo Augusto de Sousa Ribeiro, terceirense, reside em Lisboa. É o fundador, proprietario e redactor do bem conceituado jornal *Portugal, Madeira e Açores*. É empregado da repartição do ministerio da marinha. É distincto amator musical, e compoz a musica para o drama sacro *O Martyr do Japão*, original do intendente de pecuaria José Maria Leite Pacheco, e alem d'outras producções musicaes compendiou, para piano, os cantos terceirenses, usados nos bailes populares, e aos quaes deu publicidade.

Padre João Augusto da Silva Furtado, terceirense, nasceu aos 26 de julho de 1852. Foi cura em Ponta Delgada, da ilha das Flores, em Santo Antonio, do Pico, na Calheta, de S. Jorge, e vigario na freguezia das Quatro Ribeiras, da ilha Terceira. É actualmente vigario de S. Pedro, da Ribeirinha, Terceira. Tem collaborado em varios jornaes.

Padre Francisco Machado Victoria Sozinho, terceirense, nasceu a 6 de maio de 1856. Foi cura da

Matriz das Velas, S. Matheus, de Angra, e é vigário dos Biscoitos, Terceira. Tem collaborado em varios jornaes.

Feliciano do Nascimento Pinto, terceirense, nasceu aos 29 de outubro de 1864. É capitão do exercito e está em serviço na escola pratica de infantaria em Mafra. Collaborou distinctamente em alguns jornaes angrenses, e redigiu a excellente publicação litteraria angrense *O Domingo*, fundado por Jacome de Sousa Ribeiro.

Mannel Caetano, terceirense, tenente de infantaria, nasceu aos 5 de agosto de 1855. Foi durante muito tempo o redactor principal do semanario *O Imparcial*, que se publicou nesta cidade. As suas produções, em prosa e verso nelle publicadas, demonstram o seu amor ao estudo e superior intelligencia.

Luiz da Costa, terceirense, nasceu aos 9 de maio de 1866. Foi durante alguns annos o director politico do jornal *A Terceira*. É bem conceituado escrivão e notario na comarca de Angra do Heroismo.

Padre Francisco Lourenço do Rego, terceirense, nasceu aos 4 de janeiro de 1846. Foi cura no Porto Martins, e na freguezia de Santa Luzia, é vigário da parochia da Serreta. Foi professor do *Novo Collegio da Guia*, e como jornalista collaborou no semanario *O Angrense* e outros jornaes.

Manuel Vieira Mendes da Silva, terceirense, nasceu aos 28 de setembro de 1862. Foi capellão da Sé de Angra, alumno do lyceu e seminario. Fundou o semanario *O Canto de Visão*, de que era redactor, conjunctamente com o conego José Alves da Silva, então vigário dos Altares. No 1.º de dezembro de 1893 estabeleceu o importante diario angrense *A União*, que superiormente redige. Tem collaborado em varios jornaes das Açores. É amador musical cantor.

João de Castro do Canto e Mello, terceirense, nasceu aos 26 de maio de 1875. É intelligente amanuense da secretaria da camara municipal de Angra, e como jornalista tem collaborado distinctamente em varios jornaes. É o correspondente do jornal *O Arauto*, que se publica em New-Bedford, California.

Joaquim Borges de Menezes, terceirense. Quando estudante do lyceu de Angra, publicou, conjunctamente com Alfredo Mesquita *Os Binoculos*, publicação litteraria e critica mensal. Publicou mais, conjunctamente com os outros estudantes

o jornal *O Incolor*, revelando sempre em todos os seus escriptos a sua elevada aptidão para a litteratura, e superior intelligencia. Reside ha annos nos Estados Unidos da America do Norte, e fundou, em New-Bedford, a importante revista illustrada *o Arauto*.

Manuel Vieira da Silva, terceirense, nasceu aos 29 de julho de 1868. É amanuense da secretaria da junta geral d'este districto. Principiou a sua carreira jornalistica no semanario *O Industrial*, collaborando depois em outros jornaes. É hoje um dos redactores da *Terceira*. É intelligente e estudioso.

Estevam Borges do Canto, terceirense, nasceu em 1851. É inspector de 2.ª classe da fiscalisação dos impostos. Tem collaborado com distincção em varios jornaes angrenses.

José Maria Pinheiro, terceirense, nasceu em 15 de agosto de 1862. Foi amanuense e official da secretaria da antiga junta geral d'este districto, é distincto official da secretaria do governo civil. Tem collaborado em varios jornaes angrenses.

José Theodosio de Bettencourt Carvalho, terceirense, nasceu aos 9 de junho de 1840. É bibliothecario da camara municipal de Angra. Tem escripto varias poesias, que se encontram publicadas em diversos jornaes terceirenses.

Thomaz d'Azevedo, terceirense, nasceu em 1851. Escreveu e publicou varias poesias e folhetins, que se encontram publicados na *Terceira*. Reside nos Estados Unidos do Brazil.

José Maria Coelho de Lima, terceirense, nasceu aos 29 de fevereiro de 1864. É escripturario da *Agencia do Banco de Portugal*, em Angra. Tem exercido alguns cargos electivos. Como vogal secretario da junta de parochia de Nossa Senhora da Conceição, muito concorreu para a reedificação da igreja do Desterro. Foi um dos fundadores da *Cosinha Economica Angrense* e é secretario da commissão permanente da mesma *Cosinha*. Como secretario da direcção do *Club Popular Angrense*, muito tem concorrido para as prosperidades d'esta associação, e muito tem melhorado a sua bibliotheca. Foi um dos fundadores e redactores do semanario *O Liberal*.

Francisco Vicente Ramos, terceirense, nasceu a 18 de novembro de 1860. Como distincto jornalista tem collaborado em varios jornaes, fazendo actualmente parte da redacção do semanario *A Ilha Graciosa*. É distincto advogado da comarca de Santa Cruz, d'aquella ilha, onde foi presidente da camara, juiz substituto e administrador do concelho.

Antonio Cesar Vieira, terceirense, nasceu aos 13 de dezembro de 1859. Foi professor do curso primario nocturno *Fonseca Coutinho*, estabelecido no *Club Artistico Terceirense*. É despachante da alfandega de Angra. Inteligente, trabalhador e estu- dioso, fez parte condigna da redacção do semanario *O Artista* e da *Voz do Artista*.

Padre José de Menezes de Brito, tercei- rense, nasceu aos 29 de dezembro de 1836. É recebedor no conce- lho da Villa da Praia da Victoria. Fundou o antigo jornal praiense *Onze de Agosto*, e mais tarde *O Praiense*, *Ecco Praiense* e *O Jor- nal da Praia*. Foi capellão da Misericordia d'aquella Villa.

Constantino José Cardoso Junior, tercei- rense, nasceu aos 23 de agosto de 1864. Foi presidente da camara municipal da Villa da Praia da Victoria, e como tal exerceu o lo- gar de juiz substituto. Como jornalista tem distinctamente colla- borado nos jornaes da politica progressista. É secretario da camara da Praia e advogado naquella comarca.

Jacob Abohbot, terceirense, nasceu aos 20 de junho de 1840. É agente consular de Tunis. Foi o proprietario e reda- tor do jornal *A Evolução*, órgão do partido republicano, que se pu- blicou em 3 de dezembro de 1885, suspendendo a publicação em 22 julho de 1896.

Antonio Lucas de Lima, terceirense, nasceu nos 12 de outubro de 1854. É apontador de 1.ª classe das obras publi- cas, fazendo serviço na secretaria da junta geral d'este districto. Escreveu : *Drama de familia, ou a virtude premiada*, romance.

Candido de Mello, terceirense, professor interino da Escola Districtal, escreveu : *Volitos*, 1 vol., versos, 1901. É amador cantor musical.

Gervasio Lima, terceirense, escreveu : *Saudades, contos intimos*; 1 vol., 1901. *Discurso sobre a batalha de 11 de agosto de 1829*. Tem collaborado em varios jornaes.

Antonio Corrêa Garcia, terceirense, nasceu em 24 de outubro de 1857. Tem escripto chronicas tauromachicas com conhecimento perfeito da arte de Montes.

Henrique Braz, terceirense, nasceu a 9 de fevereiro de 1834. É alumno do lyceu central de Lisboa. Escreveu : *Vagidos*, primeiros versos, 1 vol. 1902.

Joaquim Bartholomeu Flores, terceirense,

nasceu aos 24 de agosto de 1885. É alumno do lyceu central de Lis- boa. Escreveu : *Preconceitos Sociaes*, comedia-drama em 3 actos, que vae ser posta em scena, por amadores, no theatro angrense.

João Moniz Côrte Real, terceirense. Escreveu : *Fatalidade do povo da ilha Terceira na sua politica contenda contra os rebeldes*, 1832.

Luiz Meyrelles do Canto e Castro, tercei- rense, fidalgo cavalleiro da casa real, nasceu em 15 de maio de 1785, e falleceu a 23 de março de 1854. Escreveu : *Memoria sobre as ilhas dos Açores e principalmente sobre a Terceira, considerando a educação da mocidade, a agricultura, o commercio, a administração da fazenda publica e o governo municipal*. Paris, 1834.

Manuel do Canto e Castro, terceirense. Escre- veu : *Dos esquadões modernos*, Madrid, 1839.

Joaquim de Menezes Teixeira Brazil, terceirense, nasceu aos 11 de setembro de 1845 e falleceu a 31 de dezembro de 1882. Escreveu uma serie de artigos e folhetins no jornal angrense *O Heroismo*, e collaborou em outros jornaes.

Alfredo Luiz Campos, terceirense. Escreveu : *Fí- dalgos e Plebeus*, comedia-drama em 4 actos, representada por ama- dorea no theatro Angrense; *Scenas da Vida*, comedia-drama em 4 actos, representada por amadores e pela actriz Carolina Santos; *Alda, a filha do sargento*, comedia-drama em 4 actos, representada pela companhia do actor Justino Marques; *O Segredo de Albertina*, comedia ornada de musica, versos do fallecido jornalista e poeta Antonio Casimiro Mourato; *Em familia*, comedia em 1 acto, ornada de musica, versos de Azevedo Cabral; *O Dominó Vermelho*, come- dia em 1 acto; estas tres ultimas producções foram representadas por creanças, no mesmo theatro; *Um quarteto de amor*, comedia em 1 acto. Fundou os jornaes *O Heroismo* (2.ª), *O Luctador*, *O Indus- trial e Atheneu*, que redigiu, conjunctamente com Alfredo Pamplona Machado Côrte Real, o primeiro; com Casimiro Mourato e João José de Aguiar, o segundo; e com varios jornalistas o terceiro e quarto. Na ausencia do fallecido dr. José da Fonseca Abreu Castello Bran- co, quando este foi eleito deputado, ficou, durante duas legislaturas, com a direcção politica do *Angrense*; collaborou nos jornaes tercei- renses *Artista*, *Voz do Artista*, *Luiz de Camões*, *União*, *Gazeta de Noticias*, *Terceira*, *Imparcial* e *Liberal*, e no jornal michaelense o *Diario dos Açores*. Foi vogal da antiga junta geral d'este districto.

João Soares d'Albergaria, jorgense, nasceu em janeiro de 1796, e escreveu : *Chorographia Açoreana, ou descri-*

ção phisica, politica e historica dos Açores, 1822. Foi deputado em 1837. Falleceu em março de 1875.

João Cabral de Mello, jorgense, era bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, refere Coelho Mendes, e escreveu: *Motes glosados na ilha Terceira, no dia dos annos (9 de junho) da ill.^{ma} e ex.^{ma} sr.^a D. Francisca Maria d'Assis e Costa, 1790; Paraíso restaurado de Milton*, que offereceu a Luiz Pinto de Sousa Continho, 1776; *Ode á ill.^{ma} e ex.^a sr.^a condessa de S. Lourenço, no dia dos seus annos na ilha Terceira, 1805.*

José Maria de Sousa, jorgense, nasceu em 1838, e falleceu em Angra do Heroismo. Era artista de alfaiate e dedicava-se ás letras. Publicou muitos artigos em varios jornaes açoreanos, assignados *O artista, José Maria de Sousa*. Era intelligente e possuia dotes oratorios, e tendo facilidade em fallar publicamente, discursou por varias vezes em reuniões da assembléa geral do partido progressista terceirense, e em *meetings*. Escreveu e pronunciou alguns discursos em saraus, e junto da campa de varios cidadãos.

Candido Ferreira de Serpa, jorgense, nasceu em 1853 e falleceu no Rio de Janeiro. Foi redactor do *Jorgense*.

João Duarte d'Andrade, jorgense, dedicou-se a seguir o curso de medicina, mas adoeceu e teve de regressar á terra natal, fallecendo na Villa das Velas. Foi redactor do *Jorgense*.

Jorge Severino da Silva, jorgense, foi alumno do seminario angrense onde falleceu em 1870. Escreveu algumas poesias e collaborou em varios jornaes, demonstrando notavel aptidão e superior intelligencia.

Antonio de Sousa Hilario, jorgense, nasceu a 10 de dezembro do 1841. Foi empregado da bibliotheca do lyceu da Horta, 1866 a 1879, e escreveu: *Educação paterna, breves discursos, 1876; Breves soluções dos programmas officiaes para os exames de instrução primaria, 1878; Sermão dedicado á Santissima Virgem das Angustias, 1875.* Foi redactor do jornal *O Direito Popular da Horta*.

Anselmo de Sousa Bettencourt Silveira, jorgense, é secretario da camara das Velas. Foi redactor e fundador do *Jorgense*.

Manuel d'Andrade, jorgense, é advogado de provisão na comarca das Velas. Foi redactor do *Jorgense*.

João Caetano de Sousa e Lacerda, jorgense, tem exercido por varias vezes o cargo de administrador do

concelho da Calheta, cargo que actualmente exerce. Escreveu: *Saudades da minha infancia, 1867.* Tem collaborado em varios jornaes, e no *Velense* publicou uma serie de primorosos folhetins, sob o pseudonymo de *Julio Candido da Silva Leite*.

José Pimentel Homem de Noronha, jorgense. Já está feita referencia como bacharel. Escreveu: *A justiça das eleições no systema representativo, 1872; Duas palavras sobre o resumbio, 1874.* Collaborou em varios jornaes de Coimbra e ilha Terceira e na *Revista de Legislação e Jurisprudencia*.

José de Lacerda, jorgense. Já está feita referencia como medico. Escreveu: *Hecatombe, Flôr de pantano, Os neurasthenicos*, com prefacio do dr. Sousa Martins; *Esboços de Pathologia social e ideas sobre Pedagogia geral; Algumas palavras sobre interesses açoreanos.*

Manuel Machado Pamplona, jorgense, nasceu em 1845. É notario nas Velas. Foi redactor do *Jorgense* e do *Velense*.

José de Mattos da Silveira, jorgense, nasceu em 1853. É notario na Villa da Praia da Victoria, Foi redactor do *Jorgense*.

Antonio Miguel da Silveira Moniz, jorgense, nasceu a 4 de fevereiro de 1857. Foi professor primario, e tem exercido varios cargos electivos, como o de vogal da junta geral e vereador da camara de Angra. Foi redactor fundador da *Voz do Professorado*, redactor e proprietario do diario *A Gazeta de Noticias*, periodicos angrenses, e collaborou em outros jornaes. Escreveu: *Dos Açores a França, (notas de viagem) 1889; Contos Insulares, 1893.* É socio correspondente da *Associação da Imprensa Portuguesa*.

José Candido da Silveira Avellar, jorgense, antigo escrivão da administração do concelho das Velas e ajudante do conservador da Horta. Escreveu: *Ilha de S. Jorge, Açores, apontamentos para a sua historia*, da qual colhemos importantes notas referentes a esta ilha. Tem collaborado em diversos jornaes.

Padre Manuel d'Azevedo da Cunha, jorgense, foi professor primario complementar e é beneficiado da matriz da Calheta. Tem collaborado em varios jornaes angrenses e jorgenses, e ultimamente no *Insulano*, semanal da Villa do Topo, tem publicado sob a epigraphe *Papeis velhos*, importantes documentos e notas para a historia da ilha de S. Jorge.

João Silveira Forjaz de Lacerda e Carvalho, jorgense, é professor primario. Foi redactor do *Respigador*.

João Duarte de Sousa, jorgense, foi administrador do concelho da Praia da Victoria. Escreveu: *Ilha de S. Jorge, apontamentos historicos e descripção topographica*, 1897.

Antonio Gil, graciosense. Escreveu folhetins e bem elaborados artigos politicos, litterarios, e mimosas poesias, que se encontram publicados em varios jornaes açoreanos e continentaes. Traduziu e publicou o romance de Amède Achard, *Belle-Rose*. Publicou, conjunctamente com Augusto Ribeiro, o *Almanach Inualano* para Açores e Madeira, 1873 e 1874. Fundou e redigiu, conjunctamente com José Sampaio, o semanario *Os Açores*. Foi professor particular da lingua franceza, e provisorio do lyceu de Angra, e, estabeleceu nesta cidade um gabinete de leitura domiciliaria. Falleceu em 1883.

João Hermeto Coelho d'Amarante, graciosense, nasceu em 1820, e falleceu em 12 de agosto de 1893. Foi professor da lingua franceza no lyceu da Horta e de Ponta Delgada, socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa e da Academia *Indo-Chinois* de Paris. Foi jornalista, escriptor e poeta. Escreveu e publicou: *Roma perante o seculo IX*, 1865; *Paginas de prosa e verso, dedicadas aos verdadeiros progressistas de Portugal e Brazil*. Em diversos jornaes estão publicados muitos artigos e poesias que escreveu. Tomou parte em alguns saraus, pronunciando bem elaborados discursos.

André Diogo Martins dos Santos, graciosense, foi professor de instrucção primaria na escola da freguesia da Sé d'esta cidade. Collaborou em varios jornaes. Escreveu: *Compendio de arithmetica para uso das escolas* (inedito). Falleceu a 8 de março de 1871.

Manuel Bettencourt Neves, graciosense. Escreveu: *Compendio do systema metrico decimal para uso da infancia*.

É por emquanto limitado o numero de damas que, neste districto, teem dado publicidade a trabalhos litterarios, não obstante ser elevado o numero das que, pela sua instrucção, fino espirito e superiores dotes intellectuaes, possuem a aptidão propria para isso. Porém, o

receio, um natural acanhamento e modestia propria, as teem levado a só escrever para si e para suas amigas intimas.

As damas, de que temos conhecimento haver escripto para o publico, são:

D. Catharina de Christo, terceirense, foi religiosa do convento de S. Gonçalo, e escreveu: *Contemplações Espirituaes*.

D. Maria Guilhermina Mesquita Pimentel, terceirense. É elevado o numero das suas brilhantes producções em prosa e verso, que com prazer teem sido lidas em varios jornaes, que lhes teem dado publicidade. Esta illustre dama, que, á sua culta intelligencia e sentimentos liberaes, allia uma alma bem formada, um coração magnanimo, é incontestavelmente digna, pelas suas benemerencias, do muito respeito e veneração, que todos lhe tributam. Á sua boa vontade, e assiduos esforços se deve a creação da *Cosinha Economica Angrense*, inaugurada a 17 de abril de 1897.

D. Olivia Soares da Siveira, terceirense, reside em Lisboa, escreveu e publicou na *União* algumas primorosas poesias.

D. Marianna Belmira d'Andrade, jorgense, distincta poetisa, escreveu e deu publicidade: *Phantasias*, 1 vol., 1875; *A Sybilla*, 1884; *A Espingue*, publicação em prosa; e folhetins no jornal *Ilha Graciosa*.

D. Filomena Serpa, jorgense, reside na Villa da Praia da Victoria. Tem escripto e publicado em jornaes mimosas poesias.

Professores, mestres de banda, compositores e amadores musicas:

Raphael Coelho Machado, terceirense, nasceu em 1814. Foi jornalista, poeta, e compositor musical. Das suas importantes producções e composições, trata o *Diccionario de Innoencio*.

Pedro Machado d'Alcantara, terceirense, nasceu em 1819 e falleceu em 1894. Foi capellão cantor da cathedra

dral, professor primario e empregado da repartição de fazenda. Era um talento musical. Compoz : *Memor est mei* ; *Oremos pro. antistem*; *Libera-me* ; *Antifona justus germinabit* ; *Jaculatorias da Senhora da Boa Nova* ; *Sub-tuum praesidium* ; *Corona Aurea* ; *Motetos de quarta-feira santa* ; *Uma Missa* ; *Te Matrem* ; valsas, marchas, hymnos, polkas, etc.

José Augusto Cesar, terceirense, falleceu con-tramestre da banda do regimento de caçadores 10. Foi um distincto executante em cornetim, e conhecia os segredos da arte, como affirmavam os entendidos, o que está demonstrado nas suas diversas composições e arranjos para orchestra e banda.

Guilherme da Silveira Borges, terciirense, nasceu a 23 de março de 1841 e falleceu a 23 de setembro de 1863. Compoz uma missa e um *Ecce Sacerdos magnus*, alem d'outras composições.

Manuel José Candeias, terciirense, foi um executante distincto em barytono. Falleceu mestre da banda de caçadores n.º 10.

Manuel Augusto Gaspar, terciirense, foi uma notabilidade musical. Falleceu mestre da banda da guarda municipal de Lisboa.

João Antonio das Neves, terciirense, nasceu aos 3 de março de 1846. É distincto amator musical e compoz : *Libera-me*, para ser cantado nas exequias de D. Fr. Estevam de Jesus Maria, bispo de Angra, 1870 ; *Te-Deum a 4 vozes e instrumental*, 1871 ; *Tantum Ergo a solo e 4 vozes e instrumental*, que foi premiado com medalha d'ouro na exposição de Ponta Delgada, 1901 ; *Credo a 3 vozes e instrumental*, e varias outras composições sacras para orchestra, e profanas para banda e orchestra. É advogado na comarca d'Angra.

Thomaz Vaz de Borba, terciirense, nasceu a 23 novembro de 1868. É professor do Real Conservatorio de Lisboa, e compoz : *Missa, para canto e instrumental* ; *Te-Deum, para canto e instrumental* ; *O Fado do Limoeiro, para piano e canto* ; *Lembras-te, melodia para canto e piano* ; *Senhor ! eu sou teu filho, praghiera para canto e piano* ; *Barcarolla, para canto e piano*. Tem mais composições sacras e profanas, de que não sabemos os titulos. É pianista e organista distincto.

Jacome de Sousa Ribeiro, terciirense, nasceu a 6 de março de 1862. É amanuense da camara da Calbeta, exercendo o logar de secretario. Compoz : *Te-Deum a 4 vozes e instru-*

mental ; *Te-Deum a 3 vozes e instrumental*. Segundo nos consta está compondo uma missa. Existem d'este distincto cultivador da arte musical varias outras produções, como *Jaculatorias*, *antiphonas*, valsas, marchas, arranjos de diversas operas, etc. É organista e regente de orchestra e banda.

João de Sousa Ribeiro, terciirense, nasceu em 8 de julho de 1840. Tem regido varias philarmonicas, com notavel aptidão. É trabalhador incansavel. O desenvolvimento musical nesta cidade e deve muito ao seu zelo e actividade.

Gabriel das Neves, nasceu a 3 de dezembro de 1875. Tem o terceiro anno do curso do Real Conservatorio de Lisboa. É organista e pianista digno de apreço.

João dos Reis das Neves, (*De Neves Giovanni*) terciirense, nasceu a 6 de janeiro de 1881. Com notavel vocação para a arte musical, foi para Lisboa estudar com o afamado professor *Vellani*, e tendo este fallecido foi continuar os seus estudos em Milão, estreando-se em Codogno com a *Lucia de Lamermor*, des-empenhando o papel de lord Eurico Asthon, 1893. Esta sua estreia teve feliz exito. Sendo em seguida contratado para o *Grande Theatro Sociale*, desempenhou outras operas, sendo applaudido, e classificado pela imprensa : *Sempre bene il barytono De Neves*. Visitando sua familia e patria em julho de 1903, deu um concerto no theatro angrense, sendo calorosamente applaudido, antevendo-lhe todos um futuro brilhante na sua carreira tão auspiciosamente encedada.

Arão Benjamin, terciirense, tem publicado varias composições, entre as quaes só temos conhecimento da *Morena*, e da *Partida do comboio*, valsas.

Francisco de Lacerda, jorgense, é professor do Real Conservatorio de Lisboa, e está actualmente em Paris. É um pianista distincto. Ignoramos quaes as suas produções.

Padre José Maria do Nascimento, jorgense, nasceu a 18 de julho de 1874, e foi ordenado de presbytero a 27 de maio de 1899. E mestre da capella da Sé Cathedral de Angra do Heroismo, e professor de musica e canto-chão do seminario angrense. As suas composições são : *Miserere*, premiado com medalha d'ouro na exposição de Ponta Delgada, 1901 ; *Missa a instrumental*, que tem sido executada nas principaes e mais solemnes festividades de Angra. Tem outras composições ligeiras. É distincto organista.

Involuntariamente deixámos de mencionar, no lo-

gar competente, os seguintes nomes, que passamos a archivar.

Theotonio d'Ornellas Bruges, terceirense, dr. em Sciencias Naturaes pela Universidade de Bruxellas, 1860, conselheiro, antigo deputado, nasceu em 26 d'outubro de 1836. Reside em Lisboa, onde casou e constituiu familia.

Antonio Homem da Costa Noronha, terceirense, brigadeiro, escreveu : *Informações dos extinctos conventos da ilha Terceira, no anno de 1827.*

João Candido de Moraes, terceirense, escreveu : *Breve noticia da historia natural dos Açores.* Revista do jornal *O Seculo*, 1865.

Francisco de Paula Rebello, terceirense, pharmaceutico pela escola do Porto, 1898, nasceu aos 16 de setembro de 1874. Está estabelecido em Angra do Heroismo.

Alvaro da Costa Franco, terceirense, nasceu em agosto de 1842. Foi presidente da Junta Geral do districto de Angra e provedor da Misericordia d'esta cidade. Tem collaborado em alguns jornaes angrenses.

João Martins Pinto, terceirense, nasceu aos 24 de abril de 1868. É engenheiro civil e reside em Lisboa.

Francisco Gervazio Flores, terceirense, nasceu aos 19 de junho de 1877. Completou o curso de veterinario em 1903.

Gregorio Siles Gonzales de Medina, terceirense, nasceu aos 19 de maio de 1858. Foi alumno da casa Pia de Lisboa. É 2.º official dos correios e telegraphos, preparador de electeotechnia no *Instituto Industrial e Commercial* do Porto. Publicou : *Luses de Electricidade*, um vol. 1882, edição esgotada. Collaborou nos jornaes *Commercio do Porto*, *Revista de Electricidade*, a *Correspondencia* e o *Telegrapho Postal*.



XXXII

Ao tratarmos, no capitulo xv, dos phenomenos vulcanicos, que se teem dado nos Açores, mencionámos somente o acontecido até 1638, deixando a referencia dos que se lhes seguiram para novo capitulo, quando, no continuado da narração d'esta memoria historica, estivessemos mais proximos das epochas em que os ultimos tiveram logar.

O primeiro phenomeno vulcanico a seguir-se, foi a 12 de janeiro de 1647, na ilha Terceira, em que varios tremores de terra atemorizaram todos os habitantes. Como se isto fosse pouco vieram acompanhados d'uma tremenda tempestade, que arrancou muitas arvores, destruiu chaminés, casas de palha e os beirados das casas.

Neste mesmo anno, a 9 e 28 de junho e 4 de julho, repetiram-se valentes tremores de terra, que arruinaram muitas casas em Angra. Este anno foi denominado da fome e dos tremores de terra.

*

De 12 a 19 de outubro de 1652 houve na ilha de S. Miguel continuados tremores de terra, a que se se-

guiu uma horrivel erupção no Pico de João Ramos, e no Pico do Payo. «O fogo era tal, escreve o padre Antonio Fernandes Franco, que subindo da terra ao Ceo, parecia descer d'elle em nuvens de fogo toda a noyte: e no seguinte dia eram taes os estrondos da horrivel pedraria que os montes de si lançavam, e tal diluvio de cinza, quente, negra e medonha, que não só casas, quintas, e cêrcas, mas ainda muitas terras se perderam, e tornaram infructiferas: peor seria, se não fóra o vento norte e rijo, que lançava ao mar visinho do Sul aquelles grandes diluvios de cinza e fogo».

*

Em 1672, a 12 de abril, principiaram-se a sentir na ilha do Fayal amiudados tremores de terra, que arazaram muitas casas nas freguezias da Praia do Norte e Capello, e continuando até á noite de 23 para 24, rebentou um horrivel vulcão entre estas duas freguezias, «vomitando ardente lava que cobria vastas campinas, deixando seus donos reduzidos á miseria, arrojando por toda a ilha ardentes cinzas, que cobrindo as cearas e fructas pendentes as fizeram logo definhar, occasionando a morte de muito gado, numa palavra levando o terror e desolação a todos os habitantes do Fayal ¹».

*

Em dezembro do anno 1682 houve uma erupção

¹ A. L. da Silveira Macedo, *Historia das Quatro Ilhas*.

submarina proxima da ilha de S. Miguel, que se viu da Praia de Angra e dos Mosteiros de S. Miguel.

Em fins do anno de 1713 foi a ilha de S. Miguel mais uma vez victima de violentos tremores de terra, que destruíram muitos edificios e arruinaram templos.

*

No 1.º de fevereiro de 1718, principiaram-se a sentir, na ilha do Pico, amiudados tremores de terra, rebentando um espantoso vulcão na falda da montanha do Pico, entre as freguezias de Santa Luzia das Bandeiras, lançando por quatro boccas ardente lava em caudalosas ribeiras para o mar. Diminuindo de violencia o fogo d'este vulcão, houve nova explosão entre as freguezias de S. Matheus e S. João, principiando o fogo a correr para o mar na distancia de duas leguas. No dia 11 de fevereiro rebentou o fogo no mar, a distancia de 50 braças da terra.

No dia 24 houve outra explosão no caminho que vae para o Caes do Pico, repetindo-se, no dia 27, no centro da freguezia.

Parecendo ter limite este continuado e afflictivo viver dos picoenses, com a extincção do fogo a 15 de agosto, repetiram-se os tremores de terra no principio de setembro, cessando os tremores e acção do fogo em janeiro de 1719.

Em 10 de julho de 1720, repetiu-se com maior violencia este phenomeno vulcanico rebentando o fogo por dezeseis boccas nas faldas do Pico, por detraz do

Cabeço do Soldão. A inundação do fogo occupou cerca de uma legua em quadrado, causando enormes prejuizos. As cinzas foram levadas até á vizinha ilha de S. Jorge, onde causaram consideraveis prejuizos.

*

Em 10 de outubro de 1720 houve uma espantosa erupção submarina entre as ilhas de S. Miguel e Terceira, de que resultou a formação de uma nova ilha, que desapareceu em fins do anno de 1723. Varios teem sido os escriptores que tratam d'esta erupção, como se vê no vol. iv do *Archivo dos Açores*, pag. 345 a 349.

*

Em 1755 os effeitos do terramoto de Lisboa fizeram-se sentir nos Açores, alterando-se o mar de forma tal, que enormes enchentes se estenderam pela terra, demolindo casas, derrubando paredes e occasionando algumas mortes, na ilha Terceira.

*

«As 11 horas e meia da noite do dia 9 de julho de 1757 houve na ilha de S. Jorge um espantoso terramoto, que fez os maiores estragos (sendo repercutido na ilha Terceira) na Fajã dos Vimes e povoação que lhe ficava proxima, que ambas cahiram correndo até o mar, perecendo toda a gente que nas casas estava, e sendo este abalo no sabbado, logo no domingo se acharam junto do adro da igreja 128 pessoas mortas, entre as quaes o vigario da freguezia e ouvidor, assim

como o cura; foram estes os corpos que por estarem mais faceis se desaterraram, que depois se extrairam muitos outros corpos, ficando outros que se não poderam tirar, e se achou faltarem entre todos mil pessoas, sem differença de 4 ou 5. Tambem este terramoto chegou com grande força á ponta da ilha do Pico, onde cabiu a igreja e casas que por ali havia e morreram alguns individuos ¹.»

*

Desde 24 de dezembro de 1759 a abril de 1760 foi a ilha do Fayal victima de continuados tremores de terra, que obrigaram os povos a viver em constante sobresalto, e a fazer muitas procissões e preces.

*

Na ilha Terceira principiaram-se a sentir violentos abalos de terra em 22 do novembro de 1760, os quaes continuaram até abril de 1761. No dia 17 d'este mez rebentou o fogo entre o Pico Gordo e a serra de Santa Barbara; no dia 21 rebentou no *misterio velho*, durante oito dias, lançando ao ar enormes pedras, chuvas de areia e cinza, que se espalharam por toda a ilha, d'este fogo saíram tres correntes de lava em differentes direcções, consumindo uma d'ellas 27 casas na frezia dos Biscoitos. Felizmente não houve victimas a lamentar.

Em 29 de dezembro, d'este mesmo anno, houve um enorme temporal, que derribou casas e arrancou

¹ Apontamentos do dr. João Teixeira Soares.

arvores, seguindo-se ao temporal copiosissima chuva, que enchendo as ribeiras inundou os campos.

*
O Archipelago dos Açores, com especialidade a ilha Terceira, foi em 1800, agitado por muitos terremotos, que principiaram no dia 24 de junho e acabaram a 4 de setembro, julgando-se, diz Drumond, serem occasionados por algum vulcão rebentado no mar. Foram grandes os prejuizos nas casas desde a freguezia de Villa Nova á de S. Sebastião.

*
Em maio de 1808, foi a ilha de S. Jorge victima de enorme erupção, cuja horrorosa e minuciosa descripção se encontra no vol. v do *Archivo dos Açores*, pag. 437 a 447. Os seus effeitos fizeram-se sentir nas ilhas Terceira e Fayal.

*
Em julho de 1811 houve uma erupção submarina em frente do Logar dos Ginetes, ilha de S. Miguel. «No fim de oito dias de explosões successivas, e terremotos, a erupção cessou, deixando formado um illhéu de altura de 500 a 600 pés e de um terço de legua de circumferencia, tendo no centro uma bacia de aguas quentes lançando grande quantidade de vapores: foi porém pouco consistente a accumulção sobranceira ás aguas, que o mar a desfez em breve tempo, ficando em seu logar sómente um baixio¹».

¹ Mousinho d'Albuquerque, *Observações sobre a ilha de S. Miguel*.

*
O dia 15 de junho de 1841 marca uma data tris-tissima, afflictiva para a ilha Terceira, pelo horrivel terremoto que arrazou a Villa da Praia da Victoria.

Archivemos o que publicou o *Angrense* de 24 de junho d'aquelle anno:

«A Villa da Praia da Victoria, antes do anno de 1614 foi situada dentro das pontas de Santa Catharina e Espirito Santo, onde estão hoje collocados os dois fortes que lhe deram os nomes, e o seu porto ficava entre as — pontas do parto, e da má merenda — cuja bahia e ancoradouro tem 12 a 15 braças de fundo, segundo vemos da planta das fortificações, desenhada por um habil official de artilheria, o sr. major Antonio Homem da Costa Noronha. O terremoto de 24 de maio de 1614 que destruiu a antiga villa, abateu-a a ponto de que o mar tomou logo posse do terreno, formando aquelle formosissimo areial de tres quartos de legua, em circumferencia do qual estão collocados, em apropriadas distancias, os nove fortes com 25 boccas de fogo.

«Arrazada e abatida a villa naquelle anno, não desanimaram os praienses, pois começaram logo a erigir novos edificios para que seus vindouros viessem talvez a descobrir as causas que destruíram a antiga villa, que são as mesmas que arrazaram a nova Praia da Victoria. Não pretenderemos tocar no espesso veu que encobre os segredos da natureza incomprehensivel,

nem nos atreveremos a dicidir qual fosse a causa da destruição d'aquella villa, porque no grande theatro da natureza ha phenomenos que não se podem absolutamente explicar, senão por conjecturas, e melhor é naral-os do que clausurar os direitos ao saber. Temos olhos, e por isso seja-nos licito emittir nossa opinião, fundada sobre factos.

«Todo o observador que entrar na villa pela estrada do Cabo da Praia, verá que, mui proximo ao forte de S. João, existe uma grande fenda que vem do mar cortando todo o areial, e estendendo-se até á Cruz do Marco, que não é menos de um quarto de legua. Se lançar os olhos para a frente do extincto convento de S. Francisco verá a concussão que este recebeu em todo o frontespicio, fazendo tombar as columnas e paredes da igreja, toda construida de grandes pedras de cantaria; verá que a mesma violenta concussão destruiu todas as casas, demolindo-as na mesma direcção, assim como todos os mais valentes edificios, servindo de melhor exemplo a igreja matriz que tendo a capella-mór voltada para o mar, o tecto d'esta foi impellido para o corpo da igreja, e toda a frente e torre está inclinada para a serra da Praia, indicando que toda a força, que a fez partir e curvar, lhe veio do lado do porto, ou do nordeste.

«Para não sermos fastidiosos, devemos concluir: que a destruição da villa da Praia procedeu de um grande vulcão que rebentou no mar, bem em frente

d'aquelle porto; cuja força incomprehensivel, e pela proximidade percutiu com mais intensidade a villa e a freguezia das Fontinhas, estendendo a sua vibração com menos violencia por todo o litoral, até á villa de S. Sebastião, alem da qual não apparece vestigio algum de ruina; e tanto nos parece consentanea esta razão, que a incalculavel força impellida pelo vulcão, e que causou o terremoto, abriu aquella grande fenda no areial, denotando a força sobrenatural da expansão, e que talvez communicando-se por alguma caverna subterranea, por baixo da serra de S. Thiago, fosse a causa de se arrazar a igreja das Fontinhas, cujo alicerce saltou para cima das ruinas d'aquellê templo. Esta freguezia foi a que mais soffreu pela força vertical ou pulsação do terremoto, que arrasou todas as casas e paredes, sendo notavel que do grande Pico do Celleiro que lhe fica proximo nem uma só das paredes que o circundam lhe cahiu, podendo afoutamente dizer: *nemo me impuné lacessit*, não ha quem me despedace impunemente.

«A freguezia das Fontinhas que tem 203 fogos e 1:006 moradores, é na verdade, das parochias arrazadas, a que mais soffreu comparativamente, não se prolongando as ruinas alem d'este local. A demolição das casas e da igreja, segundo a posição em que tombaram, assaz demonstra que a grande concussão veio do lado de nordeste, e que o abalo alli foi vertical pelo arrojo dos alicerces; o que se não observa na Praia

que só foi percutida por violento tremor de inclinação, e concussão, como fizemos ver a muitos de seus moradores, e os convencemos.»

*

Em S. Miguel, nos annos de 1848, a 30 de outubro, e 1852, a 16 de abril, houve violentos tremores de terra, que desabaram edificios, abriram caminhos, e derrubaram paredes.

Em 1862, desde 21 de setembro até ao mês de dezembro, viveram os fayalenses em constante susto e afflicção, pelos continuados tremores de terra por que passou a ilha do Fayal.

O ultimo e assustador phenomeno vulcanico havido no Archipelago foi a erupção submarina junto da ilha Terceira em 1867.

Durante os primeiros seis meses d'este anno sentiram-se na Terceira e Graciosa alguns abalos de terra mais ou menos fortes, tornando-se mais frequentes de 25 de maio em diante, abalando e destruindo casas nas freguezias da Serreta e Raminho. Na noite do 1.º de junho, pelas 10 horas, rompeu a erupção no mar, á distancia de cinco kilometros da costa.

A descripção d'este phenomeno, bem assim as descrições de todos os que temos referido, encontram-se minuciosamente feitas e publicadas em diversos volumes do *Archivo dos Açores*.



XXXIII

Durante o governo do primeiro capitão general, D. Antão d'Almada, até ao do sexto capitão Ayres Pinto de Sousa Continho, gozaram os terceirenses completa paz, a agricultura progrediu e os melhoramentos materiaes foram importantes.

A 10 de junho de 1777 recebia-se a noticia de haver fallecido D. José 1, a 24 de maio, succedendo-lhe D. Maria 1, e que sendo mais tarde atacada de doença mental, assumira o governo de Portugal e seus dominios o principe D. João de Bragança, como foi communicado por carta regia de 16 de julho de 1799.

O nascimento do principe D. Pedro d'Alcantara, a 12 de outubro de 1798, e de que só chegou a noticia á ilha Terceira em 23 de janeiro de 1799, foi festejado com imponentes manifestações de regosijo publico.

O bispo D. José Pegado d'Azevedo, que desembarcou em Angra em dezembro de 1802, trazendo poderes de visitador e reformador das ordens religiosas, soffreu por isto serios desgostos, pois encontrou em alguns conventos de um e outro sexo, um viver licencioso, e uma vergonhosa relaxação de costumes.

Em janeiro de 1808 foi recebida a desgraçada noticia de haver sido Portugal invadido pelo exercito francês, sob o commando de Junot, e a da triste partida da familia real para o Brazil.

Todas as noticias, que depois se receberam quando foram expulsos os francezes nas tres invasões, solemnizaram-se em Angra com patrioticas demonstrações d'alegria, effectuando-se *festas reaes*, na forma do antigo compromisso da cidade, com brilhantes e ricas cavalhadas, danças, corridas de toiros, etc.

Em 26 de setembro de 1810, fundeava na bahia d'esta cidade a fragata *Amasona*, trazendo a seu bordo os presos politicos, que o servil e perseguidor Beresford desterrára para a ilha Terceira.

Entre os desterrados contavam-se os padres Wauzeler e D. Francisco da Soledade, e os doutores Lopes, Simas, e desembargador Vicente Ferreira Cardoso, e outros, que foram de comprovada utilidade para esta ilha difundindo os seus conhecimentos e saber entre os terceirenses.

Em 14 de abril de 1817, teve a camara aviso para proceder á acclamação de D. João VI, o que se realisou com a costumada solemnidade.

*

Haviam-se espalhado de um a outro hemispherio, em ondas de luz brilhantissima, os principios liberaes, que a França revolucionaria tinha proclamado.

Pina Manique e os seus esbirros, a inquisição e os

seus horrorosos tormentos, não conseguiram, por mais perseguições que fizessem, por mais castigos que executassem, impedir a sua benefica propaganda no reino lusitano.

O clarão immenso, que irradiára da Revolução e da Republica francezas, havia feito tremer os despotas, os grandes e os poderosos, que consideravam a humanidade sua escrava, e elles os senhores e dominadores de tudo e de todos.

Seguia a revolução na sua missão destruidora de velhas e caducas instituições; os canhões e a fuzilaria lançavam o terror e a morte por toda a parte, e tudo o que de grande e heroico, de terrivel e angustioso, de magnanimo e humanitario, de horroroso e abominavel, então se passou, regista-o a historia para ensinamento das gerações presentes e futuras.

Nessas grandes luctas collocara-se Portugal entre a espada e a parede. Servia de juguete entre a França, Hespanha e Inglaterra tendo de passar por tristes humilhações. A isto seguiu-se a miseranda campanha de 1801.

As aguias napoleonicas caminhavam, de conquista em conquista, atravez da França e da Europa.

Napoleão dividia caprichosamente na carta da Europa os reinos existentes.

No tratado de Fontainebleau, no dia 29 de outubro de 1807, feito pelo general Duroc, representante do imperador dos francezes, e Izquierdo representante

do rei Carlos de Hespanha, era Portugal dividido em tres porções.

Junot marcha sobre Portugal, invade-o; e o principe D. João, e a familia real fugindo para o Brazil, escapam a ser presa do audacioso general.

O que se passou em Portugal com a primeira invasão franceza, e com as duas que se lhe seguiram, commandadas por Soult e Massena até ao fim da guerra peninsular; o quanto soffreram os portuguezes com os inimigos e os alliados, dil-o a historia.

Resta-nos para gloria, que, não obstante todos os lamentaveis acontecimentos, todas as desditas, os regimentos portuguezes, que fizeram parte do exercito anglo-luso, praticaram prodigios de valor e bravura, sendo elogiados e enaltecidos os seus feitos pelo generaes inglezes.

Tambem á ilha Terceira coube uma pequena parte nessa gloria, pelos feitos de alguns de seus filhos, dos quaes temos conhecimento dos seguintes:

Manuel Ignacio Martins Pamplona, 1.^o conde de Subserra, a que já nos referimos, nas notas dos escriptores e jornalistas.

João Moniz Côrte Real, filho de Francisco Moniz Côrte Real e de D. Marianna Jesepha do Rego, nasceu em 23 de julho de 1775. Foi um militar distincto, havendo-se valorosamente na guerra peninsular, o que lhe mereceu honrosa menção nas ordens do exército. Tinha a cruz d'ouro n.º 6 e era condecorado com os habitos de Christo e Aviz. Reformou-se no posto de major e falleceu a 12 d'agosto de 1877. Foi intransigente partidario do miguellismo.

Luiz Diogo Forjaz de Lacerda, filho de Diogo Alvaro Pereira Sarmiento Forjaz de Lacerda e de D. Joaquina

Narcisa Leite de Noronha, fez a campanha peninsular, morrendo no cerco de Bayona. Em Lisboa fizeram-lhe sollemnes exequias, em que prégou o eminente orador o padre Wanzeler. Este discurso está publicado em folheto, acompanhado de uma pequena biographia d'este illustre terceirense e de umas poesias em seu louvor, escriptas pelo terceirense João Miguel Coelho Borges.

Acabada a guerra com a abdição do imperador, 1814, feita a restauração dos Bourbons, e assignada a paz, voltou á patria o exercito portuguez, que foi recebido entusiasticamente pelos seus compatriotas.

E um d'esses valentes, que fez parte do exercito, que tão gloriosamente se houve na guerra peninsular, foi o nomeado para setimo capitão general dos Açores, Francisco Antonio d'Araujo e Azevedo.

*

Chegou a familia real á Bahia a 19 de janeiro de 1808, e a 7 de março dava entrada no Rio de Janeiro, onde se estabeleceu a côrte portugueza.

Assim, acabada a guerra peninsular, ficámos com dois governos, o do Rio de Janeiro e o anglo-luso em Portugal.

Por carta de lei, de 16 de dezembro de 1815, foi elevado o Brazil á dignidade, preeminencia e denominação de reino, devendo os reinos de Portugal, Algarves e Brazil, formar um só reino sob o titulo de *Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e dos Algarves*.

Por alvará de 9 de janeiro de 1817, o principe herdeiro, que tinha o titulo de *Principe do Brazil*, passou a denominar-se *Principe Real do Reino Unido*

de Portugal, do Brazil e Algarves, conservando sempre o de *Duque de Bragança*.

A permanencia da côrte no Rio de Janeiro, as medidas governativas que se tomaram, emfim tudo o que lá se decretou, tornaram prospero o Brazil, e D. João vi foi tomando amor áquellas paragens, deixando Portugal completamente abandonado, concedendo a Beresford o titulo de marechal general, com poderes verdadeiramente pro-consulares e independentes da regencia.

A tomada de Montevideu pelas tropas portuguezas, deu logar a vivos protestos da Hespanha, sendo os nossos direitos defendidos pelo conde de Palmella e reconhecidos pela Russia, Austria, Prussia, França e Inglaterra.

D'este reconhecimento resultou o accordo feito com a Hespanha de nos entregar Olivença em troca de Montevideu. Não entregámos Montevideu, que perdemos, quando perdemos o Brazil, nem recebemos Olivença.

A França ficou com a Guayana, que lhe haviamos conquistado, sem que nos restituísse as preciosidades, que nos tinham roubado os seus generaes, e só a muito custo recebemos a famosa Biblia dos Jeronymos, que Luiz xviii teve de comprar á viuva de Junot.

Foi no meio d'este estado de coisas, que, em dezembro de 1816 se recebia em Angra uma ordem, da secretaria d'estado, para se organisar dois batalhões de linha, um na Terceira e outro em S. Miguel.

Havia receio de que a Hespanha, depois dos portuguezes terem occupado Montevideu, se preparava, com a esquadra, que tinha reunido em Cadiz, para tomar algumas das ilhas dos archipelagos da Madeira ou Açores.

Procedeu immediatamente o general Araujo ao recrutamento de forças, e tratou activamente de reparar as fortificações das costas, principiando a executar, no dia 3 de janeiro de 1818, importantes manobras militares, e realisando no dia 5 um simulacro de combate no *Pico do Celleiro*.

Continuaram-se as obras da estrada militar, o concerto dos caminhos, e amiudados exercicios das tropas, fazendo-lhes aprender a manobra ingleza, introduzida em Portugal.

Todos estes trabalhos, para que o povo concorria com fachinas, e os amiudados exercicios, principiaram a grangear antipathias contra o general Araujo, que se avolumaram com a intriga e indisposições, dos descontentes com as promoções por elle feitas. Cada descontente tornava-se um inimigo.

Diz, a este respeito o padre Jeronymo, «os trabalhos com que sobrecarregou o povo, só foram insupportaveis em rasão da frouxidão e rebeldia da ilha. Em obsequio á verdade deve-se confessar que em seus dias, a ilha Terceira apesar d'estes desgostos foi feliz e ditosa».

Era nesta época bispo da diocese D. fr. Alexandre de Sacra Familia, fayalense, tio do grande Almeida

Garret. Soffreu serios desgostos por conta do cabido, que lhe difficultou a posse. Falleceu em 23 de abril de 1818, com 84 annos de idade.

Foi então, eleito pelo cabido o dr. João José da Cunha Ferraz, graciosense, para exercer o cargo de governador do bispado.

E a intriga contra o governo do general Araujo ia ganhando campo, e as opiniões estavam divididas; as noticias recebidas do continente sobre a marcha governativa, e as que diziam respeito ao estado de exaltação em que se encontravam os animos, parecia tudo levar aos espiritos a convicção de que estava prestes um grande acontecimento, que convulsionaria a sociedade portuguesa.

No Brazil a situação complicava-se com a revolução de Pernambuco, que tinha a adhesão da Parahyba e do Rio Grande do Norte.

Esta revolução foi punida á força de armas e os chefes do movimento foram todos enforcados.

Em Portugal não era menos critica a situação, com a conspiração liberal de 1817, de que resultou a captura dos chefes conspiradores, a serem enforcados, cortadas as cabeças, queimadas juntamente com os corpos e depois lançadas ao mar as cinzas.

Assim, referindo-se á punição da revolta no Brazil, e á da conspiração liberal em Lisboa, escreve o eminente historiador sr. Pinheiro Chagas :

«Esta punição atroz com que se pretendeu afogar em sangue uma revolução, que ainda não tinha raizes, teve um effeito contraproducente. Da repressão sangüinolenta da revolução pernambucana sabiu em parte a independencia do Brazil, como do supplicio de Gomes Freire em parte brotou a revolução da 1820.

«Quando o carrasco se apoderou enfim de Gomes Freire, queria o general dizer o ultimo adeus á patria e á vida, e dirigir aos soldados algumas palavras; mas, da mesma forma que os tambores abafaram a voz de Luiz XVI, assim os padres, resando em altos gritos as suas orações, abafaram a voz de Gomes Freire.

«Consummara-se o crime sem um protesto, como se consummara o do Campo de Sant'Anna, e os basbaques de Belem iam ver de longe as chammadas da fogueira que reduzia a cinzas o corpo de Gomes Freire, como os de Lisboa tinham presenciado até ao fim o horroso espectáculo do Campo de Sant'Anna.

«Assim este anno de 1817 foi assignalado em Portugal e no Brazil pelos prenuncios do cataclysmo, que em breve devia subverter o regimen absoluto e colonial, e dar ao Brazil a independencia e a Portugal a liberdade. Revoluções prematuras tinham de se mallograr forçosamente, mas o que fez com que ellas fossem fecundas foi exactamente a repressão violenta. O governo absolutista, com as suas proprias mãos preparava a queda; a conjuração de Lisboa, a revolução de Pernambuco pouco significavam em si, não tinham

echos entre o povo, nem creavam sympathias; o que lhes deu força foram as fogueiras do Campo de Sant'Anna e os cadafalsos da Bahia. Foi o proprio governo, que fez dos levianos conjurados do conselho regenerador e dos fracos revolucionarios brazileiros os primeiros martyres da liberdade ¹.»

*

Triumphava a revolução liberal na Hespanha, a regencia de Portugal toda assustada, manda o despotico Beresford ao Rio de Janeiro, e no Porto, a cidade invicta, estava estabelecido o grande foco liberal tendo á frente os patriotas Manuel Fernandes Thomaz e José da Silva Carvalho.

Em 24 de agosto de 1820 rebentava no Porto a revolução, a que adheriram os regimentos das provincias do norte, sendo logo nomeada uma junta governativa.

A regencia de Lisboa assombrada e furiosa por aquelle movimento revolucionario, e receiosa pelo seu resultado, consulta o conde de Palmella, que havia regressado da França, e tinha de seguir para o Brazil, sobre a attitude a tomar. O conde aconselha á regencia, que o caminho a seguir era collocar-se á frente do movimento, impossivel de dominar, e bem encaminhal-o, e dirigil-o, e que fizesse todas as concessões, que a junta provisoria reclamava, e affiançasse aos povos que convocava côrtes, etc.

¹ *Historia de Portugal*, vol. vi.

Fez a regencia uma proclamação neste sentido, o que não evitou que a corrente revolucionaria seguisse o seu curso, e que em 15 de setembro, dia de gala, por ser o anniversario da partida dos franceses, fosse acclamada entusiasticamente em Lisboa a Constituição, que a regencia se eclipsasse, sendo substituida por um governo provisorio, o qual estabelecendo negociações com a junta do Porto, resultou a reunião em Lisboa de duas secções governativas, para juntas deliberarem.

Voltando Beresford a 10 de outubro, com poderes mais largos do que os primeiros, que lhe havia conferido D. João vi, foi intimado a não desembarcar, e a ausentar-se immediatamente do reino.

Raiara, emfim, na patria portugueza a aurora da liberdade, que durante tres annos tinha de a illuminar, para mais tarde se refugiar, perseguida pelos sectarios do despotismo, neste rochedo açoreano, a ilha Terceira.



XXXIV

Em 21 de outubro de 1820, desembarcava na ilha Terceira o novo capitão general Francisco de Borja Garção Stockler, que havia sido nomeado a 12 de novembro de 1819.

Crentes os que, na ilha, applaudiam o novo systema politico estabelecido no reino, de que Stockler tinha prestado juramento á Constituição, e que assim ella seria a norma do governo no Archipelago Açoreano, ficaram completamente descorçoados, quando lhe ouviram motejar das pessoas, que a haviam estabelecido, e manifestar publicamente os seus sentimentos anti-constitucionaes.

É certo que o numero dos que applaudiam o novo systema politico era então muito limitado, e isto tem servido de argumento, para os que maliciosamente pretendem pôr em duvida os sentimentos liberaes dos terceirenses.

E servem-se d'este argumento, com o enfatamento de quem possui a convicção intima de que o ter-se tornado a ilha Terceira o refugio e a guarida

da liberdade, foi puramente casual, e bem contra a vontade dos seus habitantes.

Ora, aos que tal coisa apregoam, é caso para se lhes perguntar: Qual era o systema governativo até então estabelecido, seguido, e conhecido? O systema absoluto. Muito bem.

Sendo assim, o novo systema politico, que se apresentasse, completamente desconhecido para a quasi totalidade da população, systema que vinha acabar com o predominio, com a ascendencia, e superioridade dos ricos e dos poderosos, e abater a soberba, e o autoritarismo dos nobres, não era humanamente possivel- apenas fosse apresentado, alcançar elevado numero de adeptos.

Era preciso primeiramente tornal-o conhecido, fazer ver a todos as suas vantagens, os altos beneficios que elle vinha prestar, e o valor das idéas nobres, alevantadas, e humanitarias, que elle representava.

Ora tudo isto não se faz em rapido momento, leva seu tempo, porque d'um só golpe não se acabam com uzos e costumes antiquissimos, e com formas de governo de existencia secular, por peiores, que tenham sido.

Foi isto o que succedeu na ilha Terceira, como tem succedido em todo o mundo, como ha de sempre succeder, quando as alterações do viver social, tiverem de ser feitas revolucionariamente, e não suave, lenta e intelligentemente preparadas.

Ora, esta ultima forma, é o que não se podia dar: a evolução só pode ter logar, quando a instrucção está regularmente espalhada em todos os corpos collectivos, o não com a ignorancia, com o fanatismo, que então predominava, agravados com a torpeza de costumes e o predominio estúpido dos grandes e dos poderosos.

Mas ainda assim, e felizmente para a ilha Terceira, aos taes argumentadores, que ainda hoje olham embasbacados, para os velhos pergaminhos dos fidalgos terceirenses, d'aquelle tempo, e que para elles são ainda hoje os que representavam a ilha, os que só tinham o direito de possuir opinião e vontade propria, como se os milhares de habitantes existentes, não fossem seres humanos, capazes de sentir, poder e querer, temos a dizer-lhes, que mesmo assim, não se fez esperar longo tempo, para que, muitos dos representantes da fidalguia terceirense, se collocassem á frente do movimento liberal, sacrificando vida, familia e haveres em prol da liberdade.

E se o embasbacamento é só para o grupo dos *fieis* ás caducas instituições, esse grupo, balanceado com o que applaudiu, seguiu e combateu pela liberdade, nada deixa pessoalmente a desejar, isto para não se ir mais longe.

Embasquem-se, pois, perante a firmeza de principios por velharias, que desappareceram para sempre, admirem, porque tambem nós admiramos o valor, a heroicidade dos que, de boa fé, ou por um erro de en-

tendimento, ou por injustificáveis preconceitos, se sacrificaram pelo passado, mas curvem-se respeitosos, e admirem também a abnegação, o civismo e o amor patriótico dos que seguiram a aurora brilhante, que irrompeu de entre as trevas do passado, para illuminar o caminho do futuro, estabelecendo a igualdade dos homens perante a lei, acabando com caducas instituições, com detestáveis poderios, tornando livre o pensamento e liberrima a consciencia.

E se não se quizerem dar ao trabalho de, folheando as paginas da historia terceirense, por cada nome que encontrarem, indagar a sua ascendencia e feitos, nós, embora resumidamente, apresentar-lhes-hemos, no decorrer d'este rapido resumo das luctas liberaes, o numero sufficiente de bons e leaes patriotas, embora incompleto por falta de notas que lhes digam respeito, para balancearem á vontade com o numero dos *fieis*.

*

Desilludidos os partidarios do constitucionalismo, com a certeza de não poderem contar com Stockler, trataram de planear a forma da constituição ser aclamada nos Açores. Á frente d'este patriótico movimento estava o desembargador Alexandre Gamboa Loureiro e o juiz de fóra Eugenio Dionizio Marques Grade, que trataram de captar a força militar a favor da causa em que estavam empenhados.

A noticia recebida de que em Ponta Delgada tinha sido aclamada a Constituição, no 1.º de março de

1821, animou-os a continuar no seu patriótico intento.

Conseguindo os conspiradores fazer seu alliado o ex-capitão general Araujo, que tinha influencia na officialidade, e que não via com bons olhos o seu successor, trataram de planear o movimento, que Stockler ainda mais fez apressar, mandando intimar Araujo a que se retirasse da cidade, preparando-se para o prender.

Á meia noite de 1 para 2 de abril, foi resolvido fazer-se a revolução, entrando os conspiradores no castello, com as patrulhas da cidade, que áquella hora tinham de ser rendidas, e que eram commandadas por dois officiaes de confiança, os terceirenses Agapito Pamplona Rodovalho, tenente de infantaria, e Francisco Augusto da Silva Sieuve, alferes.

Prezo no seu quartel o coronel governador do castello, Caetano Paulo Xavier, e reunidos os dois batalhões de artilharia e infantaria, fez-se a aclamação constitucional, salvou a fortaleza, e constituiu-se uma junta provisoria do governo supremo dos Açores ¹.

Apenas Stockler ouviu a salva, fugiu assustado para Vale de Linhares, extramuros da cidade: e reunindo no dia dois 1:200 homens, dirigiram-se ao castello, sendo postos em debandada, com um simples

¹ Foi composta do general Francisco Antonio d'Araujo, desembargador Alexandre Gamboa Loureiro, José Leite Botelho e dr. José Maria Osorio.

tiro de metralha, e com a sahida do castello de duas columnas de tropa, disparando a infantaria pontarias altas.

Stockler foi salvo, felizmente para elle, e infelizmente para a causa liberal e para as victimas da ferocidade d'aquelle poltrão, sendo agarrado e levado ás costas por um moço de fretes. Fugiu para a Villa da Praia.

É indigno e repleto de falsidade o relatorio que Stockler dirigiu, nesta occasião, ao conde de Arcos, pois teve a desfaçatez, para esconder a sua covardia, de fazer mentirosas accusações a honrados e valentes militares, que seguiam a sua triste causa.

Foi enviado ao castello, ao anoitecer do dia 2, como parlamentar, e apresentando os artigos de capitulação, o juiz de fóra da comarca da Praia, Joaquim Ferminio Leal Delgado, em vista do que regressou Stockler á cidade no dia 3, indo residir para casa do negociante João da Rocha Ribeiro, na rua Direita, onde foi visitado pelas pessoas principaes d'Angra, e até pelo proprio general Araujo, que em poucas horas tinha de ser a primeira victima do perverso a quem visitava.

Enoja descrever a comedia, que então se poz em scena, para captar a sympathia popular a favor de Stockler, percorrendo as filhas, ao lado do pae, com os cabellos desgrenhados, as ruas da cidade.

Com o dinheiro fornecido pelo thesoureiro-mór

Fructuoso José Ribeiro, pela promessa de ser nomeado deão da cathedral, quando fallecesse o proprietario, foi preparada a contra-revolução, fornecendo-se vinho em abundancia ás tropas, exaltando-lhes os animos, despertando-lhes os maus instinctos.

Tendo o governo conhecimento de tudo isto, mandou uma ordem a Stockler, para que immediatamente embarcasse em um navio, que estava prompto a recebê-lo.

A prisão immediata, teria sido um acto mais prudente e humanitario, pois a ordem foi o grito de alarme, para ser dado aviso aos officiaes, que no castello tratavam da sublevação das tropas, e ás 10 horas da noite, marcharem em elevado numero, para a praça do castello, os partidarios de Stockler, sendo o general Araujo morto, apenas chegou á janella do palacio, por um sargento de artilharia, que quazi á queima roupa desfechou sobre elle!

Estava covardemente derramado no solo terceirense o primeiro sangue em defesa dos principios liberaes, e caira sem vida o primeiro martyr da liberdade em terras açoreanas!

O solo, porém, era fertil; e a semente generosa, que a covardia e a perversidade criminosamente lhe havia lançado, tinha de nascer, fecundar, e produzir-se, para que fosse cumprida a missão humanitaria e santa de libertar o povo portuguez! Era só questão de tempo.

O que se passou depois de tão ignobil assassinato

foi puramente selvagem. Basta dizer, que o cadaver do desditoso Araujo ficou exposto a todos os insultos da soldadesca ebria e da populaça ignorante, até que, o ajudante de ordens Manuel José Coelho Borges, praticou o acto misericordioso de o mandar sepultar, quasi a occultas, na incendiada egreja do castello ¹.

Estabeleceu Stockler o regimen do terror, procedeu a prisões, devassas e a tudo quanto se pode imaginar de cruel.

Horrorisa ler as descripções das atrocidades que praticou, das que consentiu, e applaudiu este Nero, e que os historiadores terceirenses relatam minuciosamente.

*

A 13 de maio seguinte fundeava no porto d'Angra a fragata *Perola*, trazendo o decreto do juramento prestado por D. João VI á Constituição, e as ordens para Stockler e o bispo D. fr. Manuel Nicolau d'Almeida retirarem para Lisboa, e ser organizado o governo interino conforme era lei da capitania.

Transformou-se logo Stockler de bravo leão em manso cordeiro, com o intento de não perder o governo; e com o mais sabujo servilismo, constituiu, em 14 de maio o governo provisório, composto do deão José Maria Bettencourt, corregedor João Bernardo Rebello Bor-

¹ Em 1869 foram trasladados os ossos d'esta infeliz victima para o cemiterio do Livramento, onde, por subscrição publica, lhe foi erigido um mausoleu.

ges e do governador do castello Caetano Paulo Xavier, ao qual se fez aggregado e bem assim o bispo.

No dia 15 reuniu-se solemnemente, nos paços do concelho, o novo governo, com o senado, autoridades, clero, nobresa e povo; e o cruel Stockler, lembrando-se dos seus antigos tempos de *ex-jacobino* orador perante Junot, ali orou brilhantemente, applaudindo os constitucionaes, e congratulando-se com os angrenses pelo facto solemne que naquella occasião se celebrava!

O elevado numero de constitucionaes, que estavam presos, só no dia 17 é que o governo interino lhes permitiu a prisão como homenagem da cidade e ilhas, na *esperança de que ninguém se animaria a maltratar-os por acções nem por palavras, antes os considerassem dignos de viverem tranquilos no seio das suas familias e patria* ¹.

Stockler fez-lhes o offerecimento de supplicar ás côrtes a *amnistia para os crimes por elles commettidos!* Um cumulo!

A revolução liberal na Horta, teve logar, com feliz exito, em 14 de maio de 1821.

Estabelecido o regimen constitucional nos Açores, sabendo-se que D. João VI havia regressado ao reino, desembarcando a 4 de julho, e sahindo Stockler, em agosto, para Lisboa, contiveram os seus despeitos e

¹ Palavras do edital então publicado.

rancores os inimigos do liberalismo, e a administração publica entrou em norma regular.

Procedeu-se á eleição de deputados, representantes das tres provincias açoreanas ¹.

Em 16 de abril de 1822 realisou-se em Angra a eleição da primeira camara, segundo a Constituição ².

Em 23 de setembro de 1822, promulgavam as côrtes, em nome da *Santissima e indivisivel Trindade*, a Constituição, composta de 6 titulos e de 240 artigos. Não obstante ser promulgada em nome da Santissima Trindade, teve logo grandiosa opposição do clero, e da nobresa.

Os erros, as violencias e os disparates das côrtes de Lisboa contra o Brazil, levaram-o á sua independencia, e a acclamar D. Pedro, em 12 de outubro de 1822, com o titulo de *imperador constitucional do Brazil*.

Progride o movimento reaccionario em Portugal, e á sua frente colloca-se a rainha D. Carlota Joaquina, recusando-se abertamente a jurar a Constituição, podendo-se em lucta declarada contra o rei. Procede-se ás

¹ Pela provincia central, Terceira, S. Jorge e Graciosa, foram eleitos Manuel Ignacio Martins Pamplona, depois conde de Sub-Serra, Manuel José Coelho Borges, terceirenses, e o dr. Roberto Luiz Mesquita, florentino.

² Ficaram eleitos : José da Costa Franco, Jeronymo Martins Pamplona, João Baptista de Bettencourt, Luiz Pacheco de Lima, José de Menezes Coelho, Manuel de Barcellos Machado, João Pedro Coelho Machado, Luiz José Coelho e José Joaquim Teixeira, secretario Manuel José Borges da Costa.

eleições das primeiras côrtes ordinarias em Portugal, sendo eleitos muitos absolutistas. As sessões das côrtes são tumultuosas, fazendo-se justas e merecidas accusações á rainha, a qual foi uma das maiores calamidades, em tudo e por tudo, que perseguiu o pobre rei D. João vi. A rainha conspira abertamente no Rammalhão, para onde foi residir, industriando o infante D. Miguel, e recebendo o marquez de Abrantes e o duque de Cadaval.

O conde d'Amarante levanta o estandarte da revolta em Villa Real, a que adheriram varias provincias de Traz-os-Montes, e é derrotado, a 25 de março de 1823, pelo exercito commandado pelo general Luiz do Rego.

D. João vi, perante todos estes tumultuosos acontecimentos, passa horas de continuo susto, e procura dar ás côrtes todas as provas de ser rei constitucional. A rainha folgava, e conspirava.

D. Miguel, instigado e industriado por sua mãe, parte disfarçado para Lisboa, colloca-se á frente do regimento 23, que alliciado e comprado se revoltará no dia 26 de maio.

Os ministros, sendo-lhes negado o voto de confiança pedido, demittem-se ; o rei constitue novo ministerio. A guarnição de Lisboa, com exclusão do regimento 18, apresenta-se a D. Miguel, que faz a sua proclamação.

D. João vi todo atterrado, é levado a fazer uma

proclamação contra o procedimento de D. Miguel. A esta proclamação seguiram-se outras, consoante os acontecimentos obrigavam, sendo afinal dissolvidas as côrtes, feita a promessa de uma nova Constituição, promulgadas as ordens, escreve Pinheiro Chagas «que chamavam a Lisboa o patriarcha, que fôra deportado por não ter querido jurar a Constituição, e a rainha que estava, como sabemos fora de Lisboa, e que elle foi em pessoa buscar ao Ramalhão, com grandes provas de affecto conjugal. Foi o unico desgosto que teve o bom do rei. Restituirem-lhe juntamente com os seus direitos inauferiveis a sua meiga esposa!»

A noticia d'estes acontecimentos foi recebida em Angra, em 5 de julho, e os partidarios do absolutismo, realisaram pomposas festas durante tres dias, sendo no dia 6 substituida a camara constitucional pela anterior.

Começou desde logo a perseguição aos liberaes, contando os absolutistas com o apoio da grande maioria da população, estupidamente fanatisada pelo clero e pela nobresa, que lhe fazia acreditar, que os liberaes eram inimigos da religião, que tinham pacto com o diabo, por serem *pedreiros livres*, e outras parvoices de igual jaez.

Apenas se soube que o feroz Stockler chegaria em breve, com o capitão general, o que a camara já havia pedido, foi o bastante a ideia do seu regresso, para na Villa da Praia serem atacadas as casas dos liberaes,

maltratando-os e prendendo-os como criminosos, remettendo-os para Angra, onde a muito custo poderam ser salvos, pelos franciscanos, das iras dos arruaceiros, que os perseguiam.

Em seguida, como não ficassem satisfeitos os arruaceiros, por lhes haver escapado a presa appetecida, para cevarem os seus odios, quizeram assaltar a machado as portas do convento, no que as escoltas não consentiram.

Insubordina-se a tropa, prendem e roubam o corregedor José Joaquim Cordeiro, indo encarcera-lo no castello. Á noite a tropa, que já se havia rebellado contra o governador militar, que temendo igual sorte á do infeliz Araujo, se homisiára, espalha-se pela cidade, junta-se aos paisanos arruaceiros, cercam as casas dos constitucionaes, forçam-lhes as portas, maltratam-nos, prendem-nos e vão encerral-os no castello.

Aproveitando-se toda esta anarchia e inaudita perseguição, installa-se na camara um governo interino reaccionario¹.

Como se tudo isto ainda fosse pouco, para inspirar o terror, inventam um *milagre*, feito pela Virgem da Boa Morte, que tres padres impostores se prestam a narral-o perante a camara.

¹ Foi composto pelo coronel de milicias Candido de Menezes, pelos morgados João Pereira de Lacerda e Luiz Meyrelles do Canto e Castro e pelo dr. Roberto Luiz de Mesquita Pimentel. Foi eleito, para governador do castello, Manuel José Coelho Borges.

Valeu de muito aos infelizes, que o furor reaccionario encerrára nas prisões, o juiz ordinario Alexandro Martins Pamplona, terceirense, irmão do conde de Suberra, que, no inquerito que fez, demonstrou a innocencia dos liberaes perseguidos, e que foram soltos com a amnistia publicada por D. João vi.

No dia 17 de novembro de 1823, desembarca na Villa da Praia, o bem conhecido Stockler, a quem havia sido conferido o titulo de barão da mesma Villa. Houve festas, arcos triumphaes, luminarias, vivorio, servilismo sem conta, e *Te-Deum* em honra do tyranno Stockler, a quem davam o nome de *general santo!*

Com Stockler desembarcou uma parte do batalhão de caçadores 5, que havia sido deportado para os Açores. A outra parte tinha ficado em S. Miguel.

Com a chegada do *general santo*, alegraram-se os odientos e rancorosos absolutistas. Stockler para lhes ser agradavel, e para satisfação da sua propria má indole, e da sua preversidade, tratou logo de fazer proseguir as devassas, mas felizmente não encontrou nos magistrados o auxilio que esperava. Inventou, então, uma *pavorosa*, de que resultou a deportação de varios constitucionaes.

*

«Quando D. João vi dizia nas suas proclamações que nunca faltára á sua palavra, não exprimia de certo um facto da sua existencia, mas exprimia uma aspiração da sua alma. D. João vi odiava o prejuizo, e com

tudo jurou tratados, jurou constituições, mas sempre contra vontade propria, impellido pela fatalidade da sua fraqueza ingenita. Assim o pobre rei não se resignava a entrar de novo na posse dos seus direitos inauferviveis, depois de ter tantas vezes advogado as vantagens e os beneficios da liberdade^{1.}»

Assim collocado no meio da grande intriga da côrte, de que era alma a rainha, e o desejo de não revoltar contra si os constitucionaes, o bom do rei vivia em constante supplicio.

Acceitando D. João vi a realesa absoluta, escolheu para ministro dos negocios estrangeiros o conde de Palmella, na sinceridade de encaminhar as coisas a dar uma constituição ao paiz, de forma que elle ficasse com uns certos direitos magestaticos.

O conde de Palmella, a quem nomeou marquez, que era um liberal convicto, doutrinario, moderado, constituia para elle uma garantia, de que os liberaes aguardariam pacificamente os acontecimentos. É certo que a 18 de junho de 1823, foi assignado o decreto, nomeando uma junta de quatorze membros encarregada de redigir um projecto de Constituição. Inaugurou a junta os seus trabalhos a 7 de julho, fallando brilhantemente no acto da inauguração o marquez de Palmella.

Realisavam-se, porém, perseguições contra os li-

¹ Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. vi.

beraes, que se haviam tornado mais notaveis nas aggressões ao rei e á rainha. Garret, o auctor do *Catão*, e outros liberaes foram obrigados a refugiar-se na Inglaterra; Pato Moniz foi desterrado para a ilha do Fogo; a liberdade de imprensa foi supprimida.

Tudo isto, porém, era ainda pouco para satisfação do soberbo orgulho e incançavel odio de D. Carlota Joaquina, que não descançava um instante para realisar o seu plano, o restabelecimento da pura realesa absoluta, e a extincção dos constitucionaes.

A conspiração planeada para entregar ao infante D. Miguel o governo do reino, e que a policia descobriu, foi abafada e posta uma pedra em cima, porque envolvia pessoas importantes, sendo a primeira a rainha.

Em principios de 1824 regressou o famigerado Beresford a Portugal, o que foi motivo de grande alegria para os absolutistas.

Palmella, e o valente terceirense conde de Subserra, eram, entre muitos, os que mais estavam em fóco para as iras dos reaccionarios.

O marquez de Loulé, favorito do rei e amigo intimo do conde Subserra, foi encontrado morto, no manhã de 29 de fevereiro de 1824, no entulho do palacio real de Salvaterra. Foi um assassinato que a historia marca, como planeado pela rainha e pelo infante D. Miguel.

Subserra que estava marcado no plano criminoso, para ser morto conjunctamente com o duque, foi salvo

em 29 de fevereiro, pelo embaixador francez Hyde de Neuville.

O mallogro d'este assassinato premeditado, fez apressar a revolução, em que D. Miguel se collocou á frente, chamando hypocritamente as tropas ás armas em defesa do rei contra os *pedreiros livres*, que dizia travavam uma conspiração, tendo á frente o conde de Subserra, com o fim de assassinar o rei. No dia 30 de abril espalha D. Miguel uma proclamação revolucionaria, e dirige a el-rei uma carta, justificando o seu acto de rebellião, e pedindo que approvasse o seu procedimento. Mas sem aguardar primeiro a resposta do pae, foi encerrando-o no paço da Bemposta, côm sentinelas á vista, e incommunicavel. Esta revolução é conhecida pela *abrilhada*.

O conde de Subserra, escapa ás iras de D. Miguel, fugindo para bordo de uma fragata ingleza; o marquez de Palmella é preso e encerrado em uma fortaleza.

Contra todos estes actos anarchicos e despoticos, se revoltaram os representantes das potencias estrangeiras, que se reuniram na nunciatura, a convite do ministro francez Hyde de Neuville, e de lá dirigem-se a Bemposta, onde estava encarcêrado o rei, e lá entraram, depois de conseguirem destruir a opposição que se lhes fez.

Animado com a presença dos representantes das nações estrangeiras, mandou D. João VI chamar o infante á sua presença, e reprehendeu-o, continuando

erradamente a conservar-lhe o commando das tropas. Depois d'isto as perseguições e as prisões continuaram.

Não podia D. João vi supportar a idéa de estar sujeito a um regimen em que predominasse D. Carlota Joaquina, e assim para realisar um plano premeditado, projectou ir jantar a Caxias.

Seguindo Tejo abaixo na galeota real, no dia 3 de maio, mostrou desejos de ir visitar a nau de guerra ingleza *Windsor-Castle*, o que fez. Neste navio estavam reunidos os principaes membros do corpo diplomatico, e o marquez de Palmella, que já havia sido solto. Mandou então intimar D. Miguel a que comparecesse a bordo da nau, o que elle foi forçado a fazer depois do terceiro recado. D. Miguel foi demittido de commandante em chefe do exercito; foram dadas ordens para se soltarem todas as pessoas, que arbitrariamente tinham sido prezas, e a rainha recebeu ordem para se recolher ao convento da Estrella, sendo-lhe depois permittida a residencia em Queluz.

A independencia do Brazil, para a qual a Inglaterra tanto se empenhou e cooperou, com o fim de tornar menos poderosa e mais fraca a sua alliada, que convinha ter sempre sujeita aos seus interesses e caprichos, foi reconhecida por D. João vi pelo tratado de 29 de agosto de 1825.

As noticias d'estes acontecimentos foram recebidas em Angra consoante o seu valor e importancia.

A noticia da *abrilhada* chegou a Angra aos 20 de

maio, em navio expressamente mandado para tal fim. Houve solemne *Te Deum* na cidade e na Villa da Praia, por ordem das camaras.

As noticias de 26 de maio, vieram entristecer os absolutistas, e libertar a ilha Terceira do governo do cruel Stockler, a quem o conde de Suberra, apenas entrou no ministerio promoveu a sahida.

Assim em 24 de julho desembarcava em Angra o novo capitão general Manuel Vieira Touvar d'Albuquerque, e veiu a ordem para ser reintegrado o antigo secretario da camara Manuel José Borges da Costa, e a de suspensão do juiz de fóra da Praia, Brotero Pegado, que muito se salientára nas perseguições aos constitucionaes, e nas calorosas manifestações absolutistas.

A isto seguiu-se a carta regia de 17 de setembro declarando *arbitrario e de um notorio escandalo* os actos anarchicos dos primeiros dias de agosto do anno antecedente, e mandando que cessasse todo o procedimento contra os implicados naquelles successos, trancando-se e rasgando-se todos os documentos que a elles dissessem respeito.

Durante algum tempo poderam os terceirenses viver em paz e socego, devido ao proceder correcto e justo do governo, que obrigou os absolutistas a domarem a sua ferocidade. O anniversario natalicio de D. João vi, foi, em 1825, commemorado com pomposas festas, promovendo os mancebos Theotónio de Ornellas, e seus primos Pedro Homem e Manuel Homem,

ricas cavahadas, vistosas danças e valentes touradas, aonde concorreram milhares de pessoas, sem que houvesse o menor dissabor.

Já a este tempo o numero dos constitucionaes ia augmentando consideravelmente, e principiavam a apparecer em publico, alguns dos que teriam de dar impulso valente ao movimento liberal. Eram novos, muito novos, mas nos seus corações abrigavam-se sentimentos generosos e humanitarios: e abraçavam a ideia nova, com o enthusiasmo e ardor de que os novos são capazes, sem pensarem nas commodidades da vida, sem se arreceiarem do perigo, sem temerem os despotas.

*

As luctas continuadas e tormentosas por que passou o desventurado monarcha, D. João vi, os desgostos superiores ás suas forças, que lhe occasionaram a esposa e os filhos, tudo, emfim, que temos resumidamente referido, abalaram-lhe o organismo, aggravando-lhe as doenças que o perseguiam.

Conhecendo que a morte se aproximava, nomeou uma regencia, presidida pela infanta D. Izabel Maria, para governar o reino.

Falleceu aos 10 de março de 1826, com 59 annos de idade incompletos.

A noticia da morte d'este desditoso monarcha foi recebida em Angra aos 15 de abril, tendo logar o quebramento de escudos, exequias solemnes, e tudo o mais que era uso e costume.



XXXV

Como terceirense, e como liberal, que muito nos presamos de ser, não podemos, admittir duvida sobre quem era o legitimo herdeiro da corôa portugueza, pelo fallecimento de D. João vi.

Para os liberaes a legitimidade da successão pertencia, e muito bem, ao imperador D. Pedro; para os absolutistas, que a todo o custo queriam a continuação do antigo regimen, diziam pertencer ao infante D. Miguel, segundo as leis constituitivas do reino, e fundamento nas côrtes de Lamego, nas de Coimbra e nas de Lisboa de 1641.

O que é certo, é que D. João vi ao concluir o tratado de 29 de agosto de 1825, reconhecendo a independencia do Brazil, denominou, o seu sobre todos muito amado e prezado filho, D. Pedro, imperador do Brazil e *principe real de Portugal e dos Algarves*; a regencia, por elle nomeada, foi a primeira a reconhecer-lhe o direito de successão, mandando a nau D. João vi, ao Rio de Janeiro, levar a noticia do fallecimento de el-rei, e prestar homenagem ao herdeiro da corôa portugueza; as côrtes da Europa reconheceram

a D. Pedro como legitimo soberano de Portugal, e só dois annos depois, quando se propagou o movimento reaccionario na Europa, é que applaudiram a indicação da Russia, para a regencia passar para o infante D. Miguel, que segundo o auto dos esponsaes, assignado na delegação portugueza, em Vienna d'Austria, em 29 de outubro de 1826, tinha de ser o marido da rainha D. Maria II, esponsaes para que D. Pedro assignára o respectivo decreto, e o papa concedera o breve dando a necessaria dispensa.

O que é tambem certo, é que não sendo possivel a D. Pedro reunir á corôa de Portugal a do Brazil, abdicou a corôa portugueza em sua filha D. Maria da Gloria, aos 2 de maio de 1826, depois de haver outorgado aos portuguezes, em 29 de abril, a Carta Constitucional, escripta por Francisco Gomes da Silva, official maior do gabinete imperial, constando de 8 titulos com 145 artigos; que a Carta depois de varias hesitações da regencia, devidas ao receio de não irritar mais os absolutistas, foi proclamada e jurada, para o que muito concorreu João Carlos de Saldanha, depois duque de Saldanha, e o dr. Bernardo José de Abrantes, animando a regente a dar cumprimento ás ordens de D. Pedro IV; que a proclamação publicada foi datada de 12, que no dia 15 era publicada a carta e o acto de abdicção, e no dia 19 o decreto determinando, que no dia 31 de julho se jurasse a Carta Constitucional, como realmente foi jurada.

O que tambem é certo, é que D. Miguel, na carta que escreveu ao imperador Francisco José de Austria, acompanhando a copia da carta que mandou á infanta regente, D. Izabel Maria, não demonstrou em qualquer d'ellas o menor signal de não reconhecer a seu irmão D. Pedro como legitimo rei, até pelo contrario, foi levado a escreve-las, para o *caso pouco provavel de que alguém temerariamente se arrojasse a abusar do seu nome para servir de capa a projectos subversivos da boa ordem*, etc.; que D. Miguel, segundo foi declarado pela infanta no discurso da corôa, o primeiro pronunciado perante as duas camaras, prestou juramento á Carta, no dia 4 de outubro, e isto *sem reserva*, o que, dizia a infanta, *era uma circumstancia para confirmar as nossas esperanças de futura felicidade*; que, depois d'este juramento, muitos outros prestou D. Miguel; que só a assignatura do referido auto de esponsaes, com sua sobrinha D. Maria da Gloria, é o bastante para prova de haver reconhecido, em seu irmão D. Pedro, o legitimo successor de seu pae, o fallecido rei D. João VI.

A reacção, porém, é que não descansava em Portugal, como não descansava em toda a Europa, para acabar com o regimen liberal.

As revoltas eram amiudadas, em varios pontos do paiz; os revoltosos, batidos por Saldanha, conde de Villa Flôr, marquez de Angeja e Azevedo, são obrigados a refugiarem-se na Hespanha, onde a rainha

D. Maria Thereza, filha de D. João vi, os animava, favorecendo e dirigindo o movimento reaccionario portuguez.

Os estudantes de Coimbra, levados do mais nobre patriotismo, e indignados por tanta corrupção, que lavrava no paiz, pela deslealdade da regencia, e perseguições commettidas, formam um batalhão academico de seis companhias, respondendo assim ao appello do coronel Alvares Pereira.

A 30 de abril de 1827 estava finda aquella lucta, e nesta occasião, a pedido do governo, mandou a Inglaterra, para Portugal, uma divisão de seis mil homens, commandada por Cliton, o que obrigou a Hespanha a cumprir as leis da neutralidade.

Mandou D. Pedro á França a nau D. João vi com ordem de lhe levar, para o Rio de Janeiro, o infante D. Miguel, o qual demorou largamente a resposta de cumprir a ordem recebida. As negociações com o infante eram umas vezes dirigidas pelo ministro portuguez, barão de Villa Secca, outras pelo ministro brasileiro, marquez de Resende. Não se entendiam.

«Ora, ao passo que D. Pedro iv descontentava os seus subditos portuguezes, que não podiam resignar-se facilmente a ser governados de longe, descontentava ainda mais os seus subditos brasileiros, que se queixavam, e com razão, de que estavam pagando a um corpo diplomatico numeroso para elle se occupar dos negocios portuguezes. Preparava assim a um tempo o

golpe de Estado de D. Miguel em Portugal, e a revolução de 7 de abril de 1831 no Brazil.

«O golpe de Estado de D. Miguel estava-se preparando lentamente na Europa. A Carta, como dissemos, era mal vista por todas as potencias europeias : a Austria de Metternich, a defensora a todo o transe do velho absolutismo, a Russia, a terra classica dos despotas, a França da Restauração, que, com a subida de Carlos x ao throno, se tornára verdadeiramente a França da reacção, a Hespanha de Fernando vii, não podiam deixar de envidar todos os esforços, para que desaparecesse da Europa essa faisca de liberdade, que podia facilmente propagar-se ; mas o que necessario tambem era, conciliarem o seu odio á liberdade com o seu respeito da ligitimidade. Por isso hesitavam, e Metternich, que dirigia completamente, até por concurso dos outros gabinetes, o procedimento de D. Miguel, aconselhara-o, que não partisse para o Rio de Janeiro, que ganhasse tempo, que enviasse Neumann, e finalmente a Russia, já nesse anno de 1827, aventou a ideia de que se poderia chegar a um accordo sobre os negocios portuguezes, accordo que tivesse por base a regencia de D. Miguel.

«Ahi temos pois a scentelha, d'onde brotou a labareda, que devastou Portugal durante seis annos.

«D'ahi a pouco tempo o infante D. Miguel era regente, e entre a sua regencia, em nome da Carta, e a

sua realisa contra a Carta, não foi mais espaço do que o que mediou entre a sua saída de Vienna de Austria e a sua chegada a Belem ¹ ».

*

Estava resolvido, pelo gabinete de Vienna de Austria e da Inglaterra, o impôr a Portugal a regencia do infante D. Miguel, quando D. Pedro nomeou regente o mesmo infante.

A 22 de fevereiro de 1828 chegou D. Miguel a Lisboa. O seu primeiro passo foi logo um acto de rebellião, não seguindo o programma dos festejos do seu regresso, e não indo ao pavilhão, em que a camara o esperava para lhe entregar as chaves. Ao mesmo tempo que assim procedia, consentia, e recebia com sorrisos, os *viva D. Miguel absoluto*, que soltava a plebe, que o acompanhou até á Ajuda.

Prestou juramento de fidelidade á Carta Constitucional, a D. Pedro IV e a D. Maria II, em presença das côrtes reunidas, mas, em acto continuo, demittiu o ministerio, nomeou outro composto de absolutistas, mudou os governadores d'armas, os commandantes dos corpos, transferiu os officiaes, e demittiu magistrados, dissolvendo em 13 de março a camara dos deputados.

A isto seguiu-se a prohibição de se cantar o hymno dedicado a D. Pedro, por ser estrangeiro, e de se dar vivas a D. Maria II e á Carta.

¹ Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*.

A esta continuada serie de loucuras seguiram-se outras, causando todas má impressão no estrangeiro, e até mesmo entre muitos dos seus partidarios. Os liberaes, receando os acontecimentos, iam emigrando para Paris e Londres.

«A nada se attendia em Lisboa, escreve o sr. Pinheiro Chagas. Soprára um vento de loucura na côrte de D. Miguel; e sua mãe, D. Carlota Joaquina, não era a menos atacada pela epidemia reinante.

«No dia 25 de abril fazia ella annos. Nesse dia os agentes miguelistas começaram a agitar o povo, e magotes de pessoas, pelas ruas, começaram a gritar: *Viva D. Miguel I, rei absoluto*.

«Poz-se depois em scena a comedia das representações, com assignaturas forçadas, para que D. Miguel assumisse a realisa. Assim, em 3 de maio promulgou o decreto convocando os tres Estados do reino. Estava d'esta forma tudo preparado para o crime de alta traição, que D. Miguel ia praticar.

«Regente em nome do rei, D. Miguel acabava de violar todos os seus juramentos, e de atraiçoar a confiança, que nelle haviam depositado, para desthronar a princeza que desposára, para desobedecer ao rei legitimo, que nesse mesmo momento completava a sua abdicção e lhe dava assim a prova mais absoluta de confiança! Podem allegar como quizerem, que os juramentos politicos não ligam os que os prestam. Ha aqui um sophisma transparente, que é facil patentear. Pode

o homem, que prestou juramento a uma constituição politica, entender que é indispensavel, que essa constituição se transforme ou modifique, nem ha constituição alguma que se proclame perpetua. Se pelos meios pacificos e legaes não pode conseguir essa modificação que reclama, pode recorrer á força das armas e derubar essa mesma constituição que jurou: mas jura-la premeditadamente só com o fim de atraiçoar, fazer as mais cordeaes promessas de sinceridade, só para obter hypocritamente o mando supremo, que lhe é indispensavel para satisfazer o fim que tem em vista, e jura-la unica e exclusivamente para empolgar os meios de a destruir, é o que realmente não pode deixar de estygmatizar-se, e foi comtudo o que D. Miguel fez.

«Não tardaria a amargura-lo¹».

*

Este acto criminoso de D. Miguel levou os liberaes á mais justa e patriotica resistencia, e as côrtes europeias a censura-lo.

Mas D. Miguel, cego pela ambição de ser rei, cercado de desvairados e rancorosos absolutistas, continuou loucamente no inglorio caminho para realisar por completo a usurpação; e depois da famigerada reunião dos tres Estados, no palacio da Ajuda, em 23 de junho de 1828, na qual fizeram figuras altamente ridiculas e servis muitos dos que haviam applaudido,

¹ Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, vol. vi.

jurado e defendido a Constituição, foi o usurpador D. Miguel coroado rei absoluto, servindo de condestavel o duque de Cadaval.

As forças liberaes, mal organisadas, sem a presença, em devido tempo, de generaes competentes, pois Saldanha e Villa Flôr estavam em Inglaterra, e a sua vinda, no *Belfast*, já tardia, de nada serviu, tiveram de retirar desastrosamente para Galliza.

«Qual foi o primeiro acto do governo de D. Miguel? Qual foi a sua primeira inspiração, nesse momento em que o povo inteiro o acclamava com delirio, em que elle podia ter quasi a certeza completa de quem a mais leve nuvem ensombrava o seu horisonte? Foi por acaso um pensamento de clemencia, como os que o jubilo e a satisfação completa dos desejos da alma humana naturalmente inspiram? Não! Foi um decreto de proscricção e de sangue, foi um decreto para se levantarem cadafalsos, foi o decreto que nomeou a famosa Alçada, que foi julgar os implicados nos acontecimentos do Porto.

.....

«O fanatismo tomava realmente proporções inauditaveis. Havia o fanatismo da adoração e o fanatismo da violencia. Deificavam D. Miguel, e aos pés dos altares derramavam sem remorsos o sangue de victimas humanas. Os defensores do regimen eram principalmente José Agostinho de Macedo e fr. Fortunato de S. Boaventura, os pamphletarios desbragados que

não conheciam limites á violencia delirante da sua lingua, os agentes predilectos d'esse regimen nefasto eram Leite de Barros e Telles Jordão, a Musa d'essa politica descomposta era D. Carlota Joaquina. Portugal entrou perfeitamente num periodo orgiaco, semelhante ao d'essas festas bacchicas da antiguidade em que se perdia a rasão no meio das ceremonias mais atrozes e dos ritos mais sanguinolentos ¹ ».

Referido assim ao correr da penna, e mais que resumidamente, os acontecimentos d'esta época de perseguição, morte, sangue e lucto, que atravessou Portugal, o que fizemos para ligação dos acontecimentos gloriosos de que depois foi theatro a ilha Terceira, lancemos um espesso veu sobre tantos horrores e crimes praticados, que a historia já archivou para vergonha e condemnação eterna da memoria dos criminosos, e vejamos quaes foram esses acontecimentos, que immortalisaram a terra querida da patria que nos foi berço.

¹ Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, referida.



XXXVI

Em 21 de agosto de 1826 era prestado, na ilha Terceira, o juramento á Carta Constitucional, de que tambem foi portador para esta ilha sir Carlos Stuart, a quem D. Pedro concedeu o titulo de marquez de Angra.

Este acto correu friamente, pela incerteza em que todos se encontravam, com respeito ao futuro politico do paiz, pois corria como certo que tudo mudaria com a vinda de D. Miguel para Portugal. Alem d'isto, os liberaes acharam prudente só cumprir com o dever de prestar juramento á Carta Constitucional, e aguardar os acontecimentos, sem manifestações que fossem acirrar mais os animos rancorosos dos absolutistas.

Em S. Miguel o juramento limitou-se aos actos officiaes, e na Horta é que este acto se realisou com toda a solemnidade, havendo illuminações, bailes e recitas, cavalhadas, musicas e outras diversões demonstrativas do regosijo publico.

No dia 21 de março de 1828 recebia-se, na ilha Terceira, a noticia, de que tinha regressado a Lisboa o infante D. Miguel, a quem el-rei D. Pedro havia no-

meado regente, na qualidade de seu logar-tenente, durante a minoridade da rainha, e que o mesmo infante havia prestado juramento á Carta Constitucional, e fidelidade ao rei e á rainha.

Esta noticia, que era uma prova evidente de D. Miguel reconhecer como rei de Portugal, a seu irmão D. Pedro, e ao mesmo tempo de que acceitava o novo regimen politico, levou os liberaes a tomar parte nas festas realisadas, conjunctamente com os absolutistas, embora cada grupo se mantivesse perfeitamente separado.

O fidalgo terceirense Theotónio d'Ornellas Avila Paim da Camara Ponce de Leão, o mais rico proprietario da ilha, legitimo representante do primeiro donatario da Terceira, Jacome de Bruges, e descendente directo dos benemeritos terceirenses, Francisco d'Ornellas Paim da Camara e capitão João d'Avila, a que já nos referimos, havia attingido a maioridade, pois, até então, estivera sob a tutella de sua respeitavel mãe, D. Rita Pulcheria d'Ornellas Paim da Camara.

Este illustre terceirense, conjunctamente com os seus não menos illustres primos Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão e Manuel Homem da Costa Noronha, filhos do morgado Manuel Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, «acompanhados de outros mancebos distinctos por suas pessoas, qualidades e prendas», vestindo casaca preta e calças brancas, e tendo á sua frente uma musica, percorreram as ruas

da cidade, indo até junto do palacio onde residia o general Manuel Vieira Touvar de Albuquerque, tocando e cantando os hymnos constitucionaes, soltando vivas a el-rei D. Pedro, á Carta, e ao regente. Estas manifestações foram repetidas durante os tres dias festivos.

Outro grupo, dirigido pelos cadetes Luiz Pacheco de Lima e Estevam Pacheco de Lima, filhos do fidalgo Luiz Pacheco de Lima, e acompanhados de varias pessoas de distincção, tendo á frente uma musica, que tocava o hymno realista, dava vivas ao infante D. Miguel, a D. Carlota Joaquina e ao general.

O primeiro grupo foi recebido friamente pelo general Touvar, emquanto que ao segundo foram-lhe dadas todas as provas de consideração e applauso.

Estavam assim definidos os campos liberal e absolutista, com a differença, que o primeiro não era já composto por um limitado grupo, como em abril de 1821. As ideias e os principios liberaes, tinham conquistado devotados adeptos entre os terceirenses, e á sua frente estavam collocados filhos distinctos da ilha Terceira, representantes da antiga nobresa, e descendentes legitimos dos varões mais illustres, que pelos seus feitos valorosos, pela sua lealdade, civismo e amor patrio, eram luzeiro inapagavel nas paginas da historia.

Vae, pois, principiar a lucta entre os defensores do despotismo e os apostolos da liberdade; entre os sectarios das trevas e do erro e os amantes da luz e

da verdade; entre os que queriam a humanidade escrava dos grandes, dos poderosos e do clero, e os que a queriam emancipar d'essa escravidão, e liberta-la da tutela, «que era a negação formal do raciocinio, e a lueta contra a luz que illumina o espirito»; entre os que pretendiam trazer a consciencia preza ao fanatismo estúpido e á superstição parva, e os que desejavam a consciencia liberrima em toda a sua acção, e cada qual no pleno direito de pensar e crer segundo a sua razão e soberana vontade lhe determinassem.

A lueta tinha de ser cruenta. Os apóstolos da liberdade eram em numero limitado, em comparação com o numero dos defensores do despotismo, mas em compensação estavam animados por crenças sinceras, fortalecidos pela fé que os inspirava, dimanada da causa do bem que defendiam. Os seus seguidores, tambem em numero limitado, não os acompanhavam inconscientemente no salutar movimento para a regeneração social, como succedia aos seus inimigos. Depois estavam confiados nessa grande verdade, que o espirito da época pode mais do que os individuos, e que nada ha que possa impedir o caminhar progressivo da humanidade para a sua perfectibilidade.

Era louca e temeraria a empresa? Sim. Mas sublime loucura, e abençoada temeridade, que haviam de illuminar o espirito com a luz da verdade, e libertar a consciencia humana das garras do fanatismo, que escravizava o cerebro humano, impedindo-lhe to-

das as aspirações elevadas, todos os ideaes nobres, todo o seu caminhar altivo na senda do progresso e da civilisação.

Recordemos, pois, o que se passou.

A soffreguidão em que estavam os absolutistas angrenses de ver derrubado o systema constitucional, e de ter no throno portuguez um rei absoluto, que elles sabiam estar bem no infante D. Miguel, não lhes permittiu aguardar os acontecimentos, e esperar a noticia final do acto criminoso da usurpação, que se estava preparando no continente.

Mais absolutistas do que o proprio rei absoluto, queriam um rei, primeiro do que elle usurpasse o titulo, e assim não estiveram para delongas, fizeram o *seu rei* bem amado, com uma tumultuaria acclamação, realisada no dia 18 de maio de 1828.

Os tres braços de Estado tinham de se reunir na Ajuda, para a decisão final da criminosa comedia, posta em scena em Lisboa, em que se tinha de esclarecer os pontos de direito portuguez, que D. Miguel dizia necessitar serem esclarecidos, para se *legalisar* a usurpação, mas isso era caso secundario para os absolutistas angrenses, porque superiores aos tres Estados estavam elles, e assim aquelle que era ainda regente em todo o paiz, já era o *seu rei* na ilha Terceira.

E bom foi que assim succedesse, para a ilha Terceira se poder orgulhar de que D. Miguel, nunca,

como rei, dominou neste rochedo, baluarte das liberdades patrias.

Tudo aquillo, que os absolutistas terceirenses fizeram, nada significou, alem do gosto que tiveram em dar vivas a *D. Miguel rei absoluto*, e lavrarem um auto de aclamação.

E a demonstração d'esta affirmativa está em que a reunião dos tres Estados, para *legalisar* a usurpação do titulo de rei, para D. Miguel, teve logar no dia 23 de junho de 1828, sendo o usurpador acclamado e coroado no dia 30 do mesmo mez; e em 22 de junho de 1828, realisava-se em Angra a memoravel revolução liberal, que proclamou os direitos do legitimo rei D. Pedro iv.

Esta é a verdade, que os factos demonstram e o confronto de datas confirma.

D. Miguel, como rei usurpador, dominou nas restantes ilhas dos Açores, e nas demais terras portuguezas, mas aqui, na ilha Terceira, não.

*

Fez-se, pois, a aclamação tumultuaria de D. Miguel em sessão da camara, sendo o auto ditado pelo dr. Roberto Luiz de Mesquita Pimentel, de combinação com Jeronymo Martins Pamplona e Luiz Meyrelles do Canto, por não agradar a forma como ia sendo encaminhado aquelle acto pelo juiz de fóra, José Jacinto Valente Farinbo. A camara em nada interveio. Recu-

sando-se o capitão Agapito Pamplona Rodovalho a assignar o auto, foi logo preso, o que serviu para outros circumstantes não lhe seguirem, embora desejassem, o seu nobre exemplo.

Depois d'isto, e das formalidades do estylo, que todas se fizeram para dar o character de legalidade aquelle acto tumultuario, foi a camara em corporação ao palacio do general, que veiu á janella dar os vivas, percorrendo em seguida a camara as ruas da cidade, precedida de quatro foliões, que tocavam e dançavam. Não nos dizem os historiadores se cantavam *o rei chegou*.

Houve *Te-Deum* com assistencia das forças da guarnição, e no fim os respectivos vivas, notando-se, e causando certo receio, o nenhum enthusiasmo que mostrou por aquelle acto a força de caçadores 5, negando-se o seu commandante, José Quintino Dias, a cumprir ordens que lhe não fossem dadas por escripto.

«Um pouco d'agua fria, escreve o sr. Manuel Piuheiro, naquella fervura, que ameaçava cozer os liberes, que em pouco tiraram a desforra, apesar das enormes difficuldades, que se lhes antolhavam.»

Os frades franciscanos associaram-se enthusiasmicamente ás manifestações de jubilo dos absolutistas, convertendo o frontespicio da igreja em fortaleza, d'onde davam descargas de fuzilaria. Fr. José do Livramento, franciscano, foi tal o seu enthusiasmo, que desceu á

praça publica a prégar um *sermão de enterro* da Carta Constitucional.

Nas camaras da Praia e S. Sebastião, realisou-se no dia seguinte o acto da aclamação, e o deão Fructuoso José Ribeiro, governador do bispado, mandou os padres dizerem na missa *Regem nostrum Michaelem*, e o clero parochial promoveu marchas populares, que capitaneou, entrando na cidade, ao som de instrumentos campestres, entoando hymnos, chacotas, dançando e dando vivas ao *rei absoluto*. E, como se tudo isto fôra pouco, o pulpito transformou-se em tribuna politica, o confessionario em ratoeira para os fanaticos e ignorantes.

Toda esta alegria, porém, tinha de ser pouco duradoura. A Providencia, nos seus altos designios, havia destinado este formoso rochedo açoreano, para refugio e guarida das liberdades patrias, e assim baldado era o empenho dos reaccionarios em acclamar o *seu rei absoluto*, irrisorio o tentar levantar obstaculos ao caminhar das idéas, porque «as idéas, escreve o sr. visconde de Ouguella, teem uma força de expansibilidade, e uma energia no seu desenvolvimento, assim como a luz, a electricidade e o magnetismo, são a expressão de causas mysteriosas, e de movimentos impenetraveis e desconhecidos.

«E tal é a intensidade das crenças, que, quanto mais alto se levanta o patibulo, quanto maior é o charco de sangue em que se pretende afogar uma idéa,

mais efficaz se torna o proselytismo, e mais viva é a fé dos adeptos ».

E por ser isto incontestavel, é que, no ainda limitado numero dos liberaes angrenses, nos quaes impetrava a intensidade das crenças e a fé mais viva, apenas restabelecidos do assombro que lhes causou aquelle acto da aclamação tumultuaria de D. Miguel, se apoderou uma vontade tenaz, fundada no mais ardente patriotismo, de energicamente todos reagirem, luctarem, para salvar a liberdade, restaurando a Carta Constitucional.

Unem-se, reúnem-se, e conspiram, para assumpto de tão subida monta, os seguintes patriotas: Dr. João José da Cunha Ferraz, provisor do bispado e thesoureiro-mór, os morgados Theotónio d'Ornellas Bruges, Pedro Homem da Costa Noronha, e seu irmão Manuel Homem da Costa Noronha, Antonio Thomé da Fonseca, Antonio Borges Leal Corte Real, bachareis Manuel Joaquim Nogueira, advogado, José Jacinto Valente Farinho, juiz de fóra, major Joaquim de Freitas Aragão, Theofilo Rogerio d'Andrade, e os capitães Luiz Manuel de Moraes Rego e José Quintino Dias.

O general Touvar, que bem desejava manter o que estava feito, trata de perseguir os constitucionaes, e estabelece o plano de deportar os mais importantes, com especialidade a Theotónio de Ornellas e a seus primos.

Foram deportados, para as ilhas, alguns officiaes, e a 21 de junho determinava Touvar a deportação de alguns officiaes inferiores, que eram tidos e havidos como adherentes aos principios liberaes.

Assim, tornava-se urgente pôr termo a esta continuada serie de perseguições, e fazer-se a revolução primeiro que o general tivesse tempo de enfraquecer o grupo liberal, com as deportações parciaes, que iniciára.

Na manhã de 21 de junho, a força de caçadores 5, aquartelada no castello de S. João Baptista, manifestou claramente o querer sublevar-se, o que o governador do castello e o commandante conseguiram acalmar, mas isto foi o bastante para Touvar expedir ordens, para se reforçarem as guardas principaes da cidade, mandar seguir para Angra o regimento de milicias da Praia, e incumbir o capitão João Moniz de Sá Corte Real de organizar um corpo de voluntarios, para defesa da pessoa do mesmo general e restantes autoridades.

Tardias foram estas medidas, a que forçosamente teriam de seguir-se perseguições e crueldades.

Às 9 horas da noite de 21, toma o capitão José Quintino Dias o commando das quatro companhias de caçadores 5, compostas por cêrca de 300 homens, e tendo por immediato o tenente Francisco Eleutherio Lobão, apossa-se do castello, prende o governador Gaetano Paulo Xavier, e descendo á cidade, pelas duas

horas da madrugada de 22, acompanhado por uma força, da qual entregou o commando ao tenente Lobão, dirige-se ao palacio do general, onde encontrou franca entrada. Dando voz de prezo ao general, obriga-o a assignar uma ordem, para o batalhão da Praia e as forças da cidade deporem as armas e retirarem-se a suas cazas.

Encontrando resistencia na rendição do official e soldados da guarda do palacio, e não sabendo qual o destino das milicias de Angra, que suppunha terem-se ido incorporar com as da Praia, tomou a precaução, depois d'um pequeno tiroteio, de se retirar ao Largo das Covas, hoje *Largo Onze de Agosto*, ficando de observação.

Ao amanhecer, tendo reunido maior força, ataca a guarda do palacio, consegue desarmal-a, prende Touvar e os seus ajudantes de campo, Moraes Ancora e Coelbo Borges, sendo estes ultimos conduzidos immediatamente para o castello, e o general na tarde d'esse dia, devido ao seu mau estado de saude não o permitir em acto continuo á prizão.

Realizada a revolução, com extraordinaria felicidade, tratou-se de se organizar com a devida legalidade um governo interino, convocando o juiz de fóra, Valente Farinho, a respectiva camara, de que era presidente.

Pelas 10 horas da manhã teve logar a sessão camara, com a assistencia dos representantes das tres clas-

ses, clero, nobreza e povo, e depois d'um judicioso discurso do presidente, procedeu-se á nomeação do governo interino, o que teve impugnação da parte de alguns concorrentes, que entendiam dever ter o governo o character de provisorio.

Foram eleitos para o governo o dr. João José da Cunha Ferraz, thesoureiro-mór da cathedral, dr. José Jacinto Valente Farinho, pela recusa do corregedor, e o coronel de engenheiros José Rodrigo d'Almeida, em substituição do brigadeiro D. Ignacio de Castil Blanco, que estava doente. Foram nomeados o bacharel Manuel Joaquim Nogueira, secretario, e ajudantes de ordens o capitão de milicias Theotónio d'Ornellas Bruges Avila e Manuel Homem da Costa Noronha.

O auto d'este memoravel feito é o seguinte :

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte oito, aos vinte e dois dias do mez de junho do dito anno nesta cidade d'Angra da ilha Terceira, e na sala da camara da mesma cidade onde se achavam juntos em vereação extraordinaria o ministro dr. Juiz de fóra, presidente, vereadores, procurador do concelho, e mais pessoas da nobreza e povo, abaixo assignados, se procedeu á vereação do modo seguinte.

Nesta vereação apresentou o ministro juiz de fóra presidente a participação que havia recebido do commandante interino do batalhão n.º 5 de caçadores José Quintino Dias, na qual se lhe communicava a deliberação que tomou o referido batalhão de restaurar a legitimidade do Senhor D. Pedro IV e de sua augusta filha a senhora D. Maria II : para o que o forçaram as circunstancias a prender o governador e capitão general d'estas ilhas : em consequencia do que se fazia necessaria a nomeação do governo interino na forma do alvará de 12 de setembro de 1770. E logo na presença das sobre-ditas representações, e acontecimentos que tiveram logar no dia de hoje, em que a tropa cheia de entusiasmo tem acclamado El-Rei o Senhor D. Pedro IV por legitimo Rei d'este reino, e sua Augusta filha a Senhora D. Maria II nossa Rainha, na conformidade da carta

constitucional protestando derramar a ultima gôta de sangue para defender a sua legitimidade : se deliberou pela camara, e mais pessoas que foram presentes, que ficasse de nenhum effeito o acto de vereação do dia 18 do mez passado, no qual foi acclamado o serenissimo infante D. Miguel por uma commoção popular, que nesse dia teve logar, sem que a camara podesse deliberar, nem as pessoas das tres classes do estado sobre as medidas que então convinha adoptar-se.

Outrosim que, visto o impedimento do governador e capitão general, se designassem as pessoas que deviam compôr o governo interino na conformidade do citado alvará, attenta a escusa do dr. corregedor, e não ser presente o deão d'este bispado, pela exclusão que d'elle fez o voto unanime da mesma tropa ; e nesta conformidade recabiu a nomeação legal no referido thesoureiro-mór João José da Cunha Ferraz, por ser hoje a immediata dignidade da sé ao dito deão ; o brigadeiro D. Ignacio de Castil Branco do Canto, o ministro dr. juiz de fóra, presidente da camara e corregedor interino José Jacinto Valente Farinho, e para secretario o bacharel Manuel Joaquim Nogueira. E por esta forma se houve esta vereação por finda que assignaram os vogaes presentes, perante mim Manuel José Borges da Costa, escrivão da Camara, o escrevi. = *Farinho = Barreto = Borges Cabral = Cabral.*

Alexandre Martins Pamplona = Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, moço fidalgo da caza real = José Maria da Silva Carvalho = Francisco Moniz Barreto do Couto, moço fidalgo, e por accrescentamento fidalgo escudeiro da caza real = João José da Cunha Ferraz, thesoureiro-mór = Francisco Eleuterio Lobão Merens e Castro, tenente do batalhão de caçadores n.º 5 = Antonio Homem da Costa Noronha, fidalgo cavalleiro e 1.º tenente do batalhão de artilheria = José Quintino Dias, capitão de caçadores do 5.º = Pedro Homem da Costa Noronha, fidalgo da caza real e tenente-coronel do batalhão n.º 1 = Antonio da Fonseca Paim da Camara, fidalgo da caza real e capitão reformado, convocado = Theotónio de Ornellas Bruges, fidalgo cavalleiro da caza real = José Maria de Carvalhal da Silveira, fidalgo cavalleiro da caza real = Antonio Cardoso Sousa e Liz, alferes do 5.º de caçadores = Joaquim Bernardo da Fonseca, contador geral = Matheus de Menezes Lemos e Carvalho = Antonio José de Vasconcellos, alferes do n.º 5 = Manuel Homem da Costa Noronha, fidalgo da caza real = Manuel Joaquim Nogueira = Antonio Moreira da Silva, negociante = Luiz de Barcellos Merens Lobo, 2.º tenente de artilheria do batalhão d'Angra = Francisco Leite Botelho de Teyve, fidalgo cavalleiro da caza real = Joaquim Pinheiro da Silva = José Theodoro Coelho = Diniz Teixeira de Sampaio, administrador do correio e ajudante d'ordenanças = Bernardo Moniz Barreto do Couto, moço fidalgo, accrescentado ao de fidalgo escu-

deiro da caza de Sua Magestade = *Felix José da Costa*, segundo escripturario da contadoria geral da junta da fazenda publica d'estas ilhas = *Antonio Sebastião Espinola Homem*, major commandante dos fortes da ilha de S. Jorge, presentemente nesta cidade = *Cypriano da Costa Pessoa* = *Francisco de Paula da Costa* = *João Moreira da Silva*, alferes de caçadores n.º 1 da 2.ª linha = *Francisco José Teixeira*, praticante da contadoria da junta da fazenda = *Matheus Homem Borges*, fidalgo cavalleiro da caza real = *Matheus João de Bettencourt de Vasconcellos*, fidalgo cavalleiro da caza real = *José Hilario Ameno Lopes*, official da secretaria do governo = *Luiz José de Vasconcellos*, negociante da praça d'esta cidade = *Antonio Lucio Duarte dos Reys* = *Vital de Bettencourt de Vasconcellos e Lemos*, brigadeiro = *Vicente Pedro de Korth*, cirurgião d'esta camara = *Fernando de Sá Vianna* = *Joaquim Antonio de Oliveira* = *José Rodrigo d'Almeida*, coronel engenheiro = *Antonio Leonardo Pires Toste* = *Francisco José Bulheiro*, escrivão e tabellião de notas = *Simão de Carvalho da Silveira*, fidalgo cavalleiro da caza real = *Antonio Placido de Bettencourt Lemos* = *Nicolau Caetano de Bettencourt Pitta*, medico da camara = *Joaquim José da Silva* = *Luiz Antonio Pires Toste* = *Alexandre d'Oliveira* = *Fernando Joaquim da Silva e Rocha* = *José Augusto Cabral de Mello*, secretario da junta do paço = *Antonio Botelho de Sampaio*, cura = *Joaquim de Menezes Vasconcellos*, guarda-mór de saude.

*

Constituido assim o governo interino, tratou este de proceder á acclamação nas duas restantes camaras da ilha, de fazer a devida communicacão ás demais ilhas do archipelago, e de tomar todas as medidas, que as circunstancias exigiam.

O governo do castello foi entregue ao capitão José Quintino Dias, o das armas ao major Freitas Aragão, e o da artilharia ao tenente Antonio Homem da Costa Noronha.

Foi deportado para S. Miguel o deão Fructuoso Ribeiro, e para esta e outras ilhas varios officiaes superiores e inferiores, que o governo tinha por suspeitos.

Os officiaes encarregados da defeza da costa, e que não inspiravam confiança foram substituidos, e demittidos alguns officiaes de milicias. Foi tirada devassa para se proceder á prisão dos influentes no movimento revolucionario de 18 de maio, e dos que se opozeram ao movimento de 22 de junho.

Na ilha do Fayal foi bem accete o movimento liberal terceirense, não succedendo o mesmo em S. Miguel. D'estas duas ilhas, mandou o governo buscar a parte da guarnição, que pertencia ao valente batalhão de caçadores n.º 5, a qual foi festival e entusiastamente recebida em Angra, quando desembarcou a 5, 7 e 11 de julho. A guarnição vinda de S. Miguel era commandada pelo major Zeferino de Sequeira.

Estavam as coisas neste estado, quando, a 15 de julho, fundeou no porto d'Angra a fragata *Princeza Real*, trazendo a seu bordo o almirante Henrique de Sousa Prego, que havia sido despachado capitão general dos Açores.

Desembarcando o commandante com officios para o governo, para que acceitasse e desse posse ao almirante, foi-lhe esta negada, por deliberacão unanime da camara, dos representantes dos tres estados do povo, dos commandantes militares e dos governadores das fortalezas. Sousa Prego foi, dias depois, ter a S. Miguel, onde o receberam e reconheceram.

De tudo, o que fica exposto, mandou a camara participacão a el-rei D. Pedro, solicitando-lhe socorros

para a defeza da ilha, e assim da grande causa constitucional.

Este acto de energia, não se recebendo o capitão Prego, causou furor entre os absolutistas, que juraram vingança, logo que restaurassem os direitos do seu rei D. Miguel, para o que estavam animados pela noticia recebida, de que se tratava de organizar uma esquadra para subjugar a Madeira, unico ponto portuguez, que, alem da ilha Terceira, não obedecia ao governo do rei absoluto, e que a esquadra depois viria a esta ilha obrigar os *rebeldes* á obediencia.

Era naturalissimo, que, em virtude d'esta noticia e das disposições vingativas dos miguelistas terceirenses, o governo se precavesse preparando a defeza contra os inimigos externos e internos. Assim para estes principiou por mandar desarmar as milicias e ordenanças, e deportar os que poudes alcançar, não só militares como paisanos, e que considerava mais perigosos.

Todos estes actos, que circumstancias extraordinarias levaram a praticar, fizeram augmentar o numero dos descontentes.

A noticia da vinda da esquadra, e a fugida da divisão liberal, sob o commando do general Pizarro para a Galiza e depois para a Inglaterra, vieram desanimar os liberaes e o batalhão de caçadores 5, que esteve prestes, devido ao seu commandante José Quintino Dias, a seguir para a Inglaterra no dia 24 de agosto.

Graças, porém, aos esforços do respeitavel ancião,

presidente do governo, o dr. Ferraz, de Theotonio de Ornellas, dr. Nogueira, tenente Lobão e outros militares e paisanos, não partiu o batalhão de caçadores 5. Neste occasião principiaram a alistar-se varios patriotas como voluntarios, e activou-se os trabalhos da defeza da costa, nomeando-se pessoal de confiança para guarnição dos fortes.

Por proposta e a instancias do dr. Ferraz foi substituido o governo por uma junta provisoria, que ficou composta pelo mencionado dr. Ferraz, pelo juiz de fóra Fariño, por Quintino Dias, e Theotonio d'Ornellas, que servia de capitão de voluntarios, ficando secretario o dr. Nogueira.

Os primeiros socorros que chegaram a Angra, enviados por Palmella, segundo as ordens de D. Pedro, foram em 4 de setembro na fragata brasileira *Izabel*, que a seu bordo conduzia o general Diocleciano Leão Cabreira e outros officiaes emigrados. Os recursos constaram de algum dinheiro, armas e munições de guerra.

Depois das conferencias havidas a bordo com o governo e os officiaes mandados por Palmella, desembarcaram estes no dia 8, sendo a presidencia do governo e o commando da força entregue ao general Cabreira.

Feita a proclamação do novo general tratou-se da conveniente organização de todo o pessoal de armas. A junta deliberou mandar á Inglaterra o bacharel Manuel Joaquim Nogueira, para pessoalmente solicitar os

socorros precisos. Nogueira foi acompanhado por José Ignacio da Silveira.

*

Sabida a noticia de que a ilha da Madeira tinha sido subjugada pela esquadra miguelista, não podiam conformar-se os *realistas* terceirenses, que a ilha Terceira fosse o unico ponto portuguez, que não obedecesse a D. Miguel. Por este motivo, pelos seus ardentes desejos de vinganças pessoases, e para alcançarem as principaes e vantajosas futuras posições, tratam de escolher quem se pozesse á frente d'um movimento revolucionario, recahindo a escolha no capitão João Moniz Córte Real, que logo tratou de obter recursos das ilhas do Fayal, S. Miguel, S. Jorge e Graciosa, para o que saíram furtivamente em um barco o morgado Joaquim d'Almeida e Carlos Jorge da Silveira Seguiér.

Os recursos recebidos pelo capitão João Moniz, e que chegaram no 1.º de outubro ao porto da freguezia dos Biscoitos, eram insignificantissimos; umas duzentas espingardas na sua maioria incapazes de servir, cartuxos, algumas balas, mas nada de polvora, soldados e officiaes, quando muitos existiam nas ilhas onde foram enviados os emissarios.

Era caso para um natural esmorecimento dos revolucionarios, mas como a paixão cega o homem, e a ambição leva a todas as temeridades, não foi posta de parte a ideia da revolução, e logo se tratou de se organisar uma guerrilha, fazendo-se distribuição de arma-

mento, prestando valiosa coadjuvação neste serviço o capitão de milicias João Moniz de Sá Barreto. Em pouco estavam armados de espingardas, espadas, chucos, foices, etc., mais de 1:500 homens.

De todo este movimento teve conhecimento o general Cabreira, bem como os revoltosos tinham conhecimento de tudo o que se passava na junta provisoria. A espionagem e os delatores eram nos dois campos.

Para dispersar os revoltosos, que estavam acampados na freguezia dos Biscoitos, mandou Cabreira quarenta soldados, em duas divisões, de vinte cada uma, seguindo caminho diverso, mas com igual direcção á mencionada freguezia. Estas pequenas divisões foram batidas, feitas prisioneiras e desarmadas pelos soldados do commando de Joaquim d'Almeida, auxiliados pelo reforço que lhes trouxe o capitão João Moniz.

Contentes com esta victoria, dirigiram-se os amotinados á Villa da Praia, com o fim de surprehender o destacamento, que lá se encontrava, o que não conseguiram, porque tendo d'isto conhecimento o commandante, havia-se retirado e recolhido ao castello d'Angra.

Chegados á Praia, estabelecem quartel general na casa da camara; são convocados os vereadores e autoridades civis e ecclesiasticas, é lavrado um auto, com assentimento geral, declarando de nenhum effeito o que se havia praticado em Angra no dia 22 de junho,

nomeia-se um governo interino e resolve-se mandar um emmissario ao general Cabreira «com parte official do estado d'estas cousas, exigindo annuisse á acclamação de el-rei D. Miguel, ponderando-lhe o quanto convinha evitar desgostos de pessoas e familias, pois que ali se proclamavam os principios, que por então vogavam na Europa, em opposição das instituições liberaes».

Cabreira tratou de pôr termo áquelle movimento revolucionario, pois que era já elevado o numero de pessoas armadas, que hora a hora iam dando entrada na Praia, embora na sua maior parte ignorantes da arte militar.

Para isto mandou promptificar, no dia 4 de outubro, meia brigada de artilharia, e uma força de infantaria de 150 praças, e collocando-se Cabreira á sua frente com o coronel José Antonio da Silva Torres, commandante da divisão, o capitão José Maria Tabora, commandante de infantaria e o capitão Luiz Manuel de Moraes Rego, commandante geral de artilharia, seguiram pela estrada de cima em direcção á Villa da Praia. Pelo mar seguiu a fragata brasileira *Izabel* em direcção á bahia da mesma Villa.

Eram esperados pelos amotinados no *Pico do Celeiro*. Collocadas as forças liberaes em ordem de combate principiou um valente tiroteio, que durante hora e meia, não se sabia de que parte estaria a victoria, mas conseguindo os liberaes flanquear os miguelistas,

foram estes postos em debandada, tratando cada qual de fugir o melhor que poude.

Com esta assignalada victoria ficaram os liberaes de posse da ilha Terceira, tendo a inquieta-los insignificantes guerrilhas compostas de soldados desertores, e aguardando os inimigos externos que a toda a hora eram esperados na esquadra miguelista, que havia subjugado a ilha da Madeira.



XXXVII

Alcançada a victoria na acção do *Pico do Celleiro*, e attendendo á exposição apresentada pelo dr. João José da Cunha Ferraz, sempre providente em preparar o campo para o bom caminhar da causa liberal, foi resolvido, como consta dos respectivos autos, se procedesse á eleição das pessoas, que deviam compôr a *junta provisoria* do governo da capitania, a qual teve logar no dia 5 de outubro, ficando eleitos por unanimidade o brigadeiro Diocleciano Leão Cabreira, dr. João José da Cunha Ferraz, e o coronel José Antonio da Silva Torres.

Na primeira sessão da junta foram organisadas as secretarias de estado, ficando secretarios : para a guerra o coronel Theotónio d'Ornellas Bruges Avila, estrangeiros e fazenda o coronel Pedro Homem da Costa Noronha, e para o interno, ecclesiasticos e justiça Alexandre Martins Pamplona.

Em 28 de outubro, publicou a junta dois decretos : o primeiro declarando ser « a cidade d'Angra a séde do governo dos portuguezes, legitimamente autorizado para sustentar os direitos do Senhor D. Pedro IV e da

Senhora D. Maria n, e que assim deve ser contemplado, emquanto se não estabelecer em Portugal o legitimo governo do mesmo Augusto Senhor».

O segundo decreto, declarava em nome d'el-rei, que todas as nove ilhas dos Açores eram uma e unica provincia do reino, e a cidade de Angra a sua capital.

Este acto audacioso, mas patriótico, foi a luva de desafio, que os liberaes, refugiados em um pequeno rochedo isolado no meio do oceano, lançavam ao rei usurpador, D. Miguel, e a todos os seus numerosos partidarios.

Assim escreve o sr. Manuel Pinheiro :

«A primeira declaração era uma affirmação politica e um desafio ao governo de D. Miguel, o qual já se não considerava coacto, como anteriormente, mas em plena rebellião contra seu irmão e soberano ; a segunda garantia a hegemonia da Terceira sobre todo o archipelago, e passando este á cathogoria de provincia tirava-lhe o character ultramarino, que lhe dava o governo absoluto, em competencia com os presidios africanos.»

*

Seguir dia a dia todo o acontecido nesta ilha, e que levou o governo a tomar medidas energicas, perseguidoras, crueis, deportando uns, demittindo outros, mandando prender a muitos, castigando e fuzilando alguns, não cabe neste resumo historico.

Circunstancias extraordinarias levaram a todos aquelles excessos. Da sustentação do governo constitu-

cional na ilha Terceira, dependia a salvação da causa liberal, e não só d'esta, como tambem a vida e teres de tantas pessoas e familias, que por aquella causa se haviam, com a mais louvavel abnegação e civismo, voluntariamente sacrificado.

Qual era o exemplo recebido e a sorte que esperavam aquelles devotados servidores da liberdade, no caso de serem vencidos? O exemplo estava bem vivo no supplicio de Gomes Freire d'Andrade e de todos os seus companheiros, na conjuração liberal de 1817 ; o exemplo tinham-no em tantos actos selvagens, sanguinarios, de que eram victimas os liberaes por todo o paiz, desde que dominava D. Miguel ; a sorte que os esperava era o cacete, a prisão, a condemnação, a forca, e para os seus descendentes a continuação d'um passado despotico, intolerante, e escravizador ; o throno com um rei de *direito divino*, e o altar com os seus falsos ministros ; o poder absoluto e o fanatismo tudo e todos dominando e atropiando.

Com isto que dizemos, não existe a ideia de applaudir as crueldades então praticadas, por Deus não se julgue semelhante cousa ; mas nas circunstancias em que se encontravam os liberaes na ilha Terceira, cada qual defende-se e sustenta-se, como as mesmas circunstancias exigem.

Depois, que havia a esperar d'um povo fanatico e ignorante, que soltava loucamente vivas á religião e a D. Miguel, e do governo d'um paiz, onde, como muito

bem disse o sr. visconde de Ouguella, a suprestição e o despotismo eram os dois fetechis d'estes barbaros do Occidente?

Exposto isto sobre os actos de força praticados pela junta provisoria, para conter os excessos e as crueldades dos miguelistas, salvar a causa constitucional e as pessoas, familias e teres dos liberaes, digamos: a esquadra de D. Miguel saindo em meiado de outubro da ilha da Madeira, chegou a S. Miguel no ultimo do mez, demorando-se, para receber mantimentos, até 4 de novembro, e isto sempre perseguida por mau tempo, o qual continuando fez, com que ella se dispersasse, seguindo a maior parte dos navios para Lisboa; que ás aguas da Terceira só vieram a fragata *Princeza Real*, a corveta *Urania* e o brigue *Gloria*, que conseguiram corresponder-se com o capitão João Moniz, mas vendo que não lhes era possivel conseguir um desembarque e render a ilha, e arreceando-se todos dos temporaes, seguiram outro rumo a 21 de novembro.

No 1.º de dezembro appareceu a nau *D. João vi*, tendo a seu bordo o vice-almirante Sousa Prego, que se retirou para S. Miguel, com receio, no caso de tentar desembarque, ter de se bater com a fragata brasileira *Izabel*, e assim julgou prudente aguardar nova e melhor estação para a ambicionada rendição da Terceira.

Foi natural o contentamento dos constitucionaes com a partida da esquadra, pois ganhavam tempo para

fortificar convenientemente a ilha, e aguardarem os soccorros promettidos pelo marquez de Palmella, na carta que dirigiu á junta, em que tambem lhe communicava, o haver D. Pedro effectuado a completa abdicção da corôa portugueza na sua filha D. Maria da Gloria. O portador foi o secretario da mesma junta, dr. Manuel Joaquim Nogueira, que, como dissemos, tinha ido em commissão á Inglaterra.

O capitão Moniz embarcou fugindo para a ilha de S. Miguel, sendo patrocinado na fuga por dois liberaes; Joaquim d'Almeida, Matheus Pamplona Côte Real e Eustaquio Francisco d'Andrade seguiram-lhe o exemplo embarcando para outras ilhas, e depois para Lisboa.

Esta resolução dos chefes e influentes dos revoltosos deixaram, nesta parte, a junta provisoria um pouco mais á vontade, tendo comtudo serias difficuldades a assoberbarem-lhe a sua marcha governativa, como a falta de numerario, a guerra surda do clero, e as desintelligencias que principiavam a surgir entre os proprios liberaes.

*

A joven rainha de Portugal saiu do Rio de Janeiro a 5 de julho de 1828, acompanhada pelo marquez de Barbacena, chegando a Gibraltar aos 2 de setembro, e d'este ponto, por conselho do cavalheiro Ildefonso Leopoldo Bayard, seguiu para Londres, escapando assim de ir parar á cõrte de Austria.

Em Londres foi recebida com as honras devidas,

tanto pelo ministro lord Wellington como pelo rei George IV.

«Mas em todas estas demonstrações faltava sinceridade, e o governo de lord Wellington, embora não tivesse ainda reconhecido D. Miguel, estava inclinado para seu lado, não só porque assim satisfazia á *Santa Alliança*, mas ainda porque distanciava mais o imperador do Brazil da corôa portugueza.

«Apezar das reclamações do marquez de Palmella, e depois do marquez de Barbacena, quando ao primeiro se recusou o character de embaixador portuguez, Wellington não só negou todo o auxilio á causa da joven princeza, mas ainda exigiu a prompta dissolução do deposito dos emigrados em Plymouth, a sua dispersão pelo interior da Inglaterra e a separação dos officiaes dos soldados, allegando que as leis inglezas não permitiam depositos de militares estrangeiros¹».

Em vista d'esta deliberação do governo da *sempre fiel alliada*, tratou Palmella de fazer sair da Inglaterra os emigrados. Organizou uma expedição composta de cerca de 604 praças de infantaria 18 e caçadores, além de muitos officiaes, que fez embarcar no porto de Plymouth, sob o commando do general Saldanha, em quatro transportes, que lá estavam ha muito fretados. As instrucções dadas foram para que a saida se fizesse isoladamente e ostensivamente com destino ao Rio de

¹ Manuel Pinheiro, *Épocas Memoraveis*, vol. VI.

Janeiro, mas esforçando-se para desembarcar na ilha Terceira.

A 16 de janeiro de 1829 chegavam os transportes defronte da Villa da Praia, não podendo o general Saldanha realisar o desembarque, porque lord Wellington havia mandado bloquear a ilha pelas fragatas *Ranger* e *Nemrod*, commandadas por Walpole, que não duvidou fazer fogo sobre os transportes, que conduziam homens completamente desarmados. Fez dois rombos em um dos navios, matou um soldado e feriu um passageiro. Depois de Saldanha lavrar o seu protesto, seguiu para Brest, onde chegou a 30 de janeiro, sendo os emigrados bem recebidos em França.

Não obstante este odioso proceder dos inglezes, que occasionou justas censuras da França e de outras nações europeias, e do apertado bloqueio feito á ilha, desembarcavam em Angra, aos 8 de março, 607 praças de diversos corpos, commandadas pelo coronel Antonio Pedro de Brito, e até ao fim d'este mez vieram munições de guerra para 50 peças, 4:000 espingardas, elevado numero de espadas e 1:000 homens.

Caminhavam assim as cousas, recebendo a ilha officiaes, soldados e munições, organisavam-se corpos, procedia-se á defesa das fortalezas e dos pontos da costa mais accessiveis para um desembarque, mas no governo augmentava a rivalidade entre o general Cabreira e o coronel Torres, ao ponto de Cabreira abandonar a presidencia da junta e seguir para a Inglaterra.

Foi substituído por seu irmão o brigadeiro Sebastião Cabreira.

Continuaram, porém, as rivalidades, formando-se dois partidos. As rivalidades iam-se estendendo e accentuando até entre os diversos corpos.

Para pôr cobro a este mal estar, que podia, no seu augmento continuado, tornar-se altamente prejudicial, mandou Palmella, como capitão general, o conde de Villa Flôr, Antonio José de Sousa Severino de Noronha, o qual desembarcou na Villa da Praia, no dia 22 de junho de 1829. Chegava o valente caudilho da liberdade, acompanhado do seu estado maior, composto de vinte e dois officiaes ¹, no dia do primeiro anniversario da restauração liberal na ilha Terceira.

Com a posse do novo general serenaram os animos, e activaram-se prodigiosamente os trabalhos de defeza, e a organização dos corpos.

*

Nesta rapida passagem sobre tantos successos, que assoberbaram a ilha Terceira, estamos chegados a um

¹ Estes officiaes eram : Antonio da Costa e Silva, Antonio José da Silva Leão, D. Antonio de Mello, Augusto Sotero de Faria, Balthazar d'Almeida Pimentel, D. Carlos Mascaranhas, Conde de Ficalho, Domingos de Mello Breyner, Francisco de Magalhães Coutinho, Francisco de Sá Nogueira, João Ferreira Sarmiento, Joaquim José de Groot da Silva Pombo, Joaquim Maria da Roza, José Alexandre da Silva Serpa, José Baptista da Silva Lopes, José Joaquim Barros Lobo, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, D. Manuel da Camara, Manuel José Mendes, Manuel Thomaz dos Santos e Thomaz de Magalhães Coutinho.

dos mais notaveis acontecimentos d'esta época de luctas, o qual constitue o primeiro golpe misericordioso dado nas colossaes forças de mar e guerra do usurpador D. Miguel.

Se, o temerario movimento liberal de 22 de junho de 1828, foi o prodromo d'essa assombrosa epopeia, que deu a liberdade ao povo portuguez, a memoravel batalha de 11 de agosto de 1829, que tornou muito notavel a Villa da Praia, foi o primeiro e valente abalo dado ao poder absoluto, por um limitadissimo numero de bravos e heroicos patriotas, abalo que, causando o assombro geral, tinha fatalmente de levar de vencida esse poder amaldiçoado, para d'elle nada mais ficar, do que a sua memoria execranda, que só pode ter ainda apologistas nas loucas imaginações d'uns tristes companheiros d'aquelles, que ainda esperam pela vinda do desejado D. Sebastião.

Era, realmente, inaudito, assombroso, que em um pequeno rochedo oceanico, um punhado de homens, se erguessem valorosos, e desassombradamente se levantassem contra aquelle que, embora servindo-se da traição, era o dominador de todo reino e possessões portuguezas, e com a altivez dos fortes, com o animo dos que tem fé e crenças sinceras, lhe dissessem : Aqui, neste pequeno rochedo oceanico, não tem cabida o teu poder absoluto, não chega o teu audacioso e desleal acto de usurpação ; se traiste os teus sagrados juramentos de fidelidade, nós, não ; somos livres, e como

taes queremos a liberdade, e defenderemos até ao ultimo extremo os incontestaveis direitos do legitimo monarcha, que nos outhorgou a Carta Constitucional, codigo fundamental das liberdades patrias, que jurámos; este pequeno rochedo é a arca santa do codigo liberal, nós os seus defensores e salvadores.

É isto, nada mais, nem menos, o que representava a attitude valorosa dos liberaes terceirenses, e dos portuguezes leaes, que se haviam refugiado na ilha Terceira.

Ora, esta attitude energica, temeraria, loucamente audaciosa, tornou-se, para D. Miguel e para os seus partidarios, merecedora de tremendo castigo, e para que este tivesse logar, organisou-se uma esquadra composta de 21 navios ¹.

Os primeiros navios da esquadra chegaram a S. Miguel no 1.º de maio, e com elles se deu começo ao bloqueio da ilha Terceira, e o grosso da esquadra fundeava no porto d'aquella ilha em 20 de junho.

Vê-se, pois, que, para o conde de Villa Flôr des-

¹ Eram : a nau *D. João VI*, levando a seu bordo o chefe da esquadra Roza Coelho e capitão-general Sousa Prego; fragatas *Dianna*, *Perola* e *Amazona*, indo nesta ultima o coronel Antonio de Azevedo Lemos, commandante da força de desembarque; corvetas *Urania* e *Princesa Real*; charruas *Galathéa*, *Orestes*, *Princesa da Beira* e *Maiã Cardoso*; brigues *Gloria*, *Infante D. Sebastião*, *Tre de Maio* e *Providencia*; escunas *Triumpho da Inveja* e *Bom Jesus*; hiates *Bom Despacho*, *Santa Luzia* e *Divina Providencia*; patachos *Carmo* e *Almas*.

Armavam estas embarcações 360 peças de varios calibres, tinham 2:778 homens de tripulação e 3:393 praças do exercito.

embarcar na Villa da Praia, em 22 de junho, teve de illudir o bloqueio, e que a sua chegada foi no momento em que mais necessaria se tornava a vinda, de quem, com superior e reconhecida competencia, se collocasse á frente das forças liberaes.

As instrucções que o conde de Basto deu a Roza Coelho, commandante da força naval, eram de completo exterminio a tudo quanto fizesse opposição á mesma esquadra, ou que auxiliasse os constitucionaes, poupando-se a vida da serenissima Senhora D. Maria da Gloria, logo que fosse encontrada a bordo de qualquer navio. E se o navio em que ella fosse encontrada, desatendesse á intimação de se entregar, fossem os demais que o acompanhassem mettidos a pique, para exemplo d'aquelle; e se caso isto não obstasse, a que este tentasse o desembarque, soffrer a sorte dos outros, fazendo perseverar, *se possivel fôr*, a vida da senhora princeza do Grão Pará.

Foram estas as instrucções dadas pelo governo da usurpação, chegando ao ponto de não ter duvida em sacrificar a vida da sobrinha do *seu rei*, que lhe havia jurado fidelidade reconhecendo-a como rainha, e que chegára a assignar o auto, recebendo-a como esposa!

Em vista de tamanha perversidade para com uma senhora da familia real, sobrinha do *seu rei*, o que não estava reservado para os que lhe eram estranhos?



XXXVIII

Era a ilha Terceira o unico rochedo portuguez, no meio dos mares revoltosos, onde nas ameias das suas fortalezas, tremulava impavido e altivo o pendão glorioso das liberdades patrias !

Era a ilha Terceira o unico ponto dos vastissimos territorios portuguezes, onde encontravam guarida os foragidos da patria, que desditosa gemia sob os rigores do governo absoluto, que mão traiçoeira e filhos degenerados haviam odiosamente estabelecido !

«A ILHA TERCEIRA, nos annaes dos povos, na historia da humanidade, nos fastos do genero humano, é um verdadeiro heroe, heroe tão distincto entre todas as plagas que formam o relevo do orbe terrestre, como ella mesma na linha divisoria dos dois hemispherios, se destingue entre todas as que povoam a vastidão do oceano, que separa o mundo novo do mundo velho.

«Dada a lume pela nação portugueza em meado do seculo quinze, na adolescencia dos povos da idade moderna, tem-se mostrado em todos os tempos e em todas as crises da independencia e liberdade da mãe patria filha sempre grata e extremosa, sacrificando nas

aras da autonomia o sangue mais precioso dos seus filhos; tem sido sempre o egregio baluarte da lealdade e fidelidade portugueza, o berço illustre da regeneração da mãe patria, como lhe chamou o maior heroe dos nossos tempos. Se em 1581 e 1640 foi a ultima que se rendeu e a primeira de todas as insulas que sacudiu o jugo castelhano, que pezava havia sessenta annos sobre o collo de Portugal, em 1828, nesse dia notavel nas revoluções celestes, em que das miras da esperança se passa aos gosos da caridade, tambem com sua revolução abriu nas paginas da historia a Portugal a famosa época da sua passagem dos rigores da escravidão e do despotismo para os foros e regalias da liberdade ¹.

Era, porém, essa passagem, que a todo o transe queriam D. Miguel e os seus sectarios obstar, e assim conquistando a ilha Terceira, encerrando em masmorras, e d'estas conduzindo á forca, os loucos, que temerariamente defendiam a liberdade, estava tudo conseguido.

Para isto, na tarde de 29 de julho de 1829, apparecia em frente da Terceira a formidavel esquadra destinada á sua conquista.

Era poderosa, com a vantagem de unida atacar o ponto da ilha, que julgasse ser mais accessivel para realisar o desembarque, emquanto que as forças liberaes, inferiores em numero, pois constavam de 2:386

¹ *Angrense* n.º 1:222, junho de 1863.

homens de todas as armas e graduações, achavam-se distribuidas por toda a ilha, nos oito districtos militares, em que ella estava dividida.

Em presença do inimigo animam-se os liberaes, para o repellir valorosamente; o conde de Villa Flór proclama ás tropas e aos povos, trata de guarnecer todos os pontos accessiveis da ilha, e de mandar preparar tudo o que julgou mais acertado para a defeza.

Devido ao vento do quadrante sueste não poude a esquadra realizar de prompto o ataque, e só no dia 9 de agosto mudando o vento para o sudoeste, conseguiu reunir no dia seguinte todos os navios e alguns barcos, que das ilhas de oeste tinham de vir prestar serviço no desembarque.

Na manhã de 11 de agosto fundeava a esquadra na vasta bahia da Villa da Praia, logar destinado para o desembarque, pelo conselho reunido a bordo da nau *D. João* vi, convocado por Sousa Prego.

Defendiam aquelle ponto uma parte do batalhão dos voluntarios da rainha, sob o commando do major Manuel Joaquim de Menezes, e a guarnição dos fortes era composta pelos artilheiros da costa, commandados por officiaes da 1.ª linha, tendo só treze peças de bater de varios calibres.

Eram poucos em numero, perante a poderosa esquadra, e os milhares de homens que a guarneciam e os que estavam destinados para o desembarque, mas animava os a força da vontade, a santidade da causa

que defendiam, e esta dava-lhes a esperança de alcançar victoria.

Rompeu o fogo o forte do Porto, que era commandado pelo alferes Simão Antonio d'Albuquerque e Castro, o qual no primeiro tiro de bala enviado á nau, quando esta se preparava para lançar ferro, lhe matou um homem, feriu outro, desfez-lhe o pau da retranca alem de outras avarias.

Dado assim o signal pelas forças liberaes, de que estavam promptas para o combate, tornou-se elle cruento e magestoso.

Os fortes e os parapeitos construidos á pressa, soffreram grandes avarias, e lê-se no roteiro da esquadra: «Ás quatro horas tendo-se callado o fogo dos fortes e baterias, batidos vivamente pela artilharia da esquadra, sómente fazia alguns tiros, com grandes intervallos, uma das baterias».

Foi, então, que da esquadra julgaram opportuno o momento de se proceder ao desembarque, principiando por uma columna da força de infantaria e caçadores, em numero superior a mil homens.

Grandiosa foi a lucta, vivissimo o fogo de fuzilaria, evitando as tropas liberaes, a peito descoberto, e com valor e heroicidade inimitaveis, que as forças inimigas conseguissem vantajosamente desembarcar, acabando por serem derrotadas, quando, ao ponto onde estava travada a lucta, accudia o resto do batalhão de voluntarios.

«Então os constitucionaes soltando entusiasticos e clamorosos vivas á rainha e á Carta proclamaram a sua victoria, levando o terror aos atacantes, que depunham as armas, para que os considerassem prisioneiros, chegando alguns a mostrar as chapas de infantaria 15, que traziam escondidas, e com as quaes queriam demonstrar, que nutriam os sentimentos liberaes d'aquelle corpo.

«Perante os inimigos, que pediam misericordia, cessaram os voluntarios de fazer fogo, e com risco da propria vida ajudaram-nos a subir a rocha conduzindo-os em turnos para a Villa da Praia, sem um insulto ou mau trato, acção que muito os ennobreceu¹.»

Á segunda columna da força de desembarque, em numero egual ao da primeira, e que era conduzida em dezoito lanchas, em direcção ao centro do areal, foi o bastante que, ao aproximarem-se da terra as primeiras embarcações, dois certos tiros de artilharia de campanha, fizessem submergir duas lanchas, que outra virasse pela confusão estabelecida, para que as restantes, receando egual sorte, se retirassem, e se fossem collocar ao abrigo da nau.

Depois d'isto, e com o anoitecer, só se ouvia algum tiro isolado, quando, ás nove horas, tendo chegado a artilharia grossa dos constitucionaes, e com ella dois obruzes, foram lançadas duas granadas, que passando

proximas da pôpa da nau, levaram o commandante a dar signal á esquadra para seguir á vela, cortando rapidamente os navios as amarras.

Com respeito aos destroços da esquadra podem-se avaliar pelos da nau, de que nos dá noticia o referido roteiro.

«Esta nau soffreu vinte e quatro rómbos, um ao lume d'agua e outros em diferentes pontos do costado, ficaram desmontadas duas caronadas na tolda, uma peça no convez, outra na coberta, a retranca partida, a bomba de fogo despedaçada, dois escaleres arrombados, partidos alguns páos das antenas, cortado o estai grande, um oven da enxarcia grande, dois fuzis de abotoadura, dois ovens da enxarcia do traquete, alguns brandaes da gavea e joanetes; uma grande parte dos cabos de laborar cortados e diversas velas furadas.

«Ficaram encalhadas em terra duas barcas canhoneiras e um barco, na occasião da retirada da tropa.

«A nau fez, desde a sua entrada até á saída do porto da Praia, mil trezentos e noventa e um tiros.»

Neste memoravel combate tiveram os constitucionaes tres officiaes, dois sargentos e doze soldados mortos e vinte oito feridos e os miguelistas cêrca de seiscentos mortos, incluindo neste numero dois officiaes distinctissimos, o coronel José d'Azeredo Pinto e o major D. Gil Ennes da Costa, alem d'outros officiaes. Foram trezentos oitenta e oito os prisioneiros, sendo quinze officiaes, vinte e dois officiaes inferiores,

e trezentos cincoenta e uma praças de *pret* e marinheiros. Foi elevado o numero de feridos que seguiram na esquadra.

*

Estava, pois, ganha a primeira batalha, que, tornando inexpugnável o baluarte das liberdades patrias, tinha de ser a precursora das gloriosas victorias, que, no decorrer de quatro annos, varreriam para sempre do solo portuguez o odiado absolutismo, e assegurando no throno a dynastia constitucional dariam a todo o paiz a liberdade.

Nos fastos da historia, a victoria alcançada no dia 11 de agosto de 1829, foi um triumpho brilhantissimo, que demonstra de quanto é capaz o sentimento profundo do amôr da patria, amôr superior a todos os amores, e que leva a praticar feitos de sublime coragem, de indizível abnegação, como os praticados pelos defensores da liberdade nos fortes, nos rochedos e no areal da Villa da Praia.

Lá, ao som do troar do canhão, do relampaguear da fuzilaria, por entre nuvens de fumo da polvora, em frente do magestoso oceano, que vinha destender as suas ondas em lençoes de alva espuma, pelo grandioso palco onde se realisava tão assombrosa lucta, cada soldado tornou-se um heroe, cada morto um martyr!

Heroes pela patria e pela liberdade! Martyres da patria e da liberdade!

Eis os titulos de nobreza que a todos igualou á

face da historia, e que as gerações, que se lhes seguiram, teem em consagração solemne bem alto proclamado.

Depois de tão assignalada victoria, a proclamação do conde de Villa Flór foi a seguinte:

HABITANTES DA ILHA TERCEIRA: Quando a esquadra do usurpador, respirando sangue e vingança, appareceu ameaçando a vossa ilha, eu vos recommendei o socego e a confiança em mim, e na leal guarnição, que vos defende, e vos prometti o castigo dos inimigos do legitimo throno e da liberdade da patria, se elles se atrevessem a acometter este glorioso baluarte da fidelidade. Vós, habitantes leaes d'esta ilha, observastes fieis o que vos indiquei, e com o seu valor inabalavel as tropas leaes, que commando, me fizeram cumprir a minha promessa.

O inimigo deixou coberto de cadaveres as vossas praias, que queria inundar do vosso sangue; as ordens sanguinarias, que trazia contra a vossa guarnição, e contra os povos fieis d'esta ilha, a providencia, que mallogrará sempre os esforços do crime, os volveu contra elles; mais da metade dos seus soldados ou morreu pelo fogo, ou pelas ondas, ou recebeu dos seus generosos vencedores aquelle acolhimento, que a religião e a humanidade determinam, mas que as ordens da tyrannia lhes tinham prohibido dar aos seus defensores, e a vós mesmos se fossemos vencidos.

Se, depois da ruina experimentada, se atreverem a voltar a estas praias, eu vol-o prometto novamente, e a experiencia acaba de mostrar-vos o valor d'esta promessa, a sua ruina será completa.

Povos da Terceira, habitantes d'este illustre baluarte da fidelidade, da honra e da constancia, continuai a viver na mais completa tranquillidade. Cooperai com os valerosos que vos defendem, para acabar de pôr estas praias no abrigo de todo o criminoso esforço de nossos adversarios; e a vossa ilha terá a gloria de ter restaurado no throno a nossa amada rainha, de ter sido nobilitado o nome portuguez, e de ter sido o fóco d'onde partirá a liberdade e a prosperidade da patria.

Acampamento em S. Sebastião, aos 12 d'agosto de 1829 — Conde de Villa Flór.

XXXIX

Uma prova eloquente de que, na data memoravel de 11 de agosto de 1829, as ideias e os principios liberaes tinham já conquistado elevado numero de adeptos entre os terceirenses, está na proclamação com que encerrámos o anterior capitulo; e se assim não fosse, não teriam os partidarios do absolutismo melhor occasião de se apresentar em defesa da sua causa, do que no momento em que todos os esforços dos liberaes estavam entregues em repellir as forças inimigas, que se lhes apresentavam no mar, e nesta occasião qualquer ataque em terra, podia ter altamente prejudicado a defesa do ponto, em que a esquadra pretendia desembarcar as forças miguelistas.

Não se atreveram a faze-lo, nem nos diz a historia, que em tal coisa se pensasse, e a razão é clara: é porque a corrente das ideias ia seguindo a sua marcha benefica e civilisadora, esclarecendo os espiritos, conquistando corações, fazendo luz no meio das trevas, com as quaes o fanatismo e o predominio dos grandes envolvia o povo.

A cantata de que os liberaes eram inimigos da

religião, já não fazia echo, e o povo via ao lado dos liberaes alguns sacerdotes dignos, á frente dos quaes estava o respeitavel velho, o arcediogo dr. Ferraz; e da nobreza, que o povo respeitava ou temia, uma parte importante, a que mais tinha que perder, havia sido esclarecida pela verdade, era seguidora devotada do liberalismo.

Esta é a verdade, que bem pese aos que, ainda hoje, fazem triste propaganda officiosa e interesseira proclamando o contrario.

Querem mais uma prova? Quem ficou defendendo a cidade e os seus castellos, quando a força, que os guarnecia, seguiu para a Praia sob o commando de Villa Flór, no dia 11 de agosto? Os convalescentes, os veteranos, a companhia de voluntarios paizanos, os funcionarios ecclesiasticos e civis, que entusiasticamente, patrioticamente se apresentaram a pedir armas.

Foi só questão do tempo preciso para se realisar a natural transformação para a nova crença, o que pouco depois deu o realisar-se com facilidade um recrutamento, entre os terceirenses, superior a mil homens, que constituiu uma das boas partes do exercito libertador.

É com estas verdades historicas, que se destroem as cantatas dos historistas da actualidade.

*

A entrada em Angra do conde de Villa Flór, futuro duque da Terceira, e dos heroes que tanto se engrao-

deceram na acção de 11 de agosto, foi festival, entusiastica, delirante.

Immediatamente foram expedidos officios ao Marquez de Palmella, sobre tão notavel victoria, dos quaes foi portador o ajudante de campo do general, o tenente de cavallaria D. Antonio de Mello, que chegou a Inglaterra antes de 30 de agosto, dia destinado para a partida da rainha D. Maria, para o Brazil, acompanhada de sua madrastra a princeza D. Amelia.

Retirando a esquadra, reune-se um conselho a bordo da nau *D. João* vi, determinando-se que parte da força se distribuisse pelas diversas ilhas do archipelago, e a restante seguisse para Lisboa.

Reparados os navios, tanto quanto poudeser, voltaram a bloquear a ilha Terceira, realisando algumas apreensões de navios inglezes e americanos, o que levantou difficuldades ao governo de D. Miguel.

A despeza com a esquadra e com a tropa miguelista, e que foi paga pelo cofre de Ponta Delgada, importou em quantia superior a cem contos de réis, nos meses de dezembro de 1828 a julho de 1829.

Neste estado de cousas não tinham os terceirenses a recear que a ilha fosse de prompto novamente atacada, pois, a tremenda derrota que os miguelistas soffreram, havia sido bom ensinamento, e Sousa Prego escrevendo ao conde de Basto, dizia:

«Fallando com a franqueza que devo, digo a V. Ex.^a que a ilha Terceira está hoje em respeitavel estado de

defeza, que os pontos susceptiveis de serem atacados são poucos ou de difficil accesso, e que todas as expedições, que não forem feitas em força e em regra serão perdidas. Não me tenha V. Ex.^a por terrorista, fallo a V. Ex.^a com conhecimento de causa a linguagem da verdade, pedindo a V. Ex.^a que dasconfie d'aquella de lisongeiros e impostores.»

A ilha do Fayal foi a que mais soffreu com as perseguições até á morte, que os liberaes ali tiveram, inflingida pelo feroz desembargador José Monteiro Torres, carrasco togado, como bem o classificou o sr. Manuel Pinheiro.

Por decreto de 9 de fevereiro foram demittidos e substituidos os magistrados nas diversas ilhas.

Dois acontecimentos importantes tiveram lugar ainda neste memoravel anno de 1829, foi o primeiro a offerta que a rainha D. Maria II fez d'uma bandeira bordada pelas suas mãos, ao valente batalhão de caçadores 5, bandeira que depois ardeu no incendio do convento de S. Francisco do Porto; o segundo a providencial maneira como escapou de ficar prisioneiro da esquadra miguelista, o futuro marquez de Sá da Bandeira, cognominado o Bayard portuguez.

Em 4 de dezembro viam os terceirenses desembarcar em Angra uma dama illustre, a condessa de Villa Flór, que vinha compartilhar com seu marido os perigos a que elle estava exposto.

«Com uma pequena leva de emigrados, que neste

tempo mandava Palmella para a Terceira, dizia este a Villa Flór que, naquella occasião ficavam todos os depositos de Inglaterra, França e Belgica unicamente compostos de officiaes ou de paizanos inhabeis para pegar em armas, por isso que para a Terceira tinham sido encaminhados todos os soldados nelles existentes ¹.»

*

Em fevereiro de 1830 chegava a Londres D. Thomaz de Mascarenhas, enviado por D. Pedro, com ordens para uma subvenção pecuniaria de 5:000 libras esterlinas mensaes, para acudir, tanto quanto possivel, ás urgentes despezas com a causa constitucional.

D. Pedro ordenava ao marquez do Palmella, que com toda a urgencia se estabelecesse na ilha Terceira, e com elle a regencia, composta pelo mesmo marquez, presidente, pelo marquez de Valença e conselheiro José Antonio Guerreiro, a qual em nome da rainha governaria os territorios portuguezes.

Das 5:000 libras esterlinas mensaes foi determinado, que 3:000 seriam remettidas para Angra, e as restantes distribuidas para soccorrer um pouco aos emigrados da Europa, e aos empregados diplomaticos nas diversas nações.

No dia 15 de março, conseguindo illudir o bloqueio, desembarcavam em Angra o marquez de Palmella e José Antonio Guerreiro. Neste mesmo dia se installou

¹ Manuel Pinheiro, *Épocas Memoraveis*, vol. VI.

a regencia, da qual ficou fazendo parte o conde de Villa Flór, visto haver-se escusado o marquez de Valença. Foi escolhido para secretario o capitão Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, sendo enviado ao Rio de Janeiro o conde de Ficalho, com despachos e credenciaes ao conde de Sabugal, que havia sido nomeado ministro plenipotenciario junto do imperador.

A morte da rainha D. Carlota Joaquina e a do famigerado marquez de Chaves, foram dois golpes profundos no partido miguelista, e que deixaram um pouco mais á vontade o partido liberal.

Em 27 de junho fallecia em Inglaterra o rei George IV, e em julho era destronado Carlos X, subindo ao throno francez o duque de Orleans, e estes acontecimentos vieram favorecer muito a causa liberal portugueza.

O primeiro decreto da regencia foi incumbindo o commando das forças ao conde de Villa Flór. A este decreto seguiram-se outros, que estão todos publicados, e a que não podemos fazer referencia especial.

*

Graves eram as difficuldades com que luctava a regencia para acudir ás despezas com a sustentação das tropas, como tambem graves eram as que assoberbavam em S. Miguel o general Sousa Prego, para sustentar as forças miguelistas, que o seu governo havia abandonado, valendo-lhe o recurso que tinha nas restantes ilhas do archipelago.

A subvenção, realmente diminuta, de D. Pedro estava a terminar, e não se haviam realisado os esperados empréstimos. Em março de 1831 estava o pret dos soldados em quatro mezes de atrazo, tendo valido até então, e durante mais de dois annos, o recurso da Terceira fornecendo pão e carne a toda a guarnição e emigrados.

Bem desejava a regencia alargar a área real do seu dominio ás demais ilhas açoreanas, mas o bloqueio constante não lh'o permitia.

Felizmente as desintelligencias que se levantaram entre o governo de D. Miguel e o governo francez, por causa dos prezos francezes Bonhome e Souviet, que levou a França a mandar uma esquadra a Lisboa, que apresou dez navios da esquadra portugueza, ao mesmo tempo que mandava para os Açores o brigue *Endymion* e a fragata *Melpomene*, que capturaram a corveta *Urania* e afogentaram a *Izabel Maria*, foi levantado o bloqueio á ilha Terceira. As forças que guarneciam a *Urania* acclamaram a rainha, que passaram a defender.

*

Assim a 17 de abril de 1831, pelas seis horas da manhã formavam junto do convento de S. Francisco, sob o commando do major José Joaquim Pacheco, os contingentes dos diversos corpos, que tinham de constituir a expedição destinada a ir libertar as ilhas.

Neste acto o general conde de Villa Flór, commandante em chefe da expedição, dirigiu aos bravos sol-

dados, que tinha de conduzir á victoria, patriotica e entusiastica proclamação.

Foi imponente o embarque d'estes heroes, que iam sacrificar a vida em defeza dos principios liberaes.

Animados pelo santo amôr da patria e da liberdade, havia cada qual empenhado-se altamente, para fazer parte d'aquelle nucleo expedicionario, offerecendo-se voluntariamente, e pagando muitos para substituir aquelles que tinham sido destinados, em cada regimento, para se formar a expedição.

Não eram soldados mercenarios, eram devotados patriotas, que á porfia ambicionavam caminhar na vanguarda, para alcançar as honras da victoria, ou morrer no campo da batalha, martyres da nobre causa que defendiam.

Assim a data 17 de abril de 1831, representando a partida da primeira expedição, que saiu da ilha Terceira, para dar principio á humanitaria missão de libertar os açoreanos das garras do despotismo, tornou-se uma data assignalada nos fastos da historia terceirense.

E por providencial coincidência veio esta data, no decorrer dos annos, sem em tal se pensar, novamente tornar-se duas vezes mais assignalada para a ilha Terceira.

A primeira foi em 1897 com a fundação da *Cosinha Economica Angrense*, devida á iniciativa e esforços da illustre dama terceirense, distincta escriptora e

mimosa poetisa, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Guilhermina Mesquita Pimentel.

A segunda em 1901 com a expulsão dos padres jesuitas estabelecidos na caza da Graça, e que o bispo, que foi d'esta diocese, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, aqui introduzira, com o pretexto de serem os directores espirituaes do seminario angrense.

A saida forçada dos jesuitas da Graça deve-se á attitude patriotica dos liberaes angrenses, pedindo o cumprimento da lei, relativa ás congregações religiosas, e á energia do liberal governador civil sr. dr. Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, terceirense illustre, e digno descendente d'aquelles, que tanto haviam arriscado a vida e sacrificado a fortuna para a implantação da liberdade ¹.

Archivados estes dois acontecimentos, e neste lugar pela coincidência de igual data, continuemos :

Pelo meio dia a embarcação commandante, a bordo da qual ia o general conde de Villa Flór, deu o signal para todos os navios levantarem ferro. Era commandante dos navios de guerra o capitão tenente da armada real Roberto Hills.

Postas ao largo todas as embarcações, chegou a

¹ O sr. dr. Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, filho do actual sr. barão do Ramalho, é neto do morgado Antonio Thomé da Fonseca Carvão Paim da Camara, que foi um denodado defensor da liberdade, e de sua consorte D. Maria Izabel Leopoldina d'Ornellas Paim da Camara, irmã do benemerito morgado Theotónio d'Ornellas, 1.^o conde da Praia da Victoria.

expedição, no dia 31 de abril, á ilha do Pico, onde foi entusiasticamente recebida, não encontrando resistencia, pois a guarnição miguelista, que estava naquella ilha, havia fugido para a do Fayal.

O conde de Villa Flór dirigiu nesta occasião duas proclamações, uma aos habitantes dos Açores, outra aos militares, officiaes ou soldados, que serviam sob a bandeira de D. Miguel.

Não permittindo o mau tempo que os navios conduzissem promptamente a expedição ás restantes illas, só a 8 de maio seguinte se realisou o desembarque na ilha de S. Jorge.

Ali tiveram os expedicionarios de lutar valentemente, alcançando honrosa victoria, nos ataques do Lombo do Gato, Urzelina e Manadas, pondo em debandada as forças rebeldes, deixando muitos mortos e feridos, fazendo muitos prisioneiros e apoderando-se de toda a artilharia.

Foi portador da noticia official d'esta victoria, mandada á regencia pelo conde de Villa Flór, o coronel Theotonio d'Ornellas Bruges.

Voltando o general conde de Villa Flór á Terceira, saiu novamente para S. Jorge, com o seu estado maior, levando novo contingente superior a cem bayonetas.

No dia 16 de maio fundeava na bahia da Villa da Praia a escuna *Jack-ó-alentern*, trazendo de Londres o secretario da regencia Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque e o general Pizarro.

A 3 de junho foi publicado o decreto creando a junta consultiva, para exercer as funcções que pelo capitulo 7.º do titulo 5.º da Carta Constitucional são conferidas ao Conselho de Estado. Desta junta fez parte Theotonio d'Ornellas.

No dia 9 passando em frente da bahia d'Angra o brigue francez *l'Endemyon*, e a fragata *Melpomene*, de 60 peças de calibre 30, vieram a terra o primeiro e segundo commandantes, erguendo um d'elles, apenas firmou os pés em terra, um viva a *D. Maria II*, que foi retribuido pelos espectadores com os de *Viva o Rei Cidadão! Viva a França!*

O segundo commandante disse: *Os portuguezes da Terceira, os polacos, e os francezes, são todos irmãos.* Depois de cumprimentarem a regencia, voltaram para bordo, e seguiram viagem.

No dia 25 de junho foi recebida pela regencia a noticia de que, depois de estar proposta uma capitulação honrosa, ás forças miguelistas estacionadas na ilha do Fayal, fugira vergonhosamente o governador com uma parte da guarnição, no dia 23 do mesmo mez, para bordo da corveta *Izabel Maria*, e de dois navios mercantes.

Esta fuga foi tão precipitada, que as forças liberaes seguindo do Pico para o Fayal, poderam aprisionar uma grande parte da guarnição, que não conseguiu embarcar; a que estava em um dos transportes, ainda fundeado na bahia, ficou prisioneira, vindo entregar-se

toda a tropa que havia fugido para os montes da ilha. O total dos presioneiros foi de 304.

O entusiasmo dos fayalenses, quando se viram libertos do jugo despotico das tropas miguelistas, chegou ao delirio. Foram postos em liberdade elevado numero de presos por opiniões politicas.

O consul britanico no Fayal entregou ao conde de Villa Flór a carta que D. Pedro lhe dirigiu ao passar por aquella ilha.

MEU CARO CONDE E AMIGO : Havendo eu, em consequencia d'uma revolução de tropa e povo, a qual teve logar no imperio do Brazil, abdicado em meu filho, hoje D. Pedro II, a corôa que os brasileiros me haviam espontaneamente offerecido, e eu defendi, enquanto a honra, e a constituição do mesmo Imperio m'o permittiam, resolvi passar á Europa; e assim o faço a bordo da fragata ingleza *Volage*.

As forçosas circumstancias de uma navegação de 47 dias me trouxeram á vista do porto da ilha do Fayal, e aqui me chega a mui fausta noticia que v. ex.^a animado sempre dos puros sentimentos de fidelidade, e amôr para com a sua patria, e á angusta pessoa da senhora D. Maria II, minha muito amada e presada filha, acaba de fazer triumphar de novo a causa da justiça e da razão, supplantando o partido usurpador nas ilhas de S. Jorge, e Pico, arrancando-as pela virtude e coragem ás garras da traição e do despotismo.

Esta acção liberal e nobre, engrandecerá (se é possível) a gloria de v. ex.^a, quando a penna imparcial da historia indicar aos povos livres e nome dos heroes seus defensores..

A rainha de Portugal, que partiu do Rio de Janeiro na mesma occasião em que eu, faz agora viagem para o porto de Brest na fragata *La Saine*, que os delegados da nação franceza a aquella órta pozeram á disposição da mesma augusta senhora para seu transporte áquelle porto.

Como natural tutor de minha filha, como verdadeiro constitucional, e antigo affeçoado amigo de v. ex.^a; eu aproveito esta feliz occasião para dar-lhe um testemunho do meu respeito por tanto valor e constancia; e do meu agradecimento por tão heroicos e sustentados sentimentos de honra e fidelidade á soberana causa da liberdade legal: e em nome da rainha fidelissima o autorizo a que faça constar a todos os bravos defensores de seus imprescriptiveis

direitos a alta consideração em que a mesma augusta senhora terá estes relevantes serviços.

Eu posso assegurar a v. ex.^a, e a todos os portuguezes honrados, que incançavel em promover na Europa os interesses de sua filha, o pai como simples particular, se votará de todo o coração, como o fez soberano, em favor da causa da legitimidade, e da constituição. Se me não couber o prazer de mostrar de outra sorte a v. ex.^a a minha satisfação e estima, sirva esta carta da mais authentica prova da gratidão e amisade, que v. ex.^a conservará em quanto viva. — D. Pedro d'Alcantara de Bragança e Bourbon. — Bordo da fragata *Volage*, em 30 de maio de 1831.

No dia 29 regressou a Angra o conde de Villa Flór e seu estado maior, no dia 30 o corpo de cadetes do corpo expedicionario, e a seguir o resto da tropa.

Na ilha Graciosa, com a noticia recebida das victorias alcançadas nas demais ilhas pelas tropas liberaes, e com a chegada áquelle ilha do juiz de fóra, o jorgense João Bernardes da Camara Madureira Cyrne, acclamaram patrioticamente os graciosenses, no dia 10 de julho de 1831, a Rainha D. Maria II e a Carta Constitucional.

Na ilha das Flores, apenas foram ali recebidas as instruções da regencia, a camara de Santa Cruz fez a acclamação da rainha, no dia 21 de julho, com geral applauso dos florentinos.

Estavam satisfeitos os desejos dos povos occidentaes, vendo-se libertos do jugo do despotismo, faltando só as ilhas orientaes do archipelago.

Em S. Miguel, a ilha mais importante pela sua extensão, população e riqueza, não eram menos ardentemente as aspirações pela liberdade, nos corações patrio-

ticos da grande maioria dos michaelenses, mas o jugo da oppressão miguelista, não lhes consentia quebrar de prompto os grilhões, que lhes lançara a usurpação.

Era esta libertação mais uma gloria, que estava reservada aos heroes, que a ilha Terceira aguardava em seu seio, com a mais digna e justa ufania.

Para isso, no dia 28 de julho, pelas 6 horas da manhã, formava em ordem de marcha, no campo do Relvão, a divisão destinada a libertar a ilha de S. Miguel.

Era composta do corpo de cadetes, corpo de voluntarios academicos, batalhão de caçadores 5, corpo de sapadores, um batalhão do regimento 18, um batalhão do regimento provisorio e um contingente do batalhão de artilharia.

«No dia 30, pelo meio dia, descreve a *Chronica*, principiou o embarque, e em menos de duas horas toda a Divisão se achava embarcada. Os respectivos vivas, os hymnos, o bellicoso som das cornetas, que se faziam ouvir de todos os navios, davão maior realce a este acto interessante.

«Uma grande multidão de espectadores se achavão apinhados no caes, e nas collinas que bordão a bahia, acenando com lenços para as embarcações, onde hiam seus parentes e amigos. Às 4 horas da tarde a esquadilha levantou ferro, e ás 5 todos os vasos se achavão já fóra da bahia.»

Para as despezas com esta expedição foi necessario

recorrer mais uma vez á lealdade dos terceirenses, contraindo-se um emprestimo de vinte contos.

No dia 1.º de agosto teve logar o desembarque das tropas expedicionarias, no logar do *Pesqueiro da Achadinha*, junto á foz da ribeira que ali corre.

A primeira força miguelista, que se apresentou, sob o commando do capitão Marcellino Coelho Bandeira Quintal, ajudante de ordens do general Sousa Prego, e bem assim a segunda, sob o commando do capitão José Maria da Silveira, foram derrotadas, ficando mortos no campo os dois commandantes e varios soldados, outros feridos e prisioneiros.

Na manhã seguinte marcharam as tropas para o logar do Porto Formoso, e foi então, que teve logar a memoravel batalha da *Ladeira da Velha*, que, pela formidavel posição que occupavam as forças miguelistas, pelo seu elevado numero, pelo admiravel plano estrategico posto em execução, e pela valentia e coragem com que se houveram as tropas constitucionaes, póde ser considerada como uma das melhores glorias do exercito libertador.

O conde de Villa Flór no seu relatorio diz: «Todos os Corpos, todos os individuos desta Divisão entrarão na peleja, todos triumpharão das maiores privações e difficuldades; Officiaes, e Soldados desta Divisão, todos mostrarão á porfia o denodo, a audacia, e a constancia, que nas épocas as mais brilhantes da nossa historia distinguirão os Portuguezes, e os tornarão a admiração

das mais Nações. Resultados de tanta importancia custarão á Divisão a vida do Tenente de Caçadores n.º 5, Antonio Joaquim Borges de Bettencourt, que morreu no solo que o viu nascer, e no momento em que o libertavamos, e cinco soldados do mesmo Corpo; ficando delle feridos gravemente o Alferes José Maria de Moraes Rego e dois soldados; e levemente o Ajudante João Baptista d'Abreu, dois Officiaes Inferiores, e dezeseite soldados; os demais corpos tiveram uma perda menor, que não posso enumerar exactamente, por não ter ainda recebido os respectivos mappas.»

No dia 2, quando o povo da cidade de Ponta Delgada, teve noticia de um tão brilhante feito, e que viu as forças militares miguelistas abandonarem a mesma cidade, pôde respirar livremente, e com patriotico entusiasmo acclamar o legitimo governo da rainha de Portugal a Senhora D. Maria II.

Foi portador para a ilha Terceira, no dia 7 de agosto, da noticia desta assignalada victoria, o grande patriota Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque.

A divisão expedicionaria, que desembarcou em S. Miguel, compunha-se de mil e quinhentos homens. As forças miguelistas, que guarneciam aquella ilha, compunham-se de quatro mil cento e oitenta homens, sendo mil trezentos e oitenta, tropa de linha, e dois mil e oitocentos de milicias. Até ao dia 12 de agosto o total dos prisioneiros era de mil duzentos setenta e sete.

Estavam, felizmente, todas as ilhas dos Açores prestando voluntariamente obediencia ao regimen constitucional, e a regencia, por meio de salutaes decretos, tratava de tomar medidas convenientes para o bem-estar dos povos açoreanos, e libertação da patria portugueza.

Em agosto de 1831 recebia o marquez de Palmella uma carta de D. Pedro, escripta em Londres, a 6 de julho, convidando-o a comparecer naquella cidade.

D. Pedro, seguindo do Fayal, chegára a 12 de junho a Cherburgo, partindo em sêguida para Londres, onde foi honrosamente recebido.

No dia 1.º de agosto chegava a senhora D. Maria II a Portsmouth, sendo oficialmente recebida como rainha de Portugal, por ordens positivas do governo inglez.

O cabido de Angra dirigiu, em 17 de agosto, a sua magestade a rainha uma patriotica felicitação, que muito o honrou, demonstrando assim os seus sentimentos liberaes.

A 29 de agosto embarca Palmella no porto d'Angra, na escuna de guerra *Ilha Terceira*, acompanhado da commissão encarregada de cumprimentar a familia real, e que era composta por Theotónio d'Ornellas Bruges, pelo tenente-coronel Manuel de Sousa Raivoso, e o ajudante de ordens de Villa Flôr, D. Carlos de Mascaranhas.

A 17 de outubro recebia D. Pedro a commissão presidida por Palmella, proferindo o marquez, em nome da regencia um discurso, no qual, depois da exposiçào

do occorrido na Terceira, solicitava do imperador o collocar-se ostensivamente á testa dos negocios de sua magestade fidelissima.

A resposta de D. Pedro foi a seguinte :

« Em nome da minha Augusta Filha, a Rainha de Portugal, e em meu nome, agradeço á Regencia, os sentimentos de respeito e de amor, que a animam ; e ás valorosas tropas e leaes povos dos Açores, os sacrificios que tem feito, e a lealdade que em tão difficis circumstancias tem tão exemplarmente provado tomando na devida consideração, quanto a deputação expõe. Farei tudo o que houver por mais conveniente aos interesses da causa de minha Augusta Filha e da Carta Constitucional.»

Obtidos os recursos necessarios, e feita a acquisição dos navios para constituirem a esquadra, chegou D. Pedro a Belle Isle, a 2 de fevereiro de 1832, annunciando a sua chegada as salvas das embarcações, sendo conduzido pelo almirante Sertorius a bordo da fragata *Rainha de Portugal*, onde assignou o manifesto, redigido por Palmella, enviado a todos os soberanos da Europa.

A 10 de fevereiro parte em direcção á Terceira a fragata *Rainha de Portugal*, transportando D. Pedro e o seu estado maior, acompanhada pela fragata *D. Maria II*, a escuna *Terceira* e os transportes *Eduardo* e *Tyrion*, ficando em Belle Isle a corveta *Juno* ou *Amelia*, para comboyar quatro embarcações conduzindo tropa, emigrados e munições.

No dia 22, devido aos ventos, chegava D. Pedro em frente de S. Miguel, onde desembarcou no meio das mais colorosas acclamações.

As desintelligencias havidas, e que levaram á exclusão dos generaes Saldanha, Stubbs, Moura e Mello, encontraram partidarios entre os defensores da ilha Terceira.

No dia 3 de março de 1832, dia assignalado na historia terceirense, e como tal a data que o recorda é de grande gala para a ilha Terceira, desembarcava o dador da Carta Constitucional, o immortal Duque de Bragança, o rei soldado, D. Pedro IV, na terra que, por entre enormes sacrificios, e incontestaveis actos de heroicidade, valor, lealdade e civismo, havia assegurado o throno portuguez para a sua estremosa filha a rainha D. Maria II.

Não se descreve o delirante entusiasmo como foi recebido, na liberal e heroica ilha Terceira, aquelle, que sacrificando duas coróas, vinha collocar-se á frente d'um grupo de heroes, para libertar a nação portugueza do dominio do usurpador e das garras do despotismo ¹.

Apenas fundeada, na bahia de Angra, a fragata *Rainha de Portugal*, publicou o immortal Duque de Bragança o manifesto dirigido aos portuguezes, no qual denominou a ilha Terceira — *egregio baluarte da Fidelidade e da Liberdade Portugueza*.

Á mensagem da regencia, apresentada a bordo, respondeu sua magestade imperial :

¹ O supplemento ao n.º 33 da *Chronica* descreve a magestosa recepção feita ao imperador.

«Agradeço á Regencia os sentimentos que manifesta : restituir a Minha Augusta Filha o throno, e aos Portuguezes o governo da Carta Constitucional, hé hoje o unico objecto dos meus desejos como até agora o tem sido do louvavel zelo da Regencia.»

Á mensagem da camara de Angra, lida pelo seu presidente interino, o terceirense Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, respondeu :

«He muito agradável para mim ter de agradecer á Camara d'esta Cidade as expressões de consideração que me dirige ; e ainda mais as provas de fidelidade que tem dado a minha Augusta filha. Fiel aos sentimentos do meu coração e ao chamamento dos leaes Povos dos Açores, venho hoje unir-me a elle, para restabelecer com o Throno da Senhora D. Maria II, o governo da Carta Constitucional.»

Á mensagem dirigida pelo governador do castello de S. João Baptista, ao entregar as chaves do mesmo castello, respondeu :

«Agradeço ao governador do Castello de S. João Baptista os dignos sentimentos de que elle e a sua guarnição se achão animados ; o valor illustre com que tem sabido defender este baluarte da fidelidade portugueza, prova que, nem a defeza do Castello pode ser confiada a gente mais brava, nem as chaves d'elle depositadas em melhores mãos.»

No dia 4 de abril, anniversario natalicio da bem amada rainha D. Maria II, foram delirantes as manifestações realisadas em Angra, para o commemorar. Em seguida ao *Te-Deum*, orou brilhantemente o prior de S. Lourenço de Alhos Vedros e Freire da ordem de Sant'Iago da Espada, Marcos Pinto Soares Vaz Preto. Á noite houve um brilhantissimo baile e ceia, no paço real de Angra, offerecidos por sua magestade imperial, onde concorreram mais de 120 senhoras.

A 7 de abril desembarcava o imperador na cidade da Horta, onde se demorou até ao dia 11, seguindo para a ilha de S. Jorge no *Supberb* desembarcando nas Velas, sendo, tanto naquella cidade, como nesta villa, enthusiasmicamente victoriado. Á noite regressava a Angra, salvando os navios de guerra e as fortalezas e illuminando-se expontaneamente todas as casas da cidade.

Foram muitos e importantes os decretos que em Angra, e alguns em Ponta Delgada, promulgou o imperador, os quaes se encontram publicados na *Chronica* ¹.

Todas as camaras do districto, muitas juntas de parochia, corporações, e casas religiosas dirigiram ao Duque de Bragança, altas provas de consideração, homenagem e obediencia, em bem elaboradas felicitações, como se vê na referida *Chronica*.

No dia 23 principiou o embarque das forças da expedição liberal, que, conjuntamente com as do Fayal, seguiram para S. Miguel nos quarenta transportes da esquadra.

O bravo batalhão de voluntarios, como prova de gratidão pela maneira como haviam sido recebidos pelos terceirenses, dirigiram-se-lhes, na occasião da partida, pela forma seguinte :

¹ Existe publicado um folheto, que temos presente, com os 65 decretos promulgados pelo governo na côrte de Angra, desde 1830 a fevreiro de 1832.

HABITANTES DA TERCEIRA : « Chamados pela voz da Honra, nós deixamos os vossos láres, generosos Habitantes da Terceira, levando em nossos corações profundamente gravados os sentimentos do mais vivo reconhecimento para convosco.

« Jámais nos esquecerá, que, aportando ás vossas praias, encontrámos em vós hum acolhimento affectuoso, huma amizade cordeal, huma hospitalidade officiosa; ainda mais; achámos corações compassivos, almas sensiveis, que buscárão enchugar-nos as lagrimas que a saudade da Patria, e das Familias nos faria verter; lagrimas porém que os seus desvelos não poderão nunca fazer estancar! Ah! jámais se riscará na nossa lembrança, que no espaço de 3 annos, que estivemos entre vós, fomos tratados como filhos no gremio de suas familias, e que a vossa benefica amizade soube por muitas vezes mitigar-nos os dissabores da emigração.

« Terceirenses, vós tendes huma Patria, viveis sob a protecção d'um Governo justo, gostaes os frutos d'huma liberdade, que sabemos sustentar na vossa Ilha: mas a nossa infeliz Patria está acurvada ao peso do mais tyranno Despotismo; enxovalhado e roubado o throno d'huma Joven Rainha; gemendo entre ferros as nossas familias, parentes e amigos: nós vamos combater por estes sagrados objectos! Em tão gloriosa empreza muitos dos vossos filhos nos acompanhão: oh, elles encontrarão em nossos lares, no seio das nossas familias o mesmo gasalho; a mesma amizade hospitaleira que encontrámos em vós. O ser *Terceirenses*, será hum titulo sagrado ao nosso reconhecimento; nisto, nada mais faremos que pagar uma divida.

« Aceitae pois, almas generosas, acceitai os nossos agradecimentos, os votos que fazemos pela vossa prosperidade, e o nosso saudoso e prolongado — Adeos! »

Sua magestade imperial embarcou no dia 25 para S. Miguel onde chegou a 26.

Foram imponentes as manifestações realisadas em Ponta Delgada, no dia 29 de abril, anniversario da outhorga da Carta Constitucional.

No dia 22 de junho de 1832, quatro annos depois da revolução liberal em Angra, 22 de junho de 1828, dirigia D. Pedro a sua proclamação de despedida aos açoreanos, na vespera da partida para a cidade invicta.

É com esta proclamação, que vamos encerrar este resumo historico das luctas liberaes na ilha Terceira.

Muitas foram as referencias, que deixámos de fazer relativas a esta época assignalada, a qual só por si era o bastante para volumosa publicação, e que é realmente para lamentar não estar ainda feita, devido de certo ás avultadas despezas, que ella acarretaria; e os que no Archipelago Açoreano se applicam aos estudos historicos e mesmo litterarios, não lhes abundam, infelizmente, os meios de fortuna.

Comtudo, tanto quanto foi possivel, deligenciámos apresentar neste resumo historico, o sufficiente, não só com referencia á época liberal mas tambem ás que a antecederam, para que, quem nos ler, possa ter conhecimento dos serviços assignalados prestados, em especial pela ilha Terceira, á mãe patria.

Se louvores hemos feito, enaltecendo os actos sublimados dos heroes terceirenses, em boa consciencia e dizemos, que os julgamos de inteira justiça; e se nos envaidecemos orgulhosamente perante tantos actos de heroismo, de valor intemerato, de lealdade nunca desmentida, de que foi theatro a ilha Terceira, é justa a vaidade, bem cabido o orgulho, sem que, em nada nos cegue, o elevado amôr que tributamos á terra querida, que nos foi berço.

Assim, encerremos com chave de ouro este capitulo.

« ILLUSTRS HABITANTES DOS AÇORES. — Por mais de tres meses Techo vivido entre vós, penetrado de admiração e reconhecimento

pelos sacrificios que tendes feito, e pela adhesão que haveis mostrado á Causa Sagrada de Minha Augusta Filha. Porçoso é agora que vos deixe, e que, á frente dos bravos que me acompanha, vá derribar a usurpação, restaurar o Throno da Senhora D. Maria II, e firmar o imperio da Lei, restabelecendo o Governo da Caria, a cuja sombra gosarão, outra vez, os Portuguezes da união, da tranquillidade e da justiça, de que assás os tem privado a barbaridade e o despotismo.

«Deixo-vos, pois, fieis Açoreanos, mas Levo comigo uma viva lembrança da vossa fidelidade e do vosso patriotismo; Levo o importante conhecimento da fecundidade do vosso sólo e do caracter e espirito industrioso dos seus Povos: e se, aqui mesmo, no meio dos embarços que ainda rodeião o Governo de S. M. F., tenho provido, quanto as circumstancias o permittem, as vossas necessidades, confiai que, mais tarde, quando as Instituições se acharem desenvolvidas, o mesmo Governo contará por um dos seus mais sagrados deveres estender, com particularidade, a protecção e o beneficio d'ellas a tão férteis paizes e a tão uteis e laboriosos habitantes.

«Ficai-vos embora pois, bravos Açoreanos; se um intento glorioso Me separa, hoje, de vós, acompanha-Me a certeza de que o vosso amor á causa da justiça, por que vos tendes sacrificado, e a vossa adhesão ás novas Instituições, de que já começais a sentir os beneficios, hão de conservar illezo, e digno da gloria que tem adquirido, este nobre Archipélago, terra classica da lealdade portugueza, berço illustre da regeneração da Mãi Patria. — D. Pedro, Duque de Bragança.



XL

Estava cumprida nos Açores a providencial missão d'esse punhado de bravos, que denodadamente, com a mais sublime dedicação civica e amor patrio, se haviam unido para a implantação definitiva da liberdade no solo querido da patria portugueza.

Apoz a lucta nos Açores, ia continuar a lucta no continente. E ella tinha necessariamente de ser terrivel.

Contra a liberdade, a mais nobre aspiração da humanidade, na evolução santa das modernas sociedades, colligaram-se um facto e um erro, disse um notavel orador terceirense, o fallecido dr. Fernando Rocha. O facto era o ultramontanismo, o erro o absolutismo.

Mas no coração d'aquelles bravos haviam-se albergado, em toda a sua pureza, as doutrinas liberaes, e com a fé a mais viva, com a esperanza de alcançarem victoria, caminharam para o combate, sem temor das fadigas da guerra, e das terriveis consequencias que a guerra traz, não duvidando derramar o seu sangue, e tudo arrostar por amor da liberdade.

E por entre privações, fome, peste, os heroicos defensores da liberdade alcançaram victoria, e no solo da patria portugueza foi mais uma vez derramado o sangue dos martyres.

Que o proclamem bem alto a *Serra do Pilar*, o longo periodo de onze meses do cerco do Porto, Ponte Ferreira, Algarve, Lisboa, Asseiceira, Santa Maria d'Almoster e Evora, onde tantos actos de abnegação, de heroismo, de valor intemerato foram praticados!

Bem desejavamos poder seguir em toda a campanha liberal os valorosos patriotas, que nella tomaram parte, e que bem mereceram da patria, e assim archivar nesta modesta memoria os nomes de tantos benemeritos, porém um tal desejo é de impossivel realisação.

E assim, segundo a ordem dada a este nosso trabalho, e em cumprimento do que promettemos, vamos archivar, em resumidas notas biographicas, os nomes dos que no districto, e d'elle naturaes, se tornaram mais notaveis pelos seus feitos e relevantes serviços.

E como de certo, havemos de commeter faltas, por não alcançarmos notas referentes a todos, pedimos que taes faltas nos sejam relevadas, pois, do coração o confessamos, sentimos que isto fatalmente nos succeda.

Resta-nos, porém, a consolação, de que neste trabalho historico, temos feito referencias a factos e a pessoas, que dos primeiros muitos se acham em notas ou noticias dispersas, e das segundas só se leem os

seus nomes, e se actualmente obtivemos, com continuado trabalho e difficuldade, as informações necessarias, com o decorrer dos annos maior seria esse trabalho, e mais difficil e incompleta a tarefa.

Continuando, pois, demos a primasia, a quem, entre o grupo dos terceirenses, tem a ella direito, e que é o illustre e inolvidavel

Theotónio d'Ornellas Avila Paim da Camara Noronha Ponce de Leão, que nasceu, nesta cidade d'Angra do Heroismo, aos 25 de abril de 1807. Foram seus progenitores, o dr. André Eloy Homem da Costa Noronha, e D. Rita Pulcheria d'Ornellas Paim da Camara.

Era este apostolo da liberdade 1.º visconde de Bruges, 1.º conde da Praia da Victoria, grande do reino, do conselho de sua magestade, fidalgo cavalleiro da casa Real, par do reino, commendador da ordem militar de Christo, condecorado com a medalha *D. Pedro e D. Maria*, n.º 9, da restauração da liberdade, coronel das extintas milicias e de voluntarios da rainha D. Maria II.

Pela ordem da antiguidade era o 7.º na camara dos pares, antecedido-se-lhe o marquez da Fronteira, o duque de Loulé, os marquezes de Ponte de Lima, de Ficalho e de Sá da Bandeira e o duque de Saldanha.

A Theotónio d'Ornellas, ao seu coração magnanimo, ao seu inextinguivel patriotismo, á sua abnegação, ao sacrificio da sua grande fortuna, com continuado risco da sua vida, devem-lhe muito a patria e as instituições liberaes. Quando, por assim dizer, a causa liberal naufragava no continente portuguez, elle, moço, cheio de vida, riquissimo dos bens de fortuna, tudo deu, tudo collocou no altar sagrado da patria, o qual se ergueu neste santo rochedo denominado ilha Terceira, para salvar a liberdade.

Estava só? Não. Outros bons e denodados patriotas estavam com elle, trabalharam tanto, mais do que elle proprio, devido aos seus conhecimentos, á sua longa pratica dos negocios publicos, ás aptidões bellicas, á sua madura experiencia, predicados que não se podiam, então, todos dar no joven Theotónio d'Ornellas. Mas sem Theotónio d'Ornellas, sem a sua fortuna, quem sabe o caminho que os acontecimentos politicos então tomariam?

Por isso o seu biographo, Felix José da Costa, escreveu com toda a verdade:

«Theotónio d'Ornellas foi um vulto sobre que se ergueu a causa

da liberdade, quando no Reino ella cahia de todo. Honremos, pois, com incessante lembrança a decisão que elle tomou em momento de tanta gravidade, de tanto perigo e incerteza.

«Deve-lhe muito Portugal, e o throno constitucional. Deve-lhe muito os que elle susteve de naufragarem com a corôa de D. Maria II, e com os fóros da liberdade, que D. Pedro IV lhe outorgára!

«Abraçou a idéa quando a patria estava só. De longe nem uma palavra, nem um aceno. Com outros que o amavam, fez d'esta ilha a tabua da salvação para aquella causa. O mais valioso nucleo da sua guarnição eram os soldados de caçadores 5, que davam a vida por elle!

«Estava, pois, erguida a bandeira. Theotónio d'Ornellas não recusou, e achou decididos companheiros. O seu nome, a sua pessoa e os seus bens sustentaram muito as urgencias do estado, dissiparam as duvidas d'uns, acabaram com as hesitações d'outros. Sua palavra alevanta muitas vezes os subsidios, era honroso estímulo. A sua presença era animo. A sua riqueza era força e defeza. Nos sacrificios era o primeiro; nas crises era logo presente.

«As reliquias d'uma grande emigração vieram reunir-se nesta ilha como no capitolio da patria; Theotónio d'Ornellas foi á França, diante do Duque de Bragança, ser o interpete dos votos de tantos portuguezes. Não foi de balde a sua expressão, que ao cubo de pouco tempo D. Pedro colloca-se á frente da causa da Terceira, votando a esta cidade os nomes de Baluarte da fidelidade portugueza, e Berço illustre da Regeneração da mãe patria! Quanto se acham entrelaçadas as glorias e os titulos da ilha Terceira com o nome de Theotónio d'Ornellas?»

Falleceu em 25 d'outubro de 1870, aos 63 annos de idade.

Em 25 de abril de 1907 é o primeiro centenario do nascimento de tão proeminente vulto. Que os terceirenses se preparem para uma commemoração condigna d'aquelle, que em vida teve o nome de Theotónio d'Ornellas Avila Paim da Camara Ponce de Leão, nome que soube tornar inolvidavel, honrando-se a si proprio e honrando a patria, que terão cumprido um dever de bons e reconhecidos patriotas, pagando assim uma divida de gratidão.

Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, terceirense, filho de Manuel Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, e de D. Ursula Candida do Canto, nasceu em 13 de março de 1806.

Foi um dos apóstolos fervorosos da liberdade. Foi membro da junta provisoria e encarregado da administração do reino e Açores, dos negocios da Fazenda e estrangeiros, até 22 de junho de 1839, quando o conde de Villa Flôr tomou posse do governo geral do

Archipelago Açoreano. Foi um dos 5 deputados eleitos pelos Açores, em 15 de agosto de 1834, mandato que exerceu até 1840.

Estando em Lisboa adheriu á revolução de setembro, e foi nomeado commandante dos batalhões das guardas nacionaes da capital. Tomou parte na revolta de Almeida, 1844, e foi governador civil, quando, em 1847, se creou na Terceira a junta governativa, subordinada a junta suprema do reino, estabelecida no Porto.

Era conselheiro, barão de Noronha, primeiro titulo, que D. Pedro IV concedeu na cidade invicta, 8 de dezembro de 1832, e recebeu o titulo de visconde de Noronha, e a commenda da ordem militar de Christo em 1866. Exerceu varios cargos electivos com superior competencia. Falleceu em 31 d'agosto de 1870.

Antonio Thomé da Fonseca Carvão Paim da Camara, foi um dos filhos dilectos da ilha Terceira. Era filho de Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, barão do Ramalho, e de D. Rosa de Menezes Lemos e Carvalho, nasceu aos 10 de novembro de 1808 e casou com D. Maria Isabel Leopoldina d'Ornellas Paim da Camara Noronha, irmã do 1.º conde da Praia da Victoria. Applaudindo com entusiasmo os principios liberaes tomou parte activa em todo o movimento liberal terceirense, chegando ao posto de major, prestando sempre relevantes serviços á causa a que do coração se havia devotado.

O morgado Antonio Thomé da Fonseca era commendador da ordem de Christo, e tinha a medalha n.º 7 das campanhas da liberdade. Exerceu com elevada aptidão varios cargos electivos. Falleceu a 27 de junho de 1864.

Antonio Homem da Costa Noronha, terceirense, filho do sargento-mór Manuel Ignacio de Noronha e da portuense D. Anna Rita de Noronha, nasceu a 3 d'agosto de 1787.

Era fidalgo cavalleiro da casa real, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, condecorado com a medalha n.º 9, *D. Pedro e D. Maria*, e brigadeiro reformado do exercito portuguez.

É longa e bastante honrosa a lista de serviços d'este benemerito terceirense, que, á sua bravura, lealdade e patriotismo, alliaava uma intelligencia assaz desenvolvida, e superiores conhecimentos militares. Falleceu em 13 de julho de 1868.

Alexandre Martins Pamplona Corte-Real, terceirense, era filho de André Diogo Martins Pamplona Corte-Real, 8.º senhor do morgado das Salgas na ilha Terceira, e de D. Josefa Jacinta Merens e Tavora. Fez parte da vereação angense de 1820, prestando juramento á constituição. Em 1823 era

juiz ordinario em Angra, logar que exerceu com superior competencia, e concorrendo muito para salvar os liberaes da odiosa perseguição dos absolutistas. No auto lavrado no memoravel 22 de junho de 1828 foi o primeiro signatario, depois da respectiva vereação. Em outubro de 1828 foi nomeado pela junta provisoria secretario de estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, logar que desempenhou até 22 de junho de 1829, em que chegou o conde de Villa Flôr. Este devotado patriota e grande liberal era irmão do conde de Subserra. Falleceu nesta cidade.

Agapito Pamplona Rodovalho, terçeirense, capitão reformado do exercito, falleceu em Angra do Heroismo em 1 de maio de 1863. Liberal convicto, e sendo tenente da infantaria, tomou parte na revolução de 1821, sendo depois preso. Quando, em 18 de maio de 1822, os absolutistas fizeram a aclamação de D. Miguel, não quiz Agapito Pamplona assignar o auto, pelo que foi preso em acto continuo. Não podendo pela sua idade acompanhar o exercito libertador na sua gloriosa campanha, deu um valioso consórgio nos seus filhos Militão Pamplona Corte-Real e Julio Pamplona Corte-Real. O seu terceiro filho Joaquim Maria Pamplona Corte-Real, ficou na guarnição da ilha Terceira.

Militão Pamplona Corte-Real, terçeirense, era filho de Agapito Pamplona Rodovalho e de D. Maria Narciza Barcellos Pamplona.

Assentou praça em 1825 no brioso batalhão de caçadores n.º 3, e tomou parte no feito heroico de 22 de junho de 1828. Assistia á defesa da Terceira e á tomada das ilhas de oeste e de S. Miguel.

Seguiu com a expedição liberal, e ao desembarcar no Mindello empunhava a bandeira, que a rainha D. Maria II offerecera áquelle bravo batalhão. Fez toda a campanha liberal até á convenção de Evora Monte. Foi na divisão auxiliar á Hespanha em 1835, e recolhendo em 1837, ainda veio assistir ás acções de Ruivões e de Chã da Feira.

Em 1839 regressou á Terceira, sendo capitão de infantaria 21. Adheriu ao movimento popular de 1846-1847, passando por isso á 3.ª secção do exercito. Tornou a entrar no serviço em 1852, e reformou-se, pouco depois, em tenente coronel. Era condecorado com o habito d'Aviz, medalha n.º 9 *D. Pedro* e *D. Maria*, e medalha das campanhas de Hespanha. Foi o ultimo dos officiaes, que falleceu em Angra, e que acompanharam o immortel D. Pedro. Falleceu aos 5 de março de 1890.

Julio Pamplona Corte-Real, terçeirense, filho de Agapito Pamplona Rodovalho, e de D. Maria Narciza Barcellos

Pamplona, nasceu a 15 de setembro de 1811. Assentou praça em 20 de dezembro de 1828, como voluntario, no batalhão de caçadores 5; era cadete a 5 de outubro de 1832 e alferes a 30 do mesmo mez e anno. Em 31 de julho de 1834 foi nomeado tenente e collocado em caçadores 1, passando em 5 de agosto de 1844, como capitão, para caçadores n.º 4.

Tomou parte nas seguintes batalhas e combates: Açores — defesa da Terceira, combate da Calheta, S. Jorge, e Ladeira da Velha, S. Miguel. Porto: reconhecimento de Vallongo em 22 de julho de 1832, batalha de Ponte Ferreira em 23, reconhecimento de Souto Redondo em 7 de agosto, onde foi gravemente ferido, acção sobre a estrada do Captivo e Vallongo em 11 de novembro, acção sobre Lordello e Campanhã, acções de 5 e 25 de julho nas linhas interiores do Porto, combate de Leiria e Torres Novas, acção de Pernes e batalha de Almoester e 18 de fevereiro de 1834.

Estando na ilha de S. Miguel adheriu á revolução de 1846, passando á 3.ª secção do exercito em 20 de junho de 1847. Reformou-se em major, e era condecorado com o habito de Aviz e medalha n.º 7 das campanhas da liberdade. Falleceu em 1871.

Joaquim Maria Pamplona Corte-Real, terçeirense, era filho de Agapito Pamplona Rodovalho, e de D. Maria Narciza Barcellos Pamplona.

Entrou na revolução liberal de 22 de junho de 1828, sendo porta-bandeira, e tomou parte activa na acção do Pico do Celleiro, commandando como 2.º tenente, a força de artilharia, que lhe foi destinada, e bem assim tomou parte na defesa da Terceira, onde ficou na guarnição, depois da partida do exercito libertador. Era commandador da ordem de Christo e major reformado de artilharia. Falleceu em 23 de maio de 1877.

Candido Gonçalves Roza, terçeirense, era filho de uma familia modesta da Villa de S. Sebastião.

No seu coração juvenil albergaram-se com fervoroso entusiasmo, os generosos sentimentos da libertação da patria, e assim, em 30 de julho de 1829, alistava-se nesse exercito de bravos, que tinha de constituir a legião libertadora.

Tomou parte activa em toda a campanha liberal, havendo-se sempre por forma notabilissima, sendo-lhe concedido, apoz a memoravel batalha nas linhas interiores do Porto, em 25 de julho de 1833, o grau de official da Torre e Espada. Fez parte da divisão auxiliar da Hespanha, continuando a manter os justos creditos de valente militar.

Era cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz, official da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito, agraciado com a

medalha n.º 9 das campanhas da liberdade, coronel graduado de artilharia, e foi governador interino do castello de S. João Baptista. Nasceu em 1808, e falleceu a 30 de junho de 1863.

Antonio Borges Leal Côrte-Real, terceirense, senhor do morgado de Sant'Anna, era filho de José Borges Leal Côrte-Real e de D. Joanna Rita de Bettencourt.

Devotado á causa liberal, e sendo capitão do batalhão de caçadores artilheiros da Villa da Praia, adheriu á revolução de 1828, passando depois ao batalhão de voluntarios. Assistiu á gloriosa batalha de 11 de agosto de 1829, e foi, pelo general conde de Villa Flôr, encarregado de ir communicar a Angra o resultado do primeiro ataque.

Era fidalgo cavalleiro da casa real, commendador da ordem de Christo e condecorado com a medalha n.º 7 das campanhas da liberdade. Falleceu aos 17 de maio de 1865.

João Moniz Barreto do Couto, terceirense, cavalleiro das ordens de Torre e Espada, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e de S. Bento d'Aviz, filho de Bernardo Moniz Barreto do Couto, fidalgo escudeiro da casa real, e de D. Maria do Carmo Pacheco de Lima e Lacerda Moniz Barreto do Couto, nasceu em 1800 e falleceu a 2 de março de 1870.

Principiou a sua carreira militar como cadete, sendo, em 13 de setembro de 1828, nomeado porta-bandeira do batalhão de artilharia d'Angra, e elevado ao posto de 2.º tenente. Commandava a artilharia do forte de Santo Antonio, na Villa da Praia, na batalha de 11 de agosto de 1829. Fez parte da expedição libertadora dos Açores, e acompanhando o exercito libertador houve-se com valentia em toda a campanha. Foi major da praça do castello de S. João Baptista, sendo elevado ao posto de tenente-coronel em 19 de dezembro de 1848, ao de coronel em 29 de abril de 1851, ao de brigadeiro graduado em 29 de setembro de 1852, reformando-se depois em marçal de campo.

João de Carvalho da Silveira, filho de João de Carvalho Noronha e Frias e de D. Francisca Carlota de Montojos Taveira e Neira, nasceu a 12 de outubro de 1810, e falleceu a 30 de setembro de 1894.

Aos 18 annos de idade, estando na ilha do Fayal, tomou parte activa na revolução liberal de outubro de 1828, sendo preso e remetido para Lisboa, onde o encerraram no Limoeiro. Condemnada á morte foi enviado para a ilha de S. Miguel, para lá ser dada execução á sentença, tendo a boa sorte de chegar áquella ilha na mesma occasião da expedição libertadora, que havia saído da Terceira, o que o salvou da força.

Em 12 de julho de 1832 foi nomeado tenente do batalhão de voluntarios da rainha, organizado em Angra, e em 25 de outubro, do mesmo anno, nomeado capitão. Serviu neste corpo até junho de 1837, em que passou para o batalhão de artilheiros de posição, no qual fez serviço até 1840, quando foram extinctos os batalhões nacionaes. Era condecorado com a medalha n.º 7 das campanhas da liberdade.

Em 3 de outubro de 1852 foi nomeado verificador da alfandega de Angra, passando em 6 de setembro de 1856 a escrivão de carga e descarga da mesma alfandega, e em janeiro de 1865 a official. Serviu por varias vezes como director interino e chefe fiscal.

Pedro Roberto Dias da Silva, terceirense, cidadão que foi do batalhão de voluntarios da rainha, filho de Jeronymo Dias da Silva, nasceu em 1815, e era condecorado com a medalha n.º 3 das campanhas da liberdade, e conselheiro.

Foi delegado do thesouro do districto de Angra do Heroismo, deputado em varias legislaturas por S. Jorge e Graciosa, prestando relevantes serviços a este districto.

Foi par do reino electivo, e morreu chefe da repartição de contabilidade do ministerio das obras publicas.

Roberto Luiz Borges da Costa, terceirense, nasceu em 1804. Era filho de Alexandre Borges da Costa, fidalgo cavalleiro da casa real, capitão de milicias, e de D. Maria Luz Fagundes Falcão Coelho Borges, proprietaria do officio da camara de Angra.

Aos dois annos de idade assentava praça como cadete no batalhão de artilharia, jurando bandeiras em 1818, e recebendo baixa, a seu pedido, em 1821. Emquanto militar frequentou a academia do castello de S. João Baptista.

Em 4 de junho de 1828 foi nomeado almoxarife dos armazens civis e militares d'Angra, e em 1832 reuniu ao almoxarifado o do arsenal militar. Extincto este logar, em 5 de agosto de 1839, foi empregado dos depositos, servindo de pagador do Trem da 10.ª divisão militar. Desde 1836 a 1851 serviu como inspector das obras publicas d'este districto, sendo neste ultimo anno nomeado conductor, quando foi creada a direcção das obras publicas.

Devotado á causa liberal, era bom patriota e um empregado honestissimo. Morreu em 26 de maio de 1861.

José Maria de Bettencourt Vasconcellos e Lemos, filho de Antão de Bettencourt Vasconcellos e Lemos, neto do valoroso capitão João de Bettencór, nasceu em 3 de abril de 1803.

Fazendo parte do bravo corpo de infantaria n.º 23 do Porto, que tinha inscripto na sua bandeira a legenda: *Vencerei não só estes*

adversarios, mas quantos a meu rei forem contrarios. fez as campanhas de 1826 a 1828, emigrando depois da revolução de 18 de maio. Era, então, tenente do exercito.

Esteve no deposito dos emigrados em Plymouth, e assistiu em França aos actos gloriosos, que derrubaram a tyrannia de Carlos x do throno francez. Veiu para a Terceira em 1832, prestando bom serviço no exercito liberal dos Açores. Segundo as ideias politicas de Passos Manuel, foi um dos officiaes, que tomaram parte na revolta de 1846, no Porto, soffrendo por isso. Não lhe permittindo os seus brios militares o servir sob as ordens de officiaes, que haviam sido seus subalternos, reformou-se em tenente-coronel, sendo-lhe melhora da a reforma em coronel.

Tinha o habito de S. Bento d'Aviz, a medalha n.º 9 das campanhas da liberdade, e as medalhas d'ouro e prata de comportamento exemplar. Falleceu em 31 de outubro de 1881.

Sebastião Teixeira Carrascosa, foi um dos illustres terceirenses, que acompanharam D. Pedro iv, e um dos bravos que desembarcaram no Mindello, portando-se valente e corajosamente nas acções em que tomou parte.

Tinha varias condecorações demonstrativas do seu valor e lealdade. Era major reformado. Falleceu a 3 de novembro de 1889.

José Maria de Moraes Rego, terceirense, filho de Luiz Manuel de Moraes Rego, governador que foi do castello de S. João Baptista, era cadete do batalhão de caçadores n.º 5 no memoravel dia 22 de junho de 1828. Era condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da liberdade, nas quaes se houve brillantemente, sendo ferido na acção da *Ladeira da Velha*, em S. Miguel. Foi ministro da guerra em 1870.

Manuel Bernardo de Abreu Lopes, terceirense, foi um cidadão prestante e um patriota distincto. Os seus serviços á causa liberal foram relevantes, já no distincto batalhão de caçadores 5, já na companhia de voluntarios d'Angra, depois na legião nacional, e no ultimo batalhão de voluntarios da rainha, no qual tinha o posto de tenente-ajudante. Era condecorado com a medalha n.º 6 das campanhas da liberdade.

Sendo empregado nas provedorias do concelho, creadas com a nova organização administrativa de 1832, foi provido, em 1836, no emprego de escrivão da administração, logar que exerceu até á sua morte, aos 12 de março de 1865.

Vital de Bettencourt Vasconcellos e Lemos, terceirense, brigadeiro, fidalgo cavalleiro da casa real, cavalleiro professo da ordem de Christo, condecorado com o habito

d'Aviz, era filho de José de Bettencór e de D. Maria Clara de Lacerda. Adheriu ao movimento liberal terceirense, não tomando nelle parte activa attendendo á sua avançada idade. Foi um dos signatarios do auto da revolução de 22 de junho de 1828, e subscreveu para a compra dos navios da esquadra constitucional. Falleceu em junho de 1847.

Simão de Carvalho da Silveira, terceirense, fidalgo cavalleiro da casa real, filho de João de Carvalho Noronha da Silveira e de D. Maria Genoveva de Noronha, nasceu aos 11 de junho de 1788. Liberal convicto adheriu á revolução de 1828. Foi voluntario do corpo de cavallaria de Angra. Exerceu com superior competencia varios cargos electivos, dando sempre publicas demonstrações dos seus sentimentos liberaes. Falleceu em 17 de fevereiro de 1878.

Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, terceirense, cavalleiro fidalgo da casa real, 1796, 1.º barão do Ramalho, 13 de maio de 1837, do conselho de sua magestade, era filho do sargento-mór d'ordenanças e governador do forte de S. Matheus da Prainha, Antonio Thomé da Fonseca Carvão Paim da Camara e Noronha e de D. Maria Izabel de Mattos. Adheriu com entusiasmo ao movimento liberal terceirense, sendo um dos signatarios do auto da revolução de 22 de junho de 1828, e acompanhou sempre D. Pedro iv enquanto se demorou nesta ilha.

Francisco de Menezes Lemos e Carvalho, terceirense, era filho de José Luiz de Sousa de Menezes Lemos e Carvalho e de D. Benedicta Quiteria Sá Coutinho da Rocha, senhora de um morgado na ilha Terceira.

Foi provido no officio de alferes da bandeira da camara em 1818. Fez parte das vereações constitucionaes, e como presidente recebeu e leu a mensagem dirigida pela mesma camara ao imperador D. Pedro, quando desembarcou na ilha Terceira aos 3 de março de 1832.

Francisco da Fonseca Carvão, terceirense, escudeiro cavalleiro fidalgo da casa real, era filho de Antonio da Fonseca Carvão Paim da Camara, 1.º barão do Ramalho e de D. Rosa Izabel de Menezes Lemos e Carvalho. Adheriu ao movimento liberal terceirense, como toda a sua familia, e como cadete seguiu na expedição liberal portando-se valentemente, sendo ferido em um dos combates das linhas do Porto. Foi condecorado com a Torre Espada, Valor, Lealdade e Merito. Falleceu em Lisboa.

Matheus de Menezes Lemos e Carvalho, terceirense, era filho de José Luiz de Sousa de Menezes Le-

mos e Carvalho, e de D. Benedicta Quiteria Sá Coutinho da Rocha, senhora de um morgado na ilha Terceira.

Adheriu ao movimento liberal terceirense, e foi um dos signatarios do auto da revolução de 22 de junho de 1828.

Manuel Homem da Costa Noronha, terceirense, era filho de Manuel Homem da Costa Noronha Ponce de Leão e de D. Ursula Candida do Canto. Tomou parte activa no movimento liberal de 1828, e foi morto pelos miguelistas nas Farnas, na ilha de S. Miguel.

Julio Maria Silvano, terceirense, alistou-se na companhia de voluntarios creada na ilha Terceira em 1828, assentando praça, em 1829, no batalhão de caçadores n.º 5. Foi à tomada das ilhas em 1831 e seguiu com a expedição liberal para o continente. Fez toda a campanha sempre com brio e distincção.

Adherindo aos acontecimentos politicos de 1846 passou para a terceira secção do exercito até 1851. Em 1864 veio, como tenente-coronel, organizar na ilha Terceira o batalhão de caçadores n.º 10, sendo o seu primeiro commandante. Em 1869 reformou-se em general.

Foi presidente da camara municipal havendo-se com elevada distincção. Tinha a commenda da Conceição. Falleceu nesta cidade aos 2 de maio de 1888.

Luiz de Barcellos Merens Lobo, terceirense, segundo tenente que foi do batalhão de artilharia d'Angra, adheriu em 1828 á revolução liberal, e era filho de Manuel Simplicio Pereira e de D. Hermenegilda Euphemia de Barcellos Merens. Falleceu em Angra. Era tenente-coronel reformado.

Francisco Augusto da Silva Sieuve, terceirense, major reformado do exercito, era filho de José Joaquim da Silva e de D. Maria Maxima Sieuve. Em 1821, sendo alferes de infantaria, adheriu á revolução constitucional em Angra, acompanhando sempre com enthusiasmo todo o movimento liberal. Era condecorado com o habito de Aviz. Falleceu nesta cidade.

Estulano Ignacio Parreira, terceirense, filho de Matheus Francisco Parreira e de D. Escholastica Guilhermina Parreira, nasceu aos 10 de janeiro de 1808. Abraçando devotadamente os principios liberaes, adheriu á revolução de 22 de junho de 1828, indo, neste dia memoravel á Villa da Praia, conjuntamente com Theotónio d'Ornellas Bruges, Manuel Homem da Costa Noronha e Antonio José Paes Junior, tratar do desarmamento das tropas, o que audaciosamente conseguiram.

Foi capitão de voluntarios, e esteve no combate de 11 de agosto

de 1829. Exerceu varios cargos electivos. Foi governador civil deste districto. Falleceu em Lisboa aos 2 de dezembro de 1877.

Joaquim Pinheiro da Silva, terceirense, era empregado da junta real da fazenda antes dos acontecimentos politicos de 1828.

Adherindo ao movimento constitucional acompanhou a expedição liberal em 1832. Serviu nos corpos nacionaes da capital. Era capitão, commendador da ordem de Christo e official maior reformado da secretaria da fazenda. Falleceu em Angra do Heroísmo.

Diniz Teixeira de Sampayo, terceirense, filho de Francisco José Teixeira de Sampayo e de D. Eulalia Floriania Gualberta Carvão, nasceu aos 13 de agosto de 1791. Era irmão dos terceirenses Henrique Teixeira de Sampaio, 1.º conde da Povoá, 1.º barão de Teixeira, 1.º senhor de Sampayo, e de D. Francisca Rocha, viscondessa de Bastos, e tio da actual viscondessa de Cartacho. Devotado liberal adheriu á revolução de 1828, sendo um dos signatarios do auto. Foi ajudante de ordenanças e administrador do correio de Angra.

Manuel José Borges da Costa, terceirense, moço fidalgo da casa real, era filho de Alexandre Sebastião Borges da Costa e de D. Maria da Luz Borges da Costa. Foi escrivão da camara municipal por hereditariedade até 1838, com exclusão do tempo em que foi demittido por acompanhar o movimento liberal, sendo reintegrado quando ministro o conde de Suberra. Exerceu o cargo de guarda-mór de saude. Foi administrador de um vinculo instituido pelo padre Domingos Fernandes Fagundes, e pertencia-lhe a capella na sé cathedral, onde está a imagem de S. João. Falleceu em 5 de janeiro de 1841.

José Luiz da Silva, terceirense, capitão do batalhão de voluntarios da rainha, era condecorado com a medalha n.º 7 e cavalleiro da ordem da Conceição de Villa Viçosa. Em 1830 era escrivão do recebedor dos sellos e novos direitos da commissão de fazenda em Angra. Exerceu com competencia varios empregos publicos, sendo, quando falleceu, nesta cidade, escrivão do juizo de direito da comarca d'Angra.

José Augusto Baleeiro, terceirense, capitão do antigo batalhão de voluntarios d'Angra, era condecorado com a medalha n.º 6 das campanhas da liberdade. Foi thesoureiro da camara municipal d'Angra. Falleceu nesta cidade em 31 de maio de 1879.

João Ignacio Craveiro, terceirense, tenente do

batalhão de voluntários de Angra, condecorado com a medalha n.º 7, era, em 1830, escripturario da commissão de fazenda nesta cidade. Foi empregado do governo civil d'este districto, sendo primeiro official reformado quando falleceu. Exerceu interinamente o logar de secretario geral.

José Diniz Drumonde, terceirense, primeiro tenente de artilheiros de posição na ilha Terceira, era condecorado com a medalha n.º 3 das campanhas da liberdade.

Francisco de Paula da Costa, terceirense, filho de José Narciso da Costa e de D. Maria Severa da Costa, nasceu a 8 de junho de 1801. Foi um dos signatarios do auto da revolução liberal de 22 de junho de 1828. Em 1830 era escripturario da commissão de fazenda em Angra. Foi tenente do batalhão de voluntarios, e tinha a medalha n.º 7 das campanhas da liberdade. Falleceu a 10 de outubro de 1882.

Francisco Ignacio Pimentel, terceirense, fez parte do exercito libertador e era condecorado com a medalha n.º 6. Morreu em Angra major reformado do exercito.

Francisco de Lemos Alvares, terceirense, filho do capitão de milicias Benedicto Antonio de Lemos e de D. Antonia Benedicta de Lemos Alvares, foi em 1830 escripturario da alfandega de Angra. Era liberal intransigente. Foi capitão de voluntarios da Rainha, secretario do governo civil de Angra, servindo de administrador geral em 1838. Era advogado de provisão. Falleceu nesta cidade.

José Maria Paes, terceirense, filho de Antonio José Paes, foi dos bravos que fizeram a campanha liberal. Foi tachigrapho da camara na organização do parlamento. Morreu escripturario e tabellião na comarca d'Angra do Heroismo. Era condecorado com a medalha *D. Pedro e D. Maria*, das campanhas da liberdade.

João Toste Parreira, terceirense, era em 1830 recebedor dos sellos e novos direitos da commissão de fazenda em Angra. Foi devotado liberal, e exerceu varios cargos electivos, entre elles o de vereador da camara municipal de Angra do Heroismo, da qual foi presidente.

José Maria de Barcellos, terceirense, filho de Joaquim Ignacio de Barcellos, foi official da secretaria de estado em Angra, e morreu official maior do ministerio da guerra.

Joaquim Martins Pamplona Côte-Real, terceirense, filho de Alexandre Martins Pamplona Côte-Real,

era, em 1830, 1.º tenente servindo de ajudante da praça do castello de S. João Baptista.

Theophilo Rogerio Machado de Andrade, terceirense, filho de Aniceto d'Almeida e Andrade, era, em 1830, capitão de fragata. Foi governador do castello de S. João Baptista.

José Augusto Martins Pamplona Côte-Real, terceirense, filho de Alexandre Martins Pamplona Côte-Real, era, em 1830, 2.º tenente servindo de ajudante da praça do castello de S. João Baptista.

Felix José da Costa Senior, terceirense, foi escripturario da commissão de fazenda em Angra. Morreu 1.º official do governo civil d'este districto.

José Alexandre de Barcellos Merens, terceirense, foi escripturario da commissão de fazenda em Angra.

Luiz Antonio Parreira, terceirense, foi condecorado com a medalha n.º 3, *D. Pedro e D. Maria*. Exerceu por varias vezes o cargo de administrador do concelho de Angra.

José Borges Leal Côte-Real, era filho do morgado de Sant'Anna, Antonio Borges Leal Côte-Real e de D. Angela Sebastiana Borges Côte-Real. Foi tenente do batalhão de artilheiros voluntarios, era conselheiro e exerceu varios cargos electivos. Falleceu a 5 de janeiro de 1903.

Antonio José Paes, terceirense, foi porteiro da secretaria de estado em Angra, e mais tarde chaveiro da alfandega d'esta cidade, onde falleceu.

Luciano José Baleeiro, terceirense, foi continuo em 1830 da commissão de fazenda em Angra.

Os nomes dos terceirenses, que acabamos de archivar, numero limitado em comparação com o elevado numero de terceirenses, que tomaram parte activa nas luctas liberaes, são na sua quasi totalidade representantes das familias mais distinctas da ilha Terceira, pelos seus titulos de nobreza e elevada posição social. Muitos mais houve, dos quaes não podémos obter notas

biographicas, e por isso não lhes fazemos referencia especial, limitando-nos tão somente a archivar de alguns os seus nomes, como das investigações que fizemos.

No auto da revolução liberal de 22 de junho, alem dos nomes a que já nos referimos, eram tambem terceirenses os seguintes :

Francisco Moniz Barreto do Couto, José Maria do Carvalho da Silveira, Joaquim Bernardo da Fonseca, Antonio José de Vasconcellos, Francisco Leite Botelho de Teive, José Theodoro Coelho, Bernardo Moniz Barreto do Couto, Felix José da Costa, Francisco José Teixeira, Matheus Homem Borges, Matheus João de Bettencourt Vasconcellos, José Hilario Ameno Lopes, Luiz José de Vasconcellos, Antonio Lucio Duarte dos Reys, Vicente Pedro de Kortli, Fernando de Sá Vianna, Antonio Leonardo Pires Toste, Francisco José Baleeiro, Antonio Placido de Bettencourt Lemos, Luiz Antonio Pires Toste, Fernando Joaquim da Silva e Rocha, José Augusto Cabral de Mello, Padre Antonio Botelho de Sampaio.

*

O batalhão de caçadores voluntarios da rainha, em Angra, teve origem em 22 de junho de 1828, e foi completamente organizado em 1832. Dissolvido em 2 de julho de 1839, por portaria de 8 de outubro de 1838, foi reorganizado por portaria de 25 de outubro de 1839. O pessoal superior ficou composto :

Coronel, visconde de Bruges ; major, Antonio Thomé da Fonseca ; tenente-ajudante, Manuel Bernardo d'Abreu Lopes; capitães, Manuel da Silva Castanho, Francisco Machado Pamplona, Antonio José de Vasconcellos, José Luiz da Silva, João Francisco d'Oliveira Bastos e José Augusto Baleeiro ; tenentes, Francisco de Paula da Costa, Antonio José Paes Junior, João Ignacio Craveiro, Francisco José Teixeira, Francisco José Baleeiro e Raymundo do Canto e Castro ; alferes, Antonio Borges Leal, Luiz Carlos Brum e Simão da Cunha Brum.

Ficou com seis companhias. Total, estado maior e menor sito — seis companhias, 660 homens.

Em 1839, por portaria de 15 de junho foi reorganizado o batalhão nacional de artilheiros de posição, ficando composto :

Commandante, o major de artilharia Antonio Homem da Costa Noronha; ajudante, Luiz Antonio Parreria; quartel-mestre, Francisco d'Almeida Tavares do Canto ; capitães, João Coelho da Rocha, J. de C. da Silveira Junior, Antonio Homem Goularte, Francisco Diniz Orzonde, Francisco Machado Fagundes Mouro, Manuel Gonçalves Tolledo ; primeiros-tenentes, J. Coelho da Costa, José de Bettencourt Vasconcellos, José Diniz, João Homem de Menezes, M. B. do Canto e Athaide, e Manuel José Constantino ; segundos-tenentes, Antonio Borges Cabral Fournier, José Borges Leal Côte-Real, Luiz Borges Fialho, João Borges Rego, José d'Aquino Borges, e Salvador Homem de Moraes.

Ficou com seis companhias. Total, estado maior e menor seis — companhias, 630 homens.

Entre muitos nomes que encontrámos, foram condecorados, com a medalha *D. Pedro* e *D. Maria*, os terceirenses seguintes :

Theotónio Francisco Corrêa, 2.º sargento, medalha n.º 9 ; José Nunes Godinho, 1.º sargento, medalha n.º 7 ; Luiz José de Vasconcellos, sargento, e Manuel José Vieira, cabo reformado, medalha n.º 6 ; José Luiz das Neves, 1.º sargento, e Antonio Martins Leandro, soldado, medalha n.º 5 ; Manuel José de Sousa, sargento, medalha n.º 4 ; José Luiz da Rocha, 1.º sargento, Francisco Candido da Cunha, 2.º sargento, Manuel Antonio Velloso e João Gonçalves, soldados, medalhas n.º 3 ; Antonio Coelho Mendes, cabo, Candido José de Sousa, soldado, Manuel Joaquim d'Andrade, cabo, medalha n.º 2 ; Victorino de Sousa Pereira, soldado, medalha n.º 1.

Joaquim Theophilo Machado, amanuense reformado da secretaria do governo civil, condecorado com a medalha n.º 2 por serviços civis. Ainda vive, e cremos que é o unico que existe d'esta época de luctas.

Muitos foram os terceirenses, que cahiram martyres no campo da batalha, em defeza da liberdade ; muitos foram os que lhes sobreviveram ; poucos os que no

ultimo quartel da vida, tarde, bem tarde, lhes foi concedida a reforma, e assim de tantos que se sacrificaram pelas liberdades patrias, impossivel se torna hoje o saber-lhes os nomes para aqui os archivarmos.

Chegámos até onde nos foi possivel, mas chegámos o bastante para demonstrar sufficientemente, que o sentir da geração terceirense a seguir a tantos heroes, não pode deixar de ser essencialmente liberal, como legitima representante de tantos bravos e martyres, do que tem dado sobejas provas em todas as commemo-rações festivaes das datas notabilissimas das luctas liberaes na ilha Terceira.

Podem alguns tresloucados, servindo-se de meios arditos, encapotando-se com este ou aquelle nome de partido politico, tentar fazer propaganda em prol da reacção e do absolutismo, que, entre os terceirenses, não fazem echo as suas cantatas.

A semente generosa, lançada no solo terceirense, em prol da liberdade, foi abundante, e o solo fertilissimo.

A ilha Terceira foi, é, e ha-de ser essencialmente liberal, que bem pese, seja a quem fór.

É de justiça que, antes de passarmos á resumida referencia dos liberaes das restantes ilhas do districto, archivemos os nomes d'alguns bons patriotas, que dedicando devotado amor á ilha Terceira, nella se estabeleceram, adoptando-a como patria, prestando-lhe os seus bons serviços, e nella constituindo familia:

João Francisco d'Oliveira Bastos, natural de Lisboa, nasceu a 9 de março de 1806. Em 1826 veio para a ilha Terceira tomar conta da escripturação da casa do benemerito Theotónio d'Ornellas, onde foi considerado como pessoa de familia, casando com a sua respeitavel filha a illustre dama D. Maria Amelia d'Ornellas Bruges.

Devotado liberal, tomou parte nas reuniões que se realisaram no solar de Theotónio d'Ornellas, onde foi planeada a revolução de 22 de junho de 1828. Foi pela junta provisoria encarregado de ir á Inglaterra com despachos a Palmella, embarcando em outubro de 1828 no hiate *Santa Luzia*.

Regressando á Terceira, em fevereiro de 1829, encontrou-a bloqueada pela esquadra ingleza, tendo de voltar novamente á Inglaterra. Quando alguns mezes depois tornou a sair para regressar á ilha, foi feito prisioneiro pela fragata *Perola*, sendo acorrentado e mandado prezo para o porão da nau *D. João VI*.

Sob os ferros do despotismo ouviu o troar do canhão e o tiroteio da esquadra miguelista e fortalezas da Villa da Praia, no dia 11 de agosto de 1829.

Conservava Oliveira Bastos, como reliquia de subido valor, uma bala de fuzil disparada das fortalezas praienses, que encontrára na tolda da nau. Da chaveta da corrente que o prendia a outro companheiro, mandou fazer um anel, que uzou até á hora da morte, em 29 de janeiro de 1892.

Era a reliquia do captiveiro, a que aquelle grande espirito de liberal convicto prestava fervoroso culto.

Seguindo a nau para Lisboa, foi encerrado na Torre de S. Julião, onde permaneceu até 24 de julho de 1833, em que a divisão liberal entrou triumphante em Lisboa. Saindo da prisão foi bater-se valorosamente, até 1834, contra as forças miguelistas.

Acabada a guerra voltou para a Terceira, alistando-se no batalhão de voluntarios, onde tinha o posto de capitão. Era condecorado com a medalha n.º 7.

Foi um jornalista distincto, e o ultimo presidente da commissão promotora de auxilios aos veteranos da liberdade, aos quaes prestou relevantes serviços.

Quando em 1875 se estabeleceu a bibliotheca municipal, foi Oliveira Bastos nomeado seu bibliothecario.

Nicolau Anastacio de Bettencourt, madeirense, nasceu em 1810.

Abraçando devotadamente as ideias e principios liberaes, alistou-se em 1827 no batalhão academico. Adherindo ao pronunciamto liberal do Porto entrou nas acções da Cruz dos Maroiços e Ponte do Vouga; emigrou com a divisão constitucional para a Gal-

lisa e depois para a Inglaterra, d'onde seguiu para a Terceira com o batalhão de voluntarios da rainha.

Bateu-se denodadamente na batalha de 11 de agosto; tomou parte na acção da *Ladeira da Velha*; seguindo depois com o exercito libertador houve-se por maneira distincta na acção da Serra do Pilar, recebendo honrosa referencia do seu general.

De 1833 a 1836 exerceu o cargo de secretario da prefeitura em Angra, e depois em S. Miguel. Foi governador civil dos districtos de Aveiro, Angra do Heroismo, Horta e Portalegre.

Em Aveiro deixou um monumento da sua passagem, a *Caixa Economica*, que lá estabeleceu. Em Angra do Heroismo deixou dois monumentos a perpetuar a sua memoria honrosa: 1.º a *Caixa Economica*, installada a 12 de janeiro de 1845, anniversario do titulo de Heroismo concedido a esta cidade, principiando as operações da mesma Caixa, a 3 de março, anniversario do desembarque de D. Pedro IV; 2.º a criação do *Asylo de Infancia Desvalida*, installado a 16 de abril de 1853.

Nicolau Anastacio foi um escriptor distincto e poeta primoroso. Recebeu o foro de fidalgo cavalleiro da casa real, carta de conselho, o grau de cavalleiro da ordem de Christo e Conceição e a medalha n.º 9 das campanhas da liberdade.

Casou com a terceirense D. Balbina Candida de Brito. Falleceu a 7 de março de 1874.

Dr. Antonio José de Amorim, era natural de Coimbra, nasceu a 16 de julho de 1801.

Cursava o 4.º anno de medicina quando principiou a germinar a liberdade portugueza, e em 1826 alistou-se voluntariamente no corpo militar academico. Em 1828, seguindo a sorte da divisão leal, emigrou para a Hespanha pela Galiza até Catalunha, d'onde passou para Plymouth, sendo ali um dos aquartelados do famoso *Barracão*. De Plymouth veio para a ilha Terceira na galera americana *James Crowper*, desembarcando com mais trezentos companheiros em 13 de fevereiro de 1829, fazendo parte das tres companhias de voluntarios, das quaes a primeira, em que foi collocado, era composta exclusivamente dos emigrados academicos. Em 11 de agosto de 1829, achou-se no theatro de guerra, na villa da Praia da Victoria, onde foi ainda convalescente, conduzir munições e petrechos de campanha.

Por decreto da regencia de 14 de julho de 1830, e depois de previamente examinado no hospital militar, por tres facultativos, foi-lhe concedida a faculdade para exercer clinica, não obstante faltar-lhe ainda o acto da formatura.

Em 1832, acceitou o cargo de medico da legião de guardas nacionaes, que se organizou nesta ilha, sob o commando de Theotónio d'Ornellas, logar que exerceu até 1833, passando em seguida a exer-

cer os logares do partido medico municipal e de medico do hospital civil.

Em 20 de abril de 1836 transferiu a sua residencia para a Villa da Praia, onde foi exercer os mesmos logares que exercia em Angra, e onde se demorou até ao terremoto de 15 de junho de 1841.

Partindo para Coimbra onde foi fazer acto de formatura, voltou para a Terceira em 15 de fevereiro de 1844, sendo nomeado guardamôr de saude do porto d'Angra, cargo que exerceu até á sua morte em 12 de agosto de 1877.

Exerceu varios cargos publicos, taes como juiz pedaneo, vereador e presidente do municipio praiense, conselheiro de districto, procurador á junta geral, membro de varias commissões, das quaes a que mais se ufanava de pertencer era á de *Socorros aos bravos do Mindello*, da qual morreu presidente.

Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da liberdade.

Frederico Ferreira Campos, natural de Bemfica, filho de João Ferreira Campos e de D. Victorina le Couvreur, nasceu em 1807.

«Foi completar na França a sua instrucção, e ahi recebeu as salutares inspirações da liberdade proclamada em 1830.

«Voltando á patria no tempo em que Portugal vivia opprimido pelo mais feroz despotismo, conseguiu, com não poucos sacrificios, poder entrar incolume no seio da sua familia, então retirada em Bemfica.

«Por occasião da entrada da libertadora divisão do illustre duque da Terceira, em Lisboa, no memorando dia 24 de julho de 1833, alistou-se Frederico Ferreira Campos, com outros muitos liberaes portuguezes, em um dos corpos nacionaes, que na defeza das linhas mostraram o valor que os animava e a bravura que possuíam.

«Foi-lhe conferido no seu corpo nacional o posto de alferes, pelo immortal Duque de Bragança, regente em nome de sua augusta filha, a rainha D. Maria II, sendo portanto na guerra das liberdades patrias que estreiou a sua vida politica.

«Depois de liberta a patria, e alcançada licença do ministerio do reino, a Companhia do Real Contrato do Tabaco o nomeou seu delegado nesta ilha Terceira, cargo em que se conservou até á extincção da mesma companhia.

«Fez parte de diversas vereações municipaes em Angra, foi por muitas vezes nomeado procurador á junta geral d'este districto, e sendo nesta respeitavel corporação o vogal decano coube-lhe gerir ultimamente a suprema administração do districto.

«Foi portanto liberal convicto e cidadão prestante.»

(*Angrense*, dezembro de 1892).

Era condecorado com a medalha n.º 2. Falleceu em 19 de dezembro de 1892.

Faustino José da Fonseca, major reformado, cavalleiro da ordem militar de S. Bento d'Aviz e da nobre e antiga ordem da Torre e Espada, Valor, Lealdade e Merito, condecorado com a medalha das campanhas de Hespanha e com a do n.º 9 *D. Pedro* e *D. Maria*, era natural de Lisboa e nasceu a 17 de fevereiro de 1808.

Assentou praça em maio de 1823 em infantaria n.º 13. Foi um dos emigrados portugueses, que vieram reunir-se na heroica ilha Terceira, e dos que fizeram parte dos 7:500 bravos, que desembarcaram no Mindello.

Foi promovido a alferes de infantaria 18, por decreto de 30 de novembro de 1832, quando também o foram os terceirenses, Casimiro Lopes Soeiro d'Amorim, Julio Pamplona Côrte-Real, Sebastião Teixeira Carrascosa, Bernardo Homem de Noronha e Francisco da Fonseca Paim da Camara.

Era cavalleiro da Torre e Espada. Fez parte importante da divisão auxiliar portugueza nas campanhas de Hespanha. Falleceu em Angra, aos 9 de junho de 1863.

Francisco de Paula Bastos, visconde de Bastos, nasceu aos 11 de junho de 1793. Foi um dos vultos illustres d'essa geração de fortes que batalhou pela independencia e liberdades patrias.

«Bravo da guerra peninsular, escreveu o sr. Augusto Ribeiro, condecorado com a cruz n.º 3, ferido em Nivelles, o illustre visconde de Bastos, foi depois um dos mais valentes cooperadores da grande obra do duque de Bragança. Emigrado pela Gallisa, comendo o pão do estrangeiro, em Plymouth, d'ali saiu e chegou á Terceira em 7 de março de 1829.

«Soldado da liberdade, sob as ordens do valente conde de Villa Flôr, tomou parte na memoravel acção de 11 de agosto de 1829. Ahi começou de novo a sua vida de lutador, que seguiu intrepido e corajoso. O illustre visconde de Bastos tem uma biographia honrosa. A sua farda de general, é ornada por medalhas que provam a sua bravura nas lutas da liberdade e da independencia.»

Falleceu em Angra, aos 2 de setembro de 1881.

Francisco Raimundo de Moraes Sarmento, coronel de infantaria, cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz, filho de José Pedro de Moraes Sarmento, administrador da mesa das novas licenças da camara de Lisboa, e de D. Brigida de Noronha Abreu e Lima, nasceu em Lisboa aos 27 de julho de 1799.

Em 12 de outubro de 1816 assentou praça como cadete em infantaria 16, sendo em 26 de maio de 1821 promovido a alferes do segundo batalhão da Legião Luzitana, que foi á Bahia, onde tomou parte nas acções militares que lá tivera n.º lugar. A 9 de julho de 1827 foi promovido a tenente, e em 1828, devido ás suas convicções liberaes, teve de emigrar pela Galiza para a Inglaterra, passando em 1829 á ilha Terceira, assistindo á batalha de 11 de agosto. Fez a campanha dos Açores, seguiu com o exercito libertador, desembarcando no Mindello; assistiu á defeza da cidade do Porto durante o cerco, e tomou parte activa em todas as campanhas da liberdade.

Tendo sido promovido a capitão, em 17 de maio de 1833, e collocado no batalhão n.º 1 do Minho, foi em seguida nomeado comandante do batalhão nacional fixo de Coimbra. Em 5 de fevereiro de 1845 foi promovido a major, e a 31 de dezembro de 1851 a tenente-coronel, reformando-se em coronel. Casou na ilha Terceira com D. Maria Julia de Moraes Sarmento. Falleceu no 1.º de maio de 1852.

Manuel Joaquim Nogueira, conselheiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, fidalgo cavalleiro da casa real, nasceu em Thomar aos 5 de novembro de 1787, e falleceu aos 2 de janeiro de 1862, nas caldas da Rainha. Era filho de Agostinho José Nunes e de D. Maria Rosa Nogueira.

Em 1808, frequentava a Universidade de Coimbra, quando Portugal foi invadido pelo exercito francez, e levado pelo seu amor patrio, alistou-se, Manuel Nogueira, no batalhão academico, passando para a primeira linha como alferes até 1813, em que pediu a demissão para completar a sua formatura. Era condecorado com a cruz de ouro da guerra Peninsular, e com a da batalha de Albufeira a que assistiu.

Apenas formado em direito, estabeleceu banca de advogado em Thomar, onde esteve até 1823, vindo depois para Angra.

Em 1828 tomou parte importante no movimento liberal terceirense, sendo um dos conjurados da revolução de 22 de junho, e nomeado secretario do governo provisório. Foi o encarregado de ir a Inglaterra e ao Rio de Janeiro levar a participação de estar estabelecido na Terceira o governo constitucional, não passando de Londres por haver chegado áquella cidade a embaixada do Rio de Janeiro.

Voltando á Terceira conseguiu desembarcar illudindo o bloqueio do usurpador, e foi nomeado juiz da Relação, creada em Angra, e em seguida secretario da junta do paço, e da junta de agricultura, e ultimamente Procurador Regio da suprema junta de justiça.

Acompanhou o exercito libertador para o Porto, como official maior da secretaria da justiça.

Foi juiz da Relação de Lisboa, e da dos Açores, sendo aposentado como juiz do Supremo Tribunal de justiça.

Os preciosos restos mortaes do dr. Manuel Joaquim Nogueira foram, trasladados para o jazigo de familia no cemiterio do Livramento d'esta cidade de Angra.

De tão benemerito cidadão, e illustre apostolo da liberdade, e de sua consorte D. Maria Justina Emilia Zagallo, tem os tercerenses ainda a ventura de possuir o seu filho dilecto, o dr.

Rodrigo Zagallo Nogueira, medico cirurgião pela escola de Lisboa, e doutorado na Universidade Catholica de Louvain, em 1840, commendador da Conceição e cavalleiro da ordem de Christo, nasceu em Thomar, aos 9 de dezembro de 1819, vindo para a ilha Terceira aos 3 annos de idade, d'onde sahio para ir estudar o curso de medicina, e onde regressou apenas formada.

A ilha Terceira é a patria adoptiva do sr. dr. Nogueira, e esta considera-o como um dos seus filhos mais dilectos.

Não é aqui logar para desenvolvidamente biographar este benemerito homem de sciencia, este incançavel caminheiro do bem, justamente cognominado o *medico dos pobres*. Archivamos somente o seu nome, assaz estimado e venerado, para honrarmos esta memoria.

Manuel Martins Pinto de Gouvêa, natural de Pedrogão Grande, sargento artilheiro, fez parte da guarnição da nau que conduziu D. João vi para o Brazil. Voltando a Portugal, tomou parte na guerra peninsular, depois da qual foi destacado para a ilha Terceira. Adherindo ao movimento liberal, esteve no combate de 11 de agosto de 1829. Quando D. Pedro iv veio à ilha Terceira, commandava o sargento Pinto a guarnição do forte de S. Matheus. Querendo o imperador nomeal-o alferes, attendendo aos seus serviços, pediu o sargento Pinto a devida excusa por ter numerosa familia, e ser-lhe mais difficil o sustental-a como alferes. Era affeioadissimo a D. Pedro iv, que muitas vezes trouzera ao collo, na viagem para o Brazil. Tinha varias condecorações e falleceu em Angra.

Alem dos liberaes acima mencionados vieram estabelecer-se em Angra, entre muitos de que não podemos saber os nomes, ou obter notas, os seguintes, e que eram condecorados:

Joaquim José Vidigal, 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 9. Foi ferido no combate da Praia. Jorge Mesquita, sargento e Joaquim Rodrigues soldado, condecorados com a medalha n.º 8. Manuel de Castro, José Joaquim Toste, sargentos e Matheus José Valladão, cabo, condecorados com a medalha n.º 6. Sergio José, 1.º sargento, condecorado com a medalha n.º 5. Joaquim José de S. Paulo, voluntario do batalhão de D. Pedro iv no Porto, e José Hamem soldado, condecorados com a medalha n.º 4. Manuel de Simas Machado, picoense, sargento, condecorado com a medalha n.º 3. José Maria da Cruz, soldado, com a medalha n.º 2.

João de Sousa Ribeiro, sargento ajudante reformado, condecorado com a medalha n.º 9. Quando se estabeleceu a imprensa na ilha Terceira, a primeira dos Açores, então chamada da prefeitura ou do governo, funcionou desde 1832 a 1835, na ermida da Boa Nova, que estava profanada desde 1828, e foi João de Sousa Ribeiro um dos compositores, conjunctamente com os imigrados Antonio José Gonçalves Costa e Joaquim José Soares.

Todos os liberaes acima mencionados falleceram nesta ilha.

*

Dr. João José da Cunha Ferraz, provisor, thesaurario-mór e presidente do cabido da Sé de Angra, era natural da ilha Graciosa e filho de paes humildes. Assaz considerado e respeitado pela sua idade e saber, foi um dos vultos mais proeminentes do movimento liberal, e dos que mais concorreram para a proclamação do dia 23 de junho de 1828.

Foi presidente do governo interino, que nesta data memoravel substituiu o governador e capitão general Touvar, exercendo superiormente este logar até 22 de junho de 1829, quando a junta provisoria cessou o exercicio das suas attribuições, com a vinda do conde de Villa Flór. Foi o escolhido para o logar de chanceller da Relação da provincia dos Açores, o que exerceu até setembro de 1829, quando esta Relação foi suspensa, passando em seguida a ser o presidente da junta de justiça, creada por decreto de 27 de março de 1830.

Por decreto de 30 de maio de 1832, de sua magestade imperial, regente em nome da rainha, foi: «o Desembargador do Paço João José da Cunha Ferraz jubilado e aposentado na dignidade de Arcebispo na Santa Sé de Angra, visto ter quarenta annos de murgado na mesma Santa Sé, com todas as proeminencias e honras proprias da sua Cadeira tanto no Côro, Cabido, e fóra da Sé usando habitos Canonicas proprios da sua Dignidade, voto e stállo em todas as occasiões, em que se apresentar na mesma Sé e Cabido, como até agora sempre usou, podendo residir, ou deixar de residir

na mesma Sé, e na ilha Terceira, ou em qualquer parte fora do Bispado».

João Ignacio de Simas e Cunha, graciosense, coronel de milicias, era filho do coronel João Ignacio de Simas e Cunha (cognominado o *coronel velho*, para distincção do filho) e de D. Maria Clara de Mello e Cunha. Casou com D. Custodia Libania de Bettencourt, irmã do barão da Fonte do Matto. Foi um dos mais activos promotores do movimento liberal na Graciosa conjunctamente com o mencionado seu cunhado, barão da Fonte do Matto, e os patriotas graciosenses, a que em seguida fazemos referencia. Nasceu a 21 de agosto de 1799 e falleceu a 6 de agosto de 1855.

Joaquim Ignacio de Quadros, graciosense, tenente-coronel de milicias, era filho de Antonio de Quadros Espinola de Bettencourt e de D. Josepha de Sousa e Quadros. Nasceu a 16 de agosto de 1785, e falleceu a 16 de dezembro de 1863, tendo exercido por bastante tempo o cargo de administrador do concelho de Santa Cruz da Graciosa.

Francisco Pereira Lopes d'Athayde. É este o nome que lhe dá o *Archivo dos Açores*, mas o nome de que usava era Francisco Pereira de Bettencourt Lopes. Nasceu na cidade de Ponta Delgada e era filho do capitão de milicias, Francisco José d'Athayde Bettencourt e de D. Anna Ursula Biendo da Camara.

Estando em Angra a estudar, enamorou-se de D. Luzia Francisca da Silveira Bettencourt, graciosense, irmã do barão da Fonte do Matto. Casou na Graciosa e lá residiu muitos annos. Na Graciosa lhe nasceram todos os filhos, o mais velho dos quaes foi o coronel de infantaria Francisco Pereira de Bettencourt Lopes d'Athayde, pae do illustre advogado michaelense e distincto causidico o sr. dr. Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Athayde, apostolo fervoroso da autonomia açoreana.

Auxiliou poderosamente o movimento liberal graciosense, pelo que D. Pedro o nomeou coronel de milicias de Ponta Delgada, para onde depois transferiu residencia.

Nasceu a 2 de janeiro de 1783 e falleceu a 28 de janeiro de 1862.

Antonio da Cunha Silveira Bettencourt, barão da Fonte do Matto, graciosense, era filho do capitão-mór Bartholomeu Alvaro de Bettencourt e de D. Joaquina da Côrte Celeste Gil da Silveira.

Capitão-mór da villa da Praia, por morte de seu pae, tomou

parte no movimento liberal graciosense. Pelos seus serviços, com dispendio da propria fazenda, foi agraciado, em 1860, com o titulo de barão da Fonte do Matto, que já lhe havia sido concedido pela junta do Porto, mas que então ficára sem effeito.

Casou com D. Izabel Forjaz de Lacerda Brum de Labath e Marramaque Garcia da Rosa, irmã do barão da Areia Larga, fayalense.

Nasceu a 12 de agosto de 1773, e falleceu a 29 de janeiro de 1882.

Antonio Botelho de Bettencourt e Sousa, graciosense, capitão-mór de milicias, foi escrivão da alfandega da Graciosa, e era filho do capitão Domingos Antonio de Sousa e Silva e de D. Maria Joaquina de Naves. Nasceu em 1772 e falleceu, no estado de solteiro, a 21 de fevereiro de 1842.

Manuel da Cunha Simas, graciosense, filho de João Ignacio de Simas e Cunha e de D. Maria Clara Mello e Cunha, nasceu em 28 de março de 1802. Prestou relevantes serviços promovendo a revolução liberal na Graciosa. Era capitão de milicias. Durante muitos annos exerceu, com intelligencia e illustração, o cargo de administrador do concelho da Praia da Graciosa, ficando conhecido pelo ar. administrador velho. Era commendador da ordem da Conceição. Falleceu em 21 de abril de 1877.

Candido José Coelho, graciosense, era filho de Fructuoso José Coelho e de D. Francisca Leocadia. Nasceu a 9 de agosto de 1799, e falleceu a 29 de maio de 1863. Exerceu por muitos annos o cargo de administrador do concelho de Santa Cruz, e era pae do distincto escriptor, e professor aposentado das linguas franceza e ingleza no lyceu de Ponta Delgada, o já fallecido João Hermeto Coelho de Amarante.

José de Passos Gonçalves, natural de Vianna do Castello, nasceu em 1797 e casando em Lisboa veio residir para a Graciosa, tomando parte activa no movimento liberal. Falleceu a 25 de fevereiro de 1842.

Faustino José da Veiga, graciosense, era filho de Manuel dos Santos de Mendonça e de Izabel do Rosario. Nasceu a 28 de julho de 1787, e falleceu, solteiro, a 4 de junho de 1845.

José Leite de Bettencourt, graciosense, capitão de milicias, era filho do alferes Francisco Leite de Bettencourt e de D. Quiteria Rosa de Bettencourt. Nasceu a 16 de novembro de 1778. Esteve preso como liberal.

Bartholomeu Alvaro de Bettencourt, capitão de ordenanças, graciosense, era filho do alferes José de Sousa Baptista de Bettencourt e de D. Maria Joaquina d'Athayde. Era afilhado do capitão-mór Bartholomeu Alvaro de Bettencourt, de quem tomou o nome. Nasceu a 10 de setembro de 1797 e falleceu a 15 de agosto de 1876.

Francisco José Bettencourt, conhecido por Francisco Bettencourt do Barreiro, era filho de Antonio Corrêa de Mendonça e de D. Rosa do Sacramento.

Foi um dos muitos graciosenses da legião dos bravos do Mindello. Não sabia ler, e foi por distincção no campo da batalha em Sotto Redondo, de que fallava com patriotico enthusiasmo, feito anspeçada e condecorado. Nasceu a 30 de abril de 1813, e falleceu a 14 de maio de 1888.

Manuel José Bettencourt, graciosense, filho de Matheus de Bettencór e de D. Anastacia Rosa, alistou-se em 1831 no regimento de infantaria n.º 18, e foi um dos 7:500 heróis da legião libertadora, desembarcando no Mindello e fazendo a campanha até á convenção de Evora Monte. Foi agraciado com a medalha n.º 4 das campanhas da liberdade.

Promovido a alferes para a 1.ª secção do exercito, a 24 de abril de 1847, foi, por portaria da mesma data da junta governativa de Angra do Heroismo, reintegrado ao posto de 1.º sargento no dia 1 de agosto. Sendo sargento ajudante da companhia de veteranos dos Açores, foi despachado alferes reformado em 1864, assumindo o commando do presidio do Castello de S. João Baptista em 1865, a qual foi extinto em outubro do mesmo anno. Era condecorado com a medalha militar de prata de comportamento exemplar. Nasceu a 25 de janeiro de 1808, e falleceu a 28 de junho de 1879.

José Tristão da Cunha Silveira Bettencourt, graciosense, filho do capitão-mór Antonio da Cunha Silveira Bettencourt e de D. Anna Balbina da Cunha, nasceu em 31 de março de 1808.

Fez parte do batalhão de voluntarios da rainha e era condecorado com a medalha n.º 2. Veiu residir para a ilha Terceira com sua familia, onde foi distincto advogado de provisão. Falleceu a 7 de março de 1887.

O auto da acclamação da rainha D. Maria II e da Carta Constitucional na ilha Graciosa, em 10 de julho de 1834, foi assignado por:

José João da Cunha Vasconcellos, José Corrêa de Mello, Manuel José Bettencourt Torres, Antonio Fogaça de Sousa Bettencourt, Manuel Freire de Freitas, João Ignacio de Simas e Cunha Junior, Joaquim Ignacio de Quadros, Francisco Leite e Barcamonte, Frederico Jorge da Silva Segnier, Antonio Botelho de Bettencourt e Sousa, João Ignacio de Simas e Cunha, Manuel José Corrêa da Silva e Mello, Jacinto Manuel de Sousa, Matheus da Cunha e Silveira Machado, Candido José Coelho, Roberto José de Castro, Fr. Pedro do Coração de Jesus, Fr. André do Coração de Maria, Fr. João do Coração de Maria, Fr. Manuel da Vera Cruz, Manuel da Cunha e Simas, Antonio Corrêa Picanço da Silva, Sebastião Espinola da Veiga, Cerino José Salescunha, João Bernardes da Camara Madureira Cyrne, Henrique José da Veiga, Bartholomeu Corrêa da Cunha e Silveira, Fructuoso José Ribeiro, Francisco de Sousa e Vasconcellos, Francisco de Sousa Machado Costa, Manuel de Bettencourt e Cunha, João Ignacio de Mello e Bettencourt, José Corrêa de Mello Pacheco Sousa e Vasconcellos, Antonio Ribeiro de Gusmão, Joaquim de Carvalho Silveira e Noronha, Antonio Marianno de Simas e Cunha, Raimundo Martins Pamplona Corte Real e Francisco Homem Ribeiro.

João Soares d'Albergaria, jorgense, filho do capitão-mór Ignacio Soares de Albergaria, nasceu nas Velas a 16 de janeiro de 1796.

Em 1814 era alferes de milicias. Foi um dos apóstolos mais ferrosos da liberdade na ilha de S. Jorge, empenhando-se activamente para que não tivesse logar a acclamação de D. Miguel nas Velas. Foi preso no dia 14 de novembro de 1829, sequestrados os seus bens, e enviado para S. Miguel para ser julgado pela commissão mixta, creada por decreto de 4 de março de 1829. Em 17 de maio de 1830 foi julgado e condemnado em 5 annos de degredo para Angola, sendo-lhe substituido o degredo pela prisão na praça de Elvas. Em 25 de junho de 1830 é enviado para Lisboa estando preso no Limoeiro, Elvas e Almeida, onde foi solto pelo duque da Terceira, em 27 de maio de 1834.

Em 18 de dezembro de 1836 foi eleito deputado pelos seus patriotas, na legislatura de 1837 e 1838. Exerceu superiormente varios cargos electivos, entre estes o de presidente da camara.

Era intelligente e assaz illustrado. Escreveu, como já dissemos, a *Cartographia Açorica*, na qual, segundo bem diz o sr. José Candido da Silveira Avellar, «pozera em relevo o estado deploravel da administração publica do Archipelago, descrevendo o despotismo dos capitães generaes, da magistratura, dos governadores militares, do clero em fim!» Falleceu em 1 de fevereiro de 1875.

José Soares d'Albergaria, jorgense, filho do capitão-mór Ignacio Soares d'Albergaria, nasceu a 3 de fevereiro de 1805.

Em 1825 alistou-se como voluntario no posto de cadete, pertencendo no dia 22 de junho de 1828 ao bravo batalhão de caçadores 5. Tomou parte na batalha de 11 de agosto de 1829, e seguindo com a expedição liberal fez toda a campanha, tornando-se notavel no reconhecimento de Vallongo e na acção de Ponte Ferreira. 22 e 23 de julho de 1832, pelo que foi feito cavalleiro da Torre e Espada. Em 18 de março de 1834 foi ferido na batalha de Almoester, continuando, apesar de ferido, a commandar a sua companhia, sendo nomeado cavalleiro da ordem militar da Conceição.

Em 1858 reformou-se em tenente-coronel. Era cavalleiro fidalgo da casa real e da ordem de S. Bento de Aviz. Tinha a medalha de ouro de valor militar, e a n.º 9 das campanhas da liberdade. Falleceu no dia em que completava 86 annos de idade.

Francisco Pereira de Lacerda Cabral, jorgense, era escrivão da camara das Velas desde 1812, quando foi preso conjunctamente com João Soares de Albergaria, em novembro de 1829, sendo condemnado, em S. Miguel, a um anno de prisão na praça de Elvas. Incorporou-se depois na companhia de que era capitão José Soares de Albergaria. Em 1840 foi nomeado escrivão da administração do concelho das Velas. Era assaz illustrado. Falleceu em 1859.

André José Apolinario, jorgense, nasceu em 14 de janeiro de 1810, e falleceu a 3 de novembro de 1891. Era condecorado com a medalha de Izabel a catholica de Hespanha, e tinha o grau de cavalleiro da Torre e Espada. Fez a campanha liberal.

Manuel Ignacio da Silveira, jorgense, foi um dos bravos que desembarcaram no Mindello, fazendo toda a campanha.

Miguel Teixeira Soares de Sousa, jorgense, tenente-coronel de milicias, era convicto liberal. Foi morto por um destacamento liberal, no dia 9 de maio de 1831. O conde de Villa Flôr, sentindo este fatal acontecimento, e para minorar na illustre familia o odioso que o facto lhe acarretava, nomeou para juiz e corregedor na ilha, ao capitão José Soares de Sousa, irmão do assassinado.

José de Sousa de Sequeira, jorgense, fez toda a campanha liberal, merecendo o grau de cavalleiro da Torre e Espada.

Mannel de Bettencourt, jorgense, foi soldado graneleiro, e fez a campanha liberal.

Jorge Machado da Silveira, jorgense, fez a campanha liberal, era cabo de veteranos.

Mannel Machado da Silveira Nevoeiro, jorgense, desembarcou nas praias do Mindello, fazendo algumas das campanhas liberaes. Era homem muito intelligente e ninguém melhor descrevia com enthusiasmo todas as circumstancias das differentes batalhas.

Antonio José da Fonseca, jorgense, foi um dos bravos que fez a campanha liberal.

Jorge Pereira Gato, jorgense, fez a campanha liberal, e era condecorado com a medalha da Torre e Espada.

Francisco Nunes d'Athayde, jorgense, fez a campanha liberal, recebendo o grau de cavalleiro da Torre e Espada, que muito respeitava, e quando assignava o seu nome, acrescentava sempre *cavalleiro da Torre e Espada*.

Os signatarios do auto da aclamação da rainha D. Maria II nas Velas, foram:

Joaquim José da Terra e Silveira, Antonio José Pereira da Silveira, André José da Silveira Bettencourt, Francisco Silveira Feno, Manuel José da Silveira, Jeronymo José de Lacerda Cabral, Domingos de Lages Armelim e Mendonça, João Antonio da Silveira, Antonio Homem Espinola, Manuel Victorino Amarante, Fr. João Baptista, Antonio Victorino Amarante, Antonio Furtado de Mendonça, João Machado da Silva, Antonio Silveira e Avila, Antonio Pedro da Silveira e Mesquita Junior, Nicolau Teixeira da Silveira, e Manuel Silveira de Sousa (Baptista).

Para este resumo referente á ilha de S. Jorge, seguimos o que escreveu o sr. José Candido da Silveira Avellar, no seu livro *Ilha de S. Jorge*, e no qual declara o seguinte:

«Outros houve em toda a ilha que mereciam recordar, porém, os já muitos annos passados fizeram perder da memoria os seus nomes, e ausente da patria,

sem poder consultar a tradição, difficil se torna dar uma rezenha apurada como seria para desejar.»

*

Os titulos concedidos a açoreanos pela rainha D. Maria II desde 1832 a 1837 foram:

1832 — Visconde de Bruges, a Theotónio d'Ornellas Avila Pais da Camara Noronha Ponce de Leão — Barão de Noronha, a Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão.

1836 — Barão da Fonte Bella, a Jacinto Ignacio Rodrigues da Silveira — Barão das Larangeiras, a Manuel de Medeiros Costa Canto e Albuquerque.

1837 — Barão do Ramalho, a Antonio da Fonseca Carvão Pais da Camara.

Titulos concedidos a continentaes com referencias a logares açoreanos, foram:

1832 — Duque da Terceira, ao conde de Villa Flôr. Este titulo com os de Visconde de Bruges e Barão de Noronha foram os primeiros concedidos, e unicos, em 1832.

1833 — Barão do Pico do Selleiro, a José Antonio da Silva Torres.

1834 — Marquez do Fayal, ao conde de Calhariz.

1835 — Marqueza de Ponta Delgada, a D. Leonor da Camara.

1836 — Barão do Cabo da Praia, a Manuel Joaquim de Menezes.

Liberaes que estiveram na ilha Terceira, e aos quaes foram concedidos titulos, desde 1833 a 1838:

1833 — Ao Marquez de Palmella, Duque de Palmella — A Condessa de Ficalho, Marqueza de Ficalho — Ao conde de Alva, Marquez de Santa Iria — A Bernardo de Sá Nogueira, Visconde de Sá Nogueira.

1834 — Ao Barão de Sá da Bandeira, Visconde de Sá da Bandeira — Ao Barão do Pico do Selleiro, Visconde da Serra do Pilar — A Henrique da Silva da Fonseca Cerveira Leite, Barão de Alcobaca.

1835 — Ao Conde de Bemposta, Marquez de Bemposta — A Luiz Francisco Soares de Mello da Silva Brayner Sousa Tavares

de Moura, Conde de Mello — A Joaquim de Sousa Quevedo Pizarro, Visconde de Roboredo — A Francisco de Paula d'Azevedo Teixeira, Visconde de Samodães — A Marianno Barroso de Sousa Gares Palha, Barão d'Almargem — A Francisco Xavier da Silva Pereira, Barão das Antas — A Pedro Antonio Machado Pinto de Sousa Canavarro, Barão de Arcoso — A Francisco da Gama Lobo Botelho, Barão de Argamassa — A José Lucio Travassos Valdez, Barão de Bomfim — A Antonio Pedro de Brito, Barão de Cacella — A Balthazar d'Almeida Pimentel, Barão de Campanhã — A Romão José Soares, Barão de Cacilhas — A Bento da Fonseca Pinto d'Oliveira, Barão da Fonte Nova — A José de Vasconcellos Bandedeira de Lemos, Barão de Leiria — A José Baptista da Silva Lopes, Barão de Monte Pedral — A Antonio Vicente Queiroz, Barão da Ponte de Santa Maria — A Francisco Saraiva da Costa Refoios, Barão de Ruivoz — A João Nepomuceno Machado, Barão de S. Cosme — A João Schwalback, Barão de Setubal — A Victorino José d'Almeida Serrão, Barão do Valle — A Luiz Pinto de Mendonça Arraies, Barão de Vallongo.

1836 — Ao Barão das Antas, Visconde das Antas — A José da Fonseca Gouveia, Barão de Losdello.

1838 — Ao Visconde das Antas, Conde das Antas — Ao Barão de Bomfim, Conde de Bomfim — A Manuel José Mendes, Barão do Candal.

Ministros e secretarios de Estado — Os terceirenses, Manuel Ignacio Martins Pamplona, conde de Suberra — Conde da Povoá — Theotónio de Ornellas Bruges Avila Pais da Camara Ponce de Leão, 1.º conde da Praia da Victoria — Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, barão de Noronha — Alexandre Martins Pamplona Côrte Real — José Maria de Moraes Rego, general de brigada — Francisco Maria da Cunha, general de brigada — Conselheiro Jacinto Candido da Silva.

*

Alem dos officiaes militares a que nos temos referido, ha mais a archivar, respeitante ao districto de Angra, os nomes seguintes, que na sua maioria estão presentemente no serviço activo nos diversos corpos do exercito.

Generaes de Brigada — Francisco Maria da Cunha, reformados, Augusto Cezar da Silva Sieuve, Theotónio Maria Coelho Borges (fallecido), Antonio Maria Silvano.

Coroneis — João Aurelio de Bettencourt (fallecido), Elias José Ribeiro Junior, Frederico Leite Teixeira de Sampaio, reformado, Manuel José Coelho Borges (fallecido).

Tenentes-Coroneis — Antonio Bello d'Almeida, engenheiro, Estacio Garcia d'Ultra, João da Rocha Ribeiro, reformado.

Majores — Manuel Rodrigues da Silveira Maciel, Vicente Augusto de Vasconcellos, Arnaldo José, e José Victorino Soares (fallecidos), Roberto Luiz Borges da Costa, reformado, Boaventura Bernardino Homem de Noronha, Francisco Ludovino Homem da Costa Noronha, e Elias José Ribeiro (fallecidos), Jacinto dos Reis, reformado, Ezequiel Benigno Vasconcellos, e Accurcio Garcia Ramos, cirurgião-mór (fallecidos).

Capitães — José Corrêa de Mendonça, José de Sousa da Rosa Junior e Francisco de Paula, de artilharia, Antonio Pinheiro Silvano, 1.º tenente da armada, Manuel Sieuve de Menezes Zagallo Nogueira, medico, Luiz da Silva Alves, administração militar, Antonio Augusto Teixeira, capellão, Augusto Hedwiges de Moraes Pereira Sarmiento (fallecido), Francisco Borges de Menezes, reformado, Eduardo Augusto Perfelim, Augusto Silvano Cardoso, Emygêno Lino da Silva Junior, Antonio Francisco Martins, Antonio Verissimo de Sousa, Antonio Pamplona Corte Real, Antonio Sebastião Borges da Costa, Feliciano do Nascimento Pinto, Francisco Augusto da Costa Martins, Francisco Gomes, Francisco Ignacio Pimentel Junior, Francisco Ludovino de Noronha, Germano Augusto da Silveira, João Borges Alpoim do Canto, José Francisco da Silveira Junior, José de Sousa da Fonseca Ornellas, Nicolau Reis, Theotônio Moniz Barreto do Couto, Theotônio Octavio d'Ornellas Bruges, Thomaz Soares Luiz (fallecido), Verissimo José de Andrade, Viriato Ribeiro de Lemos.

Tenentes — Fernando Vieira de Mattos e Ruben Auber Tavares de Mello, 2.º tenentes da armada, Alexandre Martins Pamplona Ramos, tenente medico de reserva, Francisco dos Reis, José Antonio Ayró, Francisco Henrique Xavier Pereira, Jacinto dos Reis Fisher, Manuel Augusto d'Ávila, Antonio Ernesto Borges, Carlos Mendes, Francisco José d'Oliveira, Jayme Vaz, João Maria Pereira da Silva, Joaquim Severino Machado Avellar, Manuel Caetano, Manuel Joaquim Pereira da Costa, Pedro de Paula Pinheiro Machado, Vergilio Henriques Soares Varela.

Alferes — João Sieuve Seguiet Camello Borges (fallecido), Manuel Pacheco, Eduardo Gomes da Silva, Guilherme da Silva Quintanilha, João Alvaro dos Santos Silvano, João de Sousa Eiró,

Luiz Lopes Ramos da Silva, Manuel Ferraz de Menezes, Theotônio Carlos Martins, Anthero Homem de Noronha, Antonio Maria Maciel, Antonio da Silva Nogueira (fallecido), José Verissimo de Sousa, Julio Maria Silvano Junior, Francisco Corvello d'Oliveira, e Militão Moniz Pamplona, alferes de infantaria de reserva.

A adicionar á lista dos terceirenses illustres, temos, na geração que se seguiu aos heroes da liberdade, de archivar os nomes de dois vultos de primeira grandeza, verdadeiros benemeritos, cuja perda é ainda hoje geralmente sentida.

Alem destes temos mais o nome de um terceirenses, militar distincto, que foi um dos heroes da Africa, e o de um continental, cuja saudosa memoria a ilha Terceira muito estremece, pelos inolvidaveis serviços a ella prestados. Os seus nomes são :

Jacome de Bruges Ornellas Avila Palm da Camara Ponce de Leão Homem da Costa Noronha Borges de Sousa e Saavedra, segundo visconde de Bruges, segundo conde da Praia da Victoria, fidalgo cavalleiro da casa real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da de Christo, official da Academia de França, grã-cruz da ordem de Francisco José, da Austria, antigo deputado da nação, antigo governador civil, nasceu no palacio de Santa Luzia, solar da sua familia, nesta cidade de Angra do Heroísmo, aos 14 de dezembro de 1833. Era filho primogenito do illustre caudilho da liberdade, o morgado Theotônio de Ornellas, e da sua primeira consorte D. Elvira Monteiro Esmeraldo, filha do consul que foi de Portugal nos Estados Unidos, Joaquim Monteiro, e irmã da baroneza de Palença, embaixatriz que foi da Russia em Lisboa, pertencente á illustre familia dos Esmeraldos na ilha da Madeira, e nascida em New York.

Casou o 2.º conde da Praia da Victoria com D. Maria Ignacia Pacheco de Mello Menezes Forjaz Sarmiento de Lacerda, dama terciarense, illustre filha do morgado João Pereira Forjaz Sarmiento de Lacerda e de D. Maria José Pacheco de Mello, da casa dos Pa-

checos de Mello e Sá Menezes, da Terceira, ligada a muitas das principaes familias do reino.

D'este consorcio houve tres filhos, Theotónio Octavio d'Ornellas Bruges, capitão do exercito, e ultimamente nomeado par do Reino; Jacome de Bruges, escrivão de fazenda; e João d'Ornellas Bruges, 1.º official da alfandega de Lourenço Marques.

É longa a lista dos serviços relevantes prestados a este districto e ao de Ponta Delgada, pelo 2.º conde da Praia da Victoria. Examinem-se attentamente os archivos do governo civil d'estes dois districtos, consultem-se as varias collecções de jornaes do seu tempo, leiam-se os jornaes açoreanos, continentaes e estrangeiros, que a elle se referiram depois da sua prematura morte, que bem se avaliará das benemerencias do illustre extincto.

A caridade açoreana deve-lhe a existencia do asylo de mendicidade *D. Pedro v*, na Villa da Praia da Victoria, e o asylo de mendicidade, em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel. Como deputado, em varias legislaturas, tiveram sempre os açoreanos um incançavel advogado.

Chefe prestigioso do partido progressista terceirense, a sua morte deixou no partido um vacuo, que não mais foi preenchido.

Herdeiro das nobilissimas tradições da sua familia, soube mantel-as condignamente, como cumpria a um fidalgo devotadamente patriota, de esclarecida iniciativa, de acção energica, de primorosa educação, e de inexcedivel affabilidade, possuindo o segredo de saber conquistar corações.

José Maria Sieuve de Menezes, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, antigo administrador do concelho de Angra do Heroismo, antigo deputado da nação, em varias legislaturas, moço fidalgo com exercicio no paço, cavalleiro de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e commendador da mesma ordem, primeiro visconde e primeiro conde de Sieuve de Menezes, par do reino, era filho do morgado João Sieuve de Seguiet Camello Borges e de sua segunda consorte D. Gertrudes Sieuve de Menezes Lemos e Carvalho. Nasceu nesta cidade aos 20 de novembro de 1826 onde falleceu aos 4 de novembro de 1893.

Foi um dos filhos mais prestimosos e distinctos da ilha Terceira, e que muito concorreu com a sua auctoridade, prestigio e influencia para o desenvolvimento e prosperidades da terra que teve a ventura de lhe ser berço.

Patriota devotado, liberal convicto, não duvidou reagir com os proprios amigos politicos, com o proprio governo, saído do seu partido, quando se tratava dos interesses directos da sua estremecida ilha Terceira. Reagia, e conseguia obter o que tinha por recto e justo.

A morte do conde de Sieuve de Menezes, foi, incontestavelmente, como a do conde da Praia da Victoria, uma perda irreparavel para a politica de todo o districto, porque como elles, só elles proprios.

Não cabe nesta nota biographica relatar os altos serviços deste eminente vulto, mas leiam-se os jornaes compulsem-se tambem os archivos do governo civil e da camara municipal, indague-se dos diarios das camaras dos pares e deputados, que todos existem nelle mencionados.

O illustre conde de Sieuve era casado com sua respeitabilissima prima, a ex.^{ma} sr.^a D. Anna Raimunda Martins P amplona, condessa de Sieuve de Menezes, que reside nesta cidade de Angra do Heroismo. Deste consorcio houve dois filhos, o actual governador civil do districto o ex.^{mo} Raymundo de Sieuve de Menezes, segundo conde de Sieuve de Menezes, casado com a ex.^{ma} sr.^a D. Genoveva de Bettencourt Vasconcellos e Lemos, condessa de Sieuve Genoveva, e a ex.^{ma} sr.^a D. Maria Sieuve de Menezes, condessa do Rego Botelho, casada com o ex.^{mo} sr. Antonio do Rego Botelho de Faria, primeiro conde do Rego Botelho.

Theotónio Maria Coelho Borges, terceirense, general de divisão reformado, era filho de Francisco Manuel Coelho Borges, e falleceu em Lisboa.

Foram importantes os seus serviços na Africa Occidental, sendo promovido ao posto de major e agraciado com a Cruz da Torre e Espada, por honroso feito praticado. O seu nome pode bem figurar entre os dos heroes de Africa. Foi uma das principaes victimas politicas das pavorosas do fallecido e eminente estadista Fontes Pereira de Mello, e isto pela devotada amisade que o illustre official dedicava ao duque de Saldanha e ao conde de Peniche. Porém, Coelho Borges, saiu sempre illeso dos conselhos de guerra, que lhe foram promovidos por injusta perseguição.

José Silvestre Ribeiro, natural de Idanha a Nova, filho de Antonio Nunes Ribeiro e D. Josepha Pereira da Silva, nasceu a 31 de dezembro de 1807, e falleceu, em Lisboa, a 9 de março de 1891. Como liberal alistou-se em 1826 no batalhão academico, tendo mais tarde de emigrar, sendo um dos aquartelados do *Barracão de Plymouth*.

Embarçou em Belle Isle, como voluntario academico, vindo com D. Pedro para os Açores, fazendo depois parte do exercito dos bravos que desembarcaram no Mindello, havendo-se sempre com valentia em toda a campanha, recebendo o grau de cavalleiro da Torre e Espada, depois da defesa da Serra do Pilar.

Sem espaço para referirmos os altos serviços prestados ao paiz,

á historia e litteratura patrias, por Silvestre Ribeiro, até 1839, em que veio para a ilha Terceira, e depois que d'esta ilha saiu, pois estão todos descriptos em varias biographias de tão prestante cidadão, e bem alto os proclamam as suas obras, limitamo-nos ao que nos diz respeito.

A reconstrucção do caes da alfandega d'Angra deve-se á sua actividade, e bem assim o estabelecimento das repartições publicas no paço angréense, e importantes melhoramentos em varias egrejas e estradas, e a construcção do caes da Figueirinha, e a da egreja da Serreta.

Todos os ramos de serviço publico mereceram ao benemerito José Silvestre Ribeiro particulares cuidados, mas onde a sua grande actividade, energia, força de vontade e iniciativa se tornaram admiraveis, sublimes, foi na occasião do horrivel terramoto que arrazou a Villa da Praia da Victoria, em 1841. D'um montão de ruinas conseguiu José Silvestre Ribeiro edificar a actual e bella Villa, que hoje possui a ilha Terceira. O que elle então fez para conseguir um tão brilhante resultado, está descripto e documentado em varias publicações, que são do dominio publico.

Em 31 de dezembro de 1879, como prova de elevada gratidão, foi inaugurado na Villa da Praia da Victoria um monumento, para perpetuar a memoria do varão insigne, do cidadão notabilissimo, e benemerito conselheiro de estado extraordinario, José Silvestre Ribeiro.

XLI

Relatados resumidamente os acontecimentos mais importantes da época liberal, de que foi theatro a ilha Terceira, sendo restaurado o throno portuguez para a sua legitima soberana a Senhora D. Maria II, sigamos o que se refere aos egregios monarchas da dynastia liberal, e succedido nesta mesma ilha.

El-Rei o Senhor D. Pedro IV — Falleceu a 24 de setembro de 1834. A noticia da inesperada morte do heroe da liberdade portugueza, o immortal rei soldado, veio ferir profundamente o coração dos terceirenses, que muito o estremeciam e idolatravam.

Realisaram-se sollemnes exequias na cathedral e em varias outras egrejas da ilha, trajando todos rigoroso luto.

Durante muitos annos, até á extincção da 10.^a divisão militar dos Açores, no dia do anniversario do passamento do Duque de Bragança, celebrava-se, na real capella do Collegio, uma missa, a que assistiam as auctoridades civis e militares, o senado angréense,

titulares, corpo consular, corporações e associações, funcionarios publicos, a força da guarnição e companhia de reformados.

O primeiro monumento, levantado em terras portuguezas a D. Pedro IV, foi na ilha Terceira, aos 3 de março de 1845, na praça do antigo castello de S. Luiz, depois castello de S. Christovam.

A pedra inaugural d'aquelle monumento, que foi a pedra, em que primeiro collocou os pés o immortalizador da Carta Constitucional, ao desembarcar nesta ilha, aos 3 de março de 1832, foi conduzida respeitosa-mente em numeroso cortejo civico até á praça do castello.

Neste acto solemne, a que assistiram milhares de pessoas, foram pronunciados brilhantes, patrioticos e arrebatadores discursos. A descripção minuciosa de tudo o que se passou neste imponente acto, e do que se disse, está publicada no *Angrense* d'aquelle anno, e recitada no mesmo jornal, a 3 de março de 1903.

A Rainha a Senhora D. Maria II —

A noticia da morte da rainha bem amada dos tercei-rensens, succedida em 15 de novembro de 1853, foi dolorosamente recebida nesta ilha a 26 do mesmo mez.

Realizaram-se todos os actos de pranto e dôr, que era uso terem logar.

No dia 3 de dezembro houve a quebra de escudos

com todo o apparato funebre, proprio d'estes actos. Presidia ao municipio angrense o vice-presidente, o fallecido liberal Frederico Ferreira Campos, e os escudos foram quebrados: o primeiro no *Largo Vinte e Dois de Junho*, pelo vereador Antonio José Vieira Rodrigues Fartura Junior, o segundo, no *Largo Onze de Agosto*, pelo vereador o dr. José Augusto Nogueira Sampaio, o terceiro, na *Praça da Restauração*, pelo vereador Aniceto Antonio dos Santos.

Celebraram-se solemnes exequias na Cathedral, orando o deão Narciso Antonio da Fonseca; na igreja do Livramento, orando o padre Francisco Rogério da Costa; e na matriz da Villa da Praia da Victoria e de S. Sebastião.

El-Rei o Senhor D. Pedro V — Foi aclamado solememente na cidade de Angra do Heroismo aos 30 de setembro de 1855, realizando-se todos os actos demonstrativos de regosijo publico.

Quando a morte arrebatou, aos 17 de julho de 1859, a virtuosa esposa d'este magnanimo monarcha, a rainha D. Estephania, veiu uma tão fatal noticia echoar tristemente, doridamente, no coração de todos os terceirensens.

Depois rejubilando de contentamente ao terem conhecimento de todos os actos sublimemente heroicos, humanitarios, civilisadores e patrioticos do Senhor D. Pedro V, faziam os terceirensens votos para que a

Providencia dilatasse por muitos annos a vida preciosa do esperançoso monarcha.

No meio, porém, de tantas esperanças e ardentes votos, é recebida na ilha Terceira a infausta noticia de que o desditoso monarcha tinha fallecido no Paço das Necessidades, aos 11 de novembro de 1861, e de que a desventura havia descido sobre a familia real portugueza, victimando os principes D. Fernando e D. João, e lançado no leito, gravemente enfermo, o principe D. Augusto. As demonstrações de sentimento na ilha Terceira pela morte de el-rei foram:

A quebra de escudos reaes, com o triste e luctuoso apparatus d'estas solemnidades. Foi a ultima quebra de escudos, que se realizou em Angra.

Os paços do concelho estavam forrados de pesado lucto, e pelas 11 horas da manhã saiu d'elles o prestito pela forma seguinte:

Na frente iam dois zeladores da camara, e entre elles um empregado municipal com a sacca preta, em que deviam ser arrecadados os fragmentos dos escudos quebrados: seguiam-se na devida ordem todas as corporações, associações, funcionarios, dignidades, auctoridades, etc.

Os vereadores trajavam capas, chapéus desabados e fumos caídos, e empunhavam varas pretas. Na frente da camara ia a cavallo o vereador Antonio Sieuve Camello Borges, levando a bandeira do municipio coberta de crepe.

O general commandante da 10.^a divisão militar, estado maior e mais officialidade, antecedia toda a tropa em disponibilidade, que fechava o prestito.

Os logares destinados para o quebramento de escudos foram: 1.^o *Largo Vinte e Dois de Junho*, 2.^o *Largo Onze de Agosto de 1829*, 3.^o *Praça da Restauração*. Os vereadores encarregados d'esta cerimonia foram: Luiz Antonio Parreira, Francisco Bettencourt Pereira e Mello, e Frederico Ferreira Campos.

No dia 20 mandou o secretario geral, Jacome de Bruges, servindo de governador civil, celebrar sollemnes exequias na cathedral.

Rico e apparatuso catafalco, estylo gothico, desenho do sr. Germano Cezar de Moraes Pereira Sarmento, estava erguido no meio do côro, chegando quasi ao tecto do magestoso templo, produzindo admiravel effeito pela multiplicidade dos lumes que o cercavam, pelo brillantismo das serpentinas e alampadas de prata, que sustentavam os mesmos lumes, fazendo realçar o brilho dos ricos galões de ouro e prata, que guarneciam os velludos.

Sobre o ataude repousava a corôa real coberta de crepe, bem como o escudo com as armas reaes e a bandeira portugueza. A unica inscripção, que nelle se lia, era o nome de *D. Pedro V*.

Celebrou de Pontifical o bispo D. Fr. Estevam, orou o deão Narciso Antonio da Fonseca.

Na Villa da Praia da Victoria, a cerimonia do

quebramento de escudos teve lugar no dia 20, e as exequias no dia 21, recitando a oração fúnebre o vigário Antonio Joaquim Borges.

Na parochial da Conceição, em Angra, houve também exequias, orando o conego honorario Francisco Rogerio da Costa, e em todas as parochias e igrejas das casas de caridade se celebraram missas, suffragando a alma do desditoso monarcha.

Em deputação ao paço, em Lisboa, foram os terceirenses José Maria Sieuve de Menezes, Manuel Homem de Noronha, Antonio Severino de Avellar e Luiz Meyrelles do Canto Merens de Tavora, apresentar ao senhor D. Luiz a seguinte mensagem da associação commercial de Angra do Heroismo:

«SENHOR — Tres acontecimentos bem dolorosos, a morte infausta de dois Infantes esperançosos, e a do Rei Querido dos portuguezes, o nunca assaz chorado Monarcha o Senhor D. Pedro », acabão de mergulhar a Familia Real na mais viva dôr e a Nação Portuguezá na mais sincera afflicção.

«O Príncipe que era admiração da Europa, e que tinha entre todos os portuguezes sympathias legitimas pelas virtudes que particular e officialmente demonstrou sempre, o Príncipe que foi o cultor de todos os progressos, o protector de todos os commetimentos uteis, o apostolo e mantenedor das leis constitucionaes que havia jurado, desceu inesperadamente ao tumulo de Seus Maiores, entregando-lhe a corôa que sua fronte cingia com tanto applauso do seu povo.

«A Associação Commercial da cidade de Angra do Heroismo, por meio da sua direcção vem por isso juntar sua voz pezarosa á de tantas corporações, que tem acompanhado a Vossa Magestade na Sua vivissima dôr, e pedir-lhe haja de acolher com benevolencia os seus sentidos pezames e a expressão do seu muito profundo respeito.

«Consinta Vossa Magestade igualmente, que esta Associação aproveite tão dolorosa oportunidade para ao mesmo tempo annuar

a elevação de Vossa Magestade ao Throno Constitucional do Senhor D. Pedro IV, e a patentear a Vossa Magestade a esperanza que acompanha todos os portuguezes de continuarem neste reinado a ver a Nação caminhar na estrada dos progressos uteis, e a liberdade das instituições aprefeiçoada no interesse do povo, no bom regimen da sociedade.

«Deus prolongue por dilatados annos a preciosa existencia de Vossa Magestade e a dos Principes da Casa de Bragança, como a todos os portuguezes é mister:

«Associação Commercial de Angra do Heroismo, dezeseite de Janeiro de mil oitocentos e sessenta e dois.—Presidente Antonio da Silva Baptista = Joaquim José Marques Guimarães = Jacinto Cândido da Silva = Silverio Severino d'Avellar = Manuel Ignacio Cardoso = Manuel Joaquim dos Reys = André F. Meyrelles do Canto e Castro, secretario.

El-Rei o Senhor D. Luiz I — Um dos acontecimentos mais assignalados, que a historia terceirense regista jubilosamente, é o da honrosa visita do saudoso monarcha, o Senhor D. Luiz I, quando infante, á ilha Terceira.

Era sua alteza um dos filhos da rainha dilecta dos terceirenses, a Senhora D. Maria I, e a sua visita, devia occasionar, como occasionou, geral alvoroço e delirante enthusiasmo.

Teve ella logar no dia 31 de outubro de 1858, coincidindo este dia, com o anniversario natalicio do serenissimo infante.

A descripção d'esta visita, escripta por Felix José da Costa, está publicada em um folheto com o titulo — *Noticiario da honrosa visita de Sua Alteza Sereñissima o Senhor Infante D. Luiz, Duque do Porto, á ilha Terceira.*

Fei o Senhor D. Luiz acclamado rei de Portugal

e seus dominios, na cidade de Angra do Heroismo, aos 29 de janeiro de 1862.

Este acto teve logar com toda a pompa e solemnidade. Á noite realizaram-se brilhantes e sumptuosas illuminações, a que tocaram a banda regimental e phylarmonicas.

A noticia do consorcio do Senhor D. Luiz 1 com a Senhora D. Maria Pia de Saboya foi jubilosamente recebida nesta ilha.

A terra, que havia sido o baluarte da liberdade portugueza, applaudiu fervorosamente o auspicioso enlace do neto do immortal D. Pedro IV, o libertador dos portuguezes, com a Excelsa Filha do grande Victor Manuel, o libertador dos italianos.

O jornal o *Angrense*, ao congratular-se por tão assignalada união, escreveu em 27 de novembro de 1862: «Não podemos deixar de a considerar auspiciosa e bem vinda, é que D. Luiz era digno de tão grande alliança, como Pedro IV era digno de Victor Manuel, como os italianos mereciam os portuguezes, como Garibaldi, o homem de todo o mundo, é digno da humanidade.

«O Senhor D. Luiz 1, rei querido dos portuguezes, e a Senhora D. Maria Pia, Rainha desejada dos liberees, têm o seu verdadeiro throno no coração dos seus subditos; a sua união tão esperançosa, e tão freneticamente applaudida symbolisa uma união de crenças e de virtudes, de principios e de tradições: o seu

consorcio, como tem sido predicto e proclamado por mais de mil boccas, assignala uma época de ventura para o rei, de gloria e prosperidade para Portugal».

Era assim, que, em nome da grande familia liberal terceirense, se expressava o jornal mais importante de Angra do Heroismo, e Angra adornava-se de galas para festejar o regio enlace.

A camara de Angra sempre á frente de todos os movimentos patrioticos, sempre nobre, promoveu no dia 27 de novembro um solemne *Te-Deum*, na Sé Cathedral, pelas 11 horas da manhã, a que concorreu tudo o que a ilha Terceira tinha de mais importante em todas as classes sociaes; no dia 28 uma brilhante illuminação, na Praça da Restauração, e no dia 29 distribuição de abundantes esmolos aos pobres, na rua da Sé.

Durante estes tres dias festivos, ao toque da alvorada, a banda militar percorreu as ruas da cidade, embandeiraram-se as casas consulares, fortalezas, monumento de D. Pedro IV, municipio e Praça da Restauração. O adro e o portico da cathedral estavam lindamente decorados, com flores, verdura, bandeiras, tropheos e estatuas.

Na capella mór elevava-se um throno com os retratos do Senhor D. Luiz e da Senhora D. Maria Pia, e a igreja foi sumptuosamente adornada.

A frente do edificio do Asylo de Infancia Desvalida esteve embandeirada durante os tres dias, e na

janella central viam-se em elegante tropheo as bandeiras portugueza e italiana.

Nestes tres dias salvou sempre o castello de S. João Baptista, e a iluminação da cidade foi geral.

Depois do *Te-Deum*, no dia 27, subiu á tribuna sagrada o rev.^{do} conego José da Fonseca Abreu Castello Branco, o grande orador das exequias, em Lisboa, do immortal Cavour. O seu discurso foi arrebatador pela eloquencia e pela doutrina.

Á noite o governador civil, Jacome de Bruges, filho primogenito do inolvidavel Theotónio de Ornellas Bruges Avila, deu nas salas do Paço Real de Angra, um sumptuoso baile, onde estiveram mais de seiscentas pessoas.

No dia 28, como o tempo não permittisse a realização da regata, que estava projectada, houve a diversão de tiro ao alvo no campo do Relvão, sendo estabelecidos premios.

O visconde de Bruges offereceu um abundante jantar ás creanças do asylo. Foi um dia de festa para os jovens asylados, que cantaram o *hymno do trabalho*, e saudaram com entusiasticos vivas as magestades.

A iluminação na Praça da Restauração, onde se levantou em madeira a fachada do actual paço, que se tratava de construir, esteve brilhante. Tocaram a banda regimental e *Harmonica Terceirense*. A concurrencia calculou-se em sete mil pessoas.

No dia 29, o acto da benção e distribuição de mais de mil esmolos aos pobres foi concorridissimo.

As janellas da rua da Sé estavam repletas de damas e adornadas de lindissimas colchas.

Á noite houve recita de gala no *Theatro Angrense*, pela companhia *Dramatica Lisbonense*.

O theatro estava galharda e luxuosamente adornado. Por entre coróas de louro viam-se escriptas as datas mais notaveis da historia portugueza, e entre estas as do nascimento de Carlos Alberto e a da sua chegada ao Porto, as do nascimento de Victor Manuel e da sua aclamação, e a do nascimento da rainha a Senhora D. Maria Pia.

Na tribuna real, guarneçada de tres grandes espelhos, paredes prateadas, chão alcatifado, rico repositeiro, cortinas de setim azul e branco, guarneçadas de galão e cachos d'ouro, estavam os retratos de Suas Magestades, sobre duas bellissimas almofadas vermelhas, ricamente bordadas a branco; o tecto era azul celeste estrellado a prata. Lindas placas douradas, faziam realçar com os seus lumes este rico conjuncto.

As cortinas da tribuna foram abertas pelo visconde de Bruges, a convite da direcção do theatro, não só na qualidade de digno par do reino e um dos primeiros heroes das liberdades patrias, mas tambem como presidente da camara municipal.

Quando se abriu a tribuna real, rompeu o hymno nacional, e o governador civil levantou vivas a El-Rei,

á Rainha e á Carta Constitucional, os quaes foram entusiasticamente correspondidos. Em seguida o distincto e laureado auctor e actor Mendes Leal (Antonio) recitou uma patriotica poesia, intitulada *Viva El-Rei! Viva a Rainha!* que escrevera para este acto solemne.

Fica assim archivado nesta memoria o resumo das imponentes festas, que se realisaram na ilha Terceira, por occasião do casamento do Senhor D. Luiz com a virtuosa Rainha a Senhora D. Maria Pia de Saboya, e ao mesmo tempo archivamos tambem mais uma prova do amor que os terceirenses consagram aos reis liberaes descendentes e legitimos representantes da não menos virtuosa Rainha a Senhora D. Maria n.

O cabido da Sé de Angra dirigiu a El-rei a seguinte felicitação :

«SENHOR — O cabido da Sé de Angra do Heroismo, summamente dedicado á dynastia da Real Casa de Bragança, e possuido dos sentimentos de adhesão ao throno e amor á liberdade, que sempre caracterisaram os habitantes d'esta leal cidade, recebeu com extraordinario jubilo a noticia da realisação do consorcio de Vossa Magestade, com a Augusta princeza, Filha do Nobre Libertador do povo italiano, e neta do Generoso Martyr da independencia da sua patria.

«Neste facto vemos todos um penhor, não só da felicidade domestica de Vossa Magestade, mas tambem da manutenção da liberdade, pela qual tantos esforços precisaram fazer os filhos d'esta terra, que foram collocar no throno portuguez a primeira Rainha Constitucional.

«Digne-se Vossa Magestade receber com benevolencia a nossa cordeal felicitação por tão fausto acontecimento. E sempre reconhecidos para com Sua Magestade a Rainha D. Maria III, que se dignou vir dar novo esplendor á nossa patria, elevaremos ao Ceu um cantico de louvor e uma fervorosa oração, implorando do Eterno todas as graças para Vossas Magestades.

«Deus guarde as Augustas Pessoas de Vossas Magestades, como todos os fieis portuguezes desejam. = O deão *Narciso Antonio*

da Fonseca = O thesoureiro-mór *José Prudencio Telles de Bettencourt* = O conego *Antonio José Ferreira de Sousa* = O conego *João Ignacio da Rocha* = O conego *José Machado Evangelho* = O conego *Francisco Gonçalves dos Santos* = O conego *José da Fonseca Abreu Castello Branco* = O conego *João Albertino da Silva Pereira* = O conego *Joaquim Alves Matheus.*

É este um importante documento que honrou sobremodo o cabido da Sé de Angra, e comprovou os elevados sentimentos patrioticos dos illustrados sacerdotes que o compunham, o seu amor pela liberdade, e a sua independencia de character.

Todos os signatarios d'este importante documento, que muito folgamos em ter encontrado nas nossas pesquisas, já a morte os arrebatou, mas constituiam um grupo de sacerdotes respeitaveis pelo seu talento, illustração, dignidade e representação. Ainda os conhecemos todos e podêmos avaliar a sua importancia, influencia e respeitabilidade ⁴.

No dia 19 de outubro de 1889 enlutava-se a nação portugueza pela prematura morte do seu muito amado rei o Senhor D. Luiz, e pelo *Funchal*, era recebida na ilha Terceira tão dolorosa noticia.

A imprensa angrense, fiel interprete do sentir dos terceirenses, publicou enluctados numeros, noticiando

⁴ O cabido da Sé de Angra, em 1831 e 1862, não duvidava em proclamar bem alto e publicamente os seus sentimentos liberaes; o cabido da mesma Sé, composto d'outros sacerdotes, sendo convidado para as festas liberaes de 1902, não se dignou comparecer.

tão infausto successo, enaltecendo as virtudes, civismo, amôr patrio e elevada illustração do chorado monarcha constitucional, cujo reinado todo de paz, foi um reinado modelo, reinado todo de trabalho, de progresso material e moral, pelo desenvolvimento das artes e industrias, pela importancia dos melhoramentos realizados, pelo desenvolvimento da instrucção e economia publica.

Se mais nada existisse entre o muito que existe, para se avaliar bem o elevado amôr que o Senhor D. Luiz dedicava á sua patria, era o bastante a seguinte carta dirigida ao duque de Loulé, que transcrevemos, para honrar e nobilitar esta modesta memoria.

«Paço de Mafra, 26 de setembro de 1869. — Meu caro duque — Constando-me que alguns jornaes tem asseverado, que em virtude de combinações ultimamente feitas em Paris, eu abdicaria em meu filho a corôa de Portugal, sob a regencia de meu augusto pai, acceitando a de Hespanha, e não desejando que tão infundado boato tome incremento, e se me attribuam, em assumpto de tanta gravidade, intenções que estão longe do meu animo, venho pedir-lhe, meu caro duque, que faça com a maior brevidade desmentir semelhante noticia.

«Se a Providencia tem reservado dias de dolorosa provação á minha patria, espero, confiado no amôr do pai e na aliança sincera da liberdade com o throno, poder resistir a essas temerarias eventualidades.

«O meu posto de honra é ao lado da nação. Hei de cumprir os deveres, que o amôr das instituições e a lealdade á patria me impõem.

«Nasci portuguez, portuguez quero morrer. — Seu affeição-
do — Luiz.

As exequias que na sé cathedral se realisaram, em 28 de setembro de 1889, sendo governador civil

o fallecido visconde das Mercês, foram um acto solemnisimo, e uma imponente manifestação de respeito á memoria do tão illustrado e popular Rei.

A eça levantada junto do cruzeiro era elegante, magestosa e illuminada por grande numero de cirios, que ardiam em serpentinas de prata. O templo estava adornado com rigoroso lucto.

Na vespera á noite realisaram-se matinas presididas pelo deão dr. Castello Branco. A musica do invitelorio e dos responsorios era de David Peres.

No dia as laudes foram presididas pelo rev.^{do} mestre eschola, e a missa cantada pelo rev.^{do} deão. Toda a musica foi cantada com acompanhamento de orgão e instrumental. A oração funebre foi recitada pelo rev.^{do} desembargador monsenhor Antonio Marianno de Sousa, que apresentou um discurso á altura do assumpto, exaltando as virtudes civicas e christãs do fallecido monarcha, e demonstrando que essas virtudes concorreram poderosamente para que Portugal, durante 27 annos, emquanto as demais nações eram perturbadas por discordias civis, ou guerras com estrangeiros, mantivesse com todas ellas amigaveis relações, e gozasse tranquillo dos beneficios da paz, sem a qual não pode haver progresso, liberdade, ordem e civilisação.

A concorrência a estes actos foi avultadissima, trajando todos rigoroso lucto.



XLII

Estamos chegados ao acontecimento assinalado para a historia açoreana, que nos levou a escrever esta memoria, é a honrosa visita dos Egregios Monarchas portuguezes á ilha Terceira.

Do que fizeram os heroes terceirenses, e os das ilhas que compõem o districto de Angra do Heroismo, quando o genio da nação portugueza era pelas conquistas, hemos escripto o sufficiente, para demonstrar que estas perolas oceanicas tiveram filhos distinctos, que compartilharam condignamente dos feitos altivos e nobres, então realisados, e que concorreram por maneira brilhante para o progresso e civilização da humanidade, em todas as partes do mundo, aonde chegára o nome portuguez.

No que respeita ás luctas titanicas em prol da independencia e da liberdade, que, nas escarpadas d'este rochedo heroico, tiveram de sustentar com bravura homérica os filhos d'estas ilhas açoreanas, sobejas foram as provas, que archivámos, demonstrando o seu patriotismo e a sua lealdade nunca desmentida.

O tumulto reclamou esses heroes, pleiade de ho-

mens notaveis, cujos nomes enriquecem as paginas da historia, e que, gravados nos marmores dos monumentos, que se erguem nas praças publicas, ou nos jazigos, illuminam com os lampejos dos seus heroicos feitos, por]forma tal, que tornam a sua memoria immorredoira.

Hoje que se não pode, nem se deve ter pensamentos de guerra, nem imaginar enramar as frentes com os loiros dos combates, loiros que os nossos maiores tanto se esforçaram para conservar virentes, continuando na gloriosa senda de novos triumphos, hoje que só nos deve ser estímulo a gloria pelo amôr ao trabalho, ao desenvolvimento industrial, ao progredir da sciencia, hoje que a nossa actividade deve ser empregada em commettimentos uteis, que o talento, impulsionado pelo mobil creador, tem nos seus vôos de aguia de se applicar só a produzir e a encaminhar os povos pela senda do progresso e da civilisação, concorrendo assim para o engrandecimento e prosperidades patrias, devemos, não obstante ser esta hoje a nossa missão, enaltecer sempre os nomes d'aquelles que batalharam, que se sacrificaram, que derramaram o seu sangue generoso, para que estejamos a gosar a paz que disfructamos á sombra da liberdade.

Os seus nomes estão gravados radiantemente no livro de oiro, onde figuram os martyres da humanidade; tenhamos esse bello livro sempre aberto ao nosso culto e veneração.

E se nós, os que ainda conhecemos muitos d'esses nobres caracteres, que opulentaram os seus nomes, inspirados no fogo sagrado do amôr da patria e da liberdade, somos os legitimos depositarios da grandiosa herança, que elles nos legaram, nós, que constituimos a geração, que lhes succedeu, saibamos demonstrar que, no meio do indifferentismo que tudo persegue e atrophia, tivémos a virtude de conservar sem macula a preciosa herança, para a entregarmos, tal qual a recebemos, á geração futura.

E por assim pensarmos, e ser este o nosso sentir, é que nos démos ao trabalho de investigar o que dizia respeito a muitos d'esses homens illustres, naturaes do districto de Angra do Heroismo, para que não ficassem só os seus nomes na historia, como na sua maioria até aqui se encontravam, completamente desacompanhados do que lhes dizia respeito.

Feito isto, e collocando os nomes d'estes heroes na devida distancia dos Egregios Monarchas da Serenissima Casa de Bragança, que constituem a dynastia liberal, e a que já prestámos respeitosa homenagem, vamos agora referir o que a ilha Terceira tem feito, como preito de veneração e amôr para com o Chefe da nação portugueza

El-Rei o Senhor D. Carlos I — A noticia de haver nascido, a 28 de setembro de 1863, o Príncipe herdeiro o Senhor D. Carlos, foi recebida com

alegria pelos terceirenses, realizando-se enthusias-ticas e festivaes demonstrações de regozijo publico.

Com igual jubilo foi recebida a noticia, a 10 de junho de 1886, do afortunado enlace do Magnanimo Principe com a Illustre Princeza a Senhora D. Maria Amelia d'Orleans, sendo considerados de grande gala, por alvará do governo civil, os dias 12, 13 e 14 do mez de junho, illuminando-se todos os edificios publicos e casas particulares, e salvando a fortaleza do castello de S. João Baptista.

A direcção da Associação Commercial de Angra offereceu nos tres dias jantares aos dois asylos, para commemorar tão auspicioso enlace.

O acto da acclamação do Senhor D. Carlos realizou-se com pompa festival.

Em conformidade com o decreto de 5 de dezembro de 1889, e alvará do governador civil de 27 do mesmo mez, foi destinado o dia 18 de janeiro de 1890 para a solemne acclamação do novo Monarcha.

Reuniram-se, a convite da municipalidade an-grense, nos paços do concelho, as autoridades civis, ecclesiastica e militar, titulares, dignitarios, officiaes da guarnição, corpo consular, corporações, associações, representantes da imprensa, e varios cidadãos, procedendo á solemne acclamação o presidente da camara, sr. Vital de Bettencourt Vasconcellos e Lemos.

Toda a força disponivel do regimento de caçadores n.º 10 prestou as devidas honras, postada em frente

do municipio. Salvou o castello de S. João Baptista, e junto do paço municipal foram lançadas ao ar giran-dolas de foguetes.

A camara, acompanhada por todas as pessoas que assistiram a este acto, dirigiu-se em seguida para a cathedral, onde se celebrou um solemne *Te-Deum*, com exposição do Sanctissimo Sacramento.

As festas realizaram-se, como da seguinte descri-ção, que, então, escrevemos e publicámos no sema-nario o *Industrial*.

«O PAÇO MUNICIPAL achava-se lindamente decorado para o acto da acclamação.

«Esteriormente, e ornando a janella do centro, via-se um fron-tão de madeira, representando no alto e por cima da cornija da ja-nella as armas portuguezas ladeadas pelas serpes da Casa de Bragança; debaixo da cornija um cortinado vermelho franjado, preso aos lados com elegancia por cordões e borlas; mais ao centro duas columnas, que formavam as janellas, em cujo parapeito uma inscripção rodeada de louros dizia — 28 de dezembro de 1889 — allu-dindo á data da acclamação do monarcha na capital do reino.

«Sobre as pontas do cortinado a um lado e outro erguiam-se dois tropheos com armas antigas e modernas, tendo cada uma duas bandeiras em aspa, em cujo cruzamento assentava um escudo por-tuguez, e por baixo d'este uma couraça encimada por um capacete.

«Dentro da janella pendiam airosamente duas outras cortinas, uma azul e outra branca, com bordados de ouro de maravilhoso ef-feito, sustidas aos lados por magnificos cordões de branco, azul e ouro, para deixarem ver mais ao fundo o retrato de El-Rei, que de-ria ser á noite illuminado por transparencia.

«No atrio do palacio figuravam dois tropheos; o da direita composto por uma peça de campanha com todo o seu material, e encoberto por bandeiras portuguezas; o da esquerda, pertencente aos bombeiros municipaes, com todos os aprestes que lhe são proprios, e encimado por uma bandeira azul e branca com as letras B. M.

«As escadas atapetadas eram adornadas por vasos com flôres e verdes, no chão ou sobre pedestaes.

«Sobre o patamar do primeiro lanço da escada impunha-se ou-tro tropheo, que merece especial menção pelas suas avantajadas di-

menções, pela elegancia e bom gosto da sua disposição; por isso vames descrevel-o.

«Ao fundo e tomando um largo espaço destacavam-se quatro grandes bandeiras portuguezas, graciosamente dispostas, rematando no alto com as armas portuguezas em um grande escudo. Inferiormente a este ostentava-se um outro de formato differente, bipartido com as côres nacionaes, sobre o qual descaçavam disportas com muito gosto, formando uma panoplia, varias espadas, adagas e punhaes de differentes épocas, e ao centro um lindo capasete dourado, tendo por cimeira as serpes de Bragança. Cercavam esta panoplia armas antigas, lanças, alabardas, etc. O resto do tropheo apresentava sobre um estrado de meio metro de altura, representando um reducto de cantaria. Na parte central posterior d'esta erguia-se um sarilho de armas, e na frente uma peça montada, tendo junto d'ella a competente pilha de balas: á direita todos os utensilios e amanhos de lavoura representavam a agricultura: á esquerda varios aparelhos e instrumentos symbolisavam o commercio e a industria.

«Dois veteranos da liberdade faziam guarda aos lados.

«No vestibulo superior, tambem adornado de flores e verdes, ostentava-se ainda um outro elegante tropheo, ali levantando pelas bombeiros voluntarios, de que Sua Magestade é protector, compondo-se d'uma bomba e todos os aprestes e utensilios adequados áquella prestante corporação.

«Este era guardado por dois bombeiros uniformisados.

«Tanto a bomba dos voluntarios, como a dos municipaes, estavam cheias e promptas a funcionar, prevenção tomada para o caso de serem necessarias na noute por occasião da illuminação.

«O salão nobre dos paços do concelho estava atapetado e ornado com gosto severo, como o exigia a solemnidade e imponentia do acto, a que estava destinado. A noite tudo se achava illuminado para ser visitado por quem quizesse assignar o respectivo auto, ou mesmo para os que desejassem visitar o palacio por simples curiosidade. E com effeito durante mais de duas horas tornou-se necessario estabelecer por meio de policias a maneira de entrada e saída, para evitar o atropelamento, tal era a affluencia de gente de todas as classes.

«Calculam-se por milhares as pessoas que alli concorreram nessa noute.

«A ILLUMINAÇÃO — O paço municipal d'Angra é um formoso edificio, de gosto moderno, majestoso e bem lançado; no entanto, de differentes illuminações, que ali se teem realizado, podemos assegurar, que foi a esta mais brilhante. Não nos move o espirito patrio, somente affirmamos a verdade: a illuminação exterior do paço municipal, na

noute de 18 do correntê poderá figurar bem em toda a parte. Sabemos até d'alguns estrangeiros, que a presenciaram, e asseguram, que, sem lisonja, fôra uma das cousas mais bellas, a que teem assistido naquelle genero.

«Uma vista tirada na manhã seguinte, pelo habil e intelligente photographe sr. Carlos Franco, nosso amigo, merece vêr-se, por dar a ideia perfeita da disposição dos lumes, mas o que não pode reproduzir-se é o effeito deslumbrante e harmonioso, que apresentava.

«Em cada uma das janellas superiores da fachada principal estavam dispostos 42 copos com lamparina e em cada uma das inferiores 34, sendo em cada janella metade azues e metade brancos, formando assim ao alto as côres nacionaes.

«Eram ao todo 792 copos.

«Em volta das janellas e portas, nos botaréos, nas cornijas, na platibanda, por toda a parte em fim, estavam distribuidos 1:700 lampiões de papel, sendo uns azues e brancos, e outros azues, brancos e vermelhos.

«Mas o que surprehedia a vista, o que estasiava, era a symetria, a boa ordem, a disposição intelligente, em que todos se achavam collocados.

«Confessamos, que nunca vimos cousa d'aquelle genero, que se lhe assimilhasse.

«Na janella do centro, que já descrevemos, destacava-se com bello effeito o retrato de El-Rei Senhor D. Carlos, illuminado por transparencia.

«No centro da praça da Restauração, contigua ao palacio, estava um bonito corêto, no qual tocava a banda de caçadores 10. A praça estava brilhantemente illuminada com os novos candieiros, que são de muita força.

«Depois que a banda de caçadores tocou o hymno da Carta, que é tambem o de Sua Magestade, alguns subditos alemães, que residem no *Hotel Central*, e que durante o dia tiveram içadas nas janellas as bandeiras portugueza e alemã, queimaram bonitos fogos de bengala, que produziram bello effeito.

«Illuminaram-se os edificios publicos, as egrejas da Sé, Concoição, Collegio e S. Francisco e muitas casas particulares.

«Durante a noite lançaram-se ao ar muitas girandolas de foguetes.

*

Dois acontecimentos importantissimos para os Açores tiveram logar no feliz reinado do Senhor D. Carlos: a ligação do Archipelago Açoreano ao continente pelo

telegrapho, e o decreto estabelecendo a autonomia administrativa de cada districto.

O primeiro, que nos fez entrar no convívio dos povos civilizados, que nos poz em instantanea comunicação com a Europa, e d'esta com todo o mundo, realizou-se a 27 de agosto de 1893; o segundo por decreto de 2 de março de 1895, sendo a auctorização para o districto de Angra por decreto de 6 de outubro de 1898, installando-se a junta geral em 2 de janeiro de 1899.

Sua Magestade El-Rei, collocando-se sempre á frente de tudo, quanto concorre para o progresso, civilização, e desenvolvimento da patria, que tanto preza e ama, de tudo quanto é tendente aos interesses e bem-estar do povo, que o admira e idolatra, quiz passar o primeiro telegramma, dignando-se ir pessoalmente á estação de Carcavellos.

O telegramma de Sua Magestade foi o seguinte:

Presidente da comissão districtal. — Sinto-me deveras feliz ao enlaçar a mãe-patria por um vinculo quasi tão intimo, como o pensamento, que nos reúne ao valoroso povo açoreano. Está aberta á circulação o cabo telegraphico entre Lisboa e os Açores. — EL-REI.

A Sua Magestade El-Rei. — O povo michaelense, por si e interprete de todo o archipelago açoreano, saudá respectosamente e grato Vossa Magestade e toda a Familia Real. Viva a integridade nacional! — *Aristides da Motta*, presidente.

A Suas Magestades as Rainhas. — As senhoras michaelenses, por si e interpretes dos sentimentos das senhoras açoreanas, beijam respectosamente as mãos das Augustas Rainhas. — *Georgina Hintze*.

D. Georgina Hintze. — Agradeço vivamente as saudações das senhoras açoreanas. Nada mais grato ao meu coração de rainha e de mãe do que esta aproximação que tanto responde aos sentimentos de mutuo carinho da familia portugueza. — *Rainha D. Amelia*.

Envio-lhes tambem do fundo d'alma as minhas congratulações. Elevemos juntas as nossas preces, para que Deus proteja os nossos filhos. — *Rainha D. Maria Pia*.

Governador Civil. — Em nome do governo faço votos sinceros, por que este empreendimento, que solemnizamos, seja mais um laço de intima confraternidade entre os povos portuguezes, e mais um seguro elemento de actividade e progresso para a nação. Viva Portugal, patria de nós todos! Transmitta V. Ex.^a ás outras ilhas do archipelago açoreano as congratulações de Suas Magestades e os votos que o governo faz pela prosperidade do paiz. — *Hintze Hiberno*.

Par do Reino Faria e Maya. — Um abraço de congratulação. Saúdo os povos açoreanos e em especial o de Angra. Peço transmitta esta saudação ao governador civil de Angra, logo que se estabeleça a ligação com a Terceira. — *Jacinto Candido*.

A inauguração do ramal do cabo submarino, que ligou a ilha Terceira, teve logar no dia 1.^o de novembro.

Os primeiros telegrammas expedidos foram:

A Sua Magestade El-Rei — Lisboa. — O ramal do cabo submarino, hoje inaugurado, é um laço intimo, e quiçá de justiça e viva esperança de longos annos, que na actualidade mais prende o povo terceirense á patria e á familia real: beijo pois a mão a Vossa Magestade por mim e estes meus administrados em testemunho de muita lealdade e gratidão. — O governador civil *José Pimentel Honras de Noronha*.

Governador civil — Angra. — Sua Magestade El-Rei felicitando-se pela inauguração do ramal do cabo, ordena-me agradeça a V. Ex.^a o seu telegramma. — *Bernardo de Pindella*, secretario particular d'El-Rei.

Sua Magestade El-Rei — Lisboa. — Comissão districtal, Angra, eleva ao throno de Vossa Magestade a sua satisfação e reconhecimento pela inauguração do cabo, elemento de progresso para

o povo do districto. = Presidente, *Antonio do Rego Botelho da Faria*.

A commissão districtal, Angra. — Sua Magestade ordena-me agradeça a V. Ex.^a e á commissão sua digna presidencia telegramma de felicitação. = *Bernardo de Pindello*, secretario particular d'El-Rei.

Governador civil, Angra do Heroismo. — Acabo de receber participação de estar completa a ligação telegraphica com esse districto ; as minhas felicitações por tão importante melhoramento. = *Hintze Ribeiro*.



XLIII

A imprensa angrense descreveu e archivou, com a superior competencia, que muito a distingue, tudo o que se passou na ilha Terceira, desde que se recebeu a agradabilissima noticia, de que Suas Magestades se dignavam visitar os archipelagos da Madeira e Açores, até á afortunada realização de tão honrosa visita.

As descripções feitas pela imprensa periodica angrense são importantes, valiosissimas, proprias da illustração dos dignos redactores dos diversos jornaes, e consoantes o seu comprovado patriotismo, e assim são documentos para a continuação da historia terceirense.

Ila, porém, o perigo do descaminho com relação a documentos da imprensa periodica, do que tivemos muitas provas nas nossas investigações, e o melhor que se deve fazer, para evitar esse descaminho, é archivar tudo em um livro.

O distincto escriptor, sr. J. Simões Ferreira, em um bem elaborado artigo, intitulado *Dois Poetas*, que publicou no *Instituto*, escreveu :

«Quem publica em jornaes escreve em areia : quem escreve um livro grava em diamantes. Os jornaes, como

a escuma do mar, sobrenadam brilhantes, mas duram um instante: os livros como os rochedos, veem-se menos, mas permanecem eternos. Não nos vem encontrar todos os dias, não se nos mettem aos olhos fazendo-se lembrados, mas aquedam-se em sitio certo, e lá nos esperam, e lá os achamos quando nos são precisos.»

Exposto isto, e servindo-nos de guia as descrições da imprensa periodica angrense, digamos com toda a franqueza, e em boa verdade, que ao saber-se estar definitivamente resolvida a visita de Suas Magestades ao Archipelago Açoreano, rejubilaram todos os terceirenses, com uma tão importante noticia.

Certos os açoreanos de que as nove ilhas, que compõem este archipelago, são joias fulgentes entrelaçadas no diadema portuguez, folgaram em que pessoalmente tivessem d'ellas conhecimento os Egregios Monarchas, que nobremente cingem o mesmo diadema; e mais ainda que de perto houvessem por bem Suas Magestades apreciar e avaliar a dedicação, o respeito e o amôr, que este bom povo tributa á monarchia constitucional e á Familia Real portugueza.

Abandonavam os Reis de Portugal os paços reaes, e todos os confortos, commodidades, faustos e grandezas, que lhes são proprios, para, atravessando os mares, visitarem o povo açoreano.

Desciam Suas Magestades do throno dos seus maiores, para honrarem com sua Real presença a ilha Ter-

ceira, que havia heroicamente, victoriosamente, defendido a independencia patria, ao fundar-se a dynastia da Serenissima Casa de Bragança, e mais tarde os incontestaveis direitos ao mesmo throno da virtuosa Rainha, a Senhora D. Maria II.

Saíam os Regios visitantes, o Senhor D. Carlos I e sua Augusta Esposa, a Rainha a Senhora D. Maria Amelia, da grande e opulenta capital do reino, a magestosa cidade de Lisboa, para darem entrada na cidade, que outr'ora, em momentos assaz angustiosos, fora a leal capital do mesmo reino, a pequena, modesta, mas formosa cidade de Angra do Heroismo.

Desceram Suas Magestades do throno portuguez, abandonaram o paço real; mas encontraram na ilha Terceira um outro paço muito seu, tendo, por sala do throno, a sala que já o havia sido do seu immortal avô, o grande D. Pedro IV; e ao mesmo tempo vieram encontrar um povo, portuguez de lei, sincero, simples, humilde, mas altivo pelos feitos nobilissimos que engrandeceram os seus antepassados, pela sua lealdade nunca desmentida, e inexcedivel patriotismo.

E vieram Suas Magestades muito bem, porque os Reis precisam dos corações dos simples e dos humildes, pois nelles existe a sinceridade em toda a sua pureza. Os seus canticos, os seus louvores, as suas aclamações representam o seu sentir, inspirado nos dictames d'uma consciencia não maculada pelos habitos da adulação cortezã.

E assim o povo terceirense, educado no amor e veneração pela realeza, fascinado de certo pela magestade que d'ella dimanava, contemplava respeitosamente, de frente erguida, o Senhor D. Carlos, mas não o contemplava sómente como Rei de Portugal, como Chefe da nação portugueza.

E isto tem razão de ser. O Senhor D. Carlos é para os terceirenses o seu legitimo soberano, mas é ao mesmo tempo o neto da virtuosa Rainha a Senhora D. Maria II, Augusta filha do immortal Rei soldado.

E o Senhor D. Pedro IV, illustre avô do Senhor D. Carlos, e os paes e avós do povo terceirense, que jubilosamente recebiam o seu legitimo Rei, foram irmãos e cooperarios para o assentamento solido do edificio augusto da liberdade. E o Senhor D. Carlos é para os terceirenses o Rei bem amado, que vigilante e denodadamente sustenta o «edificio augusto da liberdade, que tem por cimento o sangue de nossos paes, por cupula as esperanças de nossos filhos».

Agora, que nos reclinamos nos braços da paz, da continuação da qual depende a felicidade e o engrandecimento patrios, viam os terceirenses, no seu illustre e Magnanimo Rei, a garantia d'uma paz duradoura, ao mesmo tempo que o contemplavam, como apostolo fervoroso, energico, convicto do progresso e da liberdade.

E a continuação da paz está na sustentação da liberdade. «A sombra negra do passado erguendo-se

macerada d'entre ruínas, parece abalançar-se a vida nova, velando incuráveis feridas com o espesso manto da hypocrisia.

«Haverá exaggeração, mas ha verdade nestes ditos. Não a veem todos, porque a não querem ver muitos. Eu declaro que a vejo mas não me assusta.

«O passado é impotente contra o futuro, porque um representa a luz, o outro as trevas: aquelle é o ancião que estrebucha para morrer, este o joven que ensaia passo para caminhar; aquelle está a esgotar forças na luta, este a robustecer-se no exercicio; aquelle tem a consciencia da sua fraqueza, este nem ainda tem de quanto pode. Mais alguns annos e tudo está acabado. As ideias não são como os individuos, que morrem de momento. Levam annos a acabar, como levam seculos a arrear. Mas cedem a final»¹.

Assim, as ideias do passado caducaram perante a razão e o bom senso, e pretender resuscita-las é loucura. Não se pode encravar o progresso no seu caminho humanitario e assombroso, nem tão pouco tolher os magestosos vôos do pensamento.

Ora os terceirenses, que pensam por esta forma, pois que o espirito de independencia e liberdade é nelles ingenito; que tem por brazão de honra o amor da patria não movido de premio vil, anhelavam pelo momento do desembarque do Rei liberal, na sua patria

¹ J. Simões Ferreira.

estremecida, que fôra o palladio sacrosanto da liberdade, para o saudarem com as mais vivas e sinceras acclamações, fazendo sentir ao Senhor D. Carlos o jubilo do reconhecimento pela sua honrosa visita, promettedora d'um futuro de felicidade.

E se isto assim succedia com respeito a El-Rei, não era menor a anciedade de que todos estavam possuídos, e a franca alegria que pollulava no rosto de todos, para bem receberem e com enthusiasmo acclamarem Sua Magestade a Rainha.

E bem justa era essa anciedade e bem cabida tal alegria.

Lemos, não nos recorda onde, esta grande verdade: «Os espiritos que nasceram fadados para amar, todos os demais se afinam neste sentimento divino».

A fama de que a Excelsa Rainha, a Senhora D. Maria Amelia, possuía solidos dotes da mais preciosa predilecção pelos infelizes, e que todos os seus actos eram encitamento ao amor do bem, estimulos á virtude, havia felizmente chegado a estas plagas açoreanas.

A caridade tem os seus luminares, satellites brilhantes que a acompanham, proclamando-a a mais sublime de todas as virtudes. Exercem esses luminares a sua acção benéfica entre os desherdados da fortuna, entre os que soffrem no leito de espinhos, armado pelas adversidades da vida, entre os que vertem as lagrimas da orphandade e da viuvez, entre os que a des-

ventura prostra enfermos, entre a pobreza envergonhada.

São anjos da caridade, sobre os quaes intensamente reverbera a esplendente aureola, que lhes irradia em torno. Oh! abençoados os que possuem a lembrança viva dos que choram, os que sabem bem comprehender que «vale muito uma lagrima bem quente, bem viva e bem sentida».

«O peso d'uma lagrima! escreveu o eminente escriptor e immortal poeta açoreano, Anthero de Quental. Leve cousa, talvez, na palma da mão do philosopho, acostumada a levantar a mole espantosa dos argumentos, dos systemas, das sciencias. Mas quando sobre o coração nos cae, d'uns olhos que Deus fizera para a luz e para a ventura, e a que a vida só deu sombras e abrolhos — então! sente-se-lhe bem o peso, a essa pobre gotta d'agua, e não ha ahí já peito de bronze que não vergue e se abale, como se o tocasse o dedo invisível de uma divindade...

«Nesse estreito crystal se reflecte um mundo de desventuras sem nome, de sortes incompreensíveis, de desesperos sem voz, de consumições solitarias, para que não ha consolação possível na terra, porque a terra as ignora, porque são sombras de destinos violentamente despedaçados, porque são terríveis e irremediáveis como a morte! Como esse mollusco do mar das Indias, de cuja putrida consumpção nasce a perola nacarada, assim da espantosa decomposição das miserias

humanas, sae, como symbolo de toda a melancolia da vida, a viva perola de triste e doce reflexo — uma lagrima! Como os milhões de globulos numa só gotta de sangue, movem-se alli, agitam-se e passam todas as tragedias, cuja catastrophe nenhum braço de ferro pôde evitar; todas as luctas, em que a virtude e a verdade se viram sempre esmagadas, como sob o pezo de maldição desconhecida; todas as funebres agonias das grandes almas ignoradas; todos esses dramas sem nome, que no mais baixo, no mais fundo da sociedade se revolvem mysteriosos e terriveis!

«Que assombrosos quadros de miseria não allumia o doce raio de luz, que atravessa a agua pura d'uma lagrima! É o espantoso kaleidoscopo das dores da humanidade! E tudo isto, todas estas realidades ardentes, palpitantes, sangrentas, deixarão de existir, de bradar, de se estorcer, porque um dia no fundo do cadinho mettaphysico, onde uma sciencia cruel lançara estas grandes idéas, Alma, Deus, Vida, se achou esse residuo, essa escura abstracção, essa cousa que nenhuma palavra diz bem — uma negação, *nada!*?

«Não pode ser. O coração levanta-se de salto e não pode ler essa irrisão feroz, escripta no ceu com letras de oiro, com letras de harmonia. A razão não quer ouvir essa gargalhada delirante e credulissima, soltada contra a sua fé, a sua lei, ella mesma a *ordem*. Só a intelligencia, depois de ter recolhido as suas redes vazias, dirá, olhando para o vapor que exhalam ao en-

chugal-as o sol: «eis ahi o destino dos homens; como este fumo se evaporam e somem no ar vazio as dores da humanidade? . . .

«Vir-se ao mundo para amar, crer, sentir, ser bom, e feliz, e forte, que tanto quer dizer *homem*, e achar um leito de espinhos, e endurecer-se-lhe o corpo e a alma, e descer e chorar, e ser mau, e ignorante e miserero — uma existencia a si mesmo traidora — um sêr que renega sua propria lei — uma coisa feita para ser exactamente o contrario do seu destino — que é isto, senão a contradicção terrivel de tudo quanto temos por justiça, por verdade, por principio e harmonia dos mundos?

«É a negação dos sentimentos mais intimos, das idéas mais essenciaes. Ou o universo é o delirio d'um demonio, ebrio de sua mesma maldade; ou para além do extremo arco da ponte da vida nos espera o seio vasto d'uma Bondade, a quem não esquece um ai, um suspiro só; uma mão, que ate com amôr os destinos partidos; uma lei de justiça, a que chamamos Compensação.

«Sem este equilibrio d'além-tumulo o mundo moral inclina-se sob o peso de suas ruinas accumuladas de seculos, e tomba e rola desamparado nos abysmos do nada! Quando num prato da balança eterna se lança toda essa massa espantosa das desgraças humanas, tamanho peso só se compensa, pondo no outro o amôr infinito — Deus.

«Sim, Deus! Espirito, Força, Principio, Essencia, Jehová ou Brahama, que me importa um nome? Eu chamo a Deus Justiça! Na queda e triste ruina de illusões antigas, das velhas crenças das gerações, fica-nos eterna essa grande palavra. É que está gravada no coração. Só arrancando-o a poderão tirar de lá. E nem assim. No deserto das alturas a aguiã que o empolgasse leria *justiça* nas carnes palpitantes... e cahiria assombrada!»

E quando no meio das tempestades da vida, quando no prepassar d'esses quadros assombrosos de miseria, quando ao correr d'essas lagrimas bem quentes, bem vivas, bem sentidas, bem dolorosas, gottas insignificantes de agua, que tanto valem, que tanto pesam, que immensas angustias e dores representam, como brilhantemente descreve o eminente philosopho açoreano; quando tudo isto succede, e no meio de tanta infelicidade e desdita, apparece um vulto de mulher, de rara gentileza, coração diamantino, alteza de alma, mãe de principes, espalhando o bem, confortando os que soffrem, enchugando lagrimas dolorosas, animando para que a desesperação não se apodere dos espiritas attribulados, todos, por uma impulsão intuitiva, a admiram, a bemdizem, a veneram e amam, proclamando-a a mãe dos desamparados, a mensageira escolhida pelo Espirito, Força, Principio, Essencia, Deus, para ser o anjo da caridade entre os desgraçados, consolando-os e alentando-os no meio dos seus enormes soffrimentos.

É isto o que acontece com a Augusta Rainha de Portugal, a Senhora D. Maria Amelia d'Orleans.

As suas virtudes, os seus sentimentos caritativos, a sua nobreza de coração e magnanimidade de alma, não precisam ser esmerilhados á luz da publicidade, para se tornarem bem conhecidos, pois a voz sonora da fama se encarregou voluntariamente de os proclamar.

Assim, eram bem cabidos os vehementes desejos do povo terceirense de ver e acclamar os Reis de Portugal, sem que as suas acclamações tivessem por fim unico o cortejar grandezas da terra, ou constituir rolos de incenso para thurificar a realeza.

As acclamações entusiasticas, calorosas dos terceirenses, feitas á pessoa d'El-Rei e de Sua Augusta Esposa, tinham sobejas razões de ser; foram expontaneas, sinceras, do coração, proprias de quem muito se ufana em ser bom e leal portuguez.

Para com o Senhor D. Carlos, alem de todos os titulos que lhe são proprios, existia, aguardada a devida distancia, uma homogeneidade de crenças, era o Rei liberal; e os avós de Sua Magestade, e os paes e avós dos terceirenses, seja-nos respeitosamente permitida a repetição da phrase, foram irmãos e cooperarios para o assentamento solido do edificio augusto da liberdade portugueza.

Para com Sua Magestade, a Senhora D. Maria Amelia, era a Esposa de El-Rei, a Mãe estremecida e

carinhosa dos Principes, a Rainha bem amada dos portuguezes, Aquella, repetimos, que possui solidos dotes da mais preciosa predilecção pelos infelizes, e que todos os seus actos são encitamento ao amôr do bem, estímulo á virtude.

O seu espirito nasceu fadado para amar, e o espirito de todos os seus subditos, seguindo os seus nobres exemplos, afinam nesse sentimento divino.



XLIV

Preparava-se a cidade de Angra do Heroismo para receber condigna e festivalmente a Suas Magestades, os Reis de Portugal.

Adornava-se com as suas melhores galas, trabalhando todos, para que, á falta das pompas, esplendores e grandezas, que facilmente se encontram nas ricas e opulentas cidades, a recepção dos Augustos Soberanos representasse a manifestação mais evidente do sincero preito e respeitosa homenagem de subditos fieis e de leaes portuguezes.

A junta geral do districto, o senado angrense, as associações e corporações, todos emfim, concorriam com excepcional vontade, para que o fausto acontecimento que devia ter lugar, fosse solemnizado com o maximo brilhantismo, animação e realce.

O illustre governador civil, filho estremecido da ilha Terceira, foi incançavel em tudo e de todos auxiliar, tratando, com inexcedivel zelo e amôr patrio, de remover as difficuldades que de momento surgiam.

O digno governador civil era o ex.^{mo}

Emygdio Lino da Silva Junior — Nasceu aos 10 de agosto de 1860. Alumno distincto do lyceu de Angra, recolheu a carreira militar, completando o curso da escola do exercito em 1879, e o de engenheiro civil, sendo já official do exercito, em 1887.

Tem exercido e desempenhado, com superior competencia e comprovada illustração, os cargos de chefe de secção, director das obras publicas no Funchal, governador civil em Angra, e actualmente é inspector dos incendios e commandante do *Corpo de Bombeiros Municipaes de Lisboa*.

Foi secretario particular de seu illustre irmão, o digno par do reino, sr. conselheiro Jacinto Candido da Silva, quando ministro da marinha.

É conselheiro, e tem a commenda de Christo, a de merito naval de Hespanha, a de Aviz, medalha de comportamento exemplar e a Gran Cruz da Conceição.

Ao lado da auctoridade primaria do districto salienta-se, por forma superior, a sua virtuosa esposa, illustre dama jorgense, a ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva.

Com respeito aos brilhantes serviços prestados por s. ex.^a para o bom exito da recepção a Suas Magestades, archivamos a seguinte nota, publicada em supplemento ao n.º 75 do semanario angrense *A Semana*:

D. Brites da Cunha e Silva — D'entre os mais devotados ao bom exito das festas, com que a Terceira tinha a receber os nossos Augustos Soberanos, de justiça é salientar a muito nobre e illustre esposa do ex.^{mo} governador civil, a ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva.

Se os terceirenses se sentem envaidecidos por esse bom exito, attestado nas palavras de agradecimento d'El-Rei, que são mais um titulo d'honra para esta nossa terra, áquella distincta senhora muito o devem.

Só quem a acompanhou nestes trabalhos, poderá fazer juizo exacto do valor do seu esforço, da tenacidade do seu empenho, da dominadora acção do seu espirito superior e culto. Por tudo se re-

partia a sua attenção preclara; a todos impulsionava a sua vontade energica. E onde quer que exercia a acção directa, ali ficavam, no conjunto e no detalhe, impressos traços vivos do seu espirito gentil e da sua alma de artista.

Por tamanhos o esforço e a actividade, de espanto é como a natural fraqueza dos seus musculos serviu a energia viril do seu espirito.

Alma verdadeiramente portugueza, esposa dedicadissima, dois deveres a impulsionavam, qual d'elles o mais sagrado para o seu devotado coração. E ambos, brilhantemente, os cumpriu.

Tambem era dever nosso prestar esta sincera e simples homenagem ao superior espirito, á energica vontade, que de muitos foi guia e estímulo.

Muito ficou devendo a ilha Terceira á illustre senhora, e de tanto seja publico o reconhecimento, embora minguado o premio de tão alto serviço. — *Frederico Augusto Lopes da Silva*.

*

Na vespera da chegada — «O respeitavel corpo commercial de Angra do Heroismo, pensando, e muito bem, que a alegria e o bem-estar por occasião da regia visita devia a todos tocar, resolveu distribuir, na vespera da chegada de Suas Magestades, esmolos, o que praticou assim:

A quinhentos pobres, cem de cada uma das cinco freguezias da cidade, 625 réis a cada um, na importancia de réis 312\$500;

Aos cem doentes e invalidos existentes no Hospital de Santo Espirito; ás recolhidas dos recolhimentos da *Associação Educadora do Sexo Feminino* e de *Jesus Maria José* e aos presos da cadeia civil, 625 réis a cada um;

Aos asylos de *Infancia Desvalida* e de *Mendicidade*, para as refeições dos dias que durassem a visita regia, 50\$000 réis a cada um;

A Cosinha Economica para cem jantares diarios, gratuitos, durante tres dias, 60\$000 réis.

Assim a Suas Magestades abriu a caridade as portas da cidade de Angra do Heroismo.»

O digno presidente da associação commercial de Angra do Heroismo é o respeitavel cavalheiro, e distincto terceirense, o ex.^{mo}

José Julio da Rocha Abreu — Nasceu aos 19 de janeiro de 1857. Negociante intelligente e laborioso, gosa geral estima e consideração. Sempre prompto a acudir ao infortunio, abriu, estando em Lisboa, conjunctamente com o seu fallecido pae, Bento José de Mattos Abreu, uma subscrição a favor das victimas da catastrophe, que nesta ilha teve logar na noute de 22 para 23 de julho de 1891. Nesta occasião é por seu alvitre fundou o ex-governador civil, o sr. conselheiro José Ignacio d'Almeida Monjardino, o *Cofre de Caridade*.

Acudindo promptamente ao appello de Sua Magestade, a Senhora D. Maria Amelia, abriu, como presidente da associação commercial, uma subscrição a favor dos famintos de Cabo Verde.

É director da *Caixa Economica Angrense*, juiz substituto e vice-consul do Uruguay. Foi membro da junta geral do districto, e o seu nome bemquisto, probe e respeitado está ligado a todas as associações de beneficencia d'esta cidade, de que é desvelado protector, fazendo parte da direcção d'algumas.

Na ilha Graciosa — Não podendo Suas Magestades desembarcar nesta ilha, como estava destinado, a camara municipal foi a bordo prestar aos Augustos Monarchas a devida homenagem.

ALLOCUÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ — Senhor! — Permitta Vossa Magestade que a Camara Municipal d'esta ilha, graciosa pela belleza de sua disposição topographica, como nobilissima pela fidalguia d'aquelles a quem os Monarchas, predecessores de Vossa Magestade, houveram por bem instituir por seus primei-

ros donatarios, venha hoje, e pela vez primeira, jubilosamente, acercar-se do seu Rei Fidelissimo, para em nome dos municipes, humildes e respeitadores subditos de Vossa Magestade, saudar com as boas vindas, tão effusiva quanto respeitosa a Real Pessoa de Vossa Magestade e de Sua Magestade a Rainha, a excelsa Princesa que o povo portuguez, em sua simples verdade, justissimamente cognomina mãe da pobreza e desvellada protectora dos que soffrem, dos pequeninos e indigentes, dos que não teem mãe e d'aquelles a quem a fortuna não sorri!

Senhor! — A honrosa visita de Vossa Magestade a esta pequenissima parte do reino de Vossa Magestade é um facto de tão transcendente valor e importancia, que será, para sempre, memorado nos fastos da sua historia, não pouco notavel já pelos serviços prestados á causa santa da independencia da patria, como á implantação dos sacratissimos principios da liberdade, que Vossa Magestade tão brilhantemente encarna e symboliza!

Digne-se, pois, Vossa Magestade de acceitar as saudações que a Vossa Magestade dirigimos, neste solemnissimo momento, que nos enche de gloria e de infundo prazer, como a mais sincera e respeitosa manifestação da adhesão d'este bom povo á causa nobilissima que Vossa Magestade tão superiormente representa, e de permittir que, como interpretes dos municipes graciosenses, dirijamos ao Altissimo os mais fervorosos votos pelas prosperidades de Vossa Magestade, de Sua Magestade a Rainha, Augusta esposa de Vossa Magestade, do Principe Real e de toda a Familia Real portugueza, e pelo feliz regresso de Vossa Magestade á côrte do seu reino.

Viva Sua Magestade El-Rei.

Viva Sua Magestade a Rainha.

Viva Sua Alteza o Principe Real.

Viva a Familia Real Portugueza.

RESPOSTA DE SUA MAGESTADE EL-REI — Com intima e viva satisfação ouvi e agradeço as palavras que a Camara Municipal de Santa Cruz da Graciosa acaba de me dirigir e a Sua Magestade a Rainha, congratulando-se pela nossa visita a esta formosa ilha, palavras de todo o ponto conformes aos sentimentos de dedicação á patria e aos seus Monarchas, em que sempre timbraram os habitantes d'este concelho.

Na Villa da Praia da Victoria — A divisão naval ancorou na Praia da Victoria pelas duas horas da tarde do primeiro de julho; naquella mesma bahia em que

se feriu a memoravel batalha de 11 de agosto de 1829, cujo triumpho por parte dos liberaes, lhes garantiu a posse d'este baluarte egregio da lealdade portugueza e foi fiador da victoria da dynastia constitucional. Ali receberam Suas Magestades, a bordo, as homenagens das auctoridades e varios cidadãos da muito notavel villa.

ALLOCUÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VICTORIA NO DIA 1.^o DE JULHO — Senhor! — A Camara Municipal da Praia da Victoria, como fiel interprete dos habitantes do concelho, vem mui respeitosa e humildemente apresentar a Vossa Magestade o seu mais profundo e subido respeito, affirmando a sua submissão e a sua fidelidade á Monarchia e ás instituições por que Portugal felizmente se rega.

Senhor! A alta distincção que Vossa Magestade nos concede, dignando-se de visitar esta villa, enche-nos do mais ardente jubilo, move-nos á mais profunda gratidão, e permitti, Senhor, que em Vossa Augusta presença nos ufanemos como descendentes d'esses heroicos subditos da inclita e sempre saudosa Rainha a Senhora D. Maria II, que ali, sobre aquelle famoso areal, enectaram tão gloriosamente as campanhas da liberdade, e alcançaram a primeira e notabilissima victoria. Foi ali, Senhor, que se deu a memoravel batalha do dia 11 de agosto de 1829; ali, Senhor, é que é o verdadeiro berço da liberdade portugueza, de que Vossa Magestade é o mais seguro e precioso penhor!

Dignae-vos, Senhor, de aceitar os sinceros protestos da nossa vassalagem e do nosso amôr; Vós, e Vossa Augusta e virtuosissima Esposa, a nossa veneranda e excelsa Rainha que o Ceu, para ventura vossa e para felicidade dos portuguezes que tanto amaes, vos concedeu; e crede, Senhor, que o grandioso acontecimento da vossa visita a esta villa, — tal é o sentimento de gratidão e de amôr que neste momento domina os povos — ficará indelevelmente gravado em nossos corações como sendo o mais faustoso e solemne da nossa vida historica.

Fazemos votos fervorosos a Deus para que conserve por felizes e dilatados annos a saude e a vida de Vossa Magestade, de Vossa Augusta Esposa, do muito esperançoso e amado Príncipe Real, Sua Alteza o Senhor D. Luiz Philippe, do querido e serenissimo Infante o Senhor D. Manuel e de toda a Familia Real Portugueza.

RESPOSTA DE SUA MAJESTADE EL-REI — Venero o padrão de

gloria que esta nobre terra representa; ao perigar da causa da legitimidade e da liberdade, o valor dos seus filhos rechaçou a arremetida que vinha a suffocar o arranco de um direito tradicional e de uma aspiração collectiva.

A honra historica e patriotica remanesce por tradição e herança.

Sois vós os filhos dos heroes de outr'ora, como eu sou o filho d'aquelle a quem sustentastes á custa de sangue. E bem o dizem os transportes com que sandaes o vosso Rei e o grato sentimento que me invade ao divisar o leal entusiasmo de um povo, a quem testemuho nesta visita o meu affecto e dedicação.

*

Em Angra do Heroismo — Do que se passou na cidade e ilha Terceira, vamos archivar, extrahida do importante jornal a *Semana*, a minuciosa, exacta, e bem elaborada descripção, feita pelo talentoso jornalista terceirense, sr. Francisco Sieuve de Menezes e Lemos, unica e simplesmente collocando por ordem o que diz respeito ao acontecido em cada dia, ás descripções dos varios pontos, edificios, etc., que Suas Magestades visitaram, o que de forma alguma foi possivel, áquelle distincto escriptor, obter todas as notas necessarias para lhes dar publicidade na ordem devida.

Representa tudo um valioso trabalho, que passamos a archivar.

A chegada — Desde muito cedo começu a povoar-se todas as eminencias da cidade, desde a Rocha até ao Corpo Santo, a estrada marginal *Bernardino Machado* e outros pontos d'onde se podia disfructar o magestoso panorama da chegada da divisão naval que, como se sabe, era composta dos cruzadores *D. Carlos*,

S. Gabriel e *D. Amelia*, sob o commando supremo do capitão de mar e guerra sr. Moraes e Sousa.

Nas immediações do caes da alfandega era tambem enorme a concorrência, e nas ruas *Direita* e *Sé*, por onde devia passar o cortejo, as janellas estavam apinhadas de damas, cujas *toilettes* claras punham no ar tons de radiante alegria.

Momentos depois da chegada do *Berrio*, da *Graciosa*, demandava a barra o yacht *Amelia*, aviso da esquadra.

Uma salva de 21 tiros no castello de S. João Baptista annunciou a aproximação da esquadra.

No caes achava-se já a Camara Municipal, o Prelado, general commandante militar dos Açores, funcionarios civis e militares e muitas senhoras da nossa primeira sociedade.

Pouco depois apparecia a divisão naval, navegando em angulo de caça ou seja em forma de um V invertido. Mais longe o *Australia* e o *Severn* da marinha imperial ingleza.

O panorama era surprehendente e faltam-nos palavras para o descrever. Simplesmente bello o aspecto da bahia !

Ao fundear o *D. Carlos* dirigiu-se para seu bordo o elegante escaler da alfandega, transformado com inexcédível gosto em galeota real, para conduzir a terra Suas Magestades. E, por entre o troar da artilharia de todos os navios e do Castello e do estalar de

girandolas de foguetes, dirigiu-se para o caes a galeota com os regios viajantes, rodeados por uma flotilha de barcos de pesca embandeirados.

O que se passou durante o curto trajecto, até que os Soberanos pizassem o primeiro degrau do caes de Angra, foi extraordinariamente commovedor, e não mais se apagará da memoria de quantos assistiram a tamanha apotheose.

Milhares de boccas acclamavam os Reis, milhares de braços agitavam lenços, davam palmas. E em todas estas sinceras manifestações de jubilo, em que vibrava tensamente a alma do nosso povo, havia um tom quente e carinhoso, enthusiastico, d'uma alegria boa e sã, da santa alegria que é expontanea, que brota do coração !

Recebidos os cumprimentos das damas e cavalheiros, que junto á escadaria do caes os aguardavam, para quem Suas Magestades tiveram captivantes sorrisos de satisfação, dirigiram-se os Soberanos, a comitiva e os convidados para o elegante pavilhão, onde a camara municipal os esperava.

O illustre presidente do senado angrense, depois de beijar a mão a Suas Magestades, leu-lhes a seguinte allocução :

Senhor — Nas mãos de Vossa Magestade tem esta Camara Municipal a honra de depositar as chaves da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroismo.

É este preito de homenagem, Senhor, signal de respeito e de submissão, devidos aos Senhores Reis de Portugal, de longa data

usado neste paiz, e que esta Camara Municipal se honra de ser-lhe dado prestar neste tão solemne momento.

Estas chaves, Meu Senhor, as mesmas são que outr'ora aprovou a Sua Magestade o Senhor D. Pedro IV receber, na occasião em que chamou a esta terra o egregio baluarte da liberdade e fidelidade portugueza, quando se dignou vir juntar-se aos bravos que a haviam intrepidamente defendido durante quatro annos, e que depois elle proprio conduziu á inteira conquista da liberdade e do solo sagrado da Patria.

Cumprindo este dever, a Camara Municipal vem á porta da sua cidade receber a Vossas Magestades e agradecer, em nome d'estes povos, possuidos da maior gratidão, a honrosa visita que Vossas Magestades se dignam fazer-lhes.

Pela Camara Municipal e pelos habitantes d'este concelho, tenho a honra de beijar as mãos de Vossas Magestades, e pedimos todos a Deus conceda a Vossas Magestades dilatada e prospera vida, para inteira felicidade da nação portugueza.

Estas chaves tinham sido conduzidas em salva de prata por uma gentil creança, neta do acreditado negociante e vereador sr. Guilherme Martins Pinto.

Nessa occasião tambem a interessante filhinha do sr. governador civil, á frente d'um formoso grupo de creanças, offerecia a Sua Magestade a Rainha um lindissimo *bouquet* de flores naturaes, onde predominavam os *bluets*, uma das flores predilectas da Senhora D. Amelia. Nas largas fitas de seda azul e branca via-se, alem d'uma deliciosa aguarella de Casanova, representando a bahia de Angra, a seguinte inscripção:

Á NOSSA BONDOSA RAINHA
DEDICADA PROTECTORA DAS CREENÇAS

As duas creanças foram muito acariciadas por Suas Magestades.

*

Nas ruas — Continuavam estrondosos os vivas, e as musicas entoavam galhardamente o hymno nacional.

Organisou-se então o cortejo, pegando ás varas do pallio a vereação, e conduzindo o estandarte da camara o secretario sr. Castro do Canto.

Começou o desfile. Numa tribuna, ao lado das escadas do caes, as creanças do *Asylo de Infancia Desvalida* levantaram freneticos vivas a Suas Magestades,

Affluira então toda a gente ao pateo da Alfandega, rampa, Misericordia e ruas adjacentes. Mais de 25:000 pessoas, descobertas, abrindo alas respeitadamente, acclamavam os Soberanos, que foram alvo d'uma manifestação imponentissima, tão grande, tão sentida, tão viva, tão extraordinaria, que não se comprehende, que possa ser excedida em brilho e enthusiasmo!

O aspecto do cortejo desde a rua Direita até á Cathedral, atravessando uma verdadeira muralha humana, sob uma chuva de flores, que das janellas cahiam a atapetar o caminho a Suas Magestades, os vivas, as palmas, as damas acenando com lenços, o estalar de milhares de foguetes, o som alegre das musicas collocadas em diversos pontos da passagem, tocando com verdadeiro *entrain* o hymno real, o estrondear da artilharia confundindo-se com as acclamações da multidão, era d'um effeito phantastico, unico, como raras vezes será dado presenciar, d'uma imponencia superiormente emocionante.

Fechava o cortejo o regimento de infantaria 25, sob o commando do illustre coronel sr. Elias José Ribeiro Junior, que junto á alfandega fizera a guarda de honra.

Nas ruas estavam postadas as phylarmonicas *Recreio dos Artistas, Flamenguense, União Velense* e a da freguezia dos Altares.

*

Na cathedral — As largas escadarias da Sé e ruas adjacentes regorgitavam de povo. Á porta do magestoso templo esperavam Suas Magestades o Prelado, o corpo capitular e elevado numero de sacerdotes.

Cumpridas as formalidades do ritual, os Soberanos dirigiram-se á capella-mór onde tomaram logar sob um rico docel de seda azul encimado pelas armas portuguezas; ao lado os membros do governo e a casa militar e civil de Suas Magestades.

Officiou o Prelado, cantando-se a grande instrumental um pequeno mas delicioso *Te-Deum*, de Alexandre Ferreira, sob a regencia do habil maestro sr. João das Neves.

Na vasta Cathedral via-se grande numero de se-nhoras alem das que acompanharam desde o caes Sua Magestade a Rainha, e todos quantos compunham o cortejo e muito povo.

Terminada a cerimonia religiosa, o regimento postado em frente da Sé deu as descargas da ordenança, respondendo o castello de S. João Baptista.

Momentos depois Suas Magestades atravessavam a egreja, entre alas de damas e cavalheiros, dirigindo-se para as carruagens, onde tomaram assento, seguindo difficilmente, atravez da multidão, para o Paço.

*

No Paço — O que se passou foi estonteante e fascinador.

Por muitas vezes, depois de entrarem no Paço, cuja ornamentação era um deslumbramento, os Reis de Portugal das janellas agradeciam á multidão os vivas e acclamações sinceras de que eram alvo, e que tinham toda a expansão da boa e franca alma popular, absolutamente fascinada na contemplação dos seus Reis.

A figura esbelta de Sua Magestade a Rainha attrahia as attenções de toda a gente, que se empurrava para a ver. O seu porte verdadeiramente magestoso, o seu olhar insinuante, tudo emfim que a torna sobremodo distincta logo á primeira vista, enthusiasmava a multidão, que freneticamente a acclamava sem cessar.

Ás 7^h,30 servia-se o jantar a que apenas assistiram os dignatarios da côrte, general Pimenta de Castro e o sr. governador civil, que, durante a demora d'El-Rei no *Real Paço de Angra*, foi convidado para todas as refeições.

*

O edificio — Como se vê da planta, o *Real Paço de Angra* tem excepçionaes accomodações que permittiram a Suas Magestades e

comitativa uma installação só comparavel á dos Paços reaes da Ajuda e Necessidades.

A parte esquerda da frente do Paço era occupada pelos aposentos de Sua Magestade a Rainha, compostos de quartos de cama, de *toilette* e casa de banho, seguindo-se os aposentos da dama sr.^a D. Maria Francisca de Menezes, constituídos por quartos de cama e de *toilette*.

Ao outro lado da frontaria ha a escada nobre, sala de entrada e a primeira da serie de salas da ala norte do palacio. Esta sala, illuminada por duas janellas sobre o *Largo Vinte e Dois de Junho* e duas sobre o jardim, foi destinada aos ajudantes, seguindo-se-lhe as salas de El-Rei, de Sua Magestade a Rainha, cada uma com duas janellas, do throno com tres e o grande salão de jantar que mede 19 metros de comprimento por 7,7 metros de largo e abre, como as outras salas, 5 janellas para os jardins.

Pelo lado detraz d'estas salas correm os aposentos de El-Rei, com janellas para os jardins do claustro, e que se compõem de quartos de cama, de *toilette*, gabinete de trabalho e casa de banho; a seguir, o quarto de cama e gabinete do sr. conde de Arnos, secretario particular de Sua Magestade.

A ala leste, que encosta á egreja do Collegio, é occupada por um quarto dando passagem para o jardim, pela communicação para as tribunas d'aquelle templo, pela grande sala denominada das *Carancas*, que serviu de copa, cujas janellas abrem sobre o pateo da sacristia e pela Estação telegraphica. No extremo, os aposentos do sr. D. Fernando de Serpa, intendente dos Reaes Palacios.

Na mesma ala, do lado do jardim do claustro, as installações destinadas ao sr. Hintze Ribeiro e que se compunham de quarto de cama, sala de recepção e casa de banho; ao lado, os quartos occupados pelo secretario do illustre Presidente do conselho de ministros.

Na ala do sul estavam, sobre a portaria, os aposentos do sr. Teixeira de Souza, ministro da Marinha, composto de quarto de dormir, casa de banho e sala de recepção, seguindo-se a escada de serviço.

D'um lado e outro do corredor e em parte do da frente, illuminados por janellas sobre o jardim do claustro e sobre a cidade, quatorze quartos onde se alojaram os camaristas de Suas Magestades, ajudante de campo, medico da real camara e o pessoal superior e menor do serviço particular dos Soberanos.

No rez do chão alojou o resto do pessoal menor. No mesmo pavimento e em diversas installações, depositos de generos e outros artigos do serviço do Paço.

As decorações — Damos aos nossos leitores, completando a noticia que acabam de ler sobre o Paço Real de Angra, a descripção rapida mas absolutamente verdadeira da mobilia dos aposentos occupados por Suas Magestades e comitativa, não premenorisando, por falta de espaço, os mil pequenos detalhes de decoração e ornamentação que ali se admiravam e que reuniam a um alto e inconfundivel valor artistico a mais requintada distincção, elegancia e bom gosto :

APOSENTOS DE SUA MAGESTADE A RAINHA :

Quarto de *toilette* — Alcatifa verde, estofos, reposteiros e sane-fas em seda verde e rosa. A mobilia, lindissima, no estylo de Luiz xv; as guarnições dos espelhos e o guarda-fato em pau santo e tuya. Do tecto pendia um soberbo lustre *baccarat* antigo em verde côr de rosa. Todos os objectos do toucador, em prata do mais apri-morado gosto, eram em estylo de Luiz xv. Sobre um precioso *chiffonier* admirava-se uma lindissima jarra antiga da India, verdadeira maravilha, e um formoso album com photographias da Terceira, adoravel recordação d'esta terra offerecida a Sua Magestade a Rainha pela ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva. Num pequeno *paravent*, sobre a secretaria, de notavel valor artistico, os retratos da sr.^a Condessa de Paris, mãe da Augusta Soberana, e dos principes D. Luiz e D. Manuel. Entre as plantas que ornamentavam a sala destacava-se um lindo exemplar de *avenca*.

Quarto de dormir — Estofos e guarnições em seda *vieux-rose* de surpreendente effeito; cama, commoda e lavatorio em pau santo e tuya; á cabeceira do leito, sobrepujado por um docel de rendas e seda, um bello crucifixo em marfim; ao lado, um *bénitier*. Cobria o leito uma riquissima colcha branca, antiga, da India, bordada a matiz. Sobre a commoda um esplendido cofre para joias, em tartaruga, e prata, antiquissimo e de alto valor. Na parede um notavel quadro de auctor.

O serviço completo do lavatorio em prata, riquissimo.

Quarto de banho — Uma bella e elegante banheira de ferro esmaltado servida por duas torneiras de prata correspondendo á canalisação de agua quente e fria. No pavimento, coberto de oleado finissimo, via-se magnificos tapetes brancos felpudos. A mobilia e guarnições em *peluche* azul. A resguardar a tina um rico *paravent* primorosamente bordado.

*

Os aposentos da dama da Senhora D. Amelia, eram mobilados em nogueira *ciré* genero Luiz xv.

Cobria o leito, onde se admirava um magnifico crucifixo de marfim, linda colcha antiga da India, carmezim e branco, da côr dos reposteiros e estofos. No quarto de *toilette*, repleto de *bibelots*

preciosos, havia lindíssimas plantas de estufa communicando-lhe um ar alegre e garrido.

*

APOSENTOS DE SUA Magestade EL-REI :

Quarto de *toilette* — Explendida mobilia antiga, em pau santo; cadeiras de couro, antigas, de ricos lavores e tamboretos no mesmo estylo. *Chiffonier* com embutidos de madreperola e prata. Um lindissimo contador e mesa em pau santo com embutidos de prata. Num rico *passe-partout* o retrato de Sua Magestade ao collo de sua Augusta Mãe, quando tinha dois annos.

Quarto de dormir — Mobilia Luiz xv, em pau santo e tuya; estofos e guarnições em seda *bleu-pastel*; serviço completo de lavatorio em prata, estylo Luiz xv. Cobria o leito uma riquissima colcha de seda antiga da India, côr de rosa bordada a matiz.

Quarto de banho — Igual ao de Sua Magestade a Rainha.

*

A mobilia dos aposentos do sr. conde de Arnoso, secretario de El-Rei, era em nogueira *ciré*, estylo Luiz xv. Estofos e guarnições em velludo verde. No leito uma formosa colcha da India, azul escuro, bordada a matiz.

*

Installação do sr. Presidente do conselho de ministros — Sala de recepção e quarto de cama em preciosa mobilia de pau santo, antiga, torneada e com soberbos trabalhos de talha. No toucador da mesma madeira, guarnições de prata estylo Imperio.

Na cama uma magnifica colcha da India' escarlate bordada a matiz.

Da sala, os estofos e guarnições eram em seda amarella; do quarto de dormir, em seda escarlate.

A mobilia do quarto de banho e *toilette* em mogno, do melhor gosto.

Aposento do secretario do sr. Hintze Ribeiro — Mobilia em pau santo; cama, com bellos trabalhos de talha, torneada, da mesma madeira, assim como uma rica escrevaninha com guarnições de prata lavrada.

Aposentos do sr. ministro da Marinha — Quartos de cama, de *toilette* e sala de recepção, em bella mobilia de mogno. Estofos e guarnições, elegantissimas, em *bourrette* de seda escarlate.

O quarto do sr. D. Fernando de Serpa, inspector dos Palacios Reaes, tinha uma elegante mobilia, de madeira clara, em estylo inglez. Estofos, guarnições e *carpette* em *peluche* azul e *grenat*.

No leito uma rica colcha da India côr de rosa e branco.

O aposento do sr. conde de Tarouca, camarista de Sua Magestade El-Rei, tinha tambem uma elegante mobilia no genero inglez;

estofos e guarnições de côr clara. Uma lindissima colcha da India amarella, bordada a matiz cobria o leito.

O aposento do sr. Guilherme de Brito Capello, ajudante de campo de El-Rei era em *Pitch-pine* estylo inglez. Bella colcha antiga em damasco azul.

Mobilia e guarnições da mesma côr.

O aposento do sr. conde da Ribeira Grande, veador de Sua Magestade a Rainha, tinha uma bonita mobilia em mogno. Cobria o leito uma magnifica colcha de damasco carmesim.

No quarto do sr. dr. Oliveira Feijão, medico da Real Camara, via-se uma linda mobilia em pau santo. Na cama riquissima colcha em damasco amarello.

*

As salas :

Dos ajudantes — Sala *ciré*, com *carpette*; mobilia em pau preto antiga; estofos em damasco encarnado.

*

De El-Rei — Sala *ciré*, com *carpette*; a mobilia, verdadeiramente sumptuosa, comprehendendo contadores e mezas da India antigas com embutidos em marfim, era em pau santo e de maravilhoso trabalho. Os estofos, reposteiros e guarnições em velludo verde-escuro.

*

De Sua Magestade a Rainha — Sala *ciré*, com lindissima *carpette*; estofos, reposteiros e guarnições em *bourrette* de seda *brigue* e *ouro*; espelhos e placas puro estylo Luiz xv. Entre as janelas um formosissimo e elegante *console* dourado com espelho e finissimas pinturas em vidro. Este movel, do mais alto valor artistico, foi feito nos principios do reinado de Luiz xv. No piano distincta *draperie* com uma explendida colcha da India, antiga, em azul, bordada a matiz. Plantas ornamentaes em lindos jarrões da China.

*

Do Throno — Alcatifa e paredes em *grenat*; reposteiros e guarnições em damasco da mesma côr, d'uma extrema simplicidade. Nas paredes dois esplendidos retratos de Suas Magestades, de Malhoa, o grande pintor portuguez e uma das glorias da arte nacional, ricamente emmoldurados em ouro e encimados com as armas reaes.

O docel do throno em *grenat* e ouro era sobrepujado pela corôa real.

*

De jantar — Mobilia completa e distincta em *vieux, chêne*, estylo Henrique II. Nas paredes alguns retratos de soberanos da actual dynastia. Estofos, guarnições, etc, em *grenat* e creme. No corêto lindissimas *draperies* com colchas da India, ricas, bordadas

a matiz. Tres elegantes *paravents*. Palmeiras, fetos e outros soberbos exemplares de plantas ornamentaes; nos aparadores rica baillella de prata antiga.

*

O vestibulo mobilado com ricas cadeiras de espaldar, antigas, de couro lavrado. Na escada nobre uma extraordinaria variedade de plantas ornamentaes de surprehendente effeito.

*

A illuminação do Paço, a acytiléne, produzia um bello effeito.

A accrescentar a esta pequena resenha, uma enorme profusão de plantas raras, orchideas, fetos, palmeiras, dispersas pelos quartos, salas e corredores davam a todo o edificio o aspecto d'um elegante jardim.

*

Illuminações — Á noute a cidade illuminou toda, produzindo um bello effeito. Das illuminações publicas sobresahia a *Camara Municipal* e *Caixa Economica Terceirense*, a copos de côres, a *Praça da Restauração* coberta com uma cupula de baldões venesianos, do mais agradável aspecto, e a alfandega e *Associação Commercial* tambem á veneziana.

Muito elegante tambem a illuminação da casa do sr. Conselheiro Tavora, na rua da Esperança.

Num coreto da Praça tocava a *Recreio dos Artistas*. Pelas ruas as outras phylarmonicas.

O movimento por toda a parte era extraordinario. Até altas horas da noute a multidão conservou-se no *Largo Vinte e Dois de Junho*, acclamando Suas Magestades.

*

O escaler da alfandega — Tem o numero 1 no registo das embarcações da alfandega de Angra. Á sua historia tem ligadas duas datas notaveis para esta terra — nelle desembarcou o sr. D. Pe-

dro iv e mais tarde o Infante D. Luiz, depois rei de Portugal e pae do actual Soberano.

O casco, pintado a branco com ornatos dourados, é de cedro, faia e teca, e pregado a cobre. Mede de comprimento 10^m,80, de bocca 3^m,31 e de pontal 0^m,90.

A sua decoração — A armação do docel, estylo Luiz xv, é feita em madeira e apoiada em oito columnatas que terminam em esferas encimadas por lanças de prata. Na frente, em magnifica obra de talha, o escudo e corôa portugueza dourados.

Todo o emolduramento das guarnições e ornatos é em alto relevo. Na parte inferior o tecto é coberto de seda azul e branca, em listas symetricamente dispostas, rematando ao centro num *chou* do mesmo tecido. As cortinas e sanefas são em damasco de seda azul com franjados da mesma côr e forradas de *surah* branco. Os *embrasements* de cordão de seda azul com borlas da mesma côr. Das sanefas desenrolam-se bambolins do mesmo tecido com franjas brancas, ligando-se entre si por laços de seda azul.

O xadrez de popa, occupado pelo camarim destinado a Suas Magestades, é coberto por um tapete carmezim, e as bancadas revestidas de coxins em damasco *grenat*, salientando-se ao redor rampas de peluche carmezim com cordões da mesma côr. Sobre o tapete uma almofada de damasco *grenat* guarneçada de cordão igual. No assento de pôpa, cahia artisticamente um rico panno de damasco azul e branco, com cordão e borlas azues.

Duas pequenas escadas de mogno, com tres degraus cobertos de passadeira da côr do tapete, davam ingresso no elegante barco.

A guarnição era composta de 1 patrão e 12 remadores, do quadro da Alfandega de Angra, homens de reconhecida coragem e pericia nas lides do mar.

Referinde-se a esta embaração, disse, em telegramma para o Ministro da justiça, o sr. conselheiro Hintze Ribeiro, illustre Presidente do conselho de Ministros:

«Suas Magestades desembarcaram para o escaler que havia sido utilizado pelo sr. D. Pedro iv, e que se achava ricamente adornado.»

*

Edificios e estabelecimentos publicos — As manifestações de entusiasmo começaram logo de madrugada, indo varias phylarmonicas tocar a alvorada em frente do Paço Real e do Paço Municipal.

Foi no meio de estrepitosos vivas e palmas, e ao

som do hymno real, tocado pela phylarmonica *União Velense*, que Suas Magestades saíram do Paço, ás 10 horas da manhã do dia 2, em carruagem, seguidas pela comitiva e precedidas pelo sr. governador civil, dirigindo-se á Camara Municipal, por entre o povo que acorria em massa a prestar-lhes homenagem do seu respeito e saudando-os delirantemente.

Ali eram esperados no atrio do Palacio pela vreação com o seu presidente á frente.

Junto ao portico tocava a *Flamenguense*.

Ao entrarem no sumptuoso edificio, cuja ornamentação era primorosa, receberam os cumprimentos da municipalidade, e dirigindo-se ao salão nobre, o sr. dr. Homem de Noronha leu a seguinte allocução :

Senhores : — Permittam Vossas Magestades, na occasião em que se dignam entrar nesta casa, que eu, em nome da Camara Municipal e de todos os seus municipes, agradeça com o mais profundo acatamento as elevadas distincções que Vossas Magestades se teem dignado conceder a esta cidade de Angra do Heroismo.

Neste mesmo logar, Senhores, se inaugurou, no 1.º dia de janeiro de 1831, a primeira camara municipal eleita em todo o paiz, consoante os preceitos da Carta Constitucional da Monarchia. Foi dia de festa esse, em que se julgou ganha definitivamente a causa constitucional, posta nesse momento sob a protecção do municipio liberal, porque em todos os tempos o municipio tem sido em Portugal o paladio das liberdades patrias, o laço de amor entre o Rei e o Povo.

Vossas Magestades, honrando com a sua visita estes paços do concelho, dignam-se dar a esta cidade uma prova de consideração, que mais estreita aquelle laço, mais obriga a nossa lealdade e accresce em honra aos muitos titulos de nobreza com que a munificencia regia tem distinguido esta ilha.

Para que fique perduravel memoria de facto tão honroso para esta camara municipal e para os povos que ella directamente representa, em nome d'ella imploro de Vossas Magestades a graça de assignarem auto d'esta sua generosa visita, que fique sendo não

somente padrão de tão memoravel successo, mas tambem novo protesto de lealdade e respeito para com os Augustos Reis de Portugal, da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroismo.

Em seguida Suas Magestades dignaram-se assignar o auto da visita, que era do theor seguinte :

No dia dois de julho do anno de mil novecentos e um, nesta Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroismo, achando-se reunidos nos paços do concelho os excellentissimos presidente e vereadores da camara municipal, para o fim de receberem a honrosa visita que Suas Magestades El-Rei D. Carlos I e a Rainha Senhora D. Maria Amelia, se dignaram fazer a este paço municipal, se dirigiu a mesma camara ao atrio e entrada do edificio onde teve a honra de receber a Suas Magestades, que se encaminharam ao salão nobre, acompanhados das pessoas do seu sequito, onde o excellentissimo presidente da camara, obtida venia, dirigiu a Suas Magestades uma allocução de agradecimento pelas elevadas distincções que Suas Magestades se teem dignado conceder a esta cidade, pedindo aos mesmos Augustos Senhores a Graça de assignarem termo d'esta sua visita, que fique sendo não sómente padrão de tão memoravel successo, mas tambem novo protesto de amor e de lealdade para com os Augustos Soberanos do paiz, da parte d'esta municipalidade e dos povos que ella representa.

Suas Magestades dignaram-se acceder com a maior benignidade a assignar este auto que eu José Sebastião de Castro do Canto, secretario da Camara, fiz escrever e subscrevi. = EL-REI D. CARLOS = D. MARIA AMELIA RAINHA. = D. Maria Francisca de Menezes = Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro = Antonio Teizeira de Sousa = Conde de Tarouca = Conde da Ribeira Grande = Guilherme Brito Capello = Conde de Arnoso = Fernando Eduardo de Serpa = Francisco Augusto d'Oliveira Feijão = Emygdio Lino da Silva Junior.

Camara : = José Pimentel Homem de Noronha = Guilherme Martins Pinto Junior = Francisco José da Costa Vidal = Frederico Augusto de Vasconcellos Junior = João Nogueira de Freitas = Candido de Menezes Pacheco de Mello Forjaz e Lacerda = Pedro Alvares da Camara Paim de Bruges = Sebastião Cardoso Pamplona Corte-Real = José Sebastião de Castro do Canto.

Depois de rapida visita ao edificio, cujo aspecto grandioso o faz com justiça considerar o primeiro entre as camaras do paiz, excepção feita ao municipio

de Lisboa, Suas Magestades saíram do Paço Municipal com o mesmo cerimonial, sendo aclamados pela multidão, ao som do hymno real, dirigindo-se a comitiva ao Seminario pela rua D. Maria Amelia em cujas janellas, cobertas de ricas colchas, estava grande numero de damas lançando flores sobre a carruagem real.

O edificio — No dia 11 de agosto de 1846, vigesimo anniversario da mais memoravel data da historia liberal, foi lançada a primeira pedra do actual Paço Municipal de Angra.

Num cofre de bronze foram lançadas algumas moedas do reinado de D. Maria II, assim como o duplicado do auto da inauguração.

Este magestoso edificio tem 37 metros de frente e 21 de fundo. No frontão ostenta as armas da cidade e uma estatua representando Angra, reproducção d'uma estatueta que forma o cabo d'uma campainha offerecida ao senado angrense por El-Rei D. João VI.

A historia do municipio angrense é das mais honrosas. Foi a primeira camara constitucional do paiz, e a mais considerada e galardoada pelos soberanos de Portugal.

Em 12 de outubro de 1829, anniversario natalicio de D. Pedro IV, o general conde de Villa Flôr, entregava solemnemente á municipalidade de Angra, o retrato da Rainha D. Maria II, o primeiro que houve, e por Ella offerecido.

Este retrato acha-se na sala das sessões, onde se vê egualmente o exemplar impresso da Carta Regia de 12 de janeiro de 1837, que concedeu á cidade de Angra o seu novo brazão, d'onde pendem as insignias da *Grã-Cruz da Torre e Espada* e o titulo de *Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade*.

Num outro quadro, existe a chave do cofre que em 3 de março de 1845 foi collocado no monumento erigido á memoria do Rei-Soldado.

Por occasião da Visita Regia, o Paço Municipal, devido aos incançaveis esforços do illustre presidente da camara, sr. dr. José Pimentel Homem de Noronha, intelligentemente coadjuvado pelo esclarecido secretario da camara e nosso presadissimo amigo sr. José Sebastião de Castro do Canto, que foi a alma das festas promovidas pela camara em honra dos nossos Reis, apresentou-se á altura da cidade, que representava a antiga capital dos Açores e do Reino, tão rica e imponente era a decoração de todo o edificio.

Tentaremos dar uma leve ideia d'essa decoração, em que se alliava um requintado bom gosto á mais opulenta sumptuosidade.

No vestibulo e patins de mosaico, desde a rua até á sala d'entrada, corria uma passadeira carmezim avelludada.

Formosos fetos e outras plantas ornamentaes adornavam a magestosa escadaria, assim como as janellas do patim superior que se achavam transformadas, por meio de plantas de estufa, em pittorescos jardins.

A sala d'entrada, revestida de linoleo, assim como os corredores, tinha uma rica mobilia antiga de pau santo e grandes vasos com flores; ao fundo, em dois enormes *bouquets*, ostentavam-se sobre fundo verde as iniciaes dos regios visitantes.

O vasto salão nobre, onde foram recebidas as Magestades mede de comprimento 19,20 por 10 metros de largura e tem 7 janellas que que abrem para a rua D. Amelia e 3 para a *Praça da Restauração*, todas guarnecidas de ricos cortinados de tulle bordada.

Os reposteiros, de *bourrette* de seda ouro velho, e as sanefas do mesmo estoffo e peluche de seda granada, são do mais apurado gosto.

Veste o salão uma magnifica alcatifa avelludada, estylo moderno inglez.

A mobilia é estofada a seda carmezim com ramos ouro velho, tendo o *sopha* e *fauteils* guarnições de pellucia da côr dos reposteiros.

Sobre um estrado, destacam-se duas bellas cadeiras antigas, de pau santo, forradas a pellucia de seda granada.

Ao fundo do salão vê-se, por cima do throno, o retrato a oleo de El-Rei; aos lados o busto em bronze de D. Pedro IV por elle offerecido, e a bandeira da cidade.

Alem d'estes estão os retratos dos 1.º e 2.º condes da Praia da Victoria e do 1.º conde de Sieuve de Menezes.

A sala é brilhantemente illuminada por 18 placas e 4 lustres de metal dourado e crystal, que podem servir indistinctamente para petroleo, gaz ou electricidade.

No centro da sala nota-se uma primorosa mesa antiga de pau santo, com fechos de prata, onde foi assignado o auto da honrosa visita de Suas Magestades, em livro especial riquissimamente encadernado em *chagrin* com cantos e brazão d'armas da cidade em prata oxidada.

Numa salva de prata vê-se — em metal dourado — as chaves da cidade que foram entregues a El-Rei, e que já o haviam sido a D. Pedro IV. Num canto do salão e sobre elegante columna, está um esplendida serpentina de prata, verdadeiro primor artistico, offerecida ao concelheiro José Silvestre Ribeiro pela Rainha de Inglaterra, e por elle deixada em testamento á camara de Angra.

No tecto do salão ostentam-se em alto relevo e a côres naturaes, as armas da cidade; aos cantos magnificos florões dourados.

Segue-se o gabinete da presidencia, alcatifado e com reposteiros e sanefas de *bourrete* de seda encarnada. No centro um *borne* forrado de seda identico á dos reposteiros, alem d'um *sophá* e dois *fauteils* do mesmo tecido.

A sala das sessões, dividida em duas partes por uma teia em mogono finamente rendilhada, é alcatifada na sua parte superior.

Os reposteiros são de *reps cardinal*, e as cadeiras antigas de pau santo, estofadas a seda egual ás do salão nobre.

Nesta sala, alem dos quadros de recordação historica, já mencionados, estão varios retratos ricamente emoldurados de soberanos portuguezes.

O gabinete do secretario, que é contiguo, egualmente alcatifado, com reposteiros em *bourrette* condizendo com o papel avelludado que o reveste, está ornamentado com formosas plantas. Magnificas estantes encerram obras scientificas e de legislação.

A Bibliotheca Municipal, inaugurada no dia 1.º de dezembro de 1876, contem cerca de cinco mil volumes, parte dos quaes foram doados pelo illustre terceirense, já fallecido, Francisco Jeronymo da Silva, cujo retrato a oleo se acha na mesma bibliotheca; possui tambem duas primorosas estantes de pau santo que pertenceram ao visconde de Almeida Garrett.

Tem este grandioso edificio outras salas onde se acham instaladas as secretarias, a thesouraria, repartição de obras municipaes, serviço de incendios, administração do concelho, commissariado de policia, conservatoria, etc.

Eis a ligeiros traços a descripção do *Paço Municipal de Angra do Heroismo*, que pode ser considerado como um museu de preciosidades historicas devidas á munificente gratidão dos reis que, em tempos idos, souberam agradecer e premiar os serviços inegualaveis prestados á patria e á corôa pela Muito Nobre, Leal e Sempre Contante cidade.

*

No Seminario — Á chegada ao Seminario foram Suas Magestades recebidas pelos seminaristas, que formavam alas até ao portico, onde aguardavam os Soberanos o Prelado e os corpos docente e dirigente d'aquelle instituto.

Por entre entusiasticos vivas dos estudantes foi,

pelo mais novo dos seminaristas, offerecido á Senhora D. Amelia um formoso *bouquet*, do qual pendiam fitas azues e brancas com a seguinte legenda:

A SUA MageSTADE A RAINHA
A SENHORA D. AMELIA
OS SEMINARISTAS DE ANGRA

Suas Magestades, depois de visitarem o museu, a sala de recepção, a bibliotheca, salas de estudo, dormitórios e jardins, dirigiram-se á igreja de S. Francisco, onde fizeram oração na capella do Santissimo Sacramento. Durante a visita não cessaram as acclamações dos seminaristas aos seus Reis, as quaes se misturavam com as do povo, que tinha invadido o largo atrio da igreja, estendendo-se pelas ruas proximas.

No atrio tocava a *Recreio dos Artistas*.

*

No Hospital — Suas Magestades tomaram novamente a carruagem, e seguiram para o hospital de Santo Espirito, onde chegaram cerca das 11 horas, sendo muito victoriados na rua de D. Carlos.

A esperal-os estava a meza administativa, os medicos, o mordomo e o capellão.

Depois de rapida oração na Capella, onde ha quadros de subido valor, que os nossos reis admiraram, dirigiram-se ás enfermarias. Ali Sua Magestade a Rainha informou-se pessoalmente do estado dos doentes,

percorrendo todas as camas e tendo palavras de conforto e carinho para todos, palavras que iam direitas ao coração de cada doente que as ouvia.

A Augusta Soberana quiz saber dos recursos, de que o Hospital dispõe para a sua manutenção. Ao saber que a receita era approximadamente de dez contos de réis, manifestou a sua admiração por se conseguir tanto com tão exigua dotação.

Na sala das sessões, onde Suas Magestades e comitiva se dignaram inscrever o seu nome no livro dos visitantes, o sr. Guilherme Martins Pinto Junior, illustre provedor da meza, leu a seguinte allocução :

Senhor — A mesa administrativa d'este pio estabelecimento, a que tenho a honra de pertencer, não pode deixar passar esta occasião de tanta solemnidade e regosijo sem demonstrar, ainda que em phrase pobre e despretenciosa, o quanto lhe é agradavel a regia visita de seus Augustos Monarchas a estas plagas açorianas.

O quanto este povo vos ama, Augusto Senhor, di-lo bem alto a historia da nossa querida patria.

É ella que vos diz que aqui... neste pequeno rochedo lançado no meio do Oceano, se derramou sangue pela causa santa da liberdade, é ella que canta o heroismo d'este povo, que, como valentes soldados, souberam dar a vida pela patria e pelo Rei, e esses valentes soldados, não só amavam a liberdade até darem a vida, mas souberam tambem lançar no coração de seus filhos essa preciosa semente. Sim, Real Senhor, ainda tambem nós sentimos girar nas veias o sangue de nossos avós... e como elles amámos a nossa patria e o nosso Rei, até ao sacrificio, se precioso fôr.

Senhor — É grande, é immensa a alegria que nos vae nalma ao recebermos tão subida prova de consideração, com a visita de Vossas Magestades a este estabelecimento de caridade, e muito desejaríamos poder apresentar a Vossas Magestades um hospital bello e com todas as condições que a sciencia exige, mas ainda que sejam esses os nossos ardentes desejos, não o podemos fazer, porque o não permittem as nossas forças pecuniarias; e se alguma cousa temos feito devemo-lo em grandissima parte aos sentimentos caritativos e

philantropicos que exornam o coração magnanimo de Vossas Magestades. Sim! Real Senhor, sois Vós... que nos tendes auxiliado muito e muito, concedendo a esta casa um subsidio annual pela indemnização do desconto no juro das suas inscripções, e se não fôra tão generosa protecção, que lhe tendes concedido, difficil e atrophizada seria a sua existencia.

Reconhecidos, pois, por tão grandes beneficios, deixae, Senhores, que eu, em nome da mesa d'esta santa casa, em nome dos pobres invalidos que no ultimo quartel da vida, e quando já não teem os afagos da familia, aqui vem abrigar-se, em nome dos pobres enfermos, que aqui se revolvem no leito da dôr, com o mais profundo respeito deposite em vossas mãos um osculo, que signifique o nosso profundo reconhecimento e a nossa eterna gratidão para com as Augustas pessoas de Vossas Magestades.

Terminou o sr. Pinto Junior levantando entusiasmicos vivas a Suas Magestades.

No Asylo de Mendicidade — A real comitiva, acompanhada da mesa administrativa, seguiu a pé para o *Asylo de Mendicidade*, o que era esperada pelas damas protectoras do Asylo, pela direcção e pelas irmãs de S. José de Cluny, que teem a seu cargo o tratamento dos invalidos.

Suas Magestades, despedindo-se da mesa administrativa do Hospital que os acompanhára, entraram naquella casa de caridade ao som do hymno real e de calorosos vivas.

Ali os pobres asylados rodearam Suas Magestades, osculando-lhes as mãos num intimo e santo entusiasmo, deveras commovente, ouvindo dos Regios Visitantes as mais carinhosas palavras.

Depois de percorrerem o edificio, cujo aceio muito elogiaram, e visitarem a capella vestida de galas para

receber os Soberanos, Suas Magestades entraram na sala das sessões onde o illustre presidente, sr. Manuel Alves de Bettencourt, leu a seguinte allocução:

Deus Salve os Excelsos Monarchas Portuguezes, que se dignaram honrar hoje com a Sua presença o modesto Asylo de Mendicidade terceirense.

É pobre e acanhado o estabelecimento, mas é grande, sublima a sua missão de caridade. Que a Vossa Real benevolencia haja por bem desculpar as muitas faltas que, bem a nosso pensar, ainda por aqui se encontram, e que os pobres velhos albergados neste Asylo possam recordar-se da honrosa visita dos nossos Excelsos Soberanos.

Dignae-Vos, pois, tomal-os sob a Vossa Real protecção e Deus Vos compensará por certo, continuando sempre venturoso o Vosso reinado para honra e gloria da nação portugueza, como todos haremos mister.

Deus Salve os Excelsos Monarchas Portuguezes.

Viva Sua Magestade El-Rei !

Viva Sua Magestade a Rainha !

Viva a Familia Real Portugueza !

À entrada do Asylo tocava a *Flamenguense*.

Momentos depois Suas Magestades saiam do Asylo deixando as mais gratas e perduraveis recordações.

*

No Asylo de Infancia Desvalida — Eram esperados á porta da igreja de Nossa Senhora do Livramento pelas damas protectoras, mesa administrativa, asyladas e muitas outras pessoas de distincção.

Recebidos os cumprimentos pelos Augustos Visitantes, Suas Magestades entraram na igreja, esplendidamente ornamentada, indo orar na capella mór e junto do altar da Padroeira do Asylo.

Dirigiu-se depois o cortejo para o vasto salão, onde

estava installada a exposição dos trabalhos executados pelas educandas, sob a cuidadosa e esmerada direcção das irmãs de S. José de Cluny. Logo que os Soberanos tomaram logar sob um rico docel de seda azul celeste, do melhor gosto, as asyladas entoaram um hymno consagrado áquelle acto solemne, com acompanhamento ao piano pela ex.^{ma} sr.^a D. Maria das Mercês Mendonça Machado, gentil filha do respeitavel cavalheiro graciosense sr. Manuel de Sousa Machado da Cunha.

A mais pequenina das educandas recitou então uma adoravel saudação aos Monarchas :

Real Senhor ! Real Senhora ! — As creancinhas desvalidas do Asylo de Nossa Senhora do Livramento, não sabem exprimir a sua alegria e grande contentamento por terem a felicidade de lhes ser concedida a graça de beijarem reverentes as Regias mãos de Vossas Magestades Fidelissimas !

Meu Deus ! Meu Deus ! Como são bons e cheios de carinhos Suas Magestades os Reis de Portugal ! . . .

Chegam á nossa bella e linda cidade de Angra, e no meio de tantas festas com que são acolhidos por toda esta formosa ilha, que está louca de contentamento, Suas Magestades não esquecem o pobre Asylo de creancinhas tão pobres, que só tem a riqueza da sua fé em Deus Nosso Senhor e o amôr reverente aos seus Augustos Monarchas.

Como o Bom Jesus, nosso Deus e Salvador, acariciava as creancinhas, dignam-se Vossas Magestades vir tambem honrar e engrandecer a nossa pequenez e desvalimento chamando-nos para junto de Suas Augustas Pessoas, o que nos parece ainda um sonho.

Já no regaço d'uma santa Rainha se converteram as esmolas em flores, e nós vemos hoje aqui no coração da nossa Excelsa Soberana, que é tambem uma Rainha santa, convertidos em flores todos os carinhos maternas que Sua Magestade se digna dispensar ás creancinhas pobres.

A essas flores mimosas da Sua alma angelica, correspondemos com o nosso amôr puro e innocente de creancinhas. . . E desfolha-

mos a seus pés as flores da nossa maior veneração, do nosso profundo acatamento, do nosso acrysolado affecto de humildes servas de tão Augusta Soberana !

E nestas florinhas, Real Senhor e Real Senhora, vae symbolizado o amôr, respeito e gratidão eterna que consagram a Vossas Magestades todos os Seus leaes subditos desta formosa ilha.

A flor deste amôr não emmurhecera jámais, porque a alimentará sempre a impressão, que nos fica para toda a vida, da bondade e carinho dos nossos Augustos Soberanos.

Nossa Senhora do Livramento Guarde e defenda Vossas Augustas Magestades para gloria da Nação portugueza.

Viva Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos 1.º

Viva Sua Magestade a Rainha.

Viva toda a Augusta Familia Real.

Foi grande o enthusiasmo que produziu esta formosa allocução, impressionando muito agradavelmente os Soberanos.

Suas Magestades admiraram os trabalhos, que se achavam expostos, tendo palavras de carinhoso incentivo para as azyladas, que lhes offereceram duas toalhas para mãos em *granité* bordadas a *soie lavable*, tendo cada uma as iniciaes de cada um dos Monarchas.

Em nome das illustres Senhoras, que constituem o conselho protector do Azylo, a ex.^{ma} sr.^a D. Maria Francisca de Bruges Brito do Rio offereceu a Sua Magestade a Rainha um lindissimo *paravent* em seda *moiré* branca, tendo num dos *panneaux* um escudo com as armas das casas de Orleans e Bragança, bordadas a ouro, prata e matiz, e no outro um formoso e artistico ramo de *bluets*, a flôr predilecta da virtuosa Rainha, bordado a matiz.

Este esplendido trabalho, cuja execução era tudo quanto ha de mais primoroso e distincto, foi executado

pelas ex.^{mas} s.^{as} D. Maria Thereza Sanches Franco de Lima e D. Adelaide Costa.

A falta absoluta de tempo privou Suas Magestades de se demorarem naquelle estabelecimento e visitarem o resto do edificio.

Durante a demora dos Soberanos no *Asylo* tocou no atrio a phylarmonica *Recreio dos Artistas*.

A multidão, que não cessára de victoriar Suas Magestades desde a saida do Paço e em todo o percurso das visitas, fez-lhes uma estrondosa ovação quando saíram do *Asylo*. Tomaram em seguida os Monarchas logar na carruagem, que os conduziu rapidamente ao Palacio, sob uma verdadeira tempestade de vivas.

Todas as cabeças de homens se descobriam, todos os lenços brancos de mulheres se agitavam, todas as boccas de creanças se entreabriam em sorrisos, como botões de rosa ao orvalho e ao sol !

As ruas do transito estavam lindissimas, e as janelas, onde se ostentavam ricas colchas, regorgitavam de senhoras.

Junto do Paço aguardava os Reaes Visitantes a phylarmonica *União Velense*.

*

A recepção — Às duas horas da tarde, começou a affluir ao Paço tudo quanto Angra tem de distincto na sua sociedade elegante, alem do elemento official largamente representado.

Na sala dos ajudantes e nas d'El-Rei e da Rainha,

via-se grande numero de damas, camara municipal, officiaes das divisões navaes portugueza e ingleza, o general commandante militar dos Açores com um luzido sequito de todos os officiaes da guarnição, tendo á frente o distincto coronel de infantaria sr. Elias José Ribeiro Junior, o Prelado, corpo capitular, chefes de repartição e respectivos funcionarios, etc., etc.

Depois da audiencia de Suas Magestades ás se-nhoras angrenses, começou o beijamão, que durou cerca de uma hora, e teve extraordinaria imponencia.

O sr. presidente da camara leu a seguinte allo-cução :

Senhores — Ante o Throno de Vossas Magestades, dominada pelo mais vivo reconhecimento, possuida do maior respeito, vem a Camara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante cidade de Angra do Heroismo, em nome dos povos que representa, depôr os protestos da sua gratidão, pela elevada distincção que Vossas Magestades se dignaram conceder a esta cidade e ilha com a sua honrosa visita.

Esta gratidão, Senhores, é acompanhada dos sentimentos de maior veneração pelas excelsas pessoas de Vossas Magestades e de profundo affecto á augusta dynastia constitucional que Vossas Magestades representam, entre a qual e esta terra heroica tem sempre existido vinculo de amôr, que este fausto successo veio tornar perseverante e indissolúvel.

E se estes sentimentos, Senhor, não tivessem a confirma-los a eloquencia de heroicos feitos, clara e luminosamente consignados na historia, esculpidos nos brazões de nobreza civica d'esta terra, bastaria para assegurar d'elles a Vossas Magestades o alegre al-voroço, os entusiasticos applausos, as acclamações reiteradas com que a alma popular recebeu hontem a Vossas Magestades nesta ilha, manifestações, cuja espontaneidade estão fulgurantemente a demonstrar o amôr, a submissão que este pobre, mas honrado e le-alissimo povo consagra a Vossas Magestades.

Esta Camara Municipal, os habitantes d'esta terra, todos fazemos votos para que a Divina Providencia cubra de bençãos a Vos-sas Magestades, encha de prosperidades o seu reinado, prolongue

suas vidas preciosas e perpetue a sua dynastia para felicidade d'es-tes povos, para honra, lustre e gloria da nação portugueza.

A eloquente resposta de Sua Magestade El-Rei foi :

Num transe angustiado, quando Portugal tentava num esforço extremo repulsar o despotismo para se abraçar á liberdade e ao progresso da vida social moderna, foi neste recanto insular que veio acoitar-se foragida a bandeira do direito nacional por excel-lencia : a realza legitima associada ás franquias populares.

Foi esta cidade de Angra que recolheu piedosamente a arca santa do coração do reino, cobrindo-a com o seu peito abroquelado do mais intemerato heroismo.

Sinto-me commovido ao recordar que meus Augustos Avós neste retalho abençoado da terra portugueza soltaram comvosco o primeiro grito da restauração triumphante da patria.

Rei liberal e portuguez, venho junto de vós com o mesmo en-tranhado affecto receber o preito da vossa lealdade e devoção ci-vica. As vossas saudações, que reconhecidamente agradeço, são o echo redivivo da acclamação de outro'ora, repassada da mesma san-tidade de juramento com que um povo e um Rei sellaram, nos alta-res d'esta heroica e patriotica cidade, o indestructivel pacto da fé e da alliança nacionaes.

Durante a recepção tocaram no *Largo Vinte e Dois de Junho* a banda regimental e quatro phylar-monicas.

*

Nas festas d'este dia regista-se, como das mais agradaveis aos Monarchas, a manifestação enthusias-tica que lhes fizeram os estudantes do lyceu, escola districtal e escolas primarias.

Antes da partida de Suas Magestades para a inau-guração do monumento commemorativo da visita regia, centenares de alumnos dos dois sexos, inspirados na affeição pelos seus Reis, nas tradições de lealdade dos seus antepassados, nos feitos heroicos d'esta terra,

escriptos em letras d'ouro na sua historia, vieram prestar em frente do Paço uma carinhosa e emocionante homenagem aos Monarchas de Portugal. Suas Magestades, á janella, agradeciam commovidos tão sinceras e expontaneas demonstrações de respeitosa sympathia. Por entre *vivas* delirantes, soltados pela bocca de centenas de creanças, ás quaes se associou a multidão que enchia a rua *Duque de Palmella*, uma deputação de estudantes dos dois sexos foi admittida á presença dos nossos Augustos Hospedes.

Uma gentilissima creança, filha do sr. José da Rosa da Silveira, offereceu á senhora D. Amelia um formoso *bouquet*, que Sua Magestade recebeu vivamente impressionada, beijando affectuosamente a adoravel pequenita.

O sr. Henrique Braz, um dos rapazes mais intelligentes e talentosos que cursam o nosso lyceu, leu a seguinte mensagem :

Temos assistido com o mais sincero prazer a esse entusiasmo verdadeiramente patriotico com que a nossa terra, pequeno penhasco elevado sobre o Oceano, mas santo asylo da liberdade opprimida, pretendeu receber os seus Augustos Soberanos.

Apenas se confirmou a noticia da visita de Vossas Magestades ao archipelego açoreano, todos os corações dos terceirenses exultaram de alegria e procuraram, unidos no mesmo pensamento, prestar a sua modesta mas cordeal e sincera homenagem ao Vulto que representa a integridade da patria, as suas nobres e inegalaveis tradições, o seu progresso e engrandecimento ; e ao Anjo de Caridade que, dotado de geniaes qualidades para collaborar na mesma grandiosa obra, proteje a infelicidade, leva lenitivo á dôr, procurando assim salvar os seus dilectos filhos que tanto a extremecem e adoram.

Nascidos neste pequeno baluarte que defrontou dignamente e

briosamente o sobreceño do despotismo, as terriveis e angustiosas inclemencias do desterro e da prepotencia para se conservar sempre fiel á causa liberal, não podiamos ficar silenciosos, nem deixar de vir com o mais profundo respeito, a mais subida consideração, o mais sincero e cordeal affecto, prestar a nossa pequena e singela homenagem ante o throno de Vossas Magestades.

Por isso vimos nós, em nome da academia angrense e escolas primarias, levantar com o mais santo fervor um viva de reconhecimento pela passagem de Vossas Magestades por esta ilha, pedindo á Providencia que ella nos fique eternamente gravada na memoria, e abra novos horisontes de progressivo desenvolvimento neste archipelago.

Vimos pois, em nome da academia que representa os homens de amanhã nesta terra, demonstrar mui respeitosa e Vossas Magestades que estamos hoje e estaremos sempre promptos a imitar o exemplo dos nossos antepassados, desde que perigue a integridade da patria e a preciosa vida dos seus Augustos Soberanos.

Sua Magestade El-Rei, visivelmente impressionado, apertou fortemente a mão do sympathico academico, para quem teve agradaveis palavras.

Em frente do Paço tocava a *Flamenguense*.

*

Ás cinco horas da tarde saiam Suas Magestades em direcção á Praça da Restauração, onde se devia realisar a cerimonia do lançamento e benção da primeira pedra do monumento commemorativo da visita regia.

A multidão espessa, que se agitava, que formigava nas immediações do Paço, estudantes á frente, faz então aos Soberanos uma estonteante ovação, acompanhando todos a carruagem real. Houve momentos de verdadeira loucura quando a Rainha, cuja figura esbelta se destacava por sobre a multidão, sorria ao bom povo, mais como irmã do que como Soberana !

Foi sob uma verdadeira tempestade de aclamações, apaixonadas, frenéticas, delirantes, que Suas Magestades tomaram logar no pavilhão levantado na Praça.

No recinto reservado á cerimonia via-se uma distincta concorrência. Feitas as formalidades religiosas, o illustre presidente da Camara leu o respectivo auto que abaixo transcrevemos, e que foi encerrado num magnifico cofre de pau preto com moedas da effigie do sr. D. Carlos. Depositado depois na pedra fundamental do monumento, Suas Magestades com os utensilios de pedreiro cumpriram o ceremonial do encerramento d'aquella pedra, por entre estrondosos vivas e palmas ao som do hymno real e do estrondar de muitas girandolas de foguetes.

Na praça tocava a *Recreio dos Artistas e União Velense*.

No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e um, aos dois dias do mez de julho nesta cidade de Angra do Heroismo, ilha Terceira e na Praça da Restauração, procedeu Sua Magestade El-Rei de Portugal D. Carlos I, com a assistencia de Sua Magestade a Rainha D. Amelia, á collocação da primeira pedra do monumento commemorativo da visita de Suas Magestades a esta ilha, pedra que previamente tinha sido benzida por sua excellencia reverendissima o senhor D. Francisco José, Bispo d'esta diocese de Angra.

E para que de futuro se conheça este facto tão memoravel, em que os filhos e habitantes do districto de Angra pretendem perpetuar tão fausto acontecimento, se lavrou o presente auto, do qual se extrairam duas copias authenticas, uma para ser depositada e guardada no archivo Nacional da Torre do Tombo e outra no archivo da Camara Municipal d'esta cidade.

*

o Castello — Terminada assim esta solemnidade, Suas Magestades partiram para o Castello de S. João Baptista, onde eram aguardados por toda a guarnição, tendo á frente o illustre general governador sr. Pimenta de Castro.

Á chegada dos Soberanos á vetusta e historica fortaleza houve a salva da ordenança. Suas Magestades e comitiva apeiaram-se das carruagens junto á entrada principal do Palacio do governador, sendo alvo de estrondosas aclamações da multidão que enchia a enorme praça do Castello. Depois de rapida visita áquelle edificio, onde o sr. Pimenta de Castro teve a honra de apresentar, a Sua Magestade a Rainha, sua esposa, filhas e muitas outras senhoras da familia dos officiaes da guarnição, os soberanos dirigiram-se á igreja profanada, seguindo depois a visitar algumas casernas e a admirar os esplendidos pontos de vista que se gosam dos dois bastiões extremos. Ali se demoraram Suas Magestades durante muito tempo contemplando os formosos panoramas e tirando photographias.

A multidão, que se tinha espalhado pelas baterias, não cessava de victoriar os nossos Reis, e foi sob uma chuva de palmas, de vivas, de ovações entusiasticas que deixaram o Castello, regressando ao Paço onde deveria ser, ás 8 horas, servido o jantar de gala.

Á entrada do Paço tocava a *Recreio dos Artistas*. Suas Magestades ainda neste dia dignaram-se dar

audiencia ao distincto photographo sr. Carlos Franco, que gentilmente offereceu a Sua Magestade um exemplar da sua esplendida vista da cidade, e ao mavioso poeta sr. Candido de Mello que teve a honra de depôr nas mãos da Senhora D. Amelia o livro de versos *Volitos*, dedicado á soberana.

0 jantar — Ás 8 horas começava o jantar official, que foi de 65 talheres, assistindo não só a côrte e ministros mas tambem muitos funcionarios e cavalheiros de distincção. Eis o menu :

Crème de volaille à la Reine
Poisson bouilli, sauce anglaise
Filet de bœuf à la bariguele
Escalopes de dindon aux truffes
Foie-gras en belle-vue
Punch glacé à l'Imperiale
Bécasses roties aux croutes
Salade panachée
Asperges à l'hollandaise
Pouding de Saxon
Coupe à la Chantilly
Glace

Vins : Madeira, Santerne, Johannisberg, Bordeaux,
Champagne, Porto e Moscatel.

Café et liqueurs.

Sua Magestade, El-Rei, dignou-se, no fim do jantar, brindar a ilha Terceira e a cidade de Angra do Heroismo. O honroso brinde foi o seguinte :

Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria II, minha Augusta avó, distinguiu esta gloriosa cidade com os mais honrosos titulos, merecidos pela muita nobreza, lealdade e constancia com que os seus heroicos habitantes tudo arriscaram, vida e fazenda, pela causa

liberal e pela sua Rainha. Estou convencido de que os filhos e os netos d'esses heroes dariam hoje igualmente o seu sangue e os seus haveres pelos seus Reis, pela patria e pela liberdade. Rei portuguez e liberal sinto-me neste momento verdadeiramente feliz vendo-me nesta terra, que foi o berço da liberdade portugueza e a cuja historia estão ligadas tantas e tão brilhantes tradições. Eu e a Rainha estamos profundamente captivados e agradecidos pela recepção entusiastica e verdadeiramente brilhante que nos foi feita e de que guardaremos grata memoria em nossos corações, por vermos nella novo testemunho da constante lealdade e do sincero amor d'este povo brioso e digno. Brindo pela ilha Terceira e pela cidade de Angra do Heroismo.

Respondeu o sr. dr. Homem de Noronha :

Os habitantes da cidade de Angra representados aqui pelo presidente do seu municipio, agradecem a Sua Magestade as palavras benevolas que se dignou dirigir-lhes, e fazem votos pelas prosperidades da Familia Real Portugueza.

No coreto do amplo e elegante salão de jantar, tocava um magnifico sexteto, superiormente regido pelo distincto maestro sr. João Antonio das Neves Junior. Nos jardins do Paço, onde Suas Magestades passearam depois do jantar, ouvia-se a banda de infantaria 25, que executava um magnifico repertorio.

Na cidade continuava o entusiasmo. Como na noite anterior, era magnifico o effeito das illuminações. Na *Praça da Restauração*, litteralmente apinhada, tocou primorosamente a charanga de marinheiros um repertorio esplendido, que foi muito apreciado e applaudido com calor. Nas ruas uma multidão enorme que, de espaços em espaços, ia ao *Largo Vinte e Dois de Junho*, acompanhada de phylarmonicas, ac-

clamar Suas Magestades, que das janellas do Paço agradeciam tão captivantes demonstrações de sympathia e affecto.

Terminados os festejos d'esse dia, tão extraordinariamente movimentado, El-Rei acompanhado dos srs. governador civil e conde de Arnoso, percorreu as ruas da cidade, que achou deveras formosa e só comparavel a Lisboa.

Digressão — No dia 3, pelas 10 horas da manhã, foram Suas Magestades em digressão ás freguezia de S. Matheus e de S. Bartholomeu. Era enorme a *queue* de carruagens, que seguia o coche real, conduzindo, além da comitiva real, muitas damas e cavalheiros da nossa sociedade elegante.

O bairro de S. Pedro estava enganalado; os caminhos cobertos de flores. Nos centros das duas importantes povoações suburbanas o povo reunido acclamava vibrantemente os seus Reis, acercando-se respeitosamente da carruagem para beijar-lhes as mãos.

Suas Magestades, que atravessaram uma das mais pittorescas regiões do nosso concelho, ficaram encantados com a digressão.

Nas freguezias de S. Matheus e de S. Bartholomeu, eram Suas Magestades aguardados por phylarmonicas.

A uma hora da tarde servia-se no Paço um almoço intimo, a que apenas assistiu o sr. govenador civil.

*

A corrida de touros em S. João de Deus — Uma festa propriamente caracteristica dos nossos costumes e habitos tradicionaes.

Diversão francamente popular, sem protocolo, ou cerimoniosas formalidades cortezãs, em que toda a gente se sente alegre, bem disposta, interessada no exito da tourada e . . . dos trambulhões, estava naturalmente indicada uma corrida de touros á corda, para servir a Suas Magestades de observação e estudo do nosso character folgazão, reinadio, festeiro, amante de foguetes e favas torradas, sem comtudo pôr notas discordantes nessas festas, antes tendo no meio d'ellas uma compostura e quasi gravidade, que é um dos *modos* mais apreciaveis do nosso bom povo.

Desde manhã começou uma verdadeira romaria para o pittoresco bairro, na ancia de apanhar bom logar, garantia de commodamente presencear a festa.

O logar de S. João de Deus presta-se como nenhum outro á diversão. Todas as casas têm balcões, que nestes dias se apinham de senhoras, cujas *toilettes* claras e garridas põem notas alegres e risonhas no panorama.

Pelas quatro horas da tarde era ali extraordinaria a agglomeração de povo. No ar cantava agudo e penetrante o pregão dos vendedores de milho e fava torrada — *quentinhas* — e fructas.

Meia hora depois uma girandola e os eccos do hymno real annunciavam a aproximação da comitiva

regia. E em pouco apparecia a carruagem real, litteralmente coberta de flores, por entre uma multidão compacta, que não cessava de acclamar Suas Magestades. Dos balcões agitava-se freneticamente lenços, dava-se palmas, lançava-se flores! e de toda a parte vivas estrondosos aos Soberanos; o enthusiasmo popular, geral, completo, vibrava em todas as suas cordas de amôr e satisfação.

Logo depois de Suas Magestades tomarem logar na elegantissima tribuna, mandada fazer pela Junta Geral, e cuja ornamentação era distinctissima de bom gosto e riqueza, começou a corrida com toda a serie de lances imprevistos, de boléos, de episodios comicos que faziam rir Suas Magestades e até o sr. Hintze. . .

Os Soberanos seguiam com verdadeira curiosidade e interesse os diversos lances do espectaculo, tão novo para elles e, enquanto El-Rei tirava photographias, o sr. conde de Arnoso lançava na sua carteira de touriste notas que servirão, ao que nos disse, para um livro sobre a viagem regia aos Açores.

Sua Magestade El-Rei desejou conhecer o dono do curro. O sr. governador civil apressou-se a satisfazer esse desejo, apresentando-lhe o sympathico *ganadero* para quem El-Rei teve, como sempre, palavras de justo elogio, que o sr. José Francisco Aurora agradeceu muito reconhecido. No arraial predominava sempre a mesma nota alegre e entusiastica, e as ovações aos Soberanos eram sem interrupção.

Os valentes marinheiros da divisão portugueza tiveram as honras da tarde, brincando galhardamente com os touros, embora uma vez ou outra mordessem o pó da estrada, mercê d'alguma investida não prevista.

Devemos aqui notar, que o nosso povo se absteve das habituaes brincadeiras deixando o campo livre aos hospedes, e que não houve a registrar, num ajuntamento de mais de 15:000 pessoas, uma unica prisão!

Recolhido o ultimo touro, Suas Magestades retiraram-se do arraial. A multidão espessa, que se agitava junto á tribuna, não cessava de victoriar os Monarchas. Como na ida, o regresso foi um passeio triumphal. As damas acenavam com os seus lenços brancos, os homens com palmas e vivas ensurdeciam os ares, as creanças lançavam flores á sua Rainha!

Surprehendente e delicioso quadro!

Durante a tarde tocou no largo de S. João de Deus a *Recreio dos Artistas*, e no restante arraial a *Flamenguense*, *União Velense* e a phylarmonica dos Altares.

Suas Magestades dirigiram-se ao *Monumento de D. Pedro IV*.

Ali admiraram os surprehendentes pontos de vista da cidade, da bahia e dos campos.

El-Rei tirou muitas photographias dos panoramas que mais lhe feriram a attenção.

Escola de desenho — Instantes depois retomavam os Monarchas as carruagens dirigindo-se á *Escola de Desenho Industrial*, onde eram aguardados pelo director, artistas e pela ex.^{ma} doadora do edificio, D. Catharina Pamplona Teixeira. Suas Magestades visitaram as officinas apreciando devidamente o valioso donativo d'aquella illustre dama, para quem tiveram palavras de conforto e justo elogio.

Foi por entre estrondosos vivas, que Suas Magestades sahiram do edificio seguindo para o Paço.

Na escola estava a ex.^{ma} esposa do director, sr. Cyriaco Tavares Silva, muitas outras damas e cavalheiros.

Junto ao Paço eram esperados pela *Flamenguense*, acompanhada de grande numero de pessoas, que delirantemente os victoriavam.

*

Na noite deste dia, como nas anteriores, repetiam-se as illuminações das ruas, edificios publicos e casas particulares, continuando sempre com caloroso entusiasmo as manifestações de elevada estima a Suas Magestades.

*

A tribuna real em S. João de Deus — Era de estylo oriental e media 9 metros de frente, por 4,50 de largura e 5,30 de altura, assentando sobre um pedestal de 3 metros.

Na fachada principal, ao centro, tinha uma ampla arcada com varanda, ladeada por outras duas de menor largura. As mezas das varandas das tres faces do pavilhão eram revestidas de pellucia de seda carmesim. As pinturas exteriores e ornatos, assim como as arcadas e columnas que formavam as janellas, obedeciam absolutamente ao estylo da elegante construcção.

Dois amplas arcadas lateraes deixavam gosar o movimentado panorama do arraial.

Nas janellas, fartissimos e ricos cortinados em *peluche* carmesim, destacando-se a travez os récortes dos pannos das arcadas.

O interior, paredes e tecto da tribuna eram forrados de finos estufos azul, branco e *grenat*, cujas côres se combinavam artisticamente em pregas e em forma de xadrez.

No pavimento uma rica alcatifa carmezim.

O gabinete de *toilette* da Senhora D. Maria Amelia tinha uma decoração igual á da tribuna.

A mobilia, genero antigo, era preciosa. Aos cantos, sobre artisticas columnatas, vazos com formosas begoneas e soberbos exemplares de orchideas.

A escada que dava ingresso na tribuna, tambem guarnecida aos dois lados de lindissimas palmeiras, fetos e outras plantas decorativas, tinha uma rica passadeira em velludo inglez.

Junto á galeria que circumdava a tribuna, sobre a janella principal, via-se o escudo das armas portuguezas e o mastro em que fluctuava, docemente impellido pela aragem, o pavilhão real.

O projecto da elegante tribuna foi devido ao habil funcionario da Direcção das Obras da Junta Geral sr. Abraham de Abobbot, que dirigiu assiduamente aquella construcção em todos os seus menores detalhes, affirmando mais uma vez a sua fina intuição artistica e poderosas faculdades de trabalho.

*

A revista pecuaria no Paul — Ao tratar-se de organizar o programma das festas em honra de Suas Magestades, foi alvitrado como numero muito agradavel a El-Rei uma revista pecuaria.

Escolhido o local, que bizarramente foi logo posto á disposição da commissão dos festejos pelo seu proprietario o sr. José Luiz de Sequeira, foi s. ex.^a convidado a encarregar-se d'aquella interessante festa, ficando com a absoluta superintendencia e direcção de todos os serviços, missão que o distincto cavalheiro, com a sua habitual bizzarria e gentileza, acceitou, começando logo a pôr em acção a sua prodigiosa activi-

dade e excepcionaes faculdades para o bom exito do *clou* das festas terceirênses.

Lavrador da mais rasgada iniciativa, orientada num seguro e fino criterio, tenaz na execução dos seus propositos, alma accessivel a todos os grandes ideaes do progresso, conseguiu o sr. Sequeira desde ha muito impôr-se á admiração e estima geraes, pela intelligencia com que dirige as suas importantes propriedades, onde tem posto em pratica todos os modernos processos de tratamento dos terrenos, dando assim um frisante exemplo do que pode a boa vontade ao serviço d'uma iniciativa rasgada, util e proveitosa.

Estas circumstancias davam-lhe de facto e de direito a proeminencia na direcção das festas, na sua esplendida propriedade do Paul.

E foram ellas tão brilhantes, apezar dos aguaceiros que a principio pareciam ir prejudicar o encantador festival, que o sr. Sequeira deve estar hoje verdadeiramente envaedecido, por ter conseguido levar a cabo tão imponente manifestação da vida agricola terçoirenses, numa grandeza e numa significação tão alta do nosso valor moral, ainda não vista nesta terra, e difficil de realisar ainda noutros mais importantes centros agricolas.

*

Na vasta planicie do Paul mais de 30:000 pessoas se reuniram a presenciar o magnifico espectaculo. Cerca de 800 vehiculos, dos quaes 600 carros puxados a

bois, quasi todos com os seus *toldos* de côres alegres e garridas, rodeavam o recinto reservado ás diversas phazes da revista.

No sopé da Serra, que domina aquelle vasto campo, elevavam-se tres pavilhões elegantissimos, de ornamentação rustica, que mais realçava a belleza e o bom gosto do plano, devido ao insigne artista Bordalo Pinheiro. Construidos de troncos toscos de pinheiros, formando rendilhados delicados, columnas elegantemente capitonadas de pinhas artisticamente dispostas, enterlaçados os fustes com heras e ligados entre si com fustões d'onde pendiam lindas *corbeilles* de flores naturaes, tinham a coroal-os tectos de palha em formas primorosas.

O pavilhão, ou tribuna central destinada a Suas Magestades, em forma exagonal, de 18 metros de altura desde a baze, elegantissimo de estrutura, era de encantador aspecto. Communicava pelo fundo com um elegante *boudoir* artisticamente guarnecido com colchas de linho, lã e algodão e lã e linho, esplendidos productos da industria caseira da ilha de S. Jorge, rica em côres e em desenhos. Pelo lado direito ligava-se a tribuna por uma bonita ponte ao pavilhão destinado ao almoço dos Monarchas.

O pavilhão da esquerda, separado dos outros, servia para a comitiva, convidados d'El-Rei, do sr. governador civil e director da festa.

Davam ingresso aos pavilhões elegantes escadas

cujos maineis obedecendo ao plano de ornamentação eram de ramos de pinheiros encruzados, tendo de espaços a espaços cabaças com *bouquets* de flores.

No tecto da tribuna real, todo em flores e verdura, via-se ao centro uma lindissima colcha de linho com as armas reaes ao centro, tecidos no mesmo fio, expressamente mandada fazer pelo sr. Sequeira, para aquelle effeito.

Os tectos dos outros pavilhões, feitos com pequenos ramos de buxo e outras plantas, delicadamente aparados eram do mais formoso aspecto.

Os pavilhões apoiavam-se em rochas artificiaes da mais artistica disposição, guarnecidas de plantas ornamentaes, arvores e flores.

Por detraz das tribunas, e á esquerda da casa, viam-se numa installação ligeira osapparelhcs, com os seus motores a vapor, destinados ao fabrico de manteiga e queijo. No pateo junto, e numa disposição muito artistica, toda a alfaia agricola do sr. Sequeira e de outros lavradores.

Á direita a cosinha, a copa e outras installações indispensaveis. Numa ampla barraca de campanha o *buffete*, abundante, delicado e profusamente servido d'uma requintada variedade de eguarias, doces, fructas, vinhos da mais fina escolha, resistindo valentemente ao appetite de mais de 600 pessoas que ali foram refazer forças, durante o almoço de Suas Magestades.

Em frente dos pavilhões duas vastas tribunas re-

servadas a senhoras, e ao centro e lado logares reservados ás 3 phylarmonicas que abrilhantaram a festa.

Chovia ainda quando Suas Magestades chegaram, trens abertos, arrostando bizarramente com o tempo. Foi enorme, estrondosa a ovação que lhes fizeram em todo o percurso até ao pavilhão.

Em frente da tribuna real faziam guarda de honra mais de cem pastores, nos seus trajos pittorescos, tendo á frente os creadores que tomavam parte na revista. Levantados vivas entusiasticos pelo sr. José Sequeira que foram tambem sempre entusiasticamente correspondidos, sollicitou o illustre cavalheiro auctorisação d'El-Rei para começar a festa, executando-se então o seguinte programma e desfilando cada divisa acompanhado do creador :

I PARTE

Passagem de vaccas leiteiras.
Grupo de novilhas de 2 a 3 annos.
Gado de trabalho, desfile de carros.
Passagem das vaccas com os bezerros.

II PARTE

Fabrico de manteiga.
Exame d'alfaia agricola.
Exposição de gado bravo.

Nomes dos creadores e suas divisas :

Manuel Corvello Soares & Irmãos.....	Azul:
Francisco de Paula Barcellos Machado Bettencourt ...	Vermelho.
José Francisco Aurora.....	Verde.
João Luiz Toste Parreira	Branco.
Pedro Parreira de Lima }	Amarello.
João Machado d'Avila }	

Felix Machado Barcellos	Amarello e vermelho.
José Pacheco Ormonde	Verde e amarello.
Francisco de Paula Rego	Azul e côr de rosa.
Pedro de Menezes Parreira & Irmão ..	Verde, branco e vermelho.
José Luiz de Sequeira	Azul e branco.

Ao terminar a passagem foi ordenhada uma das mais formosas vaccas diante do pavilhão, sendo offerecidas a Suas Magestades e comitiva taças de leite que beberam com prazer.

Ia servir-se o almoço. O sr. conde de Tarouca convidou as damas e cavalheiros que os Monarchas se dignavam admittir á sua mesa. Pouco depois Suas Magestades e convidados entravam no pavilhão, onde foi servido o almoço, cujo menu era constituido por pratos da cosinha terceirense:

Canja
 Pasteis de lapas
 Frangos com cabeças de nabos
 Alcatra, Podim de batata
 Fiambre
 Perú assado, Feijão verde, Agriões
 Leitão recheado, Acelgas, Alfaces
 Pastellaria, doces e fructas diversas
 VINHOS: Madeira, Graciosa, Candelaria tinto,
 Bordeus, Castelletes, Champanhe, Porto.
 Café, cognac, andaia, licores.

A mesa, que era servida por um formoso grupo de raparigas, elegantissimas nas suas *toilettes* azul e branco, tendo na cabeça pequeninas toucas brancas tão graciosas como empolgantes, apresentava um lindo aspecto na ornamentação artisticamente elegante.

Sua Magestade El-Rei tinha collocada á sua direita

a ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva e á sua esquerda a ex.^{ma} sr.^a D. Adelaide de Barcellos Noronha esposa do sr. presidente da Camara.

Sua Magestade a Rainha tinha á direita o Prelado e á esquerda o sr. conselheiro Hintze Ribeiro.

O almoço, servido em riquissimas louças do Japão e India, correu alegremente, notando-se em Suas Magestades excellente disposição de espirito.

El-Rei e a Rainha fizeram um brinde particular ao incansavel director da festa.

Logo que os Soberanos voltaram ao pavilhão do centro, onde foi servido o café, continuou a segunda parte do programma, que muito os interessou.

Para El-Rei, que faz lembrar um outro monarcha portuguez, D. Diniz, o *Lavrador*, interessando-se pelos progressos da agricultura e creador aprimorado a quem não falta excepcional competencia, possuindo um dom que muitos desejariam ter, o golpe de vista de conhecedor nato, tinha a festa, nos seus melhores detalhes um extraordinario attractivo e interesse que não occultava, antes procurando informar-se de tudo com os srs. governador civil e José Sequeira.

Suas Magestades visitaram as installações de fabrico de manteiga e da alfaia agricola, demorando-se alguns instantes, numa pequena tribuna, a ver o desfilar do gado bravo num pasto cerrado.

Regressando ao pavilhão foram ali, como até então e sempre, alvo de calorosas e affectivas acclamações.

Sua Magestade a Rainha dignou-se então escolher e encomendar algumas colchas dos padrões que ornamentavam o gabinete em que descançara, no que foi seguida pela comitiva que também fez alguns pedidos dos bellos productos da industria caseira de S. Jorge.

Tinha visivelmente deixado em todos os nossos hospedes a mais agradável impressão a festa do Paul, festa nossa, typica, caracteristica, espelho da nossa actividade, da nossa energia moral, da nossa economia, testemunho vivo d'uma das mais importantes affirmações do nosso trabalho.

E foi sob essa impressão, que Suas Magestades agradeceram ao sr. Sequeira a magnifica festa, que lhes tinha proporcionado, dirigindo-lhe palavras de justo elogio e louvor. El-Rei dignou-se offerecer-lhe um casal das manadas da Casa Real de Bragança instaladas na herdade do Vidigal, em Vendas Novas, e a medalha do Merito agricola que o sr. Sequeira pediu licença para não acceitar dando-se por bastante honrado apenas com o primeiro offerecimento do Senhor D. Carlos.

Concorreram á *Revista* 238 vaccas leiteiras com os seus 238 bezerrros; 80 novilhas; 4 touros mansos; 118 touros bravos e 1:200 rezes jungidas aos 600 carros. Alem d'isso, na Serra e vasta planicie pastavam mais de 1:400 cabeças de gado, o que dá uma totalidade superior a 3:000 cabeças que se abrangiam num golpe de vista!

O sr. Sequeira offereceu a Suas Magestades dois formosos exemplares da raça especial de cães de fila, que, principalmente a Senhora D. Amelia, tinha dias antes manifestado desejos de ver.

Estava terminada a festa. Suas Magestades e comitiva tomaram logar nas carruagens e partiram sob uma verdadeira tempestade de aclamações freneticas, soltadas delirantemente por milhares de boccas, aclamações não interrompidas em todo o percurso até ao Paço.

E no meio d'esse tocante arrebatamento, d'essa como que embriaguez de contentamento, o povo, contido por um espirito de admiravel disciplina, caracterizada por uma grande ordem, não sahiu da sua linha discreta de proceder, não perturbou com o mais pequeno disturbio, com a menos reflectida irreverencia tão estonteantes manifestações!

Pois a policia do Paul, onde estavam 30:000 pessoas, foi confiada a 10 guardas civis!!

Suas Magestades no regresso atravessaram a opulenta freguezia da Ribeirinha, que estava em festa; cheios de flores os caminhos, as casas e os muros cobertos de colchas dos mais variados matizes, em mastros bandeiras, lenços, galhardetes; no ar nuvens de foguetes ao som do hymno real tocado pela excellente phylarmonica da localidade, *Recreio dos Lavradores*, e do repicar alegre dos sinos da parochia.

Ali o bom povo, simples, franco, com o seu viga-

rio á frente fez-lhes sentidissimas manifestações, que Suas Magestades muito agradeceram.

A multidão sempre aclamando os Monarchas acompanhou-os até ao extremo da freguezia.

E uma pobre velha, que alegre e contenté fitava a Senhora D. Amelia, teve para Ella a seguinte phrase :

«A Rainha é um botão de rosa!»

*

A partida — Pouco antes das 6 horas da tarde chegaram Suas Magestades ao Paço, e ás 6,30 dirigiram-se para o caes por entre alas compactas de povo.

Junto á alfandega uma companhia do 25, sob o commando do sr. Theotónio Moniz, fazia a guarda de honra.

No *Largo Trez de Março* eram os Régios Viajantes esperados pela camara municipal, auctoridades, funcionarios de todas as repartições, officialidade da guarnição, clero, etc.

Logo que Suas Magestades se apearam da carruagem, numerosissimas damas rodearam a Senhora D. Amelia, emquanto El-Rei se dirigia ao sr. presidente da camara, a quem agradeceu a recepção que Angra Lhes tinha feito e que muito os penhorara.

O sr. dr. Noronha levantou então vivas a Suas Magestades e á Familia Real que foram delirantemente correspondidos e nos quaes havia o quer que fosse de enternecedor e amovavel!

Suas Magestades depois de se despedirem pesso-

almente de cada um dos representantes do povo angrése desceram ao caes.

Notava-se nos semblantes dos Augustas Monarchas uma profunda commoção, que nem tentavam esconder!

Momentos depois, tendo-se dignado receber os cumprimentos de despedida de todas as pessoas que tiveram a honra de se Lhes approximar, tomaram logar no escaler da alfandega, que os conduziu a bordo do *D. Carlos*.

A emoção impaciente dos poucos instantes que nos seria permittido ver- Os ainda, sobrelevou a intensidade da magua, e, num prolongado viva, que echoou d'um extremo ao outro da bahia, viva em que ia a alma d'um povo inteiro bemdizendo Os que tanto o tinham honrado com a sua visita, a ilha Terceira disse o ultimo adeus aos Reis de Portugal!!

A bordo do cruzador *D. Carlos* realisou-se, ás 8 horas, o jantar offerecido, pela officialidade da divisão naval, a Suas Magestades, e cujo menu foi o seguinte :

Consommé à la printanière
Petits timbales de riz farcie
Poisson á la duchesse
Escalopes de veau aux champignons
Paté de foie gras en belle vue
Poulets rotis aux truffes
Salade
Asperges en branches, sauce mousseline
Pouding à la Brezilienne
Crème glacé à la vanille

VINS: café, liqueurs.

Ao jantar assistiu o sr. Emygdio Lino da Silva Junior e sua ex.^{ma} esposa, que acompanharam os Monarchas a S. Mignel.

Sua Magestade El-Rei, num entusiastico brinde, agradeceu ao chefe do districto, como representante do povo terceirense, as sympathicas e cordeaes manifestações, que em Angra tinha recebido e Sua Augusta Esposa, manifestações que jamais olvidaria.

A Senhora D. Amelia muito particularmente significou á ex.^{ma} sr.^a D. Brites da Cunha e Silva o modo por que se achava captivada pelo povo angrense, exprimindo tambem á illustre dama o seu agradecimento muito intimo, pela forma incançavel e inimitavel por que lhe tinha proporcionado tamanhas commodidades e conferto nos regios aposentos.

Á noite, como nas anteriores, repetiram-se as illuminações da cidade, edificios publicos e particulares, sendo illuminada toda a muralha que defronta a bahia. No *Porto de Pipas* foi queimado um bello fogo.

No *Berrio* seguiram alguns terceirenses, que foram assistir ás festas regias em Ponta Delgada. Entre elles iam os srs. visconde da Aqualva, tenente Henrique Pereira e familia e Alfredo Luiz Campos, delegado da junta geral d'este districto na exposição açoreana, que ia ser inaugurada em Ponta Delgada.

*

Notas — Sua Magestade El-Rei poz á disposição do sr. governador civil a quantia de um conto de réis,

não só para donativos ás casas de caridade, mas ainda para satisfazer aos raros pedidos de auxilio que os soberanos receberam durante a sua estada na ilha Terceira.

Sua Magestade a Rainha agradeceu pessoalmente ao sr. governador civil e a sua esposa o bom gosto e requintada distincção das installações do Paço.

A ordem do cortejo para a occasião de desembarque de Suas Magestades foi estabelecida pela seguinte forma :

Suas Magestades sob o palleo com os vereadores ás varas, e estandarte da Camara atraz da ultima vara, lado esquerdo.

Presidente do conselho e ministro da marinha, bispo, serviço de Suas Magestades, governador civil, general, secretario geral, pessoal civil fardado, corpo consular, junta geral, magistratura, administrador do concelho, e empregados das diversas repartições com os seus chefes á frente.

A cômmissão encarregada de dirigir o almoço de Suas Magestades, e bufete para os convidados, composta dos srs. Alvaro Forjaz de Lacerda, José Maria Coelho de Lima, Alfredo Monteiro e Jacob Abobbot triumphou de todas as difficuldades, apresentando um serviço distinctissimo, que foi justamente elogiado, e que deu a nota da singular competencia d'aquelles cavalheiros para a direcção de festas de igual natureza.

Basta dizer, que foram servidas mais de 600 pessoas no bufete, não conseguindo esgotal-o!

O sr. governador civil convidou o jornalista Alfredo Luiz Campos para seu auxiliar na recepção aos Regios Visitantes, encarregando-o da direcção de todo o movimento e manifestações populares, as quaes correram pela forma brilhante como ficam descriptas.

Em todos os consulados estiveram içados os respectivos pavilhões durante os dias da visita regia.

O desenvolvimento da derrota da divisão naval, que conduziu Suas Magestades foi, em milhas maritimas, desde a saída de Lisboa até á entrada no Tejo, a seguinte:

De Lisboa a Porto Santo, 490; de Porto Santo ao Funchal, 50; do Funchal a Santa Maria, 475; de Santa Maria ao Fayal (*Horta*), 187; da Horta á Graciosa, 45; da Graciosa a Angra, 45; de Angra a S. Miguel, 92; de S. Miguel a Lisboa, 796. Total 2:153 milhas ou sejam cerca de 4:000 kilometros.

O sr. José Luiz de Sequeira offereceu a Suas Magestades duas lindissimas cadeiras de vimes, trabalho terceirense, encimado com as armas reaes.

São de um trabalho perfeito, e, cremos bem, que naquelle genero não ha nada de melhor.

Os livros onde Suas Magestades se dignaram inscrever os seus nomes, nos *Asylos de Mendicidade* e *Infancia Desvalida* e no Hospital, foram feitos na importante casa de encadernações e impressões do sr. Ma-

nuel de Sousa Ribeiro. O primeiro é em pelucia cardinal e setim rosa, o segundo, em forma de album, é em *chagrin* dourado; o terceiro em pelucia e setim azul.

*

Telegrammas :

Ponta Delgada, 5 de julho.—Urgente.—Presidente da Camara Municipal — Angra do Heroismo.

Ao chegarmos aqui, depois de uma excellente viagem, quero mais uma vez, em meu nome e da Rainha, agradecer a esse bom e leal povo a captivante recepção que nos fizeram e assegurar-lhe que ella ficará como uma das mais gratas recordações da nossa vida. = EL-REI.

Angra do Heroismo, 5 de julho de 1901. — Ex.^{mo} Presidente do Conselho — Ponta Delgada.

A Camara Municipal pede a V. Ex.^a se digne dizer como passaram Suas Magestades de viagem. = *Presidente*.

Ponta delgada, 5 de julho. — Presidente da Camara Municipal — Angra.

Suas Magestades, a quem communiquei o contheudo do telegramma de V. Ex.^a, incumbem-me de agradecer a V. Ex.^a e de informar que se encontram bem e com indelevel saude dessa bella Ilha, d'onde trouxeram tão gratas impressões. = *Hintze Ribeiro*.

Apenas recebido o telegramma de Sua Magestade El-Rei, foi pela municipalidade angrense mandado imprimir e distribuir profusamente. Á noite como demonstração de publico regosijo, pela recepção de tão honroso e captivante telegramma, percorreu o povo em marcha *aux flambeaux* as ruas da cidade, acompanhado por phylarmonicas, soltando entusiasticos e vibrantes vivas a El-Rei, á Rainha e á Familia Real. Ennumerous foguetes atroavam os ares, e durante o dia o Paço Municipal teve hasteado o pendão nacional.

D'estas entusiasticas manifestações foi, pelo sr. governador civil dada communição telegraphica ao sr. presidente do conselho de ministros, que respondeu :

Suas Magestades agradecem a penhorante manifestação dos povos de Angra do Heroismo, que tão gratas impressões lhes deixaram. = *Hintze Ribeiro*.

Lisboa, 14 de julho, 4 horas e 20 minutos da tarde. — Presidente da Camara Municipal — Angra.

A esse bom e leal povo quero, no momento de chegar, significar ainda uma vez, no meu nome e no da Rainha, todo o meu reconhecimento pela affectuosa recepção que ahi tivemos, e assegurar-lhe os votos que fazemos pela sua ventura e prosperidade. = EL-REI.

Pena (*Cintra*) 14 de julho, 11 horas da manhã. — Presidente da Camara — Angra.

Suas Magestades agradecem muito as felicitações da Camara Municipal. = *Melaquias de Lemos*, ajudante de campo.

*

Alem destes telegrammas puramente locais, encontram-se publicados no *Diario do Governo*, n.^{os} 144 a 149, os telegrammas officiaes, que dirigiu o illustre presidente do conselho de ministros, e conselheiro de Estado o ex.^{mo} Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, e que dizem respeito á recepção feita a Suas Magestades na ilha Terceira.

São elles um resumo exactissimo de tudo quanto se passou.

Teve o illustre açoreano, e eminente homem politico, o ex.^{mo} conselheiro Hintze Ribeiro, a ventura da realisação da vizita dos Reis de Portugal ao Archipelago Açoreano, em um periodo, em que lhe estava

superiormente confiada a direcção suprema do governo da nação portugueza.

A maneira assignalada, as provas evidentes de affecto e entranhado amôr, com que os açoreanos receberam os Augustos Monarchas, tudo o que de grandioso, de magnificante se passou, foi de certo encher de justo jubilo o coração patriotico de s. ex.^a, não só como portuguez, mas tambem como filho nobilissimo deste formoso e importante archipelago.

É s. ex.^a o chefe prestigioso do partido regenerador, partido de honrosas tradições, e os seus correligionarios e amigos, conferindo-lhe um tão proeminente logar, prestaram a devida justiça ao eminente vulto politico, ao parlamentar distincto, que, com a sua palavra insinuante, phrase energica e eloquente, tem superiormente tratado as mais altas questões nos variados ramos da sciencia politica, tendo sempre em vista o bem-estar geral da patria, o seu progresso e desenvolvimento.

Como liberal, como patriota, como leal vassalo de Suas Magestades, e como defensor fervoroso das instituições que nos regem, é o bastante dizer: o conselheiro Hintze Ribeiro é açoreano.

É açoreano, e está dito tudo.

Isto não é fazer o elogio de tão prestante cidadão, não é enaltecer o seu nome, é tão somente dizer a verdade, e nada mais.

O seu elogio está na longa lista dos seus assigna-

lados serviços, o enaltecimento do seu nome existe de ha muito na sua probidade, no seu genial talento, nos seus profundos conhecimentos em economia politica e social, de que são documentos vivos as suas importantes e sabias reformas nos varios ramos da administração do Estado.

Assim, imperdoavel seria a falta que commetteriamos se, nesta memoria historica, em que archivámos o que diz respeito ao fausto acontecimento da visita de Suas Magestades á ilha Terceira, não prestassemos a devida homenagem áquelle, que, nesta occasião, era o seu primeiro ministro, um nobre e illustre açoreano, que nobilitando-se e honrando-se a si proprio, nobilitou e honrou a terra que lhe foi berço, mais do que ella, a patria em geral, porque o ex.^{mo} conselheiro Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro é incontestavelmente uma gloria nacional.

S. Ex.^a lega á posteridade, como exemplo a seguir, os seus actos de civismo, todo o importantissimo trabalho produzido pelo seu robusto talento, e como e por que forma se chega a alcançar o nome de estadista eminente, de cidadão benemerito, e a gloria do proprio nome.

E a gloria do ex.^{mo} conselheiro Hintze Ribeiro é muito subida, pertence á historia, e essa, como disse um illustre orador referindo-se a um notavel estadista, «ha-de confirmal-a a historia, onde tem logar eminente, e onde o esperam os louros que não morrem».



XLV

Seguiram Suas Magestades para a ilha de S. Miguel, a mais rica e importante do Archipelago Açoreano, e o ultimo ponto destinado para completar a visita.

Os michaelenses, sempre activos e laboriosos, promoveram uma exposição inter-insular, solicitando de El-Rei a honra de presidir á inauguração d'aquelle torneio de industrias, artes e sciencias.

Convidados os habitantes do districto de Angra do Heroismo a concorrerem áquelle certamen do trabalho, a Junta Geral d'este districto nomeou uma commissão composta dos terceirenses Antonio d'Amorim Pires Toste, Ildefonso Borges e Alfredo Luiz Campos, para tratar de tão momentoso assumpto.

Uma commissão, composta de illustres damas terceirenses, as ex.^{mas} sr.^{as} D. Maria Guilhermina de Betencourt Mesquita, D. Palmira Emma de Noronha Bruges, D. Carlota Rocha de Barcellos Coelho Vieira Ribeiro, D. Ignez Evelina Menezes Meyrelles Pamplona, D. Elvira Avellar Borges d'Avila, D. Maria Thereza Sanches Franco e Lima, D. Lucinda Amelia Noronha e D. Maria da Ascensão Mesquita Pimentel, endere-

cou ás damas uma carta, solicitando-lhes o seu concurso á exposição.

Foi curto o espaço de tempo para se preparar uma representação valiosa, como todos bem desejavam, contudo, como a boa vontade pode muito, os productos apresentados, para os quaes a respeitavel commissão michaelense, presidida pelo illustrado professor, talentoso advogado e notavel orador, sr. dr. Aristides da Motta, destinou uma boa parte de um dos elegantes e bellos pavilhões da exposição, mereceram elogios de todos os que os examinaram.

A exposição foi inaugurada no dia 5 de julho de 1901, e tendo a illustre Junta Geral concedido a honra de nos nomear seu delegado naquelle civilisador certamen, tomámos a ousadia de dar publicidade, no importante e illustrado jornal michaelense, o *Diario dos Açores*, ao que passamos a archivar dirigido a El-Rei:

Senhor! — O alvorecer de seculo xx apresenta para a historia do Archipelago Açoreano um acontecimento tão assignalado, de tanta magnitude, que não pode deixar de ser considerado como precursor de épocas de felicidade.

É a afortunada visita de Vossa Magestade e de Sua Augusta Esposa e Excelsa Rainha, a estas terras genuinamente portuguezas, tornando bem visivel ao mundo que no oceano Atlantico existem nove preciosas joias da Corôa de Portugal, e que os seus habitantes prestam leal e sincera vassalagem aos Seus bem amados Soberanos, curvando-se reverentes ante as suas Reaes Pessoas, aclamando-os entusiasticamente com vivas demonstraçoens de affecto.

Somos devotadamente portuguezes, Senhor, e a nossa lealdade nunca desmentida á Patria e a El-Rei bem alto o proclama.

De nove formosos rochedos se compõe o nosso archipelago, que o mar separa, mas pela Patria, pelo Rei e pela Liberdade, somos todos por um e um por todos.

Separa-nos o mar, que muitas vezes afronta enraivecido as bahias, enseadas e costas d'estes formosos rochedos, mas a sua furia torna-se impotente. Os rochedos permanecem firmes, não se assustam do bramido do oceano, não tremem deante dos seus terriveis furores, nem perante a descommunabilidade das suas ondas.

Assim succede aos seus habitantes, sempre firmes, inabalaveis na sua lealdade, no seu sentir, nas suas crenças.

Patria, Rei e Liberdade constituem para os açoreanos um trio santo, immutavel.

Ordem, civilisação e progresso, a divisa de honra que muito presam e amam.

Por isso, no meio das suas festas, em homenagem aos Monarchas portuguezes, modelos de reis constitucionaes, os habitantes d'esta cidade de Ponta Delgada, a mais rica e opulenta das do archipelago, convidaram os seus irmãos das restantes oito ilhas a patentearem em certamen civilisador, os productos do seu trabalho em todas as suas manifestaçoens.

E foi sob a afortunada e Real Presidencia de Vossa Magestade, que se inaugurou este tão civilisador certamen.

Não apresenta elle, pelo menos na parte que diz respeito ao districto de Angra do Heroismo, que humildemente represento como delegado da Junta Geral, a riqueza, o fausto, a grandeza e importancia, que seriam para desejar, e a que a Alta e Real presença de Vossa Magestade tinha jus, mas tem na sua pobreza a representaçoens da boa vontade de quem pouco póde e possui, e tem a animal-o a esperança de que este acontecimento extraordinario, magnificante, da visita dos nossos Reis, ocasionará o percorrer por sobre estes povos um sopro vivificador do renascimento das artes e industrias no Archipelago Açoreano.

E a Vossa Magestade, protector sollicito das artes, a Vossa Magestade que possui o segredo de avassalar a si o povo de que é Rei, e a Sua idolatrada Esposa, Mãe extremosa de Principes e Rainha nossa, por Deus concedida a este reino como Excelsa mensageira da caridade, para dar conforto aos famintos e aos que soffrem no leito da doença, transformando a miseria e a dôr em sorrisos de esperança e de felicidade, confesso com o mais acrisolado respeito, no meu humilde nome e no do districto que represento, o reconhecimento profundo, indelevel, pela elevada honra concedida em tornarem grande, valioso com as suas Reaes presenças o que é tão modesto e humilde.

E curvando-me reverente ante as Egregias Pessoas de Vossas Magestades, imploro respeitosaemente, confiante na magnanimidade do seu formosissimo coração, a graça do perdão para a ousadia do que hei exposto, fazendo sinceros votos pelas prosperidades de toda

a Augusta Familia Real, para felicidade da Patria Portugueza. — Ponta Delgada, 6 de julho de 1901. = O terceirense, *Alfredo Luiz Campos*.

Finda a exposição, e no desempenho do mandato que nos foi conferido, tomámos a liberdade de remetter a Suas Magestades os objectos offertados por varios expositores, pelo que recebemos as seguintes honrosas cartas :

Real Paço das Necessidades. Lisboa 10 de setembro de 1901. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Tendo o Veador de Sua Magestade a Rainha entregue a Sua Magestade El-Rei os objectos, que por intermedio de V. Ex.^a recebeu, Sua Magestade El-Rei, meu Augusto Amo, ordena-me para de novo os agradecer aos considerados offerentes, pedindo eu a V. Ex.^a o favor de comunicar-lhes para conhecimento. — De V. Ex.^a At.^o Vd.^{or} e Obg.^{do} = *Conde de Arnoso*.

Paço da Pena, 19 de setembro de 1901. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade a Rainha ordena-me que communique a V. Ex.^a, que muito penhorada ficou pelo offerecimento que V. Ex.^a, como delegado da Junta Geral do districto de Angra do Heroismo, na exposição que teve logar em Ponta Delgada, de uns trabalhos terceirenses, que muito agradavel foi para Sua Magestade receber-os, que muito appreciou, e que quer que muito agradeça a V. Ex.^a. É uma lembrança para Sua Magestade da sua visita á ilha Terceira, da qual conserva e sempre conservará a melhor e mais grata recordação; muitas vezes por Sua Magestade é lembrada essa visita, e sempre d'ella fallando com gratidão e saudade. — Com toda a consideração sou — De V. Ex.^a Vd.^{or} e Obg.^{do} = *Conde da Ribeira Grande*, Veador do Serviço.

Foram 152 os expositores premiados no districto, sendo 31 com medalha de ouro: Terceira 25, Graciosa 4, e S. Jorge 2; com medalha de prata 44: Terceira 38, e Graciosa 5; com medalha de cobre 82: Terceira 75, Graciosa 4, S. Jorge 3.

Os telegrammas referentes á exposição foram :

Ponta Delgada, 5 de julho. — Governador civil—Angra.—Calorosa entusiastica recepção Magestades, grandiosa concorrência, exposição admiravel, districto de Angra instalação separada collocação artistica productos. Rainha elogiou tecidos, bordados, trabalho vimes, presidente commissão felicitou representante Junta boa comprehensão bom exito districto. Emygdio, Sotto Maior, Alcampos solicitaram Magestade Rainha graça offerta productos nome Junta. = *Governador civil*.

Tendo Sua Magestade El-Rei apreciado muito o primoroso trabalho em alto relevo d'um filtro de agua, trabalho do habil artista sr. Sá e Silva, exposto pelo digno negociante sr. Antonio Pedro Simões, e sendo-lhes isto communicado, pediram para que o filtro fosse offertado a El-Rei.

O sr. governador civil recebeu o seguinte telegramma :

Sua Magestade El-Rei meu Augusto Amo pede e diz agradeça em nome de Sua Magestade a Manuel de Sá e Silva e Antonio Pedro Simões a offerta do lindo filtro que fizeram a Sua Magestade e que muito appreciou. = *Conde de Arnoso*.

Em nome Sá e Silva, Pedro Simões e meu agradeço muito reconhecido a honra que Sua Magestade El-Rei se dignou conceder acceitando a humilde offerta d'aquelles e respectiva communicação de V. Ex.^a = *Governador civil*.

Suas Magestades acceitam e agradecem a offerta do filtro em alto relevo, producto Manuel de Sá e Silva, exposto por Antonio Pedro Simões. = *Hintze Ribeiro*.

Sá e Silva, Antonio Pedro Simões e eu agradecemos penhoradissimos a honrosa communicação por parte de Sua Magestade El-Rei da humilde offerta d'aquelles = *Governador civil*.



XLVI

«São as cidades como as famílias: ennobrecem-se estas com as imagens dos seus maiores, illustram-se aquellas com a memoria dos seus filhos benemeritos. A familia é uma cidade ostentando muitas vezes ás suas portas as estatuas dos seus cidadãos; a cidade é uma familia nobilissima, que ennumera quasi sempre uma serie respeitavel de membros gloriosos. Tinham as familias antigas nos seus atrios, as modernas nas suas salas os retratos dos seus nobres antepassados; as cidades, umas vezes nas suas praças, outras nos seus templos, e sempre nos fastos da sua historia, conservam os monumentos dos que as honraram com acções illustres ¹.»

Assim, no decorrer d'esta despretenciosa memoria, em homenagem a El-Rei o Senhor D. Carlos ¹ e a sua Virtuosa Esposa, a Rainha a Senhora D. Maria Amelia, procurámos nos fastos da historia, em especial os nomes dos filhos do districto de Angra do Heroismo, que o honraram com suas acções illustres.

¹ A. A. da Fonseca Pinto.

Não lhes realçamos suas illustres acções com artificiosos louvores; temos a consciencia de que escrevemos só a verdade, colhida nas investigações a que procedemos, nem o contrario nos cumpria fazer, nem eramos de isso capazes.

E de que serviriam artificiosos louvores?

«Tem os homens grandes, disse o notavel escriptor acima referido, um condão ingenito, que deriva da sua propria grandeza, avultam onde quer que appareçam; a sua biographia é um capitulo da historia, ou antes cada capitulo da historia se resume num ou outro nome distincto.

«É a terra portugueza essencialmente distincta e feracissima de varões assignalados; seus filhos em todas as épocas a tem enobrecido. Não ha pagina da historia, que não lhes narre um feito, nem povo no mundo que lhe não deva lição.»

E sendo as terras açoreanas essencialmente portuguezas, não podiam deixar de ter entre os seus filhos varões assignalados, que pelas suas façanhas, pelos seus feitos sublimados, ou pelo seu talento, levantassem perduravel monumento da sua fama. De muitos d'elles ficam neste livro archivados os seus nomes com a narração dos seus feitos.

Está, pois, concluido este modesto trabalho, que bem desejávamos podesse corresponder ao acontecimento, por tantos titulos assignalado, que lhe deu origem.

Infelizmente não corresponde, e ousado e temera-

rio foi de certo este nosso proposito; mas á falta de merecimentos proprios, para tratar d'um assumpto de tanta magnitude, valha-nos para desculpa o amor patriotico, que nos levou a assim proceder.

Feita esta franca confissão, e antecedida a narrativa do succedido na ilha Terceira, por occasião da Visita Regia, com as referencias, embora em linguagem rúde, aos factos mais importantes da historia terceirense, e aos feitos illustres dos filhos benemeritos deste districto, encerremos com chave de ouro o nosso despretencioso trabalho, archivando a Carta Regia de 12 de janeiro de 1837, brazão honroso da cidade de Angra, que a muitos desses vultos benemeritos foi berço e de todos capital.

E, cumprindo com um dever imperioso, agradecemos reconhecidos aos illustres corpos administrativos, as dignas Junta Geral d'este districto, e Camara Municipal Angrense, a maneira patriotica como se houveram, concorrendo poderosamente para a publicação desta memoria.

Eis a Carta Regia:

Presidente e Vereadores da Camara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroismo: Eu a Rainha vos Envio muito saudar, e por vós a todos os leaes habitantes da ilha Terceira, como aquelles a quem tanto devo. Amigos: Desejando que na lembrança dos vindouros fique memoria de Minha Gratidão, assim como perpetuamente ha de ficar na historia a dos extraordinarios serviços e sacrificios que á Minha Causa e á de toda a Nação Portugueza, que é a santa causa da Liberdade e da civilisação, fizeram os leaes habitantes da ilha Terceira, unico refugio que em toda a vasta Monarchia Portugueza acharam os pou-

cos leaes que, no meio da defecção de tantos, ahi foram protestar por sua honra e pela do povo portuguez, a qual tão nobremente reabilitaram depois, levando aos combates e á victoria a flôr da mocidade d'aquella ilha, assim na reconquista do Archipelago dos Açores, e no memoravel cêrcio do Porto, como em todos os illustres feitos que se fizeram até á completa restauração do Reino; por todos estes motivos, e não menos pela heroica firmeza com que, durante tantos annos, permaneceu inabalavel em sua constancia aquelle pequeno rochedo no meio do Oceano, dando um exemplo de constancia e de tão subida lealdade como não se recordará nunca igual: E já que em todo esse tempo foi a cidade de Angra da referida ilha Terceira a séde do legitimo Governo e a capital do Reino, é devido que a esta mais consideravel povoação da dita ilha fique padrão do muito que ahi se fez e de tanto que ella bem mereceu da Patria e do Principe; e Ordenei, portanto, por Decreto de data desta, que a cidade de Angra da ilha Terceira seja denominada de ora em diante, Cidade de Angra do Heroismo, e que ao titulo de Muito Nobre e Leal, que já tinha a referida cidade, se acrescescente o de — Sempre Constante; e bem assim que as Armas da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroismo sejam, em vez das que dantes tinha, um escudo esquartelado,



tendo no primeiro quartel, em campo vermelho, um braço de prata armado com uma espada na mão; no segundo quartel, em campo de prata, um açor de sua côr, e assim os contrarios; e sobre tudo um escudete com as Quinas de Portugal, e em remate uma corôa mural; e por tymbre o braço armado das Armas; em roda do escudo uma fita azul-ferrete, sahindo da parte inferior da corôa com a tenção em letras de ouro — Valor, Lealdade e Merito, tendo pendente a insignia de Grão-Cruz da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito. O que me pareceu participar-vos para vossa intelligencia e satisfação. Escripção no Palacio das Necessidades, em doze de Janeiro de mil oitocentos trinta e sete. — RAINHA — *Mamuel da Silva Passos*. — Para o Presidente e Vereadores da Camara Municipal da Muito Nobre, Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroismo.



INDICE

	PAG.
A Suas Magestades — Dedicatória	V
Ao publico	1
CAPITULOS I, II E III — D. João I; alguns factos do seu reinado. Os filhos de D. João I. Conquista de Ceuta.....	6, 13 e 12
CAP. IV — Descobrimientos marítimos. Descoberta dos Açores. Colonisação. A ilha Terceira. Jacome de Bruges e fidalgos que o acompanharam.....	27
CAP. V — Morte do infante D. Henrique. Commemoração do centenário Henriquino na ilha Terceira	39
CAP. VI — Doações. Divisão da ilha Terceira em duas capitánias. Donatarios de S. Jorge e Graciosa. Factos mais importantes d'esta época. A Sé de Angra. O Beato João Baptista Machado. Matriz da Villa da Praia. Creação do bispado de Angra.....	69
CAP. VII, VIII E IX — Os Côrtes-Reaes. Continuação das descobertas. Vasco da Gama e Paulo da Gama. Commemoração na ilha Terceira do centenário da descoberta do caminho marítimo da India.....	87, 111 e 119
CAP. X E XI — Os Açores e a descoberta da America. João Fernandes. A <i>Terra do Labrador</i> . Pirataria nos Açores. Pedro de Barcellos	125 e 131
CAP. XII E XIII — Navegadores terceirenses e graciosenses. Fernão de Magalhães. Guerreiros illustres açoreanos. Os Cantos.....	137 e 143

- CAP. XIV — Christovam Colombo. Commemoração na ilha Terceira da partida de Colombo do porto de Palos..... 153
- CAP. XV E XXXII — Phenomenos vulcanicos nos Açores..... 159 e 405
- CAP. XVI E XVII — Importancia que iam alcançando as ilhas Terceira, S. Jorge e Graciosa. Os Judeus e os Moiros. Referencias aos reinados de D. João II e D. Manuel..... 175 e 183
- CAP. XVIII — Camões. Commemoração na ilha Terceira do centenario camoneano. Açoreanos que fizeram parte da commissão academica de Coimbra. Notas biographicas 193
- CAP. XIX E XX — D. Manuel e D. João III. A Inquisição. Os jesuitas. D. Sebastião. O cardeal D. Henrique..... 203 e 213
- CAP. XXI A XXVII — Cyprião de Figueiredo. D. Antonio, Prior do Crato. Referencias ao acontecido na ilha Terceira desde 1580 a 1642. Açoreanos notaveis nas luctas da independencia 221 e 311
- CAP. XXVIII — D. Affonso VI na ilha Terceira... 321
- CAP. XXIX — O collegio dos jesuitas em Angra. Governadores e capitães generaes. Prefeitos e governadores civis do districto de Angra. A exposição agricola. Bulhão Pato. Centenario Pombalino na ilha Terceira. José Julio Rodrigues. Posto meteorologico. Museu terceirense. Corpo de Bombeiros Voluntarios de Angra. Cofre de Caridade. Repartições publicas 327
- CAP. XXX — O convento dos franciscanos em Angra. O Lyceu. Padre Jeronymo Emiliano de Andrade e o seu centenario. Reitores do lyceu e professores, notas biographicas. Seminario angrense e seus professores, notas biographicas. Escola de Desenho Industrial e seus professores, notas biographicas. Escola districtal e seus professores, notas biographicas... 347

- CAP. XXXI — Terceirenses, jorgenses e graciosenses — medicos, doutores, bachareis, pharmaceuticos, engenheiros, historiadores, escriptores, jornalistas, compositores muzicaes, professores de musica e mestres de banda, notas biographicas 365
- CAP. XXXIII — D. José I, D. Maria I, D. João VI, D. Pedro de Alcantara. Invasão franceza. Terceirenses notaveis na guerra peninsular..... 415
- CAP. XXXIV A XL — Acontecimentos mais notaveis na ilha Terceira e Açores nas luctas em prol da liberdade. Terceirenses, jorgenses e graciosenses notaveis nestas luctas, e notas biographicas. Liberaes que se estabeleceram na ilha Terceira, notas biographicas. Titulos concedidos a açoreanos pela rainha a Senhora D. Maria II. Titulos concedidos a continentaes com referencia a logares açoreanos. Liberaes que estiveram na ilha Terceira, e aos quaes foram concedidos titulos desde 1833 a 1838. Ministros e secretarios de estado, terceirenses. Officiaes do exercito naturaes do districto de Angra do Heroismo. Jacome de Bruges, 2.º conde da Praia da Victoria. José Maria Sieuve de Menezes, 1.º conde de Sieuve de Menezes. Theotonio Maria Coelho Borges. José Silvestre Ribeiro, notas biographicas..... 427 a 523
- CAP. XLI — A ilha Terceira e a dynastia liberal. El-Rei o Senhor D. Pedro IV. A Rainha a Senhora D. Maria II. El-Rei o Senhor D. Pedro V. El-Rei o Senhor D. Luiz I e a Rainha a Senhora D. Maria Pia..... 561
- CAP. XLII — El-Rei o Senhor D. Carlos I, a sua aclamação. Estabelecimento do telegrapho nos Açores. Autonomia administrativa dos Açores... 577
- CAP. XLIII — El-Rei o Senhor D. Carlos I e a Rainha a Senhora D. Maria Amelia 587
- CAP. XLIV — A Visita Regia. O governador civil, conselheiro Emygdio Lino da Silva Junior. D. Bri-

tes da Cunha e Silva. Na vespera da chegada á ilha Terceira. Associação commercial. José Julio da Rocha Abreu. Na ilha Graciosa. Na Villa da Praia da Victoria. Em Angra do Heroismo. A chegada. Nas ruas. Na cathedral. No Paço. O edificio e suas decorações. Illuminações. O escaler da alfandega. Edificios e estabelecimentos publicos. No Paço Municipal. O edificio. No seminario. No Hospital. No *Asylo de Mendicidade*. No *Asylo de Infancia Desvalida*. A recepção. Os estudantes do lyceu, escola districtal e escolas primarias. O monumento. No castello. O jantar official e o brinde de El-Rei. Digressão. A corrida de touros em S. João de Deus. A tribuna real. A revista pecuaria no Paul. José Luiz de Sequeira. Na Ribeirinha. A partida. Notas. Telegrammas. Conselheiro Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro 599

CAP. XLV — Exposição em S. Miguel, secção do districto de Angra. A El-Rei. Expositores premiados. Telegrammas 661

CAP. XLVI — Carta regia concedendo á Camara Municipal da Muito Nobre Leal e Sempre Constante Cidade de Angra do Heroismo as armas da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Merito 667



RECTIFICAÇÃO

Na pag. 329, linha 4.^a, onde se lê = D. Antonio d'Almada = deve lêr-se = D. Antão d'Almada.

Outros pequenos erros orthographicos se encontram, que não se indicam, por serem de facil emenda.

Tiragem — 260 exemplares

Preço 1\$500 réis

1.º de
de l

MEMORIA

DA

VISITA REGIA

À

ILHA TERCEIRA

ALFREDO LUIZ CAMPOS